



ANAIS: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA ALFA (EICA)

13^a edição

Goiânia
Faculdade ALFA
2016

Faculdades Alfa

**ANAIS: ENCONTRO DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA ALFA (EICA)**

13^a edição

**Goiânia
Faculdade ALFA
2016**

Faculdades ALFA

Nelson de Carvalho Filho
Diretor-Superintendente

Fabine Évelin Romão Pimentel
Diretoria Regional de Operações
Presidente da Comissão

M.a Itla José de Almeida
Gerente de Planejamento e Operações Acadêmicas

COMISSÃO ORGANIZADORA

Maria Regina da Silva Lima
Nelson Luiz Silva (Assistente)
Administração

Paola Regina Antonacio Monteiro
Arquitetura e Urbanismo

Marcus Vinícius Rodrigues Lima
Eurilene Vieira Rosa (Assistente)
Ciências Contábeis

Aurélio Ricardo Troncoso Chaves
Ciências Econômicas

Diogo Bernardino Pereira (Titular)
Maria Izabel de Melo Oliveira dos Santos (Adjunta)
Direito

Juliano Pável Brasil Custódio
Engenharia Elétrica - Engenharia Mecânica
Engenharia de Telecomunicações
Engenharia da Computação

Patrícia Maria de Carvalho Soares (Assistente Civil)
Engenharia Civil
Engenharia da Produção

Lídia Gonçalves de Araújo
Jornalismo

Sonilda Aparecida de Fátima Silva
Pedagogia

Hérica Landi de Brito
Psicologia

Roberto Jimenes
Publicidade e Propaganda

Joelma de Moura Ferreira
Sistemas de Informação

Editoração e Revisão: Itla José de Almeida
Revisão Linguística: Eclea Campos Ferreira

Catalogação na fonte: Biblioteca UNIALFA

Anais: encontro de iniciação científica ALFA (EICA)
(27 e 28 de outubro de 2016) / Organizadores: Nelson de Carvalho
Filho [Superintendente], Fabine Évelin Romão Pimentel [Presidente da
comissão], Itla José de Almeida [Gerente de planejamento e operações
acadêmicas] e coordenações dos Cursos. – Goiânia, 2016.

402 p.

Anais do 13º Encontro de Iniciação Científica (EICA)
ISBN 978-85-89787-10-9

1. EICA. 2. 13º Encontro de Iniciação Científica ALFA. 3. Iniciação
científica. 4. Anais. II.ALFA – Faculdades Alves Faria. III. Título.

CDU: 001.8(817.3)

APRESENTAÇÕES ORAIS

Resumo Expandido

SISTEMA DE CAPTURA DO MOVIMENTO HUMANO E REPRODUÇÃO DESSE MOVIMENTO EM AMBIENTE VIRTUAL

Paulo A. B. Soares; Luca G. P. F. Iglesiasg; Alexandre O. Braga; Charles dos Santos Costa

Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás - IFG/ Campus Goiânia

RESUMO

Graças ao avanço da tecnologia, o termo “realidade aumentada” está ganhando forças e mudando nossa maneira de interagir com o mundo. Para ajudar no avanço dessa tecnologia, este trabalho tem como objetivo a confecção de uma luva composta por sensores, flexíveis capazes de ler a movimentação da mão do usuário e transferir esses dados a um modelo de mão simulado no computador. Junta mente com os sensores foram utilizados o Raspberry PI para fazer a leitura dos dados e o Autodesk Maya para simulá-los.

Palavras-chave: Realidade-Aumentada; Luva; Raspberry Pi; Autodesk Maya.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo o estudo e a confecção de uma luva capaz de captar os movimentos gerados pelo usuário e repeti-los em uma simulação em ambiente virtual.

METODOLOGIA

Com base em pesquisa, e supondo a provável complexidade da programação que seria necessária no projeto, optamos por utilizar um Raspberry Pi B+ como a unidade de processamento de todos os dados dos sensores, que possui um processador BCM2835 (o mesmo processador presente no iphone 4 e alguns modelos de kindle), e pode utilizar um sistema operacional como o de um computador.

Para a coleta dos movimentos seria necessária a utilização de um sensor capaz de (perceber e alterar sua medição à medida que um dedo fosse dobrado. Escolhemos, então, utilizar os sensores resistivos de dobra da Spectra Symbol, cuja funcionalidade, de mudar sua resistência conforme é dobrado, se adequava perfeitamente à nossa idealização do projeto.

Após testes iniciais implementando os circuitos sugeridos pelo datasheet do sensor resistivo, começamos a confecção da luva. Os sensores foram costurados acima das juntas K das falanges, e acima da junção entre o metacarpo e a falange de cada dedo da luva, de forma que cada movimento fosse captado por um sensor, sem afetar outros sensores não envolvidos nesse movimento e finalizando com a ligação de cada sensor a conversores analógicos para digital, e estes ao Raspberry Pi. A programação no Raspberry Pi envolveu a linguagem Python, juntamente com os pacotes necessários para a comunicação entre o Raspberry Pi e os conversores analógicos para digital, e entre ele e o Autodesk Maya. Programamos o Raspberry Pi para receber os dados dos sensores e tratá-los de forma adequada para o envio ao ambiente de simulação 3D do Autodesk Maya, reduzindo ruídos e melhorando a precisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos estão próximos dos inicialmente idealizados, sendo necessária apenas uma estabilização melhor do sinal nas maiores amplitudes de movimento.

A literatura sobre esse tipo de trabalho é escassa, sendo, na maior parte, produtos caseiros cujos dados normalmente não estão documentados ou produtos com vista ao lado comercial os quais não disponibilizam dado algum além dos vídeos mostrando seu funcionamento. Tendo em conta isso, nosso projeto tem a vantagem de oferecer uma gama maior de movimentos sendo capturados e reproduzidos, e a desvantagem de possuir, por enquanto, uma estabilidade menor, se comparado aos comerciais, quando os movimentos chegam próximo ao limite máximo do alcance dos sensores.

CONCLUSÕES

A luva confeccionada se mostrou uma boa ferramenta para a interação com o meio digital, tendo a possibilidade de ser usada em áreas como a educação, jogos, publicidade, médica e industrial, pois não é limitada ao mundo virtual, podendo ser usada para controlar equipamentos reais, como braços robóticos ou máquinas industriais, que atualmente tenham um controle complexo, mas que possam simplificados se substituídos pela simples imitação do movimento do braço, por exemplo, de um operador humano.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores Charles dos Santos Costa e Énio Prates Vasconcelos Filho, pelo apoio e incentivo ao nosso projeto.

REFERÊNCIAS

FLEX SENSOR HOOKUP GUIDE, Disponível em:
[<https://learn.sparkfun.com/tutorials/flex-sensor- hookup-guide>](https://learn.sparkfun.com/tutorials/flex-sensor-hookup-guide), Acesso em 03 março de 2016.

Microchip Technology Inc., "MCP3004/3008 Data Sheet" - 2008 - DS21295D NEW GPIO WRAPPER LIBRARY FOR THE RASPBERRY PI. Disponível em:
[<http://www.recantha.co.uk/blog/?p=13491>](http://www.recantha.co.uk/blog/?p=13491), Acesso em 26 de fevereiro de 2016;

Spectrasymbol Inc., "Flex Sensor Datasheet", 2014 Autodesk Maya, Disponível em:
<http://www.autodesk.com/products/maya/overview>

Python GPIO Libraryfor Raspberry Pi, Disponível em:
<https://pypi.python.org/pypi/RPi.GPIO>

PROJETO DE REDUTOR DE ENGRANAGENS DE DENTES HELICOIDAIS PARA APLICAÇÃO NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

Daniel Prieto de Almeida Gomes; Carlos Alirio Lozano Ortiz

RESUMO

Muitas aplicações industriais fazem uso de redutores de velocidade. Esses dispositivos proporcionam a conversão de energia cinética em energia de potência para aplicações com elevada demanda de torque. Este trabalho tem por objetivo projetar um redutor de velocidades que atenda às necessidades de um equipamento industrial específico, análise de carregamentos nas engrenagens e eixos para a verificação dos níveis de tensões, além do dimensionamento dos componentes do equipamento, tais como: engrenagens, eixos, retentores, parafusos fixadores, rolamentos, etc. Além disso, o presente estudo abordará a especificação do sistema de lubrificação recomendado para o correto funcionamento do equipamento.

Palavras-chave: Redutor de Velocidade, Projeto Mecânico, Simulação Computacional.

INTRODUÇÃO

A indústria goiana conta com um grande volume de indústrias que demandam vez mais equipamentos ou implementos que tornem os seus processos mais eficientes, o trabalho busca atender uma dessas demandas projetando um redutor de velocidades que busca melhorar o rendimento de um determinado equipamento mecânico que vêm apresentando falhas devido à sua configuração atual.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseia-se na aplicação de conceitos teóricos provenientes das bibliografias de elementos máquina (Norton, Shigley, Meconan) para definir os parâmetros geométricos dos componentes mecânicos e das normas (AGMA, DIN) que padronizam a construção de engrenagens e eixos. Foi verificada a necessidade de elementos, tais como: parafusos, rolamentos, anéis de travamento, O-ring's, carcaça e lubrificante cujo projeto envolve resistência dos materiais, materiais de construção mecânica, mecânica dos fluidos, elementos de máquinas, elementos finitos, desenho mecânico e projeto de máquinas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado esperado é um redutor de velocidades que atenda à necessidade do equipamento da indústria alimentícia, que trabalha em alto ritmo produtivo e no qual qualquer parada por mal funcionamento representa um grande impacto na linha produtiva e, consequentemente, no rendimento da empresa.

Outro aspecto almejado é o dimensionamento dos componentes constituintes do redutor de velocidades, tais como: engrenagens, eixos, rolamentos, parafusos, anéis de travamento, lubrificantes e carcaça, todos eles dentro das normas de projeto, devidamente desenhados e testados em softwares CAD e CAE.

Através de ensaios, procura-se estabelecer paralelos quanto à influência de determinados parâmetros (módulo, número de dentes, ângulo de pressão) nos fatores geométricos de uma engrenagem, assim como nas cargas as quais esse componente deve suportar. Outro tipo de ensaio tenta determinar o comportamento dos eixos quanto aos esforços solicitantes aos quais eles são submetidos (principalmente o momento fletor) a fim de dimensioná-lo de forma a resistir tal reação de apoio.



CONCLUSÕES

Obteve-se o redutor dimensionado de acordo com normativas internacionais de projeto desse tipo de equipamento mecânico.

REFERÊNCIAS

- D IN 912 DEMARCHI, Prof. 0655- Processos de Fabricação Mecânica. Cópia das Transparências sobre: Fundição, Brasil 2008
- FERRARESI, Dino. Fundamentos da Usinagem dos Materiais. 1^a Ed. Edgar Blucher, 1970 HIBBELER, R. C. Resistências dos Materiais. 7^a Ed. Pearson: Brasil, 2009

SISTEMAS DE REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA EM GOIÂNIA

Brendaw Henrique O. Do E. Santo; Luanna Rezende Tobias; Wilson Marques Silva.

RESUMO

A racionalização do consumo de água é fundamental para a sustentabilidade de um país. Por exemplo, o uso de recursos hídricos potáveis em uma bacia sanitária é um desperdício desse bem, uma vez que, para tal, poderia se utilizar o descarte oriundo da máquina de lavar roupas ou do banho. Por meio de pesquisas em trabalhos acadêmicos e literaturas, se descreverá, neste trabalho, a importância de um sistema de reutilização de águas pluviais e cinzas, e de como fazer isso de uma maneira econômica e objetiva. Através de um estudo de caso em casas residenciais, se realizará um comparativo entre casas que possuem e que não possuem o sistema de reutilização de águas cinza e aproveitamento de água provinda da chuva. O presente estudo visa, diretamente, apresentar a redução do uso de água potável, como alternativa que avalia um melhor custo-benefício para o usuário e atenua o impacto ambiental causado pelo uso excessivo dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Desperdício; Reduzir; Reutilizar.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais as pessoas se conscientizam da importância de um sistema de reutilização de água, não só pela economia que isso gera a elas, mas também pelo pacto ambiental que deixam de causar. Sistemas de reuso de água vêm sendo trabalhado por profissionais de todas as áreas, para modernizar o sistema de reutilização e facilitar sua implementação. A cada dia se torna mais importante o aproveitamento de água da chuva, visto que a demanda por água doce está crescendo, não pelo aumento da população, mas pela poluição de fontes hídricas naturais. Este trabalho tem em vista reduzir o desperdício de água tratada e sua utilização indevida, analisando o sistema para conhecer quais os seus principais benefícios, tanto econômico quanto sustentável em casas residenciais em Goiânia.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste em uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses em acervo eletrônico, conceituando embasamento teórico sobre o tema deste trabalho. Com uma pesquisa exploratória, pretende-se comparar duas residências em Goiânia, uma que possua o sistema de reuso de água e outra que não possua, e, através de uma pesquisa descritiva qualitativa e quantitativa, apresentar os resultados obtidos, em relação ao custo-benefício e implementação do sistema de reutilização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se reduzir o desperdício de água nas residências em Goiânia, através desses sistemas. Coutinho diz que “os recursos hídricos têm uma capacidade de autodepuração limitada e os seus utilizadores tendem a aumentar os consumos e a exigir água de melhor qualidade, levando, inevitavelmente, à sua degradação. A disponibilidade de água em condições próprias para consumo encontra-se seriamente ameaçada em algumas zonas do globo”.

CONCLUSÕES

Não houve resultados alcançados, pois o projeto ainda está em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Ana Cristina. Reutilização de água. 2009. 193f. Tese (Doutorado em ciências de engenharia- engenharia civil) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ROBÔ INMOOV COM AUXÍLIO DA IMPRESSORA 3D

Vitória Regina Lago Lacerda; Andrey Vinícius Borges Alves; Guilherme Magalhães de Bastos, Myaghyh Augusto Pires Miranda, Ronaldo Bianchini Quadros, Énio Prates Vasconcelos Filho.

RESUMO

Este trabalho descreve a construção e o desenvolvimento do Robô InMoov, confeccionado em impressora 3D, com implementação de um sistema de Servo-Visão, Interação Natural e inteligência artificial baseada em diálogos (Chatbot). Além disso, apresenta-se, neste trabalho, a modelagem da cinemática direta e inversa do braço do robô.

Palavras-chave: InMoov; Servo-Visão; Interação Natural; Chatbot.

INTRODUÇÃO

O InMoov é um robô humanoide em tamanho real fabricado utilizando-se impressora 3D inicialmente desenvolvido por Gaël Langevin (2012). A partir disso, tornou-se uma plataforma *open-source* de desenvolvimento e aprendizagem de robô, em que, através do uso de tecnologias abertas e componentes de código aberto, muitos desenvolvedores mudaram o projeto original, a fim de expandir suas funções e as adaptar aos mais diversos gostos e aplicações. No presente trabalho, foca-se desenvolver o robô InMoov com aplicações de sistema servo visual, interação natural e Chatbot, bem como a modelagem matemática do braço do robô.

METODOLOGIA

Para implementação do sistema de Chatbot deste trabalho, foi utilizada a plataforma MyRoboLab juntamente com o interpretador de linguagem AIML, Pandorabots (SILVA, 2002). Para o sistema de Interação Natural foi utilizado o framework OpenNI integrado à plataforma de desenvolvimento Processing com utilização do sensor Kinect (LIMBERGER, 2011). No desenvolvimento do sistema de servo-visão, foi utilizada biblioteca OpenCV integrada à plataforma de desenvolvimento Microsoft Visual Studio em conjunto aos algoritmos Viola-Jones (VIOLA & JONES, 2001) e Camshift (PEIXOTO, 2012). Enquanto que para modelagem matemática foi utilizado a representação de Danavit-Hartenberg (SPONG, 2006).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos esforços realizados no desenvolvimento deste projeto, é possível mostrar na Figura 1 o sistema completo montado.



Figura 1 - Sistema completamente montado.

No que diz respeito ao sistema servo visual, foram observados dois aspectos principais, que são: taxa de falso positivo de 16% dos testes de detecção facial e ajuste dos parâmetros de saturação e brilho do modelo de cor HSV de acordo com os aspectos do ambiente.

O principal aspecto observado no sistema de interação natural é a quantidade de erros de mapeamento do corpo, seja por não detecção do corpo ou detecção de pontos a mais do mesmo. A partir de testes foram obtidos 17% de erros por não mapeamento e 8,6% de erros por detecção de pontos aleatórios.

No sistema de Chatbot, são observados dois aspectos principais, que são: velocidade do tempo de resposta que está diretamente relacionado à velocidade da internet em que o robô se situa e uma taxa de erro de escuta de 5,9 vezes por diálogo.

CONCLUSÕES

Ao longo da descrição do presente trabalho, pode-se afirmar que todos os objetivos X estabelecidos para o mesmo foram cumpridos. Foi desenvolvida, também, uma série de metodologias de testes que podem ser utilizadas para outros projetos, demandando apenas a mudança para o tipo de empregabilidade que forem usadas. Desse modo, é mais fácil analisar imperfeições dos modelos elaborados, gerando um aumento da sua qualidade.

REFERÊNCIAS

- LANGEVIN, G. (2012). *Aseembly 3D View*. Acesso em Abril de 2016, disponível em InMoov: Open Source 3D Printed Life-Size-Robot: <http://inmoov.fr/>
- LIMBERGER, F. A. (2011). *Geração de Trimaps em Tempo Real Utilizando o Kinect*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.
- PEIXOTO, P. T. (Novembro de 2012). Dissertação de Mestrado. *Detecção e Acompanhamento de Movimento Através de uma Câmera de Vídeo*, 113. Porto, Portugal: Instituto Superior de Engenharia do Porto.
- SILVA, A. B. (2002). *Um Chatterbot em AILM Pius que Conversa Sobre Horóscopo*. Pernambuco.
- SPONG, M. W. (2006). *Robot Modeling and Control*. Wiley.
- VIOLA, P., & JONES, M. (13 de Julho de 2001). Robust Real-time Object Detection. *Second International Workshop on Statistical and Computational Theories of Vision - Modeling, Learning, Computing, and Sampling*, p. 25.

RECONHECIMENTO DE CARACTERES EM PLACAS AUTOMOTIVAS UTILIZANDO – SE REDES NEURAIS

Jean Paulo Alves Veloso; Cyro Ricardo Gondim Leão; Thales Baliero Takáo.

RESUMO

Com o aumento acentuado das frotas veiculares nos grandes centros urbanos, os métodos tradicionais de fiscalização e controle de tráfego são insuficientes antes o volume de trabalho, resultando um número excessivo de crimes e acidentes de trânsito. Tarefas como registro de Y infrações e controle de acesso podem ser automatizadas com um sistema de visão computacional suficientemente preciso. O trabalho avalia o desempenho da rede neural artificial perceptron de múltiplas camadas com algoritmos de aprendizado por retropropagação e máquina de vetores de suporte a fim de determinar a abordagem mais precisa, confiável e eficiente no reconhecimento de caracteres em imagens de placas automotivas.

Palavras-chave: redes neurais; reconhecimento de caracteres; visão computacional; reconhecimento de padrões, aprendizado de máquina.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o rigor da fiscalização do trânsito afeta diretamente o número de infrações cometidas e acidentes evitáveis, mas essa iniciativa é limitada por um efetivo insuficiente ante uma imensa frota veicular. Os sistemas de visão computacional podem ser aplicados na automação de tarefas relacionadas à fiscalização de trânsito, como o registro de infrações, emissão de multas e verificação de veículos em situação irregular.

Para poder executar tais tarefas, um sistema autônomo deve ter a capacidade de identificar veículos de forma automática e precisa, mesmo em condições adversas.

Segundo Coppin (2012), as redes neurais são uma tecnologia adequada para essa aplicação. O trabalho tem o objetivo de avaliar o desempenho de diferentes abordagens de aprendizado de máquina nessa tarefa específica.

METODOLOGIA

O trabalho é baseado em pesquisa bibliográfica e também em uma pesquisa experimental, que inclui a implementação de uma rede neural artificial do tipo perceptron multicamadas conforme o modelo descrito por Braga, Ludermir e Carvalho (2012). A rede será treinada com algoritmos por retropropagação e máquina de vetores de suporte (SVM) para reconhecer caracteres em imagens de placas de veículos. A base de imagens é cedida sem ônus para uso acadêmico pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF/MCT) e pela empresa DRV - Desenvolvimento e Representação LTDA.

A avaliação quantitativa de desempenho emprega as técnicas estatísticas de validação cruzada e análise ROC descritas por Haikyn (2001) para obter dados sobre a acurácia, precisão, sensibilidade e especificidade de cada modelo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está em fase de desenvolvimento e os resultados alcançados ainda são preliminares. O método de validação cruzada gerou uma taxa de acerto de 74,19% com 23 acertos e 8 erros, de um total de 31 amostras processadas com SVM. O perceptron multicamadas obteve 48,38% com 15 acertos e 16 erros. A expectativa é que o trabalho produza dados suficientes para determinar o nível de eficiência e eficácia dos modelos testados.

CONCLUSÕES

A serem divulgadas quando a pesquisa for terminada.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores Thales Baliero Takáo e Joelma de Moura Ferreira, respectivamente, orientador e coordenadora, pelo apoio durante a realização do trabalho; ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, por disponibilizar a base de imagens; ao Prouni, por proporcionar a oportunidade de estudar; e a todos os nossos prezados colegas.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, A. P.; CARVALHO, A. P. L. F.; LUDERMIR, T B. **Redes neurais artificiais: teoria e aplicações.** 2º ed., Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- COPPIN, Ben; **Artificial Intelligence Illuminated.** 1ª ed. Londres: Jones and Bartlett, 2012.
- HAYKIN, Simion; **Redes Neurais, princípios e prática.** 2º ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

MYTASK: UM SISTEMA PARA GERAÇÃO AUTOMATIZADA DE DOCUMENTOS OFICIAIS

Juliana Alves Vieira; João Ricardo Braga de Paiva; Mário Teixeira Lemes.

RESUMO

O projeto MyTask: Um Sistema para Geração Automatizada de Documentos Oficiais tem como objetivo a produção de um *software* para geração, formatação e padronização de documentos oficiais. Propõe-se que a ferramenta disponibilize ao usuário dois tipos diferentes de documentos oficiais: memorandos e ofícios. A geração automatizada desses documentos permite que os usuários do sistema se concentrem apenas no conteúdo dos mesmos, eliminando a necessidade de cuidados adicionais em sua padronização e formatação. Esta filosofia também é conhecida como a WYSIWYM (*What You See Is What You Mean*), utilizada em outras ferramentas, como o LaTeX. Após fornecer ao sistema as informações pertinentes ao documento, o sistema realizará sua geração

automatizada e o usuário poderá realizar o *download* do projeto, podendo armazená-lo nas extensões odt (*open document format*) e pdf (*portable document forrnaf*).

Palavras-chave: Gerenciamento; Automatização; Padronização.

INTRODUÇÃO

O documento oficial consubstancia o mecanismo de comunicação oficial no campo administrativo. Essa comunicação se efetiva por meio dos atos administrativos que são praticados pelos agentes da administração pública investidos de poderes (BRASIL, 2002). Neste contexto, a utilização de um sistema automatizado de geração de documentos oficiais pode simplificar, no que diz respeito ao seu formato e modalidades, a produção destes instrumentos de comunicação.

O projeto MyTask: Um Sistema para Geração Automatizada de Documentos Oficiais objetiva a promoção de simplificação na criação, gerenciamento e padronização de documentos oficiais. O projeto se caracterizará como uma ferramenta de suporte para servidores de instituições de diversas áreas, permitindo que o usuário crie e gerencie seu documento oficial de forma automatizada.

METODOLOGIA

Será realizada pesquisa com foco no diagnóstico dos procedimentos de padronização de documentos oficiais de uma instituição de ensino pública, afim de compreender suas rotinas administrativas e garantir a geração de documentos claros e objetivos.

Para a codificação do sistema será utilizada a linguagem de programação orientada à objetos Java, que possui especificação simplificada tanto de sintaxe quanto de ambiente de execução. A metodologia de desenvolvimento adotada será o Processo Unificado (*Unified Process*) que proporciona auxílio no processo de transformação de requisitos de usuário em um sistema informatizado (SOMMERVILLE, 2015; PRESSMAN, 2014). A construção das interfaces será realizada utilizando o *framework* Vaadin e as bases de dados do sistema serão modeladas utilizando o modelo relacional, que utiliza conceitos de entidade e relação. Para o gerenciamento das bases de dados será utilizado o PostgreSQL, juntamente com o gerenciador gráfico de dados pgAdmin.

RESULTADOS ESPERADOS

Esse é um trabalho em andamento. Na Figura I é apresentado o fluxograma que descreve a sequência operacional de uso do MyTask. O usuário deverá realizar login no sistema para ter permissão de uso. A etapa seguinte é a seleção do tipo de documento oficial. Caso seja selecionado ofício, aplica-se na formatação do documento regras de comunicação externa. Caso seja selecionado memorando, aplica-se regras de comunicação interna. Após a definição das regras de formatação, o sistema irá gerar o documento padronizado.

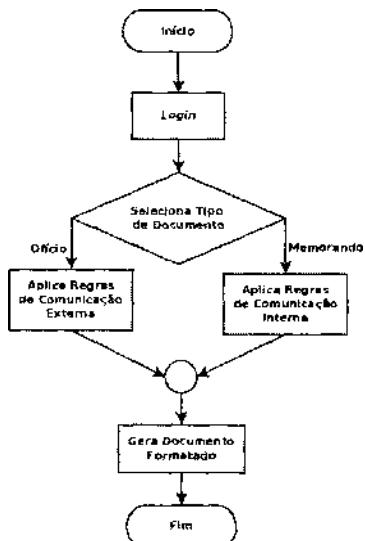


Figura I: Fluxograma da sequência operacional de uso do MyTask

CONCLUSÕES

O software proposto viabilizará a produção padronizada de documentos oficiais de comunicação emitidos por instituições. A utilização de *templates* permitirá que o usuário do sistema consiga elaborar tais documentos de maneira ágil e eficiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 2. ed.
Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 2002.

PRESSMAN, Roger; MAXIM, Bruce R. Software Engineering: A Practitioner's Approach. 8thed. New York: McGraw-Hill Education, 2014.

SOMMERVILLE, Ian. Software Engineering. 10th ed. Boston: Pearson, 2015.

Controle de Acesso Físico com Uso de Cartão RFID

Adriano Jorge Farias; Thalles Baliero Takao

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo implementar um dispositivo de controle e automação de acesso físico ao laboratório de controle utilizando a tecnologia RFID (**Radio Frequency IDentification ou** identificação por rádio frequência). O dispositivo consiste em um microcontrolador Arduino Uno, uma tranca eletrônica, antena RFID e um display LCD. O Arduino serve como interface entre os componentes. O protótipo baseia-se na identificação dos cartões ou tags e sem a intervenção humana, uma antena instalada na área de acesso do laboratório é responsável pela leitura do cartão. O protótipo é composto por uma tranca eletrônica, duas caixas herméticas, uma contendo o microcontrolador

Arduino, fonte, e outra contendo um leitor RFID e um display LCD. O sistema já é utilizado em hotéis e residências.

Palavras-chave: Rádio Frequência, RFID, Controle de Acesso, Arduino, Automação.

INTRODUÇÃO

A automação tem se destacado ao longo dos anos e tem ganhado cada vez mais espaço, trazendo uma melhoria na qualidade de vida, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo elaborar um controle de acesso físico, segura e intuitiva com uso de cartão RFID (PAIVA, 2006). Tal segurança será garantida com o uso de RFID, que é uma comunicação de radiofrequência com área de ação limitada a poucos centímetros do emissor do receptor (KLAUS, 2010). O objetivo é criar um controle completo de um sistema de controle de acesso que poderá, no fim, ser comercializado. Envolve a elaboração de um terminal baseado em Arduino com um leitor RFID que controlará a fechadura de um laboratório que já possui, além de cadastrar novos cartões com uso de uma tag mestre(MONK, 2014).

METODOLOGIA

Pesquisa experimental e bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Demonstrar como a implementação, utilizando RFID no laboratório, pode ser viável e, através da exposição da instrumentalização do sistema, mostrar quais condições e requisitos são necessários para o funcionamento do protótipo: utilização da tecnologia RFID, distância mínima da antena para o cartão, tempo de abertura da tranca aberta, cadastro de novos cartões, entre outros.

CONCLUSÕES

Espera-se demonstrar, por meio dos resultados obtidos da implementação, que é possível utilizar um sistema de controle de acesso utilizando RFID para otimizar a segurança e fluidez no acesso ao laboratório. Esse sistema é de simples implantação, uma vez que seu custo de produção não é relativamente alto e não existe a necessidade de se modificar o meio onde ele será inserido. Para efeito de simulação, realizamos o cadastro de apenas 2 cartões indutivos passivos.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho aos meus familiares, minha esposa, Ludymara Pinheiro, amigos e professores que sempre estiveram ao meu lado, dando-me apoio, incentivo, companhia e amor. Sem vocês, não teria chegado aonde cheguei. Obrigado!

REFERÊNCIAS

As obras listadas na seção Referências deverão ser referenciadas ao longo do texto A ordem dos itens em cada referência deve obedecer às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT /NBR: 6023.

PAIVA, Luiz de, RFID: Vantagens e Benefícios, 2006.

KLAUS, Finkenzeller, RFID Handbok. 3^a ed. Reino Unido: Wiley, 2010.

MONK, Simon, 30 Projetos com Arduino. Tradução por: Anatólio Laschuk. 2^a ed. Nova Iorque:

The McGraw-Hill Global EducationHoldings, 2013.

APLICAÇÃO DE TÉCNICAS E CONCEITOS DE GAMIFICAÇÃO: ATUANDO EM SISTEMAS CORPORATIVOS DE VENDAS

*Danillo Nogueira Dantas; Paulo Júnio Lourenço Gomes; Fabrício Batista Silverio;
Millys Fabrielle.*

RESUMO

Será adaptado um modelo de metodologia de vendas com o conceito de Gamificação que se resume no uso de mecanismos de jogos orientados ao objetivo de resolver problemas práticos ou despertar engajamento em um público específico. Ela reúne todos os segmentos que têm sido avançados em jogos para contextos de não jogos. Desta forma, nos unimos conceitos de jogos, estratégias de comunicação, e jogos que buscam obter interação social. Os objetivos da aplicação de jogos no contexto corporativos, são: obter alto nível de comprometimento dos funcionários, facilitar a introdução de mudanças na organização e estimular a inovação.

Palavras-chave: Gamificação, vendas.

INTRODUÇÃO

Gamificação é um novo conceito que está-se desenvolvendo no mercado, pois, de acordo com especialistas, a forma de trabalhar em equipe está evoluindo a cada dia. Algumas empresas possuem implantações bem-sucedidas de gamificação, a Google é um exemplo, insere diversão para o estímulo da criatividade dos seus colaboradores. Outro exemplo, a aplicação de jogos sérios vem alterando o dia a dia de muitas empresas. Um levantamento feito pelo Gartner diz que, em 2016, teremos mais de 70% das duas mil maiores empresas do mundo aplicando jogos em seus negócios. Nos últimos anos principalmente, game designers de diversas partes do mundo têm se dedicado a aplicar princípios de jogos em campos variados, tais como saúde, educação, políticas públicas, esportes ou aumento de produtividade. Os jogos tanto são utilizados de forma a conquistar, cativar e manter clientes, quanto em trabalhos dentro das organizações.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico foi para desenvolver uma pesquisa de modalidade básica, com o objetivo de investigação exploratória, pois não há muito conteúdo sobre gamificação, por ser um conceito novo no mercado, e abordagem de pesquisa qualitativa. Foi elaborada uma metodologia para aplicação de gamificação em corporação para área de vendas e utilizamos técnicas de pesquisa bibliográfica porque parte do conteúdo deste projeto foi desenvolvido a partir de livros de diversos autores e pesquisa de campo. Serão feitas visitas para coleta de dados, objetivando o desenvolvimento de uma adaptação de metodologia de vendas com a gamificação nas corporações, visando à imersão dos vendedores onde serão aplicadas mecânicas de jogos nas vendas.]

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseado em estudos de especialistas, este projeto propõe desenvolvimento de métodos de aplicação do conceito de gamificação em metodologias de vendas utilizadas em sistemas corporativos. O objetivo é compreender o que ocorre no processo de vendas nas corporações, para identificar ponto em que podem ser implementados os conceitos de gamificação, com intuito de otimizar os resultados da empresa e do vendedor.

CONCLUSÕES

Se aplicação da gamificação for bem-sucedida, haverá otimização nos resultados do vendedor, sendo: aumento da criatividade, motivação e satisfação no trabalho e da empresa, que irá obter otimização no seu processo de venda, maximização dos lucros e constante crescimento no mercado. E, assim, proporcionar o aumento das vendas através do conceito de motivação com gamificação, tornando o processo de vendas mais satisfatório.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por estarmos aqui, a nossos pais, a nossos professores, e a todos aqui presentes.

REFERÊNCIAS

CHEN, M. J. Flow in Games. Jenovachen.Com, 2006.

FADEL, Luciane; ULBRICHT, Vania; BATISTA, Claudia; VANZIN, Tarcísio. Gamificação na educação. Pimenta Cultural: São Paulo, 2014. Ortega Marcelo. Inteligência em Vendas. Saraiva, 2009.

Aspectos relevantes na elaboração de Acordo de Nível de Serviço (SLA) para Software como Serviço (SaaS)

Douglas Daniel Santana Pinto; Lucas Martinelly dos Santos Borges; Adriano Sousa Pereira.

RESUMO

Antes, uma tendência de mercado o Software como Serviço (SaaS); hoje, é uma realidade. As empresas provedoras de software estão realizando grandes investimentos para migração de seus produtos para este novo modelo de fornecimento. Desta forma, o correto gerenciamento do modelo é imprescindível para que este alcance seus objetivos. Diante desse contexto, este trabalho visa investigar quais aspectos são relevantes para a definição de um dos pontos mais importantes para adoção do SaaS, a definição dos acordos de nível de serviços (SLA), pois são estes que definem as responsabilidades e valores entre cliente e fornecedor.

Palavras-chave: Cloud Computing; SLA; SaaS.

INTRODUÇÃO

O fornecimento de um serviço em SaaS é apoiado em *Cloud Computing* conhecido como Computação em Nuvem. De acordo com Taurion (2009), esse termo surgiu em 2006 em uma palestra de Eric Schmidt, da Google, sobre como sua empresa gerenciava seus data centers. Hoje, a computação em nuvem se apresenta como o cerne de um movimento e profundas transformações do mundo da tecnologia.

O *Cloud Computing* é um modelo que busca disponibilizar produtos de tecnologia na forma de serviços, como, por exemplo, Platform as a Service - PaaS, Infrastructure as a Service - IaaS e Software as a Service - SaaS de forma que estes serviços possam entregar valor a quem os consome.

De acordo com uma pesquisa da consultoria IDC, o investimento das empresas brasileiras em Computação em Nuvem deve chegar a US\$ 798 milhões até 2015. As vendas de SaaS alcançarão US\$ 370 milhões e, pela primeira vez, o investimento será maior do que em IaaS, que chegará a US\$ 362 milhões. Em outra pesquisa, a IDC revela que haverá um crescimento de 20% até o final dessa década. De acordo com a Forbes em 2018 27,8% do mercado de aplicativos corporativos em todo o mundo serão baseados em SaaS, gerando uma receita de US\$ 50,8 bilhões em receita.

Sendo assim, o SaaS configura como um dos modelos mais promissores, fazendo com que diversas organizações migrem seus softwares para este modelo. Fazendo, assim, com que o SaaS saia de uma tendência de mercado para uma realidade presente em nosso dia a dia. Segundo a Fujitsu, o modelo Software as a Service (SaaS) já se provou como um dos maiores agregadores de valor para negócios de todos os tamanhos, com soluções SaaS para produtividade empresarial, gerenciamento de TI e outras áreas.

Contudo, a utilização do modelo SaaS traz à tona alguns questionamentos quanto à segurança de acesso e das informações, à disponibilidade da aplicação e das informações, à integridade das informações e à escalabilidade, podendo tornar-se um grande problema caso não seja bem gerenciado o processo de adoção, pois estão sendo entregues para outra empresa dados valiosos sobre o seu negócio.

A partir desta situação é que surge a necessidade de estabelecimento dos chamados Acordo de Nível de Serviço (SLA - *Service Level Agreement*). Segundo Cancian (2009), “SLAs são acordos de nível de serviço, em que definidas as condições, valores e responsabilidades entre clientes e provedores”. Desta forma, a definição de SLAs é considerada um dos pontos mais importantes no relacionamento das partes envolvidas em uma relação de prestação de serviço, sendo também, uma importante ferramenta para percepção do cliente quanto à qualidade do serviço. Para Bouman et al. (1999) os “SLAs

estão deixando de ser meramente um instrumento financeiro para serem, principalmente,⁷ um instrumento para a gestão das expectativas do cliente”, gerando, assim, um entendimento claro do que esperar do serviço.

Neste contexto, esta pesquisa busca investigar quais aspectos se mostram importantes no momento da elaboração de um contrato de Acordo de Nível de Serviço para o cenário de SaaS.

METODOLOGIA

A metodologia usada para execução deste projeto de pesquisa foi uma pesquisa bibliográfica sobre os temas de Cloud Computing, SaaS e SLA, realizando-se uma investigação para verificar os aspectos que se mostram relevantes no momento da elaboração de contratos de Acordo de Nível de Serviço, especificamente para o modelo de prestação de serviço SaaS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos tratados dentro do SLA para SaaS estão normalmente ligados diretamente à criticidade do serviço na operação da organização, de forma que quanto maior a X abrangência do SaaS dentro da organização, mais específicos são os termos tratados dentro do SLA

CONCLUSÕES

Visto que SaaS trata de um modelo de prestação de serviço, os SLA's se mostram uma importante ferramenta de gestão do mesmo, pois traduz, em termos mensurais, os aspectos importantes de operação do serviço, e também especificando as expectativas e responsabilidades de ambas as partes.

AGRADECIMENTOS

Quaisquer agradecimentos a pessoas ou agências financiadores devem ser colocados nessa seção.

REFERÊNCIAS

BOUMAN, Jacques, TRIENEKENS, Jos, ZWAN, Mark van der. *Specification Of Service Levei Agreements, Clarifying Concepts On The Basis Of Practical Research.* Conference: Software Technology and Engineering Practice, 1999.

CANCIAN, Maiara Heil. *Uma Proposta De Guia De Referência Para Provedores De Software Como Um Serviço.* Florianópolis, 2009.

TAURION, Cesar. *Cloud computing - Computação em nuvem: Transformando o mundo da Tecnologia da Informação.* Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

CONTROLE DE SERVIÇO EM OBRA POR CENTRO DE CUSTO

Rute Tundelo de Carvalho Lovo; Diogo B. de Moraes; Vitor Feliciano Loureço; Antônio Claret.

RESUMO

As empresas do setor da construção civil atuam em um mercado cada vez mais competitivo e desenvolvido. Um grande problema que ocorre em obras com um processo executivo desqualificado é a incompatibilidade do custo orçado com o custo executado. Em vista disso, torna-se necessária a procura de um controle de obras que busquem soluções para aperfeiçoar os processos executivos e minimizar os custos de produção dos empreendimentos.

A realização deste trabalho usa como base o método do Centro de Custo, o qual fragmenta a empresa em diversos setores, que podem gerar receitas e despesas de forma independente. Com isso, podemos identificar falhas no processo produtivo com mais facilidade e medir o desempenho de cada setor, auxiliando a tomar melhores decisões quanto aos gastos, produtos e serviços. A correta aplicação dos sistemas de custo pode aumentar a lucratividade e melhorar o desempenho da empresa.

Palavras-chave: Custo. Controle de obra. Centro de Custo.

INTRODUÇÃO

O método de centro de custo auxilia na busca por meios de reduzir os custos e garantir a qualidade dos empreendimentos conforme exigências do mercado da construção. Esse trabalho tem como objetivo analisar as etapas construtivas de pilares, lajes e vigas (consumo de forma, concreto, aço e EPS) de um empreendimento residencial, e comparar os dados da obra com o orçamento, com o intuito de identificar falhas no processo executivo.

METODOLOGIA

O trabalho será desenvolvido em um empreendimento residencial com 35 pavimentos. Nesse estudo, vamos comparar o quantitativo previsto com os materiais utilizados (fôrmas, concreto, aço, enchimento EPS) e mão de obra, para execução de pilares, vigas e lajes. Para facilitar a identificação de falhas no processo executivo, vamos utilizar o método do Centro de Custo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se com a realização desse estudo identificar falhas no processo executivo, como o desperdício de materiais, retrabalhos, tempo empregado na execução dos serviços e falhas na gestão de projetos, e, a partir disso, apresentar possíveis soluções, como treinamento dos funcionários, aquisição de equipamentos modernos, controle mais rigoroso.

CONCLUSÕES

A conclusão depende dos dados da execução, cuja coleta está em andamento.

REFERÊNCIAS

- LAURIA, Luciano Carlos. Planejamento e Controle Orçamentário. ImFinanças Corporativas: teoria e prática empresarial no Brasil. Elsevier Editora, 2008
- MATTOS, Aldo Dórea. Planejamento e controle de obras. São Paulo: Pini 2010.
- XAVIER, Ivan. Orçamento, planejamento e custos de obras. FUPAM. 2008
- VARTANIAN, Grigor Haig. O método de custeio pleno: uma análise conceitual e empírica. São Paulo: FEA/USP, 2000.

REFORÇO DE PILARES DE CONCRETO ARMADO MEDIANAMENTE ESBELTOS SUBMETIDOS À FLEXÃO RETA UTILIZANDO COMPÓSITOS DE FIBRA DE CARBONO

Franciele Alves e Silva; Guilherme Luiz Pereira Pinto; André Vinícius Leyser de Souza.

RESUMO

Este trabalho estudou pilares de concreto armado medianamente esbeltos submetidos a flexão reta reforçados com compósito de fibra de carbono. Serão realizados ensaios de rompimento de quatro pilares, todos calculados de maneira que resistam a, aproximadamente, 45 tf com uma taxa de armadura de 1,6%. Destes, dois serão reforçados, utilizando-se polímeros de fibra de carbono e os outros dois, mantidos originais para base de comparação. A flexão no aço, concreto e manta serão analisados através da instalação de extensômetros nos materiais citados. Estes pilares serão rompidos em prensa hidráulica, com aplicação de carga excêntrica de 4,8 cm e analisados os resultados alcançados, a fim de se verificar o aumento da resistência obtida através do reforço. Fatores, como a falta de manutenção periódica; mudança de utilização das estruturas sem um estudo prévio associado a erros de projeto, execução ou concepção; redução da resistência dos materiais ocasionados pela sua degradação, seja ela, carbonatação do concreto e/ou corrosão do aço, influenciam diretamente no surgimento de patologias. Visto que os pilares estão sujeitos a todos os problemas citados anteriormente, vê-se necessário o estudo de métodos que visam manter sua integridade ou aumento de resistência.

Palavras-chave: Pilares; Flexão; Fibra de carbono; Dimensionamento.

INTRODUÇÃO

Na construção civil, busca-se uma maior redução de custo e tempo na fabricação de suas estruturas. Para isso, algumas medidas são tomadas de maneira errônea, como a retirada de escoramentos antes do prazo determinado em projeto e a utilização de materiais sem o devido controle de qualidade. Tais fatores contribuem para o aparecimento de problemas estruturais, pois, em vários casos, a priorização da produtividade não leva em consideração y, a criação de tecnologias que atenuam os fatores patológicos.

O reforço e o reparo são necessários quando a peça perde sua utilização de serviço através do surgimento de fissuras e frestas excessivas que causam desconforto ao usuário, atingindo o Estado Limite de Serviço (E.L.S.), ou quando a estrutura perde sua função por ruptura - atinge seu Estado Limite Último (E.L.U.), conforme a norma ABNT NBR 6118:2014. O reforço também pode ser empregado para contemplar mudanças de utilização da mesma.

Assim como citado por Souza (2011), há várias técnicas de reforço, como as mais populares: aumento da seção transversal através do uso de concreto de alto desempenho; aplicação de chapas de aço e a colagem de fibras de carbono através de resina epóxi. Para a escolha de um método específico, devem ser levados em consideração a arquitetura, o custo da técnica, a facilidade e a rapidez em sua execução. Sendo assim, dever-se-á adotar aquele que melhor se adapta às necessidades do cliente.

Este trabalho contemplará o reforço por fibras de carbono em pilares medianamente esbeltos de concreto armado. O reforço com compósitos de fibra de carbono é uma técnica rápida, fácil e de eficaz aplicação. O fato de as dimensões das estruturas permanecerem praticamente inalteradas é um fator determinante na adoção desse tipo de reforço. O baixo peso específico do sistema é uma grande vantagem em relação ao aumento da seção através de materiais cimentícios.

METODOLOGIA

Foram moldados 4 protótipos de pilares de concreto armado medianamente esbeltos submetidos a flexão reta fabricados com concreto armado, através dos cálculos e especificações da norma ABNT NBR 6118:2014.

Os pilares foram fabricados com aço CA-50, diâmetro de 10 mm, moldados com concreto de resistência de 30 Mpa. Foram moldados corpos de prova para acompanhar a evolução da resistência do concreto de acordo com sua cura. Decorridos sete dias a partir da concretagem, serão reforçados dois pilares com uma camada de compósito de fibra de carbono.

Após alcançada a resistência do concreto, os pilares serão submetidos a flexo-compressão em prensa hidráulica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É esperado determinar um acréscimo de resistência nos pilares reforçados, a fim de estabelecer uma relação entre pilares com e sem reforço, além de verificar deformações máximas nas fibras de carbono e comparar com especificações teóricas de fabricantes, como Sika e Anchortec.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) NBR 6118:2014; Projeto de estruturas de concreto - Procedimento.

SOUZA, André Vinícius Leyser. Reforço de Pilares Curtos de Concreto Armado de Seção Quadrada com Mantas de Polímero Reforçado com Fibra de Carbono. 2011.

APLICATIVO ONLINE VOLTADO PARA DIMENSIONAMENTO DE ESTRUTURAS DE FUNDAÇÕES

Guilherme Luiz Pereira Pinto; Franciele Alves e Silva; Wilmar Alves F. Filho, Flávio Ricardo Leal da Cunha.

RESUMO

É crescente a utilização de softwares no auxílio de projetos de engenharia, porém muitos destes são voltados para o mercado, fazendo com que sua aquisição gere um custo para seus usuários.

Nesse contexto, o objetivo do estudo foi criar uma ferramenta computacional, voltada para estudantes, capaz de dimensionar e detalhar elementos de fundação (sapatas, tubulão e blocos de coroamento) de forma online e gratuita. Inicialmente, realizou-se uma busca na literatura para definição dos métodos a serem utilizados. Este foram: Alonso (1983), Moraes (1976) e Costa (1981), para dimensionamento geotécnico de sapatas; e Aoki-Velloso (1975) e Décourt-Quaresma (1978), para o dimensionamento geotécnico de estacas. Para o dimensionamento estrutural, foram seguidas as recomendações da ABNT NBR 6118:2014 e o procedimento de cálculo da CEB-70. Desde a sua disponibilização para os usuários, em menos de 1 mês, cerca de 317 blocos, 209 sapatas e 96 tubulões foram dimensionados. Portanto, o programa mostra-se uma ferramenta acessível e eficaz, devido ao número de elementos calculados. Todavia, sua aplicabilidade pode ser ampliada, ainda mais, desde que sejam realizadas as devidas adaptações.

Palavras-chave: Dimensionamento; Engenharia Civil; Software.

INTRODUÇÃO

"Atualmente, todas as etapas presentes no projeto de um edifício, desde o lançamento dos dados, passando pela análise estrutural, dimensionamento e detalhamento dos elementos, até a impressão de desenhos, de alguma forma, são influenciadas pela rapidez e precisão que a informática proporciona. "(KI MU RA, 2007).

Segundo Secom (2014), no Brasil, cerca de 65% dos jovens com até 25 anos, acessam internet todos os dias. A internet se tornou uma grande ferramenta no auxílio da educação, oferecendo uma gama de informações, artigos, teses e matérias que contribuem no processo de aprendizagem por parte dos estudantes.

Em consideração ao crescente acesso à internet e tomando como público-alvo estudantes de engenharia civil, o objetivo do estudo foi criar um programa online e gratuito no intuito de tornar prático o estudo de fundações e facilitar o acesso por parte dos acadêmicos, que poderão acessar a qualquer hora e em qualquer lugar, bastando ter acesso à internet, além de contar com uma versão atualizada e versátil.

METODOLOGIA

Inicialmente, realizou-se uma busca na literatura para sustentar a base teórica do projeto, a fim de analisar os métodos a serem utilizados para cálculo e dimensionamento das fundações. /

Com base na literatura, foram implementados 3 métodos semiempíricos para o dimensionamento geotécnico de sapatas: Alonso (1983), Moraes (1976) e Costa (1981);

e 2 métodos para o dimensionamento geotécnico de estacas: Aoki-Velloso (1975) e Décourt- Quaresma (1978).

Quanto ao dimensionamento estrutura, foi utilizado o Método das Bielas, segundo as X! prescrições da ABNT NBR 6118:2014 e o procedimento de cálculo da CEB-70 (sapatas com momento).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Utilizando os métodos supracitados, conseguiu-se abordar o dimensionamento de X sapatas isoladas com ou sem momento, tubulão e blocos de coroamento de até 2 estacas.

O programa ficou online em janeiro de 2016, mas somente a partir de setembro foram medidas as métricas de acessos e dimensionamentos, até a última apuração. No dia 02 de outubro de 2016, foram realizados 72 cadastros e 252 logins, resultando no dimensionamento de 317 blocos, 209 sapatas e 96 tubulões.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o software denominado de “Solid Base” foi uma ferramenta acessível, visto que é disponível de forma online e gratuitas para os usuários. É importante ressaltar que tal acessibilidade só foi possível mediante as linguagens gratuitas, como o PHP.

Verificou-se sua eficácia por meio do dimensionamento dos elementos de fundação supracitados, todavia o software se mostrou limitado, pois não aborda todos os tipos de fundações, deixando aberta para estudos futuros a implementação de novos métodos, além do dimensionamento de outros tipos de estruturas de fundação.

REFERÊNCIAS

- KIMURA, A.** *Informática aplicada em estruturas de concreto armado: cálculos de edifícios com o uso de sistemas computacionais*. São Paulo: Pini, 2007.
- SECOM.** *Pesquisa brasileira de mídia 2015: Hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atauais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em: 02 de outubro de 2016.

UTILIZAÇÃO DO CONCRETO DE ALTO DESEMPENHO-CAD

Leandro Alves Vaz; Thales Rocha Pádua; Henrique Alves Moreira.

RESUMO

O concreto de alta resistência (CAD) vem sendo cada vez mais utilizado por profissionais da área da construção civil e isso se deve à sua alta resistência e durabilidade, além de diminuir a seção de pilares e cargas nas fundações. Ele está gradativamente substituindo o concreto convencional principalmente em meios agressivos. O CAD possui resistência acima de 40 Mpa, além de oferecer um alto desempenho e satisfação ao cliente. Sua alta resistência e durabilidade se devem ao uso de aditivos superplasticificantes, uso de aditivos

minerais e materiais cimentícios suplementares, utilização de altos teores de material cimentante e seleção adequada dos agregados. Apesar da simplicidade dos materiais usados e sendo bem parecido com o concreto convencional, seu diferencial está na qualidade e homogeneização dos materiais. Mesmo com seu custo mais elevado, tem um futuro promissor quando comparado com os benefícios de sua utilização. Suas vantagens incluem alta resistência química e à compressão, resistência à tração e ao cisalhamento, maior durabilidade, entre outras. No entanto, há preocupação devido à sua impermeabilização e porosidade, quando comparado ao concreto convencional em altas temperaturas.

Palavras-chave: Concreto de Alta Resistência. Durabilidade. Aditivos. Economia. CAD.

INTRODUÇÃO

A escolha desse tema foi feita com a intenção de mostrar como o CAD pode ser importante em vários tipos de construções e como ele pode ser feito, pois, em um futuro bem próximo, sua utilização será em grande escala. Com a utilização do CAD, é possível aumentar a velocidade de execução dos edifícios, reduzindo a carga permanente da estrutura e nas fundações; quando otimizado, também é possível reduzir a utilização de sistemas de formas e aumentar a durabilidade do concreto.

METODOLOGIA

No presente trabalho, serão realizados ensaios experimentais e pesquisas. Serão realizados ensaios de resistência do CAD a compressão por meio de corpos de prova, segundo a ABNT NBR 5739, realizados com a mistura de alguns materiais que irão depender da sua disponibilidade. Serão utilizados artigos científicos, normas técnicas, livros, internet e etc.

Os ensaios serão feitos determinados pelas sua relevância e importância, limitação da pesquisa em função da disponibilidade de tempo, uso do laboratório, e, também pela falta de recursos materiais, humanos e financeiros destinados ao trabalho.

Apresentação de adições utilizadas no CAD e seus resultados, assim como:

- ✓ Aplicações
- ✓ Módulo de deformação
- ✓ Economiza resultante de sua aplicação (espaço, volume de concreto, formas)
- ✓ Módulo de deformação s Durabilidade
- ✓ Características

Este trabalho apresentará a composição do CAD, quais materiais a serem utilizados, a escolha do melhor CAD para obras em geral, uso, e tecnologias aplicadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os ensaios de corpo de prova do CAD e os testes computacionais não foram executados até o momento, devido à complexidade do trabalho e ao pouco tempo disponível.

CONCLUSÕES

O trabalho está em andamento. Sem os ensaios e os testes não há como concluir o trabalho. Todo o trabalho depende da avaliação técnica do concreto de autodesempenho e convencional, para demonstrar se é viável economicamente e se irá atender as necessidades do projeto arquitetônico.

AGRADECIMENTOS

Bruno Rocha Cardoso

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7217 - Agregado - determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 1987.

NBR 7211 - Agregados para concreto. Rio de Janeiro, 1983.

NBR 6118 - Projeto e execução de obras de concreto armado. Rio de Janeiro, 1978.

NBR 7212: execução de concreto dosado em central. Rio de Janeiro, 1984.

NBR 12654: controle tecnológico de materiais componentes do concreto. Rio de Janeiro, 1992.

NBR 12655: preparo, controle e recebimento de concreto. Rio de Janeiro, 1992.

NBR 11768 - eb - 1763: aditivos para concreto de cimento Portland. Rio de Janeiro, 1992.

NBR 5733: cimento Portland de alta resistência inicial. Rio de Janeiro, 1991.

NBR 8522: concreto - determinação do modulo de deformação estática e diagrama tensão de formação. Rio de Janeiro, 1984.

NBR 8953: concretos para fins estruturais - classificação por grupos de resistência. Rio de Janeiro, 1992.

NBR 5739: ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos de concreto. Rio de Janeiro, 1994.

NBR 13957: sílica ativa para uso em cimento Portland, concreto, argamassa e pasta de cimento Portland - métodos de ensaio. Rio de Janeiro, 1997.

NBR 5738: concreto: procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova. Rio de Janeiro, 2008.

NBR 9833: concreto fresco: determinação da massa específica, do rendimento e do teor de ar pelo método gravimétrico. Rio de Janeiro, 2008.

NBRNM 47: concreto: determinação do teor de ar em concreto fresco - método pressométrico. Rio de Janeiro, 2002.

De Aguiar Garcez, Danilo (2008), "Tecnologia do Concreto de Alto Desempenho (CAD)", Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Graduação do Curso de Engenharia Civil da Universidade Anhembi Morumbi.

PROCESSO EXECUTIVO DE ESTACAS ESCAVADAS COM LAMA BENTONITICA: EXECUÇÃO E CONTROLE TECNOLÓGICO

Alexandre de Macedo P. e Souza; Thiago S. Caetano; Wilmar Alves Ferreira Filho; Rodrigo Junqueira Mota.

RESUMO

As estacas escavadas com lama bentonítica são fundações utilizadas geralmente quando há a necessidade de uma fundação capaz de suportar elevadas cargas oriundas das estruturas. Tais fundações têm vários aspectos positivos, porém, no caso de apresentarem patologias, são estruturas de difícil e oneroso reparo, sendo necessário durante a execução, um rígido controle tecnológico. Nesse contexto, o objetivo do estudo foi analisar uma obra na cidade de Goiânia (estudo de caso) e comparar o que foi executado na prática com o que é recomendado pelas normas e literatura. Primeiramente, realizou-se uma busca dos processos, literaturas e normas que servissem como base teórica, que foram: ABEF (2012), Joppert Jr. (2007), Hachich (1998), ABNT NBR 6122:2010 e Velloso e Lopes (2010). Em seguida, foi levantada uma lista de serviços e ensaios realizados em campo. Espera-se com isso analisar as conformidades e não conformidades do processo executivo e controle tecnológico da obra em estudo.

Palavras-chave: Estaca Escavada; Estacão; Lama Bentonítica.

INTRODUÇÃO

A utilização de estacas escavadas com fluido estabilizante é uma técnica que já vem sendo utilizada há bastante tempo. Hachich (1998) menciona que “No Brasil, o uso de lama bentonítica, conjugado com concretagem submersa, data do final dos anos 60” e que o uso da lama bentonítica possibilitou perfurações de estacas a profundidades que não seriam possíveis com o uso de camisas metálicas ou trados simples.

Este tipo de fundação é popularmente conhecido no meio técnico como “estacões”. Segundo ABEF (2012), estacões são estacas escavadas por rotação ou perfuradas, com auxílio de lama bentonítica ou lama polimérica para estabilização do solo, com diâmetros que variam de 0,70 a 2,00 metros. Rebello (2008) explica que utilização de um material denso, na consistência de lama, nesses tipos de estacas é devido à necessidade de estabilização do solo em razão da forma e grandes dimensões da seção desse tipo de estaca. ^

Levando-se em conta a crescente utilização desse tipo de fundação em nossa região devido ao aumento de obras de grande porte, exigindo-se fundações com grande capacidade de carga e no contexto de que esse modelo construtivo se executado da maneira correta apresenta várias vantagens, o objetivo do estudo foi comparar o que é recomendado pela literatura e normas vigentes com o que realmente é executado na prática, no que tange ao processo executivo e controle tecnológico de estacas escavadas com lama bentonítica, tomando-se uma obra como objeto de estudo.

METODOLOGIA

Inicialmente, realizou-se uma busca na literatura para sustentar a base teórica do projeto, com intuito de compreender as várias etapas do processo executivo das estacas de grande diâmetro, bem como o controle tecnológico envolvido em cada uma delas.

No que tange ao processo executivo, foram utilizadas como principal base teórica as listas de procedimentos descritas em ABEF (2012), Joppert Jr. (2007) e Hachich (1998). Quanto aos processos de controle tecnológico da lama bentonítica, foram utilizadas as recomendações da ABNT NBR 6122:2010 e as considerações encontradas em Velloso e Lopes (2010).

Em etapa posterior, realizou-se, em campo, o acompanhamento e levantamento de dados da execução de algumas estacas em duas obras diferentes. Os dados das demais estacas foram fornecidos pela empresa responsável pela obra.

Em etapa final, será feita a comparação dos dados obtidos em campo com aqueles observados na literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se verificar se o que está sendo executado em campo segue as recomendações e parâmetros estabelecidos na literatura e na norma ABNT NBR 6122:2010. Em caso de não conformidades, espera-se apontar o que tais fatores podem afetar tanto tecnicamente quanto economicamente no empreendimento.

REFERÊNCIAS

- ABEF, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE ENGENHARIA DE FUNDAÇÕES E GEOTECNIA. *Manual de especificações de produtos e procedimentos* ABEF: engenharia de Fundações e Geotecnica. São Paulo: PINI, 2012, 500 p.
- HACHICH, Waldemar et al. *Fundações: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: PINI, 1998.751 p.
- REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. *Fundações: Guia prático de projeto, execução e dimensionamento*. 4. ed. São Paulo: Zigurate Editora, 2008. 238 p.

ANALISE DE FUNCIONAMENTO DE CONDICIONADORES DE AR PISO-TETO COM A SERPENTINA DO COMPRESSOR SUBMETIDA A BANHO DE ÁGUA

José Carlos Mundim Pires Junior; Orientador: Wender Rabelo Pereira.

RESUMO

Tendo em vista o grande consumo de energia elétrica em condicionadores de ar, e a escassez de chuvas no decorrer do ano, sendo que no Brasil, aproximadamente, 76% de toda a energia elétrica gerada é proveniente da energia potencial hidráulica, torna-se necessário a criação de métodos que otimizem a eficiência de componentes de alto consumo elétrico, juntamente com menor custo. Assim sendo, o presente trabalho abordará conceitos termodinâmicos na esperança de melhoria do processo de convecção forçada da unidade condensadora de condicionadores de ar piso-teto, acrescentando água no processo, buscando o aumento da eficiência térmica da serpentina.

PALAVRAS-CHAVE: Condução de Calor. Serpentina. Unidade Condensadora. Coeficiente de Performance.

INTRODUÇÃO

Por meio de experimentos, estipular a melhoria de eficiência térmica ao acrescentar água ao A ciclo de resfriamento de condicionadores de ar. Fundamentação teórica envolvendo termodinâmica, transferência de calor, mecânica dos fluidos, ciclo termodinâmico ideal de resfriamento e etc. O hardware Arduino será utilizado para se obterem as leituras de temperaturas da entrada e saída da unidade condensadora extraídos de seu monitor serial, para que, ao fim do experimento que durará no máximo uma hora, sejam plotados em gráficos.

Esta leitura será dividida em duas etapas. Para comparação, são necessários dois tipos de experimentos, que serão o com serpentina molhada, e a seco, para se ter ideia da diferença y das temperaturas, permitindo estipular o coeficiente de performance (COP) dos ensaios.

Serão apresentados, também, os métodos de medição das temperaturas, da vazão, a metodologia de X ensaio a seco e com água, Tubulações de Policloreto de Vinila (PVC) e finalização comparações e apresentação dos resultados obtidos nos experimentos.

METODOLOGIA

Será abordada toda parte teórica matemática, física e termodinâmica, explicando o processo de funcionamento de condicionadores de ar, em especial, a unidade condensadora. Em seguida, será explicado o procedimento de análise serpentina.

Depois de feita a fundamentação teórica, os experimentos serão feitos em apenas uma máquina, para uma maior credibilidade rios resultados, sendo que todos estes experimentos terão o período máximo de uma hora, quando cada compressor passará por dois experimentos diferentes, um molhado por água e outro a seco, para se mensurar a diferença de consumo, que consistirá na medição do tempo em funcionamento e na quantidade de partidas do compressor e as diferenças de temperaturas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os experimentos ainda estão em andando, sendo assim o trabalho não concluído até X o momento.

REFERÊNCIAS

BRUNETTI, Franco. Mecânica dos fluidos. Franco Brunetti - 2. ed. rev. - São Paulo:

Pearson Prentice Hall, 2008.

HALLIDAY, Resnick, Jearl Walker. Fundamentos da Física: Gravitação ondas e Termodinâmica. 9 edição. Rio De Janeiro: LTC, 2012. Vol. 2, Tradução e Revisão técnica: Ronaldo Sérgio de Biasi.

W. F. Stoecker, J. W. Jones. *Refrigeração e ar condicionado*, [trad.] José M. Saiz Jabardo - [et al.]. São Paulo : McGraw-Hill do Brazil, 1985.

INCROPERA, Frank P.; DEWITT, David P. *Fundamentos de Transferência de Calor e de Massa.*

Sétima edição / Theodore L Bergman... [et al.]; [tradução Eduardo Mach Queiroz, Fernando Luiz Pellegrine Pessoa], - 7 ed [reimpr.] Rio de Janeiro: LTC, 2015.

ECONOMIA DE ENERGIA ELETRICA POR MEIO DE LÂMPADAS LEDS AUTOMATIZADAS: UTILIZANDO SENSORES DE PRESENÇA E LUMINOSIDADE

Túlio de Magalhães; Thales Baliero Takáo.

RESUMO

Devido à necessidade de economizar energia elétrica relacionado ao crescimento econômico e populacional, a ideia de implementar uma luminária surgiu em relação a acontecimentos tanto nacionais como internacionais, tais como: a crise financeira e o aquecimento global. Apesar de já existir tecnologia que tem como objetivo economizar, pretende-se, neste trabalho, atingir uma economia maior que as de tecnologias atuais atingem. Sabemos que a lâmpada LED e sensores de forma independente já atingem esse resultado de economia energética, logo visamos efetuar a junção de lâmpada LED e sensores para, assim, atingir uma maior economia.

Palavras-chave: lâmpada LED; microcontrolador; sensores.

INTRODUÇÃO

Pela necessidade de criar novos mecanismos de produção de energia elétrica devido ao crescimento econômico e populacional do país, existe a necessidade de viabilizar condições por meio de investimento para que não aconteça um apagão energético. Uma das medidas seria combater o desperdício de energia desde a fonte produtora até os diversos meios consumidores.

Sabe-se que esse desperdício se combate pela conscientização individual. De acordo com a pesquisa sobre o consumo mensal de energia elétrica por regiões e subsistemas, o subsistema Sudeste/C.Oeste teve um aumento de consumo mensal de energia em 2015 se comparado a 2013 de 867.643 MWh (EPE, 2015), isso no setor residencial.

Observados dados da ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica) de janeiro a junho de 2015 - 71,4% da energia produzida no Brasil vieram de fontes hidráulicas (ANAEEL, 2015). Como a energia hidráulica depende de rios caudalosos ou de grandes fluxos de águas, a escassez de chuva tem exercido grande influência na produção energética em nosso país. Felizmente, o Brasil, por ser um país de dimensão continental, tem muitos rios favoráveis a este tipo de instalação de usinas.

A iluminação de uma residência representa até 25% do valor final da conta de energia elétrica de um consumidor (FIEPA, 2016). Fazer um investimento por lâmpadas mais econômicas ou fazer projetos da casa com maior aproveitamento da luminosidade natural podem ajudar a baratear o custo da conta de energia a médio ou a longo prazo.

Levando em consideração todo o projeto, com suas especificações este Trabalho tem como objetivo implementar uma lâmpada LED que seja controlada por um microcontrolador (CHIP) com sensores de luminosidade e infravermelho, além de objetivar uma economia que faça diferença na conta energética e satisfaça o usuário final,

e comparar com lâmpadas LEDs comerciais para se chegar a um resultado, se houve economia e qual foi a economia.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é caracterizada como aplicada, metodológica, laboratório e objetiva solucionar problemas de cunho específico, buscando, assim, uma solução de problemas concretos vivência brasileira, aplicada visando à elaboração de um equipamento (instrumento) para atingir um determinado fim. Os testes serão tratados em plataformas (proteus) ou laboratórios já que mexem com energia elétrica. Esses testes levam em conta as medições do gasto energético produzido pela lâmpada e o gasto de uma lâmpada convencional fazendo, assim, uma comparação entre ambos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho está em fase de desenvolvimento, e, devido a isso, não apresenta resultados, ainda. Espera-se, com a realização deste trabalho, conseguir uma lâmpada que atinja uma economia maior que as lâmpadas LEDs existentes atuais.

CONCLUSÕES

Como o trabalho ainda não está concluído, esperamos que, ao final, com elaboração e testes, consigamos atingir com um novo circuito uma economia de energia maior do que lâmpadas LEDs já existentes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter chegado até aqui, ao professor Msc. Thales Takáo/que, K mesmo percebendo um aluno totalmente sem esperança e que não acreditá^rríuitas vezes, y em si mesmo, aceitou ser meu orientador.

REFERÊNCIAS

- ANAEEL. Informações Gerais. Disponível em:
[<http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Z_IG_Jun2015.pdf>](http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Z_IG_Jun2015.pdf).
- EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Consumo mensal de energia elétrica por classe (regiões e subsistemas) - 2004-2015. Disponível em:
[<http://www.epe.gov.br/mercado/Paginas/Consumomensaldeenergiaeletricaporclasse\(regiões e subsistemas\)-2011-2012.aspx>](http://www.epe.gov.br/mercado/Paginas/Consumomensaldeenergiaeletricaporclasse(regiões e subsistemas)-2011-2012.aspx). Acesso em: 3 set. 2015.
- FIEPA. É possível economizar no consumo de energia elétrica. Disponível em:
[<http://www.redesfiepa.org.br/noticias/2479-e-possivel-economizar-no-consumo-de-energia_eletrica.html>](http://www.redesfiepa.org.br/noticias/2479-e-possivel-economizar-no-consumo-de-energia_eletrica.html). Acesso em: 19 maio. 2016.

FERRAMENTA COMPUTACIONAL EDUCACIONAL PARA O DIMENSIONAMENTO DE ENGRANAGENS CILÍNDRICAS DE DENTES HELICOIDAIS

Paulo Junio Rodrigues Lemes dos Santos; Carlos Alirio Lozano Ortiz.

RESUMO

O estudo de engrenagens é frequente nos cursos de engenharia mecânica, visto que é um X, elemento que se faz presente nos mais variados equipamentos mecânicos, desempenhando os 7x mais diversos papéis. As engrenagens de dentes helicoidais são aplicadas quando se buscam movimentos mais suaves, ou seja, apresentam menos vibração, e também são menos ruidosas.

Este trabalho tem como objetivo propor uma metodologia computacional para o âmbito educacional capaz de auxiliar alunos e interessados a entender e dimensionar o sistema de engrenagens.

Palavras-chave: Engrenagens; Dentes Helicoidais; Dimensionamento; Estrutura Computacional.

INTRODUÇÃO

Após experiências relacionadas ao dimensionamento de elementos de máquinas para a constituição de um produto final, nota-se a dificuldade que os estudantes têm quando se faz necessário projetar estes tipos de elementos. Encontrar uma forma direta e concisa para determinar os parâmetros de qualquer elemento mecânico, em muitos casos, se faz um processo complexo, e, baseado nisso, surge o projeto de uma estrutura computacional concebida sobre o software Microsoft Office Excel utilizando por base teórica material extraído dos livros de elementos de máquinas, tais como: Norton, 2013; Shigley, 2005; Melconian, 2011, além de normativas e outras referências, como: Callister, >(2008; Hibeller, 2011, que auxiliara no dimensionamento dos parâmetro^{5*} ideais a um ^ conjunto formado por engrenagens cilíndricas de dentes helicoidais.

METODOLOGIA

Para a montagem desta rotina computacional, utilizou-se a ferramenta Microsoft Office Excel como software de base, e, como referencial teórico principal, livro de elementos de máquinas de Melconian (2011). Este baseia-se nas normas DIN 867 que tratam de Perfis básicos para elementos de máquinas dentados com perfil evolvente de engrenagens cilíndricas para construção mecânica geral e DIN 780 - Módulos utilizados para engrenagens. Partindo dos conceitos das literaturas acima citadas, foi realizada uma pesquisa em outros livros que abordassem este tipo de elemento mecânico como (Norton, 2013; Shigley, 2005) e catálogos gerais de engrenagens e de redutores utilizados, hoje, no meio comercial um melhor entendimento dos conceitos expostos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como elemento final, chegou-se a uma estrutura sólida e validada através do software Autodesk Inventor®, que, comparativamente, retornou os mesmos resultados quando alimentado com parâmetros iguais ao da planilha. Como exemplo, as demonstram

informações obtidas dos relatórios, cujos valores aleatórios (selecionados pelo usuário) foram utilizados como entrada nos dois programas. Foi atribuído o número de dentes do pinhão e da coroa de 13 e 48, respectivamente, um ângulo de pressão de 20° e ângulo de hélice de 30°. Após os cálculos realizados, eles foram comparados e sua equivalência verificada.

CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS -1" ENGRANAMENTO

Cíwctemticas	Pinfião	Coroa(i)
MóOnJo		1
?o =		LS5i*:i
IMàmMVO «fern»: , ,		114.851
»MaiKia tiilrc (rah«)i		
DíàiwHiu ilü fare> (fcn		3b

Figura 1. Parâmetros de saída Planilha

Gear Ratio	i	3,6923 ul
Desired Gear Ratio	(i	3,5500 ul
Module	m	2,000
Helix Angle	p	30,0000
Pressure Angle	Q	20,0000
Center Distance	a _w	71,000
Product Center Distance	a	70,437
Total Unit Correction	X	0,2879 ul
Circular Pitch	P	6,283 mm

Figura 2. Parâmetros de saída Autodesk Inventor

CONCLUSÕES

No transcorrer do projeto, percebe-se que alguns pontos apresentam uma alta complexidade quando do dimensionamento de engrenagens. Desta forma, conclui-se que a criação de uma estrutura pré-estabelecida de cálculos cria um referencial que pode ser utilizado sempre que necessário, agilizando os cálculos a serem realizados e direcionando o aluno ou interessado quanto à forma correta e segura para a obtenção das dimensões de um par de engrenagens. Como ponderação para possíveis aprimoramentos futuros, cabe ressaltar que esta estrutura abrange apenas engrenagens de dentes helicoidais, deixando como posteriores avanços a inclusão de rotinas para o cálculo dos outros modelos de engrenagens (dentes retos, cônicas).

REFERÊNCIAS

MELCONIAN, Sarkis. Elementos de Máquinas. 9^a Ed. Érica: Brasil, 2011

NORTON, R. L. Projeto de Máquinas. Uma abordagem integrada. 4^aEd. Bookman: Brasil, 2013

SHIGLEY, Joseph E., CHARLES, R. Mischke, BUDYNAS, Richard G. Projeto de Engenharia Mecânica. 7^aEd. Bookman: Brasil, 2005

ESTACA HÉLICE CONTÍNUA: ESTUDO DE CASO NO CONJUNTO HABITACIONAL UNIFAMILIAR NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GO.

Felipe Calixto Cunha; Erueliton Lopes Silva; Rodrigo Junqueira.

RESUMO

O estudo tem por finalidade demonstrar o processo executivo da estaca hélice contínua, voltada para fundações profundas. A obra estudada foi no setor Vera Cruz, bairro de Goiânia-GO em que foi *utilizada a* estaca hélice para diferentes tipos de serviços executivos. Para tal, foram levantados dados teóricos através da revisão bibliográfica sobre o processo executivo da estaca hélice contínua para se saber quais os métodos executivos e de cálculo que são utilizados, além dos equipamentos necessários, e as vantagens e desvantagens que a estaca oferece. Os métodos que se enquadram neste modelo de fundação são (Aoki & Velloso, 1975; Décourt & Quaresma, v' 1978) e específicos (Décourt et al., 1996; Antunes & Cabral, 1996; Alonso, 1996; Gotlieb et al., 2000; Kárez & Rocha, 2000; Vorcaro & Velloso, 2000).

Palavras-chave: Hélice Contínua; Esforços solicitantes; Execução; Fundações; Solos; Geotécnica.

INTRODUÇÃO

A estaca hélice contínua é um equipamento de grande porte utilizado para fundações profundas. Devido à demanda do mercado está estaca vem sendo muito utilizada em obras por todo o país, pois apresenta um grande desempenho e produtividade. Trata-se de uma estaca de concreto moldada "in loco", que perfura o solo por meio do trado contínuo; a injeção do concreto e por meio da haste A central do trado.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos desta pesquisa, a metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho consistiu na coleta de dados, na literatura nacional e internacional, e posterior análise dos dados coletados.

Concomitante à revisão bibliográfica, procedeu-se ao acompanhamento da obra, com a coleta de dados da obra estudada, além de entrevistas a executores e projetistas para discussões de aspectos executivos, experiência com este tipo de estaca e do comportamento da estaca hélice contínua.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No processo de execução da estaca hélice contínua na obra do SVCI em Goiânia-GO, foram utilizadas referências bibliográficas, além da identificação do método que desenvolve uma capacidade de carga maior das estacas, gerando menor custo de concreto e ferragem, que ainda está sendo analisada.

Descrição do processo executivo da estaca hélice contínua. É uma estaca que possui um processo de perfuração, concretagem e colocação da armadura bem peculiar a este tipo de estaca.

Características do solo, que ainda está sendo estudado.

Comparação entre os métodos (Aoki & Velloso, 1975; Décourt & Quaresma, 1978) e específicos (Décourt et al., 1996; Antunes & Cabral, 1996; Alonso, 1996; Gotlieb et al., 2000; Kárez & Rocha, 2000; Vorcaro & Velloso, 2000), se saber qual método é mais econômico, conservador e eficiente. Ainda está em fase de estudos.

CONCLUSÕES

A revisão bibliográfica mostra o método executivo das estacas hélice contínua. O processo de sua execução é influenciado de acordo com a experiência do operador. Na prática, tem-se observado problemas em relação ao controle do concreto recebido, que influencia diretamente na colocação da armadura e desempenho final da estaca. Por outro lado, observou-se que esse tipo de estaca possui elevada produtividade, ausência de ruídos e vibrações durante sua execução e não causa alívio de tensões. Consequentemente são reduzidos os casos de recalque em fundações vizinhas.

AGRADECIMENTOS

Professor Msc. Flávio Ricardo Leal

REFERÊNCIAS

- ABNT (1991). Estacas - Prova de carga estática: NBR-12131. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, RJ, 12 p.
- ABNT (1996). Projeto e execução de fundações: NBR-6122. Associação Brasileira de Normas Técnicas, Rio de Janeiro, RJ, 12 p.
- ALMEIDA NETO, J. A. (2002). Estacas hélice contínua e ômega: aspectos executivos. 187 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica, USP. São Paulo.
- ANJOS, G. J. M. (2006). Estudo do comportamento de fundações escavadas em solos tropicais. 340 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Tecnologia, UnB. Brasília.

FALTA DE MANUTENÇÃO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL - UMA ANÁLISE EM RELAÇÃO À CORROSÃO E RUPTURAS

Ézio Ezuperio Alves de Queiroz; Joubert Pereira da Silva; Wilson.

RESUMO

O presente trabalho apresenta os tipos de problemas mais comuns em redes de distribuição de água potável, identifica os atuais métodos de manutenção, levando-se em conta o tempo e o plano de manutenção e identifica as melhores soluções para tais problemas. Estão incluídos aspectos, como corrosão interna e externa, e rupturas. Espera-se conhecer melhor a rede e os materiais utilizados, para, assim, problemas futuros, serem evitados.

Palavras-chave: Rede. Distribuição. Água. Potável. Manutenção. Problemas. Corrosão. Rupturas.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como principal objetivo buscar soluções que diminuam ou eliminem perdas de água e problemas de abastecimento. A água potável é de suma importância à vida; a sua falta gera inúmeros problemas sociais, ambientais e financeiros à população. Problemas na rede de distribuição podem dificultar ou até mesmo impedir a sua chegada ao ponto de utilização; corrosão e rompimentos por impacto são os mais comuns. De um modo geral, as concepções de sistemas de abastecimento dependem principalmente do tipo de manancial (superficial; curso d'água, represas, manancial de serra; ou subterrâneo: da topografia da área e da população a ser atendida. (TSUTIYA, 2004).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse trabalho será utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica. Foram escolhidos devido à existência de artigos científicos e livros com informações suficientes sobre o assunto. Será realizada uma análise devido ao elevado número de problemas em redes de distribuição de água potável. A fonte de busca será por artigos científicos relacionados à área de hidráulica, hidrologia e saneamento, em websites como o CAPES, GOOGLE ACADÉMICO, BIBLIOTECA VIRTUAL DA USP etc. Revistas como a TECHNE e informativos da PINI serão consultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A manutenção deficiente e operações inadequadas são as causadoras da maioria das perdas de água no sistema de abastecimento. No Brasil, prática mais comum é a substituição da tubulação quando essa começa a apresentar elevados índices de rupturas e corrosão. Uma alternativa de custo elevado e que traz transtornos, como o corte do pavimento, utilização de maquinário para movimentação de terra e obstrução de vias. As tubulações de ferro fundido são as que apresentam a maior porcentagem de rupturas por serem produzidas de um tipo de material pouco flexível. Entretanto, o PVC

(policloreto de vinila) é um material que se adapta mais facilmente a recalques diferenciais e mudanças de nível.

A corrosão interna depende exclusivamente da qualidade e do tipo de água transportada (nível de acidez), já a corrosão externa tem como principal fator as condições químicas do solo em que a tubulação está assentada (porcentagem de oxigênio e agressividade do solo).

Os tipos de corrosões externas são: corrosão em pontos (ocorre em pontos localizados em solos agressivos) e grafitização (é a redução da espessura da capa da tubulação).

CONCLUSÕES

Os principais resultados até o momento são a definição que os principais problemas de rede são causados em tubulações de ferro fundido e que elevadas pressões são as maiores causadoras de rupturas.

REFERÊNCIAS

- ALEM SOBRINHO, P.; MARTINS, G.; TSUTIYA, M.T. Abastecimento de água. 643p. 2004 - Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- ALEGRE, HELENA; COELHO, SÉRGIO TEIXEIRA; ALMEIDA, MARIA DO CEU; VIEIRA, PAULA. Controlo de perdas de água em sistemas públicos de adução e distribuição. 2005. 329 f. ISBN 97299254-4-0.
- COSTA, C. C. R.; PASQUALETTO, A. Estimativa dos tipos de Perda\$ de Água Pelo Método Balanço Hídrico no Sistema de Abastecimento de Goiatuba, Goiás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 27. 2013, Goiânia. Anais. Goiânia: ABES, 2013.
- DARUI, SANDRA; LUNARDI, SÉRGIO ROBERTO DE MIRANDA. Geotecnologias aplicadas à manutenção e gestão de redes de abastecimento de água: estudo de caso do setor Vila Safira do Departamento Municipal de Água E Esgotos de Porto Alegre. 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/32728>>. Acesso em 11 mar. 2016.
- DEZOTTI, MATEUS CAETANO. Análise da utilização de métodos não-destrutivos como alternativa para redução dos custos sociais gerados pela instalação, manutenção e substituição de infra- estruturas urbanas subterrâneas. 2008. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FRANKLINA, M. B. TOLEDO; SANTOS, MARISTELA OLIVEIRA DOS; ARENALES, MARCOS N.; JÚNIOR, PAULO SELEGHIM. Logística de distribuição de água em redes urbanas - Racionalização energética. 2008, Rio de janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-74382008000100005&script=scl_arttext>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- MARTIM, LUÍS SOTERO SALUSTIANO. Análise reversa de um modelo de previsão de manutenção em redes de abastecimento de água . 2011.; Disponível em: <<http://unicamp.sibi.usp.br/handle/SBURI/12991>>. Acesso em 11 mar. 2016.

MORAIS, DANIELLE COSTA; CAVALCANTE, CRISTIANO A. VIRQÍNIO; ALMEIDA, ADIEL TEIXEIRA DE. Priorização de áreas de controle de perdas em redes de distribuição de água. 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-7438201000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MORAIS, DANIELLE COSTA; ALMEIDA, ADIEL TEIXEIRA DE. Modelo de decisão em grupo para gerenciar perdas de água. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
 <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-74382006000300007&script=sci_arttext>.

Acesso em 11 mar. 2016.
 MORAIS, DANIELLE COSTA. Modelagem Multicritério em grupo para planejamento estratégico do controle de perdas no abastecimento de água. 2006. 160 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, outubro de 2006.

MOREIRA, TEREZINHA. Saneamento Básico: Desafio e Oportunidades[^] 2002. 18 f. São Paulo, 2002.

RIGHETTO, ANTONIO MAROZZI. Operação ótima de sistema urbano de distribuição de água. [2000]. 15 f. Trabalho (Pós-graduação) - UFRN, Natal, [2000].

SALAMONI, SIDNEI DA SILVA; DELLA, JULIANO POSSAMAI; BACK, ÁLVARO José. Avaliação das perdas na distribuição de água: estudo de caso em São Bento Baixo; Nova Veneza-SC. 2014. 14 f. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Nova Veneza-SC, 2014.

AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE VAREJO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Daniel Batista Machado; Denny Blayon Hipólito Vaz; Erley da Silva Oliveira; Adriano Sousa Pereira.

RESUMO

Esta pesquisa visa identificar os fatores que podem impactar na automação de processos de negócio, no setor varejista agropecuário. Para identificar estes fatores, será realizado um estudo bibliográfico sobre gerenciamento de processos de negócios, dando ênfase ao processo de automação para, posteriormente, aplicar o resultado da pesquisa em um estudo de caso em uma empresa setor comércio varejista agropecuário visando investigar empiricamente o processo de automação do processo de negócio.

Palavras-chave: Processos; Processos de Negócios; BPM.

INTRODUÇÃO

Segundo Gonçalves (2000), as organizações entendem que os processos são essências para aumentar o desempenho da empresa e Maranhão e Macieira (2004) complementam que as empresas estão passando a se organizar de forma orientada! aos processos que a

permeiam. Os processos são formados por uma sequência de atividades com um objetivo específico, sendo por meio deles que as empresas exercem suas funções (CAMPOS, 2014). Para entregar valor para o cliente, são definidos os processos de negócio, conjunto de atividades que geram valor direto para o cliente, ou suporte, conjunto de atividades que apoiam funcionamento dos processos de negócio (MARTIN, 1996 apud GONÇALVES, X 2000).¹

Os processos de negócio podem gerenciar ou apoiar outros processos (BPM CBOK, 2013). As empresas necessitam gerenciar seus processos de negócio.

Segundo Costa et al. (2006), o gerenciamento de processos de negócios utiliza técnicas e sistemas para que as organizações gerenciem seus processos e aumentem a eficiência durante a produção de valor para o cliente. O gerenciamento de processos de negócio proporciona a melhoria contínua dos processos de negócio, utilizando ferramentas de tecnologia da informação para o gerenciamento dos mesmos (LUZ, 2014).

Sordi (2005, apud Luz, 2014) afirma que os processos são gerenciados de forma mais eficiente, quando são apoiados por tecnologia da informação. A automação dos processos de negócio possibilita maior eficiência no monitoramento do desempenho dos processos de negócio.

Segundo Seffrin e Malanovicz (2009), a transição da forma atual em que os processos são executados para um gerenciamento de processos automatizados exige que as organizações se ajustem às mudanças que irão ocorrer. Essas mudanças geram resistência por partes das organizações, mas estudos de caso revelam que certos fatores críticos de sucesso são fundamentais para minimizar as dificuldades da automação de processos de negócio.

Diante do contexto apresentado, a questão de pesquisa deste trabalho ficou definido da seguinte forma: “Quais os principais fatores críticos de sucesso para automação de processos de negócios, sendo o objetivo do trabalho identificar os principais fatores críticos de sucesso para automação de processos de negócios?

METODOLOGIA

Neste trabalho, será realizada uma pesquisa bibliográfica relacionada ao tema, tendo como

objetivo buscar conhecimento sobre automação de processos de negócios e os principais fatores críticos de sucesso para automação. Após a pesquisa, será realizado um estudo de caso na empresa Agrocria, do varejo no setor agropecuário, onde será aplicada a automação de processos de negócios, com o objetivo de avaliar os fatores críticos de sucesso levantados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado esperado nesse trabalho é obter o máximo de conhecimento sobre o assunto e apresentar uma resposta sobre a problematização definida, sendo isso, realizado por meio de estudos bibliográficos e um estudo de caso, no final gerando uma discussão sobre os resultados obtidos.

CONCLUSÕES

O resultado esperado no trabalho é validar os fatores críticos de sucessos para automação de processos de negócios. A validação será realizada por meio de um estudo de caso, considerando-se os fatores que impactam na automação de processos de negócios.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos pais e amigos pelo apoio e a força nessa etapa.

REFERÊNCIAS

- BPM CBOK. Guia para o Gerenciamento de Processos de Negócio (jBPM) Corpo Comum de Conhecimento. 2013.
- CAMPOS, André L. Nogueira. A modelagem de processos com BPMK1. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

CONTABILIDADE E O PROCESSAMENTO DE DADOS: AS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS E A TEMPESTIVIDADE DAS INFORMAÇÕES

Carla Maria de Moura Pinto¹; Juliane Lopes Béda²; Márcio Cardoso da Silva³; Eurilene Vieira Rosa⁴ - Faculdades Alves Faria

RESUMO

Este artigo justifica-se pela necessidade de compreensão da evolução tecnológica da informação no contexto contábil, para que as entidades saibam como se preparar para as mudanças tecnológicas futuras. Objetiva-se evidenciar como a evolução tecnológica tem contribuído para que as informações sejam úteis e tempestivas no processo decisório. Para isso, busca-se: contextualizar as mudanças tecnológicas ocorridas na evolução do processamento das informações contábeis; analisar os resultados das informações contábeis no processo da evolução tecnológica; e identificar os benefícios que as mudanças tecnológicas geram por meio do processamento de dados das informações contábeis. Nesse contexto, será desenvolvido um estudo de caso, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, onde serão pesquisadas dez empresas de prestação de serviços contábeis que iniciaram sua atuação no mercado no período de 1.980 a 2.005. Mediante essa análise, será possível verificar o tempo de atuação, o perfil de clientes dessas empresas identificar e os principais impactos provocados no sistema de informação contábil. Dessa forma, esse estudo irá apresentar como a evolução tecnológica influenciou, e ainda influencia, na geração e distribuição das informações e de que forma ela pode ser útil e tempestiva aos seus usuários.

Palavras-chave: Contabilidade. Sistemas de Informação. Mudanças Tecnológicas. Tempestividade.

INTRODUÇÃO

Segundo Hendriksen (2015), a Ciência Contábil tem sua origem no renascimento italiano, nos séculos XIII e XIX. Esse período foi caracterizado pelo declínio do sistema feudal e o surgimento da uma nova classe, a burguesia. O desenvolvimento das organizações no início do século XX foi marcado pelo aumento em tamanho e complexidade das empresas

em função do processo de revolução industrial (SCHIMDT, 2014). O atual cenário econômico exige cada vez mais que as organizações utilizem sistemas capazes de gerar informações com confiabilidade e tempestividade capazes de atender aos seus usuários. Diante das evoluções tecnológicas, às quais as organizações precisam se adaptar, e sobre as demandas por informação, esta pesquisa propõe como principal questionamento: **Como a evolução tecnológica tem contribuído para que as informações sejam úteis e tempestivas no processo decisório?** Dessa forma, o objetivo principal deste estudo é evidenciar como a evolução tecnológica tem contribuído para que as informações sejam úteis e tempestivas no processo decisório. E para alcançar este objetivo, busca-se: (1) contextualizar as mudanças tecnológicas ocorridas na evolução do processamento das informações contábeis; (2) analisar os resultados das informações contábeis no processo da evolução tecnológica; (3) relatar os benefícios que as mudanças tecnológicas geram por meio do processamento de dados das informações contábeis. Esta pesquisa justifica-se pela exigência da divulgação das informações geradas pelo sistema de informação contábil, regulamentada por órgãos reguladores e pela legislação.

METODOLOGIA

De acordo com a classificação citada por Mendonça (2008), quanto à finalidade, esta pesquisa pode ser considerada como aplicada. Quanto ao objetivo a pesquisa classifica-se como exploratória e explicativa. Para a abordagem do problema, escolheu-se como técnica a pesquisa quantitativa. A técnica escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa foi o estudo de caso, em que serão pesquisados dez escritórios de contabilidade que iniciaram sua atuação no mercado no período de 1980 a 2005, sendo levantados os seguintes questionamentos: o tempo de atuação no mercado, o perfil de clientes dessas empresas, e a identificação dos principais impactos provocados pela tecnologia no sistema de informação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da revisão bibliográfica, pode-se verificar que o sistema de informação contábil, no decorrer da sua evolução, precisa acompanhar mudanças sócio-econômicas para atender à demanda dos usuários. Nesse contexto, espera-se identificar, por meio do estudo de caso, como a mudança tecnológica impacta no sistema de informação contábil e de que forma as empresas prestadoras de serviços contábeis se preparam para acompanhar as constantes mudanças.

CONCLUSÕES

Em construção.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às Faculdades Alves Faria por nos possibilitar a realização de um sonho e à nossa Orientadora pelo apoio e paciência.

REFERÊNCIAS

HENDRIKSEN, Eldon S. **Teoria da Contabilidade.** Eldon S. Hendriksen, Michael F. MENDONÇA, Alzino Furtado de Mendonça. **Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e**

avaliação. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

SCHMIDT, Paulo. Manual de Controladoria. Paulo Schmidt, José Luiz dos, Marco Antonio Martins. São Paulo: Atlas, 2014.

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA AS PEQUENAS EMPRESAS DO AGRO NEGÓCIO EMPRESA: CEASA-GO

Greyce Kelly Santana Dutra; Luanna Jenniffer Gonçalves Castelo Branco; Nágela Pereira de Matos Silva; Robson Leandro Cordeiro de Sousa -FACULDADES ALVES FARIA

RESUMO

O presente estudo foca em demonstrar a importância do planejamento orçamentário para empresas do segmento rural, em especial Produtores Rural de pequeno porte que comercializam seus produtos no CEASA-GO. O objetivo central é mostrar ao pequeno produtor a importância do planejamento orçamentário para o crescimento de seu negócio, pois, através desta ferramenta, haverá controle de suas receitas, bem como de seus custos e despesas. Muitas dessas empresas são familiares, possuem resistência em adotar novas ferramentas para gerir seus negócios, em virtude do não conhecimento sobre os benefícios que os controles possam trazer para seu negócio. Para responder à razão principal desta pesquisa, que é descobrir se o pequeno produtor utiliza algum método de controle orçamentário, será aplicado um questionário, do qual serão coletados dados necessários para sabermos quais são os produtores que não possuem controle e que tenham interesse em controlar melhor suas finanças. Para estes produtores, elaboraremos um orçamento de maneira simples porém eficaz entenda, assim trazendo resultados positivos.

Palavras-chave: Planejamento Orçamentário. Elaboração. Produtores Rurais de Pequeno Porte.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata do Planejamento Orçamentário para Empresas do Agronegócio de pequeno porte que comercializam seus produtos nas Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA-GO), como Forma de Gestão para tomada de decisões, propondo orçamento para o crescimento destas empresas.

O Planejamento Orçamentário tornou-se muito importante para a tomada de decisões dentro de qualquer empresa. PADOVEZE (2012 p. 199) fala sobre a definição de orçamento "... nada mais é do que colocar na frente aquilo que está acontecendo hoje". Portanto, o sentido desta pesquisa é responder à seguinte problemática: Qual o método de controle orçamentário utilizado pelos Produtores Rurais de pequeno porte que comercializam seus produtos no CEASA-GO? Com esta questão, serão apresentadas⁵ as informações que mostram a importância e a necessidade da implantação e implementação do orçamento dentro do universo do agronegócio, em especial para os pequenos produtores, muitos deles administrados pela própria família, mostrando os principais pontos do orçamento e como alcançar os objetivos planejados. O método utilizado é a pesquisa quantitativa, que tem como característica a coleta de informações e representá-las em números e percentuais e estudo de caso.

Objetivo geral é mostrar a importância de um planejamento orçamentário para que estes pequenos produtores vejam os benefícios desta ferramenta para a tomada de decisões, considerando seus custos e despesas com a implantação.

METODOLOGIA

Esta pesquisa objetivou demonstrar a elaboração e o desenvolvimento de um modelo de planejamento orçamentário para os pequenos produtores rurais que comercializam no CEASA - GO. O presente estudo utiliza-se da coleta de dados e da pesquisa quantitativa.

Para que a pesquisa obtivesse resultados relevantes, foram aplicados dois questionários, sendo um para o responsável geral do departamento de cadastro do produtor rural, e outro para os pequenos produtores que comercializam seus produtos no CEASA - GO, foco desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através do questionário aplicado, irá identificar qual a maneira que cada produtor rural controla seu negócio. O resultado final esperado desta pesquisa é fazer com que eles adotem o Planejamento Orçamentário, para que tenham controle e gerencie de maneira eficaz o seu negócio.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus pela força, aos nossos familiares pela paciência e ao nosso orientador, Robson Leandro, pela preocupação de nos orientar corretamente para que o resultado final da pesquisa seja satisfatório.

REFERÊNCIAS

PADOVEZE, Clóvis Luís - Controladoria - Estratégica e Operacional 3º edição - Cengage, 2012.

CEASA-GO, Disponível em: <www.ceasa.goiás.gov.br> Acesso em 20 set. 2016.

ANÁLISE COMPARATIVA DO RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAMENTO DO ATIVO INTANGÍVEL DE CLUBES DE FUTEBOL BRASILEIROS E EUROPEUS

Nome dos autores; Francilda Frutuozo Fernandes; Paulo Flenrique Pereira do Nascimento; Rafaela Paloti; Camilo Monteiro; Marcus Vinícius Rodrigues

RESUMO

O presente estudo trata de ativos intangíveis, em especial, aos jogadores de futebol, sendo o principal ativo dos clubes de futebol. O estudo realizado busca analisar se os clubes de futebol atendem às normas internacionais de contabilidade, em específico a IAS 38 e o CPC 04 e se atendem aos dispostos na legislação vigente. Sendo assim, o presente estudo

se justifica na medida que contribui para a discussão do tema no meio acadêmico, que, apesar da abundância de estudos sobre os clubes esportivos, verifica-se que há uma lacuna quanto a estudos que busquem informações relativas aos ativos humanos dos clubes de futebol, comparando assim, os clubes de futebol brasileiros com europeus para o alcance da norma internacional. Assim, o objetivo é verificar como os clubes de futebol brasileiros e europeus têm reconhecido, mensurado e evidenciado o ativo intangível, especialmente o capital humano. Quanto aos procedimentos técnicos adotados, este estudo baseia - se numa pesquisa bibliográfica e documental. Assim sendo, quanto aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, esta pesquisa, utilizou legislações, normas específicas, artigos científicos, bem como o balanço patrimonial e notas explicativas divulgadas pelos clubes.

INTRODUÇÃO

O segmento de futebol, tanto no Brasil quanto nos países europeus, durante muito tempo, tem movimentado bilhões de dólares nas transações com jogadores de futebol. A exemplo disto, são as frequentes transações financeiras da venda jogadores realizadas pelos diversos clubes no mundo, por exemplo, a negociação de jogadores, a venda de material esportivo, a publicidade das escolinhas franqueadas (REZENDE e PEREIRA, 2003).

Assim, o futebol ocupa uma privilegiada posição no segmento de entretenimento e envolve uma enorme capacidade de geração de riqueza para os clubes de esporte, devendo, então, ser tratado como um negócio (CHATAIGNIER, 2004).

Diante da relevância desses ativos para a economia, e os problemas de como os clubes de futebol estão tratando contabilmente seus intangíveis, o presente estudo tem como objetivo verificar como os clubes de futebol brasileiros e europeus têm reconhecido, mensurado e evidenciado o ativo intangível, especialmente o capital humano.

METODOLOGIA

Este estudo científico baseia-se num método científico com intuito investigatório utilizando de procedimentos técnicos bibliográficos e documentais. Assim sendo, quanto aos procedimentos técnicos de coleta e análise de dados esta pesquisa utilizou legislações, normas específicas, artigos científicos bem como o balanço patrimonial e notas explicativas divulgadas pelos clubes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo busca identificar uma uniformidade entre as demonstrações contábeis dos clubes brasileiros e europeus no que tange às normas internacionais de contabilidade, em especial a IAS 38 e CPC 04.

CONCLUSÕES

O presente estudo identificou uma harmonização nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiro e europeus em que os clubes obedecem as orientações da IAS 38.

REFERÊNCIAS

- CHATAIGNIER, Ronaldo de Souza Leite. **Marketing esportivo - teoria e prática:** Estudo de caso do clube Atlético Paranaense. 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.
- REZENDE, A. J.; PEREIRA, C. A. **A mensuração de atletas nas demonstrações dos clubes.** EPAC - Encontro de Pesquisa em Administração e Contabilidade. Anais, São Paulo, 2003.

AUDITORIA DE CONTAS A RECEBER.

*Daniel de Freitas Dornelas; Elaine Araújo
Faculdade Alves de Faria*

RESUMO

A pesquisa delimitada tem por objetivo a identificação dos processos de auditoria contábil e suas rotinas no grupo contábil de contas a receber, utilizando seu conhecimento e técnicas também conhecidas por controles internos. A metodologia a ser adotada será estudo de caso da empresa XXX de comércio de informática na cidade de Goiânia. Consequentemente, busca-se redução de prejuízos das entidades fraudadas e seu devido resguardo dos ativos.

Palavras-chave: Auditoria. Controles Internos. Contas a Receber. Ativos.

INTRODUÇÃO

Sendo a auditoria um mecanismo que pode servir como proteção, um de seus métodos mais importantes é a auditoria de contas a receber. O questionamento desta pesquisa é: de que maneira é possível identificar distorções nas contas a receber por meio da auditoria. Devido à grande importância que as contas a receber têm sobre a entidade, este trabalho busca convalidar a necessidade de efetivos controles internos neste tão valioso grupo contábil.

Especificamente, o presente trabalho busca evidenciar a necessidade da auditoria interna nos recebíveis das organizações, verificar se existe fragilidade nos controles internos da entidade e apontar os pontos fortes e fracos do processo de contas a receber da empresa.

METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como sendo um estudo exploratório e aplicado, tendo como escopo afirmar melhor intimidade com a problemática de pesquisa, sabendo que este é pouco conhecido e utilizado. Para o enfoque do problema, foram ponderadas duas disposições: a quantitativa e a qualitativa. Quanto à intenção desta pesquisa, classifica-se como aplicada, com seu teor embasado em revisão bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa, pretende-se encontrar como estão os procedimentos de resguardo dos ativos patrimoniais classificados em contas a receber, validação dos seus resultados e também de suas atualizações.

CONCLUSÕES

Esperamos concluir a presente pesquisa com o montante de contas a receber validado pelos métodos utilizados pela auditoria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor e Orientador, Flaine Araújo, pelo desempenho que vem sendo realizado para a conclusão deste.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: Um Curso Moderno e Completo. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.
- ATTIE, William. Auditoria: Conceito e Aplicações. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.
- BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. Auditoria. Tradução de José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2002.
- CREPALDI, Siívio Aparecido. Auditoria Contábil: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas 2012.

PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL CÁLCULO REVISIONAL: UM ESTUDO DE CASO MEDIANTE RECÁLCULO DE UM FINANCIAMENTO AUTOMOTIVO

Maurício Torres Azevedo Maial; Ibrain Santos Gamag; Julio Cesar Carlos3

RESUMO

O mercado, em si, já fornece muitas facilidades onde financiadoras são cada vez mais procuradas, gerando, assim, grande demanda de contratos e, consequentemente, ações revisionais, cujo arcabouço é a veracidade e legalidade dos contratos fornecidos pelas financiadoras, nos quais algumas responsabilidades legais não são respeitadas. O perito judicial tem a função social de representação da verdade junto ao juízo, bem como a responsabilidade técnica da nota ao juiz. Assim, nesse trabalho, observa-se que o objetivo geral resume-se na apresentação dos processos inerentes ao perito judicial, tendo como base um processo judicial, e como amparo metodológico pesquisa bibliográfica e descritiva, qualitativa e quantitativa.

Palavras-chave: Ação Revisional. Perícia. Perícia Judicial.

INTRODUÇÃO

O Perito Contábil Judicial, ao ser qualificado como *expert*, utiliza de tal conhecimento para a solução de litígios no âmbito Judiciário, de forma a serem Auxiliares do Juízo, e sendo assim, tem fé A publica o seu trabalho.

Ao surgir em demandas Judiciais, os Juízes, na maioria das vezes, por terem apenas conhecimentos do direito, não conseguem tomar decisões. Sem ter a prova real de que uma matéria da qual não é conhedor esteja ratificada.

Desta forma, há a necessidade de conhecimento do *expert* para a solução de tais demandas judiciais.

É cada vez mais frequente a análise e identificação de cláusulas abusivas nos contratos que dão fato gerador à aquisição desses veículos. O tema abordado foi escolhido dada a necessidade de se ter e compreender os resultados obtidos pela revisional automotiva, tendo em vista a apreciação de novos profissionais, uma vez que tal ação judicial é de benefício da sociedade tendo em vista as cláusulas abusivas de bancos e financiadoras, amparados pela lei, e o judiciário.

Assim, o presente estudo traz como problemática a seguinte pergunta: **Como a perícia contábil tem contribuído para a resolução dos processos revisionais no âmbito judiciário?**

Assim, o objetivo geral desse trabalho é: Discriminar os processos inerentes à realização do recálculo de um financiamento automotivo, tendo em vista um processo no âmbito judicial, visando à obtenção de resultados destinados a futuros profissionais ou profissionais já atuantes na área.

Os objetivos específicos definem a estruturação e execução do trabalho em que iremos, identificar conhecimentos técnicos específicos aplicáveis a processos de revisionais automotivos, aferir as técnicas e conhecimentos que deve possuir o perito judicial.

METODOLOGIA

Utiliza-se na construção e identificações dos itens acima, uma revisão e pesquisa da literatura (pesquisa bibliográfica), bem como a pesquisa empírica efetuada em processo e revisional automotiva. A pesquisa bibliográfica utilizada nesse trabalho é com enfoque aos procedimentos.

A metodologia utilizada quanto à abordagem do problema é qualitativa; em complementação para a solução do litígio, será também abordada pesquisa quantitativa.

RESULTADOS ESPERADOS E DISCUSSÃO

Os resultados esperados do trabalho são de cunho profissional, visando, assim, ao ingresso e aprimoramento dos profissionais contábeis que se utilizarão e dos resultados deste trabalho como amparo para a realização ou ingresso na área pericial.

CONCLUSÕES

O presente trabalho foi desenvolvido com a finalidade de mostrar como é um processo de litígio dentro do recálculo de um financiamento automotivo. Assim, se conclui se profissional que executa a perícia contábil precisa ter um conjunto de

capacidades, que são suas qualidades para auxiliar o juiz de forma que este tenha total confiança no trabalho do perito, que trabalha em prol da sociedade.

REFERÊNCIAS

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. NBC T13 - Da Perícia Contábil. Brasília, 1999. GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. 8^a ed. São Paulo: Record, 2004.

BRASIL, *Novo Código Civil* São Paulo: Saraiva 2015.

ORNEIAS, Martinho Maurício de. *Perícia Contábil*. 5^a ed. São Paulo: Atlas, 2011. SÁ, Antonio L. de. *Perícia Contábil*. 6^a Edição. São Paulo. Editora Atlas. 2004.

ANÁLISE DE CUSTEIO E PERFIL DO PROFISSIONAL DE CUSTOS: UM ESTUDO DE CASO

Lidiene da Silva Nunes1; Roberta Pires Mangolin2; Kadny Jordany V. de Macedo Résio3

RESUMO

O sistema de custeio é utilizado pelas empresas como ferramenta na tomada de decisão para melhorar sua competitividade no mercado. Mas, para que este sistema proporcione uma real informação que auxilie na tomada de decisão para que possa atender aos objetivos da organização, é essencial a necessidade que o profissional de custos tenha a capacidade de intervir e interpretar essas informações. O objetivo deste estudo é analisar o perfil do profissional de custos e os métodos de custeio utilizados nas indústrias do ramo alimentício da região de Goiânia. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e exploratória, em que foram utilizados os procedimentos de levantamento de dados e a pesquisa exploratória, utilizando-se uma abordagem qualitativa e quantitativa para analisar os métodos de custeio e o perfil do profissional de custos. A partir dessa proposta, serão apresentados os resultados por meio análise do estudo de caso, visando demonstrar que os métodos de custeio podem gerar vantagens competitivas e um aumento em sua lucratividade, se mensurados e apropriados adequadamente pelo profissional de custos.

Palavras-chave: Contabilidade de Custos. Métodos de custeio. Profissional de custos.

INTRODUÇÃO

Com a expansão de economia e os mercados altamente competitivos, surge a necessidade de as empresas possuírem informações que as auxiliem na tomada de decisões. Por isso, é imprescindível que a organização possua o conhecimento tanto do que ocorre no mercado como na sua própria estrutura interna, com base em cada atividade exercida na empresa. Para uma maior precisão e confiabilidade nas informações, é necessário, além de softwares específicos de apuração e métodos de custeio, um profissional apto para utilizar destas ferramentas para formulação dos dados de acordo com as necessidades da empresa (INATOMI, MENDES, BRAGANÇA, JUNIOR, 2010).

Visando à utilização do potencial da ferramenta de análise de custos, é necessária a constante capacitação deste profissional neste cenário empresarial. Neste contexto, busca-se responder ao seguinte questionamento: **Qual a relação entre os métodos de custeio e o perfil do profissional de custos na indústria de alimentação na região de Goiânia?**

O objetivo geral é analisar a relação entre os métodos de custeio e o perfil do profissional de custos nas indústrias. Os objetivos específicos são: identificar na literatura acerca da gestão de custos, principalmente sobre os métodos de custeio; analisar qual o nível de conhecimento dos profissionais em relação aos instrumentos de apuração e controle dos custos existentes; identificar se esses profissionais conhecem as metodologias mais adequadas ao gerenciamento de custos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com base em um estudo quantitativo e qualitativo, então foram coletados os dados através de questionários aplicados as responsáveis pelo setor de custos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado esperado com a realização do estudo de caso visa correlacionar o perfil do profissional de custos, suas responsabilidades e os métodos utilizados. Pode-se analisar que os profissionais entrevistados, em grande parte, estão em conformidade com a literatura apresentada, pois utilizam ferramentas e métodos de custeio que auxiliam na tomada de decisão, participando do processo decisório e emitindo suas opiniões. Este tem o conhecimento dos benefícios que um método de custeio apropriado pode proporcionar à empresa em relação relevância das informações para a tomada de decisão. No entanto, a complexidade das atividades da empresa e seu custo de implantação são os fatores determinantes para a escolha de um sistema de custeio.

CONCLUSÕES

Numa tentativa de mensurar o uso das informações contábeis relacionadas aos custos, a presente pesquisa espera identificar se os métodos de custeio são utilizados pelas indústrias da região Goiânia como fonte de informações para o processo de tomada de decisão. Também evidenciar que os profissionais de custos conhecem ferramentas mais adequadas que são utilizadas atualmente em suas empresas para a gestão de custos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, a nossos familiares, nossos professores e à nossa orientadora pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho.

REFERÊNCIAS

INATOMI, Érica Yukie et al. Pesquisa de Campo: um estudo exploratório sobre o perfil do profissional de custos e características de aplicação dos métodos de custeio nas indústrias de alimentação do Distrito Federal. *ImAnais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. 2010.

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO TESTE DE RECUPERABILIDADE DAS COMPANHIAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO LISTADAS NO BM&FBOVESPA ENTRE 2012 E 2015

Danielle Pereira Santos¹; Wanderlei Borges Martins²; Marcus Vinicius Rodrigues Lima³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é verificar como as empresas do setor elétrico brasileiro listadas no BM&FBovespa têm aplicado o teste de recuperabilidade; se as informações divulgadas sobre o teste estão de acordo com as normas contábeis. Para tanto, foram utilizadas as Demonstrações Financeiras Padronizadas de 2012 a 2015. O resultado esperado para esta pesquisa é que as Demonstrações Financeiras de pelo menos 90% das empresas analisadas estejam de acordo com o CPC 01.

Palavras-chave: Teste de recuperabilidade, *impairment*, setor elétrico.

INTRODUÇÃO

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, é um órgão sem fins lucrativos que foi idealizado em função das necessidades de convergência internacional das normas contábeis e centralização na emissão de normas dessa natureza. O Pronunciamento Técnico CPC 01 foi emitido a fim de regular sobre a redução ao valor recuperável de ativos, tornando obrigatório o teste de *impairment*.

Para o setor elétrico, porém a obrigatoriedade do teste não era novidade. Segundo Souza, Borba e Borgert (2011), antes mesmo da aprovação e emissão do CPC 01, já era determinada pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução 444 de 2001' expedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a necessidade de realização de testes no valor recuperável nos ativos.

O setor elétrico tem sido objeto de estudo em diversos trabalhos acadêmicos, tanto no sentido de analisar os reflexos da perda nos indicadores econômicos quanto no sentido de verificar se os requisitos para a divulgação estabelecidos pelo CPC 01 estão sendo atendidos.

Seguindo por esta vertente, a presente pesquisa traz a seguinte questão problema: Como as companhias do setor elétrico brasileiro listadas no BM&FBovespa têm aplicado o teste de recuperabilidade?

Pretende-se, através desta pesquisa, verificar se, ao longo dos anos, houve qualquer evolução na forma de aplicar o teste nos ativos das companhias, se há uma maior incidência de reconhecimento das perdas.

O estudo tem como objetivo geral verificar como as companhias do setor elétrico brasileiro listadas no BM&FBovespa têm aplicado o teste de recuperabilidade, se as empresas, em geral do setor selecionado, têm realizado o teste de recuperabilidade conforme estabelecido pela norma vigente.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada quanto ao objetivo é a descritiva. Quanto às técnicas e procedimentos utilizados, temos a pesquisa bibliográfica e a documental. Já no que se refere à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado esperado para esta pesquisa é que as Demonstrações Financeiras de pelo menos 90% das empresas analisadas estejam de acordo com o CPC 01, visto que as empresas selecionadas para estudo, além de regulamentadas pelas normas contábeis, são também regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a qual expediu o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, instituído pela Resolução 444 de 2001.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, após quase 10 anos que o Pronunciamento Técnico CPC 01 foi emitido, e 15 anos que o Manual da Contabilidade do Setor Elétrico foi expedido, as empresas do setor elétrico brasileiro, em sua grande parte, estão divulgando as informações contábeis em suas Demonstrações Financeiras de acordo com as exigências instituídas por suas normas regulamentadoras.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos professores orientadores, pela paciência e presteza. Aos nossos pais, por sempre acreditarem em nós.

REFERÊNCIAS

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1).

Redução ao valor recuperável de ativos. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/27_CPC_01_R1_rev HYPERLINK "http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/27_CPC_01_R1_rev_08.pdf"08.pdf>.

Acesso em: 28 set 2016.

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altair. Perda no valor recuperável de ativos: uma análise dos reflexos nos indicadores econômicos e financeiros no setor elétrico brasileiro. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (*online*), Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 115-129, jan/abr 2011.

CONTABILIDADE RURAL: UM ESTUDO DE CASO COM PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE HIDROLÂNDIA - GOIAS.

*Kelyta Guimarães Santana Neryl; Tiago Nery Soares2;
kelytaguima@hotmail.com / robson.sousa@alfa.BR*

RESUMO

O trabalho tem o objetivo de abordar as atribuições positivas que a contabilidade rural proporciona na situação econômica e patrimonial dos pequenos produtores rurais, de maneira a demonstrar como a contabilidade deve ser desenvolvida, podendo aperfeiçoar bons resultados no controle de seus investimentos, custos de produção, despesas e receitas em suas propriedades. O estudo será explorado com pesquisa bibliográfica, baseando em informações teóricas, com uma aplicação de estudo de caso baseada em questionários e caracteriza-se como descritivo e qualitativo, esperando apresentar a importância da contabilidade rural como uma ferramenta de gestão que possa auxiliar o produtor rural no retorno de seus investimentos realizados em entidade rural.

Palavras-chave: Agronegócio; Atividade Rural; Pequeno Produtor Rural.

INTRODUÇÃO

Conforme informações do Instituto Mauro Borges (IMB), o estado de Goiás tem sobressaído ao apresentar contínuo crescimento econômico nas atividades rurais, além de caracterizar-se por ter vasta expansão territorial e possuir um clima propício para o desenvolvimento do agronegócio, o que favorece diante das técnicas de produções agrícolas cada vez mais otimizadas. Para Marion (2014), “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. Assim, a pesquisa traz como problemática: Como a contabilidade rural tem contribuído para a gestão dos negócios de pequenos produtores rurais sindicalizados do município de Hidrolândia GO? O estudo tem como objetivo geral verificar como a contabilidade rural tem contribuído para a gestão dos negócios de pequenos produtores rurais do município de Hidrolândia

Com vistas a alcançar o objetivo geral, como objetivos específicos, busca-se: 1) verificar os benefícios que a contabilidade rural tem proporcionado aos pequenos produtores na gestão do negócio; 2) investigar se os pequenos produtores rurais utilizam como ferramenta de gestão a contabilidade rural nas tomadas de decisões; e 3) apresentar a relevância que a contabilidade rural tem para os pequenos e médios produtores, sindicalizados do município de Hidrolândia.

METODOLOGIA

No intuito de fortalecer a proposta apresentada na revisão bibliográfica, embasada nas discussões, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com base em artigos científicos, livros e material publicado. A execução da pesquisa inclui a aplicação de estudo de caso a partir de questionários contendo 10 (dez) perguntas, as quais são diretas e serão aplicadas para pequenos produtores rurais sindicalizados no município de Hidrolândia. Para Mendonça, Rocha e Nunes (2008), “questionário: é uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. Deve ser objetivo, limitado em

extensão e vir acompanhado de instruções esclarecendo a sua finalidade e facilitando o seu preenchimento”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa ainda estão em processo de análise no estudo de campo. Assim que concluído serão apresentados em forma de tabelas elaboradas com objetivo de apresentar as respostas obtidas no questionário do estudo de caso. Assim, esperamos que os resultados alcancem os objetivos da pesquisa.

CONCLUSÕES

Em termos de conclusões, a pesquisa buscará responder ao problema de pesquisa proposto, de modo a verificar como contabilidade rural tem contribuído para a gestão dos negócios de pequenos produtores rurais sindicalizados do município de Hidrolândia.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, orientadores e ao sindicato rural de Hidrolândia.

REFERÊNCIAS

- MARION, José Carlos. Contabilidade Rural: Contabilidade agrícola, Contabilidade da pecuária, Imposto de renda - Pessoa Jurídica. 14º edição. Ed. Atlas, 2014.
- MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. TRABALHOS ACADÊMICOS planejamento, execução e avaliação. Goiânia, 2008.

BALANCED SCORECARD COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DO RISCO FISCAL COM ÊNFASE NA PREVENÇÃO DE PASSIVOS TRIBUTÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA REVENDEDORA DE MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS EM GOIÁS

Aila de Meira Santos

ailameiral6@gmail.com - leandro.leite@alfa.br

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de evidenciar a influência econômica do *Balanced Scorecard* como ferramenta na gestão do risco fiscal com ênfase na prevenção de passivos tributários em uma empresa revendedora de máquinas, peças e serviços em Goiás. Defende-se a ideia de que é importante para a organização que suas operações estejam interligadas e voltadas para o alcance da excelência. Consiste em um estudo do tipo aplicado, quanto aos objetivos, estudo de caráter descritivo, uma vez que se limita a observar, registrar, analisar e interpretar fatos. Os métodos de pesquisa utilizados serão a bibliográfica e a documental. A abordagem será do tipo qualitativo, com a intenção de

analisar detalhadamente as ações do quadro corporativo da empresa. Referente à técnica será utilizado o procedimento de estudo de caso. Trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender situações complexas. É esperado um esclarecimento quanto à importância de uma ferramenta de gestão que defenda a capacitação e conscientização fiscal, com o propósito de mitigar os riscos tributários decorrentes de processos internos ineficientes. Acredita-se que uma gestão eficaz do risco fiscal pode contribuir significativamente para a mudança positiva do quadro organizacional e agregar valor para a empresa.

Palavras-chave: *Balanced Scorecard; Gestão do Risco Fiscal; Passivos Tributários.*

INTRODUÇÃO

O cenário político e econômico atual brasileiro impacta a tributação de empresas e indivíduos; essas estão sujeitas a um novo desafio, maior e mais complexo para a gestão e o controle de obrigações tributárias desde a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), em 2007. A adequação a esse novo modelo de controle fiscal faz-se necessária, a fim de evitar contingências tributárias, penalidades e sanções (IBEF, 2016).

O IBGC (2007) diz que a adoção de um Modelo de Gestão de Riscos Corporativos é considerada uma ferramenta de gestão necessária. É nesse contexto que *Balanced Scorecard* (BSC) surge como um auxílio para empresas, possibilitando mudar o modo como operacionalizam, visando adequar e planejar as ações da organização com o objetivo de atingir o controle das operações envolvidas com tributos. Diante do exposto, o presente estudo apresenta a seguinte questão; **Qual a influência do *Balanced Scorecard* como ferramenta na gestão do risco fiscal com ênfase na prevenção de passivos tributários?**

Nessa linha de raciocínio, o objetivo geral desta pesquisa é evidenciar o impacto econômico do *balanced scorecard* como ferramenta na gestão do risco fiscal com ênfase na prevenção contra passivos tributários em uma empresa revendedora de máquinas, peças e serviços em Goiás.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como qualitativo, explicativo e descritivo que se limita a observar e registrar os fatos. No que diz respeito à obtenção de dados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para fins de aplicação do estudo, foi desenvolvido um estudo de caso com base em questionários aplicados aos gestores, e a todos os colaboradores envolvidos com processos relacionados a tributos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa pretende realizar uma análise com base em dados históricos da empresa, destacando o índice de passivos tributários decorrentes de autuações e multas. Espera-se, ao longo do estudo, evidenciar a necessidade de uma gestão fiscal eficiente, que utiliza o *Balanced Scorecard* como ferramenta capaz de auxiliar a mitigação dos riscos tributários e agregar valor para a organização.

CONCLUSÕES

Levou-se em consideração o número expressivo de empresas que utilizaram o *Balanced Scorecard* como modelo de gestão estratégica e foram bem-sucedidas. Nesse sentido, a presente pesquisa espera repassar informações que evidenciem o BSC como ferramenta eficaz na gestão do risco fiscal.

REFERÊNCIAS

- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CURI, Eloisa. O Cenário Fiscal de 2016. Instituto Brasileiro de Finanças, 2016. Disponível em <<http://www.ibefsp.com.br/artigos/o-cenario-fiscal-de-2016/>>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

INVESTIGAÇÃO DO ATENDIMENTO DAS EXPECTATIVAS DOS INVESTIDORES A PARTIR DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA EMPRESA RAIADROGASIL S/A

Leonardo de Oliveira Miranda¹, Marcos Vinícius Rocha de Assis², Wellington Rafael Carmo da Silva³ (Prof. Esp. Fabiana Andreia de Souza) n.

1, 2Faculdades Alves Farias

Essenciacontabilidade1@gmail.com - fabiana.andreia@.alfa.br

RESUMO

A análise das demonstrações contábeis é um instrumento de ampla relevância para o processo de tomada de decisão e melhor gestão de uma empresa. Diante disso busca-se, através deste trabalho, verificar como a análise das demonstrações contábeis pode atender às expectativas dos investidores. Serão levadas em consideração a contabilidade financeira e gerencial, bem como a análise dos principais indicadores financeiros. Com o objetivo de alcançar um melhor esclarecimento, será considerado o contexto histórico e como as demonstrações passaram a ser uma das mais importantes ferramentas para evidenciar o resultado econômico e financeiro de uma companhia. Para tanto, presente trabalho será embasado na teoria existente sobre o assunto, além de uma análise dos demonstrativos financeiros da empresa RAIA DROGASIL S/A.

Palavras-chave: Análise das Demonstrações. Análise Fundamentalista. Indicadores Econômicos e financeiros.

INTRODUÇÃO

A análise das demonstrações contábeis é uma ferramenta de suma importância para as organizações, pois se destina não somente à entidade em si, para a análise da saúde financeira e suporte para tomada de decisão, mas também a múltiplos usuários desta informação. Segundo Assaf Neto (2012), a análise de indicadores financeiros de uma empresa pode contribuir para a tomada de decisão de diversos usuários, desde clientes e fornecedores, até investidores.

Considerando a grande dimensão do assunto abordado, propõe-se evidenciar, neste trabalho, o seguinte problema: **Como as análises das demonstrações contábeis podem atender às expectativas dos investidores?**

Dessa forma, trabalho tem como objetivo verificar como as análises das demonstrações contábeis podem atender às expectativas dos investidores através do uso de indicadores contábeis e financeiros, com base no estudo das demonstrações da empresa RAIA DROGASIL S/A. Como objetivos específicos busca-se:

- Investigar como a análise das demonstrações contábeis tem sido tratada a partir da análise fundamentalista;
- Verificar na literatura quais indicadores têm sido mais utilizados no processo de análise das demonstrações contábeis;
- Verificar como é feita a análise das demonstrações contábeis da empresa de um determinado segmento do mercado brasileiro.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, será utilizada a pesquisa aplicada. Quanto ao objetivo, a pesquisa caracteriza-se como explicativa e utilizará a abordagem qualitativa, e quanto às técnicas e procedimentos, caracteriza-se como bibliográfica e documental, com aplicação de um estudo de caso.

Para fins de aplicação, o presente estudo realizará uma análise dos índices econômicos e financeiros de uma empresa do setor farmacêutico, presente em 17 estados Brasileiros. A companhia é resultante da fusão de duas empresas no ano de 2011, sendo elas: Raia S/A e Drogasil S/A, surgindo, então, a Raia Drogasil S/A.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do proposto no decorrer do projeto, é esperado, ao final, demonstrar com clareza como é feita a análise fundamentalista com base em indicadores econômicos e financeiros de forma a atender às expectativas dos investidores e apresentar os indicadores referentes a esta abordagem para a organização em estudo.

CONCLUSÕES

Baseado nos cálculos dos indicadores aplicados no estudo de caso, objetiva-se na conclusão, apresentar a saúde econômica e financeira da companhia em estudo, e demonstrar como a análise fundamentalista atende à expectativa de investidores, bem como destacar o que deve ser observado no momento de investir em determinada companhia baseando-se nas análises de cálculo de indicadores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, a nossos familiares pelo apoio e nossos professores pelo conhecimento compartilhado.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro** /Alexandre Assaf Neto. - 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

A AUDITORIA INTERNA COMO INSTRUMENTO DE DETECÇÃO E PREVENÇÃO DO PASSIVO TRABALHISTA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA IMOBILIÁRIA DE GOIÂNIA

*Guilherme Faria Guimarães¹; Fláine Eduardo de Araújo
1, n Faculdades Alves Faria - ALFA*

Guilherme.ccontabeis@gmail.com : flaine.araujo@outlook.com

RESUMO

Uma vez que os passivos trabalhistas, na maioria dos casos, são contraídos pelas empresas por falta de conhecimento ou descumprimento da legislação e particularidades sindicais que regem as relações de trabalho e considerando-se que tais passivos impactam diretamente e negativamente o resultado operacional da organização, esta pesquisa visou entender o processo de detecção e prevenção deste passivo e analisar a relevância da área de auditoria interna nas empresas como ferramenta de gerenciamento de tais obrigações muitas vezes ocultas. Procurou-se, no desenvolvimento deste trabalho, descrever o entendimento conceitual do contexto do problema levantado e, ainda, indicar os movimentos trabalhistas que podem ocasionar ônus e levantar as suas interferências no processo macro da empresa, como também entender a relevância do alcance da eficiência dos controles internos na minimização dos impactos e dispêndios financeiros com tais obrigações. A pesquisa teve a sua finalidade aplicada, com abordagem de natureza qualitativa. Quanto aos objetivos, será adotado o método exploratório.

Palavras-chave: Auditoria; Controle Interno; Passivo Trabalhista.

INTRODUÇÃO

Por conta das particularidades e necessidades operacionais de cada atividade alinhada muitas vezes com a falta de conhecimento dos profissionais do departamento de pessoal das organizações, podemos encontrar a ocorrência em massa de passivos trabalhistas, muitas vezes ocultos, que afetam negativamente o resultado da empresa e podem apresentar grande relevância nas demonstrações financeiras da entidade. E isso se deve, também, à não efetividade de acompanhamento das execuções trabalhistas da área.

Diante do cenário trabalhista atual no Brasil, este estudo, além de ampliar o conhecimento acadêmico, busca demonstrar para as empresas, a importância da regulamentação e eficaz execução de uma auditoria interna e seus procedimentos de controles no Departamento de Recursos Humanos, jurídico e de pessoal da organização, com foco aplicado neste último, permitindo, assim, que passivos trabalhistas possam ser detectados e prevenidos. Assim, destaca-se como objetivo geral, examinar a eficiência da auditoria interna na detecção e prevenção de custos trabalhistas na organização.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, que, segundo Gonçalves (2004), tem o intuito de gerar conhecimentos e verificação de atuação prática, para levantamento de problemas e soluções dos procedimentos. Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva. Foi adotada a abordagem de pesquisa de natureza qualitativa com a intenção de levantar dados, compreender e interpretá-los na busca do alcance

proposto. No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se a obtenção de resultados que permitam embasar a teoria de que o departamento de auditoria interna está sendo eficientemente utilizado para a detecção e prevenção dos passivos trabalhistas, através dos procedimentos utilizados pelo setor de auditoria interna para auditar as rotinas do departamento de pessoal, dentre elas: contratos de trabalho, jornada de trabalho, admissões, folha de pagamento, férias, 13º salário, rescisões, cadastro geral de empregados e desempregados (CAGED), fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), relação anual de informações sociais (RAIS) e declaração do imposto de renda retido na fonte (DIRF), permitindo a identificação de possíveis procedimentos adotados internamente que possam ser otimizados para que se alcance melhor eficácia no planejamento trabalhista, vinculado à extinção de custos contraídos com passivos trabalhistas na organização.

CONCLUSÕES

Espera-se concluir quanto à necessidade ou não de a organização rever o seu controle interno e adotar medidas de otimização dos procedimentos e rotinas trabalhistas, e quanto à organização estar sofrendo impactos relevantes em seu resultado operacional, com passivos trabalhistas e seus reflexos.

REFERENCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: Um curso moderno e completo. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- CUNHA, Rodrigo Giostri da. Planejamento trabalhista: esse desconhecido. Disponível em chttp: www.socejur.com.br. Acesso em 04 de junho de 2016.
- MARTINS, Vinicius Abílio et al. A importância de conhecer e evitar o passivo trabalhista. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

*Lucas Marques Dourado Filho: Marcus Vinicius Rodrigues Lima
Faculdade Alves de Faria*

RESUMO

Os derivativos minimizam os riscos das empresas que trabalham com moedas estrangeiras e vendas futuras. O uso dos instrumentos financeiros é crescente, sendo que empresas brasileiras não evidenciam pela falta de regulamentação eficaz. As empresas de capital aberto devem evidenciar em suas notas explicativas, os riscos envolvidos em cada operação, o valor da negociação (no mercado) e os critérios e as premissas para a determinação deste valor dos instrumentos financeiros, tais como a política utilizada e a atuação e controle das operações realizadas. Como forma de contribuir para discussão sobre a evidenciação contábil a partir da adoção das normas internacionais de

contabilidade e sobre a evidenciação de derivativos, esta pesquisa visa responder o seguinte questionamento: Como a publicação de normas relacionadas à evidenciação de derivativos pelos órgãos reguladores estão tendo impacto no gerenciamento dos riscos associados nas empresas de capital aberto? A pesquisa é descritiva e documental, com abordagem qualitativa, analisando cinco empresas classificadas no segmento de serviços médico-hospitalares, no período de 2008 à 2015.

Palavras-chave: Derivativos. Evidenciação. Ramo Saúde. Normas Internacionais de Contabilidade.

INTRODUÇÃO

O uso de instrumentos financeiros nas empresas é crescente, fazendo com que a preocupação dos profissionais contábeis aumente cada vez mais quanto à evidenciação desses instrumentos nas demonstrações contábeis. Entre estes, estão os chamados derivativos.

A evidenciação das operações empresariais, em especial as que envolvem derivativos, é cada vez mais complexa devido principalmente às particularidades desse tipo de instrumento e ao ambiente altamente volátil dos mercados financeiros.

A principal finalidade do uso de derivativos é o gerenciamento de riscos, porém, conforme Murcia e Santos (2009) e Zani et al. (2011), nem todas as empresas analisadas atendem à totalidade das exigências de evidenciação, principalmente quanto à divulgação dos riscos associados.

Como forma de contribuir para discussão sobre a evidenciação contábil a partir da adoção das normas internacionais de contabilidade e sobre a evidenciação de derivativos, o estudo tem por objetivo geral verificar como a publicação de normas relacionadas à evidenciação de derivativos pelas empresas brasileiras de capital aberto tem impactado no gerenciamento dos riscos associados.

Como objetivos específicos, buscar-se-á; contextualizar a normatização brasileira relativa à evidenciação de derivativos pelas empresas brasileiras de capital aberto; analisar como os riscos associados à evidenciação de derivativos podem ser gerenciados de forma eficaz; e analisar como essas empresas têm evidenciado os derivativos após o processo de convergência das normas internacionais aos padrões brasileiros e normas posteriores.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem do problema, este estudo utiliza uma abordagem qualitativa; quanto ao objetivo, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva. Os dados compilados das demonstrações serão referentes aos derivativos, porém, serão analisadas as demonstrações como um todo para avaliar a evidenciação dos derivativos e verificar seus efeitos, além de interpretá-los. Ainda, quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica - se como documental, uma vez que os dados serão coletados em demonstrações contábeis, notas explicativas e informações das empresas selecionadas. A amostra será selecionada entre empresas brasileiras de capital aberto constantes na listagem da BM&FBovespa como pertencentes ao setor de Saúde, com informações para o período de 2008 à 2015. A verificação na área de saúde justifica-se por ser um segmento exposto a variações cambiais, e o período de 2008 a 2012 por possibilitar a comparabilidade e análise do

crescimento de evidenciação dos derivativos, após 7 anos da convergência do padrão internacional de contabilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se apresentar os dados coletados e analisados a partir do conteúdo das notas explicativas integrantes às demonstrações contábeis das empresas a serem analisadas de cada período, contemplando as informações: 1) tipo de derivativo utilizado pela empresa, e se ele é ativo ou passivo; 2) avaliação dos riscos envolvidos; 3) análise da sensibilidade dos juros dos instrumentos financeiros; 4) critérios de reconhecimento e avaliação dos derivativos; e 5) finalidade com que são utilizados esses instrumentos financeiros pelas empresas estudadas ano a ano.

CONCLUSÕES

Em seguida às análises dos resultados obtidos, poderá ser verificado como as empresas estão evidenciando os instrumentos financeiros derivativos após a convergência internacional contábil, de modo a responder ao problema proposto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e, depois, dedico este trabalho ao apoio da minha querida e amada esposa, Amanda Castanha Dourado, ao meu Orientador Ms. Marcus Vinícius e à Professora Ma. Manuela.

REFERÊNCIAS

MURCIA, Fernando Dal-Ri; DOS SANTOS, Ariovaldo. Regulação contábil e a divulgação de informações de operações com instrumentos financeiros derivativos: análise do impacto da CVM nº 566/08 e da CVM nº 475/08 no disclosure das companhias abertas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 6, p. 03-21,2009.

ZANI, T. B., et al. Disclosure de operações de derivativos: evolução e grau de cumprimento da instrução CVM nº 235/95 e deliberação CVM nº 550/08. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, v. 8, n. 4, p. 386-397, out./dez., 2011.

PERÍCIA CONTÁBIL JUDICIAL: A ATUAÇÃO DO PERITO CONTADOR JUDICIAL À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Carlos Henrique Gomes Silvai; Marcelo Gomes Amaral de Sá2; Júlio Cesar Carlos3

I, 2, 3 Faculdades Alves Faria

RESUMO

A contabilidade possui, entre seus vários ramos de atuação, a perícia contábil judicial, a qual investiga, analisa, examina os fatos contábeis, a fim de se obter prova ou opinião sobre o objeto. O CPC/2015 revogou o CPC/1973, trazendo mudanças significativas na perícia contábil, as quais, o perito contador judicial deve se atentar, pois visam trazer

maior celeridade nos processos judiciais. Este trabalho tem por objetivo, mostrar as alterações dos artigos e como o perito contador judicial poderá auxiliar o magistrado ante o NCPC. Para alcançar os objetivos, foram feitos estudos das legislações, pesquisas bibliográficas de autores conceituados e pesquisa descritiva, utilizando-se questionário aos peritos contadores. O que se espera deste trabalho é mostrar os efeitos que as alterações que o NCPC trouxe, se positivas ou negativas, assim como tornar a execução do perito contador judicial ágil e eficaz, auxiliando o magistrado a tomar a melhor decisão quanto ao litígio.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil (NCPC); Perícia; Perito Contador.

INTRODUÇÃO

Diante de um cenário de profundas mudanças socioeconômicas e culturais, há a necessidade de aprimoramento por parte dos profissionais sobre sua área de atuação, uma vez que a contabilidade, sendo uma ciência social, exige dos profissionais uma constante atualização. Dentre esses profissionais, destacamos o perito contador judicial, sendo este o auxiliar do juiz, num processo de litígio. Em virtude das mudanças do Código de Processo Civil de 1973, revogado pelo Novo Código de Processo Civil de 2015, mudou significativamente a atuação do *expert* e, diante desse cenário, surge o seguinte questionamento: Como o perito contador judicial poderá auxiliar o magistrado num processo de litígio? É de suma relevância aos profissionais, a publicação deste trabalho, pois a atuação do perito é de grande importância no auxílio da justiça, a fim de atender às necessidades das partes envolvidas no litígio, consequência dos conflitos sociais, sejam de natureza civil, trabalhista ou tributária.

O trabalho exposto tem como objetivo, apresentar a atuação do perito contador judicial, diante das alterações sofridas no CPC/73, para que este profissional possa auxiliar o magistrado de forma ágil e eficaz, conforme o NCPC 2015.

METODOLOGIA

Para elaboração do trabalho, foram realizadas pesquisas exploratórias. Este trabalho tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito. Realizamos também pesquisa descritiva, cujo intuito principal é a elaboração de questionário, para coleta de dados. E, por fim, a pesquisa bibliográfica de autores ^ conceituados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme pesquisas realizadas, constatou-se que os efeitos que o NCPC trouxe, quanto aos processos judiciais e nível de satisfação, são, na maioria, positivos.

CONCLUSÕES

Por meio dos trabalhos e pesquisas realizados, constatou-se que as alterações sofridas no CPC trazem aos peritos contadores e ao magistrado maior celeridade nos processos judiciais, assim como todos os envolvidos no processo, além de um grande avanço para o profissional da perícia contábil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a DEUS, à nossa família, por ser a base de nossas vidas, e aos A professores pela contribuição ao nosso crescimento profissional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Luís; AGUIAR, Alinne Gonçalves. **A evolução da perícia contábil judicial:** E o K novo código de processo civil. 1 Edição. Goiânia: Kelps, 2016.

BRASIL, Presidência da república casa civil. **Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973:** Código de Processo Civil. 1973.

BRASIL, Presidência da república casa civil. **Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015:** Novo Código de Processo Civil. 2015.

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução 2015/NBCPP01:** Dá nova redação à NBC PP01 - Perito Contábil.

BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução 2015/NBCTP01:** Dá nova redação à NBC TP01 - Perícia Contábil.

DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO: Um estudo sobre os reflexos econômicos e fiscais no serviço de construção civil em uma empresa de Sinalização, em Goiânia.

Plínio Antônio de Arruda Almeida 1; Simone Hipólito Semiema 2; Danilo da Costa Batista 3

RESUMO

O trabalho foi desenvolvido em torno das mudanças ocorridas a partir da lei 12.546/2011 que instituiu a desoneração da folha de pagamento, a qual prevê a substituição da base de cálculo da Contribuição Previdenciária Patronal, pela apuração conforme a Receita Bruta, com o objetivo de reduzir a tributação e, consequentemente, os custos laborais das organizações e aumentar a competitividade nacional e a formalização dos postos de trabalho. Tem-se por objetivo evidenciar o impacto das alterações ocorridas da legislação nos resultados econômicos em uma empresa do seguimento de construção civil. Para isso, pretende-se identificar os principais efeitos trazidos pela legislação e sua aplicabilidade e comparar o resultado econômico com e sem a desoneração da folha de pagamento na empresa em estudo. Espera-se, com isso, identificar o impacto da desoneração da folha de pagamento no resultado econômico da empresa em estudo de modo a verificar se o objetivo da lei foi alcançado.

Palavras-chave: Construção Civil; Contribuição Previdenciária; Desoneração da folha.

INTRODUÇÃO

O Governo Federal instituiu a desoneração da folha de pagamento, através da Lei 12.546/11, que consiste em substituir a contribuição previdenciária patronal (CPP), incidente sobre a folha de pagamento, pela contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta (CPRB) que pretende amenizar custos de produção, fomentando o crescimento e uma maior formalização no mercado de trabalho.

Diante desse contexto, e da aplicação de um estudo de caso na empresa do ramo do serviço de construção civil em Goiânia, apresenta-se o questionamento que norteia esta pesquisa: Como as alterações ocorridas na legislação influenciaram o resultado econômico da empresa em estudo?

O estudo justifica-se por buscar mensurar os impactos econômicos da aplicação da lei, a partir de uma aplicação no seguimento da construção civil, uma vez que o fator econômico é de relevância para tomada de decisão.

Desta forma, tem-se por objetivo geral verificar as mudanças da legislação que impactaram o resultado, bem como os seus efeitos econômicos.

METODOLOGIA

Pretende-se utilizar uma abordagem quantitativa, já que será utilizada a comparação de dados financeiros referentes ao período em estudo, porém será feita também uma análise com abordagem interpretativa quanto à aplicabilidade da lei. A estratégia é a pesquisa adotada e a pesquisa bibliográficas legislação, livros e artigos que abrangem desoneração da folha de pagamento e documental, com base em dados de relatórios e documentos fiscais e trabalhistas, com aplicação de estudo de caso. Pretende-se, assim, identificar os principais efeitos trazidos pela legislação e sua aplicabilidade, e comparar o resultado econômico antes e após a desoneração de folha de pagamento na empresa em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a realização do trabalho, espera-se como resultado demonstrar os impactos econômicos e sociais que a medida trouxe para empresa estudada bem como verificar se a desoneração da folha de pagamento trouxe na prática o que tem por objetivo, desonrar a fim de reduzir carga tributária, aumentando competitividade no mercado e criando novos postos de trabalho.

CONCLUSÕES

Para fins de conclusão, a pesquisa buscará responder ao problema de pesquisa apresentado, indicando como as alterações ocorridas na legislação influenciaram o resultado econômico da empresa em estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a participação do Orientador e aos professores que nos auxiliaram e conduziram a realização de desenvolvimento do projeto, bem como agradecermos à minha família, que paciente nos confortou nesses momentos trabalhosos e difíceis que nos privou muitas vezes do convívio social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/H2546.htm. Acesso em: 04 de junho 2016.

IMPACTO DOS NÍVEIS DE GOVERNAÇA CORPORATIVA NO RECONHECIMENTO DE PROVISÕES DAS EMPRESAS DO IBOVESPA

Andréia Cardoso de Oliveira Xavier¹; Daniela Vieira Oliveira de Jesus²; Palloma Magalhães Nascimento³; Pedro Machado Soares Junior⁴

1, 2, 3,4 Faculdade Alves Faria

RESUMO

A Governança Corporativa está em crescente no mercado, com o intuito de mitigar os riscos e os conflitos de agencia, trazendo maior transparência. Com isso, o objetivo é verificar a relação dos níveis de GC e qual o impacto no reconhecimento de provisões nas empresas que compõem o índice da Ibovespa, utilizando de análise de conteúdo nas 46 entidades listadas na Ibovespa de 2011 a 2015. A contribuição desta pesquisa concentra-se em mostrar como a GC pode impactar no desempenho das entidades, com o intuito de concluirmos que com o uso de boas práticas de GC, os impactos nas provisões podem ser reduzidos.

Palavras-chave: Ibovespa; Governança Corporativa; Provisão.

INTRODUÇÃO

O Surgimento da Governança Corporativa tomou força entre a década dos anos 90 com a ocorrência de escândalos em empresas internacionais. Diante disso, nasceu a importância de se criarem normas e critérios que norteassem interna e externamente as organizações para assegurar boas práticas na gestão (BESARRIA et al., 2015).

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 “Provisão é um passivo com montante ou prazo indefinido” Partindo deste conceito, as provisões mais comuns nas empresas brasileiras são provisões de cunho fiscal, em que existe alguma causa tributária, onde valor ou o prazo em que será liquidado ainda não estão definidos de forma clara. (FERNANDES et al.)

O Ibovespa é um indicador da economia em relação a investimentos em renda variável, pois ele mede o desempenho em valor das ações das 58 ações com maior liquidez em bolsa e maior volume de investimentos (SERRA; SAITO e FÁVERO, 2016).

A pesquisa se faz necessária em virtude da importância do mercado de capitais para a economia brasileira, em que estão dispostas as grandes empresas. Este mercado é composto de vários tipos de investidores, que veem, de certa forma, nos níveis de governança corporativa um parâmetro de segurança no modelo de gestão.

Esta pesquisa tem como objetivo verificar a relação dos níveis de governança corporativa e qual o seu impacto no reconhecimento de provisões nas empresas que compõem o índice da Bovespa, conhecido como IBOVESPA.

METODOLOGIA

A pesquisa se utiliza de abordagem empírica, consubstanciada na observação de relatórios contábeis, tendo como estratégia a pesquisa bibliográfica, em que haverá a exploração ao acesso à internet no site na BM&FBOVESPA na busca das Demonstrações em que serão coletados os dados. Também será utilizada a abordagem quantitativa, por

meio de dados estatísticos na busca de traduzir em números ou percentuais os resultados encontrados. Na análise de conteúdo, será levantada uma amostra de 46 entidades listadas na Ibovespa, que terá uma análise temporal de 2011 a 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado esperado da presente pesquisa busca demonstrar se as boas práticas de Governança Corporativa trarão redução nas provisões considerando que o principal objetivo da Governança Corporativa é a transparência em sua gestão e, consequentemente, se uma entidade bem gerida proporciona redução no impacto dos riscos.

CONCLUSÕES

No desfecho desta pesquisa concluiremos se quanto maior o nível de Governança Corporativa menores são os impactos de provisão nas empresas pesquisadas, demonstrando assim desenvolvimento trazendo benefício à sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos amigos e familiares que nos acompanham em nossas lutas diárias, para alcançar nossos objetivos profissionais. Agradecemos imensamente ao, nosso orientador pela disposição e atenção que tem nos dado.

REFERÊNCIAS

- BESARRIA, C. N.; PAULA, A.; ARAÚJO, B. S.; ALVES, J. N.; ALMEIDA, F. F.; MONTEIRO, V. S. A qualidade das informações prestadas pelas empresas reduz os riscos de investimento? Uma análise empírica para os diferentes níveis de governança corporativa das empresas brasileiras. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 14, n. 1, p. 11-38, 2015.
- SERRA, R. G.; SAITO, A. T.; FÁVERO, L. P. L. Nova metodologia do ibovespa, betas e poder explicativo dos retornos das ações. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 10, n. 27, p. 7285, 2016.
- FERNANDES, A. R. P.; SILVA, A. F.; VIEIRA, A. M. C.; SLOMSKI, V. G. O processo de reconhecimento e mensuração da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) em demandas judiciais das sociedades seguradoras brasileiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 2, p. 94117, 2014.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO- FINANCEIRO DAS LOJAS AMERICANAS S.A: UMA VISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO PERÍODO DE 2010 A 2015.

Geise da Silva Nascimento¹; Thays Kelli Alves Lemes²; Weilla Fernandes de Oliveira³; Fabiana Andréia de Souza⁴

RESUMO

A análise das demonstrações contábeis por meio de ferramentas fundamentais vem oferecendo suporte aos gestores à tomada de decisão. A presente pesquisa tem como objetivo analisar fatos e dados ocorridos nas Demonstrações Contábeis por meio da aplicação e análises de indicadores financeiros na empresa Lojas Americanas S.A nos anos de 2010 a 2015, que possibilitam analisar a situação econômica financeira da empresa, gerando informações que auxiliam nas principais tomadas de decisão na empresa por meio dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, fornecendo aos gestores informações acerca da saúde da empresa comparando suas demonstrações.

Palavras-chave: Análise das demonstrações contábeis. Indicadores. Lojas Americanas.

INTRODUÇÃO

É essencial para uma análise das demonstrações financeiras o estudo do desempenho econômico-financeiro da empresa no período, para detectar, sua colocação atual e gerar resultados que ofereçam base a um prognóstico de tendências futuras (ASSAF NETO, 2014).

Esta pesquisa se justifica pela necessidade do conhecimento de seu desempenho e análise dos resultados, de forma que dê suporte à tomada de decisão. A metodologia utilizada são a descritiva e a quantitativa, o seja: serão extraídos relatórios financeiros publicados as informações relevantes para análise do desempenho da empresa; e será realizada busca em acervos bibliográficos de livros direcionados.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o desempenho econômico-financeiro da empresa Lojas Americanas S.A no período de 2010 a 2015, por meio da aplicação de índices financeiros e da comparação do desempenho apresentado. E objetivos específicos: (1) extrair dos relatórios financeiros publicados um conjunto de informações para análise do desempenho da empresa; (2) comparar o desempenho da empresa de acordo com o resultado apresentado pelo cálculo de indicadores financeiros; (3) analisar a situação econômica e financeira da empresa no período de **2010** a 2015, verificando se houve melhora ou piora no desenvolvimento econômico financeiro.

METODOLOGIA

Para elaboração desta pesquisa e alcance dos objetivos, foi realizada uma pesquisa descritiva e quantitativa, buscando analisar se houve crescimento ou queda no desempenho econômico da empresa Lojas Americanas S.A no período de 2010 a 2015, por meio dos dados publicados, acervos bibliográficos, Demonstração de Resultado e Balanço Patrimonial bem como notas explicativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conhecimento da estrutura financeira de uma empresa é obtido pelo exame da estrutura de capital, retratando sua capacidade de pagamento de passivos pela aplicação do índice de liquidez corrente; liquidez seca e liquidez geral, com o resultado da aplicação de quocientes. A liquidez seca é idêntica ao índice de liquidez corrente, porém no cálculo os estoques são eliminados e apresenta os recursos circulantes sem que os estoques sejam vendidos, configurando uma maior necessidade de venda de seus estoques para honrar os compromissos assumidos perante terceiros. Já os indicadores de liquidez geral representados consideram direitos e obrigações de longo prazo, objetivando apresentar a liquidez da entidade no curto e longo prazo. E o índice de endividamento avaliado em determinado período de tempo indica de que forma os ativos da empresa vêm sendo financiado se por recursos próprios ou de terceiros e se grau de endividamento é apresentado nesta obtenção de recursos.

CONCLUSÕES

Observa-se que, nos últimos cinco anos houve um declínio nos resultados dos índices, embora tais resultados ainda não apresentem falta de liquidez, pois demonstram folga no disponível para uma possível liquidação das obrigações. Embora o resultado dos índices de liquidez corrente e seca tenham apresentado um declínio, a aplicação do indicador de liquidez geral apresenta um crescimento nos dois últimos anos de análise, indicando uma melhora em longo prazo.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em nossas vidas, aos nossos pais, aos nossos irmãos e amigos.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES AO PIS E DA COFINS NO REGIME DA NÃO CUMULATIVIDADE: INDÚSTRIA FRIGORÍFICA

*Débora Dutra Marcos. Leandro Martins Leite
Faculdade Alves Faria*

RESUMO

A presente pesquisa apresenta um estudo do regime de incidência não cumulativo sobre a aplicação da legislação do PIS e da COFINS. Como objetivo geral, busca demonstrar os principais aspectos a serem observados para a apropriação das contribuições sociais referidas e analisar essa aplicação em uma indústria frigorífica, comparando a legislação das contribuições citadas com a legislação específica para o abate bovino e produtos advindos da atividade. O estudo utiliza-se do método de pesquisa qualitativo, sendo descritivo e bibliográfico. Inicialmente, aborda a parte histórica e conceitual da

contribuição ao PIS e COFINS, bem como a legislação aplicada na incidência da não cumulatividade para apropriação dos créditos oriundos dessas contribuições e, por fim, os principais pontos a serem observados na legislação que possibilitam a apropriação e a manutenção dos créditos. Quanto aos resultados, espera-se um conjunto de informações que possam acrescentar conhecimento sobre a apropriação de créditos na indústria frigorífica. Essa atividade recebe benefício de alíquota zero das contribuições sociais na saída, mas que não impede o aproveitamento dos créditos.

Palavras-chave: Apropriação de Créditos. Cofins. Não Cumulatividade. Pis.

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata das contribuições sociais do PIS (Programas de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no regime tributário da não cumulatividade.

De acordo com Oliveira (2014), o tributo não cumulativo é aquele que incide somente sobre o valor agregado em cada operação, Tendo como característica ser plurifásico.

Ainda, segundo Oliveira (2014), para a apuração de créditos na sistemática não cumulativa nas contribuições sociais, é necessário definir quais são os gastos e restrições aos créditos. Neste contexto, a presente pesquisa visa responder ao seguinte questionamento: **Quais são os aspectos a serem observados para a apropriação dos créditos das contribuições sociais PIS e**

COFINS em uma empresa frigorífica?

De acordo com Araújo (2014), a compreensão da sistemática da não cumulatividade sobre as contribuições citadas exige o entendimento da linguagem da legislação sobre a apropriação de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica, afim de reduzir a carga tributária.

Além disso, permite evitar a autuação por parte da Receita Federal do Brasil às empresas que apropriam créditos indevidamente, por falta de conhecimento especializado. Assim, justifica-se a escolha do tema. A aplicação do estudo à indústria frigorífica deu-se devido à o estudo do PIS/ PASEP e da COFINS ser amplo e caber um estudo mais aprofundado sobre a vasta gama de diversificação de negócios existentes.

O presente trabalho tem como objetivo geral demonstrar os principais aspectos a serem observados para a apropriação das contribuições sociais PIS e COFINS e analisar essa aplicação em uma indústria frigorífica.

Como objetivos específicos, busca-se definir insumos na visão da administração tributária para apropriação de créditos das contribuições sociais e analisar a legislação específica para o abate bovino, para compreensão das possibilidades de apropriação e manutenção dos créditos para produção de carne bovina, ainda quando a saída não sofre incidência das contribuições.

METODOLOGIA

A abordagem de pesquisa utilizada é predominantemente qualitativa, a fim de interpretar os principais pontos na sistemática das contribuições acima mencionadas. Quanto ao objetivo, o estudo é descritivo e quanto ao procedimento, caracteriza-se como bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto aos resultados esperados, espera-se que essa pesquisa traga maior compreensão quanto à apropriação e manutenção dos créditos para produção de carne bovina, mesmo ainda quando a saída não sofre incidência das contribuições e traz luz sobre as especificidades aplicadas ao segmento, que já se espera existirem.

CONCLUSÕES

Quanto à conclusão, a presente pesquisa espera apontar as diferenças ou especificidades da apropriação e manutenção dos créditos para produção de carne bovina em relação à legislação geral de do PIS e da Cofins e apontar quais aspectos devem ser observados para a apropriação dos créditos das contribuições sociais PIS e COFINS em uma empresa frigorífica.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Fabio Rodrigues de. *Definição de Insumos para Apropriação de Créditos do PIS e da Cofins*. 3.ed. São Paulo: FISCO soft Editora, 2014.
- ARAÚJO, Elaine Cristina de; SOUZA, Katia Luiza Nobre de. *Créditos do PIS/PASEP e da COFINS*. 1 ,ed. São Paulo: IOB SAGE, 2014.

CONTABILIDADE CRIATIVA COMO PRÁTICA INADEQUADA NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

Elizângela Maria do Amparo¹; Giselly Marques Ruela²; Neuraci Ferreira Gomes da Silva³; Marcus Vinícius Rodrigues Lima;

RESUMO

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, teve por objetivo discutir a contabilidade criativa, vista atualmente como sinônimo de maquiagem contábil, ou seja, o meio de manipular a informação contábil, dentro das opções legais que existem. O objetivo geral desta pesquisa é verificar que práticas da chamada contabilidade criativa têm sido observadas como negativas nos últimos anos no Brasil. Diante disso, o estudo foi realizado com base no método dedutivo e desenvolvido por meio de uma pesquisa exploratória, através de procedimentos bibliográficos. Como resposta à problemática proposta foi possível apontar, de uma forma simples e direta, a característica da contabilidade criativa, seu uso, vantagens, desvantagens e consequências, e uma descrição do que é a fraude contábil e em quais pontos ela contrasta com a contabilidade criativa. Diante dos resultados da pesquisa, pode-se concluir que o fenômeno contabilidade criativa é a manipulação dos dados contabilísticos, usando os vazios, a flexibilidade e agilidade das normas para se obter o objetivo da empresa, que é a imagem desejada pelos gestores.

Palavras-chave: Contabilidade criativa; Fraude contábil; Gerenciamento de resultados

INTRODUÇÃO

A contabilidade criativa é vista atualmente como sinônimo de maquiagem contábil, ou seja, o meio de manipular a informação contábil, dentro das opções legais que existem. Assim, a contabilidade criativa transforma informações para melhor atender aos interesses de alguns, podendo levar os diversos interessados no negócio a tomarem decisões equivocadas. Muitos autores afirmam que a contabilidade criativa é manipulação dos dados contabilísticos, usando os vazios, a flexibilidade e agilidade das normas para obter o objetivo da empresa, que é a imagem desejada pelos gestores. Assim, tem como objetivo geral verificar: A partir de que ponto a Contabilidade Criativa deixa de ser apenas um simples gerenciamento dos resultados contábeis e passa a ser fraude trazendo consequências negativas para os usuários? Desta forma, os objetivos específicos são definidos: 1) realizar um estudo na literatura a respeito do gerenciamento de resultados com a finalidade de identificar as discussões, envolvendo a chamada contabilidade criativa; 2) analisar os limites estabelecidos pela norma contábil em relação à contabilidade criativa, vista como ato lítico do profissional contábil; 3) identificar e apresentar casos recentes em âmbito nacional e internacional enquadrados como prática da contabilidade criativa.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para realização desta pesquisa foram a bibliográfica e a documental pelas quais se fará a dos dados para atendimento dos objetivos específicos e elaboração do texto teórico, e foi realizada através de contribuições de autores em artigos, teses de doutorado, monografias, livros, sites, revistas. Foram, ainda observados e estudados os casos de empresas que manipularam demonstrações contábeis, e que foram envolvidos na temática proposta. Este trabalho será qualitativo, pois irá verificar, a partir de que ponto a contabilidade criativa deixa de ser apenas um simples gerenciamento dos resultados contábeis e passa a ser fraude, trazendo consequências negativas para os usuários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado esperado desta pesquisa é verificar que práticas da chamada contabilidade criativa têm sido observadas como negativas nos últimos anos no Brasil.

CONCLUSÕES

Este trabalho ainda será executado, porém, até o momento, tem-se a verificação dos casos de empresas que utilizaram a contabilidade criativa para se beneficiarem causando malefícios para usuários das informações contábeis.

REFERÊNCIAS

FROTA, V.X;VIEIRA, E.T.VA Influência da Contabilidade Criativa no Resultado do Trabalho do Auditor Independente. Disponível em:

<http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECQN/article/view/409/402>
Acesso em:07 Set 2016

KRAEMER, M. E. P. A maquiagem das demonstrações contábeis com acontabilidade criativa.

Disponível em:http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1148408561_67.doc. Acesso em 10 de maide 2016.

A GESTÃO DO ICMS EM UMA ORGANIZAÇÃO DO RAMO DE AUTO PEÇAS NA CIDADE DE GOIÂNIA- GO

*David Ribeiro da Silvai; Marco Aurélio Martins de Lima2; Weder Jose das Chagas 3;
Danilo da Costa Batista4*

RESUMO

Este estudo traz como tema principal o ICMS, para identificar o crédito fiscal a recuperar e, consequentemente, reduzir o preço final para os clientes nas saídas de mercadorias. O objetivo é demonstrar a importância de se fazer uma gestão sobre o Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) em empresas do ramo de peças automotivas na cidade de Goiânia. Para o alcance do objetivo, será realizado estudo de caso, com aplicação do questionário nas empresas X objeto de pesquisa. Como resultado espera-se que seja evidenciado como o planejamento sobre tal imposto possa ser de grande valia para os administradores, de tal forma que este venha a interferir positivamente no resultado da organização.

Palavras-chave: ICMS; Fato gerador; Planejamento tributário; Tomada de decisão.

INTRODUÇÃO

O sistema tributário brasileiro é bastante contestado, a quantidade de tributos é extremamente elevada, o que torna este sistema muito complexo. Desta forma, faz com que a legislação brasileira seja um dos maiores emaranhados tributários do mundo, e mude sempre.

Conforme Martins (2002), a legislação tributária brasileira é considerada uma das mais complexas do mundo, chegando ao ponto de os contribuintes recolherem mais de cinquenta diferentes tipos de tributo. O Instituto Brasileiro de Planejamento de Tributação (IBPT) comprova que a carga de tributos do Brasil chega até a ser maior do que a de muitos países de primeiro mundo, ricos e industrializados. Que é país com maior quantidade de taxas de impostos no mundo, e que, mesmo assim, continua oferecendo menor taxa de retorno para a população.

A pesquisa mostrará a contabilidade em relação ao tema principal, com a seguinte proposta de trabalho: Como a gestão do ICMS pode interferir no resultado de empresas do ramo de peças automotivas?

Diante de tanta complexidade, o planejamento tributário é uma ferramenta que os empresários têm em mãos, ou deveriam ter, a fim de reduzir o valor dos impostos devidamente em uma organização.

O objetivo deste trabalho é analisar como o uso da gestão do ICMS pode interferir no resultado de empresas do ramo de peças automotivas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se, quanto aos objetivos, como descritiva, pois efetuará a avaliação do aproveitamento de crédito do ICMS.

Quanto aos procedimentos técnicos, este estudo se classifica como um estudo de caso. Esta pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental, pois valerá tanto o material publicado e legislação bem como de materiais que não receberam tratamento analítico, como é o caso dos dados das empresas de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O direito do crédito no ICMS consuma-se com a ocorrência do fato, ou seja, com a entrada de mercadoria ou utilização de serviços de transportes ou de comunicação, pelo estabelecimento e o respectivo registro do documento fiscal, em conformidade com as exigências fiscais atendendo aos requisitos legais para o registro do documento fiscal e a utilização do crédito, dessa forma devendo ser verificada a exatidão do imposto destacado para posterior compensação.

Como resultado da pesquisa, espera-se que a gestão do ICMS possa ser usada nas organizações, juntamente com o planejamento tributário para que se possa escolher entre alternativas que proporcione menor desembolso para as organizações, ao recolher o tributo aos órgãos competentes, de modo que possa ser usado com eficiência para redução de gastos, e a economia nossa ser usada para aumentar o capital circulante da empresa.

CONCLUSÕES

Com base no estudo, pode-se perceber que o planejamento tributário é uma ferramenta essencial para a vida econômica de uma empresa ou organização e a gestão do ICMS permite aos gestores uma manipulação do ônus que emprega o imposto na organização.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos professores e ao nosso Orientador, que nos ajudou na elaboração do projeto.

REFERÊNCIAS

INST1TUTUDO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTACAO. Brasil tem alta carga tributaria, mas continuou oferecendo menor retorno à população. Disponível em: <http://www.ibpt.com.br/noticia/896/Brasil-tem-alta-carga-tributaria-mas-continua-oferecendo-menor-retorno-a-populacao>

MARTINS, Volésio. **Manual Prático do ICMS:** principais operações e prestações. CRC,
2002.

ESTUDO E MENSURAÇÃO DE PERFORMANCE DA PETRODRAS

*Elismar Cerqueira de Oliveira
Faculdades Alves Farias*

elismar.c.oliveira@gmail.com / pedro.junior@alfa.br

RESUMO

A avaliação do valor de uma entidade não é uma tarefa das mais fáceis; Pais termina por exigir do analista certa coerência e destreza conceitual, uma vez que estão disponíveis na literatura diversos modelos que visam possibilitar esta ação. Dentre os diversos modelos disponíveis, podemos elencar os puramente objetivos e práticos, como os patrimoniais, bem como os subjetivos e complexos, como o fluxo de caixa descontado. Nesse contexto, esta pesquisa não só busca apresentar por meio do método empírico de estudo de caso, o *valuation* da companhia Petrobras mediante os diversos métodos descritos na literatura acadêmica, como também analisar as variações ocorridas no valor da companhia, tanto ao longo dos anos estudados quanto a respeito das diferenças decorrentes dos modelos utilizados. Serão realizadas análises nas demonstrações financeiras da companhia e, com isso, propõe-se verificar qual modelo de avaliação melhor representa o valor da companhia durante os anos de 2005 a 2015, buscando esclarecer as possíveis diferenças encontradas entre os modelos utilizados e o que pode ter ocasionado a irregularidade entre os mesmos. Nesse contexto, a presente pesquisa espera que o modelo do fluxo de caixa descontado seja apontado como o mais adequado, destacado na literatura acadêmica por utilizar em seus cálculos fatores como o valor do dinheiro no tempo.

Palavras-chave: *Valuation*; modelos de *Valuation*; Petrobras.

INTRODUÇÃO

Inseridas em mercados abrangentes, globalizados e altamente competitivos, as empresas necessitam cada vez mais de estratégias que viabilizem a sobrevivência e competitividade mercadológica. Nesse sentido, um dos grandes objetivos para qualquer empresa passa a ser a criação de valor para seus proprietários, promovendo a maximização de riquezas e maior *performance* de resultados (ASSAF NETO, 2010). Nesse contexto, a elaboração desta pesquisa busca elucidar o problema que se destaca da seguinte forma: **Qual o comportamento do valor da Petrobras em relação aos diferentes métodos de valuation?**

Nesta linha de raciocínio, a presente pesquisa tem como objetivo geral verificar como se comporta o valor da Petrobras em face dos diferentes métodos de *valuation* apresentados. Como X objetivo específico, busca-se apresentar os diferentes métodos de *valuation*, bem como a relevância de cada um deles perante os processos de avaliação de *performance* de entidades.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica da pesquisa é o empirismo; e a estratégia de pesquisa adotada é a pesquisa bibliográfica e documental, com base em dados secundários disponíveis, com aplicação de estudo de caso; utiliza-se a abordagem quantitativa de pesquisa e serão utilizadas para a coleta de dados as demonstrações financeiras da companhia Petrobras dos anos de 2005 a 2015.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na discussão de resultados, a presente pesquisa espera realizar uma análise dos resultados alcançados, abrangendo uma síntese sobre a performance apontada por cada método utilizado, evidenciando uma possível e esperada variação acorrida entre os resultados dos mesmos, uma vez que os modelos trazidos pela literatura não utilizam as mesmas diretrizes de cálculos (**DAMODARAN,20071**).

CONCLUSÕES

Nas conclusões, a presente pesquisa espera apontar o fluxo de caixa descontado como o método que melhor representa o valor da companhia Petrobras dos anos estudos devido sua complexidade avaliativa embasada em avaliar a companhia não só nos aspectos patrimoniais mas como a presunção de retornos futuros.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao Professor/orientador, Pedro Machado Júnior, e qual está possibilitando que essa pesquisa se realize nas dimensões que se almeja alcançar.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. Finanças Corporativas e Valor. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 DAMODORAN, Aswath Avaliação de Empresas. Trad. Allan Vidigal Hastings. 2^a. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

A CONTRIBUIÇÃO DO CONTROLE DOS CUSTOS HOSPITALARES PARA A EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: UM ESTUDO REALIZADO NOS HOSPITAIS PÚBLICOS DA CIDADE DE GOIÂNIA- GOIÁS

João Vitor Simões de Oliveira¹; Sandra Maria Silva Mendanha Valdo²; Tatiane Cortes de Souza³; Marcus Vinícius Rodrigues Lima⁴

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar de que forma o efetivo controle dos custos tem contribuído para a eficiência da prestação dos serviços, em hospitais públicos na cidade de Goiânia-GO. A gestão e controle de custos tornaram- se imprescindíveis em os tipos de gestão, seja pública ou privada, devido ao grau de importância que essas atividades possuem, capazes de afetar diretamente as organizações em seu desempenho no seu setor de atuação. Especificamente em gestão hospitalar pública, a gestão e controle dos custos são fundamentais para o planejamento e controle das atividades de saúde e na distribuição eficaz dos recursos, contribuindo para a eficiência na prestação dos serviços e no bom gerenciamento do hospital. Para o desenvolvimento desse estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica e um estudo de caso em hospitais públicos que são administrados por Organizações Sociais (O.S) na cidade de Goiânia-GO, administração

essa que foi repassada com a finalidade de garantir maior eficiência na prestação dos serviços à sociedade goiana.

Palavras-chave: Controle; Eficiência; Gestão; Organizações; Sociais.

INTRODUÇÃO

Devido à globalização da economia e à expansão dos mercados, a liderança na gestão de custos passou a ser uma vantagem competitiva das empresas, fazendo parte de sua estratégia (ABBAS, 2001). Conseguir o menor custo, sem deixar a funcionalidade e a qualidade dos produtos/serviços, é um objetivo permanente nas empresas que buscam excelência em seu mercado empresarial (ABBAS, 2001). Neste ambiente competitivo, nota-se que uma das áreas que mais necessitam de aperfeiçoamento de gestão é a hospitalar, que, em sua maioria, ainda utiliza métodos contábeis tradicionais, que não levam aos usuários a informação efetiva de seus custos, deixando de oferecer suporte fidedigno para as decisões administrativas, de controle de atividades e investimentos (ABBAS, 2001).

Diante disso, surge a seguinte problemática para se desenvolver este estudo: como o efetivo controle dos custos hospitalares tem contribuído para a eficiência na prestação dos serviços em hospitais administrados por Organizações Sociais (O.S) na cidade de Goiânia- -GO?

O presente estudo tem como objetivo geral verificar como o controle dos custos hospitalares tem contribuído para a eficiência na prestação dos serviços em hospitais administrados por Organizações Sociais (O.S) na cidade de Goiânia- Goiás. Assim, os objetivos específicos desse estudo são os seguintes: (1) verificar como os hospitais selecionados controlam os custos; (2) verificar como utilizam as informações de custos no, processo decisório; e(3) verificar como a informação e a gestão de custos têm contribuído para a distribuição eficaz dos recursos, possibilitando a eficiência da prestação dos serviços.

METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, essa pesquisa é definida como descritiva e exploratória. Quanto aos métodos, serão utilizados o comparativo e o observacional.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa[^] será realizado um estudo de caso em quatro hospitais administrados por OS na cidade de Goiânia- Goiás, sendo eles: Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO); Hospital Geral de Goiânia (HGG); Hospital Materno Infantil (HMI) e Hospital de Doenças Tropicais (HDT).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados, espera- se mostrar como e, se o efetivo controle de custos vem sendo feito nos hospitais que serão visitados e de que forma esse controle tem contribuído na gestão hospitalar como um todo, desde a distribuição dos recursos, no planejamento das atividades e na eficiência na prestação dos serviços.

CONCLUSÕES

No desenvolvimento deste trabalho, descobriram-se diversas características e particularidades que somente as organizações hospitalares possuem, fazendo com que a sua administração seja um pouco mais complexa que a das outras organizações. Ressalta-se, também, que o controle e planejamento dos custos são muito importantes e devem ser feitos em todas as organizações hospitalares, pois as informações de custos auxiliam os gestores no processo decisório, contribuem para a melhor distribuição de recursos e, consequentemente, contribuem para a eficiência da prestação dos serviços.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos a Deus por estar tão presente em nossas vidas. Agradecemos também, aos nossos familiares e a nosso orientador por estarem presentes nesse momento especial e único de nossas vidas.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Katia. **Gestão de custos em organizações hospitalares.** Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Maio de 2001.

PLANO SUCESSÓRIO COMO FERRAMENTA DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL EM K'HOLDING FAMILIAR

Délio Rodrigo Moraes Neto¹; Victor Hugo Trindade Resende²; Fiaine Eduardo de Araújo³

RESUMO

As empresas familiares nascem com ideias de integrantes da família, assim existindo aspecto emocional por fazerem parte de um projeto de um pai, um avô, ou outros membros da família. Desse modo, encontramos muitos grupos econômicos com essa fisionomia familiar, que, para proteger o patrimônio e centralizar o controle, acabam constituindo uma *holding*, que tem em seus aspectos planejar e preparar a empresa e seus líderes para o processo de sucessão que é muito complexo e delicado e, mesmo sendo planejado, muita das vezes se torna desgastante, sabendo-se que está em jogo o futuro, não dos sócios mas o futuro do grupo ou da organização. Essa pesquisa tem por finalidade demonstrar a importância do planejamento sucessório em uma *holding* familiar. A metodologia aplicada será pesquisa bibliográfica, demonstrando que é indispensável o planejamento para manutenção do patrimônio familiar, mantendo o conglomerado de empresas em poder de seus descendentes e evitando que sucessores não desejados pela família tenham acesso ao patrimônio sucedido, expondo a importância da constituição de uma *holding* familiar para centralizar todo esse controle patrimonial. Com o resultado, espera-se comprovar que essas empresas necessitam de um planejamento sucessório para proteger seu patrimônio dos riscos envolvidos no processo de sucessão.

Palavras-chave: *Holding; Sucessão; Proteção Patrimonial.*

INTRODUÇÃO

O termo *holding* derivado do inglês *to hold*, que significa segurar, deter e sustentar, sugere um tipo de domínio utilizado para designar sociedades que atuam como detentores de bens e direitos (MAMEDE, 2013).

No Brasil, a origem das *holdings* ocorreu junto com o decreto da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em que o Art. 2º § 3º dispõe: “A companhia pode ter por objeto participar de outras sociedades; ainda que não prevista no estatuto, a participação é facultada como meio de realizar o objeto social, ou para beneficiar-se de incentivos fiscais”.

Mais cedo ou mais tarde, surgirá a necessidade da troca do comando, por motivo de aposentadoria, saúde ou morte, com isso a empresa entrando em processo de transição. E esse período de transição pode ser não muito

Agradável. Caso o patriarca não tenha planejado a sucessão, a empresa pode chegar à falência ou mesmo ser vendida. Segundo Mamede (2013), infelizmente não são raros os casos nos quais o resultado de uma sucessão não planejada ou mal planejada foi uma crise empresarial, que, por vezes, conduz à falência ou, no mínimo, à alienação da empresa para terceiros.

O plano sucessório acaba sendo a base que rodeia a formação de uma *holding* familiar por proporcionar uma composição previa e detalhada da transmissão do patrimônio aos herdeiros e, assim, proporcionando uma sucessão profícua na conduta da continuidade da empresa, que incorpora um agregado de bens, proporcionando aos patriarcas a autoria de definir em vida o futuro de seu patrimônio (DA SILVA e ROSSI, 2015).

O objetivo dessa pesquisa, portanto, é inquirir se as sociedades *holdings* do tipo familiar estão colocando em prática uma de suas principais ferramentas trazendo a seguinte questão problema: Qual a importância do planejamento sucessório em uma *holding* Familiar e quais os riscos ela corre em uma sucessão mal planejada? No intuito de obter uma resposta a este questionamento, tem como objetivo principal analisar se as *holdings* familiares estão se preparando para a troca de bastão, a fim de constatar se o plano sucessório realmente está facilitando a sucessão dentro das *holdings*.

A metodologia utilizada quando ao objetivo é a explicativa com finalidade aplicada que pretende compreender a importância do planejamento sucessório em empresas familiares do tipo Holding. Já a abordagem do tema será de forma qualitativa e quantitativa. As amostras bibliográficas como objetivo, nesse trabalho, expor as ideias centrais de autores que se dedicaram a entender os riscos que as empresas familiares correm e a dificuldade da manutenção do patrimônio familiar.

REFERÊNCIAS

- DA SILVA, Fábio Pereira da; ROSSI, Alexandre Alves. *Holding Familiar*. São Paulo: Editora Tresivan, 2015.
- MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. *Holding Familiar e suas vantagens*. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

BALANÇO SOCIAL: ANÁLISE DAS EVIDENCIAS DAS INFORMAÇÕES SOCIO-AMBIENTAIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO

Carlinei Pereira dos Santos; Fernando Moraes de Souza; Marcus Vinícius Rodrigues Lima

RESUMO

De acordo com o CPC OO, a Contabilidade tem a finalidade de fornecer relatório contábil-financeiro fidedigno, qualitativo e relevante acerca da entidade que reporta as informações aos diferentes usuários externos, de modo a satisfazer as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas. O Balanço Social e a Governanças Sustentáveis se refletem como instrumentos capazes de evidenciar informações socioambientais relacionadas à interação entre uma organização e seu ambiente externo. Neste sentido, essa pesquisa tem por objetivo verificar como as empresas brasileiras de capital aberto estão evidenciando as informações socioambientais entre 2010 e 2015. Dados estão disponíveis nos relatórios de sustentabilidade, balanço social, notas explicativas e demais relatórios publicados para o período. A pesquisa pretende utilizar inicialmente uma abordagem qualitativa, e é caracterizada como descritiva, documental e bibliográfica. Pretendo demonstrar como essas organizações evidenciam suas informações e qual seu impacto na sociedade, comparando-as evidências pelas organizações de (outros países. Assim, concluir de forma objetiva o grau de relevância e utilidade dessas informações publicadas pelas organizações brasileiras e as de outros países, na sociedade.

Palavras-chave: Governança sustentável; Balanço social; Informações sociais; Stakeholders.

INTRODUÇÃO

Mais e mais indivíduos estão interessados no destino que está sendo dado ao planeta. No processo de construção do futuro da humanidade, as grandes organizações, desempenham um papel importante e as empresas têm uma posição de destaque neste grupo. São elas que produzem os bens e serviços dos quais a comunidade necessita, mas também são elas, em grande parte, as responsáveis pela emissão de poluentes, pelo consumo de recursos naturais e pela definição do nível de emprego (SIQUEIRA e FERNANDES, 2009).

As organizações sustentáveis são definidas como sendo aquelas que baseiam suas práticas e premissas gerenciais de modo a atender aos critérios de serem economicamente viáveis, mantendo-se competitivas no mercado, atendendo prioritariamente aos conceitos de Ética, de Responsabilidade Social, de Transparência, de Governança Corporativa e Sustentável (ALMEIDA, 2002).

O consumismo sustentável surgiu das preocupações na década de 1970, mas só se intensificaram no final da década de 1980, com os acidentes industriais, mudança climática, doença e outros (SILVA et al, 2010).

Diante do exposto, a presente pesquisa visa responder ao seguinte questionamento;

Como as empresas brasileiras de capital aberto têm evidenciado as informações sócio ambientais? A pesquisa justifica-se pela importância que tem sido dada à atuação das

empresas em prol da sociedade, a fim de compensar o meio ambiente pelos danos causados, o que tem sido evidenciado pela alta dos relatórios de sustentabilidade nos últimos anos e pelo gasto que as empresas têm se prontificado a fazer elaboração de tais divulgações.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral verificar como as empresas brasileiras de capital aberto estão evidenciando as informações socioambientais entre 2010 e 2015. Para tanto, buscar-se-á: (1) contextualizar a relação teórica entre governança sustável e marketing da organização; (2) analisar o relatório da administração das principais empresas brasileiras de capital aberto; e (3) verificar se as empresas selecionadas fazem uso do balanço social para evidenciar as informações socioambientais.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, será feita uma análise das informações socioambientais evidenciadas entre 2010 e 2015, através dos dados disponíveis nos . . relatórios de sustentabilidade, balanço sociais, notas explicativas e demais relatórios publicados para o período. A pesquisa pretende utilizar, inicialmente, uma abordagem qualitativa, e, quanto aos objetivos, é caracterizada como descritiva. Quanto às técnicas utilizadas, caracteriza-se como documental e bibliográfica, apoiando-se em análises documentais dos relatórios divulgados, descrevendo as características quantitativas e qualitativas das informações evidenciadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se, através desta pesquisa, demonstrar como as principais empresas brasileiras de capital aberto, entre os anos de 2010 e 2015, estão evidenciando suas informações socioambientais, demonstrando que as empresas têm reconhecido uma importância dessas informações na manutenção da imagem institucional, além de ^ informativo, um instrumento, estratégico do Marketing, relatando quanto o mesmo pode influenciar nas decisões socioambientais pelos usuários das informações.

Siqueira e Fernandes (2009) previram que as empresas exercem um papel importante na conscientização da sociedade quanto à degradação gradual do meio ambiente, já que estas atuam de forma benéfica, na prestação de serviços à comunidade,porém também agem de forma a prejudicar o meio ambiente, principalmente com a emissão de poluentes, o que, principalmente a longo prazo,causa transtornos destrutivos ao meio ambiente. Portanto, para se alcançarem tais benefícios, é necessária a junção de esforços entre o cidadão comum e a empresa, em busca de um senso comum em que as prioridades beneficiem ambas as partes.

Assim, espera-se evidenciar qual tem sido o foco das empresas nas divulgações relativas à sua atuação sustentável, e se essa divulgação tem sido maior em termos quantitativos ou qualitativos, como se têm utilizado informações gráficas ou ilustrações neste sentido, além de outras formas de divulgação em relatório.

CONCLUSÃO

Em termos de conclusão, buscar-se-á responder ao problema de pesquisa, de modo a indicar qual o perfil de divulgação tem sido adotado pelas organizações em estudo.

AGRADECIMENTOS

Aos professores, colegas e amigos, que sempre mostraram admiração e acreditaram na ideia. Aos meus pais e familiares, pelo irrestrito apoio, carinho e amor.

REFERÊNCIAS

- SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; FERNANDES, Fernanda da silva. **Balanço social no Brasil: uma análise crítica das práticas corporativas.** Rev. de Contabilidade do Mestrado em Ciências \ Contábeis da UERJ, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, Rio de Janeiro 2009.
- ALMEIDA, Fernando. O bom negocio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- SILVA, Edson Coutinho *et al.* **Marketing Sociétal: Uma contribuição para o crescimento sustentável das organizações.** Rev. Adm. UFSM, Santa Maria, v. 4, n.1, p. 19-38, jan./abr. 2011.
- TREVISAN, Fernando Augusto. **Balanço social como instrumento de marketing.** Artigo - ©2002
- Editora: Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração das Empresas de São Paulo, 2002.

AUDITORIA FISCAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO E CONTROLE TRIBUTÁRIO

*Andressa Cristina Gomes dos Santos /Fláine Eduardo de Araújo
Faculdades Alfa Alves Faria*

RESUMO

Este estudo demonstrará a importância da auditoria na estrutura de uma entidade, como ferramenta de gestão e controle tributário. O objetivo é contribuir com a organização para a melhoria de resultado no momento da tomada de decisão através de um melhor controle de seu patrimônio, procurando reduzir a ineficiência, negligência, incapacidade, erros e fraudes. Este trabalho será de natureza qualitativa. Esta pesquisa será desenvolvida através dos conteúdos de Introdução à Auditoria; Fundamentos da Auditoria das Demonstrações Contábeis; Controle Interno, presentes no livro didático Auditoria - Conceitos e Aplicações, autoria de William' Attie, 6^a edição, 2011.

Palavras-chave: Auditoria. Entidade. Gestão.

INTRODUÇÃO

A Auditoria Fiscal é uma ferramenta importante de gestão e controle tributário, pois é usada para minimizar a carga tributária e prevenir eventuais passivos e contingências fiscais. A Conforme Attie (2011), a auditoria tributária é um instrumento importante para manter vivos muitos segmentos empresariais que se encontram com margem de lucro reduzida ou com passivos e contingências fiscais elevados em suas escriturações fiscal e contábil.

Segundo Joaquim Fernando da Cunha Guimarães (1998), a auditoria fiscal visa essencialmente à verificação do cumprimento da legislação fiscal por parte do sujeito passivo do imposto e do seu correspondente relato nas demonstrações financeiras.

O objetivo geral é contribuir com a organização para a redução de passivos tributários e melhor aproveitamento de benefícios fiscais através de monitoramento da execução do trabalho.

Os objetivos específicos do trabalho são: demonstrar conceitos relacionados à auditoria fiscal como fonte de informação na tomada de decisão-, apontar falhas e formas de preveni-las, visando confiabilidade nos relatórios fiscais e gerenciais; e reforçar a importância do controle interno para a auditoria, apontando os riscos tributários e financeiros que a entidade pode enfrentar no mercado atual.

METODOLOGIA

Este trabalho é de natureza qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi realizada através dos conteúdos de Introdução à Auditoria; Fundamentos da Auditoria das Demonstrações Contábeis; e Controle Interno, presentes no livro didático Auditoria - Conceitos e Aplicações, autoria de William Attie, 6^a edição, 2011. Também, foi realizada através do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Santa Catarina - SC, de 2003, da então, acadêmica Israela Schragle e da monografia de Pos-Graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense do autor Alair Dal Molin Pírola. Estes afirmam, respectivamente, que a pesquisa é uma investigação, um estudo com a intenção de descobrir fatos relativos a um campo do conhecimento e uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa e desenvolvida a partir de fontes bibliográficas de dados já publicados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa visou à obtenção de informações que permitam a identificação da importância da auditoria nas empresas como ferramenta de gestão e controle tributário. Os dados obtidos foram utilizados em conjunto com as informações da revisão da literatura e na análise dos resultados.

Tais resultados demonstram a necessidade do desenvolvimento da auditoria no Brasil devido às inúmeras transformações nas empresas. Demonstram, também, que a auditoria fiscal auxilia a administração da empresa na tomada de decisão, traz confirmação dos controles fiscais e rotinas de trabalho executados e dos dados contábeis conforme as normas fiscais e os princípios contábeis.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, devido à chegada de novas entidades e à grande competitividade no Brasil, as empresas buscam, cada vez mais, novas estratégias para permanecerem e crescerem no mercado. Já reconhecem a necessidade da auditoria para amenizar a carga tributária e prevenir passivos e contingências fiscais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Professores Fláine Eduardo de Araújo e Manuela Gonçalves Barros pela contribuição e assistência dispensadas no decorrer deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ATTIE, William, Auditoria - Conceitos e Aplicações. 6ª Edição. Editora Atlas, 2011
- GUIMARÃES, I. F. C. G. Auditoria Fiscal. Braga, p. 12 - 65, 1998.
- SCHRAGLE, ISRAELA. Auditoria interna: base para a auditoria externa na estrutura organizacional. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

AUMENTO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E SEUS EFEITOS SOBRE A VENDA DE SORVETE

Thiago de Almeida Ciseski; Danilo Batista

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de entender a nova sistemática de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI do produto sorvete no mercado brasileiro. O estudo é desenvolvido através da compreensão da legislação do IPI, que é definido pela tabela TIPI. Cada produto contém a sua Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, sendo aplicado um percentual sobre o produto comercializado. Para ser elaborado o respectivo trabalho, adotou-se uma pesquisa exploratória. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, a fim de catalogar informações sobre o tema abordado. Com a nova sistemática de cálculo do IPI para o produto sorvete, será identificado o aumento no preço final do produto, demonstrando cálculos, gráficos, e o que poderá ocorrer no mercado para o consumidor final.

Palavras-chave: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Produto. Sorvete.

INTRODUÇÃO

No ano de 2016, o governo editou um decreto aumentando o IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados do sorvete, cujo valor era definido pelo litro do produto comercializado, passando a ser calculado pela alíquota de 5% sobre o seu preço de venda, assim aumentando muito o seu valor agregado final.

Esse aumento prejudica, e muito, a cadeia desde, a indústria até o cliente final, porque o preço em si aumenta para o consumidor final do sorvete, pois o IPI é um imposto cobrado por fora, ou seja, o seu valor é acrescido ao preço final do produto.

Diante da complexidade do sistema tributário brasileiro e da falta de uma reforma capaz de incentivar a economia, pretende-se, a partir de um exame do produto sorvete, mostrar o impacto da mudança na regra de tributação no preço final do produto.

Esta pesquisa foi norteada, então, pela seguinte questão: **O aumento no âmbito do IPI Imposto sobre Produtos Industrializados realmente vai encarecer o preço final do produto sorvete?**

A carga tributária no país é um dos maiores entraves na nossa economia, principalmente em produtos de consumo humano. O sorvete é uma sobremesa que está na mesa de várias famílias, porém não é muito consumido em relação a países mais desenvolvidos, uma vez que seu o torna item supérfluo na compra do supermercado, em razão de a renda média das famílias brasileiras ser baixa.

O que se pretende é identificar o aumento do imposto sobre produtos industrializados (IPI) no preço final do sorvete. O sorvete é muito pouco explorado por nossa indústria e pela população.

No entanto, há muito a fazer com o incentivo desse produto no mercado.

METODOLOGIA

Para realizar o presente trabalho, adotou-se, quanto aos objetivos, uma pesquisa exploratória.

Desta forma, um estudo exploratório busca estabelecer estudos sobre determinado tema, objetivando obter um maior detalhamento sobre o mesmo.

De acordo com Vergara (2009, p. 43), “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na discussão de resultados, a presente pesquisa espera realizar uma análise do aumento do IPI no produto sorvete, evidenciando a variação do preço de venda do produto antes e depois do aumento do imposto.

CONCLUSÃO

Nas conclusões, a presente pesquisa espera apontar qual vai ser a variação do preço de venda ao consumidor final, mostrando um pouco da carga tributária brasileira que é bastante complexa e requer urgentemente uma reforma tributária no país, assim visualizando a carga tributária que está embutida no preço final do produto e o impacto que pode ocasionar na vida das pessoas.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial ao Professor/Orientador, Danilo da Costa Batista, cuja dedicação está possibilitando a realização desta pesquisa na dimensão que se almeja alcançar.

REFERÊNCIAS

- AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL COMO ELEMENTO DE PROVA NA DECISÃO DO JUIZ.

Eliane Ferreira de Carvalho; Fernando Lucas Pereira Ribeiro; Walter Borges dos Passos; Júlio César Carlos.

RESUMO

Diante das intempéries do mercado, a perícia contábil vem se mostrando uma ferramenta cada vez mais fundamental no auxílio de litígios em nosso poder judiciário. O perito contador, através de seu trabalho, busca com as técnicas e demonstrações de papéis de trabalho elucidar e levar até o juiz a uma margem de erro nula, fornecendo ao magistrado quesitos para que ele possa tomar decisões de forma justa. Buscamos em nosso trabalho explorar, por meio de método indutivo e por pesquisa de campo, como o perito contador vem sendo requisitado na busca de soluções que necessitam de conhecimento técnico que independem do magistrado, sendo esses sem conhecimento técnico em demonstrações contábeis. Espera-se com esse trabalho evidenciar a importância do trabalho do perito contador e relevância de seus laudos nas soluções dos litígios que hoje transcorrem em nosso judiciário. Segundo de Sá (2000, p. 13) no tempo do Brasil Colônia já era relevante a figura contábil e das perícias.

Palavras-chave: Perito Contador. Judiciário. Conhecimento Técnico.

INTRODUÇÃO

A importância deste trabalho está em demonstrar o papel que é desenvolvido pelo perito contador nas varas judiciais, tornando-se assim, com o passar dos anos de suma importância aos magistrados. Para Hoog (2008, p. 91), os fundamentos da perícia contábil são meios utilizados para o conhecimento da prova real dos fatos.

O presente trabalho monográfico tem a finalidade de demonstrar que a perícia contábil é uma ferramenta que busca a essência do fato de modo a explicitar aos profissionais, pessoas físicas e jurídicas a veracidade dos fatos.

Por fim, o presente trabalho objetiva destacar a importância da perícia contábil judicial em conflitos existentes no judiciário.

METODOLOGIA

Será, em primeiro plano, o método indutivo que é um método que busca a generalização universal de casos particulares. Em segundo plano, será utilizada a pesquisa de campo, por meio de questionário com 8(oito) perguntas, o qual será apresentado aos magistrados, buscando-se a exploração quantitativa da relevância do trabalho do perito contador na resolução dos litígios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados, espera-se: evidenciar a necessidade da inserção do perito contábil na área judicial, os métodos utilizados dentro do seu meio trabalhista e a influência na tomada de decisão dos magistrados; demonstrar também que o perito contador deve prezar pela qualidade de seu trabalho, que será utilizado como meio de provas que serão utilizadas posteriormente por juízes.

CONCLUSÕES

Até o presente momento, após os documentos analisados, entende-se que a perícia contábil é uma técnica de ampla aplicação e que seu cunho abrange diversas esferas que vai do judicial ao social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Professor e Orientador, Júlio César Carlos, pela competência e determinação com que nos orientou em nosso trabalho.

REFERÊNCIAS

- HOOG, W. A. *t*, Prova Pericial Contábil: Teoria e Prática. 9. ed. rev. e atual. Curitiba: luruá. 2011.
- SA, Antônio Lopes de. Perícia Contábil. 10. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas. 2011.

RENTABILIDADE DOS FUNDOS DE PENSÃO NO BRASIL

Ailton Dias Moreira Júnior1; Alex Mendanha Beirigo2; Pedro Machado Soares Junior3.

RESUMO

A garantia da manutenção da qualidade de vida após se aposentar tem sido uma preocupação recorrente da sociedade brasileira. Segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2014, a população brasileira está cada vez mais longevo, aumentando consideravelmente o tempo de recebimento do benefício da aposentadoria e provocando perdas nos valores recebidos. Neste cenário, surgem as entidades de Previdência Complementar fechadas e abertas, as quais vêm ganhando força por serem definidas como um sistema que acumula reservas a fim de garantir uma renda adicional no futuro para que o trabalhador mantenha, ao se aposentar, um padrão de vida igual, ou melhor, ao da fase laborativa, ou, simplesmente, um padrão melhor do que se dependesse apenas do INSS. A pesquisa busca identificar qual mix de investimento trará melhor rentabilidade dentre as modalidades possíveis, uma vez que estes fundos desempenham um papel determinante no âmbito social por proporcionarem benefícios aos contribuintes em situações de perda de potencial laborativo, e, também, quanto ao aspecto econômico, pois aplicam as contribuições de seus participantes no mercado financeiro, de modo a prover as carências dos agentes econômicos com déficit, cujas necessidades de investimento excedem a capacidade de gerar poupança.

Palavras-chave: Carteira de investimento; Fundos de pensão; Rentabilidade.

INTRODUÇÃO

Diante do grande volume de investimentos que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's) gerenciam, a presente pesquisa busca responder ao seguinte

questionamento: qual o *mix* ideal para a carteira de investimentos dos fundos de pensão no Brasil? Ademais, este estudo foi elaborado tendo como objetivo principal analisar e indicar, dentre as possibilidades permitidas pela legislação pertinente, a melhor opção de investimento para os fundos gestores dos recursos destes fundos. Este estudo se pauta na importância que os fundos de pensão têm para a sociedade no sentido de poupar recursos pensando em uma aposentadoria com menores restrições de renda e na manutenção da qualidade de vida. Estes fundos desempenham um papel determinante no âmbito social por propiciarem benefícios aos contribuintes em situações de perda de potencial laborativo, e, também, quanto ao aspecto econômico, pois aplicam as contribuições de seus participantes no mercado financeiro, de modo a prover as carências dos agentes econômicos com déficit, cujas necessidades de investimento excedem a capacidade de gerar poupança (BAIMA, COSTA JUNIOR, 2010). Nesse raciocínio, Baima e Costa y Junior (2010) ainda complementam que tais investimentos carecem apresentar graus de retorno ^ compatíveis com o aumento dos passivos atuariais, para que seja mantida a solvência dos fundos de pensão. Destarte, faz-se relevante pesquisar sobre a melhor forma de administrar estes ' investimentos, verificando-se qual a melhor carteira dentre as opções disponíveis, visto que o sucesso dos planos está diretamente ligado ao retorno das aplicações. Espera-se, ainda, contribuir com a academia devido a pesquisas pouco aprofundadas a respeito do tema e por ser pouco numerosas também. Tal situação deve-se, em parte, aos obstáculos impostos pelos fundos gestores dos recursos na obtenção de dados relativos aos fundos de pensão, pois a legislação e as normas que regem a previdência complementar não impõem a divulgação de suas informações, com exceção aos seus participantes.

METODOLOGIA

Para direcionar a busca pelos objetivos, será desenvolvida uma pesquisa de caráter quantitativo e documental, em que serão colhidas informações acerca da problemática em questão. A respeito do método a ser utilizado, será feita uma coleta de dados, realizada através de pesquisa em material disponibilizado sítios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's), bem como no sítio da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), além da consulta em artigos acadêmicos em endereços específicos da internet, buscando conduzir os estudos a partir de referências teóricas. Busca-se como objetivo intermediário: identificar a composição das carteiras de investimentos das 15 maiores entidades de acordo com o ranking divulgado pela ABRAAP em dezembro de 2015 nos últimos 5 anos, além de identificar qual a modalidade de investimento mais rentável no período supra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se, como resultado, identificar o mix de investimentos que será mais rentável na gestão dos fundos de pensão, uma vez que se faz necessário esse retorno para que se possa garantir o pagamento das pensões, auxílios e aposentadorias, que é o objeto fim dos fundos de pensão.

REFERÊNCIAS

- BAIMA, F. R.; COSTA JUNIOR, N. C. A. Carteira benchmark para avaliação de desempenho de fundos de pensão. *Revista de Economia e Administração*, v. 9, n. 1, p. 102121, 2010.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o período 2000/2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

ANÁLISE DO GERENCIAMENTO DO PROCESSO CONTÁBIL EM CINCO EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS EM GOIÂNIA

Alessandro de Oliveira Pintol; José Roberto Souza Campos²; Poliana Soares dos Reis³; Thariany Alves Cavalcante da Silva⁴; Eurilene Vieira Rosa⁵.

RESUMO

O presente trabalho utiliza-se de análises feitas em cinco escritórios prestadores de serviços contábeis. Baseia-se na Gestão por Processos, e tem como objetivo analisar a contribuição que o gerenciamento do processo contábil pode trazer para as empresas prestadoras de serviços contábeis analisadas, situadas em Goiânia, visando aperfeiçoar os processos relacionados ao departamento contábil. Tem como finalidade contribuir tanto para o meio acadêmico como para o meio profissional, disseminando a importância do gerenciamento de processos e demonstrando sua aplicação nas empresas pesquisadas, comparando-se o resultado da prática, após a implementação da gestão por processos, com o que a literatura retrata. Caracteriza-se como um trabalho de natureza qualitativa. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, e, posteriormente, descritiva, além da realização do questionário visando conhecer o processo estudado neste trabalho. O resultado será apresentado em forma de fluxogramas, demonstrando como funciona o processo contábil, identificando pontos positivos e negativos, buscando a otimização dos resultados.

Palavras-chave: Contábil; Gerenciamento; Processos; Serviços.

INTRODUÇÃO

Com a tecnologia atual e a facilidade para se obterem informações, adaptar-se ao meio empresarial tornou-se um quesito básico para se manter no mercado. Contudo, a informação é uma das ferramentas primordiais para auxílio na tomada de decisão, e, se bem utilizada, torna-se uma grande ferramenta estratégica de competitividade.

O escritório contábil, como assessor principal das organizações que possuem terceirização do serviço de contabilidade, deve manter o empresário informado e devidamente atualizado sobre todos os acontecimentos econômico-financeiros da empresa.

A Contabilidade [...] enquanto ciência é detentora de uma ampla e rica base conceitual, que pode ser utilizada juntamente com outros ramos do conhecimento, para suprir as necessidades dos gestores, no que se refere a informações (CATELLI, 2010).

A gestão por processos atua principalmente na redução de interferências e perdas decorrentes de interfaces entre organizações, áreas funcionais e níveis hierárquicos (BALZAROVA et al, 2004). Durante os processos, as empresas correm possíveis riscos de acontecer eventos que impactem negativamente na produção ou na estratégia, em outros processos e até mesmo no resultado financeiro.

A fim de verificar a qualidade no funcionamento das atividades, utilizando como modelo o departamento contábil, propõe-se a responder à seguinte questão: Como ocorre o gerenciamento de processos no departamento contábil das empresas prestadoras de serviços contábeis?

O objetivo deste trabalho é analisar o gerenciamento do processo contábil em cinco empresas do ramo de contabilidade. Para o alcance deste objetivo busca-se demonstrar como funciona o fluxograma do processo contábil, relatar resultados que o gerenciamento do processo trouxe para a prestação de serviço e identificar possíveis falhas neste gerenciamento.

METODOLOGIA

Este estudo iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica, por meio do levantamento de fontes referenciais sobre os temas relacionados. A metodologia deste estudo é exploratória e descritiva, além da aplicação do questionário, por considerar que ele permitirá maior compreensão do assunto estudado. É uma pesquisa qualitativa quanto à sua forma de abordagem, buscando observar como ocorre o processo, com levantamento dos fatos sem interferência, mas os registrando e interpretando.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificar a viabilidade da implementação do gerenciamento de processos nos escritórios prestadores de serviços contábeis, visando à otimização dos processos realizados, tendo como modelo o departamento contábil, fazendo um comparativo entre cinco escritórios do ramo de contabilidade; demonstrando estes processos através de fluxogramas, em que serão relatados os resultados por meio de mapeamento dos processos. Verificar a viabilidade da implementação do gerenciamento de processos nos escritórios prestadores de serviços contábeis, visando a otimização dos processos realizados.

CONCLUSÃO

Pesquisa em processo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, por nos ter dado saúde, inteligência e força para superar todas as dificuldades durante essa longa caminhada.

REFERÊNCIAS

BALZAROVA, M.A.; BAMBER, C.J.; McCAMBRIDGE, S.; SHARP, J.M. Key success factors in implementation of process-based management: A UK housing association

experience. Business Process Management Journal, Bradford, v. 10, n. 4, p. 387-399, 2004.

CATELLI, Armando. Controladoria: Uma abordagem da Gestão Econômica. - GECON. São Paulo. Atlas, 2010.

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAIS

Benoir de Jesus e Silva; Aurélio Marcos Silveira de Freitas.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise do recente tema do Estado de coisas inconstitucionais. O norte orientador centra-se numa dinâmica entre o dever positivo do Estado de prestar assistência em várias áreas cruciais para o cumprimento dos direitos fundamentais, mas, mostra-se, no decurso do tempo, cada vez mais incapaz de superar questões violadoras dos aludidos direitos. Neste prisma, a pesquisa faz uma incursão sobre o direito constitucional, mormente sobre a obrigatoriedade de o Estado se postar de forma comissiva na prestação de coisas que se referem aos direitos fundamentais e como a Suprema Corte brasileira analisou esta obrigação estatal diante do caos vivenciado pelo sistema carcerário nacional nos autos da ADPF 347 MC/DF.

Palavras-chave: Estado de coisas inconstitucionais. Suprema Corte. ADPF 347 MC/DF.

INTRODUÇÃO

O estudo do Estado de Coisas Inconstitucionais proposto neste trabalho se mostra relevante do ponto de vista social e acadêmico, porque está estreitamente ligado aos direitos e garantias fundamentais que são norteadores do Estado Democrático de Direito.

O tema em questão tem relevância social porque qualquer debate que exponha em que ponto o Brasil está no cumprimento de Políticas Públicas para a constante e programada concretização dos direitos e garantias fundamentais interessa à coletividade, visto que é afetada diretamente ou indiretamente por decisões do Judiciário em seu ativismo que reconheça e constitua determinado *status jurídico*, como é o caso do Estado de Coisas Inconstitucionais.

METODOLOGIA

Considerando que as premissas apresentadas neste trabalho são verdadeiras, o método de pesquisa escolhido foi o dedutivo. Destarte, procura-se chegar a uma conclusão verdadeira, ainda que individualizada, a partir do caso apresentado. O tipo de pesquisa será bibliográfico a partir das doutrinas de direito constitucional e outros materiais auxiliares da mesma natureza, entre eles, periódicos, jurisprudência e artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Estado de Coisas Inconstitucionais é novidade no contexto brasileiro, é uma nova perspectiva jurisprudencial que chega ao Brasil causando burburinhos variados, sendo que,

de um lado, apresentam-se os que aprovam seus efeitos, e, de outros, que os criticam, cada um com seus fundamentos e razões.

De qualquer maneira, o estudo deste tema desafia a conjuntura atual à reflexão, uma vez que está em jogo a efetivação dos direitos e garantias fundamentais. Contudo, a um preço que requer cautela em sua análise para que, querendo se abrigar sob o manto da separação de poderes, os que militam contra o reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucionais continuem inertes, de outro lado, os que defendem esta nova teoria jurisprudencial, venham a se esquecer de que decisões judiciais podem causar verdadeiros alvoroços no planejamento das contas públicas.

CONCLUSÃO

Espera-se que, realmente, o reconhecimento do Estado de Coisas Inconstitucionais X promova melhor o cumprimento das normas constitucionais e maior aproximação institucional entre as três esferas de poder da República.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois sem Ele nada me seria possível. À minha esposa, aos meus filhos, Leonardo, David e Mirian. Aos meus pais que hoje podem ver o resultado de seus esforços sobre minha educação. Ao meu orientador pela presteza.

REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.
- BARROSO, Luís Roberto. A razão sem voto: o Supremo Tribunal Federal e o governo da maioria.
In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 5, edição especial, Brasília, 2015.

NEOCONSTITUCIONALISMO E A FORÇA NORMMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

Kamila Valéria da Silva; Orientador: Aurélio Marcos Silveira de Freitas

RESUMO

Breve histórico de como surgiu a Constituição, até surgimento do neoconstitucionalismo pós-segunda guerra mundial. No Brasil, só foi inserido este novo modelo de Constituição em 1988. Este está relacionada com a realidade vivida de cada país, pois a força normativa ativa está vinculada a este fator. Na constituição, há vários princípios fundamentais, podendo, às vezes, haver colisões entre eles, neste caso de ser analisado qual tem maior peso na situação concreta.

Palavras-chave: Neoconstitucionalismo, Força Normativa, Constituição Real

INTRODUÇÃO

Este trabalho fala da importância do Neoconstitucionalismo e a força normativa, o que foi uma grande conquista para todos, pois, antes, a Constituição não analisava questões sociais, econômicas e culturais, analisava só a lei. Somente após a segunda guerra, que se viu a necessidade da introdução destes elementos na Constituição, incluindo a realidade de cada Estado, pois esta precisa estar de acordo com real situação do país. Caso contrário, seria somente um amontoado de leis no papel, o tema é de extrema relevância, pois será abordado o verdadeiro sentido da Constituição, pois muitos só argumentam que ela deve ser respeitada pelas outras leis e têm a equivocada ideia de que ela resolve todas as questões. Mas o trabalho mostrará o pensamento de vários doutrinadores, como Lessalle, onde diz que a Constituição é muito mais baseada em questões políticas do que no próprio judiciário. Hesse também afirma que a Constituição está ligada ao Estado. Estes são alguns dos motivos que levaram à pesquisa deste tema, pois, como já dito, é necessário haver uma real compreensão de como funciona a Constituição.

METODOLOGIA

Método histórico, pois será analisado desde o surgimento da Constituição, o seu desenvolvimento com a evolução da sociedade até os dias atuais, através de pesquisas feitas em livros e artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão sobre a real força normativa e qual sua relevância na Constituição, pois tudo está relacionado a questões políticas sociais do Estado, uma vez que a normativa só será ativa se estiver analisando essas questões. Outra análise é do uso dos princípios fundamentais em casos concretos, pois, muitas vezes, deverá ser analisado qual o melhor para a situação, sem prejudicar as partes interessadas.

O resultado é a compreensão da real eficácia da Constituição e como ela é aplicada, o que foi bem explicado ao longo do trabalho de forma comprehensiva para todos.

CONCLUSÕES

A realização desse trabalho foi para se ter uma melhor compreensão da força normativa, pois o país está passando por uma grande instabilidade.

A compreensão sobre a normativa e como agir em situações foi fundamental para se entender como o judiciário deve agir, pois é através dos princípios fundamentais que se analisa a melhor solução para determinada situação e que, caso não haja nenhuma, deve ser resolvida pelos fatores reais do Estado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por ter me apoiado em momentos tão difíceis da vida, por ser a razão de eu estar vivendo. Obrigada por tudo.

REFERÊNCIAS

HESSE, Konrad. **A Força Normativa.** Editora Sérgio Antônio Fabris Editor. 1991 p. 9-32

SARLET, Ingo Wolfgang, MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. **O problema da efetividade das normas Constitucionais e da força normativa da Constituição.** SARLET, Ingo Wolfgang. *Curso de Direito Constitucional.* São Paulo. Revista dos Tribunais. 2013, pag. 195-197

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIAS POR MEIO DA MEDIAÇÃO COM USO DA TÉCNICA CONSTELAÇÃO FAMILIAR

Priscila Oliveira Moura; Orientadora Maria Izabel Melo.

RESUMO

O presente trabalho objetiva um estudo a respeito dos meios alternativos que podem garantir a solução de conflitos familiares, como a técnica da Constelação Familiar, que ajuda nas relações familiares e faz com que o conflito seja resolvido com a participação das partes com uma visão mais humanizada e proporcionando resultado que vai além do processo. A mediação é ferramenta fundamental para diminuir a crise existente no Poder Judiciário, pois é uma experiência que proporciona o diálogo aberto e abre novos horizontes para a compreensão do conflito quando os mediados não estão conseguindo entrar em um acordo. Com a aplicação da mediação com uso da Constelação Familiar, podem-se obter resultados mais satisfatórios em relação familiar.

Palavras-chave: Conflitos; Mediação; Técnica da Constelação; Solução de Conflitos; Família.

INTRODUÇÃO

O Poder Judiciário vem enfrentando grandes problemas na prestação da tutela jurisdicional, pela grande demanda de processos existentes. Acredita-se que a mediação por meio da técnica da Constelação Familiar é uma forma alternativa eficiente para solucionar conflitos nos Tribunais de Justiça, fazendo com que as partes saiam satisfeitas com o resultado, e reduzindo a quantidade de novas ações judiciais.

METODOLOGIA

O método utilizado é o dedutivo, que estuda o geral para chegar ao argumento particular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre o volume de processos que se encontram no Poder Judiciário, o descontentamento das partes ao pleitear uma ação judicial, e apresentar a mediação como a melhor opção para resolver conflitos familiares, sem ter que enfrentar ação judicial demorada e sofrida para as partes.

CONCLUSÕES

O estudo sobre o instituto da mediação com o uso da técnica da Constelação Familiar aplicada no Poder Judiciário e sobre os pontos positivos que esse meio de solução alternativo tem na aplicabilidade em conflitos familiares mostra ser possível beneficiar as famílias que estão com dificuldade na solução de conflitos, proporcionando resultados mais humanos e eficazes e o Judiciário diminuindo quantidade de processos. Assim os juízes passam a ter melhores condições para estudar outros processos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer aos professores, em especial à Professora Najla Lopes Cintra, que me presenteou com esse tema para o desenvolvimento da minha monografia.

REFERÊNCIAS

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem:** Mediação; Conciliação; Resolução CNJ 125/2010. 5. ed. rev., e atual., de acordo com a lei 13.129/2015(Reforma da Lei de Arbitragem), com a lei 13.140/2015 (Marco Legal da Mediação) e com o Novo CPC. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 41-130.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil:** Famílias. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2015. p. 28-30.

HELLINGER, Bert; HOVEL, Gabriele Ten. **Constelações Familiares:** o reconhecimento das ordens do amor. Tradução de Eloiza Giancoli Tironi e Tsuyoko Jinno-Spelte. São Paulo: Cultris, 2001. p. 03-159.

A VANGUARDA NA TUTELA JURISDICIONAL A FAMÍLIA E SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTITUCIONALIZAÇÃO NO DIREITO CIVIL

Rosana Pereira da Silva Caetano da Costa

Orientadora: Maria Izabel Melo.

RESUMO

A presente monografia tem por finalidade apurar e compreender a evolução histórica da base de família na sociedade brasileira, analisando sua importância e necessidade no Código Civil de 1916 de 2002, a fim de identificar a ampliação da referência de núcleo familiar na Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Conceito de Família. Direito Civil Constitucional.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo dar ênfase ao comportamento dos Tribunais Superiores do país relativo à tutela jurisdicional da família, especialmente naquelas que têm como pano de fundo a finalidade de resguardar as entidades familiares no contexto dos arranjos contemporâneos.

No primeiro capítulo, a abordagem do trabalho foi em torno das transformações da família à luz da constitucionalização do direito. O objetivo é demonstrar que a família é um arranjo social que comporta muitas configurações.

Sobre o direito de família brasileiro é que se escreveu no segundo capítulo, sendo sua finalidade precípua a apresentação de conceitos básicos, princípios norteadores e a importância deste ramo jurídico para a sociedade e para o cumprimento das metas de um Estado Democrático de Direito.

O arremate da pesquisa foi articulado no terceiro capítulo. Neste ponto, a argumentação se apoiou em como a jurisprudência brasileira contribuiu para que as novas formas de famílias se tornassem alvo de direitos e deveres, citando, ao final, um emblemático caso concreto enfrentado pelos juízes da Suprema Corte.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizou o método dedutivo como modo de abordagem, pois pretende trabalhar com verdades sólidas que, ao final, serão confirmadas como tais. Outrossim, a técnica empregada como auxílio será a bibliográfica, entre elas, os livros de doutrina de direito de família, direito constitucional, artigos científicos eletrônicos, recortes de jornais, reportagens em sites jornalísticos. A jurisprudência dos tribunais estaduais e dos Tribunais Superiores também será utilizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Isso tem ocorrido porque a Lei não caminha no mesmo compasso da evolução social, requerendo sempre sua atualização por meio de uma jurisprudência que, embora vinculada à Constituição e ao império da Lei, não deixa de cumprir seu *mínus* público de dizer o direito de acordo as aspirações sociais de um dado momento histórico de forma democrática e vinculada aos direitos e garantias fundamentais.

CONCLUSÕES

Com isso, a vanguarda jurisprudencial brasileira mudou paradigmas na própria legislação e aproximou a Constituição da legislação infraconstitucional, colocando determinados limites ao exagero das maiorias em detrimento dos direitos de minorias de forma geral.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu esposo, à minha família, à Orientadora e a cada professor das Faculdades Alfa que tive a oportunidade de conhecer.

REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. **Constitucionalismo discursivo**. 3. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.
- BARCELLOS, Ana Paulo de. Anotação preliminar sobre o conteúdo e as funções dos princípios. In: CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**, [livro digital]. São Paulo: Saraiva/Almedina, 2013. p. 199209.

BARROSO, Luis Roberto. **Direito constitucional contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRAGA, Higgo Henrique Pereira. Direito das famílias. In: BAPTISTA, Silvio Neves (Coord.). **Manual de direito de família**. 2. ed. Recife: Bagaço, 2010.

OS ANIMAIS DOMÉSTICOS COMO PARTE INTEGRANTE DAS INSTITUIÇÕES FAMILIARES: UMA ANÁLISE DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA GUARDA COMPARTILHADA DE ANIMAIS.

Amanda de Melo Rocha; Orientador: Guilherme Martins Teixeira Borges.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar e demonstrar a importância de uma mudança jurídica na forma em que é tratado o animal de estimação no meio jurídico, sobretudo na dissolução das sociedades conjugais. Em sendo o animal parte da família, nasce a possibilidade de se regulamentarem direitos de guarda em relação a esses animais domésticos, como, por exemplo, a fixação de uma guarda compartilhada.

Palavras-chave: Guarda Compartilhada; Animais domésticos; Direito de Família.

INTRODUÇÃO

A guarda compartilhada é uma situação jurídica que foi criada para quando o pai e a mãe da criança vivem em lares separados, e os dois têm interesse em poder participar de perto do desenvolvimento da criança. Caracteriza-se como uma divisão de responsabilidades, de direitos e deveres relacionados à criança, poder-dever diretamente oriundo do poder familiar exercido pelos pais.

Essa medida tenta garantir um bom relacionamento dos filhos com os pais, de modo que, mesmo após a separação, tenha-se um convívio saudável entre eles.

A par destas considerações e levando-se em consideração a possibilidade de os animais fazerem parte ou não da família, poder-se-iam aplicar analogicamente as mesmas regulamentações familiares quanto ao tratamento dado aos filhos? Nesse contexto, encontra-se a problemática central desta pesquisa.

METODOLOGIA

O método de abordagem será o dedutivo, vez que a pesquisa em comento se iniciará pela análise de uma premissa geral, qual seja o tratamento jurídico dado aos animais como objeto ou sujeito de direito, e de uma premissa menor, o instituto da guarda compartilhada no direito de família, para então, por meio de uma sequência de raciocínios extraídos das técnicas de pesquisas, chegar-se ao objetivo almejado, isto é, se atualmente a legislação brasileira possui mecanismos aptos a possibilitar a aplicação de regras de direito de família em relação aos animais domésticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A convivência entre pessoas e animais domésticos é de longa data, e esse convívio vem tomando cada vez mais espaço na sociedade e, por consequência, acompanhado de novas discussões no âmbito jurídico, sobretudo quanto às temáticas envolvendo o direito dos animais e a dignidade do animal.

Este trabalho pretende abordar a guarda compartilhada do animal de estimação após a separação, quando os ex-consortes têm concomitantemente interesse em ter aguarda do animal zelar pelo seu bem-estar, com base no afeto que foi criado com o animal de estimação durante a vida conjugal.

No Brasil, o aumento de animais de estimação dentro das famílias é algo significativamente grande, e, com isso, também têm aumentado as discussões no campo jurídico, em especial quanto ao cuidado do animal após a separação.

CONCLUSÕES

A possibilidade de se aplicar o instituto da guarda compartilhada aos animais domésticos, como no caso da guarda compartilhada de crianças, com base, também, no princípio da afetividade.

REFERÊNCIAS

- AKEL, Ana Carolina Silveira. *Guarda Compartilhada: um avanço para a família*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CASSETTARI, Christiano. *Multiparentalidade e parentalidadesocioafetiva: efeitos jurídicos*. São Paulo: Atlas, 2014.

POLUIÇÃO VISUAL PELO SISTEMA DE CABOS E FIAÇÃO DE GOIÂNIA

Giselly Marques de Souza Santos; Orientadora: Luciana Ramos Jordão.

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo discutir a poluição visual pelos sistemas de cabos e fiação de Goiânia. Verifica o desenvolvimento histórico e urbanístico da capital, avaliando a preocupação com o sistema de cabeamento durante sua implantação. Discute a legislação ambiental concernente à poluição visual e avalia a legislação municipal existente sobre a matéria. Analisa a poluição visual causada pelo sistema de cabos e fiação de Goiânia e as consequências que o cabeamento subterrâneo geraria. Utiliza método dialético através de pesquisa de campo e, de forma auxiliar, o estudo de caso.

Palavras-chave: Cabeamento. Desenvolvimento sustentável. Direito ambiental. Goiânia. Poluição visual.

INTRODUÇÃO

A poluição visual nada mais é do que “[...] a ofensa à integridade psíquica dos indivíduos que numa determinada cidade residem ou transitam, violando diretamente o preceito garantidor de uma vida com qualidade” (FIORILLO, 2011, p.329).

Goiânia possui considerável preocupação com o meio ambiente, como exemplo, constando entre as cidades mais arborizadas do país. No entanto, desde o início deste século, com a expansão da tecnologia e o incremento de serviços telefônicos, de internet e a crescente demanda por energia, o volume de cabeamento aéreo sofreu adensamento considerável, não havendo iniciativa conhecida para retenção ou eliminação do problema.

Desta feita, o presente trabalho visa analisar a necessidade de se atualizar o sistema de cabos e fiação de Goiânia, avaliando se a troca do atual modelo traz consigo melhorias para a qualidade de vida do cidadão e para o ambiente em que ele habita.

METODOLOGIA

O método a ser utilizado vem a ser o dialético e a pesquisa de campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As vantagens que rede elétrica subterrânea gera são inúmeras, dentre as quais a segurança, a confiabilidade, a extinção da poluição visual causada pela rede elétrica aérea, dando ar de modernidade à cidade, além do fato de minimizar os riscos de acidentes gerados por fatores climáticos.

CONCLUSÕES

Busca-se avaliar a questão do sistema de fiação e cabos de Goiânia, discutindo a poluição visual e os aspectos econômicos e de segurança a ela relacionados; verificar o desenvolvimento histórico e urbanístico da capital, avaliando a preocupação com o sistema de cabeamento durante sua implantação, discutir a legislação ambiental concernente à poluição visual e avaliar a legislação municipal existente sobre a matéria; analisar a poluição visual causada pelo sistema de cabos e fiação de Goiânia e as consequências que o cabeamento subterrâneo geraria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha Orientadora, Mestre Luciana Ramos Jordão, que tem caminhado junto a mim, nesta árdua tarefa que é a construção do TCC, orientando-me com brilhantismo e maestria, Independentemente de suas inúmeras tarefas, tem sempre se mostrado disposta a auxiliar. Obrigada, professora!

REFERÊNCIAS

- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 329.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5º ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003. p. 101-102.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 13.ed. rev., atual. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente.** 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Débora Valim Sinay; SANTOS, Kelly Cristine Barreto Alves, **Redes elétricas subterrâneas em condomínio de médio porte na cidade de Vitória da Conquista, Bahia:** um estudo de caso. Disponível em: <<http://srv02.fainor.com.br/revista237/index.php/memorias/article/download/391/255>>. Acesso em: 09 de mar.2016. p. 161-162.

REFORMA AGRÁRIA NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO: ANÁLISE JURÍDICA E ESTATÍSTICA

Lorrane Andria de Melo Silva; Orientadora: Luciana Ramos Jordão.

RESUMO

A pesquisa analisa os dados estatísticos acerca da Reforma Agrária, bem como a legislação a ela aplicável a fim de verificar o estágio em que se encontra reformulação da estrutura fundiária brasileira. Discute os conceitos de Reforma Agrária, Função Social da Propriedade e os índices utilizados para verificação da produtividade. Avalia a implantação da Reforma Agrária no Brasil por meio da análise estatística e quantitativa de índices oficiais e da legislação pertinente. Verifica o estágio em que se encontra reformulação da estrutura fundiária brasileira por meio de análise qualitativa dos dados oficiais em conjunto com a literatura econômica especializada. Utiliza os métodos estatístico e quantitativo-qualitativo bem como revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Direito Agrário. Reforma Agrária. Função Social da Propriedade. Política Agrária.

INTRODUÇÃO

Há de se ver que a reforma agrária traz uma vulnerabilidade tanto na economia quanto social, em que o assentado tem que colocar a terra para cumprir a sua função social, ou seja, plantar, cultivar e gerar riqueza, com sua força de trabalho, e, muitas vezes, sem auxílio de crédito rural ou outras políticas agrárias específicas.

A Reforma Agrária, como forma de justiça social, tem como fundamento a “igualdade de oportunidade de acesso à terra (democratização da terra) e o fato de fazer a terra cumprir a função social” (MARQUES, 2012, p.130).

Nota-se a necessidade da Reforma Agrária para que se abram oportunidades de emprego no campo, e também, de capacitação com as novas tecnologias, ampliando-se conhecimentos sobre a terra, evitando-se que aconteça o inchaço das cidades. “É preciso ter claro que, no campo, não é possível sobreviver sem emprego. Sem emprego, o trabalhador rural virá para as cidades, independentemente das oportunidades de trabalho que ele espere encontrar” (STÉDILE, 2013, p.151).

Com a Lei N. 8.629, de 1993, foi estabelecido o que deve ser considerado de terra produtiva ou não, fixando como parâmetros para utilização da terra o Grau de Eficiência da Exploração (GEE) e o Grau de Utilização da Terra (GUT). Os índices têm que ser ajustados periodicamente, acompanhando os avanços da tecnologia. Mas, não há prazo para essa atualização, o que gera debate em relação a esse intervalo.

Observa-se que os dados mais recentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) mostra que de 88.314.875 hectares de área reformadas houve apenas 969.296 famílias assentadas até o ano de 2015.

Tem-se como objetivo deste trabalho a análise dos dados estatísticos acerca da Reforma Agrária, bem como a legislação a ela aplicável a fim de se verificar o estágio em que se encontra reformulação da estrutura fundiária brasileira.

METODOLOGIA

O método a ser utilizado, no presente trabalho, será o estatístico e quantitativo-qualitativo, uma vez que serão abordadas estáticas para se verificar o estado em que se encontra a estrutura fundiária do país, abordando-se por meio de análise qualitativa dos dados oficiais. E, para acompanhar ambos os métodos, a revisão bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pelo fato de se tratar de assunto bastante discutido entre os estudiosos brasileiros nas décadas de 1950-1980, percebe-se o arrefecimento da questão. Muitos estudiosos preferem voltar sua atenção a questões ambientais a se debruçar sobre um problema sobre o qual, teoricamente, nada mais haveria que acrescentar.

No entanto, para que se possa superar a discussão acerca da Reforma Agrária, é preciso avaliar sua real implementação e os fatores nela interferentes no atual cenário do país.

Sendo assim o resultado esperado com o presente trabalho é uma análise dos dados acerca da Reforma Agrária verificando-se o patamar em que se encontra a legislação aplicada em relação à reformulação da estrutura agrária do país.

CONCLUSÕES

Desta feita, o presente trabalho visa analisar os dados estatísticos acerca **da** Reforma Agrária, bem como a legislação a ela aplicável a fim de se verificar o estágio em que se encontra a reformulação da estrutura fundiária brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por todo o apoio, ao meu namorado, amigos e nobres professores.

REFERÊNCIAS

- MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1 -20, 21-28, 29-89, 70-114, 127-148, 149-174.
 STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

AÇÕES AFIRMATIVAS FACE AOS AFRODESCENDENTES

Ludimilla Batista Macedo; Orientador: Alano Franco Bastos.

RESUMO

A análise do assunto políticas afirmativas tem como finalidade apresentar o que é feito para se combater a discriminação de vários povos em razão de suas características, com base em exploração de livros, leis e artigos que mostram como é realizada a busca pela igualdade. A pesquisa exibirá vários aspectos importantes acerca do assunto, dentre eles uma abordagem dos direitos fundamentais, em que se mostrarão conceitos e dimensões/gerações destes, com enfoque especial sobre direito à igualdade. O ponto principal do trabalho envolve o estudo das políticas afirmativas, destacando-se o entendimento do STF sobre o assunto, examinando-se as ações afirmativas, no Brasil que se referem aos Afrodescendentes, e apresentando-se argumentos adversos sobre o tema.

Palavras-chave: Discriminação. Direito à igualdade. Afrodescendentes. Ações afirmativas.

INTRODUÇÃO

O estudo em questão expõe a problematização de que é nítida a resistência de muitas pessoas em não aceitar a origem e as características do outro. O que se deve fazer em situações de preconceitos? Quais medidas são tomadas para se tentar acabar com as exclusões sociais?

Será que todos os cidadãos estão inseridos de forma justa nas atividades coletivas? E no que se refere aos Afrodescendentes, eles são tratados de forma igualitária? O que é feito para inseri-los nas relações sociais?

As políticas afirmativas foram instituídas para se buscar essa igualdade, através de medidas de inclusão, sendo necessário verificar se têm sido eficazes, alcançando o resultado pretendido.

Segundo Pedro Lenza, transcorrendo sobre o princípio da igualdade:

Deve-se, contudo, buscar não somente essa aparente igualdade formal (consagrada no *liberalismo clássico*), mas, principalmente, a igualdade material, uma vez que a lei deverá tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. (LENZA, 2011, p. 875).

O objetivo geral da pesquisa é analisar e discutir o que são as políticas afirmativas e quais medidas são realizadas em busca da igualdade social, combatendo a discriminação. Tendo também objetivos específicos que são:

Estudar, de forma mais minuciosa, as ações afirmativas para os afrodescendentes; discutir sobre os Direitos Fundamentais, analisando também o direito à igualdade; analisar as políticas afirmativas, expondo também o entendimento do STF sobre o assunto.

O método científico que será utilizado no referido trabalho acadêmico é o método Dedutivo, o qual permite explanar sobre algum assunto de forma geral até abranger algo específico. Também será utilizado o método bibliográfico, o qual consiste na realização de pesquisas em determinadas fontes.

METODOLOGIA

O método científico que será utilizado no referido trabalho acadêmico é o método Dedutivo, o qual permite explanar sobre algum assunto de forma geral até abranger algo específico, explicando a questão de maneira clara e extensiva, para depois abordar o assunto de forma mais restrita. Também será utilizado o método bibliográfico, o qual consiste na realização de pesquisas em determinadas fontes, como livros, Leis, Artigos científicos, Decreto, Estatutos, dentre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão em questão tratará das Políticas Afirmativas, que pretendem fazer com que as pessoas de todos os grupos sociais sejam aceitas. Principalmente, que sejam tratados de forma igualitária. “Ações afirmativas, também chamadas de discriminações positivas ou desequiparações permitidas, são as que defluem da própria linguagem prescritiva das constituições, com vistas à efetividade do princípio da isonomia.” (BULOS, 2014, p. 554).

CONCLUSÕES

O resultado de tal análise foi deixar claro o que são as políticas afirmativas e quais medidas são realizadas em busca da igualdade social, combatendo a discriminação, esclarendo o que são as ações afirmativas para os afrodescendentes, expondo também o entendimento do STF sobre o assunto.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, ao orientador que contribui de forma ativa para a confecção do trabalho e a todos que apoiam e incentivam essa etapa.

REFERÊNCIAS

- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. P. 554.
 LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p.859969.

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR VIOLAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

Allana Fernanda Santos Belizário; Orientador: Guilherme Martins Teixeira Borges.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo proporcionar a verificação e o entendimento da responsabilidade civil dentro da percepção do direito ao esquecimento, decorrente da realidade fática. A pesquisa vai empregar principalmente o método dedutivo e métodos de pesquisas pautados em revisões bibliográficas e jurisprudências sobre o tema, com vistas a compreender a aplicação da responsabilidade civil no contexto do direito ao esquecimento.

Palavras-chave: Direito ao esquecimento. Responsabilidade civil. Dignidade da pessoa humana.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho vai abordar questões sobre o direito ao esquecimento, que é também denominado nos Estados Unidos como *the right to be et alone* que significa direito -i de ser deixado em paz ou direito de estar só, também é conhecido no direito espanhol como *Derecho al alivio*.

O método de abordagem será o dedutivo, vez que a pesquisa em comento se iniciará pela análise de uma premissa geral, qual seja o tratamento jurídico dado à responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro, e de uma premissa menor, qual seja, a construção do direito ao esquecimento como um direito da personalidade.

METODOLOGIA

A pesquisa proposta visa à consecução de uma Monografia Jurídica, cujas técnicas de pesquisas concentrar-se-ão em revisões bibliográficas e levantamento de dados, em especial revisões de literatura. Para tanto, serão utilizadas abordagens teóricas, estudos normativos, como jurisprudências para estudo de casos concretos, bem como consulta às produções de caráter científico de autores renomados, e expertos no assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi necessário em algumas situações, fazer uma abordagem sob o contexto sociológico. Em casos como, por exemplo, o da Chacina na Candelária, que ocorreu em julho de 1993 no Rio de Janeiro: durante a madrugada, um grupo de policiais dispararam vários tiros em frente à Igreja Candelária, onde havia cerca de 70 crianças e adolescentes que dormiam nas escadarias; algumas ficaram feridas e outras vieram a óbito. Ficou, no entanto, comprovado que três policiais eram inocentes.

O recurso julgado pelo STJ condenou a Rede Globo a pagar uma indenização ao acusado, por ter mencionado seu nome em um de seus programas televisivos como um dos partícipes do crime, mesmo ele tendo sido inocentado em processo criminal.

CONCLUSÕES

Tais questões trazem à tona a celeuma em relação ao que hoje se reconhece como direito ao esquecimento e direito à memória e à verdade. De conseguinte, inegável que inúmeras questões jurídicas surgem desse impasse entre direitos, sobretudo no campo da responsabilidade civil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a graça de chegar até essa etapa da minha vida, a minha querida e amada mãe, Maria de Nazaré, pela força e paciência, e aos meus familiares.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Alberto. Direito ao esquecimento X Direito de Informação. Disponível em: <<http://www.albertobezerra.com.br/direito-ao-esquecimento-x-direito-de-informacao>>. Acesso em: 05 jun. 2016.
- BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Teoria geral dos direitos fundamentais. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 182-191.
- Teoria geral dos direitos fundamentais. In: MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 263-286.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

A CRIMINALIZAÇÃO E A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES HAITIANOS E LATINO-AMERICANOS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 30 ANOS: ASPECTOS FILOSÓFICOS E JURÍDICOS

Autor: Paulo Sérgio Gomes da Silva; Orientador: Vanderlei Luiz Weber.

RESUMO

O presente trabalho tem a finalidade de, inicialmente, abordar os conceitos relativos aos direitos humanos universais, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Analisar a problemática da imigração sob o aspecto filosófico, ressaltando suas implicações jurídicas no que concerne à criminalização e violação aos direitos humanos dos imigrantes haitianos e latino-americanos no Brasil nos últimos 30 anos. Busca, ainda, discutir a legislação regulatória dos direitos dos estrangeiros e sua incompatibilidade com a Constituição Federal vigente, ressaltando a forma como essa questão é disciplinada no âmbito internacional. Será utilizada a pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Criminalização. Direitos humanos. Imigrantes. Haitianos. Latino-americanos. Legislação.

INTRODUÇÃO

Ao se analisar o tema da criminalização e da violação aos direitos humanos dos imigrantes, deve-se antes abordar a questão da universalidade desses direitos, analisando-se a literatura nacional e internacional.

Devido ao aumento do fluxo migratório proporcionado pelos avanços tecnológicos e pela globalização, discute-se a plena efetivação e garantia de proteção aos direitos humanos das pessoas que buscam se estabelecer em lugares distintos de sua origem.

Assim, o objetivo é abordar o conceito de direitos humanos universais, analisar como se dá a regularização dos imigrantes no plano nacional comparando-a com a disciplinada em âmbito internacional e discutir a criminalização e a violação desses direitos no Brasil, nos últimos 30 anos.

METODOLOGIA

Serão utilizados os métodos histórico e dialético, uma vez que será analisada a evolução dos conceitos relativos aos direitos humanos que permanecem em constante mudança, em um processo de tese, antítese e síntese.

Também será utilizado o método comparativo, realizando-se comparações com a finalidade de verificar semelhanças e divergências, assim como a pesquisa bibliográfica e análise de dados, a fim de se compreenderem consistentemente os acontecimentos relacionados ao processo imigratório no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se estabelecer uma linha temporal sobre a disciplina e a mudança nos conceitos de direitos humanos universais, percebe-se que se pode estabelecer pontos comuns em relação às pessoas, independentemente de sua origem ou cultura.

Ademais, vislumbra-se que, em determinados países, ainda existe uma regulação legislativa restritiva, onde os conceitos de segurança nacional e soberania acabem tendo uma finalidade restritiva, privando direitos e permitindo violações aos direitos de pessoas oriundas de outras localidades do mundo.

CONCLUSÕES

Questões legais, culturais ou xenofóbicas ajudam a dificultar a plena efetivação de uma qualidade de vida às pessoas que buscam novas oportunidades, normalmente em países mais desenvolvidos que os de sua origem. No Brasil, apesar de sua diversidade cultural, práticas como a do racismo e xenofobia ainda são comuns.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial ao nobre professor Me. Vanderlei Luiz Weber pela sua atenção e dedicação ao ato de compartilhar conhecimento e orientação.

REFERÊNCIAS

- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 13-14, 30-36, 85, 111, 186-283, 476.
- PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 81, 176, 196, 218, 312.

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE

Laís Quirino Camargo
Orientador: João Miguel Neto

RESUMO

Esta monografia tem como finalidade abordar sobre o exercício do Direito à Saúde como garantia Constitucional e o dever do Estado em se utilizar dos meios necessários, como as suas limitações orçamentárias de forma mais efetiva, para que, assim, seja executado o serviço e o acesso à saúde. Falaremos, também, sobre a teoria da reserva do possível como limitador das prestações de serviços à saúde. Serão analisados os apontamentos da doutrina e a necessidade de intervenção do Judiciário para efetivação das obrigações do Poder Executivo. Por fim, explicar o funcionamento da Administração Pública e entender como não se consegue possibilitar à sociedade, o atendimento e a garantia Constitucional que é a saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Judicialização. Direitos sociais. Direito à saúde. Dever. Estado.

INTRODUÇÃO

A prescrição médica individual, a hipossuficiência econômica e a urgência dos tratamentos terapêuticos são os principais motivos das decisões judiciais no Brasil, que, nos dias de hoje, ainda não conseguiu garantir a todos os cidadãos uma condição de vida digna, no que diz respeito à saúde.

Neste contexto, explanaremos sobre a necessidade de intervenção do Judiciário para efetivação das obrigações do Poder Executivo. Com isso, explicar o funcionamento da Administração Pública e entender como não se consegue possibilitar à sociedade, o atendimento e a garantia Constitucional que é a saúde.

METODOLOGIA

Será utilizado o método dedutivo-indutivo, partindo de uma conclusão específica. E, para alcançar o resultado, serão utilizadas pesquisas doutrinárias, jurisprudenciais e a legislação para o desenvolvimento deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal, em seu rol de direitos e garantias fundamentais, assegura o direito à vida e, por meio do Estado, duas obrigações em sentido amplo: sendo uma o direito de continuar vivo e, a outra, o direito de ter vida digna quanto à sua existência.

A exigência de políticas econômicas e sociais se deve à grande complexidade do tema, que não demanda do Estado apenas uma espécie de ação, mas sim, além das ações e dos serviços de saúde propriamente ditos.

CONCLUSÕES

O direito à saúde é garantido por Lei por meio de imposições normativas, e é um dever do Estado zelar pelo bem-estar de todo cidadão, e, para que este cidadão goze do melhor

da vida, é necessário, antes de tudo, ter saúde, ou pelo menos acesso a tratamentos que garantam a sua saúde plena.

A grande dificuldade é que quando esses cidadãos precisam de um tratamento específico, isso lhes é negado, sendo necessário recorrer ao Poder Judiciário, o que muitas vezes demanda tempo e demora para serem julgados. **AGRADECIMENTOS**

A meu Orientador, João Miguel, que é a peça fundamental deste trabalho, que não mediou esforços para me orientar e sempre foi uma inspiração pra mim, sem o qual eu jamais conseguiria chegar à conclusão e êxito deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais/ Robert Alexy. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002
- BARCELLOS, Ana Paula de. A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana/ Ana Paula de Barcellos. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. Ana Paula de. A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais. O princípio da dignidade da pessoa humana/Ana Paula de Barcellos. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- BARROSO, Luis Roberto. Da falta de efetividade à judicialização excessiva: Direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial, Revista de Direito Social, 34/11, abr- jun 2009.
- BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. 1 ed. 12. tir. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional/ Paulo Bonavides. -25. ed. - São Paulo: Malheiros, 2010.

HOMICÍDIO FUNCIONAL

Zuelton de Souza Cortes; Orientador: Keller Cristian Silva Borges

RESUMO

O presente trabalho tem como precípua analisar a figura do Agente de Segurança Viária, inserido no cenário da Segurança Pública Brasileira pela Emenda Constitucional nº 82 de 17 de julho de 2014 que acrescentou o § 10º no artigo 144 da CF/88, como sujeito passivo do tipo penal criado pela Lei nº 13.142 de 06 de julho de 2015, que modificou o artigo 121, § 2º, inserindo o inciso VII, qual seja, tipificar como qualificado o crime de homicídio contra operadores da segurança pública e membros integrantes das Forças Armadas em razão de suas funções bem como seus parentes em até 3º grau. O estudo discutirá as interpretações relativas ao homicídio funcional nome doutrinário atribuído a prática em comento, sendo este um tema pouco explorado e quase desconhecido do público científico. Neste caso, a pesquisa pretende acrescentar material à disposição para outros interessados no tema. O método utilizado será o dedutivo.

PALAVRAS-CHAVE: Homicídio Qualificado. Homicídio Funcional. Agente de Segurança Viária.

INTRODUÇÃO

De acordo com a emenda constitucional nº 82, de 16 de julho de 2014, que inclui o parágrafo § 10 ao art. 144 da Constituição Federal, para disciplinar a segurança viária no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios.

Oportuno registrar que o artigo 3º da Lei 13.142/15 torna os crimes cometidos (homicídio/lesão corporal dolosa) contra os entes supracitados definidos também como crimes hediondos previstos no art. 5º, inciso XLIII³ da Constituição Federal, combinado com a Lei 8.072/90.

JUSTIFICATIVA

A justificativa deste trabalho é aprofundar na pesquisa se esses agentes da segurança viária integram ou não o sistema de segurança pública.

METODOLOGIA

O método de pesquisa que utilizaremos será em livros, artigos, comentários e posicionamento dos doutrinadores, tendo em vista que não há, ainda, material jurisprudencial com relação ao tema por ser este bem recente. O método de pesquisa será o dedutivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda finalizado todo o trabalho.

CONCLUSÕES

Ao final deste trabalho, certificar se os agentes de trânsito, quando em serviço, são amparados pela lei nº 13.142/2015.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por serem compreensivos pela falta de noticiais, e, também, à minha Thaiana de Souza Cortes.

Aos meus professores, Anderson Brasil e Luciana Jordão por me darem sugestões.

REFERÊNCIAS

BARROS, Francisco Dirceu. **Estudo completo do homicídio funcional: lei 13.104/2015.** 07 de

julho de 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40725/estudo-completo-do-homicidio- funcional-lei-13-104-2015>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

BITENCOURT, Cézar Roberto. **Qualificador de homicídio contra policial não protege a pessoa, e sim a função.** 20 de julho de 2015. Disponível em: <Referência: SILVA NETO, Luís Gonzaga da. Comentários à nova Lei 13.142/2015: lesão corporal e homicídio praticados contra integrantes dos órgãos de segurança pública ou seus familiares. 09 de julho de 2015. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2016.>. Acesso em: 20 mar. 2016. Função pública

DA CONFLUÊNCIA ENTRE OS SISTEMAS JURÍDICOS DE CIVIL LAW E DE COMMON LAW: A VALORIZAÇÃO DOS PRECEDENTES E O ATIVISMO JUDICIAL

Will Kennedy Santos Souza; Orientador: Aurélio Marcos Silveira de Freitas.

RESUMO

O trabalho discute a convergência entre os sistemas jurídicos de *civil law* e de *common law* diante do ativismo judicial. Aborda o contexto histórico referente à origem das jurisdições citadas, sem prejuízo da distinção conceitual entre elas e apresentação dos Estados que as têm como base jurídica. Noutro momento, apresenta as fontes legais e doutrinárias que apontam para a aproximação entre aquelas tradições. Por fim, confronta o ativismo judicial na perspectiva do Estado Democrático de Direito. Utiliza o método histórico e o dedutivo.

Palavras-chave: *Civil law, Common law, Valorização dos precedentes; Ativismo Judicial.*

INTRODUÇÃO

Tem-se que onde opera o sistema jurídico de *civil law* é prevalente a lei como fonte primária da base jurídica instituída ((MARINONI, 2009, p. 20). Ressalte-se que, por vezes, o legislador não consegue adequar a atividade legiferante à dinâmica social hodierna.

E, no atual cenário pós-positivista, nota-se o ativismo judicial, principalmente com vistas à efetivação dos preceitos fundamentais contemplados pela Bíblia Política em vigor (BULOS, 2014, p. 74).

Assim, em virtude daquela lacuna legislativa, o protagonismo dos juízes ocupa posição de destaque no direito brasileiro. Conseqüentemente, a convergência entre os sistemas jurídicos em questão, pois é própria da jurisdição de *common law* aquela influência marcante dos precedentes no direito.

A doutrina é divergente quanto aos fatores prejudiciais e benéficos decorrentes dessa atuação dos magistrados. Assim, o dilema é se essa proatividade dos magistrados, mormente na esfera legislativa, estaria ou não afetando a estrutura do Estado Democrático de Direito. Por isso, discute-se a valorização dos precedentes e o ativismo judicial.

METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método histórico e o dedutivo para elaboração desta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verifica-se que o Poder Judiciário tem sido convocado para manifestar-se recorrentemente nas questões que tradicionalmente eram solucionadas no âmbito da política. Contexto este que, segundo parte da doutrina pátria, favorece o que se convencionou chamar ativismo judicial (ROCHA e BARBOSA, 2015, p. 120).

Para a corrente que defende o ativismo judicial, a participação dos juízes em matérias destinadas ao Poder Legislativo e o Executivo, justificar-se-ia para assegurar os preceitos dispostos na CF/88, pela insuficiência na atuação daqueles poderes.

Enquanto para a teoria da autocontenção, o ativismo prejudica o Estado Democrático de Direito, vez que interfere na tripartição dos poderes e nas garantias fundamentais trazidas pela Lei Magna.

CONCLUSÕES

O objetivo geral do trabalho foi tratar a valorização dos precedentes judiciais no direito brasileiro. De tal forma, apresentar a incursão histórica nos sistemas jurídicos de *civil law* e de *common law*.

A propósito do tema, discutiu a atual teoria constitucional pós-positivista, bem como as fontes doutrinárias e legais que apontam para a aproximação entre as jurisdições em discussão.

Vale a reflexão de que somente o debate jurídico desses temas podem apontar caminhos para solução da controvérsia, fugindo às extremidades, e encontrando equilíbrio. É dizer, este trabalho não se destina ao exaurimento do tema.

É nesse diapasão, que este discente elaborou a construção do presente ensaio. Sobretudo, para que as pessoas se façam ouvir por intermédio do direito, e que este não sirva às vontades dos tiranos que fazem do poder pousada para seus deleites.

REFERÊNCIAS

- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014
- MARINONI, Luiz Guilherme. Aproximação crítica entre as jurisdições de *civil Law* e *common Law* e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito - UFPR**. Curitiba, n.49, p.11-58, 2009.
- ROCHA, Lara Bonemer Azevedo da; BARBOSA, Claudia Maria. O papel dos precedentes para o controle do ativismo judicial no contexto pós-positivista. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 5, p.115-133, 2015.

INFANTICÍDIO INDÍGENA: COMO TRATAR A COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Bárbara Gomes Ferreira; Orientador: Aurélia Marcus Silveira de Freitas.

RESUMO

A presente pesquisa buscará analisar, por meio do método dedutivo, a prática do infanticídio indígena, traçando dentro do aspecto constitucional a nítida colisão de direitos fundamentais, ou seja, o direito à vida em face da cultura de determinadas tribos indígenas brasileiras. Para que tal objetivo seja alcançado, faz-se necessário entender o histórico desses direitos, bem como suas características, dando enfoque à sua possível relativização ou não diante, também, de outros consagrados no texto constitucional. Outro aspecto a ser abordado será a visão antropológica do assunto, que se faz extremamente relevante para o possível trato jurídico do tema, bem como o que acontece com o projeto de Lei n. 1.057/2007, que busca criminalizar tais práticas culturais.

Palavras-chave: Infanticídio Indígena. Vida. Cultura. Colisão.

INTRODUÇÃO

O termo infanticídio indígena ganhou destaque com o Projeto de Lei 1.057/2007, a chamada Lei *Muwaji*, cujo autor é o deputado federal Henrique Afonso, que pesa pela criminalização das práticas indígenas destinadas a tirar a vida de seus neonatos, por motivos ligados à suas crenças e costumes.

Diante dos fatos narrados, visualiza-se que o ponto central desta discussão diz respeito justamente à qual direito fundamental se deve dar prioridade, nesse caso específico, de acordo com o ordenamento jurídico, o que será objeto de discussão na presente pesquisa, para que se possa, então, chegar a uma possível solução, visto que até então a Suprema Corte Brasileira ainda não enfrentou tal problemática.

Pedro Lenza, ao fazer uma pequena abordagem sobre o assunto, traz o entendimento: “Um direito fundamental vai até onde começa outro e, diante de eventual colisão, fazendo-se a ponderação de interesses, um deverá prevalecer em face do outro se não for harmonizá-los”. (LENZA, 2013, p.1055)

Consegue-se depreender, deste modo, que os direitos fundamentais estão em constante relativização frente aos outros também elencados e consagrados pelo texto constitucional.

Uadi Lammêgo Bulos (2011, p. 161), ao tratar das técnicas de interpretação constitucional, trabalha a ponderação dos valores ou interesses da seguinte forma, “[...] é o recurso colocado ao dispor do intérprete para que ele avalie qual o bem constitucional que deve prevalecer perante situações de conflito [...]”.

Assim, há muito, ainda, o que se debater e pesquisar dentro dessa seara, o que será realizado nessa presente pesquisa, a fim de expor a problemática estabelecida, trazendo argumentos que exteriorizem e procurem harmonizá-la diante de tamanhos dilemas sociais, jurídicos e antropológicos.

METODOLOGIA

O método a ser utilizado, no trabalho em questão, será o dedutivo, uma vez que, para o desenvolvimento do tema proposto, se faz necessário partir de premissas genéricas, como na compreensão ampla dos direitos fundamentais, de suas características e formas de interpretação, para que, posteriormente, se possa aplicá-la a um ponto específico, que é a prática de infanticídio indígena em tribos brasileiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da questão acerca do Infanticídio Indígena no Brasil, o ponto controvertido encontra-se na explícita colisão de direitos fundamentais envolvidos em tal situação. Assim, chega-se aos seguintes questionamentos: Qual direito fundamental deve prevalecer? O Direito à vida ou o direito à cultura/a elementos de convicção religiosa e de crença? Qual seria o critério ou os critérios para definir tal sobreposição? As interrogações, ora feitas, e outras que lhes são derivadas, são de extrema relevância quando se verifica a sistemática constitucional e prática dos direitos fundamentais. As características, principalmente no que tange à relativização ou universalização dos mesmos, definem como o Estado, através do Direito, irá protegê-los e ponderá-los frente a cada confrontamento.

CONCLUSÕES

Em virtude de a presente pesquisa ainda estar em processo de desenvolvimento, pretende-se, com o referido trabalho, buscar os dados e informações necessários à compreensão real do tema, bem como de suas implicações, trazendo à tona os debates e as visões acerca do assunto, promovendo sempre o seu diálogo, uma vez que o tema em questão reveste-se de forte interdisciplinaridade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela saúde e força para a superação de todas as dificuldades, ao meu Orientador Aurélio Marcos Silveira de Freitas por todo suporte e incentivo, aos meus pais, Simone e Cleudes, pelo amor e apoio incondicionais, e, por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

REFERÊNCIAS

- BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito Constitucional ao alcance de todos**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 155-182.
- LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 17. ed. rev. atual, e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 1040-1041, 1054-1056.

DOS ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA LEI 13.330 DE 2016: DO FURTO E DA RECEPÇÃO DE SEMOVENTES DOMESTICÁVEIS DE PRODUÇÃO

Autor: Mozair Michell da Silva; Orientador: Prof. Esp. Anderson Luiz Brasil Silva

RESUMO

O presente projeto de pesquisa propõe o estudo da Lei 13.330, de 2016, que pretendeu tornar a pena para o furto de semoventes domesticáveis de produção mais gravosa. Pretende-se estruturar um plano de trabalho que contenha a exposição do direito penal antes os bens jurídicos no contexto contemporâneo; apresentar a teoria e os elementos dos crimes de furto e receptação; por fim, é pretensão, também, fazer uma abordagem direta se o propósito do legislador penal através da lei em estudo realmente logrou seu propósito formal e se vai ter concretude material.

Palavras-chave: Lei 13.330/2016. Furto. Receptação. Semoventes domesticáveis de produção.

INTRODUÇÃO

Uma nova conjuntura de valores sociais estão se agregando a cada dia no contexto do direito, tendo em vista que as situações fáticas se transformam em bens jurídicos à medida que exigem proteção do Estado.

Tanto é assim que surgiu recentemente a Lei 13.330, de 2016, com o propósito de promover alterações no Código Penal a respeito de crimes que envolvam o furto e receptação de semoventes domesticáveis como também os de reprodução.

Deste modo, o estudo da referida alteração legislativa se mostra viável e importante por algumas razões, dentre elas a acadêmica, pois se trata de uma nova maneira de enxergar bens jurídicos protegidos pelo direito civil e, do ponto de vista social, porque veio a lei para suprir uma expectativa social de que crimes desta natureza recebam a devida reprimenda.

Sendo assim, tem-se como objetivo um levantamento sobre as consequências da Lei 13.330, de 2016, no plano normativo do direito penal brasileiro, especialmente o preceito y secundário, onde reside a maior polêmica do assunto, uma vez que, ao invés de promover uma reprimenda mais severa para os crimes do abigeato, na verdade tornou o preceito secundário do tipo penal mais brando.

METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa apresentou as premissas que embasarão o estudo em busca de uma conclusão que pode se confirmar verdadeira ou falsa. Por esta razão, o método dedutivo foi escolhido porque subsidia o que se persegue, isto é, a descoberta racional das implicâncias que a Lei 13.330/2016 trouxe para o mundo jurídico.

Cabe frisar, ainda, que o método de coleta de dados será o bibliográfico, constituindo-se principalmente de doutrinas de Direito Penal, legislação penal geral e especial, periódicos online e y físicos, recortes em reportagens e a jurisprudência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O assunto em apreço, embora recente, já tem gerado polêmicas, pois o legislador penal, ao justificar o agravamento da pena, na verdade fez o contrário, conforme se nota na justificativa do Projeto de Lei 6.999/2013 que fez originar a Lei 13.330/2016. (BRASIL, 2013; BRASIL, 2016).

Sendo assim, o que se quis com a referida legislação foi justamente trazer maior proteção para o homem do campo, mas não só isso, também a saúde pública que é um dos bens jurídicos mais caros do ponto de vista social, uma vez que animais furtados por vezes são abatidos sem a devida metodologia de higiene pública. (BRASIL, 2013, p. 3).

A respeito da questão, cabe colocar as palavras dos autores Masson e Cavalcante. Para eles, o legislador não conseguiu o perseguido agravamento, “mas o que conseguiu foi gerar uma *novatio legis in melius* que irá, inclusive, retroagir para beneficiar pessoas que tenham sido condenadas pelo art. 180, § 1º do CP”. (MASSON; CAVALCANTE, 2016, p. 8).

CONCLUSÕES

A controvérsia do presente trabalho girou em torno do crime de abigeato, mais especificamente a pretensão do agravamento da pena pretendida pelo legislador ordinário penal.

Contudo, verificou-se que este falhou neste objetivo, na verdade desguarnecendo ainda mais os bens jurídicos que queria proteger, em flagrante descuido de sua parte.

Sendo assim, a falta de técnica legislativa ou mesmo a simples observação atenta no ato de legislar, é característica que tem se evidenciado no contexto do Legislativo nacional,

merecendo críticas duras comportamento tão desatento, especialmente quando se trata de bens jurídicos que estão sob o manto do *ius puniendi* estatal.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e aos professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados Federais. **Projeto de Lei no 6.999, de 2013.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados Federais, 2013.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 5 out. 1988. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União,** Brasília, 11 jan. 2002.

DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL PARA O RECOLHIMENTO DE ISSQN

Mário Vinícius Ferreira; Orientador: Rômulo Cesar Barbosa Marques.

RESUMO

O presente estudo visa apresentar as discussões e interpretações relativas à Competência Tributária no tocante ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e aos principais conflitos de competência tributária que podem surgir sobre o aludido imposto municipal, abordando, em especial, a competência territorial dos municípios para o seu recolhimento, o seu fator gerador e a Lei complementar nº 116, de 31 de julho, de 2003.

PALAVRAS-CHAVE: ISSQN. Competência. Fato gerador. Recolhimento.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como escopo fundamental verificar as principais questões que envolvem a Competência Tributária, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e a Competência Territorial de cada município para a tributação sobre serviços. Mesmo o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) sendo um tributo existente no ordenamento jurídico desde 1965, há grandes controvérsias com relação a este, com diversas doutrinas e jurisprudências divergentes sobre qual Município tem competência para a cobrança do ISS, se o do local da prestação de serviços ou do local onde se encontra o estabelecimento prestador.

METODOLOGIA

O presente estudo possuirá como fundamento a verificação de textos, artigos e obras condizentes ao tema pesquisado, sendo utilizados também dispositivos legais, em específico, a Constituição da República Federativa do Brasil e o Código Tributário Nacional, legislação complementar e, ainda, jurisprudência sobre o tema, fazendo uso do método dedutivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem a função predominantemente fiscal, sendo a sua base de cálculo o preço do serviço prestado, sendo o local de incidência o domicílio do prestador do serviço. O objetivo do Imposto Sobre Serviços é suprir os recursos financeiros dos Municípios. A função do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza é somente arrecadatória, ou seja, sem a necessidade de uma contraprestação do Município, podendo, assim, suprir os cofres dos Municípios para que estes possam ter independência financeira, podendo, assim, exercer suas atividades, sem a necessidade de depender do repasse de dinheiro da União ou dos Estados. O Imposto Sobre Serviço tem como fato gerador a prestação de serviço constante na lista anexa à referida lei. Sendo assim, não é qualquer serviço que pode ser tributado pelo Município.

CONCLUSÕES

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza nem sempre esteve previsto no ordenamento jurídico brasileiro, sendo considerado um tributo recente. Com a promulgação

da Constituição Federal de 1988, o poder constituinte originário manteve a competência para instituir, arrecadar e exigir o respectivo tributo aos Municípios, delegando, ainda, imposto fosse regulamentado através de lei complementar. A lei complementar 116/03, de 31 de julho de 2003, foi um projeto do então Senador Fernando Henrique Cardoso, que demorou mais de 14 anos para ser discutida, debatida e aprovada pelo Congresso Nacional. A lei complementar manteve algumas características do Decreto Lei 406/68, em especial quanto ao local onde o sujeito passivo da relação tributária deverá efetuar o pagamento, conforme artigo 3º da lei complementar 116/03, ou seja, “Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local”.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Auxiliadora, pela história de vida, pelo amor, pela dedicação; aos meus irmãos, Jacqueline, Nei e Raniery, que, mesmo à distância, se mantêm presentes;

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Aires F. *Curso de direito tributário municipal*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- COSTA, Regina Helena. *Curso de Direito Tributário*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- CARRAZA, Roque Antônio. *Curso de direito constitucional tributário*. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. Ed 21ª São Paulo: saraiva 2009.
- CHIMENTI, Ricardo Cunha. *Sinopses jurídicas: Direito tributário*. 11ª ed. São Paulo: 2007.

A ONU E SUAS AÇÕES PARA O EMPODERAMENTO POLÍTICO DA MULHER NO MUNDO

Valdira Mansur Joyce Figueirôa; Orientador: Vanderlei Luiz Weber.

RESUMO

Este trabalho visa contribuir para os debates acerca das ações da Organização das Nações Unidas - ONU - sobre o empoderamento político e jurídico da mulher no Brasil e no mundo, ressaltando a importância das recomendações e convenções aprovadas por esse organismo internacional, através da análise histórica e dos seus efeitos em relação ao empoderamento da mulher e da verificação do progresso da mulher no Brasil. Visa fazer uma avaliação da ONU e do empoderamento feminino. Utiliza para tanto o método dialético.

Palavras-chave: Empoderamento da mulher; Igualdade de Gênero; ONU

INTRODUÇÃO

Inegavelmente, a luta por direitos e igualdade de gênero avançou bastante nos últimos 50 anos no Brasil e no mundo, embora esse avanço não seja homogêneo nem simultâneo.

Desta feita, o presente trabalho pretende analisar como se tutela o empoderamento das mulheres diante das desigualdades de gênero.

O presente trabalho tem por escopo demonstrar a importância do empoderamento das mulheres e da promoção da igualdade de gênero, sem distinção de qualquer natureza, em todas as atividades sociais e econômicas.

METODOLOGIA

O método a ser utilizado é o dialético, pelo qual pretende-se chegar à realidade a partir da confrontação de teses e da investigação racional de um conceito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho pretende demonstrar a relevância jurídica do empoderamento feminino, em âmbito nacional e internacional, e a luta feminina pela igualdade de gênero em todas as áreas.

O objetivo geral consiste em pesquisar e analisar as recomendações e convenções da ONU para seus membros sobre a luta das mulheres e pelas mulheres.

CONCLUSÕES

A promoção da igualdade de gênero é de suma relevância cultural, econômica, política e social em nível nacional e internacional. Vale ressaltar que as últimas décadas foram marcantes para a classe feminina que conseguiu grandes avanços na esfera pública e privada.

O ordenamento jurídico pátrio vem trazendo grandes inovações em busca da igualdade de gênero. Através de ações afirmativas (três importantes precedentes da suprema corte)

o constituinte tratou de proteger certos grupos que a seu entender mereciam tratamento diverso.

Em ação afirmativa, o STF adotou medidas mais protetivas às mulheres em relação aos dispositivos da lei Maria da Penha, com o intuito de intimidar a prática da violência doméstica. Também merece destaque a decisão do STF de indicação de uma mulher para Ministra da corte excelsa.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, por tornarem possível a conclusão desse curso.

Aos meus professores, por haverem colaborado com a minha formação.

A todos os colegas que, de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.e do nascimento e, CASELA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional.** 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BARRETO, Rafael. **Direitos humanos.** 4. ed. Salvador - Bahia: Juspodivm, 2014.
- BERNARDES, Juliano Taveira; Ferreira, Olavo Viana Augusto Alves. **Direito constitucional.** 5 ed. Salvador: Juspodium, 2015.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional.** 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. CASSADO FILHO, Napoleão. **Direitos humanos fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2012.
- JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de direito internacional público.** 13 ed. São Paulo: Ltr, 2015.
- LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamento da Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional publico.** 7 ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2013.
- MULHERES, Onu. **O progresso das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro: Cepia, 2011.

LEI MARIA DA PENHA COMO INSTRUMENTO DO EMPODERAMENTO JURÍDICO DAS MULHERES

Stéphanie Oliveira Almeida; Orientador Leonardo Peixoto.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade demonstrar a luta das mulheres para que surgisse no ordenamento jurídico a Lei 11.360/06, conhecida como Lei Maria da Penha, uma das mais importantes conquistas para as mulheres. Essa lei significou uma grande conquista e o desfecho da luta incessante de Maria da Penha, uma mulher que foi vítima de violência doméstica durante muitos anos, para que fosse feita a justiça, tornando-se um grande exemplo de empoderamento jurídico feminino no Brasil. Tudo isso significou um grande salto no ordenamento jurídico pátrio e um reforço na atenção dada aos direitos humanos,

em geral, e aos problemas enfrentados pelas mulheres, em especial. Destaca-se essa grande conquista em busca da melhoria da situação da mulher, com os métodos de coibição a violência doméstica e familiar advindos dessa lei.

Palavras-chave: Violência doméstica. Lei Maria da Penha. Empoderamento

INTRODUÇÃO

Falar sobre a violência doméstica é algo bastante atual, pois nos deparamos diariamente com mulheres vítimas de agressões domésticas e familiares.

As mulheres, durante muito tempo, viveram em situação de inferioridade em relação ao homem. Mas, através do empoderamento e com a luta incessante, as mulheres conquistaram soluções para que superassem o estado de subordinação. Há anos, convivemos com a violência praticada contra a mulher, diariamente mulheres são vítimas de violência em suas mais diversas formas, esse tem sido um problema grave presente na sociedade. Com o advento da Lei Maria da Penha, é perceptível que ela representou uma nova fase na vida das mulheres, que conseguiram, de certa forma, um tratamento diferenciado perante o Estado e a sociedade brasileira, que permaneceram inertes durante muito tempo antes as violências constatadas nas relações que envolviam as mulheres.

METODOLOGIA

Será utilizado o método histórico para embasamento de fatos e acontecimentos do passado a respeito do empoderamento e da luta das mulheres contra a violência, e as suas influências na atual sociedade, além de alguns métodos auxiliares como de bibliografias, artigos científicos e livros que farão parte da pesquisa do tema proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretende-se pesquisar e analisar o conceito de empoderamento, especialmente seus aspectos jurídicos e políticos da luta das mulheres por mudanças no ordenamento jurídico na busca por uma lei que amenizasse os casos de violência doméstica e familiar.

Resgatar o caso da farmacêutica cearense Maria da Penha, cujo nome passou a designar a lei - Lei 11340/06 e compreender o papel dessa lei como instrumento de avanço na luta feminina contra a violência.

Analizar a violência contra a mulher no nosso país, especificamente as ideias referentes à violência doméstica.

CONCLUSÕES

Conclui-se que o empoderamento das mulheres surgiu da Lei Maria da Penha, que protege os direitos fundamentais da mulher que sofrem violência doméstica; faz-se necessária, porém, uma mudança no pensamento da sociedade brasileira. Por mais que avancemos rumo à superação do estado de violência, se não houver uma mudança de mentalidade sobre a própria construção histórica do papel da mulher na sociedade, este tipo de violência será sempre encarado como decorrente de uma atitude de uma mulher não subordinada, que não obedece ao seu marido.

AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

REFERÊNCIAS

- AGENDE. Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento. **10 Anos da Adoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher** - Convenção de Belém do Pará. Brasília: AGENDE, 2004.
- AZEVEDO, Maria Amélia et al. **Mulheres Espancadas**. São Paulo: Cortez, 1985.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E A GRAVIDEZ DA MULHER TRABALHADORA DIANTE DA SÚMULA 38 DO TRT-18 DO ESTADO DE GOIÁS

Raquel Moreira Santana; Orientador: Aurélio Marcos Siqueira de Freitas.

RESUMO

O trabalho discute a mudança de postura do direito da empregada gestante na seara jus laborai, com a comparação da súmula 38 TRT-18. Analisa as evoluções históricas dos direitos fundamentais do trabalho da mulher no Brasil. Verifica as teorias sobre os princípios e regras quanto às suas ponderações. Apresenta a constitucionalidade da súmula 38 TRT-18 na aplicação empresarial e seus reflexos na licença maternidade. Utiliza o método hipotético-dedutivo para verificações de hipótese a serem argumentadas.

Palavras-chave: Princípios fundamentais. Súmula 38 TRT-18. Estabilidade da gestante.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará sobre a nova súmula 38 do TRT-18 que foi aprovada no dia 14 de dezembro de 2015, que se refere aos direitos da empregada gestante resguardando tanto na aceitação de sua reintegração do serviço e na sua recusa ou ausência de pedido de reintegração.

Nota-se, na referida súmula, que a empregada gestante adquire seus benefícios amplamente resguardados durante o seu período de gestação. No entanto, tem-se a divergência sobre a real natureza da súmula 38 TRT-18, tendo ela o objetivo de beneficiar a empregada em sua estabilidade e o empregador os seus prejuízos.

Por fim, e de se analisar se os direitos fundamentais estão dentro das normas Constitucionais e quanto às suas ponderações equiparadas ao empregador e empregada quais medidas cabíveis a serem tomadas diante da tal situação.

Neste sentido, é necessário discutir se há obscuridade entre as normas e princípios constitucionais diante da súmula 38 do TRT-18 e suas delimitações em relação à empregada.

METODOLOGIA

Para abordar-se sobre esse tema, será utilizado o método hipotético-dedutivo para se avaliar a argumentação entre doutrinadores e compreender suas análises específicas de modo que a lei seja benéfica para com todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho ainda se encontra em discussão. Verificam-se teorias sobre os princípios e regras quanto às suas ponderações. Compreender a constitucionalidade da súmula 38 TRT-18 na aplicação empresarial relacionado aos direitos da licença maternidade.

CONCLUSÕES

Ainda há a discussão da presente conclusão do resultado final.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, aos meus pais, a meu marido por ter me apoiado nessa conquista de poder concluir a minha graduação, ao meu mestre Aurélio por ter me dado a oportunidade de defender o meu tema, pela paciência de me compreender. Muito Obrigado.

REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2^a. ed. São Paulo: Malheiros Meditores, 2011.
- BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 7. ed. São Paulo: Ltr, 2011.
- CUNHA JUNIOR, Dirley. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. Salvador: Jus Podivm, 2011
- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Ltr, 2009.
- HESSE, Konrad; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Elementos de direito constitucional da república federal da Alemanha**. 20^a. ed. Porto Alegre: Malheiros Meditores, 1998.

A OMISSÃO DO ESTADO ANTE A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE SAÚDE PÚBLICA AOS DEPENDENTES DE CRACK

Davi Cardoso de Souza; Orientador: Guilherme Martins Teixeira Borges.

RESUMO

Este não tem o objetivo de esgotar o tema, mas despertar a conscientização da sociedade da omissão do Estado aos dependentes de Crack.

Palavras-chave: Dependentes Químicos; Saúde Pública; Direitos Fundamentais.

INTRODUÇÃO

As famílias dos dependentes químicos e a sociedade arcam com grandes prejuízos e também o próprio Estado que, por falta de uma política voltada à educação, segurança

pública e saúde pública de qualidade, se deparam com postos de saúde sucateados, sistema prisional abandonado, legislação penal defasada, e um ensino público fragilizado.

A Constituição Federal estabelece em seu Art. 196, *in verbis*:

“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (grifo nosso).

São de singular importância o estudo do tema na visão dos Direitos Fundamentais e a representatividade das minorias, pelos inúmeros transtornos causados pelo vício das drogas, em especial, o uso do crack.

METODOLOGIA

O método contempla um estudo teórico exploratório em diversos ramos do saber, artigos, livros, estudo de campo hospitalar, entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Goiânia-GO, o Centro de Referência e Excelência em Dependência Química (Credeq) está em início de funcionamento, ofertando atendimento gratuito aos casos severos de dependência química.

Considerando cronograma da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás (SES), esta unidade de referência e excelência nacional, tem o objetivo de estar, em 2017, em sua plena capacidade de atendimento.

Houve um avanço por parte da máquina Estatal em promover o acesso à saúde aos dependentes de crack e outros químicos. Entretanto, ainda é necessária uma consolidação do trabalho, pois a esperança é que, nas próximas gerações, sejam construídas mais escolas do que centros de reabilitação de dependentes químicos.

CONCLUSÕES

Destarte, o tema requer vasta pesquisa, permeando sobre vários ramos do saber, o diálogo com a sociedade, profissionais e os representantes políticos para uma solução do acesso à saúde dos dependentes químicos de forma digna. Quiçá tal estudo possa contribuir ao avanço dos direitos fundamentais dirimidos à recuperação dos dependentes do crack e outros entorpecentes.

AGRADECIMENTO

Ao Professor Ms. Guilherme Martins Teixeira Borges, pela orientação deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

REALE, Miguel. Filosofia Do Direito. 19ed. São Paulo: Editora Saraiva.1999.

65 ANOS DA LEI AFONSO ARINOS: AVANÇOS E RETROCESSOS

Karla Ribeiro Gonçalves; Orientador: Wanderlei Luiz Weber.

RESUMO

O trabalho se propõe a analisar os avanços e retrocessos da legislação contra o racismo no Brasil. Sabe-se que a Lei Afonso Arinos foi a primeira norma a incluir as práticas de preconceito de raça ou cor como contravenções penais. A Lei significou um grande avanço, visto que ajudou a romper o imaginário de que no Brasil não havia preconceito racial. Contudo, foram necessárias várias alterações, entre elas a criminalização das práticas racistas. Assim, pretende-se analisar os principais avanços e retrocessos legislativos relacionando-os aos anseios do Movimento Negro, e, ainda, quais ações estão sendo adotadas para combater as distorções históricas ocorridas ao longo dos 65 anos da Lei Afonso Arinos, e os resultados obtidos através das políticas de inserção social para os negros no Brasil.

Palavras-chave: Racismo; Lei Afonso Arinos; Negro

INTRODUÇÃO

A Lei Afonso Arinos, sancionada em 3 de julho de 1951, foi um marco na legislação contra o racismo no ordenamento jurídico brasileiro, posto que foi a primeira norma a incluir como contravenções penais as práticas de preconceito de raça ou cor. Entretanto, apesar de revolucionária, não atendia aos anseios do cidadão negro. Sessenta e cinco anos após a sua promulgação, ainda são muitos os desafios do poder público para coibir o racismo e incluir o cidadão negro. É necessário adotar medidas que visem corrigir as distorções históricas de sociedades estruturalmente desiguais. As ações afirmativas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de combater o racismo vêm se mostrando eficientes. Contudo, ainda há um longo percurso a ser seguido para corrigir as desigualdades sociais acumuladas ao longo dos anos. (CAMPOS, 2015, p. 288).

METODOLOGIA

A compreensão dos processos sociais e debates que levaram a distorções históricas, acarretando uma posição social inferior do negro é importante. Para tanto, faz-se necessário analisar quais ações estão sendo adotadas para combater estas distorções e, ainda, verificar, de forma aprofundada, os resultados obtidos através da política de inserção.

Assim, faz-se necessário o uso do método dialético, que, ao contrário da metafísica, concebe o mundo como um conjunto de coisas estáticas, a dialética o comprehende como um conjunto de processos. (LAKATOS, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a análise dos avanços e retrocessos das legislações contra o racismo no Brasil, espera-se detectar quais foram os principais pontos positivos destas normas e quais foram os principais pontos negativos. Pretende-se, ainda, levantar o debate sobre a eficácia das medidas afirmativas para incluir o negro na sociedade.

CONCLUSÕES

No momento, é possível concluir que muitos foram os avanços legislativos com o intuito de coibir o racismo. Entretanto, ainda há muito a se fazer, posto que punir não é suficiente, é necessário também criar oportunidades para que a população negra ascenda socialmente, através de medidas afirmativas eficientes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, à minha família e aos meus professores, que me ajudaram a chegar até aqui.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Walter de Oliveira. Discriminação racial e imprensa no início dos anos 1950: um retrato da Lei Afonso Arinos em sua concepção e nascimento. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.283-304, jan. 2015. Semestral. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/460>. Acesso em: 07 setembro 2016.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Editora. Atlas S.A, 2009.

A TUTELA JURÍDICA DO HUMOR E SEUS REFLEXOS NO CAMPO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Dayane Cândido Ferreira; Orientador: Guilherme Martins Borges Teixeira.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a aplicação da responsabilidade civil no contexto humorístico, traçando uma análise acerca da liberdade de expressão versus o direito da personalidade de integridade moral. O método de abordagem será o dedutivo, vez que a pesquisa em comento se iniciará pela análise de uma premissa geral, qual seja, a liberdade de expressão no meio artístico, para, então, por meio de uma sequência de raciocínios extraídos das técnicas de pesquisas, chegar-se ao objetivo almejado, isto é, analisar a tutela jurídica do humor e seus reflexos no campo da responsabilidade civil.

Palavras-chave: Humor. Liberdade de Expressão. Direito da Personalidade. Responsabilidade Civil.

INTRODUÇÃO

O humor a cada dia vem tomando mais espaço, principalmente com os espetáculos de *stand up*, em que os comediantes abordam o cômico em situações cotidianas, em personalidades com vistas a deixar o comum e/ou diferente engraçado.

Contudo, a forma de se fazer rir a qualquer custo tem ofendido e causado mal-estar a certos grupos sociais. O que acaba por conflitar com direitos de caráter fundamental do indivíduo: liberdade de expressão e o direito à intimidade, à imagem e à honra.

Partindo desse pressuposto, como aplicar a lei de forma a resguardar e coibir os danos que afetam a moral do indivíduo seria esse apenas um excesso quanto ao que é considerado politicamente correto? Sabe-se que as leis vão se adaptando conforme as necessidades sociais e, nesse caso específico, sobretudo em relação à responsabilidade civil, não há uma legislação específica tampouco um posicionamento doutrinário e/ou jurisprudencial uníssono, daí a necessidade de se discutir tal tema.

À guisa de conclusão, todos estes fatores mencionados corroboram indubitavelmente para a relevância da pesquisa a ser realizada, sobretudo por se estar diante de uma modalidade de responsabilidade civil ainda em construção.

METODOLOGIA

A pesquisa proposta visa à consecução de uma monografia, cujas técnicas de pesquisas concentrar-se-ão em revisões bibliográficas. Para tanto, serão utilizadas abordagens normativas, jurisprudenciais, bem como consulta às produções de caráter científico de autores renomados e experts no assunto.

O método de abordagem será o dedutivo, vez que a pesquisa em comento se iniciará pela análise de uma premissa geral, qual seja, a liberdade de expressão no meio artístico, para, então, por meio de uma sequência de raciocínios extraídos das técnicas de pesquisas, chegar-se ao objetivo almejado, isto é, analisar a tutela jurídica do humor e seus reflexos no campo da responsabilidade civil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muito se deseja agregar conhecimento e contribuir de alguma forma a futuras pesquisas e projetos que possam desenvolver medidas cabíveis ao problema aqui demonstrado. O Direito como ciência necessária, a vida em sociedade, tem por função desenvolver e permitir alterações que se prestem a melhorar ou mudar o que for necessário na vida do indivíduo como ser social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio e incentivo, a meus professores pelo aprendizado e principalmente a Deus por me permitir chegar até aqui.

REFERÊNCIAS

- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALDE, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Curso de direito civil:** responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 3 v.
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional.** 38^a ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** contratos e atos unilaterais. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. 3 v.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil:** parte geral. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 660 p.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO DOS ANIMAIS

Adeuvaldo Dias Da Silva Júnior; Orientador: Silmar Lopes.

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema responsabilidade civil do estado no direito dos animais. Enfatiza alguns aspectos de grande relevância à sociedade, como o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, desenvolvimento sustentável do estado, assim como a responsabilidade do estado em decorrência da não aplicação do poder de polícia como instrumento garantidor de tais preceitos fundamentais e as consequências causadas por sua omissão. O método científico a ser utilizado é o método dialético, que permite opinar fundamentadamente sobre o assunto proposto.

Palavras-chave: responsabilidade do estado. Direito dos animais. Desenvolvimento sustentável. Poder de polícia.

INTRODUÇÃO

O Brasil, estado democrático de direito, teve como inspiração duas linhas de pensamento, do pensador Rousseau, que falava que todos os homens são iguais e livres, por isso ninguém deveria ser comandado, mas que, para se ter uma boa vida social, seria necessário, que cada um cedesse uma parte da sua liberdade. Em decorrência desse pensamento, surgiu a teoria da soberania popular. Já o pensador Montesquieu, falava que todo aquele que possui o poder, tende a abusar, e, para que este abuso não exista, seriam necessários limites. Foi onde surgiu a ideia da tripartição dos poderes, para um poder controlar o outro, desse modo não haveria excessos nem abuso de poder (MELLO, 2011, p. 49). Juntando essas duas linhas de pensamento chegaram à ideia do estado democrático de direito, em que todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes. E esta teoria foi adotada no preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

Neste contexto, se vivemos em um estado que todo poder emana do povo, levando em conta que este mesmo estado é regido por princípios basilares limitadores do seu poder, o estado, ao agir, deverá agir em consonância com estes princípios, os princípios centrais que norteiam o direito administrativo, chamado de supraprincípios, que são dois: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público pela administração. Como se vê, o interesse público está em primeiro plano dentre os interesses da administração do estado, de acordo com os princípios basilares do direito administrativo (MELLO, 2009, p.69).

Na pesquisa em questão, será abordado um problema que afeta o interesse de toda "sociedade brasileira, a falta de cuidado com o meio ambiente e a responsabilização civil do estado por danos causados em decorrência de omissão normativa, fiscalizatória, bem como sancionatória e preventiva.

Sendo assim, irei falar mais especificamente da responsabilização civil do estado no direito dos animais. Serão consideradas algumas hipóteses de responsabilização do estado, apresentando normas sobre o tema, indagando a respeito do dever de fiscalizar, e a responsabilização do estado em decorrência de omissão.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a responsabilidade civil do estado no direito dos animais.

METODOLOGIA

O método científico acolhido para desenvolver o presente trabalho de conclusão de curso se chama método dialético, que consiste em argumentar fundamentadamente uma opinião. Basicamente, a estrutura do método dialético compõe-se de três momentos de acordo com a dialética hegeliana, que são: 1) tese - que é uma pretensão de verdade; 2) antítese - que é a tese negativa; 3) síntese - que é o resultado do confronto da tese com a antítese, onde surge uma nova tese.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Demonstrar qual é a participação do estado, em decorrência da não aplicação de ações que buscam satisfazer o direito difuso, no caso, o meio ambiente.

CONCLUSÕES

Evidentemente, não constitui como objetivo encerrar o tema proposto. Pretende-se, antes de tudo, contribuir no esclarecimento do tema e provocar as pessoas para que se indaguem a respeito da relevância destas questões jurídicas e possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos que busquem ir ao encontro de novas soluções que nos satisfaçam como cidadão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS por tudo que faz por mim e ainda vai fazer, aos meus pais, que me deram todo apoio possível durante a minha vida e aos professores que fizeram parte da minha formação.

REFERÊNCIAS

- FINK, Daniel Roberto; ALONSO JÚNIOR, Hamilton; DAWALIBI, Marcelo. **Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de direito administrativo.** 28. ed. São Paulo : Malheiros, 2011.

IMPUTAÇÃO PENAL-ADMINISTRATIVA OBJETIVA NA RESPONSABILIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA QUE REALIZA BOAS PRÁTICAS DE *COMPLIANCE*

Débora Juliana de Oliveira Freitas; Orientador: Edson José Souza Júnior.

RESUMO

O presente projeto de pesquisa tem o objetivo de fazer uma análise do marco regulatório pertinente à responsabilização das pessoas jurídicas que realizam boas práticas de *compliance*. O fio condutor do trabalho será arregimentado a partir das práticas de *compliance* e suas consequências quanto à responsabilização objetiva da pessoa jurídica. Por se tratar de um assunto extremamente novo, pretende-se perfilar os possíveis entendimentos sobre a matéria, a despeito da ausência de uma jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: Marco regulatório. Responsabilidade penal-administrativa. Compliance. Boas práticas. Parceria pública privada. Concessão administrativa.

INTRODUÇÃO

A partir da análise do novo marco regulatório alusivo à responsabilização da pessoa jurídica surgem vários questionamentos que devem ser respondidos, visto que a aprovação e publicação da Lei n. 12.846 de 1º de agosto de 2013 (também conhecida por “Lei Anticorrupção”) ocorreu diante da pressão social por uma norma que promovesse a concretização do princípio constitucional da moralidade, de forma que se punam também as práticas ímporas constantemente realizadas pelas pessoas jurídicas (HEINEN, 2015, P.23). Da publicação da lei até a sua regulamentação decorreram quase dois anos de discussão, cumulando na publicação do Decreto 8.420 de 18 de março de 2015.

Tem-se que a corrupção é um problema endêmico no país e que deve ser entendido a partir de uma análise histórica e sociológica verticalizada. Por outro lado, as boas práticas de governança e *compliance* devem garantir um papel de centralidade num estudo que se pretenda ser sério e amplo, já que, a partir do momento em que a pessoa jurídica investe na estruturação e melhorias desse setor, há a promoção de um combate efetivo contra a corrupção e, ainda por cima, obterá o benefício de possuir uma atenuante a seu dispor.

METODOLOGIA

O método utilizado é o dedutivo, por meio do qual o fenômeno é investigado a começar de princípios universais (MENDONÇA; ROCHA; NUNES, 2008, p. 43) chegando-se, consequentemente, à conjuntura particular.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionamento girará em torno de responder quais as contribuições que são oferecidas pela Lei n. 12.846/2013 e sua regulamentação por meio do Decreto 8.420/2015 quanto à responsabilização da pessoa jurídica, bem como quais os óbices para efetivá-la, e ainda busca-se responder quais são as interações possíveis entre as boas práticas de governança e *compliance* em relação aos atos de corrupção e impunidade.

CONCLUSÕES

O trabalho visa, portanto, a divulgação, de forma segura, de informações sobre a “Lei Anticorrupção”, servindo como bom referencial para que as organizações (pessoas jurídicas) possam seguir, evitando indevidas responsabilizações, bem como servirá de parâmetro de atuação dos mais variados órgãos de controle (Poder Judiciário, Ministério Público, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União).

AGRADECIMENTOS

A Deus,
A minha família pelo apoio.
A todos os professores e colegas de graduação.

REFERÊNCIAS

- DEMATTÉ, Flávio Rezende. **Responsabilização da pessoa jurídica por corrupção:** a Lei 12.846/2013 segundo o direito de intervenção. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- DINIZ, Eduardo Saad; SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Compliance, direito penal e lei anticorrupção. São Paulo: Saraiva, 2015.
- HEINEN, Juliano. **Comentários à lei anticorrupção:** lei 12.846/2013. Belo Horizonte: Fórum, 2015.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Eliane Prudente. **Trabalho acadêmico:** planejamento, execução e avaliação. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.
- PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito administrativo.** 26^a ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

Thais Cavalcanti Martins, Orientador: Edson José de Souza Júnior

RESUMO

A terceirização é um instituto utilizado pelo Estado na tentativa de empregar de maneira mais eficiente os recursos financeiros advindos de seus cofres públicos. Nesse sentido, o presente trabalho tem por finalidade discutir a Responsabilidade Civil do Estado em casos de terceirização. Para tanto, analisar-se-ão espécies de responsabilidade, quais sejam, civil, penal, administrativa, ética e, por ato de improbidade e suas espécies, as teorias derivadas dessa responsabilização, bem como a súmula 331 do TST e o artigo 71 da Lei nº 8.666/93, o qual foi declarado constitucional pela

Ação Direta de Constitucionalidade nº 16. Delimitar-se-á o instituto da terceirização, possibilitando, assim, discutir-se acerca do papel da Administração Pública em contratos terceirizados. Destacar- -se-ão principais teses defensivas utilizadas pela Administração Pública nas demandas judiciais decorrentes da terceirização. Sendo assim, o método utilizado será o dedutivo, utilizando-se, de consequência, referências bibliográficas. Ademais, o tema em questão possui imensa relevância jurídica, tendo em vista o aumento significativo de demandas

perante a Justiça do Trabalho em desfavor do Estado em decorrência do instituto susencionado.

Palavras-chave: Terceirização. Administração Pública. Responsabilidade Civil.

INTRODUÇÃO

O trabalho em comento tem por tema **A Terceirização na Administração Pública: Responsabilidade Civil do Estado**. O tema tem imensa relevância para o mundo jurídico, eis que o instituto da terceirização vem sendo frequentemente utilizado pelo Poder Público. Contudo, não há no ordenamento jurídico normas concretas regularizando essa forma de contratação, por isso o assunto é bastante discutido pela doutrina e pelos tribunais do trabalho.

Daí, a importância e a relevância do tema, porquanto não é raro que empregados de empresas terceirizadas ajuízem reclamatórias trabalhistas em face do empregador e da entidade da Administração Pública. Assim, no tocante aos encargos trabalhistas, embora a letra da lei seja no sentido de não se admitir a responsabilização (Art. 71, § 1º, da Lei n. 8.666/93), tem-se que o Tribunal Superior do Trabalho regulou a situação pela Súmula 331, que hoje deve ser lida a partir dos temperamentos da ADC 16/DF.

METODOLOGIA

O método de abordagem será o dedutivo, vez que a pesquisa em comento se iniciará pela análise de uma premissa geral, qual seja a terceirização na Administração Pública, e de uma premissa menor, a responsabilidade civil do Estado em casos de terceirização, para, então, por meio de uma sequência de raciocínios extraídos das técnicas de pesquisas, chegar-se ao objetivo almejado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de a Ação Direta de Constitucionalidade nº 16/DF ter declarado a constitucionalidade do art. 71, §1º da Lei 8.666/93 o qual não admite responsabilização da Administração Pública em casos de terceirização, o Tribunal Superior do Trabalho regulamentou a possibilidade de o ente público responder de forma subsidiária pelos encargos trabalhistas desde que não haja a devida fiscalização por parte do Estado (*culpa in vigilando*), estando tal situação prevista na Súmula 331 do TST.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que a terceirização vem garantindo seu espaço na Administração Pública, onde a prática é utilizada como forma de reduzir custos e concentrar a máquina estatal na sua atividade-fim, com objetivo de se atingir a sua finalidade maior que é a satisfação do interesse público.

Contudo, a responsabilidade da Administração Pública pelos encargos trabalhistas nos contratos de terceirização teve uma nova interpretação em vista do julgamento da ADC n. 16, Restou demonstrado que a responsabilidade pelos encargos trabalhistas é do contratado e não se transfere à administração pública, conforme afirma o art. 71, §1º da Lei nº 8666/93, declarado constitucional, mas só fixados a responsabilidade no caso de culpa na gestão contratual.

O Supremo Tribunal Federal, ao proceder ao julgamento da ADC n. 16, deixou claro X que o TST deve efetuar uma análise de cada caso, não devendo aplicar a responsabilidade subsidiária

de forma generalizada, mas somente em caso de demonstração de falta de zelo por parte da Administração Pública em fiscalizar as respectivas obrigações contratuais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores pelo conhecimento compartilhado, mas principalmente ao meu Orientador pela paciência, dedicação, ajuda e conhecimento compartilhado.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26. ed. rev. ampl. e atual, até 31-12-2012. São Paulo: Atlas, 2013. p. 207-208, 212, 550-552, 547-587 e 786-776.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 11. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014. p. 282-330.

RECURSO OPONÍVEL EM FACE DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NA SISTEMÁTICA DO NOVO ORDENAMENTO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO

Danillo Alves Ferreira; Orientador: João Miguel Neto.

RESUMO

Trata-se do recurso de agravo de instrumento, medida adequada para combater decisões interlocutórias no processo civil (NEVES, 2015, p.763). A escolha dessa temática se deu em virtude da Lei 13.105/2015 que criou novas regras para lidar com o processo. O objetivo é esclarecer sobre as mudanças operadas no agravo de instrumento com o advento da nova Lei, com método de comparação entre o revogado código de processo civil e o que está atualmente em vigor. Averiguar, também, se a inclusão de um rol taxativo para a interposição do recurso em comento será vantajoso para o melhor andamento processual.

Palavras-chave: Processo Civil; Recursos; Agravo de Instrumento.

INTRODUÇÃO

Estudo do recurso de agravo de instrumento no novo código processo civil, comparando-o com o revogado código da década de setenta. A Lei 13.1015/2015 responsável pela criação do código de processo civil em vigor, de certa forma, repetiu uma regra do antigo Código de 1939, qual seja, elencou um rol taxativo de hipóteses que ensejam o uso do agravo de instrumento.

Sem sombra de dúvidas, a prematura Lei que já está em vigência causará impactos em toda a esfera procedural da seara civil. No que toca a essas mudanças, o sistema recursal também fora atingido, principalmente o agravo de instrumento, vez que foram definidas novas oportunidades para o litigante valer-se dessa medida processual. Assim, importante será esmiuçar-se sobre essa realidade, pois estará a quebrar costumes que há anos assolam o judiciário e, principalmente, a classe da advocacia.

Portanto, busca analisar se com a nova Lei de processo civil o processo se tornará mais célere, sem atingir o consagrado princípio da ampla defesa, já que fora criado um rol taxativo para o cabimento do agravo de instrumento.

METODOLOGIA

Os métodos utilizados são o comparativo e o dedutivo. O dedutivo é para buscar pontos positivos para o ordenamento jurídico com a chegada do novo código de processo civil. Já o comparativo é indispensável, haja vista que a Lei 13.1015/ 2015 que criou novas normas para lidar com o processo civil entrou em vigor no atual ano, o que é necessário remeter a pesquisa para o revogado código, de modo a fazer uma análise conjunta do agravo de instrumento, tanto na Lei antiga como na nova.

As fontes de consultas foram das mais diversas, girando em torno de livros, leis secas, entendimentos doutrinários e vários artigos de renomados autores processualistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao que pese a legislação buscar uma limitação para a interposição do recurso de agravo de instrumento, ao elencar literalmente as possibilidades que a parte poderá usá-lo, a doutrina e jurisprudência, provavelmente, vão traçar parâmetros para se realizar uma interpretação extensiva (DONIZETTI, 2016, p. 976). Em matérias de relevante urgência, mesmo não havendo previsão legal para o manejo do agravo, a parte não restará prejudicada, com base nas observações a serem feitas pelo Tribunal, variando de um caso para outro.

Assim, não será aviltada a ampla defesa das partes em interpor o recurso, quando tratar de males, que não enfrentados imediatamente, causarão grandes problemas futuros (MONTENEGRO FILHO, 2016, p. 589).

CONCLUSÕES

Os princípios da celeridade e economia processual almejados pelo legislador hodierno na Lei 13.105/2015 não vão fazer com que o processo se desenvolva de forma desorganizada. Apesar da existência de um rol taxativo de hipóteses do agravo de instrumento, com base na doutrina e jurisprudência, restará possível o litigante socorrer-se desse recurso além das chances previstas em Lei, desde que não destoe das intenções dos responsáveis pela criação do novo código de processo civil.

Portanto, sempre que necessário, existirá um bom senso dos magistrados no momento de conhecer do agravo de instrumento, ao mensurar, na prática, a conveniência ou não do recurso.

REFERÊNCIAS

- DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil.** 19. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil.** 12. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

INCONSTITUCIONALIDADE DA APREENSAO DE VEÍCULOS PELA FALTA DE PAGAMENTO DE IMPOSTO

Isaias Saraiva dos Sontos; Orientador: Aurélio Freitas.

RESUMO

O trabalho apresenta a indagação sobre a constitucionalidade ou não da apreensão de carros em virtude da falta de recolhimento de imposto. Será analisada a evolução histórica dos tributos, o imposto sobre a propriedade de veículo automotor (IPVA) e a afronta aos princípios constitucionais aplicáveis ao tema. O método utilizado será o hipotético-dedutivo. Discute-se a compatibilidade da apreensão de veículos por falta de recolhimentos de imposto, com a norma constitucional e princípios aplicáveis.

Palavras-chave: Constitucional. Tributário.

INTRODUÇÃO

No dia a dia, não muito raro, é visto o Poder Executivo, no exercício de seu poder de polícia, fiscalizando estabelecimentos comerciais, o tráfego de bens de consumo, bem como bens imóveis e móveis de particulares, se estão atendendo às normas a eles impostas.

Muito embora o ato de fiscalizar seja legal, a execução deste pode resultar em atos que vão de frente ao ordenamento jurídico, e que podem ser contestados, pela forma que são realizados.

Aos bens móveis, em particular os veículos, a atuação das fiscalizações é voltada para verificação se houve ou não o recolhimento do respectivo tributo, dentre outras. Tal fiscalização do tributo, compreendesse na apresentação do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

Na constatação de que o CRLV apresentado não é do exercício fiscal correspondente ao ano em que é fiscalizado, ou seja, ele foi emitido no exercício anterior, e não houve o adimplemento do tributo, correrá a aplicação de uma sanção ao proprietário do veículo.

Esta sanção será realizada pelo agente incumbido da fiscalização. Ao verificar o inadimplemento do tributo, efetua a aplicação de multa e apreensão do veículo. Entretanto, esta medida é realizada sem uma ordem Judicial para tanto.

Ante esta questão apresentada, pretende-se com esta pesquisa, levantar a indagação se o ato praticado pelo agente, em apreender o veículo automotor, está em harmonia com a norma constitucional.

METODOLOGIA

O método a ser utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa será o hipotético-dedutivo, no qual, a partir de uma exposição de uma premissa, será explorada a busca para suprir a lacuna do conhecimento testando-se às hipóteses apresentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda em fase de elaboração, esta pesquisa pretende aferir a compatibilidade da X apreensão de carros por falta de pagamento de imposto pelo proprietário, e não apresentando resultados conclusivos.

CONCLUSÕES

Ainda em fase de elaboração, esta pesquisa apura a inconstitucionalidade da sanção política de apreender carros para forçar o proprietário ao pagamento de imposto.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Fernanda Monteleone. A Evolução das obrigações tributárias nas constituições brasileiras e os reflexos no atual regime tributário de energia elétrica. 2012. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2012. Disponível em: <http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/243/Monografia_Fernanda_MonteleoneBarros.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 maio 2016.
- BARTINE, Caio. Direito tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5>>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- COSTA, Regina Flelena. Curso de direito tributário: Constituição e código tributário nacional. São Paulo: Saraiva, 2009.
- EZEQUIEL, Mareio. Receita Federal: História da administração tributária no Brasil. 2014. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/899379-Receita-Federal-Historia-da-Administracao-Tributaria-no-Brasil/>>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. 1996. Disponível em: <<http://limendi.com.br/novo/wp-content/uploads/2015/10/historiadobrasil.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo tributário. São Paulo: Atlas, 2015.
- MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- MAMEDE, Gladston. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002.
- MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica: para o curso de direito. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- OLIVEIRA, Erival da Silva. Direito constitucional. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.faatensino.com.br/wp-content/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

DIREITOS FUNDAMENTAIS E ASSÉDIO AO TRABALHADOR

Paula Rayana Elias de Souza; Orientador: Aurélio Marcos Freitas.

RESUMO

O presente trabalho tem por assunto o estudo do assédio moral como instrumento violador dos direitos e das garantias individuais. Inicialmente, foi feito um estudo a respeito do conteúdo e da forma dos direitos das garantias individuais, contemplando, ainda sua origem e evolução histórica. Tendo em vista que o trabalho figura no Texto Magno como direito social, também foi dedicado capítulo específico para delimitar seu conteúdo e seu alcance à luz da Constituição Federal de 1988. Em seguida, foram lançadas linhas conceituais básicas para a compreensão do assunto sob a ótica trabalhista, oportunidade em que foram trazidos o conceito de direito do trabalho, estudados os princípios e enumeradas características da relação de emprego. O

conceito de emprego também tratado, além do estudo dos requisitos da relação de emprego de maneira pormenorizada. O contrato de trabalho possui tópico específico, em que enumera sua forma e conteúdo, além de outros assuntos correlatos. Ao fim, o assédio sexual e moral foi definido e analisado, buscando-se saber quais as consequências da prática para a saúde do empregado e a influência num panorama geral.

Palavras-chave: direito do trabalho. Direitos fundamentais. Assédio moral. Assédio sexual.

INTRODUÇÃO

O trabalho em pauta tem como tema: **Direitos Fundamentais e Assédio ao trabalhador**. Como se terá a oportunidade de destacar ao longo do presente trabalho, os direitos dos trabalhadores ingressam no texto constitucional brasileiro no título II, nomeado “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, em especial no artigo 7º da Constituição.

O presente trabalho tem por objetivo o estudo das condições degradantes, especialmente as geradas pelas diversas formas de assédio, sofridas pelo trabalhador em seu ambiente de trabalho à luz das disposições constitucionais relativas aos direitos humanos.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata de uma pesquisa que traz como premissa principal os Direitos Fundamentais em relação aos trabalhadores, de modo a mostrar, de forma fundamentada por autores renomados e experientes no assunto, o assédio por eles sofrido como rompimento dos Direitos Fundamentais.

A pesquisa foi desenvolvida pelo método dedutivo, de modo à caracterizar, de forma geral, a classe dos trabalhadores e seus direitos fazendo um parâmetro com os Direitos Fundamentais, preocupando-se em estabelecer uma relação entre os assédios por eles sofridos e a quebra de seus direitos como trabalhadores e como seres humanos.

Ainda, foram utilizados textos da nossa Constituição Federal e normas referentes ao assunto tratado, na forma da lei.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É necessário o desenvolvimento de ferramentas capazes de, inicialmente, promover a educação de empregadores e prepostos, muito embora acreditemos que a não realização da prática do assédio constitui mandamento explicitado pelas normas do bom senso, cuja orientação deveria ser desnecessária. Torna-se relevante, ainda, a existência de formas seguras de denúncia capaz de atrair responsabilização para o assediador.

CONCLUSÕES

A par de todo o exposto, é de se concluir que o assédio, seja moral ou sexual, tem sua causa, ou melhor, tem como principal instrumento de realização, a posição de sujeição da vítima assediada em relação ao assediador. Na maioria dos casos, haverá na caracterização, relação de subordinação entre o empregado e aquele que pratica o assédio.

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores, por todos os ensinamentos e puxões de orelha, pois, sem eles, certamente não teria conseguido superar todas as dificuldades e não estaria aqui hoje.

REFERÊNCIAS

- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 18^a Edição. São Paulo : Editora Malheiros, 2006.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho* .3^ª edição. São Paulo: LTr, 2004.

APADRINHAMENTO AFETIVO COMO ALTERNATIVA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM CHANCES REMOTAS DE ADOÇÃO

Stefanny Lemes de Moura; Orientadora: Maria Izabel de Melo Oliveira dos Santos.

RESUMO

O trabalho tratará em especial acerca do apadrinhamento afetivo, abordando seus aspectos positivos e negativos como possibilidade aos afilhados de vivenciar o afeto e cuidados fora do espaço institucional. Crianças e adolescentes que têm os seus direitos fundamentais feridos e violados podem ser abrigados em instituições como forma de medida provisória. A adoção é uma medida excepcional possibilitada apenas quando esgotados todos os recursos de manutenção na família biológica. Por vez, há de se observar que as burocracias e dificuldades jurídicas e socioculturais acabam por dificultar a concessão da adoção dessas crianças e adolescentes tornando o processo moroso e a permanência delas por mais tempo nas instituições de abrigo. Utiliza-se o método da investigação estatística, quantitativa e qualitativa.

Palavras-chave: Adoção. Adolescente. Afeto. Apadrinhamento.

INTRODUÇÃO

Um problema notável nas instituições de acolhimento é o grande número de crianças e adolescentes que não podem ser reintegrados à família natural e que não fazem parte do perfil solicitado pelos pais adotivos. Desta forma, ficam reclusas em abrigos até completarem 18 anos de idade. O trabalho busca analisar o programa de apadrinhamento, em especial o apadrinhamento afetivo, como alternativa para crianças e adolescentes com poucas chances de serem adotados, abordando tanto os aspectos positivos quanto negativos.

METODOLOGIA

Utiliza-se o método da investigação estatística, quantitativa e qualitativa que, segundo Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos, nos permite por meio dos processos estatísticos obter, de conjuntos complexos, representações simples, possibilitando, assim, as verificações simplificadas das relações existentes entre eles, permitindo-nos comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evidentemente, não constitui objetivo deste autor o exaurimento do tema. Pretende-se, antes, contribuir para esta relevante questão jurídica e possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos que se prestem a encaminhar solução satisfatória, o que parece não estar tão longe de ser alcançado, tendo em vista que vários órgãos, mesmo do Poder Judiciário, têm desenvolvido programas de incentivo ao apadrinhamento, como, por exemplo, o Projeto Anjo da Guarda do TJGO.

CONCLUSÕES

O presente estudo teve por objetivo abordar o apadrinhamento afetivo como alternativa a convivência comunitária para crianças e adolescentes com poucas chances de serem adotadas de fato por não estarem enquadrados nas preferências dos casais e pessoas inscritas no CNA. Ao passar do tempo, o instituto da adoção sofreu várias alterações em razão das leis que acompanham o tempo e espaço em que vivemos. As normas contidas na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na lei que regula a adoção (LEI N° 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009) consagraram princípios que regulam as relações que envolvem esses menores, como o da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente. Com o desenvolvimento do primeiro capítulo, que aborda os aspectos processuais, o cadastro e as formas de adoção, é notável que o procedimento apresenta algumas dificuldades e burocratizações, o que contribui para a demora nos processos de adoção e a permanência de crianças e adolescentes por mais tempo em abrigos fora do convívio comunitário.

AGRADECIMENTOS

Que toda honra e toda glória seja dada a Deus. Agradeço também aos meus avós, pais, esposo, irmão, professores e coordenadores.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>> . Acesso em 01 abr. 2016.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. rev., atual, e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: Família**. 7. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2015.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

(IN) EFETIVIDADE DOS PROCESSOS DE NATUREZA ALIMENTÍCIA DERIVADOS DO PODER FAMILIAR.

Caroline Alves Ribeiro; *Orientador: João Felipe da Silva Neto.*

RESUMO

O trabalho versa acerca da inefetividade dos processos de natureza alimentícia derivados do poder familiar, por meio da análise dos direitos de natureza alimentícia derivados do poder

familiar e da instrumentalidade processual dos litígios com ênfase na fase executória, bem como a morosidade no alcance da tutela através do devido processo legal no antigo Código de Processo Civil de 1973, com base em revisões bibliográficas e adotando o método dedutivo. São, ainda, abordadas as alterações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil de 2015, e suas implicações diretas à efetividade e celeridade processual, aliando aos princípios constitucionais resguardados aos menores.

Palavras-chave: Alimentos. Código de Processo Civil 2015. Execução de alimentos.

INTRODUÇÃO

Segundo Rolf Flanssen Madaleno (2015), o direito alimentar é direito prioritário, essencialmente ligado à vida, sem qualquer espaço para divagações probatórias. O demasiado tempo do processo, assim como inconvenientes atrasos provocados pelo uso excessivo de atalhos e de contraditórias defesas, acaba conspirando contra a efetividade jurídica, comprometendo direitos essenciais e imprescindíveis para a subsistência dos alimentandos. Destarte, em nada contribui para a credibilidade e confiança no direito e na justiça.

A garantia constitucional processual e os fundamentos do Direito sofrem intensa deficiência. Por observação dos efeitos do mundo contemporâneo, que exige a aceleração de certas decisões que busquem se adaptar aos parâmetros modernos, a sociedade necessita ter um processo racional, concreto, efetivo e célere, principalmente no que trata de direitos relacionados à subsistência de menores.

Historicamente, este direito não tem sido efetivamente protegido, sendo nosso compromisso atuar com vigor, audácia e conhecimento no intuito de obter a justiça pelo direito de cada cidadão. Efetividade da tutela jurisdicional nada mais é que a maior proximidade possível entre o resultado do processo e a realização espontânea das regras de direito material. Ineficácia ou inefetividade da tutela jurisdicional representa a denegação dessa mesma tutela, pois não afere ao titular do direito a proteção que se comprometeu o Estado.

A análise feita tem por objetivo verificar a instrumentalidade do processo como alicerce da efetividade dos direitos da criança e do adolescente, bem como avaliar os direitos essenciais garantidos aos filhos menores com fulcro na Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, e versar sobre os caminhos do devido processo legal ensejados no Código Processual Civil de 1973, explanando quanto à sua efetividade ao tratar de direitos intrinsecamente urgentes e, ainda, analisar as alterações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil de 2015 e sua repercussão no Direito de Família quanto à assistência dos direitos essenciais da criança e do adolescente.

METODOLOGIA

Método de procedimento monográfico, abordando estudo doutrinário, jurisprudencial e legislativo, envolvendo análise, avaliação e dados conclusivos mediante dedução.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Código de Processo Civil de 1973 previa os procedimentos que viabilizassem a efetividade das tutelas de natureza alimentícia através de demandas judiciais, que deixaram de atender aos anseios da sociedade, onde o genitor relapso e irresponsável valia-se dos direitos de ampla defesa, de contraditórios e de prazos, para esquivar-se da obrigação imposta, abusando dos direitos.

Em 2015, foi sancionada a Lei n.º 13.105/15, no que tange à expressão legislativa, pode-se afirmar que houve uma melhora significativa com a remoção do processo cautelar, simplificando a aplicação das tutelas provisória, de urgência e evidência, reavaliando o excesso de formalismo que acabava por tornar mais moroso o processo e normas mais rigorosas e objetivas para assegurar a efetividade do direito dos alimentandos.

CONCLUSÕES

As mudanças normativas são claras, e demonstram a possibilidade de o novo Código de Processo Civil de 2015 alcançar objetivos a que propôs, e a meta de entregar com tempo razoável, e eficaz, um direito tão urgente pleiteado na justiça, principalmente aos que envolverem o bem de proteger crianças e adolescentes, que nada podem fazer por si, e esperam, assim, a atitude estatal. E vem, agora, a possibilidade de uma vida mais digna sem angústias processuais. Não se tem aqui a pretensão de esgotar o assunto, tampouco de tomar por conclusivas a pesquisa e considerações. Dada a importância do tema, merece futura continuidade a fim de se analisar o desenvolvimento do atual Código nos casos ^ concretos e na sociedade.

AGRADECIMENTOS

À Professora Me. Caroline Vargas Barbosa, ao Orientador Professor Esp. João Felipe da Silva Neto e à primeira leitora do mesmo, Me. Maria Izabel de Melo Oliveira dos Santos.

REFERÊNCIAS

MADALENO, Rolf Hanssen. **O calvário da execução de alimentos.** Disponível em: <www.rolfmadaleno.com.br/novosite/conteudo.php?id=35>. Acesso em: 11 maio 2015.

A ALTERNATIVA DA MEDIAÇÃO, O TERCEIRO FACILITADOR E A TÉCNICA DE APROXIMAR PARA RESOLVER.

Natiely Vaz Oliveira; Orientador: João Miguel Neto.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar a atuação do mediador de conflitos, visando sua contribuição e eficácia diante da dificuldade encontrada para o alcance da melhor solução entre as partes. Apresenta a legislação referente à mediação. Descreve as técnicas e estratégias da Mediação que podem contribuir para o aumento de eficiência das mediações. Para tanto; será utilizado o método dialético.

Palavras-chave: Mediação; Conflitos; Mediador.

INTRODUÇÃO

Deve-se expor o tema do trabalho relacionando-o com a literatura, além de se apresentar seu contexto histórico. Em seguida, deve-se apresentar a justificativa, ficando a critério do autor um

breve relato a respeito da metodologia utilizada. No último parágrafo da Introdução, deve ser apresentado o objetivo do trabalho.

Os conflitos estão presentes em todas as sociedades e tipos diferentes de ambientes, fazem parte da vida e, para buscar melhorias, torna-se necessário encontrar uma forma mais célere para os envolvidos na tentativa de solucionar os problemas, como por meio da mediação.

Raramente, ao findar uma sentença, as partes estão com seu conflito harmonizado, em especial aqueles com vínculo afetivo, quando as partes acumulam sentimentos negativos como ódio e mágoa (DIAS, 2011, p. 84).

A mediação é um método de solucionar conflitos, tais como, divórcios, brigas, desentendimentos que gerem conflitos entre as partes. Tem o auxílio de um terceiro “mediador” que tem por função ajudar os envolvidos no conflito a se comunicarem melhor e chegarem a um acordo.

Para Cézar-Ferreira (2011, p. 149), mediação é um método que está sendo utilizado em todo o mundo e tem atingido bons resultados. Essa intervenção se dá por meio de um terceiro neutro que busca descomplicar as partes que se opõem. Ainda segundo este autor, a mediação é um processo breve que tem o intuito de focar no conflito, considerando as relações e as emoções das partes envolvidas, visando à mudança nas relações de conflitos.

Um acompanhamento das partes na gerência de seus conflitos, para alcançar uma decisão produtiva, moderada e convincente aos interesses, devendo-se sempre levar em consideração seus sentimentos uma vez que serão colocados frente a frente para buscar a melhor saída (DIAS, 2011, p. 85).

METODOLOGIA

Método dialético, investiga fatos da realidade através de estudo, dispõe os princípios comuns à abordagem dialética. Analisando os princípios de tal método, tudo é visto em frequente mudança, sempre há algo que nasce e progride e algo que se desfaz e altera (MENDONÇA; ROCHA; NUNES, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados esperados com a realização do trabalho são o aprendizado e gosto pela matéria de que se trata, uma vez que é algo no qual me empenha e gostaria de seguir com a pesquisa num futuro próximo.

CONCLUSÕES

Finalidade analisar a atuação do mediador de conflitos, visando à sua contribuição e eficácia diante da dificuldade encontrada para o alcance da melhor solução entre as partes. Apresentar a legislação referente à mediação. Descrever as técnicas e estratégias da Mediação que podem contribuir para o aumento de eficiência das mediações.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, André Gomma. *Manual de Mediação Judicial*. 2. ed. Brasília: PNUD, 2009.
 BRAGA NETO, Adolfo. Mediação de Conflitos: Princípios e norteadores. Revista da Faculdade de Direito UniRitter, Porto Alegre, n. 11, p.29-46, 2010.

- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). *Manual de Mediação Judicial*, 5^a Edição (Brasília/DF: CNJ), 2015.
- CEZAR-FERREIRA, Verônica A. da Mota. Família, separação e mediação. 3. ed. São Paulo: Método, 2011.
- VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. *Mediação de conflitos e práticas restaurativas*. São Paulo: Método, 2008.

A JORNADA DO TRABALHOR DOMÉSTICO NA LEI COMPLEMENTAR 150/2015

Barbara Barbosa Silva, Orientador: Rafael da Cunha Leitão.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a realização de uma análise acerca do trabalho doméstico em relação aos direitos conquistados após a Lei Complementar 150/2015. Faz-se muito necessário a fim de explanar acerca da dificuldade para delimitar e controlar a jornada de trabalho do empregado doméstico após a Lei Complementar 150/2015. A metodologia procedural adotada neste estudo é a monográfica. Por seu turno, o método científico será o dedutivo, e os métodos de procedimento histórico, comparativo e bibliográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Nova regulamentação. Jornada do trabalhador Doméstico.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho explanará acerca da dificuldade para delimitar e controlar a jornada de trabalho do empregado doméstico e os efeitos do controle de jornada no contrato de trabalho após a Lei Complementar 150/2015.

Este é um problema notável e discutível, pois, os empregadores encontrarão dificuldades para delimitar e controlar a jornada de trabalho do empregado doméstico e os efeitos do controle de jornada no contrato de trabalho após a Lei Complementar 150/2015. Portanto, realizar uma análise acerca do trabalho doméstico em relação aos direitos conquistados após a Lei Complementar 150/2015 se faz muito necessário a fim de explanar acerca da dificuldade para delimitar e controlar a jornada de trabalho do empregado doméstico após a Lei Complementar 150/2015.

METODOLOGIA

O método científico será o dedutivo. A temática será desenvolvida tendo por base a pesquisa bibliográfica (livros doutrinários, sites na internet, revistas especializadas). Evidentemente não constitui objetivo desta autora o exaurimento do tema. Pretende-se, antes, contribuir para esta relevante questão jurídica e possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos que se prestem a encaminhar solução satisfatória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evidentemente, não constitui objetivo deste autor o exaurimento do tema. Pretende-se, antes, contribuir para esta relevante questão jurídica e possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos que se prestem a encaminhar solução satisfatória, o que parece não estar tão longe de

ser alcançado, tendo em vista que vários órgãos, mesmo do Poder Judiciário, têm desenvolvido programas de incentivo. O TST e o TRT têm feito com trabalho excepcional no sentido de fazer cumprir a nova Lei, com o objetivo de resguardar os direitos dos trabalhadores domésticos.

CONCLUSÕES

O presente estudo teve por objetivo abordar os efeitos do controle de jornada no contrato de trabalho após a Lei Complementar 150/2015. Este é um problema notável e discutível, pois os empregadores encontrarão dificuldades para delimitar e controlar a jornada de trabalho do empregado doméstico e os efeitos do controle de jornada no contrato de trabalho após a Lei Complementar 150/2015. Os direitos tão esperados por essa classe para aos poucos se equiparem aos outros trabalhadores de forma a alcançarem melhores condições de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Grata a Deus por ter chegado até aqui. Agradeço também aos meus pais, irmãs, orientadores, professores e coordenadores.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei Complementar 150 de 1^a de junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm>; Acesso em: 14 ago 2015.
- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 14. ed. São Paulo: LTr, 2015.
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- SOUZA JÚNIOR, Antônio Umberto de. **O novo direito do trabalho doméstico: De acordo com a Lei Complementar n.150/2015.** São Paulo: Saraiva, 2015.

DESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO

Alef Gomes Costa Oliveira; Orientador: Anderson Brasil.

RESUMO

O presente trabalho aborda o processo de deterioração do indivíduo que se encontra privado de liberdade e tutelado pelo Estado, e a discussão acerca da implementação de “medidas desencarceradoras” como ferramenta eficaz de ressocialização. Aponta os principais problemas que corroboram a ineficácia do sistema carcerário brasileiro no processo de punição e ressocialização do indivíduo privado de liberdade. Discute a funcionalidade da implementação das medidas desencarceradoras como alternativa capaz de diminuir o déficit de vagas penitenciário, sem que isso aumente a violência e impunidade no país. Apresenta modelos já adotados como ferramenta de reinserção social que deram certo, e explanação de possíveis

alterações no ordenamento jurídico, assim como nas políticas públicas, a fim de obter a redução do número de encarcerados, e erradicação da violência e impunidade. Utiliza o método indutivo.

Palavras-chave: Execução Penal. Ressocialização. Responsabilidade Estatal. Medidas Desencarceradoras. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Os índices de reincidência comprovam com maestria que o processo de ressocialização do apenado no Brasil não vem atingindo seu objetivo, e, diante dessa realidade, muito se discute quanto à função das prisões no processo de reinserção social de um indivíduo, assim como se questiona a eficácia de dispositivos alternativos como meios de dirimir a morosidade das decisões, a precariedade das penitenciárias, e o aumento da criminalidade.

O objetivo geral da pesquisa é promover um debate quanto à utilização da prisão como principal mecanismo de punição da execução penal, pontuando por quais motivos ele não consegue alcançar seu propósito de reinserção social dos privados de liberdade.

No primeiro capítulo, expõem-se o surgimento e evolução da pena, desde os povos primitivos, até o surgimento da Lei de Execuções Penais, em 1984. Aborda os principais pontos da reforma do sistema penal, que permitiu a utilização de penas mais humanas, e o fim das penas cruéis e degradantes. Abarca o surgimento da prisão e introduz as principais deficiências encontradas nesse mecanismo punitivo.

No segundo capítulo, são apontados os principais problemas que corroboram a ineficácia do sistema carcerário brasileiro no processo de punição e ressocialização do indivíduo privado de liberdade. Será dado um enfoque ao cenário regional, denotando aspectos gerais dos presídios no Estado de Goiás.

O terceiro capítulo será totalmente focado na exposição de medidas já adotados como ferramenta de reinserção social, como, por exemplo, o programa justiça terapêutica. Para finalizar, serão explanadas possíveis alterações no ordenamento jurídico e nas políticas públicas, a fim de se obter a redução do número de encarcerados, e erradicação da violência e impunidade.

METODOLOGIA

Considerando que, para abordar esse tema (será necessário denotar informações cruciais que servem de base para a construção de um raciocínio que levará a uma conclusão, será utilizado o método indutivo. Porque, através deste método científico, é possível apresentar um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que culminaram na aquisição de conhecimento válido e verdadeiro sobre o assunto de forma que a conclusão erguer-se-á acima de todas as premissas apresentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretende-se promover um debate quanto ao procedimento de execução penal adotado no Brasil, pontuando por quais motivos ele não consegue alcançar seu propósito de reinserção social dos privados de liberdade.

CONCLUSÕES

A relevância desse trabalho pode ser considerada de irrefutável indispensabilidade, pois o sistema carcerário brasileiro costuma ser um tema rotineiramente abordado por estudiosos e especialistas na área do direito penal e da segurança pública. Apesar de tamanha repercussão sobre o assunto, ainda não foi possível diminuir a ineficácia e deficiência do processo punitivo e regenerativo do indivíduo condicionado à privação de liberdade e tutelado pelo Estado.

REFERÊNCIA

BRASIL. Renato Campos Pinto de Vitto. Departamento Penitenciário Nacional (Org.). **Levantamento nacional de informações penitenciárias**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS NO ÂMBITO INTERNACIONAL E NACIONAL

Sarah Martins Cardoso; Orientador: Jean-Marie Lambert.

RESUMO

O presente trabalho abordará o tema do direito internacional dos refugiados, centralizando o aspecto da proteção dos seus direitos no âmbito internacional e nacional. Tal abordagem far-se-á por meio da compreensão da evolução histórica do refúgio e através da análise dos principais tratados e convenções sobre direitos humanos bem como a verificação de sua implementação no direito brasileiro. Buscará, ainda, entender o papel desenvolvido pelos órgãos de proteção aos refugiados, a saber, ACNUR, em nível internacional, e CONARE, em nível nacional. Para tanto, utilizar-se-á, prioritariamente, o método dedutivo como método de pesquisa. De maneira auxiliar, pretende-se fazer uso dos métodos histórico e comparativo.

Palavras-chave: Refugiados; Proteção; Direitos Humanos; ACNUR; CONARE

INTRODUÇÃO

Ante o atual cenário mundial de crescentes fluxos migratórios decorrentes de perseguições religiosas, raciais e políticas, além de motivações econômicas e ambientais, surgem alguns questionamentos: Quem são os refugiados? Todo migrante é refugiado? Quais são seus direitos? Existe diferença entre asilo e refúgio?

O tema dos refugiados, apesar de ter tomado grandes proporções recentemente, não é algo novo. O refúgio existe há muito tempo. Embora o referido instituto tenha origens remotas, a temática do refúgio permanece atual e merece ser objeto de pesquisa acadêmica. O aumento do número de refugiados em várias partes do mundo e os problemas enfrentados por eles nos últimos anos têm sido, frequentemente, matéria de destaque dos noticiários televisivos, assim como das demais mídias. A razão para tal repercussão está não só na quantidade de pessoas que se veem obrigadas a deixar seus países de origem, mas também pela violação dos direitos essenciais que ensejaram seus deslocamentos forçados, além do desrespeito por elas sofrido, em algumas ocasiões, ao chegarem ao local de acolhimento pretendido.

Desse modo, qual tem sido a preocupação da comunidade internacional em relação aos refugiados? Quais são os tratados ou convenções que tratam do assunto? Como funciona o sistema de proteção internacional dos refugiados? Quais os órgãos internacionais responsáveis por garantir que eles recebam tratamento humanitário?

Pode-se perguntar, ainda, de que maneira o Direito Brasileiro tem tratado os imigrantes em situação de refúgio, se há legislação específica, se a Constituição Federal incorpora os tratados

de direitos humanos ou quais órgãos ou entidades têm atuado a fim de proteger os direitos dos refugiados no Brasil.

Diante dessas dúvidas, o presente trabalho teve como enfoque a proteção dos direitos dos refugiados assegurada por meio de documentos e tratados de direitos humanos, bem como convenções internacionais e leis brasileiras relativas aos refugiados; além de verificar o papel de órgãos internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), e nacionais como o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), na certificação de que tais direitos sejam conferidos às pessoas em situação de refúgio.

METODOLOGIA

Foi adotado o método dedutivo para a realização da pesquisa na análise dos instrumentos de proteção internacional dos direitos humanos a fim de empreender a proteção dada aos refugiados tanto internacionalmente, como no Brasil.

Também foram usados, de maneira auxiliar, os métodos histórico e comparativo, com o objetivo de compreender a origem e a função do instituto do refúgio, bem como explicar as semelhanças e distinções entre ele e o asilo.

CONCLUSÕES

A pesquisa ainda está em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Manual de procedimentos e critérios para determinação da condição de refugiado.

Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/Manual_de_procedimentos_e_critérios_para_a_determinacao_da_condição_de_refugiado>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo. Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Protegendo_Refugiados_no_Brasil_e_no_Mundo_2016>. Acesso em: 30 mar. 2016.

A NECESSÁRIA APREENSÃO CONCEITUAL DAS DENOMINADAS POLÍTICAS PÚBLICAS, COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DECISÕES GOVERNAMENTAIS

Alano Franco Bastos; Orientador: Alano Franco Bastos.

RESUMO:

Ultimamente, a locução “política pública” vem sendo utilizada de forma habitual pelos mais diversos setores da sociedade; seu emprego, porém tem ocorrido sem nenhum rigor científico, mais no sentido de ser qualquer ação do governo cujo destinatário é o público, entendimento esse incorreto, porquanto o termo “política” já traz ínsito em si, sopesando sua etimologia helénica, a destinação pública da atividade governamental. Logo, a tal “política pública”,

empregada coloquialmente, representa uma tautologia. Por sua vez, a assimilação escorreita do vocábulo “política pública”, inobstante certas divergências, possibilita inferir que se trata de um processo de tomada de decisões, o qual, forçosamente, deve contar com uma maior participação popular na condução da atividade estatal, participação essa que configura verdadeiro Direito Fundamental do cidadão, máxime numa sociedade que se diz democrática. Assim, justifica-se o estudo do tema em foco por relação para com os anseios democráticos. Os objetivos deste trabalho se pautam pela análise dos conceitos ofertados ao termo “política pública” tanto pela literatura estrangeira quanto nacional. Como método científico, recorre-se à pesquisa bibliográfica. E, por fim, almeja-se contribuir, para além da mera questão léxica, para a difusão da relação existente entre o conhecimento etimológico do termo política pública e participação popular.

Palavras-chave: política pública; participação popular; direitos fundamentais.

INTRODUÇÃO

Paul Sabatier, em *Political Science and Public Policy*, afirma que Daniel Lerner e Harold Lasswell seriam os primeiros estudiosos do tema que hoje designamos por Políticas Públicas. Lasswell, em obra datada de 1936, sob o título: Quem ganha o quê, por quê e que diferença faz, e Lerner, em coautoria com Lasswell, no artigo *The Policy Orientation*.

In: The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method, escrito em 1951.

Com o tempo, e depois de muitos estudos desenvolvidos por norte-americanos e europeus, o assunto em foco obteve o devido reconhecimento, a ponto de a academia torná-lo disciplina curricular obrigatória em cursos do Ensino Superior, como se vê na Sociologia e nas Ciências Políticas, integrando, também, programas de pós-graduação *lato sensu* e *strictu sensu*.

Já no caso do Brasil, não é possível estabelecer um marco para início do debate do tema atinente às políticas públicas; contudo, segundo TREVISAN e VAN BELLEN (2008), teria sido nos idos dos anos 1980 que o seu estudo foi intensificado, haja vista a transição democrática ocorrida naquela época e cujos fatores ele identificou como sendo: a) o 'deslocamento na agenda pública; b) a necessidade de manutenção, mesmo antes do fim do período ditatorial, das políticas sociais até então existentes e c) a "difusão internacional da ideia de reforma do Estado e do aparelho de Estado".

Como visto, ainda que em breves linhas, a importância do estudo da expressão em questão, políticas públicas, encontra justificativa na sua profunda relação com os anseios de uma sociedade livre, justa e democrática, compondo verdadeiro Direito Fundamental do cidadão.

METODOLOGIA

O método utilizado para a elaboração do presente trabalho consistiu na revisão bibliográfica das obras publicadas sobre o assunto em commento, disponíveis em meio digital e físico, e cuja finalidade foi ofertar suporte aos conceitos básicos atinentes à pesquisa realizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos nos materiais de pesquisa possibilitaram comprovar a relação do assunto *sub examine* com a promoção da democracia, ou seja, que a compreensão conceitual do que é verdadeiramente uma política pública possilita seja inserida a comunidade no processo de tomada de decisões.

CONCLUSÕES

Compreendido, pois, o conceito do que vem a ser uma política pública, conclui-se que todos os atores envolvidos, tanto poder público quanto a sociedade, poderão identificar a melhor forma de contribuírem para o desenvolvimento social

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Mestrado Profissional das Faculdades Alves Faria - ALFA, e à Coordenação do Curso de Direito das Faculdades Alves Faria - ALFA.

REFERÊNCIAS

- LASWELL. Harold. *Quem Ganha o Quê, Quando e Como?* Brasília: Ed. UNB, 1984.
- SABATIER, Paul. "Political Science and Public Policy". In THEODOULOU, Stella e CAHN, Matthew. *Public Policy: the essential readings*. Prentice House, 1995.

METRÔ DE GOIÂNIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Erica Dantas Tavares; Orientadora: Luciana Ramos Jordão.

RESUMO

O trabalho discute a construção do Metrô de Goiânia e o Desenvolvimento Sustentável. Analisa o projeto de implantação da capital e o desenvolvimento do transporte coletivo no município e os conceitos de desenvolvimento sustentável, bem como o papel do poder público na consecução do meio ambiente qualificado. Discute os projetos de implantação de metrô e de VLT em Goiânia. Avalia as razões pelas quais não foi implantado o metrô no município de Goiânia e discute se o VLT será suficiente para suprir a demanda por transporte. Utiliza o método dialético com estudo de caso e pesquisa de campos.

Palavras-chave: Metrô. Sustentabilidade. Impactos. Direito ambiental. Goiânia.

INTRODUÇÃO

O trabalho terá como estudo a cidade de Goiânia, capital, que foi planejada para 50 mil habitantes, que, no entanto com o seu desenvolvimento, hoje, conta com mais de 1,3 milhões de habitantes, que residem na capital e em seu contorno.

Analisam-se a falta de transportes coletivos suficientes e vias de acesso, e a não instalação de metrôs, se há projetos de investimento nessa área.

METODOLOGIA

Para abordar-se sobre esse tema será utilizado o método Dialético com o estudo de caso e a pesquisa de campo. O método dialético será usado para se expor e explorar as ideias referentes ao tema em discussão, por se tratar de um método que investiga os fatos reais por meio de ações

recíprocas, tendo a contrariedade ao conhecimento sem mudanças, buscando utilizar-se do princípio de transformação.

O estudo de caso e a pesquisa de campo são de importância, por ser necessário verificar como e se há algum projeto na área de discussão do trabalho, sendo necessário obterem-se documentos e informações concretas para que o trabalho seja fundamentado sobre dados existentes em Goiânia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho ainda se encontra em discussão, serão analisados os projetos dos quais Goiânia dispõe para o transporte público.

CONCLUSÕES

Ainda há a discussão da conclusão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças para não desistir de meu futuro. Aos meus pais, Egilda e Brasilino, por me apoiarem na minha escolha e nunca terem me desamparado na longa jornada da Faculdade. À minha professora Orientadora, Luciana Jordão, por ter tido paciência em minhas dificuldades, ter me orientado de forma esplêndida e pela pessoa amorosa e inteligente que é.

REFERÊNCIAS

- BELLORIO, Grazielli Bruno. **Adensamento e verticalização em Goiânia nos planos diretores (1968-2007)**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1418>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- CRUZ, Walter Santa et al. **Veículos leves sobre trilhos: solução ou problema para o transporte público nas cidades brasileiras de médio porte**. 2013. Disponível em: <http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2013/10/07/E9439937-9066-42FD-A262-83C2355BAE20.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

CARACTERIZAÇÃO DA JUSTA CAUSA NO SISTEMA TRABALHISTA BRASILEIRO

Felipe Assunção Linhares Ribeiro: Orientadora: Maria Izabel de Melo O. dos Santos

RESUMO

A caracterização da justa causa no sistema brasileiro, expondo as dificuldades encontradas, bem como sua possibilidade de aplicação em um caso concreto atual, trazendo uma breve explanação sobre os contratos de trabalhos, bem como suas formas de rescisões, demonstrando na jurisdição suas divergências. O empregado, em que pese, possuir maior fragilidade, muitas vezes se beneficia da proteção que a legislação trabalhista brasileira lhe proporciona. Serão abordadas suas caracterizações no sistema trabalhista brasileiro, assim como as dificuldades encontradas.

Palavras-chave: Contratos de trabalho. Justa causa. Motivos de dispensa.

INTRODUÇÃO

Em um processo judicial, quem alega deve provar tal fato imputado. Em regra, se alguém acusa ou alega algo, é ônus do autor o dever de provar tais fatos, e, caso assim não o faça, poderá ter o processo extinto por determinação do juiz. É necessário possuir prova, ou indício de prova cabal, para ensejar prosseguimento da empreitada.

Mister se faz ressaltar que existem algumas exceções no sistema no qual se inserem as normas jurídicas em vigor em nosso país, como, por exemplo, do Direito do Consumidor, em que o ônus da prova pode ser invertido, caso o autor prove que há verossimilhança em suas alegações, e que há um certo grau de dificuldade ou impossibilidade de fazer provas. No ramo do Direito do Trabalho, também existe a inversão do ônus de provar, em que não é dever do reclamante (empregado) e, sim, do reclamado (empregador) de fazê-lo. Neste caso, estamos falando da dispensa na modalidade por justa causa, caso o empregado cometa algumas das infrações descritas no rol taxativo do artigo 482 da Consolidação das Leis Trabalhistas.

METODOLOGIA

Será utilizado o método dialético, que é um método de diálogo, cujo foco são a contraposição e a contradição de ideias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em determinados aspectos/a jurisprudência e a doutrina se divergem, e, em certos casos, pode haver certa insegurança jurídica. É de suma importância avaliar o caso concreto para se verificar a aplicação da legislação de forma correta e efetiva.

CONCLUSÕES

A doutrina e a jurisprudência possuem uma divergência, pois, em certos casos o juiz não reconhece a justa causa, e, desta forma, faz sua descaracterização. Na prática, os detalhes fazem toda a diferença no julgamento do caso concreto, de certo modo, traz uma temerosa insegurança e instabilidade jurídica. Por mais que os julgadores devam ser imparciais pelo princípio da impessoalidade, pendem a julgar com o escopo de proteger o empregado, desta forma resistindo a confirmar a configuração da justa causa.

AGRADECIMENTOS

À minha Coordenadora/Orientadora, Profa. Maria Izabel de Melo O. dos Santos e a Deus

REFERÊNCIAS

- DELGADO, Maurício Goldinho. **Curso de Direito do Trabalho.** 15. ed. Florianópolis: Ltr, 2016.
- BONHOMME, Carlos de. **Despedida Justa.** Porto Alegre: Guaíra, 1944.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho.** 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DEVERES DO EMPREGADOR TRANSPORTADOR EM CASO DE ACIDENTE

Ednólia dos Santos Moreira Vieira; Orientadora: João Miguel Neto.

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de demonstrar a peculiar situação de trabalho em que se encontram os motoristas profissionais rodoviários e os motoristas de cargas. Demostrando as principais causas do elevado índice de acidentes que ocorrem durante o período laboral e tiram a vida desses profissionais que são explorados pela busca incessante de lucro. Nesse sentido será feito um breve relato sobre o conceito de acidente de trabalho e da dependência econômica desses profissionais no Brasil, e as modalidades de meios de transportes brasileiros. Procurar pontuar as principais causas de acidente que envolvem esses profissionais, identificar a violação dos direitos, dos deveres, individuais e sociais. Devemos observar a teoria do risco, no qual o empregador transportador pode ou não responder pelos danos causados a esse tipo de profissional.

Palavras-chave: Acidente de trabalho. Deveres do empregador. Direitos trabalhistas. Excesso de jornada de trabalho. Meio ambiente laboral do motorista. Responsabilidade.

INTRODUÇÃO

O direito do trabalho, como sistema jurídico coordenado, tem na relação empregatícia sua categoria básica, a partir da qual se constroem os princípios, regras e institutos essenciais desse ramo jurídico especializado, demarcando suas características próprias e distintivas perante os ramos jurídicos correlatos. (DELGADO, 2015, p. 52).

Mediante o exposto, pretende-se com o presente trabalho responder a alguns questionamentos: Quais são as principais causas de acidentes? No caso de relação de empregado e empregador, deve-se aplicar a responsabilidade objetiva ou subjetiva do empregador?

No caso de morte do motorista acidentado no período trabalho, o que acontece com os seus familiares? & quem os dependentes devem procurar para que sejam tomadas as devidas providências?

METODOLOGIA

Como metodologia do trabalho, será utilizada a pesquisa bibliográfica, analisando-se as doutrinas e a legislação pertinente, utilizando-se, também, o método dedutivo, a da investigação de fenômenos a partir de premissas universais, ou seja, o raciocínio terá como fonte primária a lei, para interpretação dos casos particulares. (BITTAR, 2001, p. 13).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desta feita, percebe-se que o tema apresenta amplo alcance social e de grande importância e relevância, o que justifica um estudo verticalizado, normalmente em vista das particularidades que envolvem esse tipo de profissão. Em 5-10-1988, foi aprovada a atual Constituição, que trata dos direitos trabalhistas nos termos dos artigos 7^a a 11^a, Constituição Federal de 1988. Os direitos trabalhistas foram incluídos no Capítulo II, “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” (MARTINS, 2008, p.11).

Contudo, é preciso discutir o assunto com seriedade, a fim de permitir encaminhar a problemática de modo responsável, uma vez que se trata do ponto que atinge diretamente a vida e o bem-estar dos trabalhadores, e de seus empregadores. Somente se aprofundarmos o debate, poder-se-á colocar o Direito do Trabalhador a serviço da justiça.

CONCLUSÕES

O risco de acidentes é inerente à própria atividade do trabalhador. Na verdade, não existe fórmula capaz de eliminar, radicalmente, os riscos de acidentes no trabalho desse tipo de profissão. Diante do exposto, não resta dúvida da necessidade de buscar medidas que tenham a finalidade de prevenir os Acidentes de Trabalho, e, dessa forma tentar resguardar a vida e a saúde desses trabalhadores, visto que as Leis existentes não definiram especificamente quem são os responsáveis no caso de acidente ocorrido com esses profissionais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a oportunidade de estar aqui neste momento tão especial em minha vida. Ao meu amado esposo, pelo total apoio, companheirismo, carinho, dedicação, inspiração e amor.

REFERÊNCIA

ASSIS NETO, Sebastião de; JESUS, Marcelo de; MELO, Maria Izabel. Manual do Direito Civil, ed. Revista, Ampliada e Atualizada, Salvador-Bahia: JusPODIVM, 2015.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PRIVATE EQUITY E VENTURE CAPITAL NO BRASIL

Diogo Bernardino Pereira.

RESUMO

O trabalho aborda as principais definições e características dos Fundos de Investimento em *Private Equity* e *Venture Capital* no Brasil. A primeira parte trata dos aspectos conceituais do instituto fundos de investimento. Depois, são abordadas a sua natureza jurídica e a sua regulamentação pela Comissão de Valores Mobiliários. Por fim, apresenta-se uma classificação dos diversos fundos de investimento e, em especial, as características dos *Fundos de Private Equity* e *Venture Capital*.

Palavras-chave: Fundos de Investimento. *Private Equity*. *Venture Capital*.

INTRODUÇÃO

O mote deste trabalho foi a identificação da regulamentação que trata dos Fundos de Investimento em Capital de Risco no Brasil. Em especial, o estudo discorre sobre os principais aspectos relacionados ao funcionamento e à regulamentação dos fundos de investimento. Foram destacadas as vantagens destes instrumentos financeiros para o investidor, para o mercado e para a sociedade.

Na sequência, comenta-se a controvertida natureza jurídica dos fundos de investimento e sobre a regulamentação geral destes mecanismos financeiros, sobretudo a Instrução Normativa n. 409

de 18 de Agosto de 2004, editada pela Comissão de Valores Mobiliários. Além disso, foram relacionadas as classificações que diferenciam os diversos tipos de fundos de investimento e auxiliam na melhor compreensão de suas regras e operações.

Para encerrar esta parte da pesquisa, foi evidenciada a função social dos fundos de investimento em *Private Equitye Venture capital*, no que concerne ao fornecimento de recursos que viabilizam o avanço tecnológico e a contribuição efetiva destes fundos na implantação, consolidação e expansão de negócios, - sobretudo em áreas estratégicas, tais como: biotecnologia, infraestrutura, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia e matriz energética.

METODOLOGIA

O método utilizado foi o da pesquisa bibliográfica reflexiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As principais discussões tratadas deram-se em torno das classificações e da natureza jurídica dos fundos de investimento. Outrossim, a pesquisa foi subsidiada pela análise histórica do desenvolvimento da conhecida indústria de Capital de Risco nos Estados Unidos e no Brasil.

Desta sorte, foi possível identificar várias diferenças entre o desenvolvimento histórico e a regulamentação dos Fundos de Private Equity e Venture Capital entre estes dois países.

CONCLUSÕES

A pesquisa considera que os fundos de *Private Equity e Venture Capital* brasileiros cumprem função social relevante, vez que atuam não só como meios de capitalização, como também propiciam melhor gestão dos empreendimentos investidos, aumentando significativamente a perspectiva de continuidade dos negócios e dos benefícios sociais que deles decorrem.

Em contrapartida, identificou-se também que o tema ainda é pouco debatido no Brasil e exige maior esforço dos pesquisadores - especialmente da área jurídica - o que pode ser verificado pela pouca quantidade de obras sobre o assunto.

Por isso, há várias questões que poderão ser discutidas em outros trabalhos, como, por exemplo, as cláusulas principais do contrato de investimento mantido entre o fundo e a investida e a responsabilidade dos administradores do fundo por eventual prejuízo causado à investida.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Vera Helena de Mello Franco (*in memoriarí*).

REFERÊNCIAS

Vide em: BERNARDINO, Diogo. **Função Social e Regulamentação dos Fundos de Investimentos em Private Equity e Venture Capital.** Dissertação, 2012, 158 f. Curso de Mestrado em Direito da Faculdade Autônoma de Direito. São Paulo, 2012.

O USO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GOIÂNIA

Glauciane Ferreira Valverde; Orientadora: Luciana Ramos Jordão.

RESUMO

O trabalho avalia o uso da produção oriunda da agricultura familiar nas escolas municipais de Goiânia. Discute a questão agrária brasileira e conceitua a agricultura familiar e sua função social.

Verifica a utilização pelo município de Goiânia da produção proveniente da agricultura familiar no abastecimento das escolas municipais. Debater o ambiente cultural, social e econômico no qual opera a agricultura familiar. Utiliza método indutivo e pesquisa de campo.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Alimentação. Economia. Direito Agrário.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a comercialização de produtos da agricultura familiar via mercado institucional é um fenômeno relativamente recente. As primeiras experiências dessa natureza foram desenvolvidas por governos municipais e estaduais interessados em incentivar a agricultura familiar e a produção local de alimentos.

A compra de produtos da agricultura familiar faz com que haja a valorização do território em suas diversas dimensões e é um importante caminho para o fortalecimento da competitividade e do desenvolvimento local em bases sustentáveis

Diante do exposto/ o presente trabalho visa avaliar a utilização pelo município de Goiânia da produção proveniente da agricultura familiar no abastecimento das escolas municipais, discutindo os conceitos de desenvolvimento sustentável e a função social da propriedade.

O paralelo entre a agricultura familiar e seu uso nas escolas municipais de Goiânia será o enfoque do trabalho. Sobretudo em tempos de escândalos envolvendo a compra das merendas escolares em São Paulo, é importante analisar a forma através da qual se procede a aquisição destes alimentos e os resultados desta política agrária para o produtor e sua família.

Portanto, verifica-se a relevância deste estudo, uma vez que abrange o direito à alimentação saudável dentro de políticas pautadas pela soberania alimentar e o desenvolvimento social e econômico das famílias campesinas.

METODOLOGIA

O método utilizado para realização deste trabalho é quantitativo, qualitativo e estatístico, com o propósito de fornecer uma descrição não só quantitativo mas qualitativa. A **pesquisa qualitativa** é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis. Assim sendo, quando se trata do sujeito, levam-se em consideração seus traços subjetivos e suas particularidades. Tais pormenores não podem ser traduzidos em números quantificáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto, o presente trabalho visa avaliar a utilização pelo município de Goiânia da produção proveniente da agricultura familiar no abastecimento das escolas municipais, discutindo os conceitos de desenvolvimento sustentável e a função social da propriedade.

O paralelo entre a agricultura familiar e seu uso nas escolas municipais de Goiânia será o enfoque do trabalho. Sobretudo em tempos de escândalos envolvendo a compra das merendas

escolares em São Paulo, é importante analisar a forma através da qual se procede a aquisição destes alimentos e os resultados desta política agrária para o produtor e sua família.

CONCLUSÕES

O objetivo geral deste trabalho consiste em avaliar a utilização pelo município de Goiânia da produção proveniente da agricultura familiar no abastecimento das escolas municipais, discutindo os conceitos de desenvolvimento sustentável e função social da propriedade.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é dedicado ao meu esposo, a meus filhos, meus pais, à minha irmã, a meu sobrinho, minha Orientadora, meus amigos e professores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 3. Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ARAÚJO, Clebes Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

DENSIFICAÇÃO DO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS A PARTIR DO ARTIGO 489, §1º, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Wilker Carvalho Dos Santos Silva; Orientador: João Miguel Neto.

RESUMO

O presente trabalho tem o escopo de analisar a problemática do dever de fundamentação das decisões judiciais, com o enfoque no artigo 489, §1º do novo código de processo civil – NCPC, que traz seis hipóteses de fundamentação dos pronunciamentos judiciais. Verificada a evolução histórica dos pronunciamentos, passando pelas formas de cognição do magistrado para sua fundamentação e, finalmente, analisando recente julgado do STJ (MS - 21.315- DF) sobre o tema. O dever de fundamentar será de grande relevância para esse novo momento processual na direito brasileiro, tanto para advogados, juízes, promotores e acadêmicos de direito. Os métodos são o histórico e o dedutivo, pois a monografia baseia-se em análise de fundamentos bibliográficos.

Palavras-chave: Pronunciamento Judicial; Dever de Fundamentação; Cognição.

INTRODUÇÃO

O novo código de processo civil - NCPC trouxe um artigo que gerou grandes polêmicas, que obriga os magistrados a dar fim às decisões infundadas e genéricas, para esclarecer minuciosamente o motivo de sua decisão. A Constituição Federal - CF em seu artigo 93, IX traz o mesmo princípio que o artigo 489, §1º do NCPC, enunciando que todas as decisões judiciais serão públicas e fundamentadas sob pena de nulidade.

No entanto, magistrados, advogados e outros membros do judiciário acreditam que essa densificação do dever de fundamentação já trazido pela carta magna, inclusive com um rol

exemplificativo, causará apenas mais entraves para o processo e, por consequência aumentará a carga de trabalho dos magistrados.

De outro modo, advogados, magistrados e outros membros do judiciário, acreditam que a obrigatoriedade de uma fundamentação clara e detalhada irá diminuir os recursos durante o processo, fará com que haja celeridade e assegurará o princípio constitucional da segurança jurídica.

Apresentar uma abordagem inicial e não exauriente de todo o conteúdo que pode vir a ser discutido sobre o dever de fundamentação das decisões judiciais, que representa um imenso avanço no dever de fundamentação.

METODOLOGIA

Foram utilizados os métodos; histórico, para que se possa fazer uma análise de quando surgiu e como era; e o dedutivo, pois se faz análise de fundamentos doutrinários, artigos científicos e jurisprudencial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O dever de fundamentação das decisões judiciais é uma forma de legitimar a função jurisdicional, pois por expressa imposição constitucional todas as decisões devem ser fundamentadas.

Analisar as formas de fundamentação dos pronunciamentos judiciais no aspecto histórico e constitucional, bem como a cognição quanto aos pronunciamentos judiciais nos métodos dedutivos, indutivos e argumentativos, e também a decisão do STJ que dispôs não ser obrigatório ao magistrado debater todos os argumentos deduzidos no processo.

O rol exemplificativo do que é ou não uma decisão fundamentada que traz o artigo 489, §1º do NCPC é uma forma de reafirmar o princípio da segurança jurídica e dar mais força ao dever de fundamentar a decisão judicial.

CONCLUSÕES

É de grande importância a densificação do dever de fundamentar do magistrado, o rol exemplificativo do artigo 489, §1º tem grande importância para que se defina o que seria uma sentença fundamentada ou não. A falta de enfrentamento de todos os argumentos que levam à conclusão do processo afronta o princípio da segurança jurídica, do devido processo legal e do acesso à justiça.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus e aos amigos e professores que me ajudaram para a conclusão deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. STJ. EDcl no Mandado de segurança N° 21.315 - DF (2014/0257056-9). Brasília, 2016.

DONIZETTI, E. **Curso didático de direito processual civil.** Editora Atlas S.A, ed.18, Volume Único, São Paulo, 2014.

GONÇALVES, M.V.R. **Direito processual civil esquematizado.** Editora Saraiva, ed. 2, Volume Único, São Paulo, 2012.

JUNIOR, N.N. **Princípios do processo na constituição federal.** Editora Revista do Tribunais, ed. 12, Volume único, São Paulo, 2016.

LUCCA, R.R. **O dever de motivação das decisões judiciais:** Estado de direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. Editora juspodivm, ed. 2, volume único, Salvador, 2016.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS: NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Rômulo César Barbosa Marques

RESUMO

O trabalho discute a assistência técnica e extensão rural no estado de Goiás considerando documentos dos órgãos de fomento. Avalia o contexto histórico da criação de órgãos de assistência e fomento. Discute as novas políticas de fomento rural e as necessidades do pequeno produtor contemporâneo.

Palavras-chave: Assistência Técnica; Extensão Rural; Desenvolvimento Agrário; Fomento.

INTRODUÇÃO

Embora inúmeras políticas agrárias que privilegiam a agricultura familiar estejam sendo implementadas, seja por organismos públicos, seja por parceiros privados e empresas agrícolas com os mais diversos objetivos, os atuais programas de assistência técnica e extensão rural não têm conseguido valorizar e compreender o conhecimento dos pequenos agricultores, e suas relações ambientais e utilização de recursos naturais.

Tal formatação atenderia a uma pluralidade epistêmica, consolidando a segurança ambiental, substituindo-se uma produção marginalizada por uma democratizada, usando técnicas sustentáveis, atendendo ao conceito de função social da terra, numa aplicação objetiva do direito ao desenvolvimento visto como um direito humano fundamental.

O presente artigo apresenta propostas no sentido de dar completude a estas políticas de assistência técnica e extensão rural, analisando não só as informações que são transmitidas por um grupo de tecnólogos, mas também deixando claro que apenas a prosperidade econômica não fomenta o desenvolvimento local.

METODOLOGIA

A pesquisa se utilizou de técnicas de revisões bibliográficas e levantamento de dados relacionados à implantação de programas de Assistência Técnica e Extensão Rural pela EMATER - GO. Para atender a tal objetivo, foram realizadas abordagens teóricas e consultas a produções de caráter científico e coletas de dados referentes aos programas, dados compilados por órgãos gestores estaduais. O método de abordagem foi o dedutivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O modelo ainda adotado em Goiás, tal qual em grande parte do país, atua no formato de treinamento de técnicas, independente do grupamento ao qual é dirigido, cabendo a menção de que a chamada PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, já prevê uma alteração deste modelo unitário, por um modelo que prioriza agricultores familiares, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas e assentados de Reforma Agrária.

As entidades executoras dos programas são obrigadas, por contrato, a publicarem todas as informações sobre o trabalho realizado, claro que a confirmação dos assistidos no programa, o que é excelente e um avanço na parceria público-privada, mas tais informações não passam mesmo de elementos numéricos, quantitativos, não se informando caracteres específicos de gênero, geração, raça e etnia, como já mencionado, tampouco de tipo de grupamento social atendido, o que, por certo, definiria de forma mais acertada, que tipo de assistência e extensão rural deveriam ser empregadas em cada atividades destas empresas.

CONCLUSÕES

A proposta do projeto da EMATER-GO, embora ainda numa fase piloto, tem como objetivo final ter envolvido em todo projeto de extensão, um agrônomo, um assistente social e um técnico, seja veterinário ou zootecnista, já demonstrando uma clara mudança de objetivos a médio e longo prazo. A presença de assistentes sociais e técnicos especializados em conjunto já permitem antever que o resultado final esperado não se resume a apenas garantir lucratividade aos produtores, mas, segundo intensão real demonstrada, está atendendo a 5 dimensões específicas: Pessoal, Familiar, Comunitária, Propriedade e Econômica.

Toda esta perspectiva apresentada pela EMATER-GO vem ao encontro do que grandes pesquisadores, como Amartya Sen, que há muito já se debruçaram a comprovar, deixando claro que um mero desenvolvimento econômico, que propicie vantagens no âmbito financeiro não é a melhor ou a mais importante forma de desenvolvimento existente, nem mesmo deve ser a primeira a ser alcançada para apenas depois ser dada vazão a outros indicadores de desenvolvimento como educação básica ou assistência médica adequada.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA DA CUNHA, Paulo. Geografia Constitucional: Sistemas Juspolíticos e Globalização, Lisboa, Quid Juris, 2009.
- FRIEDRICH, O. A . Comunicação Rural: Proposição Crítica de uma nova concepção.
- PINTO COELHO, Saulo de Oliveira. Desarrollo Humano Crítico-Inclusivo: Crítica dei Derecho al Desarrollo y Desarrollo Crítico dei Derecho. In: DÍAS, Yanko Moyano; PINTO COELHO. Saulo de Oliveira; SOLSONA, Gonçal Mayos (eds.). Postdisciplinariedad y Desarrollo Humano entre pensamiento y política. Macrofilosofía Linkgua.
- RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v. 14, n. 1. 1997.

A REGULAMENTAÇÃO DO FINANCIAMENTO COLETIVO “EQUITY CRONDFUNDING” NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DA CVM

Rodrigo Nascente Gomide; Orientador: Diogo Bernardino

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a tão esperada proposta de regulamentação do sistema de investimento baseado no chamado “crowdfunding” que atualmente está regulamentado por analogia pela instrução normativa nº400 da Comissão de Valores Mobiliários CVM.

Palavras-chave: Financiamento coletivo. Startups. Crowdfunding. Investidores Anjos.

INTRODUÇÃO

A falta de regulamentação no ordenamento jurídico traz repercussões negativas em todos os setores da economia, principalmente no mercado, de negócios. A tendência do crowdfunding no Brasil está cada vez mais se afirmado ante as dificuldades de captação de recursos por parte dos micro e pequenos empreendedores. Assim, a CVM, com uma ousada e moderna proposta, baseada nos modelos de regulamentação já adotados por outros países, traz a ideia de regulamentação para evitar insegurança jurídica aliada com o não excesso de normatização desse ramo de maneira a ser um obstáculo para o crescimento das startups.

METODOLOGIA

A análise se dará a partir das considerações feitas pela CVM em sua minuta de alteração proposta, com as almejadas e esperadas pelos investidores qualificados, investidores líder, de varejo, empreendedores de pequeno porte, bem como pelos aspectos que a proposta de alteração introduz em relação ao papel desempenhado pelas plataformas intermediadoras de tais investimentos denominadas “gatekeepers”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cabe a esta pesquisa, ao finalizar sua análise comparativa com as necessidades versus proposta de regulamentação, apresentar um quadro geral, incumbindo ao leitor, uma reflexão acerca da proposta da CVM no que tange aos efeitos benéficos ou não a esse tipo de mercado.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa visa, como um objetivo geral, abordar esse tipo de capital de risco sob a ótica jurídica e as repercussões da especulação que este tipo de mercado possui, levando em consideração os aspectos sinalizados pela CVM na proposta de alteração da instrução normativa nº400 que é aplicada por analogia ante a omissão legislativa que trate do financiamento coletivo de modo a eliminar a insegurança jurídica que assola as relações investidor-empreendedor, bem como sua influência no desenvolvimento econômico nacional, utilizando-se de uma abordagem jurídica pautada no contexto histórico e princípio lógico que rege o direito empresarial brasileiro, explorando o caráter interdisciplinar que é inevitável ao tema, uma vez que necessita de uma análise superficial de noções básicas de economia e administração.

A INJÚRIA RACIAL PRATICADA PELAS REDES SOCIAIS

Beatriz Rúbia de Daria Manso; Charlles Muller Rodrigues de Moraes; Fernanda Oliveira Felix; Anderson Luis Brasil Silva

RESUMO

O presente trabalho visa analisar e esclarecer assuntos acerca da injúria racial e a maneira como ela vem sendo praticada através das redes sociais.

Foi possível notar que, com o avanço da tecnologia, a sociedade vem se sentindo mais segura X através das telas. Nas redes sociais, muitas ideias vêm ganhando repercussão a partir do momento em que são publicadas nas redes. Acontecimentos em função de preconceito racial, vêm ganhando espaço e se tornando temas debatidos no meio social.

Os atos de discriminação racial são considerados crimes no Brasil, a injúria racial está prevista no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, caracterizando-se como qualquer tipo de ofensa discriminatória em que haja uma atribuição de qualidade negativa à vítima, ofendendo sua honra que é patrimônio moral do indivíduo. Assim, a liberdade de expressão encontra limitações.

Com a realização deste trabalho, foi possível notar que o preconceito racial ainda é visto nos dias atuais, inclusive nas redes sociais em que o internauta tem a ilusão de achar que a tela do computador garante o sigilo de sua identidade.

Deste modo, conclui-se que a publicação de conteúdos ofensivos nas redes sociais está se tornando motivo de ingresso de ações judiciais. A prática de crimes virtuais vem ocorrendo por pessoas que, na maioria das vezes, desconhecem a existência de leis no ambiente virtual. Assim, agressores se utilizam das redes sociais para praticarem tal crime e, assim, se manterem anônimos. Por sua vez, nem mesmo a sensação do anonimato deixa livre o indivíduo que praticou a injúria racial.

Palavras-chave: injúria; redes sociais; honra.

AGRADECIMENTOS

Aos meus amigos e professores e à Instituição que está me dando esta rica oportunidade.

REFERÊNCIAS

- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (Rio de Janeiro). **Edital de Audiência Pública SDM n 06/2016.** 2016. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/audiencias_publicas/ap_sdm/2016/sdm0616.html>. Acesso em: 15 set. 2016.
- KIRBY, E.; WORNER, S. **Crowd-funding: An Infant Industry Growing Fast.** 2014. p. 9. Disponível em: <<http://www.iosco.org/research/pdf/swp/Crowd-funding-An-Infant-Industry-Growing-Fast.pdf>>. Acesso em 25 de setembro de 2016.
- MENDES, Leilani Dian. **Qualificação jurídica das plataformas de crowdfounding no brasil: Um estudo de caso da plataforma online da Broota Brasil.** 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2016. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16573/Leilani_Dian_Mendes_Dissertação_\(06.06.2016\).pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16573/Leilani_Dian_Mendes_Dissertação_(06.06.2016).pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 15 set. 2016.

O DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS A TERRA: A PARTICIPAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA EFETIVAR DIREITO FUNDAMENTAL

Vanderlei Luiz Weber; Orientador: Fernando Antônio de Carvalho Dantas.

RESUMO

A questão jurídica das terras indígenas no Brasil revela histórico paradoxal vez que, apesar de alguns avanços, as últimas duas décadas foram marcadas por retrocessos nas garantias fundamentais destas comunidades. Para demonstrá-lo, nesta pesquisa, utilizaram-se a PEC n. 215/2000, a Portaria n. 303 da AGU e a proposta de um Marco Temporal para fins de demarcação territorial. Assim, o objetivo foi a necessidade de analisar a inconstitucionalidade dos referidos institutos, bem como sua ofensa à Convenção 169/89 da OIT e à Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas, de 2007, o que implica diretamente na violação dos novos direitos humanos previstos na Constituição Federal, na Convenção e na Declaração. Nesse prisma, o direito à consulta prévia e à participação direta da produção legislativa foram afirmadas como alternativas para a garantia de resistência das comunidades indígenas contra tal processo de reveses. Os resultados e a conclusão deram conta de diagnosticar a necessidade de sustentar o processo de autodeterminação desses povos e, por fim, demonstrar a necessidade da garantia de seu território, imprescindível para sua sobrevivência física e cultural, como consequência da participação ativa na política e produção jurídico-normativa. Para tanto, a metodologia dialética será utilizada na medida em que apresentará “pontos e contrapontos” desse projeto histórico de lutas, conquistas e retrocessos político-legais.

Palavras-chave: Direito Agrário; territórios indígenas; participação na produção legislativa

INTRODUÇÃO

A luta dos povos indígenas pela terra, apesar de alguns avanços, especialmente os mais recentes da Constituição Federal de 1988, soma perdas jurídico-normativas históricas, voltando a sofrê-las incisivamente nas duas últimas décadas. Assim, estudar o direito dos povos indígenas a terra por meio da prerrogativa da participação como condição para efetivar direito fundamental, torna-se imprescindível desde o momento em que se põe em contato com a temática, dado o valor que a terra possui para estas comunidades.

Dados os relatos da história da chegada do colonizador, ficou claro que os territórios indígenas do Brasil, desde logo, foram submetidos a uma visão e prática eurocêntrica de usurpação, exploração e esgotamento das suas riquezas naturais, a fim de satisfazer os seus interesses e a sua ganância. Dessa maneira, os eventos que foram identificados e que permearão o recorte histórico desta pesquisa são os que, em sua ampla maioria, negaram aos povos aqui encontrados, sua história, sua língua, sua espiritualidade, sua identidade, seu modelo de organização política e cultural, e seu modo de vida com um todo.

Portanto, a temática se desenvolverá a partir do marco teórico encabeçado por Manuela Carneiro da Cunha enquanto trata com profundidade dos direitos originários dos povos indígenas, Carlos Frederico Marés, com sua análise histórica do território indígena; Boaventura de Sousa Santos, com sua teoria do reconhecimento das diferenças para possibilitar libertação e emancipação; e Antônio Carlos Wolkmer por meio do pluralismo jurídico de base comunitário-participativa.

Assim, o objetivo é o de analisar a inconstitucionalidade da PEC n. 215/2000, a Portaria n. 303 da AGU e a proposta de um Marco Temporal, bem como sua ofensa à Convenção 169/89 da OIT e à Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas, porque comprovadamente violam os novos direitos humano-fundamentais previstos na Constituição Federal, na Convenção e na Declaração.

METODOLOGIA

A pesquisa será elaborada a partir de revisão bibliográfica e legislativa. A metodologia empregada será a dialética, utilizada na medida em que apresentará “pontos e contrapontos” desse projeto histórico de lutas, conquistas e retrocessos político-legais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A PEC n. 215/2000, a Portaria n. 303 da AGU e a proposta de um Marco Temporal para se tratar da demarcação das terras indígenas representam especial fragilidade e insegurança jurídico-normativa para os povos indígenas e, na prática, se visualiza a emergência de antigos e novos conflitos agrários, dada a proibição de não-retrocesso em matéria de direitos fundamentais, conforme acima mencionado, enquanto tal projeto seguir atendendo os ditames do Estado neoliberal e os interesses do agronegócio.

Na via contrária, encontrou-se no direito à consulta prévia e na participação direta da produção legislativa dos povos indígenas alternativas para a garantia de sua resistência contra tal processo de reveses. Esse modelo deveria sustentar o processo de autodeterminação desses povos e garantir a construção de um Estado Plurinacional que reafirme a participação democrático-comunitária e a necessidade da efetivação de um território indígena construído através da participação direta num projeto que sempre lhes afeta forma imediata.

CONCLUSÕES

Desde o início do processo de colonização até o presente, a realidade, conforme proposta desta pesquisa, pouco mudou na prática, apesar de a Constituição Cidadã de 1988, de forma destacada nos arts. 231 e 232, ter reconhecido às comunidades indígenas um conjunto de direitos próprios da sua organização, modo de vida e cultura, incluindo o direito a terra. A hegemônica visão eurocêntrica colonial e patrimonialista se mantém muito viva em torno do conjunto de ações que logra realizar por meio da adaptação aos novos contextos econômicos e tecnológicos que, somadas às relações de poder, garantem a permanência, de maneira oculta, da legitimidade dos mecanismos ideológicos que tornam tais relações abusivas e desiguais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Os direitos do índio**. Ensaios e documentos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- DUSSEL, Enrique. **Caminhos de Libertação Latino-Americana**: interpretação histórico-teológica. V. I, II e III. São Paulo: Paulus, 1984.
- MARÉS, Carlos Frederico. . **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 1999.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Poderá o Direito ser emancipatório?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. (org.). **Reconhecer Para Libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 (Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos, vol. 3).

A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA FACULDADES ALFA

DANTAS, Ana Carolina Martins Cândida

RESUMO

A perspectiva da educação inclusiva de pessoas com deficiência no Ensino Superior vem se consolidando como uma realidade de um novo modelo educacional, que exige das Instituições de Ensino novos posicionamentos, os quais se evidenciam com ações concretas e política educacional com ensino de qualidade para todos.

Nas Faculdades Alfa, a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais é uma realidade, para isso foi criado o Núcleo de Educação Inclusiva.

Palavras-chave: Deficiência; Educação Inclusiva; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

As Faculdades Alves Faria oferecem apoio ao aluno com deficiência desde o seu ingresso e permanência no Ensino Superior. Não se limita, porém, a atender apenas os alunos, mas apoia a todos: professores e pessoal administrativo para obtenção de sucesso no processo Educacional Inclusivo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no próprio Núcleo de Educação Inclusiva das Faculdades Alfa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Núcleo de Educação Inclusiva é um ambiente criado para oferecer acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática aos alunos que tenham deficiência física e sensorial.

Preocupados em proporcionar um ambiente adequado para o aprendizado destes alunos e em mantê-los no curso, direção, coordenação e corpo docente se empenharam em dar início a um atendimento pedagógico e específico a cada um deles.

CONCLUSÕES

A perspectiva da educação inclusiva de pessoas com deficiência no Ensino Superior vem se consolidando como uma realidade de um novo modelo educacional, que exige das Instituições de Ensino novos posicionamentos, os quais se evidenciam com ações concretas e política educacional com ensino de qualidade para todos. Nas Faculdades Alfa, a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais é uma realidade.

AGRADECIMENTOS

A institucionalização do referido Núcleo foi possível a partir da confiança que o presidente, do grupo, Sr. José Alves, depositou na ideia do ingresso e permanência dos alunos com deficiência no Ensino Superior. Para isso, revelou um espírito de vanguarda e sensibilidade acreditando no potencial dos seres humanos independente de suas diferenças.

REFERÊNCIAS

Assis, Olney Queiroz; PLISSOU, Lafaiete. **Pessoa Deficiente: direitos e Garantias.** São Paulo: EDIPRO, 1992.

BRASIL. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, **Normas e recomendações internacionais sobre deficiência**. Brasília: Corde, 1997.

Acesse o site da ALFA: <http://www.alfa.br/nei>

CRÍTICA AO EXTREMISMO PROTETIVO DA CLT EM FACE DA PONDERAÇÃO DE VALORES: VISÃO DE ROBERT ALEXY

Kalisa Gonçalves de Oliveira (Aurélio Marcos Siqueira de Freitas)

PROCESSO ELETRÔNICO COMO INSTRUMENTO DE CELERIDADE DA JUSTIÇA BRASILEIRA

Guilherme Martins Dias; Braytner Souza Santos; Geraldino Neto Roriz; Glênia Maris R. De Oliveira; Jordana Torres Motinha; Keicy Jakelliny Souza Oliveira; João Miguel Junior.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar as inovações decorrentes da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, ocorrida no mês de março do corrente ano no que tange ao uso de meio eletrônicos como ferramenta para dar celeridade ao processo judicial. Os procedimentos metodológicos utilizados abrangeram a pesquisa literária e entrevistas com processualistas da própria instituição. A partir da análise dos dados coletados através das etapas de gerenciamento do projeto, foi possível evidenciar quais foram as principais inovações introduzidas pelo Código em questão. Verificou-se que os atos processuais podem ser total ou parcialmente digitais, de modo a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico na forma da lei. O processo eletrônico facilita o acesso a todos os atos e termos, pois não exige que, para se fazer a consulta, se vá à sede do juízo para realizá-la. Garante, da mesma forma, às partes, mesmo em atos orais, o acesso aos autos eletrônicos. Levantou-se a questão da falibilidade dos meios eletrônicos bem como a universalidade dos mesmos. Tais dificuldades advindas do suporte material dos autos eletrônicos será motivo para o juiz converter os debates, por exemplo, em memoriais. Logo, se conclui que, com tais inovações, é promissor o futuro dos processos na justiça brasileira, ressalvando-se os desafios que deverão ser superados para que alcancem seu pleno funcionamento.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil. Celeridade. Processo eletrônico.

AS MÍDIAS SOCIAIS E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Fábio Cardoso Machado; Michelle da Silva de Paula; Nathany Borges de Souza; Rafael Matias Aguiar; Saintclair Antônio Jardini Jordão; Tiago Araújo da Cruz; Luciana Ramos Jordão.

RESUMO

Propõe-se, neste trabalho, discutir as influências das mídias sociais no funcionamento dos poderes, a partir das recentes manifestações populares enquanto movimentos sociais inseridos no Estado Democrático de Direito. O tema possui relevância porque interfere diretamente na estrutura governamental, na legitimidade, bem como na estabilidade política. Os objetivos específicos são: contribuir para a conscientização social em âmbito filosófico, constitucional, antropológico e penal. Outro ponto relevante consiste em buscar o entendimento resultante dos acontecimentos que afetaram a composição no comando do país. A filosofia contribui a partir do conceito de democracia na visão aristotélica, tendo como escopo o papel desempenhado pelos três poderes. Aborda a constitucionalidade das influências midiáticas na legitimidade do poder, na formação de opiniões, no controle concentrado exercido no momento da aprovação do processo de impeachment. Do ponto de vista antropológico, verifica a dicotomia sansão-controle social. Por fim, serão abordados os aspectos penais que caracterizaram as manifestações populares e o resultado decorrente da troca ocorrida no comando da nação. Método dialético.

Palavras-chave: mídias sociais, Estado Democrático de Direito, controle de constitucionalidade, manifestações populares, sansões e controle social.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Luiz Roberto. Curso de direito constitucional. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- CAPEZ. Fernando. Curso de Direito Penal: »arte especial: dos crimes contra os costumes a (los crimes contra a administração mihlica (arts. 213 a 359-H). v 3. São Paulo: Saraiva. 2004.
- SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013. Liinc em Revista, v.10, n.i, p.86-95, maio 2014. DISPONÍVEL EM: <<http://www.ibict.br/liino>>
- FARACO, Alexandre Ditzel. Democracia e mídia: fundamentos para uma análise jurídica. Revista de Direito Público da Economia - RDPE, Belo Horizonte, ano 7, n. 26, abr./jun. 2009. DISPONÍVEL EM: <http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=5772_2>.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e Democracia: O quarto versus o quinto poder. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.i, n.i, p. 6-25, jul.-dez. 2007. DISPONÍVEL EM: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/2505>>

INTRODUÇÃO

De acordo com estudos realizados pela consultoria KPMG (2016), as operações de fusões e aquisições cresceram no Brasil, no período de 2005 a 2015, havendo um aumento de 112,95% nas transações de fusão, pois as empresas brasileiras aumentaram o seu apetite por aquisições de negócios.

Devido às oportunidades que um processo de fusões e aquisições traz às empresas, tais como: obter efeitos de sinergia, ganhar vantagens fiscais, redução de custos, aumento de participação de mercado, obter tecnologia da empresa alvo, entre outros, estas procuram obter um incremento de *market-share*, expandindo o negócio com menor custo e risco de perda, na busca de um equilíbrio da estrutura de capital e na conquista da liderança seu segmento de mercado. (GROPPELLI; EHSAN, 1998).

Ao analisar o tema, o presente trabalho busca compreender quais foram as variações das ações no processo de fusões e aquisições no período de 2005 a 2015; identificar o motivo das oscilações nos valores das ações de cada empresas que está passando por esse Processo e verificar as variações registradas nos preços das ações imediatamente antes e depois do anúncio da operação e o que geraram de valor. O grande interesse dos empresários e acionistas em se unir com outras empresas é aproveitar as estruturas, conquistar maior *market-share* e obter maior êxito na redução de gastos da expansão do seu negócio. Com esse planejamento haverá um aumento na procura de suas ações, e ocorrerá uma maior valorização das mesmas e criará uma expectativa de criação de riqueza aos seus proprietários e acionistas (TANURE; CANÇADO, 2005).

Não podemos, porém, deixar de analisar os pontos negativos, como choque de cultura, as menores flexibilidades estratégicas e operacionais que podem rebaixar o valor das ações, conflitos estes que podem atrapalhar no desempenho de seus colaboradores e nas atividades da empresa, em geral.

Essas adversidades culturais devem ser trabalhadas para que tragam mais benefícios para a empresa de forma que ambas sejam unificadas, uma vez que podem abandonar seus valores e crenças.

Após adquirir as informações sobre os processos de fusões e aquisições, analisaremos quais os benefícios que surgiram para as partes envolvidas, descobrir quais foram os objetivos traçados pela empresa conforme suas estratégias.

Diante de todo esse processo de formalização da fusão e aquisição das empresas, surge o foco principal que é analisar a reação das ações em empresas de capital aberto que aderem a esse modelo de negócio.

A empresa, ao anunciar de que pretende dar início a fusão e aquisição pode gerar muitas expectativas no mercado acionário. Tal expectativa faz com que possa surgir alguns questionamentos, como: *Quais as vantagens que o processo de fusão trouxe para empresa, ocorrendo valorização ou perda em seus ativos disponíveis no mercado acionário? Quais as expectativas das empresas listadas na bolsa buscam antes do anuncio do processo de F&A, caso as ações não correspondam ao, esperado após ter sido divulgado? Quais estratégias utilizadas por empresas que os valores das ações não obtiveram a valorização esperada com a realização do processo de fusão?*

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa é descritiva e exploratória. A abordagem do problema será qualitativo. Quanto às técnicas e procedimentos utilizados, a pesquisa utilizará os métodos: bibliográfico, documental, levantamento e estudo de caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado, espera-se verificar se a ação da empresa compradora no processo de fusão e aquisição caiu e se houve valorização da ação da empresa comprada. Com isso, verificar-se-á a reação das ações envolvidas no processo de F&A.

CONCLUSÕES

Esperam-se chegar à conclusão de quais fatores contribuíram para as alterações das ações perante o anúncio de fusões aquisições.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo. Aos nossos pais, pelo dom da vida. Aos nossos Mestres, por terem nos mostrado o caminho do saber. Um agradecimento especial ao nosso Orientador, sempre firme e paciente. A todos os colegas de turma, companheiros de jornada na busca do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Botrel (2016)	Conceito e definição
Bulgarelli (1999)	Conceito
Groppelli (1998)	Conceito
Feddersen (2008)	Conceito
Lodi(1999)	Conceito
Mendonça (2008)	Conceito
Piazza (2007)	Conceito
e definição fusões e aquisições	
e definição fusões e aquisições	
e definição fusões e aquisições	
governança corporativa	
e definição fusões e aquisições	
de trabalhos acadêmicos	
bolsa de valores	

IMPACTOS DO PROCESSO SUCESSÓRIO EM EMPRESAS FAMILIARES

Leandra dos Santos Mendonça; Priscylla Carolliny Ribeiro de Almeida; Raquel Cristina

Carvalhaes; Willian Hussein Sammour; Prof. Esp. Marco Aurélio Harbich Sampaio

FACULDADE ALVES FARIA (ALFA)

RESUMO

O trabalho tem por finalidade compreender o processo sucessório em empresas familiares e analisar se pode ou não contribuir para a perpetuidade de uma organização no mercado competitivo. Explana as como a sucessão pode ser realizada e analisa como a *holding* pode contribuir nesse processo. O trabalho abrange, também, as definições de empresas familiares e identifica quais fatores tornam uma firma ser considerada como tal. A metodologia a ser adotada será a pesquisa bibliográfica e um estudo de caso de uma empresa familiar da cidade de Goiânia. Como resultado, espera-se analisar os impactos gerados através do processo sucessório em empresas familiares, quando este é projetado como uma estratégia da gestão.

Palavras-chave: Empresa familiar. Processo sucessório. Sucessão. Perpetuidade. Conflitos familiares.

INTRODUÇÃO

Empresas familiares estão sujeitas a constantes ameaças em sua gestão. Sobrevivência, capitalização, gestão empresarial e sucessão são apenas alguns problemas encontrados em qualquer âmbito empresarial, tendo em vista que esses podem ser ocasionados por fatores externos gerados pela alteração da legislação, do governo, da concorrência, dos clientes e também pela crise econômica. No entanto, esses problemas são agravados, na maioria das vezes,

por conflitos pessoais envolvendo sentimentos, ressentimentos e poder (ORTES, DANIELI E MÜLLER, 2013)

É necessário lembrar que organizações familiares vivenciam muitas dificuldades em manter a perpetuidade dos negócios após a saída dos fundadores, pois a escolha do sucessor não se baseia em critérios que efetivamente garantam a eficiência, o conhecimento e o compromisso em levar a empresa adiante. A falta de planejamento e de orientação para enfrentar esse processo pode determinar o fracasso ou sucesso do mesmo.

O processo sucessório nas empresas familiares institui-se numa grande dificuldade por se fundamentar em um episódio demorado, irrevogável, em muitos casos, desprezado, ainda que demonstre afetar de forma decisiva na sobrevivência da organização. Sua relevância reside em apresentar uma proposta de reflexão sobre uma questão de perpetuidade, de vida e permanência no mercado competitivo, além da maneira como o fundador (pai-presidente) e sucessor (filho) são influenciados e influenciam.

E é exatamente para analisar o processo sucessório em empresas familiares, bem como a importância do mesmo como ferramenta de gestão dentro da organização, que esse estudo levantou a seguinte problemática: A Construtora X utiliza o processo sucessório como mecanismo de gestão com a finalidade de garantir a sua perpetuidade no mercado competitivo?

OBJETIVO

Compreender como ocorre o processo sucessório em uma empresa familiar e se esse processo pode assegurar, ou não, a perpetuidade da empresa.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada que tem por finalidade compreender o processo sucessório na Construtora X e quais os seus resultados, além de buscar entender como a transição e transferência de gestão e patrimônio é realizada.

Quanto ao objetivo, este projeto é de caráter exploratório, pois busca entender de forma ^A ampla como o processo sucessório pode influenciar nas organizações. Contudo, em seu desenvolvimento, a pesquisa será descritiva, uma vez que se torna essencial compreender como o planejamento de sucessão pode influenciar na perpetuidade de organizações familiares.

Quanto à abordagem, selecionou-se o método qualitativo, uma vez que ele possibilita a interpretação dos fenômenos que estão relacionados com a sucessão. Inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico das publicações sobre o tema selecionado com a finalidade de conhecer as tendências teóricas existentes, identificando-se ideias convergentes divergentes. Serão analisados, também, os conceitos de empresa familiar e sucessão. Os recursos técnicos aplicados serão entrevistas, estudo de caso, análise livre e artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inserir aqui os resultados obtidos ou esperados com a realização do trabalho até o momento, podendo ser apresentados, também, na forma de Tabelas e/ou Figuras.

As Tabelas e/ou Figuras (fotografias, gráficos, desenhos) devem ser elaboradas de forma a apresentar qualidade necessária à boa reprodução. Devem ser gravadas no programa Word para possibilitar possíveis correções. Devem ser inseridas no texto e numeradas com algarismos

árabicos A discussão dos resultados deve estar baseada e comparada com a literatura utilizada no trabalho de pesquisa, indicando sua relevância, vantagens e possíveis limitações.

CONCLUSÕES

Os principais resultados alcançados no desenvolvimento do projeto de maneira clara, interligando-os com o objetivo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, quando por diversas vezes, sentindo-nos desacreditados e perdidos em nossos objetivos e ideais, nos fez vivenciar a alegria de nos formar.

Aos nossos pais, que nos criaram com tanto amor e carinho. Dedicaram, cuidaram e doaram incondicionalmente o sangue e suor em forma de amor e trabalho por nós, despertando e alimentando em nossa personalidade, ainda na infância, o desejo pelo conhecimento e a sua Importância em nossas vidas.

Aos amigos (as), familiares, professores (as) e a todo (as) aqueles (as) que passaram por nossas vidas, colaborando de alguma forma na construção e realização deste tão desejado sonho de carregar o diploma da nossa formatura - elemento essencial para nossa felicidade e realização.

REFERÊNCIAS

ORTES, Bianca Jupiara; DANIELI, Eduardo Antonio; MULLER, Felipe Martins. Gestão De Empresas Familiares: Estudo De Caso Em Uma Empresa De Confecções. Santa Maria, 2013. Estudo de caso. Universidade Federal de Santa Maria e Programa de Pós - Graduação de Santa Catarina, Santa Maria, RS, Brasil.

RESUMO EXPANDIDO ANÁLISE DO RETORNO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO SETOR VAREJISTA DE TRINDADE

*Luciana Kronit de Souza¹; Victor Hugo Bueno Prado²; Pedro Henrique Rodrigues de Sousa³
Faculdade Alves Faria (ALFA)*

RESUMO

O Projeto de pesquisa tem por finalidade analisar o retorno do investimento do programa de desenvolvimento profissional aplicado na Tok Final Calçados por meio de métricas de avaliação de resultado. Pretende abordar, ainda, dados históricos da Empresa baseados em indicadores de gestão para mensurar e comparar o estado atual da Organização. A metodologia a ser adotada quanto a finalidade à finalidade será aplicada; quanto ao objetivo será exploratória e descritiva quanto a abordagem serão; aplicadas a quantitativa e a qualitativa; quanto às técnicas e procedimentos, serão utilizados o método bibliográfico, documental e estudo de caso. Como resultado, espera-se visualizar a melhoria nos aspectos quantitativos e qualitativos, tais como, por exemplo, nas vendas da emprega e na relação cliente e vendedores.

Palavras-chave: Treinamento e Desenvolvimento, retorno do investimento.

INTRODUÇÃO

A busca por melhores resultados, oportunidades e enfrentamento de desafios do mercado levam as empresas a investirem em treinamentos e desenvolvimento das suas equipes.

Além disso, faz-se necessário calcular o retorno deste investimento e avaliar as ações necessárias para a melhoria do desempenho. Carvalho (1999) salienta que as ações de T&D em alguns casos não têm impactos e explica os motivos para tal realidade. Dentre os citados, cabe colocar alguns, por exemplo, o número baixo de empregados colocados para serem treinados e dificuldade dos profissionais da área em mostrar numericamente os benefícios do T&D. A empresa Tok Final Calçados, pensando em suas melhorias, buscou implementar um Programa de desenvolvimento profissional, e a aplicabilidade do treinamento destinou-se a todos os colaboradores da Organização. Portanto, este trabalho visa analisar o retorno do programa de treinamento de desenvolvimento e responder ao questionamento: Qual é o retorno do investimento em treinamentos na empresa Tok Final Calçados, baseando-se em métricas de mensuração dos aspectos quantitativos e qualitativos? Para atender ao questionamento, tem-se como objetivo geral deste estudo V analisar o retorno do investimento do treinamento aplicado na empresa Tok Final Calçados. E, como objetivo específico, descrever como foi aplicado o treinamento, levantar o valor do investimento, mensurar o retorno/quantitativo e qualitativo do investimento para a empresa, comparar dados financeiros anteriores e posteriores à aplicação do treinamento.

METODOLOGIA

Em relação à metodologia, o presente trabalho apresenta a seguinte classificação: quanto à finalidade, é aplicada; quanto ao objetivo, é exploratória e descritiva quanto à abordagem é quantitativa e qualitativa, quanto às técnicas e procedimentos utilizados são bibliográfico, V documental e estudo de caso. Para Mendonça, Rocha e Nunes (2008) a abordagem quantitativa são modalidades de coletas de informações mensuráveis por meio de técnicas x' estatísticas. O método qualitativo busca entender a natureza de um fenômeno social, utilizando técnicas de observação, entrevistas, diário de campo, filmagens, formulários e questionário em prol da contribuição com a essência complexa da abordagem (MENDONÇA, ROCHA E NUNES, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscam-se respostas para determinadas perguntas sobre o tema, Análise do retorno do investimento X do programa de desenvolvimento profissional, na Empresa Tok Final Calçados, bem como a compreensão de sua importância e influência dentro da organização pesquisada. Pretende-se analisar as problemáticas levantadas na introdução dentro da empresa Tok Final Calçados e apresentar os resultados obtidos na consecução dos objetivos de pesquisa por meio da investigação dos retornos obtidos do Treinamento aplicado e estabelecer métodos e indicadores capazes de demonstrar resultados qualquantitativos. Por fim, pretende-se compreender a interferência do treinamento nos aspectos voltados ao atendimento, qualidade de vida no trabalho e clima organizacional e necessidade de explicação da realidade da Tok Final Calçados por meio da quantificação dos dados financeiros antes e após a aplicação do treinamento.

CONCLUSÕES

Analisa-se que os dados e as informações colhidas durante o Estudo de Caso proporcionarão respostas práticas em relação aos resultados e desempenho atuais dentro da Organização pesquisada. Portanto, objetiva-se formalizar por meio de estudo científico a relação entre T&D (Treinamento e Desenvolvimento) e sua mensuração de modo a contribuir com a tomada de decisão entre os níveis estratégicos da empresa e tornar esta mensuração uma oportunidade de vantagem competitiva ao considerar o conhecimento gerado após o estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso Orientador M.e Pedro Henrique Rodrigues de Sousa por nos conduzir com dedicação e profissionalismo nesta importante etapa de nossas vidas.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Luís Carlos Ferreira de. T&D Estratégicos. In: BOOG, G. G. Manual de Treinamento e Desenvolvimento. ABTD. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1999. p. 125-144.

MENDONÇA, Alzinho Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. Trabalhos Acadêmicos: planejamento, execução e avaliação. Goiânia: Faculdade Alves Faria, 2008.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PERANTE CENÁRIOS ECONÔMICOS DESFAVORÁVEIS

Jonathan Oliveira Moraes; Juliana Cruz Bonfim; Lucas Roberto Damasceno Souza; Pedro Henrique do Carmo Souza; Vanessa Naiara da Cruz Nunes; Orientador: Luiz Carlos Ongaratto

RESUMO

A instabilidade econômica no país provocou uma retração na economia nacional. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que no ano de 2015 houve queda de 3,8% na economia brasileira, de acordo com o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), que apresentou o pior resultado desde 1990 com um valor de 5,904 trilhões de reais. A instabilidade no cenário político e financeiro pode interferir na solidez de uma instituição bancária que trabalha com o empréstimo consignado em folha, podendo sofrer com o aumento na inadimplência. Assim, este trabalho visa discutir como a oscilação dos indicadores econômicos, de fato, provoca impactos em uma instituição financeira, analisando quais estratégias podem ser adotadas para sobressair perante esses impactos e os resultados favoráveis e desfavoráveis obtidos.

Palavras-chave: Instituição financeira; Estratégias; Mercado.

INTRODUÇÃO

Por consequência de a inconstância financeira da economia ter afetado gravemente o desenvolvimento do país, estes impactos também podem ocorrer de forma súbita, atingindo diretamente as instituições financeiras que dependem de crédito abundante para manutenção

dos seus negócios. Por questão de coerência econômica, é necessário considerar fatores como a inflação, correlacionada com à alta do dólar, reflexos da deterioração do quadro político institucional e a perda de credibilidade do governo.

Assim, em função das decorrentes fases desfavoráveis na economia, os dados de uma instituição financeira brasileira serão avaliados perante o cenário atual do país, analisando-se de forma objetiva e com embasamento teórico, para compreender as soluções adotadas por ela para driblar o período de instabilidade.

METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida considerando-se quatro tipos classificatórios: 1) quanto à finalidade- pesquisa básica; 2) quanto ao objetivo- pesquisa exploratória (empresa) e descritiva (relação mercado, indicadores econômicos x empresa); 3) quanto à abordagem do problema - pesquisa qualitativa; e 4) quanto às técnicas e procedimentos utilizados - pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ansoff (1990) afirma que a criação da gestão e planejamento estratégico ocorreram em decorrência das dificuldades enfrentadas pelas empresas americanas no final da década de 50. Segundo Oliveira (1996), o planejamento considera os aspectos no sentido de alcançar uma situação desejada de maneira mais eficiente e efetiva. De acordo com Porter (1980), a essência da formulação de uma estratégia competitiva é relacionar uma companhia ao seu ambiente, fazendo com a empresa identifique em que direção deve seguir, analisando as ameaças e oportunidades do mercado, através de indicadores, ou seja, de variáveis que tendem a se mover com certa antecedência em relação ao ciclo econômico, prevendo o estado da economia para certo período de tempo futuro, como o Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Inflação, e as Taxas de Juros.

CONCLUSÃO

Devido às decorrentes fases desfavoráveis na economia, os dados de uma instituição financeira brasileira serão avaliados de forma objetiva com embasamento teórico, para compreender as soluções adotadas por ela para driblar o período de instabilidade. De acordo com a pesquisa em andamento, o setor bancário ainda tem liderado os ganhos entre as empresas de capital aberto mesmo em meio à recessão e com menos empréstimos concedidos. Para tentar amortecer os efeitos do cenário financeiro instável, as grandes instituições privadas do país desenvolvem iniciativas para ampliar receitas com tarifas e serviços, além de esforços para atrair clientes.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por nos haver concedido forças para prosseguirmos na luta e nunca abaixarmos a cabeça. A nossos familiares, amigos e mestres que contribuíram significativamente para elaboração deste trabalho e para nosso crescimento pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FROYEN, Richard T. Macroeconomia: teorias e aplicações / Richard T. Froyen; tradução: Cecília * Camargo Bartalotti. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ANSOFF, H. Igor. Do planejamento estratégico à administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1990.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento estratégico: conceito, metodologias e práticas. São Paulo: Atlas, 2007.

PORTER, Michael E. Vantagem Competitiva. Criando e Sustentando um desempenho Superior, tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga; revisão técnica de Jorge A. Garcia Gomez. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MODELO DE RESUMO EXPANDIDO LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DE CASO NO SHOPPING DAS BATERIAS

Antônia Alzilene Gonçalves Gabriel do Nascimento; Bruna Silva Rabelo; Paulo Henrique de Pádua Ribeiro; Telma Rodrigues Gama; Fabricio de Sousa Santos

RESUMO

Baterias automotivas são um componente essencial para o funcionamento de veículos automotores. A indústria de baterias automotivas é uma das mais pujantes do mercado brasileiro e mundial. Devido à força produtiva da indústria automobilística e o crescente consumo de veículos, a indústria de baterias expandiu em alto volume sua produtividade. Contudo, o produto apresenta alto índice de descarte devido à sua necessidade de reposição. Tal descarte gera preocupação por ser constituído de chumbo-ácido, resíduos químicos. Estes resíduos quando descartados de maneira inadequada geram danos graves ao meio ambiente, limai das ferramentas de destinação adequada dos resíduos é a Logística Reversa. A presente pesquisa tem por finalidade compreender o processo de logística reversa de baterias automotivas pós-consumo, compreendendo como uma empresa varejista na cidade de Goiânia-GO participa na cadeia reversa destes componentes. Busca ainda entender a importância da prática de logística reversa para a organização, sociedade e meio ambiente, analisando os impactos positivos e negativos do processo. Este trabalho terá como método de pesquisa um estudo exploratório de abordagem qualitativa. Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para levantamento de informações já publicadas sobre o tema., Posteriormente, será realizado um estudo de caso na empresa Shopping das Baterias, que disponibilizará informações por meio de entrevistas e pesquisa documental para que o estudo de caso seja concretizado. Assim, compreender o processo de logística reversa de baterias automotivas, o papel dos agentes intervenientes da cadeia reversa, bem como as vantagens e desvantagens da empresa com a prática de logística reversa. Como resultado, espera-se responder aos objetivos propostos.

Palavras-chave: Logística reversa; Baterias automotivas; Pós-consumo.

INTRODUÇÃO

Segundo Leite (2009), os primeiros estudos sobre logística reversa são encontrados nas décadas de 70 e 80, como foco principal relacionado ao retorno dos bens a serem processados em reciclagem de materiais. A partir de 1990, o tema tornou-se mais visível no cenário empresarial. Mas, foi entre 2000 e 2009 que o tema começou a ser tratado no Brasil e, no ano de 2010, foi criada a lei nº 12.305, que trata da Política Nacional de Resíduos V Sólidos (PNRS), regulamentada pelo Decreto 7.404/10.

Para Leite (2009), logística reversa planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas do retorno dos bens de pós-venda e de pós-consumo ao ciclo dos negócios, agregando-lhes valores de diversas naturezas.

Um dos resíduos citados na PNRS de grande volume no mercado, a bateria automotiva, nos últimos 10 anos aumentou ainda mais o volume, visto que é um componente indispensável para o funcionamento dos automóveis e o mercado de vendas aumentou 123% nos últimos 10 anos.

A pesquisa justifica-se por explorar um tema atual nas organizações, e identificar a real motivação para a prática, seja pelo cumprimento da legislação, ganho de imagem corporativa ou preocupação ambiental.

O estudo tem como objetivo compreender o processo de logística reversa de baterias automotivas pós-consumo de uma empresa varejista na cidade de Goiânia-GO.

METODOLOGIA

A presente pesquisa abordará o problema proposto sobre uma linha de pesquisa de natureza qualitativa e exploratória. Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica em material já elaborado e disponível na forma de livros, artigos específicos, etc. Posteriormente, será realizado estudo de caso na empresa de forma empírica, coletando-se dados com propósito de compreender o processo de logística reversa existente na empresa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da discussão dos resultados da pesquisa, experimentos e estudo de caso, esperamos contribuir com as empresas, principalmente do Estado de Goiás, com o público, em geral, sobre a importância do tratamento adequado de resíduos sólidos pós-consumo, bem como apontar os tipos de vantagens ao implementar o programa de logística reversa e proporcionar, através do estudo de caso, base confiável para pesquisas futuras sobre o tema.

REFERÊNCIA

LEITE. Paulo R. Logística Reversa: meio ambiente e competitividade. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PEDAGOGIA EMPRESARIAL: Uma nova perspectiva de trabalho

OLIVEIRA, Franciely; SOUSA, Liliane; ARAUJO, Sonia; SANTOS, Suelen. (Rosimelre Maria Fortuna Costa)

RESUMO

Este trabalho priorizou a prática pedagógica não escolar como campo de pesquisa, que teve como objetivo analisar o papel do pedagogo no ambiente empresarial. A partir disso, realizamos pesquisas bibliográficas exploratórias e um questionário direcionado aos profissionais da área. Sob tal enfoque, concluímos que o pedagogo vem ganhando cada vez mais o seu espaço criando métodos e estratégias didáticos pedagógicas que vão dar suporte aos funcionários, facilitando-lhes aprendizagem

Palavras chave: Pratica Pedagogia. Pedagogo. Profissionais. Empresas. Aprendizagens.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve origem a partir das inquietações provocadas através de algumas disciplinas ofertadas pelo curso de Pedagogia das Faculdades Alfa, que, na visão de alunas, tomamos conhecimento de que há uma diversidade de campos para a atuação do Pedagogo, Foram realizadas pesquisas bibliográficas exploratórias e um questionário **direcionado** aos profissionais da área.

Sobre tal enfoque, o objetivo é Investigar como ocorre a atuação do pedagogo no cenário empresarial, seu papel e contribuições necessárias para o exercício da função neste novo espaço, relatando a sua importância no processo de treinamento, e sua contribuição na formação profissional e social dos funcionários, detalhando o interesse das empresas ao contratar pedagogos.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográficas e um questionário direcionado aos Pedagogos profissionais que atuam na área empresarial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apoiamos nossas discussões em autores como Libâneo (2002), Chiavenato (2009) e Escotto (2003), que se reportam acerca da atuação pedagógica em espaços não escolares. Através desse processo investigativo, estamos buscando respostas que venham elucidar as dúvidas que digam respeito a esse novo mercado de atuação, oportunizando relatar, ao final das pesquisas, os resultados adquiridos através dos questionários direcionados aos pedagogos que atuam na área empresarial.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que a atuação do pedagogo está se ampliando, e, através desse processo investigativo, buscamos responder as problemáticas quanto a atuação desse profissional e sua importância nas empresas, e esperamos buscar resultados satisfatórios quanto à essa nova atuação pedagógica.

AGRADECIMENTOS

Aos nossos familiares, amigos e mestres, que, de alguma forma, contribuíram significativamente para o nosso crescimento intelectual, profissional e pessoal.

REFERÊNCIAS

ESCOTTO, Amélia. A.R.;PEDAGOGIA EMPRESARIAL, A atuação do pedagogo na empresa. 5. Ed. EDITORA WAK. CHIAVENATO, Idalbeito. 7. Ed. Manole, 2009. (serie recursos humanos).

HOLTZ, Maria luiza M. "Lições de Pedagogia Empresarial". MH Assessoria Empresarial Ltda., Sorocaba SP.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê?. 12. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2010

O USO DA T.I. NA GESTÃO DE ESTOQUES DA COCA-COLA

Alessandro Ricardo Lopes; Narrayara Diniz Mendes; Nayara de Oliveira Lemes; Tiago Leão Muniz. Profa. Ma. Edna Santos

RESUMO

A logística, ao longo do tempo, passou a ser peça primordial dentro das organizações, por ser responsável por prover recursos, equipamentos, informações para as execuções de todas as atividades de uma empresa. Dentro da logística, estão: ao provimento de recursos materiais e informações na empresa. Para auxiliar o desenvolvimento dessas atividades, tem-se no uso de softwares de gestão integrada, como os *Enterprise Resource Planning - ERP* - um importante auxílio à eficácia do desempenho organizacional.

Palavras-chave: Logística. Tecnologia da Informação. Armazenagem. Software de gestão integrada.

INTRODUÇÃO

A armazenagem é uma atividade da logística que, se não desempenhada corretamente, pode apresentar problemas, como perdas de produtos, falta de programação de venda, excessos ou falta de material em estoque, perdas decorrentes de movimentação interna e externa, perdas de informações de inventários, enfim, as mais diversas perdas. Para tentar minimizar esses problemas, as organizações usam diversos tipos de Sistemas de Informação, dentre eles, os softwares de gestão integrada, ou *Enterprise Resource Planning - ERP* - um sistema de informação que integra todos os dados e processos de uma organização em um único software. Portanto, esse trabalho busca elucidar a relação entre a implementação de um software de gestão integrada, o R-3 da empresa alemã SAP, em uma indústria de refrigerantes localizada na cidade de Trindade, estado de Goiás, e o desempenho da gestão de estoques na referida organização.

METODOLOGIA

Neste trabalho, as formas de pesquisa foram: bibliográfica, documental, estudo de caso. Foi feita pesquisa exploratória inicial para observação dos fenômenos e será explicativa, no decorrer do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda não foi aplicada a pesquisa, mas o objetivo é compreender quais foram os resultados obtidos com a implementação de um software de gestão integrada - ERP - no setor de armazenagem da indústria Coca-Cola, em Goiás.

CONCLUSÕES

Ainda não houve.

AGRADECIMENTOS

REFERÊNCIAS

Livros: Balou, Laudon e Laudon

O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA TOMADAS DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO

Amanda Ribeiro Pazchenco; Ângela Daiane da Costa Silva; Ismália Moreira Alves dos Santos; Edna Santos

RESUMO

O presente trabalho propõe buscar informações que demonstrem os reflexos do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (T.I.C.'s) na tomada de decisão empresarial.

Palavras-chave: Tecnologia da informação. Tomada de decisão. Comunicação.

INTRODUÇÃO

A tecnologia possui significado abrangente e aplicação em todas as ciências, nasceu nos primórdios da humanidade e perpetua-se até se tornar uma das mais importantes ao desenvolvimento humano. Contudo, foi na década de noventa que o mundo conheceu e popularizou a tecnologia, transferindo-a para escala comercial e uso doméstico, praticamente em todo o planeta, consolidando-se como elemento quase “indispensável à sobrevivência” da espécie humana.

Analisar até que ponto as T.I.C.s geram esses impactos é objeto de estudo. Comparar os objetivos traçados pelo planejamento estratégico é outro ponto a ser identificado com a pesquisa em questão, de forma a identificar as influências das T.I.C.s sobre a concorrência globalizada.

Compreender e analisar o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (T.I.C's) na tomada de decisão dos gestores de uma indústria de beneficiamento de arroz no Estado de Goiás.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos, a pesquisa será sustentada: por estudos teóricos, através de bibliografias reverenciadas na área; e práticos, através de visitas técnicas, tendo como objeto de estudo a empresa Cristal Alimentos, indústria do ramo alimentício, criada em 1956. De caráter experimental, qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Propõe buscar informações que demonstrem os reflexos do uso das tecnologias da informação e comunicação (T.I.C.s) na tomada de decisão empresarial. Visa explorar e avaliar as alternativas de que dispõem as T.I.C.s e as medidas estratégicas e táticas adotadas a partir delas.

CONCLUSÕES

Espera-se agregar conhecimento e contribuir para futuros pesquisadores e interessados no tema abordado e empresas que visam melhorar seu desempenho na tomada de decisão, através das T.I.C.s.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter nos dado, saúde e força para superar as dificuldades,
 Aos familiares, pelo incentivo e apoio,
 À empresa Cristal Alimentos LTDA, por nos permitir realizar este projeto dentro de suas dependências, nos auxiliando com informações necessárias para sua elaboração,
 À orientadora Edna Santos, pelo suporte, correções e incentivos.

REFERÊNCIAS

- SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. Administração da produção. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ASSIS, Wilson Martins. Gestão da informação nas organizações: como analisar e transformar em conhecimento informações captadas no ambiente de negócios: exemplos práticos. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008.
- BEAL, Adriana. Gestão Estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.
- ALBERTIN, Alberto Luiz. Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PREÇO DE VENDA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - ESTUDO DE CASO CONFECÇÕES MARIMELO LTDA

Marlon de Siqueira Pinto; Miguel Henrique Vieira; Raiany Dias Fonseca; Roger Corrêa Bitencourt; Leandro Rodrigues Miranda.

RESUMO

O trabalho tem como finalidade analisar e interpretar os fatores internos e externos que interferem na formação do preço de venda, analisando os custos, a concorrência, o valor percebido pelo cliente e a demanda do mercado. Com o resultado, espera-se identificar os fatores que influenciam diretamente no processo de precificação e se estes são levados em consideração pelas micro e pequenas empresas na sua estratégia de preço.

Palavras-chave: Preço. Custo. Formação de preço. Precificação.

INTRODUÇÃO

Em um ambiente empresarial, as micro e pequenas empresas encontram-se no desafio da formação de preço de venda, tornando fundamental a utilização das estratégias de preço adequadas para o seu negócio. Uma grande dificuldade observada é a falta de informação sobre os fatores internos e externos que influenciam diretamente no processo de precificação, como os custos, marketing, administração geral, estratégia, produção e os aspectos demográficos e psicológicos.

Por tudo que foi exposto, o trabalho será desenvolvido em duas teorias; a teoria de custos e a teoria orientada pelo mercado. Logo, demonstrar que a gestão dos custos e a observação do mercado se tornam elementos fundamentais para se obterem preços competitivos, respeitando

seu limite de preço para se manter em um mercado cada vez mais competitivo e formando seu preço ideal.

METODOLOGIA

Pelo fato de este trabalho ter o objetivo de gerar conhecimento para aplicação prática e solucionar um problema específico, tem, como finalidade, a pesquisa aplicada. Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como explicativa. Em busca de entender o problema, foi adotada uma pesquisa qualitativa. Em relação às técnicas e procedimentos adotados, primeiramente foi adotada a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de materiais já publicados (MENDEONÇA; ROCHA; NUNES, 2008). Em seguida, será feito um estudo de caso na empresa Confecções Marimelo Ltda., buscando entender como e por que a empresa adota suas estratégias de precificação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que a pesquisa mostre a estratégia adotada pela empresa no processo de formação do preço de venda. Com isso, iremos analisar o processo de precificação adotado pela empresa e fazer a comparação com a pesquisa bibliográfica. Logo, iremos observar os resultados e, se possível, fazer os ajustes necessários para a formação do preço de venda ideal, em busca de alavancar a lucratividade da empresa.

CONCLUSÕES

Esperamos que esse estudo de caso possa demonstrar se a estratégia de precificação da empresa estudada é feita de forma assertiva, ajudando a nortear as decisões nas tomadas de decisões com relação à precificação pautada nas bibliografias adotadas.

AGRADECIMENTOS .

Aos professores e, em especial, ao nosso orientador, pela paciência e dedicação em nosso Orientador não apenas neste trabalho, mas em toda a vida acadêmica.

REFERÊNCIAS

- BERNARDI, Luiz Antônio. **Manual de formação de preço.** 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2010. BRUNI, Adriana Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preço.** 6^a ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- COGAN, Samuel. **Custos e formação de preço: análise e prática.** 1^a ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. **Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação.** Goiânia: ALFA, 2008.

GESTÃO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICA: X ACERVO DOCUMENTAL AO ALCANCE DE TODOS

Sheila Carvalho Vilela Veríssimo

RESUMO

Este trabalho pretende mostrar a importância do conceito de gestão democrática educacional, que não só a construção do PPP deve ser coletiva, como também o acesso ao acervo documental que deve favorecer o conhecimento de toda a comunidade escolar das regras, encaminhamentos e propostas que constam nesses documentos. É preciso se fazer a hierarquia destes textos legais, demonstrando que um documento não pode sobrepor outro de maior instância e que caberá ao gestor da Instituição esclarecer, organizar e assegurar a compatibilidade dos documentos legais da Instituição com a lei maior que rege o Período de vigência na existência de sua Instituição Escolar.

Palavras-chave: Acervo documental, participação, acesso livre. Diretor, comunidade escolar.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira tem passado por algumas mudanças significativas. Apontamos, aqui, aquelas ocorridas no campo legal, tendo como eixo a Constituição Federal de 1988, que possibilitou desdobramentos legais relevantes para a educação básica, levando, entre outras, a mudanças na organização e estrutura curricular, na sistemática de financiamento, no processo de gestão dos sistemas de ensino e na ampliação do acesso à escola básica.

Este novo processo de gestão foi construído com base numa gestão democrática e entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Esta relação com a comunidade escolar passa pela necessidade de se conhecer a escola em sua parte física e humana, na pessoa de seus dirigentes, professores e funcionários, como também ter acesso aos seus projetos e regulamentações legais que vão direcionar os relacionamentos e andamento do dia a dia da escola.

Para muitos problemas da rotina escolar, sabe-se que os textos oficiais apresentam apenas parte da solução. Mas é preciso conhecer para reivindicar soluções a quem é de direito.

A relação da família e escola deve ser tratada de forma justa, mas com acesso livre à documentação deste acervo sempre que desejar. Por isso, o diretor deve facilitar o acesso aos documentos, como Regimento Escolar, PPP, PNE, normativas apresentadas no decorrer da rotina do dia a dia.

Este trabalho pretende mostrar a importância do conceito de gestão democrática educacional, que não só a construção do PPP deve ser coletiva, como também o acesso ao acervo documental que deve favorecer o conhecimento de toda a comunidade escolar das regras, encaminhamentos e propostas que constam nesses documentos.

E importante mostrar que todo cidadão tem direito de conhecer o projeto da escola através desses documentos para, posteriormente, não ser cobrado ou se decepcionar com a estrutura em que vive, e mesmo favorecer com seu trabalho.

METODOLOGIA

Fazer um levantamento sobre os documentos escolares administrativos existentes nas Faculdades Alfa e outras instituições de ensino e pesquisar sobre o acesso do público a estes

documentos bem como às resoluções e sobre o curso que cada um oferece. Demonstrar se este acesso facilita e incentiva a escolha pela instituição da comunidade escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pudemos perceber que o acesso aos documentos, em algumas instituições, ainda continua restrito, e que estas se mantêm fechadas para a visita de inspetores. Não é o caso da Instituição Alfa e a de Educação

CONCLUSÕES

Após o conhecimento dos principais resultados alcançados no desenvolvimento do projeto de maneira clara, interligando-os como o objetivo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao 7º e 8º períodos pela dedicação nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

LIBANEO, José Carlos, Organização e Gestão da Escola: teoria e prática, Goiânia, Editora do autor, 2003

VALERIEN, Jean, Gestão da Escola Fundamental: subsídio para a análise e sugestão de aperfeiçoamento, São Paulo, Cortez Unesco, Ministério da Educação 1993

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DE UMA FRANQUIA MARIA FILÓ A PARTIR DO INSTRUMENTO BRASILEIRO PARA AVALIAÇÃO DA CULTURA ORGANIZACIONAL (IBACO).

MILHOMEN, L.C.N1; SANTOS. D.V.C2: SANTOS, E. P3. ; SILVA, R .K4; SOUZA,Jussara de Paula

RESUMO

A temática deste estudo é a cultura organizacional que se apresenta com extrema importância para reconhecimento de uma organização, constituída em uma linha do tempo, a partir das experiências e direcionamentos organizacionais em sua atuação. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a cultura organizacional de uma franquia Maria Filó. Sabe-se que a cultura é responsável por delimitar hábitos, comportamentos, crenças, valores éticos morais, além de políticas internas e externas da empresa, sendo responsável por desenvolver as diretrizes para a empresa ser sucesso, começando essas percepções de dentro para fora. O estudo de caso foi realizado em uma das franquias da Maria Filó, localizada no Setor Bueno em Goiânia - Goiás. A abordagem da pesquisa foi qualitativa e, empara facilitar a coleta de dados, foi realizada uma entrevista com o grupo focal que é composto por sete colaboradores da organização. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o Instrumento Brasileiro para Avaliação da Cultura Organizacional (IBACO), que permitiu analisar a partir de escalonamento dos traços culturais da empresa. A pesquisa bibliográfica permitiu maior interação com o tema, possibilitando maior qualidade na investigação. Observou-se a partir dos resultados uma cultura com impacto positivo e satisfatório em relação às percepções dos colaboradores. Entretanto, avaliaram-se

algumas escalas que, embora não cheguem a caracterizar insatisfações pontuais, devem ser trabalhadas para que se mantenha cultura organizacional, de modo que não interfira no clima organizacional ou se altere de forma a implicar uma perspectiva negativa na linha do tempo na franquia Maria Filó estudada.

Palavras-chave: Cultura; IBACO; Percepções

ANÁLISE DA APLICABILIDADE DA TÉCNICA CLIENTE OCULTO NA AVALIAÇÃO DESEMPENHO DA EMPRESA PREPARA CURSOS: UM ESTUDO DE CASO

CARDOSO, A.F1; LIMA, M.R.S2; MARINHO, R.P.C.C. 3; RODRIGUES, A.D4; SANTOS, F.R.M5: SOUZA,Jussara de Paula6 (orientadora)

RESUMO

O Objetivo deste estudo foi analisar a aplicabilidade da técnica cliente oculto na avaliação desempenho da empresa Prepara Cursos. É válido salientar que o instrumento cliente oculto é importante por ser um serviço investigativo, em que avaliadores são enviados para checar a qualidade e agilidade dos colaboradores de um negócio em questão. São estudadas medidas para o aperfeiçoamento do serviço e do atendimento, buscando-se maximizar resultado. Assim, o estudo de caso focou-se na função atendimento de modo a se compreender a aplicação da ferramenta no ambiente organizacional e interpretar a viabilidade de sua aplicação como apoio no processo de avaliação de desempenho. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Foi utilizado um *checklist* estruturado a partir de indicadores de avaliação de desempenho desejados pela direção da organização. Para estruturação dos itens que compuseram o *checklist*, foi realizada entrevista com o diretor geral da Prepara Cursos. A pesquisa observacional foi fundamental para interpretação e análise dos resultados. Foi possível observar que a aplicação do cliente oculto, mostrou que o atendimento da organização possui pontos positivos que são essenciais para realização das atividades do cargo. Entretanto, observaram-se falhas no atendimento que direcionaram a necessidade de treinamentos, no sentido de elevar a qualidade do atendimento. Assim, concluiu-se que o cliente oculto contribui para avaliação de desempenho dos colaboradores da Prepara Cursos, facilitando levantamentos pontuais, sendo necessário que se estude cargo a cargo anterior à aplicação do instrumento de modo que possa resultar em identificações que direcionem as tomadas de decisões que envolvem a função de Recursos Humanos na empresa.

Palavras-Chave: Cliente Oculto; Atendimento; Avaliação Desempenho.

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DO ABSENTEÍSMO NO CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DE GOIÂNIA-GOIÁS.

BRAGA, D.F.S1 ..SILVA. A.L.F2: MARINHO, R.P.C.C3; MELO, F.S4; MILHOMEN, L.C.N5; SOUZA6, Jussara de Paula (orientadora)

RESUMO

O absenteísmo diz respeito à quantidade de ausências dos colaboradores de uma organização. O estudo deste índice é essencial para que se possa entender se o índice é prejudicial ou não à saúde organizacional de modo que seja possível analisar seus efeitos e impactos na produtividade e nos custos das organizações. Ante esta Informação, este trabalho possui como objetivo analisar o índice de absenteísmo no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia de

Goiânia-Goiás. O estudo de caso apresentado permitiu apresentar os caminhos para se calcular o índice e/ ainda, os respectivos impactos na produtividade da organização. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, como instrumento de coleta de dados utilizou-se um *checklist* para obtenção dos dados do segundo trimestre de 2016, sendo utilizadas como referência as faltas totais em dias. A pesquisa documental foi essencial para o levantamento das informações. A pesquisa bibliográfica permitiu a compreensão dos dados a serem coletados e, ainda, da importância da mensuração deste índice. A análise dos dados foi realizada por meio do cruzamento dos dados obtidos na análise documental e dos cálculos do índice de absenteísmo que foram realizados a partir de estudos de Marras (2011). O nível de absenteísmo foi mensurado a partir de faltas justificadas e não justificadas. Como resultado, obteve-se que a maior fatia das ausências encontrada não representa impactos anormais ao sistema de gestão, e que a maior parte das ausências é justificada. O estudo permitiu concluir que o índice de absenteísmo do Conselho Regional de Técnicos em Radiologia de Goiânia-Goiás não é um fator que impacta na produtividade da organização.

Palavras-chave: índice; Absenteísmo; Produtividade.

PLANO DE COMUNICAÇÃO DE COMBATE AO BULLYING NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÂNIA

Cinthya Mendes; Pedro Henrique Fraga; Joseane Ribeiro

RESUMO

A preocupação com a violência entre crianças nas escolas públicas é o motivo para que se levantassem diversos debates e artigos sobre o tema. Diante disso, aplicaremos os melhores meios e formas corretas para solucionar este problema, por meio da publicidade. O objetivo é realizar um plano de comunicação de forma eficaz direcionado ao Estado de Goiás, que venha convencer o público-alvo a ter uma mudança de comportamento referente à prática do *bullying*. Uma pesquisa realizada entre alunos das séries finais do Ensino Fundamental, em 2010, pelo Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor - CEATS e a Fundação Instituto de administração - FIA, abrangendo todo o país e descrevendo os índices por regiões, o Centro-Oeste aponta um total de 975 alunos respondentes, sendo 79,4% em escolas públicas. Destes, 11,7% confirmam que foram vítimas de *bullying*.

Palavras-chave: *bullying*; ambiente escolar; violência.

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma, na Lei 8.069, título II, Capítulo II, art. 18 que “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”. Baseado nisto, concluímos que a publicidade também tem seu dever que deve ser cumprido a favor da sociedade. Foi escolhido para ser tratado neste projeto um plano de comunicação contra o *bullying*, que tem sido um dos principais males do ambiente escolar em nossa sociedade.

Segundo Camargo (2016), “*Bullying* é um termo da língua inglesa (*bully* = ‘Valentão’)\”, e se caracteriza como formas de atitudes agressivas, individuais ou em grupo, sempre com a intenção de intimidar e reprimir a vítima, utilizando de métodos violentos que envolvem repetitivas agressões físicas, verbais, psicológicas ou até exclusão do indivíduo de grupo.

O *bullying* define-se como o fenômeno pelo qual uma pessoa é sistematicamente exposta a um conjunto de atos agressivos e repetidos, que ocorrem sem motivação aparente, mas de forma

intencional, protagonizados por um ou mais agressores, causando dor, angústia e sofrimento numa relação desigual de poder (PERDONCINI, 2012, p.59).

Perdoncini (2012) afirma que diversos autores têm demonstrado ser a escola o local de maior incidência deste fenômeno, fazendo com que a vida estudantil de várias crianças e adolescentes se torne um verdadeiro terror. Existe, ainda, uma incerteza sobre a proporção deste fenômeno, já que, muitas vezes a vítima tem receio de denunciar. Segundo Severo (apud PERDONCINI, 2012, p.59), “o fenômeno ‘bullying’ é, atualmente, uma das formas mais recorrentes de violência na escola”.

O *bullying* é um problema que atinge não só a vida escolar, mas toda a sociedade. Neto (apud MACEDO, 2014, p. 16) considera-o um problema de saúde pública que afeta a saúde das crianças e adolescentes em diversas dimensões.

Há uma grande preocupação de educadores referente a esse mal. Projetos têm sido criados para evitar esse tipo de crime nas escolas, porém o planejamento equivocado pode trazer um efeito contrário.

É certo supor, então, que um trabalho de conscientização contra o *bullying* em salas de aula e em outros contextos, feito sob a ótica de tipologias (tais como o binarismo “agressores populares” contra “vítimas nerds”), acabará reproduzindo as estereotipias que alimentam o *bullying* e, por conseguinte, surtindo o efeito contrário ao desejado, na medida em que sustentará a identificação infantojuvenil a modelos que induzem à segregação e ao preconceito. (ALBINO, 2012, p. 8)

A elaboração de um plano de comunicação para este projeto leva em consideração que o público-alvo precisa ir além da vítima ou do agressor, já que “O facto de o *bullying* ser um fenômeno grupal sugere que os programas de prevenção da violência escolar devem dirigir-se mais aos grupos (escolas, turmas), do que aos indivíduos” (MARTINS, 2005, p. 403) nos quais se envolvem a vítima, o agressor, as testemunhas, os educadores e pais.

Martins (2005, p.403) também afirma que “o facto de se manifestar sob diferentes formas - físico, verbal e indirecto - sugere que as estratégias de intervenção ou prevenção devam levar em consideração o tipo de *bullying* que pretendam prevenir ou erradicar”.

Com as informações adquiridas no processo do trabalho, queremos finalizar com um plano de comunicação contra o *bullying* entre crianças do ensino fundamental das escolas públicas no Estado de Goiás, realizando um planejamento com eficiência e buscando acrescentar todo o conhecimento obtido.

METODOLOGIA

Com o intuito de entender o tema de forma aprofundada, serão utilizadas pesquisas bibliográficas. Portanto, serão feitas pesquisas aplicadas e exploratórias sobre o *bullying*, observando-se o estado da arte da temática do trabalho por meio de consulta a repositórios acadêmicos na internet. Após esta pesquisa, serão coletados dados sobre campanhas contra o *bullying* que já foram veiculadas recentemente na mídia com o objetivo de analisar a mensagem, o meio e o público. Por fim, será elaborado um plano de comunicação para combate ao *bullying* nas escolas da rede pública de ensino do estado de Goiás.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as pesquisas consultadas, pôde-se perceber a falta de preocupação do Estado quanto ao *bullying*, pois não há dados específicos sobre o tema na rede pública de ensino estadual em

Goiás. A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (Seduce) informa realizar apenas campanhas de prevenção, dedicando uma semana por ano para atividades abertas, como palestras e debates sobre o tema. Por esse motivo, o embasamento foi feito por uma pesquisa do Centro-Oeste, do qual obtivemos dados específicos de violências do *bullying*. Com base nessa pesquisa, destacou-se a gravidade do assunto, uma vez que 11,7% das crianças do Centro-Oeste alegaram ter sofrido crianças do Centro-Oeste alegaram ter sofrido, ou estar sofrendo *bullying*.

CONCLUSÕES

Espera-se que a elaboração de um plano de comunicação com a criação de uma campanha publicitária contribua para a conscientização da comunidade escolar sobre o bullying e reduza a quantidade de casos de bullying nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, Priscila Linhares et.al. Considerações críticas sobre o fenômeno do Bullying: do conceito ao combate e à prevenção. In: Revista Eletrônica do CEAF. Porto Alegre-RS. Ministério Público do Estado do RS. Vol. 1, n2. Fev./maio 2012. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/areas/biblioteca/arquivos/revista/edicao_02/vollno2art4.pdf> Acesso em 16 jun 2016.
- CAMARGO, Orson. "Bullying". Site Brasil Escola. Seção sociologia. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>>. Acesso em 16 jun 2016.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE. Lei nº 8.869, de 13 de julho de 1990 e legislação correlata. 9ª ed. Brasília-DF, 2012.
- MACEDO, Ermelinda et.al. *Bullying* Escolar e avaliação de um programa de intervenção. In: Revista Portuguesa de Enfermagem de saúde mental, ESPECIAL 1 (ABR., 2014). Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpesm/nspel/nspela03.pdf>> Acesso em: 16 jun 2016.
- MARTINS, Maria José D. Agressão e vitimação entre adolescentes, em contexto escolar: Um estudo empírico, Análise Psicológica (2005) 4(XXIII): 401-425. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v23n4/v23n4a05.pdf>> Acesso em 16 jun 2016.
- PERDONCINI, Cinthia et. al. *Bullying*: uma análise comparativa da incidência entre alunos da quinta e oitava serie, Revista Eletrônica da Faculdade Evangélica do Paraná, Curitiba, v.2, n.1, p.58-67, jan./mar. 2012. Disponível em: <<http://www.fepar.edu.br/revistaelectronica/index.php/revfepar/article/view/40/50>> Acesso em: 16 jun 2016.

ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS OFERTADOS PELA EMPRESA DE PEQUENO PORTE VALENTINE FESTAS LTDA.: UM ESTUDO DE CASO.

CASCAO. A.A.S1.: FRAZÃO NETO, S.D2FREITAS, V.F3.; LAET, L.S. 4; MARINHO, R.P.C.C5; SANTOS; E.P. Jussara de Paulaõ (Orientadora)

RESUMO

De modo geral, os benefícios sociais são considerados como facilidades, conveniências e vantagens ao colaborador. Quanto à exigência, podem ser legais (para atender as leis) ou espontâneos (concedidos com liberdade pelas organizações). Os objetivos dos benefícios sociais são vistos sob três perspectivas: individual, econômica e social. Na perspectiva individual, o objetivo é atender a necessidades que envolvem proporcionar uma vida mais tranquila ao trabalhador. Já na econômica, objetivo é se direcionar a auxiliar a organização nos mecanismos de controle de custos que submergem do clima organizacional. Na perspectiva social, o objetivo é basicamente suprir as carências da previdência social. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar objetivos dos benefícios sociais ofertados pela empresa de pequeno porte Valentine Festas Ltda. Trata-se de um estudo de caso, com objetivo descritivo e abordagem qualitativa, utilizando-se do procedimento bibliográfico. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado de um *check-list*, para levantar os tipos de benefícios ofertados. Foi realizada entrevista com a direção da empresa, buscando-se compreender sua percepção da relevância dos benefícios. Como resultado, observou-se que a organização paga os benefícios legais pontualmente, sendo os atuais praticados: férias, 13º, abono de férias, repouso semanal Enumerado, Contribuição para previdência social, horas-extras, seguro acidente de trabalho e auxílio doença. Pode-se concluir com cruzamento e análise das informações que, embora os objetivos dos benefícios sejam atendidos, estes não são vistos como elementos de desenvolvimento da produtividade organizacional, visto que atendem apenas às exigências legais. Sugere-se que se realizem novos estudos na Valentine Festas, que possibilitem elencar as vantagens econômicas da implantação de benefícios espontâneos à organização.

Palavras-chave: Benefícios; Legal; Espontâneo.

PESQUISA DE CAMPO: AS PRINCIPAIS EMPRESAS DE RECRUTAMENTO PARA ESTAGIÁRIOS EM

ADMINISTRAÇÃO NA CIDADE DE GOIÂNIA-GO.

CARMO, R.M.T.Cf; COELHO, A.S. 2; MELO, F.S. 3; SANTOS, T.R4; SOUZA, Jussara de Paulaõ (Orientadora)

RESUMO

A captação de candidatos é de extrema relevância para as organizações. Esta etapa é denominada recrutamento, sendo compreendida como um conjunto de atividades para comunicar e divulgar oportunidades de trabalho. O objetivo do recrutamento é atrair pessoas com o melhor perfil possível para uma vaga. Quanto ao recrutamento de estagiários em administração, observa-se a presença de diversos *sites* e organizações que promovem esta oferta. Observada a dificuldade de estudantes de administração em se conectar com as vagas de estágios, este estudo tem como objetivo apresentar as principais empresas de recrutamento para estagiários em administração, a cidade de Goiânia-GO. A pesquisa de campo buscou identificar as mais qualificadas organizações de recrutamento locais que ofertam estágio especificamente para administradores. Trata-se de uma pesquisa com objetivo descritivo e com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica auxiliou nas identificações da base teórica necessária para o desenvolvimento da temática. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um *checklist* para levantamento das principais organizações. Foram realizadas análises em *sites* e checagens por telefone que possibilitaram identificar as organizações que possuem foco em recrutamento de estagiários em administração. Como resultado, observou-se que quatro são filantrópicas e uma é privada. Todas X possuem uma grande demanda por estagiários em administração. Para participar do processo de recrutamento de todas essas organizações, os estagiários em administração possuem acesso facilitado a partir dos *sites* das organizações, que incluem o currículo no banco de dados, fazendo cruzamentos a partir de sistemas de informações dos perfis dos candidatos aos perfis desejados pelas empresas.

Palavras-Chave: Recrutamento; Estagiário; Administração.

ESTUDO DE CASO: TÉCNICA DE TREINAMENTO COMO ESTRATÉGIA DE MARKETING NA EMPRESA CALÇADOS BEIRA RIO S.A.

FREIRE, A.L.L.1; LIMA, M.R.S2; SOUZA.K.F.3; SANTOS, D.G.4; SOUZA, Jussara de Paula (orientadora)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a utilização técnica de treinamento como estratégia de *marketing* pela empresa Calçados Beira Rio S.A. O treinamento é uma atividade de extrema importância para se elevar a capacidade técnica dos colaboradores em suas funções, elevando, assim, seus potenciais produtivos. Não é incomum estas técnicas de treinamento serem utilizadas como instrumento de *marketing*, em que organizações ofertam treinamentos aos colaboradores de seus clientes, visando agregar valor e ainda elevar sua vantagem competitiva. O estudo de caso foi realizado a partir dos dados da aplicação de um treinamento em uma expressiva rede revendedora de calçados localizada na cidade de Goiânia-Goiás. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa. Para melhor direcionar a pesquisa, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista, que foi aplicada à gerência de *marketing* da sucursal de Goiânia. A pesquisa bibliográfica possibilitou maior aproximação a temática estudada, no sentido de melhor compreender a relação entre treinamento e *marketing*. A pesquisa documental permitiu, além do conhecimento a metodologia utilizada nos impactos das vendas pós-treinamento. Observou-se que a Beira Rio possui uma metodologia de treinamento adequada e atrativa, favorecendo o desempenho global dos funcionários da rede de revendedora de calçados estudada e fortalecendo a marca Beira Rio junto aos vendedores diretos ao consumidor. Conclui-se que, se por um lado o treinamento oferecido pela Beira Rio eleva as habilidades dos vendedores treinados, por outro eleva a satisfação do cliente e impacta na elevação das vendas dos produtos Beira Rio, sendo esta estratégia sólida e direcionada ao objetivo organizacional.

Palavras-chaves: Treinamento; *Marketing*; Vendas

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA WORLD CONT ASSESSORIA CONTÁBIL

MELO, F.S.Í; SANTOS, J.E.S2; SCHLICHTING, A.S.S. 3; SOUZA, B.D.A. 4; SOUZA,
Jussara de Paula (Orientadora)

RESUMO

O objetivo do estudo foi analisar a Qualidade de Vida no Trabalho dos colaboradores da World Cont Assessoria Contábil. A Qualidade de Vida no Trabalho é importante para a manutenção das pessoas na organização. As abordagens sobre QVT se apresentam como uma humanização do trabalho e valoração do potencial humano, tendo como consequência o aumento da produtividade e competitividade da organização. Trata-se de um estudo de caso realizado em uma empresa de consultoria localizada em Goiânia-Goiás. A pesquisa possui objetivo exploratório e com abordagem qualitativa e, por questões de limitações da organização, utilizou-se do método quantitativo a partir da aplicação de um questionário. Para melhor direcionamento da pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. O questionário foi utilizado de acordo com o modelo de avaliação de Walton que enumera 8 critérios de análise da QVT, sendo eles: compensação justa e adequada; condições de trabalho; uso e desenvolvimento de capacidades; oportunidade de crescimento e segurança; integração social na organização; constitucionalismo; o trabalho e o espaço total de vida e relevância do trabalho na vida. O instrumento de coleta de dados foi aplicado a todos os colaboradores, e estruturados os resultados em gráficos que possibilitaram a análise dos dados. Os *resultados* permitiram observar uma excelente avaliação acerca das condições de trabalho, entretanto observa-se um impacto negativo em relação à Integração social na organização. Conclui-se que, embora a empresa possua diversos critérios avaliados como satisfatórios, há algumas insatisfações pessoais, sugerindo-se a estruturação de um plano de ação que possa corrigir os desvios de satisfação analisados.

Palavras-Chave: Qualidade de Vida no Trabalho; Avaliação; Satisfação.

SEGURANÇA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA COSPLASTIC

LIMA, M.R.Sf; MARQUEZIN, T, P, M2; MERENNA, R.K3; SILVA, B.S4; SOUZA, *Jussara de Paula*

RESUMO

A segurança no trabalho consiste em orientar, treinar e criar meios em que os colaboradores possam exercer suas funções com o máximo de segurança e não venham a sofrer acidentes ou adquirir doenças ocupacionais. Sendo assim, prima por zelar tanto da integridade física dos colaboradores quanto proteger a organização de questões legais, que envolvem a produtividade e, ainda, sua imagem no mercado. As organizações, neste sentido, são submetidas a normas que são fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho. Deste modo, o objetivo deste estudo foi apresentar as principais ações de segurança no trabalho na empresa Cosplastic, localizada na cidade de Aparecida de Goiânia-Goiás. O estudo de caso, realizado na indústria Cosplastic, que atua há 25 anos no mercado nacional, permitiu aproximação entre as teorias e as práticas organizacionais. A pesquisa possui caráter exploratório e abordagem descritiva. A pesquisa bibliográfica foi essencial para melhor compreensão acerca da temática. Para levantamento das informações, foi realizada uma entrevista com o técnico de segurança no trabalho. A pesquisa documentada possibilitou o levantamento de ações e, ainda a confirmação de dados relatados na entrevista. Os dados da entrevista e da pesquisa documental foram cruzados e, assim, estruturados os resultados.

Observou-se que as ações desenvolvidas pela área de segurança no trabalho atende a todos os requisitos legais exigidos pelas normas que abrangem a atuação da organização, sendo suas ações pontuais e voltadas especialmente a prevenção de acidentes, evitando desgastes neste sentido. Conclui-se que as ações de segurança no trabalho desenvolvidas pela organização são efetivas sendo essenciais para o sistema de manutenção das pessoas na Cosplastic.

Palavras - Chaves: Gestão de Pessoas; Segurança no trabalho; Normas.

PRECIFICAÇÃO DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO EM DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Ana Paula de Sousa; Marcos Antônio Fortuna; Sarah Gabriella de Almeida; Ma. Edna Santos

RESUMO

O Projeto de pesquisa tem por finalidade analisar as especificidades e características da precificação em serviços. Objetiva, também, apresentar estratégias de custos e formação de preços no setor de serviços, bem como confrontar o processo de formação de preços em produto e em serviço, apontando suas principais diferenças. A metodologia a ser adotada será a pesquisa bibliográfica e um estudo de caso de uma empresa de desenvolvimento de software para aviação, na cidade de Goiânia. Como resultado, espera-se demonstrar como a teoria sobre o tema pode ou não ter aplicabilidade na empresa em estudo.

Palavras-chave: Precificação. Serviços. Custos. Software.

INTRODUÇÃO

Com o aumento das relações comerciais, o mercado tem se tornado cada vez mais dinâmico e competitivo, forçando as empresas a trabalhar de forma mais enxuta, eficiente e qualificada. Para conseguir sobreviver a tanta concorrência, é fundamental que os donos e/ou gestores conheçam todos os processos que envolvem seu produto ou serviço, pois isso lhe dará condições de adaptação estratégica e inovação dinâmica, gerando vantagens competitivas em relação aos demais.

Dentre esses processos, saber a melhor estratégia para precisar um determinado produto ou serviço sempre foi uma preocupação dos estudiosos. No entanto, até hoje o tema continua sendo complexo, principalmente quando se trata de precificação do setor de Serviços. Esse setor é responsável por cerca de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (IBGE, 2013), contudo, a complexidade em formação de preços pode resultar em processos “empíricos” de construção, muito mais associados à percepção dos proprietários do que às necessidades empresariais, de fato.

A proposta deste projeto é, então, levantar e apresentar as principais teorias na formação de preço de serviços, voltadas para uma empresa de desenvolvimento de software.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa aplicada, que tem por finalidade analisar as especificidades e características da precificação em serviços, bem como apresentar estratégias de custos e formação de preços no setor de serviços e como tal processo ocorre na prática.

Quanto ao objetivo, é de caráter exploratório. Contudo, em seu desenvolvimento, a pesquisa será descritiva, uma vez que se torna essencial compreender como o processo de precificação pode influenciar nos resultados almejados pelas organizações.

Quanto à abordagem, selecionou-se o método qualitativo, buscando-se interpretação dos fenômenos relacionados ao processo de precificação no setor de serviços. Inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico das publicações sobre o tema e feito um confronto com a realidade apresentada da empresa em estudo, sendo esta de desenvolvimento de software para aviação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se identificar como a formação de preço responde à estratégia empresarial em uma empresa de desenvolvimento de software para aviação, na cidade de Goiânia.

CONCLUSÕES

Trata-se de uma pesquisa em andamento, mas espera-se analisar como é a formação de preço em uma organização da cidade de Goiânia.

REFERÊNCIAS

- BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. *Gestão de custos e formação de preços: com aplicações na calculadora HP 12C e Excel*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique Luiz. *Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente*. São Paulo: Atlas, 1994.
- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. *Administração de Marketing*. 14. ed. São Paulo: Pearson Education, 2012.
- MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Claudia R. Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. *Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação*. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA PARA PSICÓLOGOS: UMA SAÍDA

Psicóloga pela UFG, Psicodramatista pela ABPS (SP), cursando MBA em Inteligência Competitiva

RESUMO

De acordo com a pesquisa feita no site Google Trends, percebeu-se que houve uma queda brusca no interesse de busca pelos termos “Psicologia”, “psicoterapia”, “psicólogo” e “serviços de psicologia”, de janeiro de 2004 até julho de 2015. Isso mostra que o psicólogo e os serviços de psicologia estão desinteressantes ao público desde então, o que justifica a queda da renda média/desses profissionais. Por isso, iniciou-se em março de 2015 um trabalho de Educação Empreendedora para psicólogos em alguns canais da mídia digital (Youtube, Facebook, e Blog) e em dois workshops presenciais realizados em São Paulo, em consultório particular, para se investigar \ o conhecimento dos profissionais da área sobre sua crise profissional e financeira, para discutir possíveis saídas para esse quadro através do desenvolvimento da atitude empreendedora. Baseou-se no modelo de supervisão clínica e de negócios de Rosaldo Pires, no modelo de Construção a Startups Enxuta e no Modelo Canvas de Negócios Pessoais e Value Proposition Design para a realização deste trabalho. A conclusão foi que o psicólogo é um

“analfabeto” no mundo dos negócios, e isso percebido quando ele fica sem dinheiro e sem trabalho.

Palavras-chave: Psicologia; educação empreendedora; negócios para psicólogos.

INTRODUÇÃO

Em 2015, percebeu-se que apenas ensinar noções operacionais de marketing e empreendedorismo para um público que não teve acesso a essas informações antes, gerava como resultado um “boom” de divulgações vazias de conteúdo e, de público. Uma vez que se aplica a lógica de startup a esses negócios, dever-se-ia: ‘contemplar, como premissa, volume de demanda. Portanto, percebe-se que a demanda pelo serviço de ‘ Psicologia precisava ser revelada pelos profissionais, antes de se adotar uma linguagem mercadológica nas mídias sociais.

Essa confusão gerava como consequência uma não sustentação de propósito e conhecimento do próprio negócio. Para auxiliar essa categoria profissional nesse processo de aprendizagem do mundo dos negócios, iniciou-se em 2015 um projeto de Educação Empreendedora para Psicólogos com a criação de vídeos e textos capazes de ensinar a criação, administração e crescimento dos seus negócios. Os vídeos eram postados num canal do Youtube com frequência semanal, e os textos eram disponibilizados por e-mail ou Blog.

Além disso, foram feitos eventos particulares presenciais que tinham o intuito de educar os profissionais para aprender: o que era o mercado, onde eles se inseriram nessa lógica, como eles poderiam contribuir com propostas de valor. Também, foi oferecida uma oficina de criação de negócios a partir da perspectiva de Modelo Canvas de Negócios Pessoais e também Value Proposition Design.

METODOLOGIA

Levantamento bibliográfico, análise quantitativa dos números do Youtube e qualitativa dos comentários recebidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise de nosso canal no Youtube - Patrícia Grilli Psicologia, no período citado: Vídeos 87, Visualizações - 39.228, Tempo de exibição (Minutos) - 190.337, Inscritos - 1.497, Pessoas que gostaram do conteúdo - 2.662, Pessoas que não gostaram do conteúdo - 26, Público (% - inscritos): Feminino - 72%, Masculino - 28%, 13 a 17 anos - 1,5%, 18 a 24 anos - 19%, 25 a 34 anos - 54%, 35 a 44 anos - 16%, 45 a 54 anos - 5,9%, 55 a 64 anos - 2,6%, 65 anos para mais - 1,3%, Quantidade de comentários nos vídeos: 484, Compartilhamento: 334. Conseguimos colher depoimentos que estão no nosso canal do Youtube. Todos os comentários são de psicólogos buscando ajuda, pois se sentem frustrados com sua atuação profissional, estão sem dinheiro e sem trabalho. Percebeu-se que a categoria tem profissionais bem-sucedidos, porém, a maioria se sente mal sucedida e tem muitas dificuldades para superar essa situação.

CONCLUSÕES

No trabalho feito, pôde-se perceber que, após a exposição do psicólogo a algum conteúdo produzido pelo projeto Educação Empreendedora para Psicólogos, seja vídeo, texto, ou exercício, a perspectiva dele muda. Existe um anseio grande desse profissional de ser mais ativo,

próspero e atuante em sua profissão, gerando, conteúdo para sua audiência e entendendo que existem caminhos a serem seguidos. Há tanta mudança no que se diz respeito à adoção de novas práticas profissionais, quanto à percepção de que seu comportamento pessoal também precisa mudar, assim como suas crenças profissionais.

REFERÊNCIAS

- ACHCAR.R. **Psicólogo Brasileiro:** práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- CLARK, T. **Bussiness model you:** o modelo de negócios pessoal. Rio de Janeiro: Alta Books,2013.
- COSTA E.A. **Gestão estratégica.** São Paulo: Editora Saraiva,2006.
- RIES, E.A **Start Up Enxut.** São Paulo: Editora Leya Brasil,2012.
- OSTENWALDER, A.et al. **Value proposition design.** São Paulo: HSM do Brasil,2014

GESTÃO DE CONFLITOS EM EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO DA EMPRESA LITTLE Y PIZZA DELLI

Alessandra Soares Araúj1; Eduardo Craslei Leal2; Jeferson Alves Bezerra da Costa3; Pedro Henrique Rodrigues de Souza4

RESUMO

A importância desse estudo é analisar as necessidades e dificuldades no dia a dia, como os conflitos são conduzidos, a sua interferência na tomada de decisões, e se os conflitos existentes se tornam pessoais ou meramente profissionais. Objetivou-se analisar como os conflitos familiares influenciam na tomada de decisões na empresa Little Italy Pizza Dellí, sendo que, especificamente, procurou-se compreender como estes conflitos podem influenciar na tomada de decisões, identificando-se as principais características nas empresas familiares e os tipos de conflitos, além de analisar quais as vantagens e desvantagens das empresas familiares, considerando a profissão do administrador. Utilizou-se o método descritivo explicativo com abordagem qualitativa para a análise de um estudo de caso.

Palavras-chave: Gestão de Conflitos; Família; Empreendimento.

INTRODUÇÃO

Oliveira (2010) retrata que a empresa familiar está na origem da formação econômica brasileira, pois as capitâncias hereditárias foram o primeiro tipo de empreendimento privado brasileiro. Esse modelo de organização foi responsável pelo crescimento brasileiro desde o início do século XVI, quando o Brasil atuou como um país agroexportador e pela geração de excedentes de capital que deram início à industrialização do país. A importância desse estudo é compreender as necessidades e dificuldades no dia a dia, como os conflitos são conduzidos, a sua interferência na tomada de decisões, e se os conflitos existentes se tornam pessoais ou meramente profissionais. .

Para tanto, tem-se como objetivos:

Geral

Analisar como os conflitos familiares influenciam na tomada de decisões na empresa Little Italy Pizza Delli.

Específicos

- a) Como estes conflitos podem influenciar na tomada de decisões
- b) Identificar as principais características nas empresas familiares

- c) Identificar os tipos de conflitos.
- d) Analisar quais as vantagens e desvantagens das empresas familiares brasileiro, considerando a profissão do administrador.

METODOLOGIA

A metodologia adotada no presente estudo pode ser classificada quanto à finalidade em uma pesquisa aplicada, direcionada à solução de problemas específicos. Quanto ao objetivo, é uma pesquisa descritiva; quanto à abordagem ao problema, é uma pesquisa qualitativa; e as técnicas e procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso na empresa Little Italy Pizza Delli, com aplicação de questionários para os colaboradores e execução de coleta de informações por meio roteiro de entrevista aos proprietários.

A divisão deste estudo seguiu os seguintes tópicos: Introdução; Referencial Teórico, abordando o que é empresa familiar; conflito familiar nas organizações; governança corporativa; e a metodologia, o estudo de caso, as considerações finais e as referências.

A pesquisa será com a participação voluntária do proprietário e de 14 (quatorze) colaboradores da empresa Little Italy Pizza Delli, sendo distribuídos da seguinte forma: 02 (dois) motoqueiros entregadores, 01 (um) cozinheiro e mais 01 (estagiário de cozinha), 01 (uma) telefonista, 02 (dois) garçons, 05 (cinco) pizzaiolos, 01 (um) auxiliar administrativo (estoque e marketing) e 01 (uma) diarista.

Os questionários foram elaborados com 10 (dez) perguntas fechadas, havendo opção de múltipla escolha (Anexo). Foi respondido durante o momento de descanso dos colaboradores, isto para não atrapalhar o bom andamento diário dos serviços na empresa.

CONCLUSÕES

Os principais resultados alcançados no desenvolvimento do projeto de maneira clara, interligando-os como o objetivo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos pais, amigos e orientadores.

REFERÊNCIAS

- ADACHI, Pedro P. Família S/A: gestão de empresa familiar e solução de conflitos.** São Paulo:Atlas, 2006.
- AGOSTINHO, M.C.E.** “Administração complexa”: revendo as bases científicas da administração. ERA eléctron. vol. 2, n. 1, São Paulo, June 2003.
- AGUILERA,R.V.** **Governança corporativa.** International Encyclopedia of Economic Sociology. 2005.
- BELARDINELLI, S.** A evolução da instituição familiar e seu impacto na sociedade e nos negócios. Family Business Review, XV(3), 169-173, 2002.

AS PRESSÕES EXTERNAS E SEU IMPACTO NA LIDERANÇA DAS ORGANIZAÇÕES.

Deivid Milhomem dos Santos; Juliana Arantes Batista e Lauro Porto de Castro

RESUMO

Hoje vive-se em uma era em que tudo evolui a uma velocidade ímpar, na qual a acessibilidade à informação promovida pela tecnologia causou diversas mudanças no cenário econômico, político e social no mundo inteiro. Com ênfase no ambiente organizacional e tendo em vista esse contexto de mudanças constantes, esse estudo visa apresentar as pressões externas nas organizações e demonstrar a sua influência sobre as competências na gestão. No intuito de compreender o impacto na gestão das organizações, causada pela velocidade das mudanças no mundo contemporâneo, tem-se o propósito de apontar, através de argumentos e embasamento teóricos, novas habilidades que serão exigidas da gestão nesse tipo de cenário e entender as modificações causadas no comportamento e na condução dos colaboradores

Palavras-chave: Mudanças. Pressões externas. Liderança. Competências.

INTRODUÇÃO

Diante de um mundo globalizado, em que o cenário muda da noite para o dia, as companhias precisam compreender exatamente seus objetivos, e o que fazer para alcançá-los. Em virtude disso, precisam de pessoas à frente das decisões que possuam competências para conduzir a organização em prol dos objetivos maiores, pois, como em qualquer time, numa organização ou empresa, os resultados só podem ser obtidos se todos estiverem sendo guiados na mesma direção, compreendendo qual o seu papel nos resultados da companhia.

Sem dúvida, o papel de gestores ou líderes diante das condições citadas não é fácil, não importa se as metas que estes precisam atingir são desafiadoras ou não. Os gestores/líderes precisam ter habilidades e estar muito bem preparados para lidar com várias adversidades ao mesmo tempo, dentre elas, como conduzir corretamente seus liderados.

Diante da dificuldade de lidar com vários problemas ao mesmo tempo, esse projeto visa trazer à luz alguns questionamentos, como: *Como a complexidade do mundo atual impacta as organizações? Como a liderança é impactada por um cenário de mudanças tão rápidas?*

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica, qualitativa, descritiva e aplicada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se compreender como a velocidade das mudanças do mundo contemporâneo impacta as organizações e, consequentemente, sua gestão.

CONCLUSÕES

Projeto em andamento, mas espera-se compreender quais competências são necessárias ao bom desempenho de um gestor em ambiente de alta pressão.

REFERÊNCIAS

- VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- DUTRA, Joel Souza. Competências: Conceitos e Instrumentos para a Gestão de Pessoas na Empresa Moderna. 4 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO (PCP)

Santos, Daiany Rosa; Cintra Filho, Marcos Tilio Guiotti; Souza, Rayane Pereira.
Orientador: Profa. Ma. Edna Santos

RESUMO

O Projeto de pesquisa tem por finalidade compreender processo de planejamento e controle da produção, analisar a sua complexidade, se este se relaciona com a gestão de estoques e tecnologia de informação, pesquisar qual é o seu papel relevante dentro da produção e sua relação com custos. A metodologia adotada na pesquisa será a bibliográfica, será feito um estudo de caso em uma empresa do ramo metalúrgico da cidade de Goiânia Goiás. Espera-se como resultados identificar se a empresa em questão usa todos estes processos para a tomada de decisão, como estratégia para se manter X competitiva no mercado

Palavras-chave: Gerenciamento, Planejamento e controle da produção (PCP), tecnologia de informação

INTRODUÇÃO

Devido a crescentes mudanças no mundo de hoje, as empresas devem estar preparadas para as mudanças e constantes pressões que as organizações podem sofrer, pois elas necessitam de um planejamento prévio e um controle altamente estruturado, principalmente no que tange a seu processo produtivo, pois devem conciliar o que o mercado requer e o que as operações podem oferecer, através dos processos de planejamento e controle (SLACK,2009).

Assim, o Planejamento e Controle da Produção - PCP - é uma ferramenta de tomada de decisão que deve apoiar a direção em temas, como controle de custos, alocação de pessoas e equipamentos, eliminação de gargalos e otimização de estoques. Para maior eficácia, o processo de PCP é feito com utilização dos mais diversos tipos de software, usando-se a Tecnologia da Informação - T.I - como suporte assegurador de seus resultados.

METODOLOGIA

Este trabalho trata de estudo de caso que pretende compreender os diferentes fatores que interferem na produção no contexto da indústria pesquisada. Portanto, selecionou-se o método qualitativo, que possibilita interpretar os fenômenos ocorridos no fator de produção e as variáveis que possam ajudar no processo. Inicialmente será levantada revisão bibliográfica das publicações já existentes sobre o assunto, com finalidade de conhecer a teoria.

Será feito um estudo de caso da Metalúrgica norte e Sul, que existe há 42 anos na cidade de Goiânia (Setor Rodoviário) para verificar quais os processos utilizados e comparar a prática com a teoria. O recurso técnico será a pesquisa bibliográfica, utilizando' também de questionário dirigidas ao gerente de produção da empresa citada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se com este trabalho compreender todos os processos de produção da empresa analisada, como é feito o Planejamento e controle da produção (PCP) nesta organização e qual a sua relação com a tecnologia de informação.

CONCLUSÕES

O trabalho ainda está em andamento, mas pretendemos Identificar os resultados dos processos de PCP em uma organização de pequeno porte que não utiliza softwares específicos (T.I) no planejamento e execução desses processos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus e a nossas famílias pelo apoio e incentivo por todos esses anos de faculdade. E a todas as pessoas que estiveram ao nosso lado durante a elaboração deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. *Administração da Produção*; tradução Maria Teresa Corrêa de Oliveira. -3. ed.-São Paulo: Atlas, 2009.
- TURBINO, Balvio Ferrari. *Planejamento e controle da produção: teoria e prática/Dalvio Ferrari Turbino*- 2. ed.- São Paulo: Atlas, 2009.
- CORRÊA, Henrique L.,1960- *Planejamento, programação e controle da produção: MRPH/ERP: Conceitos, uso e Implantação*. Henrique L Corrêa, Irineu G.N. Ganesi, Mauro Caon4. ed. São Paulo: Ganesi Correia & Associados: Atlas, 2001.
- MARTINS, Eliseu,1945- *Contabilidade de Custo/Martins, Eliseu* -10. ed.- São Paulo: Atlas, 2010.
- PAOLOVEZE, Clovis Luís. *Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação/Clovis Luís Padoveze*. -3. ed rev. atual..- São Paulo: Cengage Learning, 2015.

MODELO DE GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: IMPLICAÇÕES E BENEFÍCIOS.

Júlia Fernandes da Silva, Letícia Franco Machado, Nivaldo José Avelar Júnior, Rafael Fernandes Adorno, Profa. Ma. Edna Perpétua dos Santos.

RESUMO

Organização social (OS) é uma qualificação que se outorga a uma entidade privada, sem fins lucrativos, para que ela possa receber determinados benefícios do poder público (dotações orçamentárias, isenções fiscais etc.), para a realização de seus fins, que devem ser, > necessariamente de interesse da comunidade. Com esse título, é possível celebrar um contrato de gestão, um modelo de administração pública que pretende ser mais eficiente. Esse modelo de gestão gera muita polêmica, pois o Estado designa a outra instituição atribuições que seriam de sua responsabilidade. Isso nos motivou a pesquisar o tema, e também para analisar a percepção dos usuários do sistema, neste caso, pacientes do Hospital de Doenças Tropicais (HDT), em Goiânia-GO, que é gerido pela Organização Social Instituto Sócrates Guanaes. E quais as implicações e benefícios percebidos após a instituição da OS no HDT.

Palavras-chave: Organizações Sociais. Gestão. Governo.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 prevê que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Em 1998, o Governo Federal instituiu o modelo de gestão de serviços públicos por Organizações Sociais.

Organização Social é uma qualificação que a Administração Pública pode outorgar a uma entidade privada para que esta realize alguma atividade social que, inicialmente, cabe ao Poder Público.

No Estado de Goiás, a partir de 2011, foi implementada a gestão do serviço público estadual de saúde por Organizações Sociais em todos os hospitais de Goiânia, capital do estado, dos quais se pretende dar uma atenção especial para o Hospital de Doenças Tropicais - HDT, atualmente gerido pelo Instituto Sócrates Guanaes.

Portanto, diante da dinâmica e discussões sobre o tema, esse trabalho visa analisar a percepção dos usuários do serviço público de saúde do Hospital de Doenças Tropicais, em Goiânia, após a implantação da gestão por Organizações Sociais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização do trabalho até o momento foi baseada em artigos e livros que tratam o tema. Posteriormente, serão feitas pesquisas/intervistas com x os beneficiários do sistema, pacientes do HDT, gestores do sistema, órgãos fiscalizadores, funcionários da Organização Social, entre outros envolvidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda não foi aplicada a pesquisa, mas espera-se conhecer a percepção dos usuários do serviço público de saúde do Hospital de Doenças Tropicais em Goiânia após a implantação da gestão por Organizações Sociais.

CONCLUSÕES

Ainda não foram obtidas conclusões.

REFERÊNCIAS

GUANAES, André. *Organizações Sociais de Saúde (OSS): uma alternativa viável para melhorar a eficiência da saúde pública no Brasil.* Revista TCMRJ, n°. 64, Rio de Janeiro, 2016. **JESUS, Iasmine Lorena Silva de.** *Organizações Sociais de Saúde: Relato de experiências em gestão hospitalar em três estados brasileiros.* UnB, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/5643>>. Acesso em 22 set. 2016.

SOUZA, Erica Macedo; ALMEIDA, Gilson Rodrigues de. *Avanços e perspectivas do modelo de organização X social de saúde no Estado de São Paulo.* III Congresso Consad de Gestão Pública, 2015. Disponível cm: <<http://www.organizacoessociais.com.br/wp-content/uploads/>2015/12/avanços_e_perspectivas_do_modelo_de-organização_social_de_saúdc_em_sp.pdf>. Acesso em 21 set. 2016.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO LÍDER NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Kátia de Paula Borges; Maria Angélica de Moraes Francisco; Micaela Mendes Block Medeiros

Noemi Dias da Silva Santos; Patrícia Pábulia Coelho

RESUMO

O presente projeto tem por finalidade expor os recursos e as práticas educativas na importância da formação do líder na educação infantil. Atividades estas desenvolvidas no contexto da formação docente no curso de Pedagogia, das Faculdades Alves Faria.

Palavras-chave: Educação infantil; Formação docente.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende esclarecer a importância do líder (educador) na Educação Infantil e a relação entre professor e aluno no cotidiano escolar, assim como a importância dos conteúdos que são fundamentais para o bom desenvolvimento da criança. Perceber a educação e a integralização da criança com o meio e educacional durante os tempos, a relação entre teoria e prática que cada professor deverá estabelecer na educação infantil, os aspectos de como deverá ser a formação desse profissional docente, evidenciando sua importância no âmbito escolar. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os seguintes aspectos: a formação dos professores; como acontece a atuação docente na educação infantil; a qualidade de trabalho que presenciam; a creche como lugar de cuidados e/ou educação, e, também, conhecer quem são os profissionais que estão educando nossas crianças. Apresentar, as questões relacionadas à diversidade cultural, entrelaçada a educação. Enfim, analisar os trabalhos feitos pelos alunos do Curso de Pedagogia, na disciplina de fundamentos da Educação Infantil, assim como recursos didáticos para exposição na Feira Didática. O trabalho *abordará*, de modo geral, as atribuições dos professores da educação infantil, suas necessidades e formativas.

METODOLOGIA

Trata-se da apresentação de atividades e recursos pedagógicos, elaborados a partir de pesquisas bibliográficas sobre a temática: A importância da formação do líder na educação infantil. Com a finalidade de contribuir para a prática dos saberes vinculados esse processo, foram confeccionados diversos recursos pedagógicos referentes às temáticas. De forma que o finalizar do presente trabalho está na exposição das práxis na formação docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A nova institucionalidade da infância implica qualidade de atendimento, que se dá na interpelação dos recursos materiais e humanos. Implica, também, a ocorrência simultânea e coordenada de ações que vão da adequação e organização dos espaços e tempos para o desenvolvimento de uma proposta articulada e adequada a primeira infância ao desenvolvimento e à satisfação dos profissionais, gestão eficiente, participação das famílias e da comunidade e, sobretudo, a um olhar atento e sensível à criança. (...) O que X nos leva a pensar sobre: (...) a importância da formação dos profissionais para atuar direta ou indiretamente com as crianças na formulação de políticas e na gestão das creches e escolas de educação infantil e na gestão da própria formação. (KRAMER, 2005, p. 215-216).

CONCLUSÕES

Como resultado do presente trabalho, pode-se citar a construção de conceitos teóricos X fundamentais, vinculados ao processo de ensino e aprendizagem, por meio de atividades práticas. Assim sendo, a discussão e as práticas educativas deram origem à práxis na formação docente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às Faculdades Alves Faria - ALFA, pela oportunidade de demonstrar os resultados de nosso trabalho na construção da identidade docente. E agradecemos, também, à nossa coordenadora, Sonilda Silva, pela confiança e apoio na condução de nosso processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIA

KRAMER, Sônia. **Profissionais de Educação Infantil:** gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

A RESSOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO INFRACIONAL

PEREIRA, Danielly Ribeiro; PAULA, Fernanda Veloso de; RESENDE, Janaina da Silva; GONÇALVES Karen Cristina Coutinho; CARDOSO, Edna Maria de Jesus

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa é Investigar o papel do pedagogo e a importância desse profissional na vida da criança ou adolescente em situação infracional. Reintegrar uma pessoa ao convívio social por meio de políticas humanísticas é tornar sociável aquele que desviou por meio de condutas reprováveis pela sociedade e/ou normas positivadas. Assim, a existência de pedagogos em espaços não escolares é muito importante na ressocialização deste indivíduo. O trabalho será realizado de forma qualitativa, partindo de pesquisas bibliográficas e documentais que embasarão esta temática. Investigar acerca da ressocialização da criança ou adolescente em situação infracional é de extrema importância, pois traz à reflexão a educação como elemento capaz de promover a construção de uma sociedade democrática, que considera os direitos e as diversidades respeitando a individualidade do sujeito.

Palavras-chave: Reintegrar; Infrator; Pedagogia.

INTRODUÇÃO

A escolha do tema ocorreu em função do interesse acerca da vida de crianças e adolescentes em conflito com as leis. Saber sobre seu histórico de vida e o que os levou a cometer crimes. E, mediante a pesquisa, investigar, principalmente, quais os desafios encontrados para que aconteça, de fato, a ressocialização da criança ou adolescente em situação infracional e quais são X as medidas socioeducativas a serem executadas com esses infratores, apontando o papel do pedagogo no processo da inclusão social desses jovens.

Cabe destacar, importância de o menor ser acolhido sem preconceitos pela sociedade da qual faz parte e que tenha as mesmas chances que os demais jovens, uma vez que já foram \ interrompidas por sua conduta delituosa.

Cabe considerar, ainda, que reintegrar uma pessoa ao convívio social por meio de políticas humanísticas é tornar sociável aquele que desviou por meio de condutas reprováveis pela sociedade e/ou normas positivadas. Nesse sentido, Libâneo (2002)

expõe acerca da importância da atuação de pedagogos em espaços não escolares, extrapolando a educação formal e indo além com a educação informal e não-formal.

Para tanto, a pesquisa pretende abordar acerca do papel, da função e a importância do pedagogo em espaços não escolares, na tentativa de visualizar formas de intervenção pedagógica na vida da criança ou adolescente em situação infracional, bem como, verificar se existem *programas* sociais que visem à ressocialização desses sujeitos.

METODOLOGIA

O trabalho será realizado de forma qualitativa, partindo de pesquisas bibliográficas de autores, como Libâneo (2011) e Gohn (2006), documentos e, mediante a compreensão e interpretação de dados coletados, analisados e estruturados que serão selecionados e darão embasamento teórico para a temática. Onde serão coletados esses dados??

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa pretende trazer à reflexão, a educação como elemento capaz de promover a construção de uma sociedade democrática; que considera os direitos e as diversidades respeitando a individualidade do sujeito por meio da ressocialização da criança ou adolescente em situação infracional.

CONCLUSÕES

Assim, por meio dos estudos realizados, concluímos a importância da atuação de pedagogo em espaços não escolares, como sujeito capaz de promover a inclusão de sujeitos de direitos e deveres por meio da ressocialização da criança ou adolescente em situação infracional.

REFERÊNCIAS

- GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 2006.
- Libâneo**, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2002.

GESTÃO DA QUALIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: UM ESTUDO DE CASO

Brunna Ferreira de Abreu, Jéssica Rodrigues Custódio, Lorena Gameiro Azevedo, Niquerson
Henrique Barbosa, Ma. Edna Santos

RESUMO

Este trabalho visa expor o tema referido de uma maneira específica para a vertente “Qualidade na prestação de serviços”, tendo como foco principal entender a forma que as empresas utilizam para mensurar a qualidade em seus processos na prestação de serviços. Levando em consideração que a diferença entre qualidade de produtos, que é tangível, e qualidade de serviços que é intangível, vê-se a necessidade de uma abordagem mais abrangente sobre o tema. A abordagem será realizada a partir do contexto que se faz necessário compreender: *quais resultados as empresas adquirem após a implantação da*

Gestão de Qualidade? O que uma certificação como a ISO 9001 pode representar ante o mercado atuante da empresa? E, principalmente, analisar como a implementação de um sistema de gestão da qualidade pode impactar a prestação de serviços em uma empresa do sistema “S” no Brasil.

Palavras-chave: Gestão da qualidade. Qualidade. Serviços. Gestão de serviços.

INTRODUÇÃO

Após a segunda guerra mundial, os Japoneses, diante da missão de reestruturar o país e conquistar espaço no mercado internacional, desenvolveram mecanismos para fabricar produtos industrializados com menor preço e melhor do que a concorrência, especialmente a norte-americana. Visualizaram ali a necessidade de implantar o que chamaram de “controle de qualidade”. Contudo, como a gestão da qualidade nasceu no segmento industrial, sua implementação está fortemente associada a esse segmento. E isso pode gerar novas nuances de pesquisa que se proponham a saber se nos demais segmentos, especialmente a prestação de serviços, há particularidades ou conduções diferentes na implantação de um processo de gestão da qualidade.

Existe certificação específica para gestão de serviços, a ISO 9001, e, por isso, crê-se no formato diferente e particular, que pode merecer estudo mais aprofundado.

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa e aplicada. Estudo de caso aplicado no SEBRAE GOIÁS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se analisar como a implementação de um sistema de gestão de qualidade pode impactar a prestação de serviços em uma empresa do sistema “S” no Brasil.

CONCLUSÕES

Espera-se observar se Gestão da Qualidade na prestação de Serviços é diferente de seu uso na qualidade de produtos e como se pode mensurar e avaliar a capacidade que a empresa tem na entrega de seus serviços prestados aos consumidores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que nos apoiaram desde o início da elaboração deste trabalho.

REFERÊNCIAS

LAS CASAS, Alexandre. **Qualidade total em serviços:** Conceitos, exercícios, casos práticos. 6, ed, São Paulo, Atlas, 2008.

CAMPOS, RM. **Princípios da qualidade**, 64p, ed, Sebrae/RS, Porto Alegre, 1999.

MARKETING ESTRATÉGICO: SEGMENTO DE TERCEIRA IDADE

Divino Eterno Pereira Campos; Gustavo Ferreira Calisto; Sirlene Bispo Vieira; Prof. Me. Diego Alves Jacob

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade apresentar um estudo desenvolvido dentro de uma financeira que atua em Goiânia explorando e descrevendo as suas estratégias de marketing direcionadas a atrair o público do segmento senil. Foi adotada a metodologia aplicada na busca de compreender o posicionamento estratégico dessa empresa, valendo-

se de técnicas e procedimentos, como: o método bibliográfico, utilizado no levantamento teórico acerca principalmente do conceito de estratégia de marketing, e o estudo de caso, valendo-se principalmente de entrevista como instrumento de coleta de dados. Como resultado, espera-se compreender as estratégias de marketing da empresa estudada.

Palavras-chave: Segmento. Estratégia de marketing. Terceira Idade.

INTRODUÇÃO

Seguindo a tendência mundial, segundo dados da Organização das Nações X Unidas - (ONU) - nas próximas quatro, cinco décadas, a população mundial de idosos - população acima de 60 anos - vai quadruplicar, atingindo, aproximadamente, 2 bilhões de pessoas (ONU, 2014), o Brasil está entre os dez países com maior crescimento da população idosa (PESSETO; FERREIRA, 2011). Diante disso, apresenta-se a necessidade de conhecer a forma com que empresas voltadas a este nicho de mercado veem esse segmento, e de que forma estrategicamente elas procuram atender à respectiva demanda (KOTLER; KELLER 2006); (PORTER, 2004). Desta forma, este trabalho pretende investigar e aprofundar a seguinte indagação: Quais as estratégias de marketing que uma determinada empresa do segmento financeiro, filial de Goiânia, utiliza para atrair o público senil?

Para tanto, têm-se como objetivos: Geral: Identificar as estratégias de marketing que essa empresa do segmento financeiro utiliza para atrair o público da terceira idade; Específicos: evidenciar o comportamento do consumidor senil; analisar como são estabelecidas as ações de marketing na empresa do segmento financeiro para atrair o consumidor idoso; e descobrir como o banco atrai esse público em estudo.

METODOLOGIA

A metodologia, quanto à finalidade, é aplicada; quanto ao objetivo, é de caráter descritiva, pois visa descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade. V quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois trabalha com a compreensão dos porquês e causas do comportamento do mercado senil, e a forma como a empresa pesquisada no atendimento deste público direciona seu marketing estratégico. Quanto às técnicas e procedimentos, utilizará o método bibliográfico e o estudo de caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados se dará juntamente com o gerente da financeira por meio de uma entrevista estruturada, com um roteiro de perguntas previamente estruturado pelos autores, e previamente testado e avaliado por eles próprios. A atividade de visita teve início em agosto de 2016.

CONCLUSÕES

Como resultado, espera-se compreender as estratégias de marketing da empresa estudada evidenciado o seu diferencial competitivo no seu mercado de ação, e relacionando o seu *modus operandi* com a literatura utilizada no referencial teórico.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing:** a bíblia do marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. **Mundo terá 2 bilhões de idosos em 2050; OMS diz que ‘envelhecer bem deve ser prioridade global’.** Brasília, 2014. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/mundo-tera-2-bilhoes-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global/>>. Acesso em: 30 març. 2016.

PESSETTO, Eduardo. FERREIRA, Sheila Cristina Dinelli. **As oportunidades das empresas para atender o consumidor da terceira idade brasileiro:** Um estudo exploratório das significativas mudanças de atitudes e comportamentos deste mercado crescente. Revista - E-FAPPES, São Paulo, vol. 02, n° 02, Jan-Jun 2011

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 2004.

A ESTRATÉGIA EMPRESARIAL COMO INSTRUMENTO DE SOBREVIVÊNCIA NO MERCADO: UM ESTUDO DE CASO

*Joao Victor Teles; Katharine Gomes Araújo ;Laudelina Francisca Freire;
Orientadora: Edna Perpetua dos Santos*

RESUMO

Para sobreviver à dinâmica e volatilidade do mercado, as organizações precisam se adaptar e % antecipar-se em relação aos concorrentes. Medidas, como cortar gastos, diminuir o custo de produção, aumentar o valor das vendas e outras, podem auxiliar na sobrevivência da organização, contudo, as estratégias podem ir além e consistir, por exemplo, em aberturas de novos segmentos de mercado e mudança de público, como o caso estudado nesse projeto.

Palavras-chave: Estratégia empresarial. Inovação. Segmentação de mercado.

INTRODUÇÃO

Para sobreviver ao ambiente competitivo que toda organização enfrenta, estas devem adotar estratégias para garantir sua vantagem competitiva. Bem se tratando de crise econômica e política, as estratégias empresariais são uma ferramenta indispensável para as organizações, pois, conseguem traçar alternativas para amenizar os efeitos da instabilidade e incertezas que o cenário económico-político brasileiro enfrenta.

Este projeto busca identificar como as estratégias empresariais adotadas em uma organização de pequeno e médio porte podem auxiliá-la a enfrentar a crise e oscilações do mercado.

METODOLOGIA

Os Métodos usados para elaboração do trabalho foram pesquisa bibliográfica, qualitativa, descriptiva e aplicada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificar como as estratégias empresariais adotadas em uma organização de pequeno e médio porte podem auxiliá-la a enfrentar a crise e oscilações do mercado

CONCLUSÕES

Ainda sem considerações, trabalho em andamento.

AGRADECIMENTOS

À Fernanda Palazzo, Diretora e proprietária da Empresa Fe Palazzo, a empresa de nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, REIBOUÇAS DE PINHO. Planejamento Estratégico. 23 Ed. São Paulo: Editora Atlas. 2013. 343 páginas.

MINTZBERG, HENRY. Safári de Estratégia. 2 Ed. Porto Alegre: Editora Bookman. 2012. 299 Páginas.

COMPRAS E ESTOCAGEM: UM ESTUDO DE SEUS IMPACTOS FINANCEIROS EM UMA ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR

Soares, C. F. R; Menezes, M. G.I; Barbosa, R. S. Santos, E; Orientadora Profa. Ma. Edna Santos.

RESUMO

O Projeto de pesquisa tem por finalidade compreender como é feito o processo de compras, estocagem dentro de um complexo ambiente hospitalar. A metodologia a ser adotada será a pesquisa qualitativa, através de observação e entrevista dentro de uma organização hospitalar V privada em Goiânia. Como resultado, pretende identificar os resultados e impactos financeiros dentro da organização, ocasionada pelo processo de compra e estocagem, e como ele é influenciado pelo senso de urgência.

Palavras-chave: Gestão de estoque. Orçamento. Gestão Hospitalar.

INTRODUÇÃO

É sabido que o setor de saúde, sendo privado ou público, sofre de inúmeras deficiências no Brasil. Um grande gargalo em qualquer operação dessa área é o planejamento e gestão de estoques, uma vez que grande parte dos custos totais da operação é direcionada para o estoque de materiais e medicamentos.

Apesar de a gestão em unidades particulares de saúde apresentar uma flexibilidade financeira superior à pública, essas também podem contar com deficiências similares, tais como baixa qualificação profissional, falta de especialização na área, dificuldades em se encontrar material, dificuldade de comunicação entre a administração e os profissionais da saúde, o esforço financeiro para manter, estoques de medicamentos à disposição, a fim de garantir a manutenção da vida do paciente, dentre outros aspectos que podem tornar a gestão de seu estoque tão ou mais ineficiente do que a praticada no serviço público, considerando-se a expectativa dos clientes.

METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada será a pesquisa qualitativa através de observação e entrevista com gestores e colaboradores na área de suprimentos e financeiro, dentro de uma organização hospitalar em Goiânia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisar os impactos financeiros do processo de estocagem e compras de uma organização hospitalar particular.

CONCLUSÃO

Como objetivo principal, esse trabalho pretende analisar os impactos financeiros do processo de estocagem e compras de uma organização hospitalar privada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES JÚNIOR, José A. V., KLIEMANN NETO, Francisco e FENSTERSEIFER, Jaime E. Considerações críticas sobre a evolução das filosofias de administração da produção. Revista de Administração de Empresas, Vol. 29, No. 3, p.49-64, 1989.

CUNHA CALLADO, Antônio A.C., CUNHA CALLADO, Aldo L. C. Mensuração de desempenho da cadeia de suprimentos do setor hospitalar: Uma abordagem conceitual. Obtido em 08/09/2016, em <http://www.simpoi.favsp.br/araivo/2009/artigos/E2009T00132%20PCN37966.pdf>

CASSI YUKIMITSU, Aline., FARIAZ FERREIRA, Susana C. A utilização de gestão de cadeia de suprimentos e o desempenho operacional em hospitais brasileiros. Obtido em 08/09/2016, em http://www.simpoi.fav.br/araivo/2010/artaos/E2010_T00493%20PCN73802.pdf

FRANCHISING: O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO E/OU CONHECIMENTO ENTRE FRANQUEADOR E FRANQUEADO NA REDE PODEROSO TIMÃO

Suzana de Freitas Portela; Thiago Carvalhaes dos Reis; Luiz Paulo Alves Torres; Pedro Henrique Rodrigues de Sousa

RESUMO

Este estudo tem por finalidade compreender os principais desafios enfrentados na construção do relacionamento entre franqueador e franqueado na franquia Poderoso Timão (Loja Oficial do Corinthians). Será analisado como esta relação pode influenciar para o êxito ou fracasso da organização. Para desenvolvimento desta pesquisa, foi estudado sobre o conceito de *franchising*, a evolução deste modelo de negócio e suas formas de gestão. A metodologia que será utilizada é a pesquisa bibliográfica e estudo de caso, sendo realizadas entrevistas em profundidade para melhor compreensão dos fenômenos que ocorrem entre as partes desta relação. O estudo de caso será feito nas lojas da franquia Poderoso Timão. Como resultado, espera-se identificar os fatores críticos existentes neste relacionamento entre franqueado e franqueador, que podem comprometer o sucesso do negócio.

Palavras-chave: *Franchising*. Franquia. Franqueador. Franqueado. Relacionamento.

INTRODUÇÃO

O tema escolhido para essa pesquisa foi *franchising* a fim de contribuir ao entendimento das dificuldades e facilidades em torno de um relacionamento comercial no modelo de *franchising*.

Apesar das vantagens, vários problemas nos mais variados aspectos circundam este formato de negócio. Como em toda relação, os problemas podem superar o bom andamento e culminar com o fim do relacionamento.

A presente pesquisa terá como natureza um estudo de caso sobre a franquia Poderoso Timão, que irá levantar base teórica sobre o sistema de *franchising* e o relacionamento entre franqueado e franqueador e abordará temas relevantes para seu entendimento.

Portanto, objetivo geral do nosso trabalho é identificar os desafios e oportunidades na construção do relacionamento entre franqueado e franqueador nas lojas da franquia Poderoso Timão (Loja oficial do Corinthians). E visa responder à seguinte pergunta: quais os principais desafios existentes na relação franqueado e franqueador nas lojas da franquia Poderoso Timão?

METODOLOGIA.

A metodologia a ser adotada, será aplicada e descritiva, com uma abordagem qualitativa, que utilizará técnica: o estudo de caso, pesquisa bibliográfica e procedimento documental. Pretende-se compreender os desafios e oportunidades encontrados na construção do relacionamento no sistema de *franchising*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa busca compreender os impactos que o relacionamento entre franqueador e franqueados podem gerar em relação ao negócio. Com isso, espera-se *identificar* a importância desse relacionamento, obtendo como resultado a interferência direta desse fator para se manter o negócio “saudável”.

CONCLUSÕES

Espera-se alcançar com os resultados dessa pesquisa qual a real importância de um bom relacionamento entre franqueador e franqueados, no sistema de *franchising* da rede Poderoso Timão.

AGRADECIMENTOS.

Gratidão a todos os professores, em especial ao nosso Orientador, que vem nos orientando e capacitando no desenvolvimento desse trabalho com muita atenção, dedicação e paciência.

REFERÊNCIAS

NATHAN, Greg. O fator E. Bittencourt Consultoria, 2007.

MENDONÇA, Alzino Furtado de et al. Trabalhos Acadêmicos: planejamento, execução e avaliação. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

PLÁ, Daniel. Tudo sobre franchising. Rio de Janeiro: Senac, 2001

GOIÂNIA NOISE FESTIVAL: UMA ATIVIDADE CRIATIVA NA METRÓPOLE GOIANENSE

Cláudio Eduardo Silva Mendes; Maurício Estevão

RESUMO:

A Economia Criativa é um programa desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) que comprehende as atividades culturais e criativas como um bem e/ou serviço gerador de valor. O presente trabalho propõe analisar a estrutura do Goiânia Noise Festival como modelo de atividade econômica criativa, que ocorre, há 21 anos, na cidade de Goiânia-GO.

Palavras-chave: Economia Criativa; Geração de Renda e Emprego e Empreendedorismo.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo é marcado por transformações de ordem econômica, política, social e cultural, sendo estas experiências conhecidas como modernidade. Estas referem-se “ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa no século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p.8).

É neste contexto de transformações que pretendo destacar como as atividades culturais têm ganhado espaço e oportunidades de negócios no cenário capitalista e estender a sua importância para o campo político e econômico. E será utilizado como objeto de investigação o Goiânia Noise Festival (GNF), um festival de música *underground*, que se insere no Programa Economia Criativa.

A extensão desse tema para a academia pode tornar-se pertinente, pois abrirá espaço para um debate qualificado sobre as condições que esse tipo de atividade possibilita, mediante a formação de renda e geração de ocupações.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi concebido mediante a utilização de um conjunto bibliográfico e com entrevistas feitas com os sócios proprietários e os frequentadores do Goiânia Noise Festival (GNF), durante o período de elaboração do trabalho

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados colhidos demonstram que o Goiânia Noise Festival é uma atividade empreendedora, que é capaz de gerar renda e ocupações. E que tem em sua ossatura um caráter empreendedor

CONCLUSÕES

Afirma-se que a junção da economia e cultura, em especial o caso do GNF, proporciona condições de geração de renda e ocupação na sociedade capitalista, bem como algumas características presentes: inclusão, como vários tipos de bens e serviços dos quais fazem parte do mercado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 - 2014.** Brasília: Ministério da Cultura, 2011.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar:** a aventura da modernidade. Trad: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. 17 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CASTRO, Antônio M. Gomes. **Cadeia Produtiva: Marco Conceitual para Apoiar a Prospecção Tecnológica.** Artigo originalmente publicado no XXII SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 06 a 08 de novembro de 2002, Salvador, BA Disponível em: [chtp://](http://)
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.

KOSSA, Pablo. **10 anos de Goiânia é Noise.** Goiânia: Editora Contato Comunicação, 2005.

REIS, Ana COrg.l. Economia criativa: como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento 1^aed. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 267 p.

NAKANO, Davi, VIVEIRO, Felipe. **A Cadeia da Produção da Indústria Fonográfica e as Gravadoras Independentes.** Artigo originalmente publicado no **XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO** (13 a 16 de outubro abril - 2008, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_TN_WIC_075_533_11376.pdf> Acesso em 20/04/2013).

METODOLOGIA DE CIÊNCIAS E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Rosimeire Maria Fortuna Costa

RESUMO

1. Introdução:

Os problemas ambientais se destacaram a partir da década de 60 como consequência do modelo de sistema de produção, da crescente urbanização, e da forma unidisciplinar de gerar conhecimento e promover o ensino. Esse artigo objetiva apresentar o contexto em que foram criados os Programas de Ciências Ambientais no Brasil, refletir sobre a interdisciplinaridade como metodologia de ensino, produção de pesquisa e formação de cidadãos reflexivos, capazes de promover mudanças que visam à sustentabilidade. A Educação Ambiental (EA) pode ser entendida como uma metodologia em que cada pessoa pode assumir e adquirir o papel de membro principal do processo de ensino/aprendizagem. Os problemas ambientais ocorrem pelo danoso modo de vida que a humanidade adotou, no qual a ‘sobrevivência’ do homem promove uma utilização exagerada dos recursos naturais e levou a uma situação de crise. Nesse artigo, objetivou-se estabelecer a relação entre a EA e a sustentabilidade, questão esta abordada frequentemente em nosso cotidiano e também comumente divulgada na mídia, além ponderar sobre esta questão na vida dos seres humanos.

2. Metodologia:

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica reflexiva sobre a necessidade da Educação Ambiental aliada à sustentabilidade, embasada na análise de Foucault (1986). Para este autor, deve-se passar de uma análise temporal para uma perspectiva espacial da sociedade.

3. Resultados e discussão:

As questões ambientais reclamam por uma nova concepção de ciência que permita a construção de saberes conjuntivos através da exploração dos limites e das fronteiras que, simultaneamente, apartam e aproximam as disciplinas. Nesse sentido, a EDUCAÇÃO AMBIENTAL entendida como um tema transversal e interdisciplinar, significará a integração de saberes ante um ‘pensar ^ sistêmico’ (HISSA, 2009). A existência de um ‘pensar sistêmico’ planetário encaminhará o viés econômico e político da atual sociedade para o contexto da sustentabilidade.

4. Conclusões:

O desenvolvimento sustentável ocorre a partir de uma lógica que satisfaça às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade, as necessidades das gerações futuras, pois o saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção da própria vida humana na Terra. Pode-se inferir que um sistema sustentável só será possível mediante a evolução intelectual e inclusiva espiritual do ser humano, além de instaurar a Educação Ambiental em cada sociedade e promover uma conscientização do que realmente se pode entender sobre o que é sustentabilidade, uma vez que, ao se estudar o desenvolvimento sustentável, deve-se visar à educação como base para fundamentar um conceito consciente e que realmente promova a sustentabilidade. Com isso, ao se ter uma visão abrangente do meio ambiente, no qual vivemos, entende-se que nós, seres humanos, constituímos parte integrante deste e, nessa ótica de desenvolvimento sustentável, fica evidente que se pode ter o progresso material com a preservação dos recursos e serviços ecossistêmicos por sucessivas gerações. A contribuição deste artigo é ou de permitir a conscientização do que é o desenvolvimento sustentável, através de uma perspectiva da Educação Ambiental, e, com isso, a formulação de ideais não somente para o bem-estar humano, mas também para a sustentabilidade do meio. Deve-se olhar para a emergência e a construção de um saber que ressignifica as concepções do progresso, do desenvolvimento por si só e do crescimento sem limites, para configurar uma nova racionalidade social, com ressonâncias no campo da educação, do conhecimento e das práticas educativas e políticas.

5. Agradecimentos:

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste artigo. À Faculdade Alves Faria - ALFA pela oportunidade de apresentar este trabalho para as discentes do curso de Pedagogia.

6. Referências:

- 1 .CAVALCANTI, Clóvis (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3.ed. São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
2. CAVALCANTI, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997.
3. GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de (org.). Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
4. GUSMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecología e desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América. Rosario: 2000.
5. LEFF, Enrique. Agroecología e saber ambiental. Porto Alegre, v. 3. n. 1. Jan/Mar: 2002.
6. LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
7. MELLO FILHO, Luiz Emygdio (org.) Meio ambiente e educação. Rio de Janeiro: Gryphus, 1999.

8. PHILIPPI JR, Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (ed.). Meio ambiente, direito e cidadania. São Paulo: Signus Editora, 2002.

9. RAMOS, Elisabeth Christmann. O processo de constituição das concepções de natureza: uma contribuição para o debate na Educação Ambiental. Revista Ambiente e Educação: 2010. Vol.15, p.67-91.

A GESTÃO DE ESTOQUE NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

Fernanda Nikole Moraes de Farias; Suelen Islana Mesquita Minho da Cunha; Walance Rodrigues Ferreira; Ytallo Henrique Francisco Maia; Fabricio de Sousa Santos

RESUMO

Sabendo que a velocidade e precisão são cruciais para que haja um bom desenvolvimento dos processos de gestão dentro das organizações, o presente trabalho visa compreender como a gestão de estoque impacta na competitividade das organizações virtuais. Com o constante crescimento do comércio eletrônico, as organizações virtuais começaram a ter dificuldades na gestão do estoque, devido ao maior alcance de cliente, levando-as a elaborar estratégias para a obtenção de um melhor resultado. Pretende-se analisar todas as estratégias envolvidas e as ferramentas necessárias para o controle do estoque. A metodologia a ser aplicada será a pesquisa bibliográfica de livros e artigos relacionados ao tema^fambém será realizado um estudo de caso a fim de exemplificar as pesquisas feitas com a base teórica. Como resultado, espera-se compreender todo o processo de funcionamento da gestão de estoque e como ela impacta na competitividade das empresas que atuam via comércio eletrônico.

Palavras-chave: Competitividade. *E-commerce*. Gestão de estoque.

INTRODUÇÃO

Este estudo se justifica a partir das mudanças que o mundo vem vivenciando ao longo dos anos, através do surgimento de novas tecnologias. E, com toda essa mudança, surgiram novos processos para atender às necessidades desse novo ambiente, criando novas oportunidades empresariais e novas formas de aplicação. Os administradores precisam entender e estudar todas as ferramentas que lhes Possibilita alavancar os negócios, elevar a satisfação dos clientes, e buscar sempre uma melhor X competitividade no mercado. Para tanto, é de suma importância que seja compreendido e estudado, dentro desse novo ambiente, o Comércio Eletrônico.

METODOLOGIA

Para a elaboração do trabalho, foi utilizada a abordagem qualitativa, sendo de caráter descritivo, tendo isso identificados, registrados e descritos todos os fatos e dados encontrados na empresa estudada. Foram utilizadas revisão bibliográfica e técnica de estudo de caso. Para a coleta de dados do estudo de caso, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado a fim de se conhecer a empresa e compreender todo o seu processo de gestão de estoque, buscando sanar as questões dos objetivos estabelecidos “a priori” na pesquisa. Yin (2001) explica que,

realização do estudo de caso, são utilizadas a observação direta e uma série sistemática de entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da presente pesquisa, pretende-se analisar quais as estratégias envolvidas e as ferramentas necessárias para o controle do estoque nesse tipo de negócio, evidenciando as possíveis melhorias e dificuldades encontradas nesse processo.

CONCLUSÕES

A conclusão será elaborada a partir dos resultados encontrados no estudo de caso a ser realizado com a empresa selecionada para a realização da pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, à nossa família, e, em especial, ao nosso Orientador, que com paciência, conseguiu nos ajudar nessa jornada e nos transmitiu conhecimento.

REFERENCIA

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi. 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS: UM ESTUDO DE CASO

Fabricio Duarte de Sousa. Jessika Gomes de Freitas. Taila Cruz de Oliveira. Yara da Silva Lima. Prof³. Ma. Cárita Marilhants Silva de Castro.

RESUMO

O projeto de pesquisa tem por finalidade compreender o papel do plano de cargos e salários em organizações públicas e privadas. Pretende-se analisar ainda quais os impactos gerados dentro de uma organização após a implementação desta ferramenta de gestão de pessoas. A metodologia a ser adotada será a bibliográfica e serão realizadas pesquisas empíricas junto aos colaboradores e também aos gestores através de um questionário semiestruturado, na qual no final, os dados serão tabulados e analisados. Como resultado, espera-se entender se este fator influencia na produtividade dos colaboradores.

Palavras-chave: Salários. Clima Organizacional. Gestão de Pessoas. Motivação.

INTRODUÇÃO

O RH tem como responsabilidade primordial cuidar da qualidade de vida dos empregados e melhorar os resultados da organização por meio de ferramentas, mantendo qualidade e produtividade dos empregados (MARRAS,2002) e entre as ferramentas disponíveis, está o Plano de Cargos e Salários(PCS), programa de RH utilizado para discriminar as políticas salariais de uma organização, normatizando a progressão e a promoção das carreiras dos colaboradores. Para Albuquerque (1999 apud FRANÇA, 2012, p.79), essa política de remuneração visa evitar diferenças salariais excessivas para preservar a flexibilidade.

Esse tema foi escolhido, devido às mudanças que vêm ocorrendo no cenário de RH. Um gestor deve conhecer os métodos e ferramentas que influenciam nos resultados em uma organização e compreender o PCS, quais as vantagens e desvantagens de utilizá-lo e quais precauções devem ser consideradas para que o resultado da implementação não seja negativo. Para entender tais questionamentos, têm-se como objetivo: Verificar o papel do uso do Plano de Cargos e Salários em organizações públicas e privadas e os impactos causados no clima organizacional.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido através de bases teóricas e práticas (pesquisa de campo) com o objetivo de gerar conhecimento, visando compreender os questionamentos realizados nesta pesquisa (MENDONÇA; ROCHA; NUNES, 2008).

Realizou-se um levantamento bibliográfico para conhecimento dos aspectos históricos e teóricos do tema abordado, Além disso, foi aplicado um questionário semiestruturado, configurando uma pesquisa qualitativa.

Em resumo, a pesquisa pode ser classificada como aplicada, descritiva, bibliográfica, documental, levantamento e estudo de caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se o papel do uso do Plano de Cargos e Salários em uma organização pública e J/vcl outra privada, além de identificarem os impactos causados no clima organizacional.

CONCLUSÕES

Através da pesquisa de campo realizada, espera-se identificar que o quesito salário pode influenciar no clima organizacional, porém de forma indireta, não sendo o ponto principal que afeta o clima organizacional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, à nossas famílias e ao corpo docente de nossa Instituição de Ensino.

REFERÊNCIAS

- FRANÇA, Ana Cristina Limongi. *Práticas de RH*. 1. ed. São Paulo: Atlas. 2012
- MARRAS, Jean Pierre. *Administração da Remuneração*. 5. ed. São Paulo: Thompson, 2002.
- MENDONÇA, Alzino Furtado de. ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro. NUNES, Heliane Prudente. *Trabalhos Acadêmicos, planejamento, execução e avaliação*. 1. ed. Goiânia; Faculdades Alves Faria, 2008.
- PONTES, Benedito Rodrigues. *Administração de cargos e salários: carreira e remuneração*. 15. ed. São Paulo: LTR 75, 2012.

MARKETING DE RELACIONAMENTO COMO VANTAGEM COMPETITIVA: ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL MED PLASTIC.

Denise Cristina de Carvalho; Eduardo Arcovéde Coutinho Cardoso; Fernanda Moura Rodrigues; Rosineide Amâncio de S. Ribeiro; Viviane Rodrigues Ribeiro; Prof. Me. Pedro Henrique Rodrigues de Sousa (Orientador)

RESUMO

A grande concorrência da atualidade fez com que as organizações repensassem em como melhorar as suas estratégias no reconhecimento dos produtos e serviços os quais oferecem. Buscando responder ao objetivo geral, esta pesquisa analisara como o marketing de relacionamento contribui para fidelização e retenção de clientes no Hospital Med Plastic, na cidade de Goiânia - GO. Para alcançar o objetivo proposto, serão realizadas pesquisas exploratória, descritiva, qualitativa, estudo de caso e bibliográfica.

Palavras-chave: Marketing. Marketing de Relacionamento. Fidelização. Retenção. Cliente.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as organizações vivem em uma grande competitividade e disputa pelo reconhecimento dos produtos e serviços que oferecem. Essa disputa tem como objetivo principal atender ao “cliente” pois, em um ambiente de concorrência acirrada, elas estão constantemente desenvolvendo fórmulas para agregar valor a seus clientes cada vez mais exigentes. Com isso, percebeu-se a importância de investir no marketing de relacionamento como um diferencial na conquistada fidelidade, de forma que atendas necessidades e desejos dos clientes. Através de um planejamento adequado, é possível implantar um atendimento personalizado que satisfaça às necessidades de cada cliente.

Com o uso da tecnologia e o aumento das informações, os clientes passaram a ter acesso a uma gama variada de profissionais e serviços ofertados, surgindo um novo tipo de paciente, que se dispõe a mudar de médicos e hospitais, se necessário, indo em busca da satisfação e melhores resultados.

Segundo Kotler (2008), é mais barato manter um cliente do que conquistar um novo, e a melhor maneira de mantê-los é oferecer-lhes altos níveis de satisfação e valor que resultem em forte lealdade. Wiersema (1996) também afirma que os clientes comprarão mais produtos e serviços das organizações que oferecerem mais benefícios, ou seja, a teoria indica que há um aumento do *ticket médio* de compra por cliente, o que também justifica a pesquisa empírica.

Valor médio das vendas por usuário.

De acordo com essas perspectivas, as empresas entenderam que precisam descobrir formas eficientes de se relacionar com os clientes; É preciso que exista a criação de valores e satisfação pessoal de cada cliente, pois somente assim será possível construir relacionamentos duradouros. A partir desse contexto, o principal objetivo do marketing de relacionamento é manter clientes fiéis, através da confiança e da credibilidade. O presente trabalho visa responder à seguinte pergunta problema: *qual a importância do marketing de relacionamento para a fidelização e retenção de clientes no Hospital Med Plastic?*

O objetivo geral deste estudo é analisar como o marketing de relacionamento contribui para fidelização e retenção de clientes no Hospital Med Plastic, na cidade de Goiânia - GO. E, como objetivos específicos, verificar se a empresa pratica ações de marketing de

relacionamento e identificar como o uso desta ferramenta contribui para fidelização e retenção de clientes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa, que utilizou como técnica de pesquisa o estudo de caso e a pesquisa bibliográfica, que pretendeu compreender a importância do marketing de relacionamento, verificando se a empresa pratica e como o uso dessa ferramenta contribui para a retenção e fidelização de clientes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através desta pesquisa, espera-se identificar a importância do marketing de relacionamento, verificando-se como a empresa faz uso dessa ferramenta, em que, de acordo com a teoria, poderá trazer benefícios financeiros, vantagem competitiva, aumento do ticket médio, assim como a retenção e fidelização do cliente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos mestres, que nos ensinaram todos esses anos de vida acadêmica; ao nosso orientador, que está nos apoiando e incentivando a conseguir nossos objetivos; e aos nossos familiares pela paciência e incentivos.

REFERÊNCIAS

- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. *Administração de marketing*. 14^aed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. *Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira*. 1^a ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- WIERSEMA, Fred. *Intimidade com o cliente: um compromisso com os resultados dos seus clientes*. Rio de Janeiro: Campos, 1996.

PROJETO III - HOSPITAL SONATA

Joey Pires Peixoto; Orientador: Jairo Pires

RESUMO

Projeto III -Trata-se das etapas de um projeto arquitetônico; levantamento, estudo preliminar e o ante projeto.

Palavras-chave: Arquitetura, Projeto hospitalar; Hospital de cirurgia plástica; Moderno; inovador.

INTRODUÇÃO

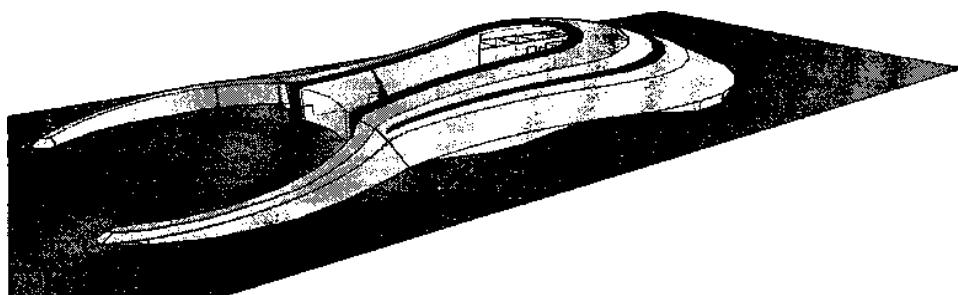
Este resumo irá abordar a metodologia e as etapas iniciais para a criação de um projeto hospitalar, desde obras analisadas para conhecimento técnico e auxilio da criação, quanto aos primeiros passos para a elaboração do projeto, com objetivo de apresentar e relatar técnicas, normas e inovações utilizadas na concepção do projeto.

METODOLOGIA

No inicio da criação, vários fatores foram levados em consideração para o resultado final do partido arquitetônico, tais como: terreno, insolação, topografia, perfil do cliente, legislações e a principal característica do hospital Sonata, a forma.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos estudos feitos, foi concebido um hospital arrojado, porem com plantas simples, e soluções modernas.



Hospital Sonata - Arquivo pessoal

CONCLUSÕES

Ao analisarmos os estudos, percebemos quanto *são* importantes as etapas iniciais de um projeto, pois essas etapas irão gerar fazer com que o arquiteto conclua a etapa de criação com sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Professor Orientador Arq. Jairo Pires, por compartilhar de forma simples e profissional novas técnicas e soluções para o projeto.

REFERÊNCIAS

GOES,R.D..Manual prático de arquitetura hospitalar.São Paulo: Blucher,2004.
HOSPITAL SARAH. Disponível em: <http://www.sarah.br/a-rede-sarah/nossa-historia/>
HOSPITAL Lady Cilento. Disponível em:

http://www.archdaily.com.br/br/781646/hospital-infantil-lady-cilento-lyons-plus-conrad-gargett/54d41_b2be58eceb344000037-_dsp9194-jpg

PARTIDO ARQUITETÔNICO DE PROJETO DE ARQUITETURA HOSPITALAR.

Andréia Aquino Ramos/ Jairo Pires de Macedo Junior

RESUMO

Temos nesse semestre como foco a elaboração de um projeto de arquitetura hospitalar. Foram elaborados, de início, estudos a respeito de obras como referência para o projeto, legislações vigentes ao hospital e visita a um hospital da região. Após esse estudo, foi elaborado um caderno A3 de partido arquitetônico, com estudos iniciais pertinentes e importantes para continuidade do projeto, concluindo com início de setorização de ambientes em malha milimetrada, para que, após possa ser lançado em Cad.

Palavras-chave: Partido Projeto Hospitalar.

INTRODUÇÃO

Tendo como foco a elaboração de um projeto de arquitetura hospitalar, foram elaborado de início, estudos de caso a respeito deste de forma a se ter um amplo estudo e referências para apoio do futuro projeto, além de visita técnica a um hospital da região para conhecimento de funcionamento e fluxos do local. A partir disso, iniciou-se estudo de legislações para se obter conhecimento de normas vigentes a respeito de arquitetura hospitalar como RDC50 E RDC 189.

Após esse amplo estudo, iniciou-se o estudo do projeto em um caderno A3 abordando neste, estudo da região a ser implantado o hospital e, a partir deste estudo, fecha-se o perfil do cliente a usar o espaço. Como em todos os projetos, vê-se a necessidade de se pré-definir os ambientes para entendimento do dimensionamento dos espaços e seus possíveis usos e mobiliários, fazendo- se pesquisas a respeito em livros voltados a arquitetura hospitalar, com pequenas alterações a fim de se adaptar ao projeto proposto no semestre.

Tendo como objetivo principal a elaboração de um caderno com estudos e as informações necessárias para iniciar o projeto, de forma a se reunir em um único lugar.

METODOLOGIA

Como processo de elaboração de pesquisas a respeito da arquitetura hospitalar, foram disponibilizados pelo orientador livros e normativas a respeito, além de estudos particulares sobre outras arquiteturas do mesmo tema existente. Busca de informações em biblioteca pública sobre o histórico do local, características da área e população do entorno e, finalmente, visita em um hospital na área do projeto indicado pelo orientador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com esses estudos dispostos no caderno A3, iniciaram-se as primeiras ideias de projeto, elaborando-se estudos de fluxos e função, partindo para setorização de setores em prancha milimetrada de um em um metro de forma a se visualizar a escala do projeto no espaço, implantando, após, as circulações entre esses setores e divisão de ambientes propostos no programa. Propondo estudos de fachadas e possíveis materiais a serem empregados. Finalizando- se assim a primeira etapa que será repassada suas considerações e finalizado projeto em cad.



Figura 1

CONCLUSÕES

Conclui-se que, a partir desses estudos, obtive uma bagagem de informações a y respeito de arquitetura hospitalar de forma a direcionar na elaboração do projeto a ser realizado no semestre, sendo de suma importância como forma de elaboração de partido para definições iniciais de espaços.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao orientador do projeto pela disponibilidade e compartilhamento de informações e materiais e a colegas de classe pelo companheirismo.

REFERÊNCIAS

Goés, Ronald de. **Manual pratico de arquitetura hospitalar.** 1º edição. São Paulo: EDITORA EDGARD BLÜCHER LTDA, 2004.

RDC50. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/covsan/arquivo/2396/legislacao>> Acesso em: 16 agos. 2016,15:40:30

REQUALIFICAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL

Ana Caroline Rodrigues da Silva; Letícia Luz Paiva; Pedro Vitor Damasceno Queiroz; Thais Guimarães Rodrigues Farias e Wallace Vaz. Orientadora: Suzete Bessa

RESUMO

A requalificação urbana é uma forma de atuação associada à cultura urbana e à capacidade de atração e desenvolvimento sustentável dos territórios, tendo em vista a regeneração dos tecidos físicos e sociais.

Pode-se que a cidade do século XXI já está desenhada. Cabe ao urbanista a formulação de estratégias de intervenção nessa cidade, modernizando-a, conferindo-lhe novas qualidades que correspondem a novos desejos sociais. Como tal, a Requalificação Urbana é uma das áreas do Planejamento Local com maior desenvolvimento e pode ser vista como um ponto de convergência para outras ciências, tais como a Sociologia Urbana, a Geografia, o Ordenamento do Território, o Paisagismo e a Economia Urbana.

O propósito deste trabalho é, então, apresentar uma visão contemporânea do Urbanismo, com particular ênfase para a utilização do desenho como forma de atuação em tecidos sociais complexos.

Sensibilização para os valores do ambiente e cultura associados ao espaço urbano e à requalificação, com intervenção urbana, desde a escala do território até o contexto de desenho urbano. Desenvolvimento de linguagens compostivas que incorporam conhecimentos teóricos relevantes, estabelecendo elos comparativos com pensamentos do mestre em Arquitetura e Urbanismo Gilberto Corso Pereira.

Tendo como produto final redesenho da área de estudo, localizada no setor dos funcionários, Goiânia, Goiás, em conjunto com memorial explicativo das propostas de intervenção que se enquadrem com soluções para o transporte, sustentabilidade, comércio, lazer, espaços públicos, verticalização, parques urbanos, entre outras.

Palavras-chave: Requalificação, intervenção, urbanismo.

PROPOSTA UTÓPICA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL

Daniel Sousa Silva; Gleyzielle dos Passos Serra; Niusa Pimentel de Souza; Tatyana Amaral Netto; Samara Moraes Mesquita; Suzete Bessa.

RESUMO

Trabalho de Requalificação Urbana sustentável na região norte de Goiânia entre os bairros Marechal Rondon, Setor dos Funcionários e Setor Norte Ferroviário, com referência no livro ABC do Desenvolvimento Urbano de Marcelo Lopes, tendo como objetivo a reorganização do X espaço já construído, a melhoria na mobilidade urbana e melhor qualidade de vida para os moradores da região.

Palavras-chave: Requalificação; mobilidade; qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A Requalificação Urbana Sustentável se constitui num projeto utópico de intervenção urbana em uma parte do Setor Marechal Rondon, localizado em Goiânia Goiás. Seu surgimento veio através de um loteamento chamado de Vila Santa Lúcia, carente de infraestrutura básica. Hoje, mais de 60 anos depois, é considerado um bairro próspero e bem localizado.

A região possui uma grande carência em mobilidade, áreas de lazer, infraestrutura e degradação do Córrego Capim Puba e esse projeto vêm para amenizar esses problemas através de uma Reforma Urbana na região. ^

O objetivo do presente trabalho é desenvolver soluções que tragam melhorias para a região em questão, através da criação de novos meios de mobilidade como ciclovias, transporte alternativo e alargamento de vias, recuperação do papel ecológico do Córrego e áreas que propiciam lazer, convívio e segurança para os moradores.

METODOLOGIA

Foram utilizadas para apreciação do trabalho pesquisas pela internet, visitas técnicas no local de estudo, assim como entrevistas com moradores e empresários da Região. Programa de Auto Cad., Photoshop, também auxiliou no trabalho final.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado foi satisfatório e atendeu à expectativa, ao longo do córrego capim puba mencionado no trabalho, que apresenta degradação, e que, esse projeto, será totalmente utilizado pela população, agregando valor ao local e eliminando a poluição visual, que era um grande problema.

As vias de acesso foram alargadas dando maior mobilidade ao local e equipamentos públicos, trazendo lazer e diversão a uma região carente de entretenimento.

CONCLUSÕES

O projeto de Requalificação Urbana Sustentável é um exemplo de condição de Áreas de grande densidade populacional, ocupadas sem diretrizes prévias de planejamento, conforme conglomerados urbanos de difícil intervenção. Com a implantação do parque linear, a região terá locais de lazer e convivência, os moradores poderão praticar atividades físicas, participar de conferências culturais, com integração de soluções urbanistas, meio ambiente, transportes e saneamento.

A proposta apresentada não resolverá todos os problemas do córrego, mas resolverá uma grande parte, fazendo que o córrego cumpra seu papel ecológico. As soluções adotadas foram baseadas no livro ABC do Desenvolvimento Urbano de Marcelo Lopes, onde se procurou trazer a melhor qualidade de vida à população da área.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, que nos concedeu o dom da vida e tem nos guiado até aqui, proporcionando-nos saúde, força e, principalmente, capacidade para superar as dificuldades.

Aos nossos familiares e amigos, que nos dão sempre força, coragem, e contribuíram para nossa chegada até aqui. E, e claro, a nossa querida professora, M^a Suzete Bessa, que nos orienta, apoia, ensina e contribui sempre para o crescimento na construção do saber e no processo de nossa formação enquanto alunos.

REFERENCIAS

- MARCELO SOUZA. **Abc do Desenvolvimento Urbano**, Bertrante Brasil, 2001.
- GERSON AMARAL LIMA. **Infraestruturas verdes na criação de um sistema de espaço**, São Paulo.
- GEOVANY JESSÉ ALEXANDRE DA SILVA. **Uma Ruptura de Paradigmas**, UNB, Cuiabá-MT.

ARQUITETURA HOSPITALAR

Layenne Prestes Veras; Jairo Pires

RESUMO

O processo criativo consiste em estudo de casos no qual realizamos pesquisa de campo, estudo do lugar, para servir como estudo complementar para as etapas seguintes

Palavras-chave: estudo de lugar; pesquisa de campo; visita técnica.

INTRODUÇÃO

O criativo consistiu primeiramente em fazer um estudo de caso relacionado a algumas obras do arquiteto mais conhecido como Lelé, Foram escolhidos dois hospitais da rede Sarah e analisados alguns aspectos para elaboração, como acessos, terreno, localização, etc. Vale ressaltar a importância das áreas verdes impostas pelo arquiteto, a importância de se fazer comunicação do ambiente externo e interno, tornando o local um lugar que não remete somente a doenças que o hospital representa. Nessa mesma etapa, foi feita visita técnica a um hospital especializado em algumas áreas da medicina, com o intuito de se aprender e analisar o seu funcionamento, desde a entrada do paciente até a entrada do IML. Esta etapa finaliza com a visita técnica do lugar escolhido para a próxima etapa, que será implantar, no local, um hospital relacionado à ortopedia, foram analisados alguns aspectos, assim como seu sistema viário, equipamentos urbanos, histórico do local; entre outros, todos os aspectos que deveriam ser estudados para podermos implantar o hospital.

A próxima etapa consistia em fazer um caderno A3, que tivesse toda a evolução de como começar um projeto hospitalar. Primeiramente, colocamos o estudo do lugar realizado na

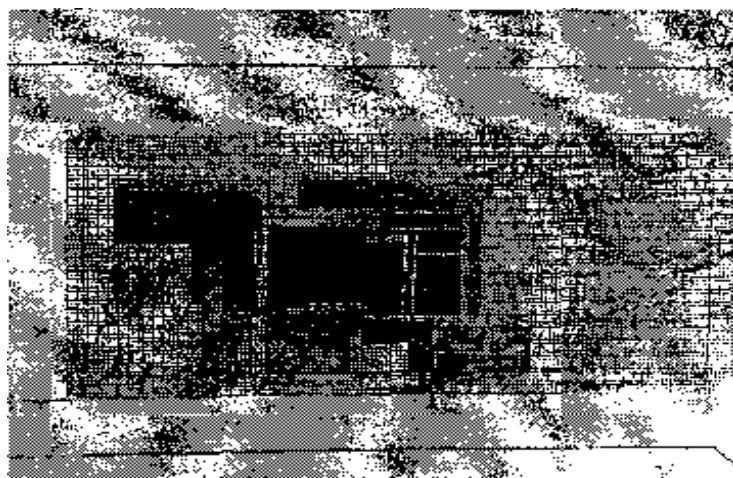
primeira etapa. Em seguida foi estipulado pelo orientador um programa de necessidades e, a partir dele, podemos resolver questões de setorização, que foram classificadas em clínico, emergencial, administrativo, serviço e cirúrgico. Foram feitos fluxogramas e funcionograma dos setores para se entender melhor a distribuição de cada ambiente. Com base nos pré-dimensionamentos, foi feito o quadro síntese, que continha todas as informações de função, quantidade, metragem quadrada, mobiliário e o valor total de cada ambiente.

O terreno escolhido situa-se no Bairro Rodoviário, na Av. dos Missionários, uma avenida que dá acesso para todas as vias importantes do setor. Com isso, pude definir onde seriam os acessos de ambulâncias, pacientes e funcionários. Para o projeto, tive como ideia inicial trazer para o hospital uma melhor qualidade para quem o frequentasse. Então, decidi deixar áreas verdes dentro para que pudesse trazer um ar mais de tranquilidade. Ademais, os apartamentos e enfermarias teriam acesso a jardins privativos, para uma melhor recuperação. Pensou-se quanto à isolamento do local, então foram colocados os ambientes de repouso todos contra a parte de maior incidência solar.

METODOLOGIA

Os métodos obtidos na elaboração do projeto foram estudos de caso e do lugar, além da visita técnica no hospital.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



CONCLUSÕES

O objetivo do projeto foi analisar sucintamente cada etapa para-se poder saber organizar de maneira mais clara e dispor os ambientes segundo as leis exigidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, que me ajudou a planejar e entendeu a y* maneira como gostaria de realizar o projeto.

REQUALIFICAÇÃO URBANA SUSTENTÁVEL PARA O PROCESSO DE ANÁLISE E PROPOSTA DO ESPAÇO URBANO

Ketlyn Viana Dourado; Vinicius Júlio da S. Melauro; Pammyla Felipe Gonzaga; Sandylla Patrícia Cunha Lima, Pedro Henrique Custódio; Suzete Almeida Bessa

RESUMO

O trabalho sobre Requalificação Urbana irá estudar uma área localizada em Goiânia-GO no setor Marechal Rondon, abordando seu histórico de ocupação, analisando mobilidade, áreas de lazer, infraestrutura, edifícios, adensamento e as moradias; buscando trabalhar com referência e identidade, história urbana, aproveitando a infraestrutura existente. O objetivo é a elaboração de um projeto, criando propostas e soluções para os problemas existentes nesta área, levando em consideração a leitura de um livro “Cidades para um pequeno planeta,” de Richard Rogers” em que o autor apresenta um programa de intervenção visando ao futuro das cidades, e demonstra seu conhecimento em arquitetura e planejamento sobre influência das vidas cotidianas, evidenciando o impacto negativo das cidades modernas ao meio ambiente. Sua característica é o planejamento sustentável, para a proteção do planeta, pensando, assim, nas futuras gerações. O autor, Richard Rogers, inclui a ideia de uma cidade sustentável e ecológica com intuito de promover um uso renovável e a participação da população. Deve-se então, aplicar o posicionamento do autor e a identidade do livro nas propostas e soluções elaboradas para a reurbanização desta área. Uma ótima forma de assegurar qualidade de vida aos presentes e a gerações futuras, por meio da economia de energia, água, utilização de meios recicláveis, preocupação com o meio urbano, rural, meios públicos, edifícios e praças.

Palavras-chave: Requalificação; Sustentabilidade; Urbano impactos da inovação nota-se que este concentra-se na incremental em função das alterações no *stend*, que permitiu agregar diversos diferenciais competitivos. Conclui-se que a *Scitech*, para obter resultados que permitiram sua alavancagem competitiva no mercado, precisou trabalhar de forma sistêmica todos objetivos focais da inovação, alterando não apenas seu produto, mas seu modelo de negócio e seus processos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Faculdade Alves Faria por todo apoio e direcionamento do Grupo de Pesquisa Sustentabilidade, Finanças e Inovação.

REFERÊNCIAS

- BESSANT, John; PAVITT, Keith; HDD, Joe. **Gestão da Inovação.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J.; SHELTON, Robert. **As regras da inovação:** como gerenciar, como medir e como lucrar. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- KOTLER, Philip. **A Bíblia da Inovação.** São Paulo: Leya, 2011.
- LIPPI, Roberta; SIMANTOB, Moysés. **Guia valor econômico de inovação nas empresas.** São Paulo: Editora Globo, 2003.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA EMPRESA SAGA TOYOTA: GASTOS OU INVESTIMENTOS?

SILVAB. G.; LIMAF. B.; VEIGA M. A.; Flávia Silveira de Meio

RESUMO

O objetivo do estudo foi identificar como a empresa Saga Toyota avalia o retorno financeiro dos investimentos aplicados em ações de sustentabilidade ambiental. A empresa estudada efetua ações de sustentabilidade ambiental, orientadas pela Toyota Internacional. Foi adotada a metodologia aplicada, exploratória e qualitativa, com o uso do estudo de caso e referências bibliográficas.

Palavras-chave: Sustentabilidade ambiental. Retorno de Investimento. Economia.

INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é uma opção estratégica, pelo menos é como deve ser encarada pelos empresários na atualidade. É o caminho para o novo modelo de desenvolvimento em que as riquezas social, ambiental e cultural tenham tanto peso quanto a econômica.

O tema sustentabilidade ambiental merece ser estudado em função da criação de empresas-modelo de desenvolvimento sustentável, que levam, em sua composição, a consideração de fatores sociais, ambientais e econômicos.

O trabalho justifica-se pela avaliação dos retornos que a empresa obtém realizando práticas sustentáveis e pela necessidade de conscientização e desenvolvimento da sustentabilidade ambiental nas empresas. Sendo importante a discussão sobre uma possível redução de impactos ambientais e a promoção de programas sociais que se mantêm economicamente viáveis no mercado. Assim, o objetivo geral da pesquisa é identificar como a empresa Saga Toyota avalia os retornos financeiros dos investimentos de práticas sustentáveis.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva que pretende identificar como a empresa SAGA TOYOTA avalia os retornos financeiros de práticas sustentáveis. Foi selecionado o método qualitativo e realizado um levantamento bibliográfico das publicações sobre o tema selecionado com a finalidade aplicada, voltada para a solução dos problemas específicos como avaliação e mensuração da obtenção de retornos financeiros através de práticas de ações sustentáveis, quais ações essas empresas praticam, e conhecer as razões do emblema ambiental através da realização do estudo de caso, para seu conhecimento detalhado sobre as práticas de sustentabilidade ambiental dentro da empresa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por tratar-se de uma pesquisa que está sendo desenvolvida, espera-se que seja possível identificar quais ações a organização tem praticado para se manter sustentável, conhecer as razões do emblema ambiental, avaliar e mensurar a obtenção de retorno financeiro através da prática de ações sustentáveis, além de evidenciar como planeja e monitora os resultados destas ações.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, para se obter um projeto de sustentabilidade, é necessário assumir cenários em longos prazos, assumir os riscos e determinar seus esforços e recursos para investir em uma área em que o retorno financeiro aparentemente não existe, analisando como a empresa Saga Toyota avalia os retornos financeiros dos investimentos de práticas sustentáveis e se estes retornos são reconhecidos como gastos ou investimentos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a contribuição de nossos familiares, colegas e mestres, que influenciaram a sermos perseverantes e acreditarmos na nossa capacidade de produção intelectual.

REFERÊNCIAS

- BOFF, LEONARDO. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** 4. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MENDONÇA, ROCHA E NUNES. **Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação**
- Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.
- NASCIMENTO, NASCIMENTO E CAETANO. **Sustentabilidade como estratégia para o sucesso empresarial.** Meio ambiente e ecologia, sustentabilidade, novembro de 2010.
- VIEIRA. **Sustentabilidade no século XXI: uma ação social que trará retornos.** Artigo publicado na revista CEPPG- CESUC - Centro de ensino superior de catalão, Ano XIII, N° 22 -ISSN 1517 — 8471 - páginas 171 a 186, 1º Semestre de 2010.

O USO DA LOGÍSTICA REVERSA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

Reginaldo Bernardo Vieira¹; Lucas Batista Feitosa²; Diego Alves Jacob³

RESUMO

O papel da logística é gerenciar todo fluxo de um produto, desde sua produção, estoque, transporte, armazenagem, ou seja, toda movimentação que esse produto faz. Já a logística reversa, como o nome já aponta, objetiva reverter o que não foi utilizado desse processo, desde a produção até o consumo, de maneira sustentável, para reutilização. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo de pesquisa compreender o processo de logística reversa e como ele pode colaborar no desenvolvimento sustentável de pequenas e médias empresas. Enquanto metodologia, propõe-se uma pesquisa básica, de caráter exploratório e descritivo. Em primeiro momento, será feita uma análise sobre a logística reversa e sua relação com a reciclagem em pequenas e médias empresas e como isso pode ajudar na redução de custos e produção de mais lucro de maneira sustentável. Na tentativa de observar essas possibilidades na prática, será realizada, em seguida, a observação de alguns resultados de empresas que aderiram a processo. Para tanto, a análise de dois estudos de caso, apoiará a pesquisa: *GAMA Fábrica Artefatos Plásticos* e *uma revendedora de pneus, localizada no município de Lorena/SP*. Por fim, a partir da análise da literatura sobre a temática e da análise de alguns resultados, será feita uma avaliação, no sentido de discutir a viabilidade da logística reversa como forma sustentável de empreender. Os apontamentos aqui serão iniciais, mas com intenção de uma pesquisa mais complexa posteriormente, tendo em vista a pouca produção da área e a relevância da temática, ante um contexto de problemas ambientais tão graves e a necessidade de maior desenvolvimento e geração de lucro exigido pelo modo de produção capitalista, na qual estamos inseridos.

Palavras-chave: Logística reversa; empreendedorismo; sustentabilidade.

OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA GESTÃO DE EMPRESAS FAMILIARES

Adriely Rodrigues Teles¹, Érica Santos Moura², Lorenna Alves Nascimento³, Michelle Thainan Monteiro Ferreira⁴, Rejane Oliveira Ferreira⁵; Flávia Silveira de Melo⁶

RESUMO

O objetivo deste estudo foi conhecer as principais oportunidades e desafios encontrados na gestão de uma empresa familiar na cidade de Goiânia-GO. Trata-se uma pesquisa aplicada, qualitativa, exploratória e descritiva. Para coleta de dados, serão realizadas pesquisas observacionais e aplicação de entrevistas e questionário. Como resultado, espera-se compreender o ambiente da organização em estudo, analisando-se os impactos A causados pelas tomadas de decisão e seus reflexos no desenvolvimento da empresa.

Palavras-chave: Gestão. Organização. Família.

INTRODUÇÃO

Diversos autores, ao longo da história, escrevem sobre a origem das empresas familiares, o que reafirma o seu surgimento, que data de longo tempo. Desde a idade média, pequenas organizações utilizavam este modelo de empresa formado, por exemplo, por qualquer artesão que tinha sua oficina em casa, com seus auxiliares e que passava seu ofício para o filho (VIDIGAL, 1996; MARTINS, 1999).

Vários autores falam sobre gestão de empresas, porém poucos focam em gestão de uma empresa familiar, as quais possuem em comum o fato de estarem ancoradas na família, implicando em vínculos afetivos e podendo influenciar na gestão do negócio. Nota-se que estas empresas representam um percentual positivo na economia em relação à geração de empregos, e, a partir dessa relevância social e política, a pesquisa pretende analisar os principais aspectos positivos e negativos encontrados na gestão de pequenas empresas. A opinião de autores como Lodi, Najar, Werner, Adizes, entre outros, permitiu a análise dos tipos de empresas familiares, profissionalização, sucessão, ciclo de vida, cultura organizacional e governança corporativa, embasando a pesquisa proposta.

Justifica-se a importância deste estudo em função do apoio ao crescimento numérico e empresas familiares, as quais nem sempre efetuam análises de gestão. Portanto, o objetivo geral deste estudo foi conhecer as principais oportunidades e desafios encontrados na gestão de uma empresa familiar na cidade de Goiânia-GO, visando contribuir também com outras organizações que são geridas por familiares. O presente estudo pode ampliar os conhecimentos relativos ao campo da gestão de empresas familiares, contribuindo para seu desenvolvimento e fortalecimento.

METODOLOGIA

Quanto à finalidade, essa pesquisa é aplicada com abordagem qualitativa. Quanto ao objetivo, no primeiro momento esse projeto é de caráter exploratório, pois visa obter informações iniciais sobre o tema, com levantamentos bibliográficos, obtendo maiores informações gerais sobre gestão de empresas familiares, iniciando com conceito e origens, até compreender seus processos de continuidade, como ciclo de vida, sucessão e gestão corporativa. Contudo, a pesquisa em si será de caráter descritivo observando os

fatos sem neles interferir para analisar quais as principais oportunidades e desafios encontrados na gestão da empresa A Ferramentas na cidade de Goiânia-GO. Os instrumentos de coleta de dados, observação sistemática, pelo uso de questionários e entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como ainda a pesquisa está em desenvolvimento, espera-se como resultados finais compreender quais os desafios e as oportunidades enfrentadas nas empresas familiares. Para tanto, ao final da pesquisa, espera-se contribuir para que várias empresas familiares, através dos resultados obtidos, possam melhorar suas tomadas de decisões, ambiente organizacional, clima organizacional entre outros visando ao sucesso da organização.

CONCLUSÕES

Conclui-se que as empresas familiares têm se tornado uma potência na economia brasileira por sua elevada participação no mercado e que, ao longo do tempo, vêm crescendo e ocupando uma posição de destaque no âmbito dos negócios. Com isso, encontram desafios bem mais complexos que a simples administração. Por outro lado, possuem grandes oportunidades, que, sabendo aproveitá-las, se tornam-se ferramentas valiosas de gestão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para a realização desta pesquisa. E a todos que acreditaram na nossa capacidade, o nosso muito obrigado.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Ademir Antônio; PEREIRA, Maria Isabel; REIS, Ana Carla Fonseca. Gestão empresarial de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas. São Paulo, SP: Pioneira,2006.

LODI, João Bosco. A Empresa Familiar. São Paulo, SP: Pioneira, 1978.

NAJJAR, Eduardo. Empresa Familiar: Construindo equipes vencedora na família empresaria. São Paulo: Interage Editora, 2011.

ESTUDO DE CASO SOBRE O FEEDBACK GERENCIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA

CONSTANTE, S.A 1.\ LIMA,M.R.S.2; MOREIRA, V.R.3, SOUZA, Jussara de Paula4
(Orientadora)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar o *feedback* da liderança formal das agentes de saúde de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na cidade de Goianésia/GO. Deste modo, este trabalho ressalta o valor do *feedback* na comunicação dos líderes aos liderados, em uma instituição de saúde pública, na cidade de Goianésia/Goiás. A pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo teve como amostra agentes de saúde comunitária. Os envolvidos foram entrevistados e passaram por um questionário com roteiro estruturado e os resultados categorizados por meio de análise de conteúdo. Os resultados apontam que o líder conhece a eficácia da utilização do *feedback*.

Palavras-Chave: *Feedback; Comunicação; Liderança.*

INTRODUÇÃO

A comunicação dos líderes deve ser realizada de forma planejada, visando ao menor impacto negativo possível. De acordo com o Romualdo e Bandeira (2014), o *feedback* é uma palavra inglesa que tem como objetivo retroalimentar ou dar resposta para o comportamento de alguém.

Quando se pensa na relação líderes e liderados, assim o *feedback* deve ser entendido como uma técnica que oferece a este profissional a construção de vínculo com cada colaborador, estabelecendo a relação individual, fina e de confiança, possibilitando, então, trocas de “energias”, um campo que permite desenvolver o ser humano, fomentar análises, criar adaptações, trabalhar dificuldades e implantar mudanças. (FERRARI, at. al.2008)

Para que haja a funcionalidade eficiente numa gestão, o *feedback* é uma ferramenta muito importante. Assim, para melhor compreender a temática, o estudo teve como objetivo geral analisar o *feedback* da liderança formal das agentes de saúde de uma UBS na cidade de Goianésia.

METODOLOGIA

Este estudo de caso foi concretizado a partir de uma exploratória, bibliográfica e qualitativa. Em função de limitações da organização, foi necessária a utilização da pesquisa quantitativa.

Como técnicas de coleta de dados, utilizou-se de entrevista, questionário e observação. Foram aplicados tanto a entrevista a líder gestor quanto os questionários aos liderados, num ambiente sem interferências de variáveis, e de forma individual, a fim de responderem com tranquilidade e precisão. Os dados foram estruturados a partir de relatórios e gráficos, fazendo-se a correlação entre as informações teóricas coletadas, possibilitando análise dos resultados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Ferreira (20^4), o papel do gestor nessa ação em dar o *feedback* é de trazer ao colaborador a auto percepção, entre tanto, ao receber-lo, a pessoa pode ter algumas reações, algumas vezes construtivas e outras nem tanto. Este evento ocorre em variação ao envolvimento do colaborador nas questões abordadas, na visão da sua carreira profissional e na visão da instituição como um todo.

Na entrevista aplicada a líder, podemos verificar o respectivo cuidado e destreza em estar prestando um serviço de qualidade e satisfação não só do cliente externo, mas também ao cliente interno, promovendo um ambiente com clima favorável, usando manejos de *feedback* eficazes.

Nos questionários aplicados, por sua vez, com Wagner (2006), as questões emocionais devem ser identificadas pelos gestores, de modo que possam controlar suas reações,

individualmente, pois as mesmas podem refletir nos grupos de trabalho. Observa-se que, na Unidade Básica de Saúde, essas reações são positivas.

De acordo com as observações e análise de questionários, pode-se averiguar que do envolvimento e desenvoltura do líder têm surgido implicações amplas e diretas em seus liderados. No que se refere ao *feedback* recebido, os liderados apresentaram satisfação e engajamento com as perspectivas da líder.

Pode-se aludir, a partir das observações, que isto se deve à preponderância do líder em seu manejo. Tal manejo reflete diretamente na produtividade e cortesia dos liderados, sendo considerada uma Unidade de referência e de destaque na cidade de Goianésia-Goiás.

Foi identificado o tipo de liderança ativa, sempre atenta em observações, e enérgica em ações de prevenção e execução das diversas atividades exercidas; induzindo o grupo a buscar os objetivos definidos, fortalecendo as relações.

CONCLUSÕES

O estudo de caso na Unidade de Básica da Família (UBF), em Goianésia-Goiás, permitiu o agrupamento de teorias acerca do *feedback*, e, ainda, observar prática do *feedback* na relação entre a enfermeira líder e os agentes comunitários de saúde. Deste modo atingiu o objetivo geral, avaliar o *feedback* da liderança formal das agentes de saúde de uma UBF na cidade de Goianésia. As observações permitiram o desenvolvimento da acadêmica, no sentido de perceber em termos práticos a importância do *feedback*, e, para a organização estudada, a identificação de resultados que apontam a boa atuação da enfermeira líder. Entretanto, observa-se que alguns dados levantados devem ser analisados no sentido de elevar o impacto do *feedback* da liderança.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Faculdade Alves Faria por todo apoio e direcionamento.

REFERÊNCIAS

- FERRARI, A. A. Gestão Estratégica de Pessoas:** Teoria e reflexão na prática de cases. Florianópolis: Insular, 2008.
- FERREIRA, G. Programa de Desenvolvimento Gerencial.** São Paulo: Atitude Positiva, 2014.
- WAGNER, J. A; JOHN, H. A. Comportamento Organizacional.** São Paulo: Saraiva, 2006.

ESTUDO DE CASO DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DO AMBIENTE GASTRONÔMICO DA POUSADA VILA DO COMENDADOR EM PIRINÓPOLIS – GOIÁS

CONSTANTE,S.A; MELO, F.S. 2; JESUS, D.F. 3, SOUZA, Jussara de Paula Souza⁴ (*Orientadora*)

RESUMO

O estudo possui como objetivo analisar a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos colaboradores do restaurante da Pousada Villa do Comendador. Foi realizado um estudo com treze colaboradores, utilizando-se o questionário elaborado por Walton, em que foi possível verificar o nível de satisfação e, ainda, identificar problemas que podem estar

afetando a qualidade de vida dos trabalhadores da organização estudada. Assim, verificou-se que o nível de satisfação dos colaboradores do restaurante da pousada Villa do Comendador, em relação ao trabalho em geral, é boa, com alguns pontos críticos que requerem atenção por parte da diretoria para que a QVT seja elevada.

Palavras-chave: Restaurante; Satisfação; Qualidade de Vida no Trabalho.

INTRODUÇÃO

A temática deste estudo é a avaliação da qualidade de vida no trabalho (QVT) realizando-se um estudo de caso no restaurante da Pousada Villa do Comendador. É fato que as pessoas passam boa parte de suas vidas nas organizações que dependem desses indivíduos para que funcionem e em contrapartida as pessoas precisam das organizações para que alcancem o sucesso profissional e individual.

Os programas de QVT são importantes no ambiente de trabalho, por primar em pelo equilíbrio A do ambiente de trabalho das pessoas com suas características físicas e psicológicas. Seu objetivo é assegurar a saúde e a segurança, além da boa relação do trabalhador com o ambiente de trabalho, trazendo uma sensação de conforto para as pessoas, o que resulta em uma melhor produtividade. (SANT'ANNA; KILIMNIK, 2011).

O estudo evidenciou a seguinte questão problema: “como os colaboradores do restaurante da Pousada Villa Comendador percebem a qualidade de vida no trabalho?”. Trabalha-se a seguinte hipótese: o ambiente de trabalho no restaurante da Pousada Villa do Comendador é tenso, pois como é uma pousada que prima por alta qualidade no atendimento de seus clientes, os colaboradores podem se sentir em um ambiente sob muita pressão e pouco saudável. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos colaboradores do restaurante da Pousada Villa do Comendador.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de caso sobre QVT na Pousada Villa do Comendador. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e utilizou-se do método quantitativo para melhor levantar os dados. O modelo de questionário aplicado foi modelo de Walton (1973), já estruturado e validado, permitindo melhor direcionamento da coleta de dados. O restaurante da pousada possui treze colaboradores na parte da manhã, e os questionários foram aplicados a 100% dos colaboradores que atuam na cozinha e no salão do restaurante. Os resultados foram tabulados no formato de gráficos, permitindo melhor análise, sendo os principais resultados lançados no relatório da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações a seguir foram coletadas por meio da aplicação de questionários aos colaboradores do Restaurante da Pousada Villa do Comendador e, ainda, a partir de observações realizadas durante a respectiva aplicação. Observando os resultados, percebe-se que a maioria dos entrevistados está satisfeita com o sistema de remuneração. Apenas em benefícios os colaboradores apresentam certa insatisfação. Segundo Marras (2011), um programa de benefícios auxilia na manutenção de baixos índices de rotatividade e no sentimento de paternalismo, sendo, assim, importante o estudo dos aspectos que geram insatisfação no trabalho.

Nota-se que a maioria está satisfeita com o trabalho que a empresa oferece. Os horários de trabalho e equipamentos fornecidos para a realização das tarefas atingem altos níveis de satisfação, mas também se observa que alguns estão insatisfeitos quanto as condições de trabalho e aos equipamentos de segurança fornecidos. Essas insatisfações devem ser

mais bem analisadas, visto que, segundo FRANÇA (2009), o ambiente seguro e saudável e com ausência de insalubridade fazem com que os colaboradores tenham bem-estar físico, mental e social, elevando a motivação e o comprometimento para com a empresa.

Analizando os resultados, pode-se observar que os colaboradores da Pousada Villa do Comendador gostam muito do trabalho que realizam. Além disso, a maioria tem autonomia, se sente responsável e empenhado no que faz. Somente uma pequena parte se mostrou insatisfeita. De acordo com Marras (2011), a formação multifuncional dos colaboradores permite e facilita o crescimento dos mesmos nas organizações.

Os resultados apontam satisfações no que tange a oportunidades de trabalho, entretanto observam-se insatisfações em relação a treinamentos e sentimentos de insegurança em relação às demissões. De acordo com França(2009), quanto mais preparados estão os colaboradores, melhor produzirão e mais se sentirão autoconfiantes. Assim, investimentos neste sentido podem elevar a produtividade do restaurante estudado.

De acordo com os dados, com relação à discriminação, nota-se certo desequilíbrio nos indicadores de satisfação. A maioria dos colaboradores se sente insatisfeita ou neutra em relação ao comprometimento da sua equipe e colegas com o trabalho e, ainda, um relevante percentual sente que suas ideias e iniciativas são pouco valorizadas. Segundo FRANÇA (2009), a formação de uma equipe concisa é essencial para o bom desempenho da qualidade de vida no trabalho.

A respeito do constitucionalismo, a maioria das pessoas não se sente nem satisfeita e nem insatisfeita com relação às normas e regras do seu trabalho e a maioria está muito satisfeita ou satisfeita com relação ao respeito à individualidade, o que França(2009) considera essencial para o sentimento de valorização. Deste modo, os dados apontam necessidade de tratamento das informações.

Sobre a satisfação com seus horários de trabalho e de descanso, embora a maior parte mostre-se satisfeita, há casos de neutralidade e insatisfações, devendo estes resultados ser mais bem observados, pois, Segundo Oliveira (2009), um dos critérios de qualidade de vida no trabalho é o quanto de espaço o trabalho ocupa na vida de cada colaborador. Segundo FRANÇA (2009), quanto à relevância social do trabalho na vida, a imagem da empresa deve estar relacionada à responsabilidade social com boas práticas de produção e empregabilidade, o que de modo geral, o restaurante possui, necessitando apenas melhor observar suas políticas sociais.

CONCLUSÕES

Observam-se insatisfações com benefícios, treinamentos, demissões e com as políticas de recursos humanos. Em relação às oportunidades de crescimento, há insatisfações e o que mais chamou a atenção foi com relação à discriminação: alguns se sentem muito insatisfeitos e podem estar de alguma forma se sentindo discriminados, o que interfere intimamente na qualidade de vida no trabalho.

As observações permitiram perceber que o restaurante da Pousada Villa do Comendador é um local que chama atenção por sua beleza e estrutura muito bem montada. A direção da pousada é bastante exigente com relação à clientela, que deve ser muito bem tratada, para que saia com uma ótima impressão do local.

Esta pesquisa foi repassada aos dirigentes da empresa, com a sugestão de que os dados coletados na pesquisa de QVT sejam mais bem trabalhados, fazendo um estudo dos pontos críticos levantados, a título de proporcionar aos funcionários um ótimo ambiente para a realização das atividades de trabalho, potencializando ainda mais a relação entre

colaboradores e organização, trazendo melhor qualidade de vida para os funcionários e melhores resultados organizacionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Faculdade Alves Faria por todo apoio e direcionamento.

REFERÊNCIAS

- FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de recursos humanos-PRH:** conceitos, ferramentas e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos:** do operacional ao estratégico. 14^a ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- OLIVEIRA, Otávio J. **Gestão da qualidade:** tópicos avançados. São Paulo: Learning, 2009.
- SANT'ANNA, Anderson de Souza, e KILIMNIK, Zélia Miranda. **Qualidade de vida no trabalho:** abordagem e fundamentos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

AVALIAÇÃO DA ESCALA DO CLIMA ORGANIZACIONAL (ECO) EM UMA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA NA CIDADE DE ANÁPOLIS.

ALVES. K.G 1.: CONSTANTE,SÂ2.;SOUTO, A.R.T. 3; LIMA, M.R.S.4, SOUZA, Jussara de Paula Souza5 (Orientadora)

RESUMO

O objetivo geral deste estudo foi escalar e avaliar o clima organizacional de uma instituição bancária da cidade de Anápolis-Goiás. Para isso, foi aplicada a Escala de Clima Organizacional (ECO), que se constitui em um instrumento de medida composto por 5 (cinco) fatores: apoio da chefia e da organização; recompensa; conforto físico; controle e pressão; e coesão entre os colegas. Parte da hipótese analisada foi confirmada, evidenciando que os fatores recompensa e controle e pressão interferem, de forma negativa, no clima organizacional. Por outro lado, refuta-se a coesão entre os colegas, pois se observa que a interação entre os colaboradores, o grau de confiança, colaboração, união e vínculo são demasiadamente positivos. Sugere-se o desenvolvimento de planos de ação e novos estudos organizacionais a fim de potencializar o capital intelectual quanto às percepções dos colaboradores concernentes ao trabalho.

Palavras-Chave: Escala de Clima Organizacional; Instituição Bancária; Cultura Organizacional.

INTRODUÇÃO

Segundo Martins et. al. (2008), o conceito de clima organizacional refere-se às percepções dos funcionários sobre as particularidades da organização, envolvendo dimensões, como: comunicação, apoio da chefia, comprometimento, inovação, coesão, conforto físico, pressão no trabalho, controle e recompensa, entre outras.

Assim, a temática deste estudo é a análise do clima organizacional de uma instituição financeira. Para tanto, foi aplicada uma pesquisa, a partir da medida de comportamento organizacional Escala de Clima Organizacional (ECO), Martins et al (2008). O interesse pelo tema surgiu a partir das experiências pessoais e profissionais das pesquisadoras, as quais instigaram quanto à importância de compreender melhor a temática.

A análise do clima organizacional, realizada a partir da medida de comportamento organizacional ECO, permite identificar as percepções dos empregados sob os diversos aspectos da organização. Assim, o objetivo geral desse estudo foi escalar e avaliar o clima organizacional de uma instituição bancária da cidade de Anápolis-Goiás.

METODOLOGIA

Para avaliar o clima organizacional, foi realizado estudo de caso em uma instituição bancária da cidade de Anápolis, Goiás. A pesquisa bibliográfica foi de suma importância para o desenvolvimento do trabalho. Trata-se de uma pesquisa quantitativa. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a Escala de Clima.

A Escala de Clima Organizacional foi aplicada em uma instituição bancária da cidade de Anápolis, Goiás. A empresa possui 13 (treze) funcionários, sendo que 9 (nove) responderam à Escala. Os questionários foram aplicados, no dia 24 de setembro de 2015, a uma amostra que representa 70% da população pesquisada. Após a aplicação dos questionários, os dados foram estruturados em tabela para o cálculo das médias fatoriais e, posteriormente, organizados os relatórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escala de Clima Organizacional, ECO, é uma escala multifatorial sistematizada e validada cientificamente por meio de análises empíricas de fidedignidade e validade. A escala consiste em mensurar a percepção dos trabalhadores acerca de cinco dimensões do clima organizacional. A escala apresenta 5 (cinco) fatores, a saber: apoio da chefia e da organização, recompensa, conforto físico, controle/pressão e coesão entre colegas (SIQUEIRA, 2008).

O primeiro fator avaliado foi o de apoio da chefia e da organização, que indica boas relações entre superiores, a empresa e os colaboradores. Assim, os dados apontam que a empresa propicia condições estruturais favoráveis para a realização do trabalho e valoriza seus talentos. Novas ideias, porém, ser utilizadas para aprimorar o trabalho. Compreende-se que uma instituição bancária apresenta procedimentos sistematizados e estruturados, o que pode dificultar novas estratégias para exercer as funções. De acordo com Luz (2014), as relações das lideranças interferem no desempenho das atividades, vínculos e envolvimento entre os trabalhadores, cooperação, entusiasmo e comunicação.

De acordo com Garrett e Tachizawa (2006), as recompensas permitem a percepção de sentimentos de receber algo por um bom trabalho realizado, valorização. O fator “recompensa”, por outro lado, evidencia que a percepção dos colaboradores quanto às recompensas fornecidas, poderia ser incrementada no que tange à qualidade na execução das tarefas. Pode-se sugerir que isto se deve ao predomínio da quantidade de atividades realizadas, considerando que se trata de uma instituição bancária.

O aspecto “conforto físico”, por conseguinte, refere-se à estrutura física, conforto e segurança oferecidos pela instituição para a execução das atividades (MARTINS, 2008). Os dados coletados expressaram que o ambiente é agradável, com iluminação adequada, correspondendo às necessidades dos trabalhadores. Os resultados podem apontar, porém, que a instituição precisa de adequações para propiciar a movimentação dos deficientes físicos. Ademais, pode-se inferir que as funções não favorecem a postura física adequada à saúde do trabalhador.

O fator “controle/pressão” expõe que a instituição e os superiores exercem um domínio no sentido de controlar a produtividade e pressionar para que os colaboradores alcancem os resultados e metas definidas (LUZ, 2014). A média fatorial corresponde a 3,96. A

análise pode evidenciar um controle rígido para que as atividades sejam realizadas no prazo estabelecido, ausência de autonomia.

O fator “coesão entre colegas” aponta que há integração entre os colegas de trabalho, compartilhamento de experiências e problemas, relações de confiança e boa receptividade a novos funcionários que adentram a instituição. De acordo com Chiavenato (2008), essa relação interpessoal favorece a produtividade organizacional.

Observa-se que análise do clima organizacional é positiva, entretanto alguns fatores, embora devam ser mais bem analisados e tratados para que se mantenha a motivação dos colaboradores, no sentido de gerir e agregar valores que possam contribuir ainda mais para a satisfação dos colaboradores.

CONCLUSÕES

A aplicação dos questionários na instituição permitiu analisar os cinco fatores da medida do comportamento da escala de clima organizacional. Deste modo, o objetivo geral de escalar e avaliar o clima organizacional de uma agência bancária na cidade de Anápolis-Goiás foi alcançado.

Identificou-se que os principais fatores que mais interferem negativamente no clima organizacional na instituição bancária são os que norteiam os aspectos de recompensas e o de controle e pressão. Embora não seja um fator crítico na organização, apresentam características nos resultados que devem ser geridas no sentido de manter e/ou melhorar o clima favorável atual. Refuta-se a coesão entre os colegas, pois se observa que a interação entre os colaboradores, o grau de confiança, colaboração, união e vínculo são extremamente positivos.

Sugere-se que a organização desenvolva planos de ação e novos estudos organizacionais, primando por potencializar seu capital intelectual no que tange às suas percepções do trabalho, elevando, assim, a positividade de seu clima e impactando em resultados organizacionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Faculdade Alves Faria por todo apoio e direcionamento.

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- GARRETT, A.; TACHIZAWA, T. **Crenças e valores em nossas organizações.** São Paulo: Editora de Cultura, 2006.
- LUZ, R. S. **Gestão do Clima Organizacional.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2014.
- MARTINS, M. C. F. et al. Construção e validação de uma escala de medida de clima organizacional. **Psicologia: Organizações e Trabalho.** Brasília, v. 4, n. 1, jan./jun. 2004.
- SIQUEIRA, M. M. M. et al. **Medidas do comportamento organizacional:** ferramentas de diagnóstico e de gestão. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ESTUDO DE CASO E-SOCIAL: NOVAS ROTINAS TRABALHISTAS NAS ORGANIZAÇÕES

DIAS, S.B.A1; MELO, F.S.; REZENDE, A.F3.: SOUZA, Jussara de Paula
(orientadora)

RESUMO

Este trabalho visa apresentar, de forma resumida, as novas obrigações acessórias imputadas às empresas por meio do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social). O *e-Social* surge com o intuito de assegurar que todas as ocorrências decorrentes das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais sejam efetivamente declaradas e cumpridas, obrigações estas que devem ser informadas eletronicamente de acordo com o Manual de Orientação do sistema. O objetivo geral deste estudo foi descrever as alterações e impactos nas rotinas do departamento pessoal. Obteve-se como resultado a descrição das novas rotinas a partir do *e-Social* que impactam no departamento pessoal.

Palavras-Chave: *Marketing Verde*. Qualidade. Desenvolvimento ambiental.

INTRODUÇÃO

O novo projeto *e-Social* que está sendo implantado pelo Governo Federal é voltado para ao qual um modelo obrigacional ao que todos terão que se adaptar, pois envolverá basicamente a totalidade da empresa, os gestores de processo de trabalho e os seus empregados e demais gerentes no dia a dia das relações humanas. Tudo que envolve relação de trabalho no país passará a ser registrado e controlado por meio do *e-Social*, Visando à garantia de todos os trabalhadores, sendo elas previdenciárias e trabalhistas. (COSTA et. al. 2014)

Assim, como outras obrigações acessórias já existentes e conhecidas pelas empresas, como a GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social), SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte), CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), MANAD (Manual Normativo de Arquivos Digitais) entre outras, o *e-Social* surge com o intuito de assegurar que todas as ocorrências decorrentes das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais sejam efetivamente declaradas e cumpridas, obrigações estas que devem ser informadas eletronicamente (BRASIL, 2015, p. 05).

Sendo assim, a temática deste estudo foram as alterações nas rotinas que envolvem o departamento pessoal e nos registros e controles das relações trabalhistas a partir do *e-Social*. O objetivo geral deste estudo foi descrever as alterações e impactos nas rotinas do departamento pessoal.

O estudo busca apresentar as contribuições que o *e-Social* poderá trazer às rotinas trabalhistas e as suas alterações a partir do sistema *online* que possibilitará mais transparência na relação entre o governo, empregador e o empregado, o que conduzirá a um processo mais organizado e padronizado.

METODOLOGIA

Este trabalho é um estudo de caso sendo pesquisado acerca das alterações nas rotinas que envolvem o departamento pessoal e nos registros e controles das relações trabalhistas a

partir do *e-Social*. Para levantamento de informações que pudessem levar a um conhecimento maior acerca da temática, foi realizada a pesquisa bibliográfica. A pesquisa possui fim exploratório e possui caráter qualitativo e descritivo. Os dados foram estruturados em relatórios a partir da construção de textos a partir das pesquisas realizadas. Os dados obtidos a partir dos métodos indicados permitiram a checagem dos conteúdos que visaram ao alcance do objetivo geral e objetivos do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *e-Social* substituirá os procedimentos de envio de diversas declarações, formulários, termos e documentos de relação de trabalho. As informações referentes a períodos anteriores à implantação do *e-Social* devem ser enviadas pelos sistemas utilizados à época. (BRASIL, 2015).

As principais atividades que serão impactadas pelo *e-Social* são: cadastramento de trabalhadores, eventos trabalhistas diversos, tais como: (admissão, demissão, afastamento, aviso prévio, férias, comunicação de acidente de trabalho, mudança de salário, obrigações de medicina do trabalho, folha de pagamento, ações judiciais trabalhistas, retenções de contribuições previdenciárias), imposto de renda retido na fonte e informações sobre FGTS (VOLPATO et al., 2014).

VOLPATO et al. (2014, p.6) esclarecem que o projeto pretende proporcionar uma mudança cultural dentro das empresas, pois causam impactos diretos nas rotinas dos setores de recursos humanos, tecnologia, fiscal, contábil, logística, folha de pagamento, medicina do trabalho e financeiro. Assim, os autores reforçam que é de suma importância que a direção das empresas compreenda estas mudanças e as promovam.

O *e-Social* não altera nenhuma legislação, e, sim, muda a forma de envio e apresentação dos dados aos agentes do governo. Se hoje a empresa só sofre fiscalização quando um fiscal da Receita Federal ou do Ministério do Trabalho pede para ver os registros dos trabalhadores, com o *e-Social* a fiscalização será automática. A empresa que não se adequar ao *e-Social* poderá sofrer as punições já previstas nas legislações fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

Os participantes do *e-Social* são os seguintes: Ministério do Trabalho (MTE); Ministério da Previdência Social (MPS); Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Receita Federal do Brasil (RFB); Caixa Econômica Federal (CEF). (BRASIL,2015)

Atualmente, as informações das obrigações acessórias como a GFIP, SEFIP, RAIS, DIRF,

CAGED, entre outras, são transmitidas de forma repetitiva aos órgãos competentes, através de diversos sistemas diferentes, sendo transmitidas de maneira separada, não havendo relação entre os órgãos, onde demandam um tempo considerável até que as informações sejam geradas.

As rotinas trabalhistas são inúmeras, e, para melhor visualizar, tem-se as seguintes imagens de como será alimentado o sistema. As figuras a seguir foram extraídas de um simulador do *e-Social* (BRASIL, 2015).

O funcionamento do *e-Social* é uma forma encontrada pelo Governo para unificar a entrega de informações trabalhistas e previdenciárias. A prestação das informações será realizada através dos eventos iniciais/e Tabelas do empregador/ Contribuinte; bem como pelos eventos não periódicos e periódicos.

Os eventos serão enviados por meio de arquivo no formato XML, o qual será validado e armazenado no ambiente nacional e disponibilizado aos entes partícipes do e-

Social. Sequencialmente, o empregador gerará as informações (eventos) no ambiente corporativo (WEBSERVICE) ou ambiente do *e-Social* on line (Aplicativo WEB); para que, em seguida, possa transmitir para o Ambiente Nacional do e-Social.

O ambiente nacional do *e-Social* recebe os arquivos transmitidos e aplica as devidas validações, retomando arquivos referentes a protocolo de envio e recibo de entrega ou mensagem de erro. A confirmação do empregador é alimentada em aplicativo próprio, mediante a geração de arquivos que seguem a padronização de lay-out pré-determinados com extensão XML, os quais devem ser transmitidos ao Transmite ao Ambiente Nacional do eSocial e, em seguida, haver a emissão de protocolos e recibos.

De acordo com Pantaleão (2014), o certificado digital do *e-Social* consiste em uma tecnologia que identifica as transações eletrônicas garantindo autenticidade, confidencialidade e segurança, funcionando como assinatura digital, criptografada capaz de confirmar a identidade de pessoas e empresas. Essas informações serão transmitidas por meio do certificado digital que será exigido em dois momentos distintos:

- Transmissão: antes de ser iniciada a transmissão de solicitações ao sistema E-Social, o certificado digital do solicitante é utilizado para garantir a segurança do tráfego das informações na INTERNET. Para que um certificado seja aceito na função de transmissor de solicitações, este deverá ser do tipo e-CPF (e-PF) ou e-CNPJ (e-PJ).
- Assinatura de documentos: para os empregadores pessoas jurídicas, os eventos poderão ser gerados por qualquer estabelecimento da empresa ou seu procurador, mas o certificado digital assinante destes deverá pertencer à matriz ou ao representante legal desta ou ao procurador/substabelecidio, outorgado por meio de procuração eletrônica e não-eletrônica. Para os empregadores pessoas físicas, os eventos deverão ser gerados pelo próprio empregador ou seu procurador e assinados com o certificado digital pertencente a este ou ao procurador/substabelecidio, outorgado por meio de procuração eletrônica e não-eletrônica.

No que tange à transmissão, o empregador/contribuinte, ao transmitir suas informações relativas ao *e-Social*, considerará a sequência lógica descrita no tópico, pois as informações constantes dos primeiros arquivos são necessárias ao processamento das informações nos arquivos a serem transmitidos posteriormente.

Com esse novo sistema, todos os sujeitos envolvidos na gestão de registro de *informações* na organização se beneficiaram no sistema. Trata-se de uma mudança importante entre as transformações pelas quais as áreas contábeis e fiscais estão passando nos últimos anos e visam dar mais transparência às operações da empresa e do próprio governo, evitando atos ilícitos.

Isto, pois, esse sistema ajudará o Brasil a prosseguir na caminhada quanto ao cenário internacional em um momento em que Brasil está melhorando a sua posição e em credibilidade, além de em suas fronteiras territoriais.

Uma das mudanças mais importantes com o novo sistema do *e-Social* é a escrituração das obrigações tributárias em geral, inclusive com despesas de empregados, unificando o envio das informações do departamento de pessoal para o governo federal de uma só vez. A transmissão será simplificada por ser via eletrônica e não escrita ou impressa, não sendo mais necessário realizar vários envios de informações orientadas para o INSS, Ministério do Trabalho ou para órgãos de tributos e fisco.

Todas as funcionalidades do departamento de pessoal serão unificadas, desde a admissão até o desligamento, incluindo afastamento, aviso prévio, pagamento de férias totais ou proporcionais, comunicação de acidentes trabalhistas, alteração salarial, informações quanto à medicina e segurança no trabalho, montagem da folha de pagamento, ações levadas a juízo trabalhistas, retenção de verbas previdenciárias, imposto de renda e FGTS.

Diante disso, a adequação ao *e-Social* deverá iniciar-se no departamento de pessoal das empresas, unificando-se com todos os outros departamentos, sendo necessário que cada área eleja um responsável pela manutenção e atualização das informações pertinentes ao seu setor, facilitando, assim, a rotina de fechamento contábil, fiscal, de pessoal, financeiro e tributário.

O *e-Social* induz as empresas a fazerem investimentos em tecnologia com a finalidade de modernizar seus sistemas responsáveis pela elaboração dos cadastros de dados, otimizando, assim, nova rotina de procedimentos no departamento pessoal, atendendo ao objetivo do fisco e se vendo livre dos cruzamentos eletrônicos de dados, gerando informações confiáveis em tempo real.

O *e-Social* está sendo implantado gradativamente no departamento pessoal desde o ano de 2014, fazendo com que o empregador passe ao governo federal todas as informações e dados inerentes ao seu empregado em apenas um arquivo, incluindo aspectos trabalhistas, previdenciárias e tributárias. No entanto, essa implementação do sistema *e-Social* demanda profissionais capacitados e especializados dentro das organizações contábeis e não contábeis, valorizando-se o profissional do departamento pessoal.

CONCLUSÕES

A partir dessa análise, foi possível concluir que essa mudança trará pontos negativos e positivos. Alguns pontos negativos, a exemplo: custos com o sistema de informação para atender às exigências do fisco, e alguns transtornos no processo de implementação do novo sistema em função dos impactos e resistências às mudanças durante a fase de adaptação do novo projeto. Após esse período, porém o momento se tornará mais simples e menos burocrático nos envio de informações aos órgãos, através de um único sistema e de forma descomplicada. Quanto aos aspectos positivos será a economia de papel, preservação meio ambiente, disponibilidade do tempo, melhor qualidade de informação, diminuição de omissões de informações e facilitar do cruzamento da mesma com diferentes órgãos e redução da possibilidade de fraudes.

Observa-se que, embora a implantação do *e-Social* traga impactos negativos na execução das rotinas trabalhistas do departamento pessoal, há pontos altos dentro das vantagens apresentadas. Dentro dos pontos positivos, observa-se, que, após adaptação das organizações ao sistema, haver redução dos processos atuais, tornando os lançamentos e as rotinas trabalhistas e previdenciárias mais ágeis e práticas.

Um dos limites encontrados no desenvolvimento deste trabalho foi a escassez de estudos bibliográficos, por se tratar de um assunto recente e de um sistema ainda em análise pelo Governo Federal. Assim, identifica-se a necessidade de que novos estudos sejam estabelecidos visando reduzir o impacto do momento de implementação do *e-Social* nas rotinas inerentes ao departamento pessoal das organizações.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Faculdade Alves Faria por todo apoio e direcionamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. **ESocial: Manual de orientação do eSocial.** Versão 2.1. Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.esocial.gov.br/leiautes.aspx>. Acessado em junho de 2015.

COSTA, Andreia Quintela Moreira da; SANTOS, Luciene do Socorro Santana dos; ASSUNÇÃO, Ubiratan Santana. **Fatores importante na preparação das Empresas Contábeis da Região Metropolitana de Belém para adequação do Sped Social:** Uma análise na Perspectiva dos Empresários Contábeis. Revista de Administração e Contabilidade, v. 1, n. 1,2015.

PANTALEÃO, Sérgio Ferreira. *e-Social - Teoria e Prática da Obrigaçāo Acessória*.

Curitiba: Portal Tributário, 2014. p. 60-94.

VOLPATO, Eliara; MURARO, Mirna; SANTOS, Sandra R. Toledo. **Preparations for the Implementations of e-Social: A study in the accounting Office Passo Fundo/RS. Anais...** In: 12th International Conference on Information Systems & Technology Management - CONTECSI, 2014.

AVALIAÇÃO DA INTERMODALIDADE EMPRESARIAL

Deborah dos Santos Meneses; Nathalia Pires Gonçalves de Oliveira; Rafael Macedo de Souza; Profa. Ma. Edna Santos

RESUMO

A intermodalidade constitui-se na operação de transporte de dois ou mais modais em que cada transportador emite um documento e responde individualmente pelo serviço que presta. Dessa forma, este trabalho tem por princípio avaliar os resultados do uso da intermodalidade em uma empresa, trazendo esclarecimentos, que, ainda hoje, geram dúvidas entre a intermodalidade e a multimodalidade. Busca-se esclarecer, e relatar dados verídicos para auxiliar na tomada decisão das empresas.

Palavras-chave: Intermodalidade. Logística. Operações. Transporte.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais as empresas buscam redução nos custos logísticos e maior confiabilidade no serviço prestado. O uso da intermodalidade surge como alternativa para as empresas tornarem- _ se mais competitivas.

A intermodalidade refere-se a uma mesma operação de transporte que envolve dois ou mais modos de transporte, em que cada transportador emite um documento e responde individualmente pelo serviço que presta.

A combinação de mais de um modal consiste em obter o máximo das potencialidades de cada um, por exemplo, a confiança e grande volume de cargas das ferrovias, a velocidade

das aeronaves, a abrangência do transporte rodoviário. Destas combinações podem resultar: reduções de custos logísticos, de consumo energético, de poluição, e melhora da confiabilidade e agilidade na entrega do produto e outros.

Portanto, este trabalho visa avaliar alguns questionamentos, como: Quais os motivos que levaram a empresa a optar pela intermodalidade? Quais os processos logísticos envolvidos, dentro da empresa, até a chegada da mercadoria esperada?

Quais os resultados da escolha da intermodalidade, de âmbito financeiro e operacional?

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e qualitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Identificar os resultados da utilização da intermodalidade na empresa.**CONCLUSÕES**

Estudar o processo de implementação, a utilização na área operacional e de execução do processo e suas implicações para os objetivos organizacionais, e, através desse estudo, obter os resultados da utilização da intermodalidade numa determinada empresa.

REFERÊNCIAS

- BALLOU, R. Logística empresarial, 1993.
- ALBAN, M. Transportes e Logística - os modais e os desafios da multimodalidade na Bahia, 2002.
- NOVAES, A. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação, 2001.

ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS: UM ESTUDO DE CASO NA ACADEMIA NILO

Cláudia Alice; Dienefer Tavares; Gisele Silva; Leandro Miranda

RESUMO

Os indicadores, como um todo, permitem a avaliação quantitativa do cenário da empresa ao longo do tempo. Estes promovem a avaliação da evolução econômico financeira fornecendo base para estabelecer as premissas da organização, para que o empresário possa obter informações precisas que sejam capazes de auxiliar no processo de tomada de decisão em função de alcançar os objetivos financeiros da empresa. Sendo assim, este trabalho apresenta um estudo de caso sobre o uso dos indicadores econômico-financeiros na empresa Academia Nilo.

Palavras-chave: Indicadores Financeiros. Análise Financeira. Tomada de decisão.

INTRODUÇÃO

Os indicadores financeiros são dados que dão sustentação para a análise da evolução na ótica financeira da empresa, em um cenário econômico.

Para melhorar o modelo de gerenciar a empresa, não basta governá-la, é necessário aprender a medir a gestão. No entanto, através dos principais indicadores financeiros/é possível mensurar e monitorar o desempenho das organizações. Para tanto, tem-se como objetivo geral:

Analizar como os indicadores financeiros impactam a tomada de decisão na Academia Nilo; e objetivos específicos: Identificar quais os principais indicadores usados pela organização; verificar como são utilizados na tomada de decisão; e analisar quais resultados foram obtidos após a utilização desses indicadores enquanto elementos na tomada de decisão. E presente trabalho justifica-se pela necessidade de se compreender como a empresa utiliza seus indicadores na tomada de decisão. A escolha do tema foi feita em razão de sua importância para uma prática não tão consolidada, ainda, no mercado brasileiro.

METODOLOGIA

Quanto à finalidade, esta pesquisa é aplicada, quanto ao objetivo, é descritiva e experimental; quanto à abordagem do problema é qualitativa; e quanto às técnicas e procedimentos, utilizará os métodos: bibliográfico, documental, levantamento e estudo de caso. (MENDONÇA, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizado um estudo de caso na empresa Academia Nilo para se Compreender como os indicadores financeiros contribuem para o processo decisório. Para a coleta de dados, foi feita uma relação de 3 perguntas na entrevista gravada com o dono da empresa, para obtenção de informações concretas da área financeira e desenvolvimento da análise das decisões na perspectiva do proprietário, Apresentou-se ao estudo de caso com base no levantamento dos indicadores coletados no relatório da empresa.

CONCLUSÕES

Pretende-se compreender o processo de decisão dentro da empresa Academia Nilo, utilizando-se seu balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício como um modelo padrão anual, ou seja, um relatório que disponibilize acesso à estrutura dos dados e respectivos valores para serem calculados os indicadores.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem ele não teríamos forças para essa longa jornada, aos professores e colegas que nos ajudaram na busca do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 5. ed: São Paulo: Atlas, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CAMPOS, José Antonio. Cenário Balanceado: Painel de Indicadores para a gestão estratégica de negócios. São Paulo: Aquariana, 1998.

- GITMAN, Lawerence J. Princípios de administração financeira. 12. ed.: Pearson, 2010.
- MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação. Goiânia: Faculdades Alves Faria. 2008.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro. 5.ed: São Paulo, Atlas, 2011.

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Gisela Teles Guimarães; Janiuci Batista de Oliveira; Priscila Casari

INTRODUÇÃO

No Brasil, o setor apresenta dois momentos marcantes. Inicialmente é marcada pelo monopólio estatal, com grandes incentivos aos investimentos em desenvolvimento de tecnologias, fibra ótica, radares, softwares, etc. A partir de 1990, houve uma reestruturação no segmento, com uma multinacionalização da produção e comercialização dos produtos. Tal postura buscava adequar as telecomunicações, no país ao novo contexto de globalização e evolução tecnológica (RAMOS, 2013). A abertura atraiu empresas estrangeiras, aumentando a concorrência e a disponibilidade de serviços, além de reduzir as tarifas. Nesse cenário de concorrência crescente, uma das estratégias adotadas pelas empresas foram as fusões e aquisições. Com a progressiva concentração no setor, formou-se uma estrutura oligopolista, em que poucas empresas fornecem a maior parte ou toda a produção (PINDYCK; RUBINFELD, 2006). Muito embora o setor conte com órgãos para a regulamentação dos serviços fornecidos, o setor de telecomunicações ainda é o que mais recebe reclamações, sendo comuns queixas ligadas a preço e qualidade. Diante desse contexto, o objetivo do estudo é analisar a eficiência da agência reguladora sobre conduta das empresas atuantes neste mercado através da análise das principais reclamações registradas no Procon e Anatel.

METODOLOGIA

Os dados usados na pesquisa foram coletados nas seguintes agências governamentais: Sistema Nacional de Informações de Defesa do consumidor (SINDEC), que compila os dados relativos aos atendimentos realizados pelos Procons estaduais, e Anatel. O período analisado se estende de 2012 ao primeiro trimestre de 2015. Os valores trimestrais dos dados coletados no SINDEC foram acumulados para gerar os dados anuais referentes aos anos de 2012 a 2014. As demais informações são apresentadas através de análises descritivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à qualidade dos serviços prestados, os resultados mostraram que, em 2015, as empresas do setor cumpriram 68% das metas de qualidade estabelecidas pela Anatel. Até o primeiro trimestre de 2015, as empresas que mais haviam cumprido as metas propostas para os serviços de telefonia móvel eram: a Sercomtel (com 80,4% de 102 indicadores); em seguida a Algar (77,1% de 642), Vivo (72,1% de 5874), Tim (67,7% de 5874), Claro (67,2% de 5874). Contudo, os dados mostraram que as empresas que mais cumpriram as metas possuíam uma pequena parcela de mercado. Ainda segundo a Anatel, em 2014, a Vivo liderava com 28,47% do mercado de telefonia móvel, seguida pela Tim (26,96%), Claro (25,33%), e Oi (18%), enquanto a Sercomtel representava apenas 0,02% do mercado nacional, e Algar 0,43%. Os serviços de Telefonia fixa foram mais bem avaliados em relação aos serviços de Telefonia Móvel. Em uma comparação dos indicadores gerais, no primeiro semestre de 2015, o percentual de cumprimento de metas do serviço alcançou 70,4%. Em relação às reclamações, os dados da SINDEC, em 2014, mostraram que os principais motivos para as reclamações eram: 1º) Cobrança (com 330.492 reclamações) 2º) Questões contratuais (69.413 reclamações); e 3º) Serviço não fornecido (46.624 reclamações).

Além disso, os dados demonstraram que, com 231.127 reclamações registradas, a Telefonia Fixa foi o serviço que mais recebeu mais reclamações em 2014, seguido pela Telefonia Móvel (com 225.712). A banda larga fixa foi o serviço que recebeu o menor número de reclamações, com apenas 53.496 registros em todo o ano.

CONCLUSÕES

Os resultados mostraram que, apesar de os seguimentos de telefonia fixa e móvel terem empresas bem avaliadas pelas pesquisas da Anatel, tais seguimentos contam com grande quantidade de reclamações, liderando o ranking de queixas registradas no órgão de regulação e defesa do consumidor. A boa avaliação recebida por certas empresas pode estar relacionada ao tamanho do mercado a que atendem, já que poucas atuam nacionalmente. Através da análise, observou-se que a atuação da agência reguladora não tem influenciado expressivamente o comportamento das empresas atuantes no mercado. Durante o período analisado, não ocorreu qualquer alteração nas quatro primeiras posições do ranking de reclamação no Procon, havendo apenas um aumento no número de registros em cada caso.

REFERÊNCIAS

PINDYCK, R. S.; RUNBIFELD, D.L.; Microeconomia. 6^ºed. Cambridge: Pearson Prentice Hall, 2006.

RAMOS, S. P. C. Fusões e aquisições no setor das telecomunicações no Brasil: um estudo qualitativo. Dissertação (Mestrado em Gestão empresarial). Escola Brasileira de Administração pública de empresas, Fundação Getúlio Vargas. 2013. 81 f.

RODRIGUES, J. R.; CASARI, P.; BASTOS, A. C. Concentração do mercado de telefonia: uma análise regional de 2006 à 2012. Latin American Journal of Business Management. 2014. p. 109-133.

¹ A América Móvil é a empresa Holding do Grupo do empresário mexicano Carlos Slim e que controla no Brasil a Claro, a Embratel e a Net.

BANCARIZAÇÃO A PARTIR DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FAIXAS 2 E 3.

Selene Ten Caten Bento; Luiz Roberto Calado

RESUMO

A questão do déficit habitacional, no Brasil, nos últimos anos, vem sendo atendida pelo Programa Minha Casa Minha Vida. As Faixas 2 e 3 desse programa são denominadas “Faixas de Mercado” e são operacionalizadas pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Para esse público, há subsídios monetários (para a faixa 2) e encargos menores que os praticados em outros financiamentos imobiliários. Ocorre, porém, que essa “Faixa de Mercado” atende a um público que pertence à nova classe C brasileira, ainda pouco bancarizada e com conhecimentos insuficientes em finanças. Nesse trabalho, será analisado como se deu a bancarização dos beneficiados pelo programa, em Goiânia-GO, durante os anos de 2011 a 2015, financiados por uma instituição financeira de economia mista. Serão propostas ações de educação financeira, visando à redução da inadimplência e a sustentabilidade do PMCMV.

Palavras-chave: Bancarização, Programa Minha Casa Minha Vida, Educação Financeira.

INTRODUÇÃO

Será pesquisada a atual Política Pública de redução do déficit habitacional - X Programa Minha Casa Minha Vida, sob a ótica da bancarização. As famílias com renda entre R\$ 1.600,00 e R\$ 3.275,00 (Faixa 2) e acima de R\$ 3.275,00 até R\$ 5.000,00 (Faixa 3) são consideradas “Faixas de Mercado” e, mesmo sem experiência na finanças, e nem sequer sendo titular de uma conta corrente na Instituição Financeira (IF), foram beneficiados por uma operação de crédito de Financiamento Imobiliário, de valor significativo (média de R\$ 98 mil) e prazo longo (até 30 anos).

No presente trabalho, demonstraremos como se deu a bancarização dos beneficiados pelo PMCMV, em Goiânia, atendidos por uma Instituição Financeira de Economia Mista, durante os anos de 2011 a 2015.

METODOLOGIA

Trabalho de natureza teórico-empírica, em duas etapas: revisão bibliográfica e pesquisa. Na primeira etapa, a partir de estudo de artigos, livros e sites que tratam do assunto, foram

recolhidas, selecionadas, analisadas e sintetizadas as contribuições existentes sobre o tema Bancarização. Na segunda etapa, a partir do Banco de Dados cedido pela IF, foi utilizado para o trabalho o método de pesquisa quantitativo, com dados numéricos, em que foram feitas análises estatísticas. Os beneficiados pelo PMCMV em Goiânia, entre 2011 a 2015, financiados pela Instituição Financeira, totalizam 7.365 casos.

O levantamento foi feito a partir de dados cadastrais dos clientes e dados das suas respectivas operações de Financiamento Imobiliário. Os dados serão tratados utilizando-se aplicativos SPSS e Excel.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 7.365 beneficiados pelo PMCMV, em Goiânia GO, durante os anos de 2011 a 2015, pela IF, apenas 3.152 já mantinham relacionamento com a IF, ou seja, 42,80% desse total. Os demais 4.213 beneficiados, que correspondem a 57,20% do público atendido pelo Programa, não eram clientes da IF. Isso quer dizer que, logo no início da sua relação negocial, já contrataram uma operação de crédito de valor significativo - a média é de R\$ 98.650,34 e com prazo longo (até 30 anos), o que exigirá que o relacionamento entre tomador do crédito e IF se prolongue por muitos anos.

As contribuições mais relevantes desta pesquisa referem-se à necessidade de a atual Política Pública de diminuição do déficit habitacional - o PMCMV - também incluir em suas premissas a preocupação com a inclusão financeira desses beneficiados. Não se pode correr o risco de essas pessoas sem experiência com finanças se endividarem acima de sua capacidade de pagamento, ou, por descontrole ou desconhecimento, ficarem com restrição nos órgãos de proteção ao crédito e, pior, perderem seus imóveis.

CONCLUSÕES

Analizar concessão de crédito de Financiamento Imobiliário pelo PMCMV versus bancarização dos beneficiados pelo Programa trouxe à luz a necessidade de capacitação em finanças de uma parcela significativa dos mutuários, principalmente os não bancarizados, mais jovens, solteiros, mulheres e pessoas com baixos níveis de escolaridade. A Política Pública, ao se propor a superar problemas de Déficit Habitacional do país, deve tentar resolver o problema no presente, sem criar situações insustentáveis de inadimplência e perda desses imóveis no futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Banco do Brasil SA, que autorizou a pesquisa e cedeu o Banco de Dados; ao Professor Luiz Roberto Calado, que orientou a pesquisa; a minha família, pelo apoio e compreensão.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. Mercado financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BCB - Banco Central do Brasil. Relatório de Inclusão Financeira. N.1. Brasília DF, 2010.
- CRESSWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3a.Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EMPREENDEDORISMO FEMININO: MULHERES NO MUNDO DOS NEGÓCIOS

Alexandre Borges Cortez; Aline Graziele de Nascimento; Francielle Pereira da Silva; Gabriela Fernandes de Souza; Lorraine Maira da Silva Costa Carvalho; Carita Marilhants de Castro

RESUMO

As mulheres, ao longo dos tempos, vêm conquistando seu espaço no mundo dos negócios. Com sua ascensão no mercado de trabalho foram atribuídos a elas diversos papéis sociais, que não lhes eram comuns, além de mãe e esposa, elas se tornaram empreendedoras. Com mais responsabilidades, tiveram que descobrir o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, criando estratégias para harmonizar o lado pessoal e profissional da vida. O equilíbrio se desenvolveu através de estratégias, que ainda têm os mesmos conceitos de quando eram utilizadas no período militar, e que foram incorporadas à administração de negócios e vida pessoal, para um melhor desempenho. A pesquisa se propõe conhecer histórias de mulheres empreendedoras, identificando os conflitos enfrentados e as políticas públicas que contribuíram no decorrer da atividade empreendedora.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino. Mulheres. Políticas Públicas. Conflitos. Estratégias.

INTRODUÇÃO

Seja por necessidade ou realização pessoa, é notório que as mulheres em todo mundo estão buscando seu espaço no mercado de trabalho. Por diversas razões, a mulher brasileira é maioria ao escolher gerir o próprio negócio. O mundo dos negócios está passando por um processo de feminilização, ou seja, ela está conquistando seu espaço no mercado de trabalho.

Este trabalho pretende expor alguns questionamentos do modelo de gestão feminino, como: Porque a mulher empreende? Quais foram suas oportunidades e conflitos enfrentados?

Assim, este trabalho tem objetivo identificar as estratégias utilizadas no empreendedorismo feminino, para superar esses conflitos e potencializar as oportunidades.

METODOLOGIA

Quanto a metodologia, sua finalidade será aplicada, voltada para a questão “empreendedorismo feminino” que tem como objetivo descritivo, pois serão identificadas dificuldades e oportunidades dessas empreendedoras. A abordagem será qualitativa, com um estudo de três casos de mulheres empreendedoras. O procedimento a ser utilizado será

bibliográfico, que dará base para entrevista, e estudo de casos, em que iremos identificar o passo a passo da atividade empreendedora feminina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a realização deste trabalho, busca-se identificar as estratégias que foram utilizadas por mulheres empreendedoras para superar conflitos e potencializar as oportunidades no início e no decorrer de seu empreendimento, com o resultado da pesquisa, inspirar e incentivar mulheres a utilizarem estudo como ferramenta para empreender.

CONCLUSÕES

A pesquisa ainda está em andamento, não temos resultados.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos pais pelo amor e incentivo durante a caminhada acadêmica. A instituição aos professores pelo ensino oferecido para nossa formação superior e apoio para o desenvolvimento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

MACHADO,Vier Hilka. Tendências do comportamento gerencial da mulher empreendedora, Disponível em <http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-mercado-de-trabalho>tendencias_do_comportamento.pdf> Acesso em 06 Mar 2016.

AUDITORIA INTERNA COMO MECANISMO DE OTIMIZAÇÃO DA GESTÃO

Dean Mardem; Paulo Bontempo

RESUMO

Em tempos difíceis, as organizações laboram para ampliar suas margens de lucros e conceber uma vantagem competitiva perene, na busca incessante pela expansão dos negócios e a consequente maximização de lucros para os seus acionistas.

Neste cenário, a auditoria interna é uma ferramenta profícua para a administração, com força de trabalho diferenciada, que pode potencializar a implementação de estratégias de negócios. É um órgão dentro de uma instituição que fomenta a tessitura e evolução dos processos de controles internos e do gerenciamento de riscos. Nesta racionalidade, é considerável ponderar acerca dos desafios e condições essenciais para a implementação de controles internos e da gestão de riscos eficaz, que tem sido utilizada como instrumento de inovação e de resultado pelas organizações. O trabalho é pertinente por exprimir as estratégias hodiernas da auditoria interna, que incrementam o processo construtivo de uma gestão efetiva e objetiva alcançar o êxito competitivo.

Palavras-chave: auditoria interna; controles internos; gestão de riscos.

INTRODUÇÃO

O mundo dos negócios vem sofrendo transformações constantes e, com a concorrência global, a disputa pela liderança de mercados é cada vez mais colossal entre as organizações. Nessa perspectiva, possuir uma estrutura de governança pujante, um sistema de controle interno eficaz e uma gestão de riscos efetiva. Tornou-se fulcral para que as corporações sejam bem-sucedidas e evitem perdas na busca pelo alcance de seus objetivos.

Os Controles internos são sistemas formados por normas institucionais associadas às políticas e procedimentos implantados pela administração com o propósito de certificar de que os objetivos organizacionais serão alcançados, coibindo a ocorrência de erros e fraudes e aprimorando os mecanismos de gestão. Quando os controles internos são robustos, a probabilidade de que riscos ocorram é mitigada. Podemos conceituar os riscos como a probabilidade de a organização não alcançar seus objetivos. O COSO 2013 define risco como “a possibilidade de um evento ocorrer e afetar adversamente a realização dos objetivos”, na mesma direção, a ISO 31000:2009 estabelece que o risco “é o efeito da incerteza nos objetivos”.

O gerenciamento dos riscos apresenta reveses devido à sua complexidade e por reverberar influências intrínsecas e extrínsecas que afetam a organização, além de possuir elementos intrincados quanto ao seu alinhamento com os demais processos de gestão.

A auditoria interna é parte integrante da estrutura de governança de uma instituição, seu trabalho precípuo visa criar valor para a Corporação, avaliar a melhoria dos controles internos e do gerenciamento de riscos organizacionais. Outrossim, ela deve considerar a sinergia derivada da conexão de todos os processos da instituição.

Este artigo teórico possui um referencial que se propõe à concepção dos conceitos de auditoria, de controle interno, de gestão de riscos e à mensuração da geração de valor tencionado.

O trabalho ainda pretende o alcance dos seguintes objetivos: 1. Como a auditoria interna contribui para a melhoria dos controles internos e demais processos organizacionais? 2. Como a gestão de riscos atua na organização e de que forma a auditoria interna pode avaliá-la? 3. De que forma a auditoria interna deve proceder para otimizar a gestão organizacional.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica utilizou-se de uma abordagem teórico qualitativa, em que foram robustecidos os fundamentos teóricos, buscando uma análise acurada do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho visou desenvolver uma visão panorâmica acerca da atuação de uma auditoria interna contribuindo para o desenvolvimento imorredouro de métodos organizacionais, nos quais são evidenciados o aperfeiçoamento dos controles internos e da gestão de riscos, objetivando a busca incessante para o alcance dos objetivos de uma corporação. Os

gestores devem assegurar que os procedimentos de implementação destes controles internos sejam parte integrante da gestão de riscos, alinhando ambos à estratégia corporativa e aos objetivos institucionais.

No decorrer da reflexão, percebemos que a auditoria interna tem um papel fulcral na mensuração dos controles internos, na avaliação da gestão de riscos e nos demais procedimentos corporativos, devendo considerar de forma sistêmica, no seu plano de atividades e nas ações de consultoria, um padrão de excelência, objetivando a melhoria ininterrupta de todos os processos organizacionais.

AGRADECIMENTOS

Manifesto meus sinceros agradecimentos a meu Orientador, Paulo Bontempo, pela amizade e dedicação ao longo do trabalho e à FAPEG pelo apoio financeiro no projeto de pesquisa intitulado “Formulação e implementação da estratégia”.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR ISO 31000,2009. Gestão de Riscos - Princípios e Diretrizes. Disponível em: <<http://www.iso31000qsp.org/2010/09/visualize-nova-nbr-iso-31000-de-gestao.html>> Acesso em: 29 mai 2015.

Attie, William. Auditoria: Conceitos e aplicações. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. Auditoria Interna. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IMPACTOS DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS NAS REDUÇÕES DE CUSTOS: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA HELLIN JEANS

Aline Gonçalves Oliveira, Beatriz Moreira Rodrigues, Débora Martins da Silva. Stefannv Loshaida Ferraz, Valéria Triacca Barbosa, Pedro Henrique Rodrigues de Sousa (Orientador)

RESUMO

O presente trabalho busca compreender como as estratégias alteram o cenário econômico de uma empresa. De maneira geral, alterações no setor financeiro são feitas para minimizar os riscos e maximizar os lucros. O planejamento é algo essencial para o sucesso de qualquer organização, e deve ser feita a curto, a médio e longo prazo para que não haja nenhum imprevisto futuro que possa gerar prejuízos. Na empresa em questão, foram utilizados dados financeiros e suas estratégias de reduções de custos para compreender as mudanças mercadológicas.

Palavras-chave: Estratégias, planejamento, redução, custos.

INTRODUÇÃO

Mudanças são sempre bem-vindas, e, quando acontece um planejamento com intuito de alterar determinadas ações, e qual os resultados são positivos, mostram a importância e o

quanto um planejamento é essencial para o desenvolvimento e crescimento de uma organização. As estratégias sempre foram utilizadas. Desde a época da Grécia antiga, as guerras, batalhas se faziam necessárias para vencer o inimigo, um procedimento primordial para se conseguir atingir a vitória.

O questionamento nessa pesquisa é: Como as estratégias empresariais contribuíram para a redução de custos na empresa Hellin Jeans?

O objetivo geral do trabalho em questão é compreender as estratégias empresariais utilizadas pela empresa, em meio a um ambiente de redução de custos para sua ascensão no mercado. Tratando-se de objetivos específicos, é conhecer quais ações a empresa realizou para atingir novos resultados e analisar os resultados das ações em termos financeiros, econômicos e mercadológicos.

METODOLOGIA

Foi utilizado na pesquisa o levantamento bibliográfico em fontes secundárias. Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois trabalha com a compreensão dos porquês e causas dos fenômenos e estratégias para redução de custo, sendo possível observar e descrever em relação a empresa Hellin Jeans. O procedimento utilizado foi o estudo de caso, com análise das problemáticas levantadas na introdução dentro da confecção, demonstrando os resultados obtidos na consecução dos objetivos de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se identificar as consequências das estratégias empresariais adotadas na empresa Hellin Jeans. Os impactos gerados pela terceirização, troca de fornecedores e matéria-prima diversificada, podem resultar positivamente no fluxo de caixa de uma empresa, possibilitando maiores investimentos no negócio e um amplo conhecimento no que diz respeito à estratégia para reduzir custos. O planejamento estratégico é essencial para o bom funcionamento e manutenção de uma organização, direcionando ideias e técnicas precisas para atingir os objetivos.

CONCLUSÕES

Depois da análise dos temas expostos, e conhecimento do assunto em questão, é esperado que mecanismos, como redução de custos, conduzam a resultados benéficos à empresa, principalmente se agregado a um bom planejamento e uma estratégia empresarial eficaz. É importante salientar a importância de compreender como funcionam na prática termos utilizados nos livros.

REFERÊNCIAS

- HAMEL, Gary. Competindo pelo futuro: Estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- MAXIMIANO, Antônio C. Teoria geral da administração: da escola científica a competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas, 2000.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 18.ed.São Paulo:Atlas,2002.

PORTER, Michael E. Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MODELO DE RESUMO EXPANDIDO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: PLANEJAMENTO E CUSTOS

*Amanda Fernandes Machado; Antônio Felipe da Silva; Kallytha Lorraine Braz
Fagundes Edna Santos*

RESUMO

O RH tem como um de seus desafios prover pessoas qualificadas para áreas específicas. Neste trabalho, tem-se como objetivo pesquisar como um dos processos de Gestão de Pessoas, o Recrutamento e Seleção, impacta os custos e orçamento empresariais em uma indústria da cidade de Trindade, Goiás.

Palavras-chave: Gestão de pessoas. Recrutamento e Seleção. Custos.

INTRODUÇÃO

A atual Gestão de Pessoas teve início no século XX, depois de iniciado o movimento da Administração Científica por Taylor e Fayol, com o intuito de padronizar as atividades administrativas após o impacto da revolução industrial, gerando uma relação maior entre (empregador e empregado).

Naquele momento, a função gestão de pessoas se chamava “Gestão Industrial” e tinha função basicamente de controle. Na década de 60, passou a se chamar Recursos Humanos e, desde a década de 90, as organizações adotaram o nome “gestão de pessoas” e, mesmo com diferentes nomes, seu objetivo é o mesmo, gerir os recursos humanos, ou seja, direcionar e aproveitar as pessoas nas organizações.

O tema foi escolhido principalmente por ser um assunto contemporâneo, porém pouco discutido. Os administradores precisam entender e estudar todas as ferramentas que lhes possibilitem aprimorar a empresa, selecionando de forma assertiva os melhores profissionais para as ocupações que estão carentes na empresa, melhorando o funcionamento da organização.

O objetivo de compreender o impacto financeiro (custos) no processo de recrutamento e seleção de uma empresa.

METODOLOGIA

Pesquisas bibliográfica, exploratória e descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado, espera-se analisar quanto o custo do processo de R&S impacta o orçamento empresarial.

CONCLUSÕES

Os principais resultados alcançados no desenvolvimento do projeto de maneira clara, interligando-os como o objetivo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus e a nossa família por nos incentivar e apoiar durante toda a vida acadêmica. Agradecemos, também, a nossa orientadora que sempre esteve ao nosso lado nos auxiliando na nossa jornada.

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: O Capital Humano das Organizações. São Paulo: Atlas, 2004.
 CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL APÓS IMPLANTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

*Deodete Cunha dos Santos - Mestranda em Administração Profissional
 Doutor Luiz Roberto Calado - Orientador*

RESUMO

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, foi instituída formalmente no Brasil em dezembro de 2010, pelo Decreto Presidencial nº 7.3977, com objetivo de promover e fomentar a cultura de educação financeira no país. Dada a magnitude do tema, estudos que espelhem o nível e a evolução da educação financeira, são relevantes para avaliar a efetividade e os impactos das ações propostas na Estratégia. Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar a evolução dos índices de Educação Financeira no Brasil, a partir de 2010. Analisaram-se publicações, sendo 1 em nível internacional, 3 de público específico e 5 de público geral.

Ao final, concluiu-se que o nível de educação financeira dos brasileiros é mediano, demonstrando que muito ainda precisa ser feito no âmbito da ENEF no Brasil. Ratifica a necessidade, urgente, de adoção de medidas efetivas de acompanhamento da evolução e da efetividade das ações propostas pela Estratégia.

Palavras-chave: Educação financeira, índice, conhecimento, atitude, comportamento.

INTRODUÇÃO

No Brasil, sob as orientações e diretrizes da OCDE, foi estabelecida formalmente em 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira, por meio do Decreto Presidencial nº 7.397. A ENEF é uma política de Estado, de caráter permanente que conta com a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira e tem como finalidade fortalecer a cidadania, disseminar a educação financeira e previdenciária, promover a tomada de decisões financeiras conscientes e autônomas, aumentar a eficiência e solidez do sistema financeiro (BRASIL, 2010).

Destarte, este trabalho tem como objetivo fazer um levantamento da evolução dos Índices de Educação Financeira - InDEF, no Brasil, a partir do Decreto.

METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho, foi desenvolvido um estudo de natureza /C exploratória com uso da técnica de análise de dados documentais, artigos e publicações, cujo objetivo foi proporcionar uma visão geral do tipo aproximativo, acerca de determinado assunto (MALHOTRA, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

População	Dimensões	InDEF	Autores/Ano
534 Universitários - Rio Grande do Sul	Demográficas, socioeconômicas, conhecimento, atitude, comportamento	75%	Potrich, Vieira e Ceretta (2013)
2002 pessoas - Brasil	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	63%	Serasa e Ibope (2013)
2002 pessoas - Brasil)	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	62%	Serasa e Ibope (2014)
150.000 pessoas - 144 nacionalidades	Diversificação e risco, inflação, juros simples e iuros compostos	35% Brasil 33% Mundial	(Klapper, Lusardi, Oudheusden, 2014)
1.067 pessoas - Rio Grande do Sul	Demográficas, socioeconômicas, Conhecimento básico e avançado sobre finanças	63,89%	Potrich, Vieira, Campara, Fraga, Santos (2014)
1.400 pessoas - Rio Grande do Sul	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	67,1%	Potrich, Vieira, Kirch (2014)
2002 pessoas - Brasil	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	62%	Serasa e Ibope (2015)
275 pessoas - Fundo de Pensão - Porto Alegre	Poupança, investimento, finanças e dívidas pessoais, proteção, noções de matemática financeira	61,4%	Zemiacki (2015)
564 universitários - São Paulo	Demográficas, socioeconômicas Conhecimento, atitude, comportamento	79,5%	Milan (2015)

Fonte: Elaborado pela autora

CONCLUSÕES

Após análise dos documentos objeto dos estudos constantes no quadro 1, concluiu-se que o nível de educação financeira no Brasil é mediano. Demonstra que muito ainda precisa ser feito no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Ratifica a necessidade de adotar medidas efetivas de acompanhamento da evolução das ações proposta pela ENEF. Faz-se necessária extensão de programas educativos relacionados ao tema em todas as esferas da sociedade, com o envolvimento das instituições de ensino em todos os níveis, agentes econômicos dos diversos segmentos de mercado e em especial do governo.

REFERÊNCIAS

- Malhotra, N. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- BRASIL. Presidência da República. Estratégia Nacional de Educação Financeira. ENEF. Decreto 7.397 de 22 dezembro de 2010.
- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato200710/2010/Decreto/D7397.htm. Acesso em: 23 set. 2016.

A LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO SOBRE O RETORNO GARRAFÃO DE 20 LT EM UMA EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA MINERAL EM IMPERATRIZ-MA.

Silvia Sousa Silva Albuquerque; Cleres Carvalho do Nascimento Silva; Francisca Cavalcante Silva e Silva; Kleber Alberto Lopes de Sousa

RESUMO

O presente Artigo que tem como temática, “A logística reversa: um estudo sobre o retorno do garrafão de 20 lt em uma empresa de distribuição de água mineral em Imperatriz-MA”, é resultado de uma pesquisa bibliográfica e de campo, objetivando compreender o processo de logística reversa pós-consumo do garrafão de 20 lt de água mineral em uma Empresa de Imperatriz-MA. Inicialmente, buscou-se descrever as primeiras impressões sobre Gestão Ambiental em seguida; apresentados conceitos de Logística Reversa de acordo com Lacerda (2002), Leite (2000) e a lei 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Dando continuidade, são descritos a metodologia, o resultado da pesquisa de campo e as considerações finais.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Logística Reversa. Pós Consumo.

INTRODUÇÃO

As questões ambientais se tornaram foco das discussões em diversas conferências, e destas surgiram acordos entre os países, objetivando desenvolver ações que alcançassem, ao mesmo tempo, desenvolvimento e sustentabilidade. Neste contexto, surge a ideia da gestão ambiental direcionada aos governos e empresas públicas e privadas no quesito econômico e social. Assim, surge a proposta da logística reversa, que, neste caso, o foco será o pós-consumo, especificamente destinada ao retorno do garrafão de 20 lt em uma empresa de água mineral em Imperatriz-MA, tendo como objetivo geral conhecer o processo de logística reversa do garrafão de 20 lt de água mineral da empresa Água Mineral Indaiá no município, descrevendo ainda os benefícios e as dificuldades neste processo. A importância dessa, investigação dar-se-á pelo seu caráter exploratório, já que não existe pesquisa no município.

METODOLOGIA

Esta investigação foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando como fontes: artigos científicos, monografias e livros, sendo de natureza qualitativa, tendo aspecto exploratório e descritivo, sendo utilizada, como objeto de análise de campo, a logística reversa do garrafão de 20 lt em uma empresa de água mineral em Imperatriz-Ma. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, o instrumento utilizado para a pesquisa de campo foi a entrevista com a Química Ivaldete Carvalho, Supervisora da empresa, e ainda, a observação in loco pelas pesquisadoras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de Logística Reversa ocorre através da troca dos garrafões de 20lt de água mineral. O processo ocorre quando o consumidor retorna com o vasilhame vazio para reabastecimento, cujo procedimento é realizado na própria fábrica. A produção varia de

acordo com a demanda de clientes no decorrer do dia. Nos intervalos de atendimento ao cliente, a fábrica produz estoque próprio para revenda. O número repassado pela Engenheira de alimentos foi de 350 reabastecimentos por dia. As vantagens desse processo de logística reversa são a economia de tempo, a economia de matéria-prima, a praticidade e economia de vezes que o processo é repetido, a limpeza da cidade, quando se evita descarte impróprio das embalagens nas vias públicas, a geração de renda através das cooperativas de reciclagem que empregam pessoas com baixa escolaridade. No entanto, a maior desvantagem é quando as embalagens chegam com rótulo de outra empresa, pois se faz necessário a lavagem imediata para retirada da marca concorrente, causando espera aos clientes.

CONCLUSÕES

É imprescindível que as questões ambientais sejam discutidas em nível mundial, perpassando por todas as esferas que compõem a sociedade, e que as ações a serem sejam feitas formal e informal, ou seja, o cuidado como o meio ambiente seja popularizado.

Nesta direção, a Logística Reversa praticada, pelas Empresas tem contribuído com a crescente descartabilidade dos produtos, nos setores pós-venda como no de pós-consumo. A Empresa de Água Indaiá no município de Imperatriz/MA tem desenvolvido ações de logística reversa de pós-consumo dos garrafões de 20 Lt, tendo como vantagens a economia do tempo e da matéria-prima.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política de Resíduos Sólidos. Poder Executivo, Brasília, DF, 02 agosto, 2010.

LACERDA, Leonardo. Logística Reversa Uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais. São Paulo, 2002.

A CONTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO NA GESTÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

*André Luiz Gonçalves Campos/*l*; Wilda Soares Lemos;*

RESUMO

O estudo está inserido na temática de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e sua importância no desenvolvimento regional devido à questão da localização e vínculos produtivos mantidos pelas empresas, instituições e governo, os quais acabam promovendo o desenvolvimento das localidades. Considera-se que existe uma diversidade de elementos, aspectos e caminhos para que vantagens competitivas sejam alcançadas para as empresas participantes de um aglomerado de determinado setor, sendo que o modo as empresas se organizarem é um deles, ou seja, a formação em APL. Neste sentido, defender uma metodologia capaz de avaliar a eficiência de um APL e seu ambiente de inserção é um desafio, mesmo sabendo das limitações metodológicas, epistemológicas, econômicas, de tempo e espaço. A eficiência será abordada de forma sistêmica, temporal e geográfica, buscando prever os impactos de ações internas e

externas. Outro ponto é o reconhecimento, na metodologia utilizada nesse estudo, que considera o monitoramento indispensável e imprescindível, feito com instrumentos simples para que possam absorver e processar periodicamente os resultados positivos e negativos das ações implementadas.

Palavras-chave: Aglomerações geográficas, Arranjo produtivo local, Sistema de Informação

INTRODUÇÃO

A proposta desta pesquisa teve início na Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás na então denominada Gerência de Arranjos Produtivos Locais, que buscava critérios para manter atualizados os dados oriundos dos APL's identificados e legitimados pela Secretaria.

Buscou-se, então, identificar formas de sistematizar e manter estes dados em um sistema que Portanto, o resultado desta proposta será a análise dos dados do APL para identificar a frequência de ações realizadas em cada uma das esferas do setor produtivo ligado a esse APL no período do ano de 2013 a 2015 gerados por meio de um Sistema de Informação denominado Sistema de Gestão de APLs. A partir destes dados, o sistema é capaz de mostrar as melhores alternativas para a aplicação de políticas públicas, produtos/serviços, e de se estabelecer questões para identificar a frequência de ações realizadas em cada uma das esferas do setor produtivo ligado ao APL, de maneira simples, as informações apresentadas pelos APLs.

METODOLOGIA

Em relação aos procedimentos técnicos esta pesquisa enquadra-se dentro da classificação de Gil (2002), como uma pesquisa bibliográfica, por serem elaborados a partir de material publicado anteriormente, principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet. Também se enquadra como exploratória, pois se dará a partir do levantamento de dados através do estudo de caso com utilização de ferramentais para determinar a capacidade de aplicação de políticas públicas nas empresas que compõe um arranjo produtivo local, identificando, assim oportunidades de inovação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o triénio 2015-2018, o Plano de Governo do Estado de Goiás previu como estratégia a consolidação do Programa Sistema Goiano de Inovação (SIGO) que possui como objetivo norteador disponibilizar de forma geo-referenciada as informações de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Goiás, e automatizar a atualização dos dados disponibilizados pelos Arranjos Produtivos Locais (APLs). O SIGO visa facilitar o processo de inovação em Goiás por meio da integração de instituições, empresas e pesquisadores relacionados com ciência, tecnologia e inovação estabelecidas no Estado.

Tem também por objetivo tornar-se referência na cooperação tecnológica no Estado de Goiás, ao oferecer espaço para a divulgação de resultados de pesquisa, produtos e processos em Ciência, Tecnologia e Inovação.

CONCLUSÕES

Como resultado, tem-se a caracterização dos referidos sistemas de informação de avaliação e monitoramento do setor produtivo e o registro de princípios que guiam o trabalho do SIGO em relação à gestão da informação, princípios esses que atualmente se mostram implícitos e de difícil transmissão. Espera-se contribuir para a prática de gestão da informação de Arranjos Produtivos Locais e ainda corroborar na formulação de política pública apoiada na articulação de APLs em regiões estratégicas de Goiás.

AGRADECIMENTOS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.
- SANTOS, A. M. M. M.; GUARNERI, L. S. Características gerais do apoio e arranjos produtivos locais. Revista do BNDES, n. 12, p. 195204, Set. 2000.
- PORTER, M. Clusters and the new economics of competition. Harvard Business Review, v. 76, n. 6, p. 77-90, Nov./Dec. 2000.
- SUZIGAN, W. et al. Clusters ou Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. Revista de Economia Política, v. 24, n. 3, p.543-562, Jul. 2004.

A TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DA PESQUISA DE MARKETING

Claudion Nunes Duarte; Phillip Marques; Orientador Luiz Carlos Marques Ongaratto

RESUMO

Um processo de decisão inicia-se pela identificação das necessidades, do que é possível fazer, da informação que está disponível e da comunicação que precisa ser efetuada. Esperamos que esses elementos, ordenados em uma estrutura lógica, resultem na possibilidade de uma melhor decisão". (Préve et al., 2010, p. 77). A tomada de decisão realizada de forma incorreta pode comprometer os resultados da empresa. Para diminuir os riscos de tomar uma decisão que acarrete efeitos negativos, é preciso realizar a análises das informações relacionadas ao mercado e aos clientes.

Palavras-chave: Pesquisa; Marketing; Decisão.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, enfatizamos a importância da pesquisa na tomada de decisão de marketing. A pesquisa de marketing e a identificação, a coleta, a análise, a disseminação sistemática e objetiva das informações para melhorar a tomada de decisão relacionada à identificação e a solução de problemas (também conhecida como oportunidades) no marketing. Esse tema foi escolhido por dois motivos: o primeiro é o interesse como estudante de administração o segundo motivo é a necessidade de explorar ferramentas

que auxiliem na tomada de decisão no contexto da pesquisa de marketing. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo examinar como a pesquisa de marketing auxilia na tomada de decisão, fazendo com que seja possível alcançar melhores resultados.

METODOLOGIA

O trabalho tem como finalidade ser uma pesquisa básica, que objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

Tem como objetivo realizar pesquisa exploratória, ou seja, proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Sugestivas: estudos de caso, análise documental, pesquisa ex-post facto.

A abordagem será do tipo “pesquisa qualitativa”, que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Marketing é a área do conhecimento que engloba todas as atividades concernentes às relações de troca, orientadas para a satisfação dos desejos e necessidades dos consumidores, visando alcançar determinados objetivos da organização ou indivíduo e considerando sempre o meio ambiente de atuação e o impacto que estas relações causam no bem-estar da sociedade” (CASAS, 2007 p. 15).

O papel da pesquisa de marketing é aprimorar as decisões empresariais, disponibilizando informações pertinentes ao processo decisório. Para Malhotra (2011, p. 4), “A pesquisa de marketing e a identificação, a coleta, a análise, a disseminação sistemática e objetiva das informações para melhorar a tomada de decisão relacionada a identificação e a solução de problemas (também conhecida como oportunidades) no marketing.”.

CONCLUSÕES

Este trabalho objetiva evidenciar aspectos que compõem a pesquisa de marketing, além das características principais da tomada de decisão; e como a pesquisa de marketing auxilia no processo decisório.

REFERÊNCIAS

- CASAS, Alexandre Luzzi las; Garcia, Maria Tereza. Estratégias de Marketing para Varejo. São Paulo, Novatec, 2007.
- MALHOTRA, Naresh. Pesquisa de marketing: Foco na decisão. São Paulo, Pearson, 2011.
- PRÉVE; MORITZ; PEREIRA. Organização, Processos e Tomada de Decisão. Florianópolis, UFSC, 2010.

MÉTODOS DE MELHORIA CONTINUA NO TRANSPORTE: IMPACTO NOS CUSTOS/RESULTADO DE UM EMPRESA

Sousa, F. S. F; Araújo, S. P.; Mariano, T. S1. Santos, E;

RESUMO

O Projeto de pesquisa tem por finalidade analisar, compreender e demonstrar como é realizado o método de melhoria contínua no processo de transporte de uma empresa. A metodologia a ser adotada será a pesquisa qualitativa através de observação e entrevista com gestores e colaboradores na área de transporte, dentro de uma organização particular, Com o objetivo principal demonstrar como o método de melhoria contínua pode impactar os custos de transporte A sobre os custos/receita em uma empresa do segmento Asfáltico sediada em Aparecida de Goiânia.

Palavras-chave: Melhoria Contínua. Custos/Receita. Processo de Transporte.

INTRODUÇÃO

Os custos de transporte são todas as despesas envolvidas no deslocamento de um produto, desde sua origem até seu destino final. Incluídos nos custos totais de uma empresa, os custos de transporte representam, em média, 60% dos custos logísticos, assumindo, assim, uma posição relevante em termos monetários. Para se manter um nível de qualidade com um custo reduzido no transporte, têm-se os métodos de melhoria contínua que vem se tornando cada vez mais popular.

O custo com o transporte atualmente vem crescendo cada vez mais, com a inserção de pedágios nas rodovias (Privatização), com a falta de manutenção nas rodovias que não são privatizadas, com pouca infraestrutura, gerando, assim, um maior número de manutenção nos veículos, aumento significante no valor do combustível, mudança na lei do motorista e o aumento da violência. Parte desses custos é agregado ao produto, outra não.

METODOLOGIA

A metodologia a ser adotada será a pesquisa qualitativa através de observação e entrevista com gestores e colaboradores na área de transporte, dentro de uma organização do segmento Asfáltico, sediada em Aparecida de Goiânia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Demonstrar como o método de melhoria contínua pode impactar os custos de transporte sobre os custos/receita de uma empresa particular.

CONCLUSÃO

Como objetivo principal, esse trabalho pretende demonstrar como o método de melhoria contínua pode impactar os custos de transporte sobre os custos/receita de uma empresa privada.

REFERÊNCIAS

FLEURY, Paulo Fernando. Gestão Estratégica do Transporte. Especialistas em Logística e Supply Chain. ILOS. Disponível em: <http://www.ilos.com.br/web/gestao-estrategica-do-transporte/>. Acesso em 05/09/2016.

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. Estrutura e análise de custos. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BESSANT, J., CAFFYN, S.; GALLAGHER, M. An evolutionary model of continuous improvement behaviour. *Technovation*. v. 21, n. 1, p. 67-77, 2001.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Edna Maria de Jesus

RESUMO

O presente trabalho busca refletir acerca da formação do profissional docente para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA, bem como compreender o domínio adequado da ciência, da técnica e da arte da profissão docente, uma vez que o professor concebe, nessa formação, o desenvolvimento de uma ação educativa apta a preparar os alunos para a compreensão e transformação da sociedade, de forma positiva e crítica. Para compreender o movimento da formação do docente, foram utilizados documentos oficiais e obras de Brzezinski (2008) e Freire (2011,2012), a fim de verificar a formação voltada para atuação na EJA.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Profissionalização. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O acompanhamento das mudanças societárias são imprescindíveis para implementação apropriada de políticas destinadas à formação de professores, pois condicionam e intervém diretamente no sistema educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996, no artigo 62, que trata dos Profissionais da Educação, estabelece que: “§1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”. Assim, para os cursos de graduação em Pedagogia, o Conselho Nacional de Educação aprovou sob a Resolução nº 1, de 15/05/2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais, propondo licenciatura e atribuição da formação de professores para a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, inclusive na modalidade de EJA, além da formação de gestores.

O Estágio Supervisionado é um espaço propício, para ambiente formativo do profissional que se imbui na luta pela educação de qualidade social para os cidadãos que foram desprovidos deste direito. Cabe, ainda, considerar o contexto pois, ao conhecer a realidade dos professores, concebe-se: suas experiências/saberes, necessidades e interesses; como pensam a construção do conhecimento, a função da educação e o papel da escola e do professor na mediação. Tente à construção e (re)significação dos saberes.

METODOLOGIA

Para delinear o movimento de formação do docente, buscou-se analisar documentos oficiais como a Lei nº 9.394/1996 e as Diretrizes do Curso de Pedagogia, além de autores, como Brzezinski (2008) e Freire (2011, 2012), que elegem a discussão acerca da temática para maior embasamento da vivência do trabalho docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo pretende analisar a formação continuada, ferramenta indispensável ao desempenho pedagógico, que concilia reflexão e prática presente na apropriação dos saberes dos professores. Nessa ótica, Freire (2011, 2012) expõe que a profissionalização docente deve abranger diversos elementos: posicionamento político, clareza epistemológica, competência técnico-científica e pedagógica, vivência da coletividade, respeito aos educandos e aos seus saberes, dentre outros. O autor defende uma educação que se desenvolva para e pela cidadania, que aprendizagem ocorre durante a vida toda, que aprender não é acumular conhecimentos e ensinar não é transmissão, que é preciso conhecer a identidade cultural do educando e que o conteúdo, mesmo rigoroso, deve estar encharcado de sentido para o educando.

CONCLUSÕES

Assim, conclui-se que, para atender às necessidades básicas para a formação do sujeito cidadão, é necessário democratizar e qualificar a educação, permitindo o acesso ao saber e à cultura; por meio de políticas públicas educacionais, destinadas à formação de professores em cada modalidade de ensino, fomentando novas perspectivas teóricas e metodológicas, com o intuito de atender as demandas da sociedade. Portanto, cabe às faculdades, às Secretarias de Educação e outras instituições propor a formação docente para a EJA, inclusive sob forma de especialização pois se trata de um processo em via de consolidação que depende de uma ação integrada, capaz de trazer à tona a riqueza cultural dos discentes por meio dos componentes curriculares. Pois, a qualidade da formação do docente não pode atender ao termo medíocre “qualquer coisa serve” ou “antes isso do que nada”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.394/1996. Brasília: DF. Casa Civil. Resolução nº 1, de 15/05/2006. Brasília: DF
 BRZEZINSKI Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. Educação & Sociedade. CEDES, Campinas, set.dez., 2008.
 FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

A COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA APLICADA À COMUNICAÇÃO DE RISCO

Fernando de Araújo Gomes; Allanne Chris Freire dos Santos; Maykon Gutuelle Alves Luz; Joel Marcelino dos Santos Júnior

RESUMO

Este trabalho aborda como as empresas atualmente vêm fazendo a comunicação de risco, e, no caso específico do “case” do uso do “Farol Baixo”, evidenciar os possíveis erros de comunicação que ocorreram. Além de exemplificar por meio do modelo de Lasswell, empírica experimental e da percepção como a comunicação publicitária e o publicitário podem contribuir para que as empresas tenham eficácia na comunicação de risco, tornando uma ferramenta estratégica para evitar que o risco se concretize.

Palavras-chave: Comunicação de risco; Comunicação publicitária; Publicitário.

INTRODUÇÃO

A comunicação de risco, parte do processo de gestão de crise com objetivo de prevenir que os riscos, de fato, aconteçam e se tornem uma crise para a empresa. Forni (2015, p.90,98) define comunicação de risco como uma ação de prevenção, e a “eficácia dessa comunicação pode evitar muitas crises.” Atualmente, todas as empresas estão expostas a riscos. Analisar como será realizada a comunicação dos riscos será fundamental para que a empresa consiga controlar a situação. Segundo Sanfanna (2010) e Sampaio (2013), a comunicação publicitária pode contribuir para a eficácia da comunicação de risco, pois ela visa criar atitudes e novos comportamentos nas pessoas, além de ajudar na compreensão da mensagem e na percepção do público.

Abordaremos sobre a comunicação publicitária aplicada à comunicação de risco, por meio da figura do publicitário e da publicidade e propaganda, que, com suas características, pode contribuir para o planejamento da comunicação de risco com ações e estratégias focado na linguagem e no receptor da mensagem, tendo como objetivo identificar possíveis problemas de comunicação que possam ter ocorrido na comunicação de risco na campanha do uso do “Farol Baixo”, que irá nos ajudar a evidenciar a importância de elaborar um plano com ações e estratégias publicitárias a fim de conferir maior eficiência ao processo de comunicação de risco.

METODOLOGIA

Utilizaremos a pesquisa bibliográfica, que é a busca de autores que abordam sobre os temas, comunicação de risco, teorias da comunicação e publicidade e propaganda. E a análise de “case”, que é a análise do “case” do uso do “Farol Baixo”, por meio de uma pesquisa de caráter exploratório, para obter subsídios para nosso plano de comunicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.	Identificar o problema de comunicação no case.	Por meio da pesquisa, notou-se a falta de integração entre os órgãos e falhas na estratégia adotada para se comunicar o risco. -
2.	Quais teorias apoiam o uso da publicidade e propaganda na comunicação de risco.	De acordo com Kotler e Keller (2006), Wolf (2001) e Vilalba (2006), utilizaremos as teorias de Lasswell, empírica experimental e da percepção.

3.	Quais os perigos da comunicação de risco.	Batista (2007) afirma sobre a percepção, representatividade e racionalidade como perigos que devem ser considerados.
4.	Como a comunicação publicitária pode contribuir para a comunicação de risco.	Sanfanna (2010) e Sampaio (2013) comentam sobre a expertise do publicitário que contribuirá com o plano de comunicação.

Ainda pretendemos alcançar outros resultados para a finalização do projeto.

CONCLUSÕES

A presença do publicitário será importante na construção da mensagem, devido a seu perfil focado no estudo do público, na adaptação da mensagem para cada público, no uso da linguagem e como as mensagens são recebidas por eles. E a comunicação publicitária será a ferramenta utilizada pelo publicitário, para cumprir o objetivo de fazer uma comunicação eficaz do risco, segundo as teorias de Lasswell, empírica experimental e da percepção.

AGRADECIMENTOS

Queremos agradecer aos professores, amigos e familiares que, de algum modo, nos ajudaram e apoiaram nesta etapa tão especial para nós.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Leandro Leonardo. A comunicação de risco no mundo corporativo e o conteúdo da mensagem. Revista Organicom. Ano 04. Número 06. 2007
- FORNI, João José. Gestão de Crises e Comunicação. O que gestores e profissionais de comunicação precisam saber para enfrentar crises corporativas. São Paulo, SP. Editora Atlas, 2015.
- KOTLER, Philip, KELLER, Kevin Lane. Administração de Marketing. 12a. ed. São Paulo, SP. Pearson Prentice Hall, 2006.
- SAMPAIO, Rafael. Propaganda de A a Z. Rio de Janeiro, RJ. Elsevier. 2003.
- SANT'ANNA, Arnaldo. Propaganda: teoria, técnica e prática. São Paulo, SP. Cengage Learning. 2010.
- VILALBA, Rodrigo. Teoria da comunicação: Conceitos básicos. São Paulo, SP. Ática. 2006
- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Editorial Presença. Lisboa. 2006

A GESTÃO DA QUALIDADE NO CONTROLE DE PERDAS NA REFRESCOS BANDEIRANTES

Ana Jéssica do Nascimento; Danielle Cristina Braga da Silva; Dieukeny Rodrigues Amado; Luiz Carlos Marques Ongaratto

RESUMO

Às vezes, pode-se julgar a qualidade como sendo apenas do produto, no entanto, o termo qualidade vai mais além, e as empresas têm percebido esta mudança de cenário e adotado novos procedimentos em busca da qualidade, desde seus fornecedores até o seu produto chegar ao consumidor final.

Esta gestão também tem feito parte do planejamento estratégico na Refrescos Bandeirantes Indústria e Comércio, que obtém certificação da Norma ISO 9001:2008, e anualmente, passa por auditorias internas para promover oportunidades de melhorias e auditorias externas dos órgãos certificadores para manutenção do Certificado da Gestão da Qualidade e, assim, continuar prospectando novos clientes para seu negócio.

Palavras-chave: Qualidade total; ISO; Administração de Operações.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema A Gestão da Qualidade no controle de perdas na Refrescos Bandeirantes. A Qualidade total tem sido uma das principais armas nas empresas para fidelização e prospecção de novos clientes, visto que, com a qualidade, as Empresas obtêm mais credibilidade no Mercado, porém há obstáculos desafiadores, pois há necessidade de processos enxutos para evitar, ao máximo, as perdas.

A Tem-se como objetivo geral mostrar a importância da Gestão da Qualidade no controle de perdas na Refrescos Bandeirantes. Para isso os objetivos específicos serão: estudar a eficácia da Gestão da Qualidade, analisar os métodos e práticas utilizadas no Controle de Perdas e verificar os parâmetros utilizados pela Gestão para o nível aceitável de perdas.

METODOLOGIA

As metodologias que serão apresentadas neste trabalho terão quatro tipos de classificação:

- 1) quanto à finalidade - pesquisa básica;
- 2) quanto ao objetivo - pesquisa exploratória (empresa) e descritiva (relação mercado, indicadores econômicos empresa);
- 3) quanto à abordagem do problema - pesquisa qualitativa; e
- 4) quanto às técnicas e procedimentos utilizados - pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se de resultados a demonstração da qualidade do produto e a diminuição nas perdas e a melhoria da imagem da empresa perante o consumidor.

A gestão da qualidade passou, ao longo do, século XX, por alguns estágios, sendo eles: a inspeção do produto, o controle do processo, qualificação dos sistemas e garantia da qualidade e a gestão da qualidade total estas duas últimas são importantes evoluções para a Qualidade, pois várias organizações em todo o mundo têm adotado este sistema em suas estratégias para obter e aumentar suas vantagens sobre a concorrência (CARPINETTI, 2011).

Sendo assim, o controle da qualidade total integra o sistema administrativo evoluído nas Organizações no Japão, logo após a Segunda Guerra Mundial. A Qualidade total é conhecida no Japão pela sigla “TQC” (“Total Quality Control”) e foi criada pelo Grupo de Pesquisa do Controle da Qualidade da JUSE (Union of Japanese Scientists and Engineers) (ABRAHAM, 2011).

CONCLUSÕES

Conforme estudado, a demonstração da gestão da qualidade no processo de fabricação do produto é de importância para a organização, levando em consideração o controle do processo, a qualidade do produto final, ocorrendo diminuição nas perdas das fabricações, gerando satisfação dos clientes, porém é necessário todo o envolvimento da organização para que a gestão da qualidade esteja funcionando em harmonia com toda a organização.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos familiares, professores e Orientador pelo aprendizado e tempo disponibilizado.

REFERÊNCIAS

- PALADINI, Edson Pacheco. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. 2 ed. 2009.
- CARPINETTI, Luiz C. Ribeiro; MIGUE, Paulo A. Cauchick; GEROLAMO, Mateus Cecílio. Gestão da Qualidade: ISO 9001:2008. 4 ed. 2011.
- CORRÊA, Henrique L; CORRÊA, Carlos A. Administração de Produção e Operações: Manufatura e Serviços. 3 ed. 2012.
- MOREIRA, Daniel A. Administração da Produção e Operações. 1 ed. 2003.
- SLACK, Nigel. Administração da Produção. 4 ed. 2015.

ESTUDO DE CASO: OBJETIVOS FOCAIS DA INOVAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA EMPRESA SCITECH PRODUTOS MÉDICOS, LOCALIZADA NA CIDADE DE GOIÂNIA - GOIÁS.

*BRITO,.P.B.. 1; CAMARGO, T.G.2;COSTA, K.L.C. 3;SANTOS, G. 4; SOUZA, J.P. 5
SANTOS, Edna Perpétua*

RESUMO

Esta pesquisa possui como temática a análise dos objetivos e impactos da inovação. O objetivo do estudo foi identificar os objetivos focais da inovação e seus impactos na empresa Scitech Produtos Médicos, localizada na cidade de Goiânia-Goiás. Trata-se de um estudo de caso, com finalidade aplicada, objetivo exploratório e abordagem qualitativa. Foi utilizado o procedimento pesquisa bibliográfica e observacional. Como instrumento de coleta dados, foi aplicada entrevista gestor da empresa. As informações coletadas foram estruturadas em relatórios. Como resultado observou-se que a empresa, ao entrar-se no objetivo focal de inovação de produto, gerou como consequência a

necessidade de inovar em processos e no modelo de negócio. Foi possível, ainda, identificar que o impacto gerado pela inovação foi incremental.

Palavras-chave: Inovação; Objetivos focais; Impactos.

INTRODUÇÃO

A temática deste estudo concentrou-se em analisar os tipos de objetivos focais e impactos da inovação. Para melhor compreensão e análise foi realizado um estudo de caso na empresa x Scitech Produtos Médicos, localizada na cidade de Goiânia-Goiás.

A partir da literatura, foi possível compreender que o passo inicial para se inovar é identificar os objetivos focais da inovação, que são: produtos e serviços; processos; e negócios/gestão (DAVILA et. al. 2007). Em um segundo momento, é necessário perceber qual é o impacto da inovação, que pode ser identificado quanto à sua classificação, Baumgartner (2011) dispõe das seguintes: incremental; semirradical; e a radical. A importância da inovação é salientada por Lippi e Simantob (2003) como crucial independentemente da fase em que a organização se encontra; seja seu objetivo crescer, perpetuar-se ou mesmo, em tempos de elevada competitividade, sobreviver.

Em observações iniciais, nota-se que a empresa Scitech considera a inovação como ferramenta para a conquista de mercados e utiliza a mesma para garantia da perpetuidade da organização longo prazo, visto que o setor de produtos médicos é um mercado de alta competitividade. Assim, identificou-se a oportunidade de compreender quais são os objetivos focais inovação e, ainda, quais são os impactos gerados no atendimento a estes objetivos em perspectivas práticas. Assim, o objetivo geral deste estudo foi identificar os objetivos focais da inovação e seus impactos na empresa Scitech Produtos Médicos, localizada na cidade de Goiânia-Goiás.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo foi a pesquisa aplicada. Quanto aos objetivos, a presente pesquisa foi classificada como exploratória, com abordagem qualitativa. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de obter informações sobre: conceito de inovação, objetivos focais e impactos. Posteriormente, realizou-se um estudo de caso na empresa Scitech para investigar como a inovação se insere na estratégia empresarial. Para coleta de dados foi utilizada como técnica uma entrevista com gestor da empresa Scitech, a fim de adquirir um relato verbal de opiniões, experiências, condutas que caracterizam a inovação da organização. A pesquisa observacional possibilitou aproximação da realidade organizacional. Para finalizar o estudo, os dados foram compilados e analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A principal linha de produtos fabricados pela Scitech são os stents, que são pequenos cilindros de telas metálicas, acompanhados de um balão que são colocados em artérias do coração ou em vasos periféricos de outros locais do corpo. Estes, anteriormente as

implementações da empresa, eram exportados. Assim, Scitech realizou investimentos para se desenvolver a tecnologia no país, algo inédito. Observa-se que as ações caracterizam a inovação por produto, que Segundo Kotler (2011), consiste em mudanças tecnológicas direcionadas para os mesmos consumidores, necessidades e situações.

A partir de análise de mercado, a Scitech, percebeu limitações na forma de atendimento de seus concorrentes, Sendo identificada a oportunidade que mudou a forma de atender a seus clientes (médicos e hospitais), passando a alcançar estes como distribuidores, ou seja, os hospitais passaram a ter em seus estoques produtos para atender com maior brevidade suas demandas. Estas tomadas de decisões impactaram na inovação no modelo de negócios, que é definida por Bessant et. al. (2008) como o desenvolvimento de novas estruturas voltadas ao poder e liderança de mercado.

Para a Scitech desenvolver os produtos e, ainda, para garantir o novo modelo de distribuição, foi necessário realizar investimentos em novas tecnologias, que alteraram os métodos de trabalho. Além, desses investimentos foram necessárias parcerias entre as principais Instituições Científicas e Tecnológicas do país. Outro fator necessário foi a busca pela contemplação de certificações que envolvem a qualidade de seu negócio de forma holística. Pode-se observar uma consequente inovação nos processos que, segundo Lipp e Simantob (2003), trata de mudanças na forma de executar a produção do produto ou serviço.

Quanto aos impactos, percebe-se que a alteração do produto stents gerou inovação incremental, que, de acordo com Davila et. al. (2007) a mesma leva melhorias moderadas produtos e processos de negócios em vigor. Observou-se que a empresa conseguiu implementar melhorias no produto, o que permitiu se diferenciar dos concorrentes internacionais, devido a sua matéria-prima, redução dos riscos pós-cirúrgicos e dos preços de seus produtos. Hoje, ela é exportadora da tecnologia desenvolvida no Brasil, o que aumenta seu potencial competitivo.

CONCLUSÕES

Foi possível, a partir da análise dos resultados obtidos no Scitech Produtos Médicos, compreender que a empresa, ao desenvolver o produto stend, acabou gerando a necessidade de desenvolver sua forma de distribuição e, ainda, suas metodologias de trabalho. Quanto aos

A ARTETERAPIA COM ÊNFASE NA PSICANÁLISE WINNICOTTIANA COMO RECURSO NA PSICOTERAPÊUTICA DA PESSOA IDOSA

Maria Madalena Rodrigues de Carvalho Siqueira: Letícia Pacheco Gondim

RESUMO

A arteterapia com ênfase na psicanálise winnicottiana é campo fértil no atendimento psicoterapêutico da pessoa idosa. Os conteúdos conscientes e inconscientes do indivíduo são expressos por meio do desenho, pintura, colagem, modelagem em argila, dramatização, música e outras atividades artísticas. Na criação artística, a pessoa pode

fazer a experiência cultural humana, unindo mundos num processo transicional dialético ou transcendental que se aproxima do “Brincar e a Realidade”.

Palavras-chave: Psicologia, Arte, Winnicott.

INTRODUÇÃO

O mundo está envelhecendo, e isso se deve a fatores como diminuição da fecundidade e da mortalidade, melhor qualidade de vida, tratamento das doenças crônicas, medicamentos com maior eficácia, melhores condições socioeconômicas, entre outras. Por isso, estima-se que serão, em 2050, cerca de dois bilhões de indivíduos acima de 60 anos nos países desenvolvidos (BRASIL, 2010).

Neri (2014) aponta que, na atualidade, a ideia de que na velhice o indivíduo perde em todas as instâncias biopsicossociais vem sendo substituída por uma noção de “perdas e ganhos concorrentes”, em que a pessoa idosa pode continuar desenvolvendo-se de forma positiva. Desta forma, é primordial ter a percepção de que o idoso continua sendo um agente ativo e não um ser passivo aos impactos negativos das mudanças na maturidade avançada (FONSECA et all 2010).

A arteterapia pode ser um instrumento psicoterapêutico no atendimento da pessoa idosa, que, por diversos motivos, se encontram em situação de vulnerabilidade emocional, ou para aqueles que desejam participar do processo de autoconhecimento intercedido pelo fazer artístico (FORESTIER, 2011).

Sei (2009) conceitua arteterapia como sendo “uma estratégia de intervenção terapêutica” que visa promover qualidade de vida ao ser humano por meio da utilização dos recursos artísticos advindos principalmente das Artes Visuais, mas com abertura para um diálogo com outras linguagens artísticas. Na abordagem psicanalítica, pode ser relacionada “associação livre”, constituída por Freud.

Winnicott (1963a/1983) aborda a arte como sendo possibilitadora da comunicação indireta com self verdadeiro, bem como aproxima a criação artística ao sonho e ao brincar, demonstrando sua importância vital na saúde e no bem estar do indivíduo (1945/1982), e do jogo de risco e rabisco a que percebeu o processo inconsciente do trauma de seus pacientes (1896/1971 pg.198).

Lins & Luz (1998), encontra em Winnicott formulação do desenvolvimento da psicanálise em relação com a cultura, em que ele não se interessa em dissecar a arte ou dar ênfase ao produto acabado, mas em fazer de natureza poética, unindo mundos num processo transicional dialético ou transcendental que se aproxima do “Brincar e a Realidade”.

Esta apresentação tem como objetivo descrever, por meio do relato de experiência, o atendimento em arteterapia como possível recurso psicoterapêutico da pessoa idosa. Mais especificamente, pretende-se fazer uma relação entre arte, psicanálise winniciotiana e o entendimento psicoterapêutico da pessoa idosa.

METODOLOGIA

As pessoas atendidas são idosas na faixa etária de 63 a 81 anos, do sexo feminino, atendidas individualmente e em grupo, desde Janeiro de 2015, em sessões semanais, com duração de duas horas. O grupo é composto por oito mulheres que são atendidas por uma arteterapeuta com proposta do fazer artístico escolhido previamente ou não.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer das sessões, a pujança das pacientes é movida para a materialização. Os pensamentos, emoções, sensações, sentimentos se tornam produções visíveis e palpáveis, possibilitando seu desdobramento, sendo que, na maioria das vezes, uma produção está ligada a outra e as sessões são desenvolvidas de forma a propiciar a liberdade do fazer artístico. A criação artística assim como o sonho e o brincar, na psicoterapia; tem possibilidades vitais na saúde e no bem-estar das idosas.

CONCLUSÕES

O atendimento psicoterápico com enfoque na arte privilegia o processo experiencial. Possibilita ao sujeito experimentar as emoções e sensações numa gradiente de associação entre o brincar num espaço potencial (Lins & Luz, 1998 pg. 208). Assim, na experiência das mulheres idosas, pode-se verter essa associação X entre arte, psicanálise winniciotiana e psicologia.

AGRADECIMENTOS

Ao grupo de idosas, à minha família amada, minha Orientadora, Professora Letícia P. Gondim,e à Coordenadora do Curso Dra. Hérica Landi Brito.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério da Saúde (2007) S.A.S. Caderno de Atenção Básica 19: Envelhecimento e saúde da pessoa idosa/MS Brasília: Ministério da Saúde.
- Lins, M.I.A, Luz, R. (1998) D. W. Winnicott: experiência clínica & experiência estética. Rio de Janeiro. Editora Revinter.
- Neri, A. L. & Yassuda, M. S. (Orgs.). (2004). Velhice bem-sucedida: aspectos afetivos e cognitivos. Campinas: Papirus.
- Fonseca, M.G.U.P; Firmino, J.O.A; Loyola Filho, A.I. & Uchoa, E. (2010) Papel da autonomia na auto-avaliação da saúde do idoso. Rev. Saúde Pública.
- Forestier, R. (2011) Tudo sobre a arteterapia: as bases científicas de uma profissão: a originalidade de uma prática terapêutica: seu estatuto profissional. São Paulo: Ideias & Letras.
- Sei, M. B. (2009) Arteterapia com famílias e psicanálise winniciotiana: uma proposta de intervenção em instituição de atendimento à violência familiar. USP. São Paulo.
- Winnicott, D. W. (1971) O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. W. (1896/2011) Tudo começa em casa. 5aed. São Paulo: Editora Martins Fontes.

CONTRIBUIÇÕES DO ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE: O CASO DO CONSULTÓRIO NA RUA

Nathannv Albuquerque; Claudia Nascimento; Mayk Diego Gomes da Glória Machado

RESUMO

O espaço da rua, caracterizado pela pluralidade também abriga pessoas em sofrimento psíquico as quais têm sido atendidas pelas equipes de consultório na rua. Constituídas por profissionais de diversos campos, essas equipes têm na figura do profissional de Psicologia a possibilidade de intervenções que estabeleçam uma relação de ajuda com os usuários. Este trabalho busca relatar a experiência de estágio de duas acadêmicas das Faculdades Alfa em Aconselhamento Psicológico. Utilizando a perspectiva de Plantão Psicológico com pessoas em situação de rua, esta tem se mostrado um importante modo de intervenção nesta população, resgatando a concepção de compromisso social da Psicologia e sua inserção de maneira crítica nas políticas públicas em saúde.

Palavras-chave: Psicologia; Consultório na Rua; Aconselhamento Psicológico.

INTRODUÇÃO

A desigualdade social encontrada nas sociedades modernas instaura lugar de exclusão à população em situação de rua (PSR). Essa parcela da sociedade, configurada como grupo heterogêneo em suas diversas características, aparece no cenário social como portadora de denúncia da negação de seus direitos, explicitando o silenciamento e a invisibilidade que estão relegados. “Uma população que, por muito tempo, tem sido invisibilizada e silenciada, mesmo estando sempre presente em nossos cenários sociais devido à desigualdade socioeconômica que se perpetua durante os séculos até os dias atuais” (GLÓRIA MACHADO, 2016, p. 8).

A rua se constitui como espaço plural. Nesse aspecto, também encontramos pessoas em sofrimento psíquico, incluindo o uso de drogas. Pioneiro no atendimento à saúde da PSR, podem-se destacar as equipes de Consultório na Rua. Trata-se de uma equipe multidisciplinar em saúde, que objetiva o cuidado à PSR, usuários de drogas ou não, utilizando uma metodologia de prevenção e redução de danos decorrentes do consumo de drogas, além das doenças sexualmente transmissíveis DST/AIDS (BRASIL, 2012; GLÓRIA MACHADO, 2016).

O objetivo desse trabalho é relatar a experiência de estagiárias em Psicologia em uma equipe de Consultório na Rua da região metropolitana de Goiânia, demonstrando as contribuições da modalidade de Aconselhamento Psicológico para as políticas públicas em saúde.

METODOLOGIA

Este trabalho se trata de um relato de experiência que está em andamento realizado por duas estagiárias do curso de Psicologia das Faculdades Alfa em uma equipe de Consultório na Rua. O trabalho, iniciado em agosto de 2016, foi desenvolvido em uma equipe multidisciplinar itinerante que presta atendimento integral à saúde da PSR. Os encontros ocorreram em usuários de álcool e outras drogas acolhidos em um Centro de

Atenção Psicossocial -Álcool e Drogas (CAPS-AD). A modalidade de atendimento utilizada foi de Aconselhamento Psicológico, com duração de aproximadamente, 30 minutos para cada atendimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer dos atendimentos, temos observado a pertinência da Psicologia enquanto paciência e profissão importante para a compreensão da complexidade dos fenômenos que envolvem a população em situação de rua, assim como as queixas e demandas apresentadas pelas pessoas atendidas. O Aconselhamento Psicológico, realizado na perspectiva de Plantão Psicológico, se caracteriza pelo acolhimento da pessoa em sofrimento, através da escuta qualificada e de uma clínica considerada enquanto atitude (REBOLICAS; DUTRA, 2010).

O Plantão Psicológico se embasa na Abordagem Centrada na Pessoa de Carl Rogers, que busca estabelecer uma relação de ajuda com o cliente. Por meio de encontros pautados na empatia, aceitação incondicional e congruência, as estagiárias têm proporcionado um espaço subjetivo que prioriza o acolhimento e a escuta dos clientes, para, assim, refletirem sobre suas realidades, agenciamentos e conflitos, auxiliando a reconhecerem e se utilizarem de seus recursos e potencialidades para o desenvolvimento no processo de se tornarem-se pessoas (ROGERS, 2009).

CONCLUSÕES

O Aconselhamento Psicológico, na perspectiva de Plantão, tem se mostrado um importante modo de intervenção na população em situação de rua. As características complexas da população em situação de rua exigem que a Psicologia faça uma autoanálise de forma crítica, desconstruindo pressupostos teóricos de um fazer clínico tradicional. Esse fazer se mostra como campo fértil para o resgate da concepção de compromisso social da Psicologia e sua inserção de maneira crítica nas políticas públicas em saúde, possibilitando refletir, com os clientes-usuários dos serviços, sobre os modos de transformações de ruas realidades.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.
 Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- GLÓRIA MACHADO, M. D. G. Mulheres no contexto da rua: a questão do gênero, uso de drogas e a violência. (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- REBOUCAS, M. S. S; DUTRA, E. Plantão psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. Rev. abordagem gestalt., Goiânia, v.16, n.1, p.19-28, jun. 2010.
- ROGERS, C. (2009). Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes.

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO MORAL NA PERSPECTIVA DE JEAN PIAGET

Rebecca Damacena de Andrade; Luciana Lourenço Rios; Tainá Dal Bosco Silva.

RESUMO

Este artigo discute questões relacionadas ao Desenvolvimento Moral da criança na perspectiva de Jean Piaget, entendendo desde sua base epistemológica, até seus resultados de pesquisas etnográficas, baseados nos jogos infantis. Apresentam-se os conceitos do desenvolvimento moral na criança e correlacionam-se à pesquisa realizada com crianças de 5 a 16 anos. Também são tecidas as fases do Desenvolvimento Moral e o modo como elas são observadas na criança e em sua interação com o meio externo. Compararemos as amostras adquiridas, através da pesquisa de campo, aos exemplos relatados por Jean Piaget. Assim, objetiva-se apreender as estruturas cognitivas e morais, bem como suas transformações. Algumas se posicionaram de acordo com o proposto por Piaget. Outras apresentaram respostas inesperadas para o estágio, mostrando que as interações sociais e o contexto em que estão crescendo, somados aos estímulos, contribuem para o processo de desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Jean Piaget; Desenvolvimento Moral; Desenvolvimento Infantil.

INTRODUÇÃO

Piaget tinha como projeto construir uma teoria do conhecimento considerando aspectos da moralidade, embasado nas teses de Immanuel Kant e suas considerações sobre a biologia e tendo o homem como um animal simbólico. Percebe, nos jogos infantis complexos sistemas de regras que são expressos em relações socioculturais (Sávio Queiroz, p.69, 2009). Para ele, a essência da moralidade pode ser encontrada no respeito que o indivíduo adquire pela regra (Piaget, p.23, 1994). Piaget salienta que não há uma única moral, pois se modifica com as relações sociais (Piaget, 1999).

Piaget estabelece quatro estágios do desenvolvimento moral na criança quanto à Prática das Regras. São eles: (1) motor; (2) egocêntrico; (3) cooperação; (4) codificação. Os estágios motor e parte do egocêntrico são próprios da anomia. Enquanto a segunda metade do egocentrismo e a cooperação pertencem à heteronomia, a codificação faz parte da autonomia (Piaget, p. 35, 36, 37, 39, 40, 44, 47, 48, 49, 1994; Piaget, 1932). Tem-se que na heteronomia, a criança considera as ordens como deveres absolutos aos quais está obrigada. Já na autonomia, a regra passa a ser expressão livre da consciência (Sávio Queiroz, p. 73, 2009).

No que diz respeito à educação moral, pode-se “considerar que é o de constituir personalidades autônomas, aptas à cooperação” para o convívio em sociedade (Piaget, 1999).

METODOLOGIA

Foram entrevistadas três crianças, entre 5 e 10 anos de idade, e um adolescente de 16 anos. Foi utilizada a entrevista clínica Piagetiana (Duska e Whelan, 1994), com o enfoque

de coletar respostas argumentativas, relacionados aos objetivos específicos da pesquisa com relação à percepção moral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Utilizamos da entrevista Piagetiana para compreender as estruturas morais das crianças entrevistadas, com base em histórias que apresentam exemplos de desvio moral. As crianças entrevistadas se mostraram de acordo com o exposto por Piaget quanto aos estágios do desenvolvimento moral. A criança de cinco anos mostrou forte respeito à figura de autoridade das regras; a de sete demonstrou estar em fase de transição entre os estágios egocêntrico e de cooperação; a de 10 anos está em transição entre heretonomia e autonomia; e, o adolescente, de 16 anos, se mostrou autônomo.

CONCLUSÕES

O estudo das interpretações das histórias mostram que a qualidade dos juízos evolui com a idade, e isto está de acordo com o proposto por Piaget. Existe a importância de estudos mais contextualizados nessa área, pois as interações sociais são dinâmicas e interferem na noção de moral da criança.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Profa. Dra. Hérica Landi Brito, Coordenadora do Curso de Psicologia e, também, à Profa. Msa. Tainá Dal Bosco Silva, que nos orientou nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- PIAGET, Jean. O Juízo Moral na Criança. Ed. 2a. São Paulo, SP: Summus. 1994.
- MACEDO, Uno de. Os Cinco Estudos da Educação Moral. Ed 2a. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 1999. P. 203.
- QUEIROZ, Sávio. Constituição das Regras e o Desenvolvimento Moral na Teoria de Piaget: uma reflexão Kantiana. Psicologia: Reflexão e Crítica, 22(1), p. 65-75.

DIFICULDADES DE TERAPEUTAS INICIANTES PARA ABORDAR TEMAS RELACIONADOS À SEXUALIDADE DO CLIENTE

Adrieny Evellin Pire de Almeida; Maíra Ribeiro Magri

RESUMO

Trata-se de um estudo que tem como finalidade principal discorrer sobre as dificuldades que foram encontradas por uma terapeuta iniciante quando o cliente expunha questões sobre sexualidade, demonstrando também a importância em estimular um bom desenvolvimento de repertório complexo de habilidades sociais, da terapeuta, trazendo

algumas estratégias de enfrentamento usadas para profissional seguir nos atendimentos sem comprometê-los.

Palavras-chave: Terapeuta iniciante; Sexualidade; Psicoterapia

INTRODUÇÃO

De acordo com Wielewicki, Silveira, e Costa, (2007), quando profissionais de psicologia se deparam com situações às quais não têm uma resposta eficaz em seu repertório comportamental, tendem a interferir, em maior ou menor grau, no tratamento psicológico oferecido.

Banaco (1993) ressalta que, por vezes, o terapeuta é cobrado a ser uma pessoa isenta de sentimentos e preconceitos, aberta a qualquer problema que lhe seja apresentado. Ignora-se o fato de que o terapeuta é também uma pessoa com sua própria história de reforçamento. O autor traz também a ideia de que, quando o terapeuta se depara com assuntos aversivos dos quais ele tenta se esquivar, ele acaba ficando numa situação de “choque inescapável” e que essas situações de intensos sentimentos competem com o desempenho analítico.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo que tem como finalidade específica discorrer sobre as dificuldades que foram encontradas pela terapeuta quando o cliente expunha questões sobre sexualidade. Os atendimentos ocorreram com um paciente do sexo masculino em uma clínica escola, em encontros que aconteciam semanalmente.

Uma das grandes dificuldades da terapeuta era conseguir lidar com a riqueza de detalhes que o paciente trazia sobre suas questões ligadas a relações sexuais. Outras dificuldades encontradas foram: iniciar conversas relacionadas à orientação sexual do cliente, questões sobre parafilia, questões relacionadas à culpa por emitir comportamentos sexuais que ele mesmo não aceitava ter, além da dificuldade em conseguir trabalhar questão de prazer sem culpa com o cliente visando diminuir sua ansiedade. O que foi usado como estratégia de enfrentamento pela terapeuta foi estudar mais sobre os temas trazidos pelo cliente para se sentir mais segura, quanto ao suporte nas supervisões e exposição, tanto abordando o tema com o cliente quanto sobre o tema com outras estagiárias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para alguns aspectos, o cliente apresentou melhora, o que reforçou o comportamento da terapeuta em muitas situações. As exposições também ajudaram a diminuir o nível de ansiedade, os estudos serviam para que a se sentisse mais segura em discutir certos assuntos com o cliente e as supervisões também contribuíram para nortear a terapeuta um caminho mais seguro. O fato de questões relacionadas à sexualidade ainda hoje serem pouco trabalhadas pode ter comprometido o desempenho da terapeuta.

CONCLUSÕES

A finalidade deste trabalho foi expor algumas situações difíceis para o terapeuta iniciante relacionadas ao tema sexualidade, para, quando situações semelhantes ocorrerem com

outros terapeutas, algumas soluções possam ser cogitadas através da obtenção de dados dos resultados e discussão.

REFERÊNCIAS

Banaco, R. A. Impacto do atendimento sobre a pessoa do terapeuta. Temas psicol.[online]. 1,(2)(1993). Wielewicki, M.G., Silveira, J.M. & Costa, C. E. Problemas enfrentados por terapeutas analítico-comportamentais em sua prática clínica. Estud. psicol. 24(1), 2007.

PLANTÃO PSICOLÓGICO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE INTERVENÇÃO NO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Samara Souza Riosl; Mayk Diego Gomes da Glória Machado

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo descrever a contribuição da Psicologia para a Educação Inclusiva, através da modalidade de Plantão Psicológico. É crescente o número de matrículas de alunos com deficiência visual nas instituições do ensino superior, o que nos leva a refletir sobre o processo de desenvolvimento da perspectiva de inclusão na educação. Nossa pesquisa relata a experiência de atendimentos realizadas no Núcleo de Educação Inclusiva das Faculdades Alves Faria. Foram realizados três atendimentos na modalidade de plantão psicológico com uma cliente cega, estudante da instituição. Utilizamos da Abordagem Centrada na Pessoa para embasar nossos atendimentos, buscando estabelecer uma relação de ajuda. Como resultado, compreendemos que os atendimentos em plantão psicológico no contexto da educação inclusiva tem relevante contribuição.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Psicologia; Plantão Psicológico.

INTRODUÇÃO

É crescente o número de matrículas de alunos com deficiência visual (cego) nas instituições do ensino superior, o que nos leva a refletir sobre o processo de desenvolvimento da perspectiva de inclusão na educação, desde a educação básica à educação no ensino superior.

Para Silva (2007), o movimento da inclusão iniciou-se no ano de 1985 nos países desenvolvidos, e, em 1990; nos países em desenvolvimento. Ao buscarmos uma compreensão mais densa sobre os motivos da rejeição e não aceitarmos das pessoas com deficiência em nosso meio encontram-se quatro marcos históricos.

O primeiro remonta aos anos anteriores ao século XX. Denominada como “fase da exclusão”, esse período foi marcado pelo grande número de deficientes considerados não dignos.

O segundo momento, já no século XX, ficou conhecida como “segregação”. Neste momento, é perceptível um maior conhecimento sobre a deficiência e, consequentemente, observou-se a necessidade de tratamento específico para a deficiência, bem como ações pedagógicas específicas na educação. O terceiro momento, entre meados e final do século XX, comprehende-se que as pessoas com deficiências possuíam condições para realizar diversas tarefas, inclusive vivenciar uma vida social, assim como os considerados normais, inclusive no contexto da educação. No quarto e ultimo momento, que se iniciou no final do século XX, temos a “fase da inclusão”, em que um número maior de alunos deficientes teve acesso às classes regulares e, com isso tornou-se mais intensa a necessidade de observar as situações do cotidiano no processo de inclusão das pessoas com deficiência (SILVA, 2007).

Para o acompanhamento do processo de inclusão nas Faculdades Alfa, contamos com o Núcleo da Educação Inclusiva (NEI), o qual objetiva auxiliar pedagogicamente os/as acadêmicos/as em seu processo de aprendizagem e inserção social na comunidade universitária.

A inclusão da Psicologia nesse espaço segue as proposições do Sistema de Conselhos da Psicologia, que comprehende a educação voltada para diversidade como um modo de atenção voltado a todos os indivíduos excluídos da sociedade e obrigados a se adaptarem aos mais diversos espaços educacionais (ANACHE; SILVA, 2009).

METODOLOGIA

Foram realizadas três sessões de Plantão Psicológico com uma aluna com deficiência visual, feminino, acadêmica de um dos cursos superiores ofertados pelas Faculdades Alfa, em atendimentos de, aproximadamente, 30 minutos de duração cada. Os atendimentos ocorrem entre maio e junho de 2016, nas dependências do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) da Instituição. Os atendimentos foram realizados sem hora marcada, em que a estagiária ficava de plantão no NEI, disponível para os atendimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fundamentado na Abordagem Centrada na Pessoa de Cari Rogers, o Plantão Psicológico objetivou estabelecer uma relação de ajuda com a cliente. Buscamos pautar nossa intervenção pela compreensão empática, aceitação incondicional e congruência (ROGERS, 2009), auxiliando a cliente a esclarecer suas angustias, aflições, insegurança, e necessidade de tomada de decisão em relação a situações que envolviam seus estudos.

CONCLUSÕES

A contribuição da Psicologia nas questões do processo de inclusão das pessoas com deficiências pode se concretizar em vários âmbitos. No campo do Aconselhamento psicológico, observamos que a modalidade de Plantão se apresenta como bastante eficaz, podendo auxiliar os clientes a refletirem criticamente sobre suas capacidades e potencialidades para transpor os percalços do cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ANACHE, A. A; I. R. SILVA. Prêmio profissional educação inclusiva: Experiências profissionais em psicologia. In: Conselho Federal de psicologia. Educação inclusiva: Experiências profissionais em Psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, pp. 13-18, 2009.
- ROGERS, C. Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- SILVA, C. C. O que exclui não é a deficiência, mas a indiferença. In: ALMEIDA, D. B. Educação: diversidade e inclusão em debate. Goiânia: Editora Descubra, pp. 61-84, 2007.

ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS: UMA DISCUSSÃO ACERCA DO CONCEITO DE PARENTALIDADE EM PSICANÁLISE

Matheus José de Sousa; Leticia Pacheco Gondim;

RESUMO

As mudanças dos moldes familiares estão cada vez mais visíveis nos dias atuais em decorrência do aumento do número das famílias monoparentais e homoparentais. Em relação a essa última formação familiar, o presente artigo objetiva-se em adversar padrões impostos pela sociedade e, além disso, possibilitar uma discussão acerca da função parental na adoção por pessoas do mesmo sexo. Partindo de uma abordagem psicanalítica, propõe-se responder à seguinte problemática: crianças inseridas em uma família com dois pais/mães homossexuais sofrem algum tipo de influência determinante no seu desenvolvimento psíquico? Tomando como base essa formação familiar cada vez mais presente em nossa realidade, tal discussão é de extrema relevância para a Psicologia, por se tratar de um tema que pode ser determinante na formação do ser humano.

Palavras-chave: homoparentalidade; psicanálise; constituição do sujeito; função parental.

INTRODUÇÃO

Considerar um casal heterossexual como o modelo ideal de parentalidade, consiste mais em uma construção ideológica pautada no senso comum do que em um fato cientificamente provado.

À luz dos conceitos da psicanálise, pode-se inferir que a mãe que gera não é, necessariamente, aquela que ocupa a função materna. Então, subentende-se que desejo seria o fator primordial para a formação da relação mãe-filho, e não, necessariamente, o aparato sexual ou tampouco a ligação genética.

A mesma afirmação cabe bem à função paterna, em que pai é, segundo Winnicott (1896-1971), basicamente aquele que faz a interdição da relação fusional entre a mãe e filho. Vieira (2011) aponta que as funções materna e paterna “obedecem a outros elementos determinantes que não necessariamente se coadunam com o sexo biológico daquele que encarna e exerce a função para a criança”.

O artigo se justifica através da necessidade de se levantar uma reflexão acerca das atuais formações familiares com o intuito de trazer visibilidade a uma nova possibilidade de entender o que é família e como ela é construída.

METODOLOGIA

A leitura de obras devidamente referidas e citadas no decorrer do trabalho foi a única metodologia utilizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura de publicações, pode-se inferir a inconcretude em atribuir a um casal homoafetivo a incapacidade de adotar, cuidar e de exercer o que foi chamado aqui de função parental. Observa-se, ainda, que tais funções são perfeitamente executadas por pais e mães homossexuais, tendo em vista a não-relação entre a função e o gênero.

CONCLUSÕES

Percebe-se que a criação bem sucedida de uma pessoa não se situa na ordem de gênero ou orientação sexual de seus pais, mas, sim, a partir da representatividade que esses mesmos têm para com a criança. Pois essa representatividade não está no campo real e, sim, no âmbito simbólico, ou seja, não remete às características físicas dos cuidadores. A frente disso, está o afeto e só assim a concessão das funções materna/paterna feita pela própria criança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Letícia Pacheco Gondim pelo incentivo e por seu tempo dedicado à orientação desse trabalho.

REFERÊNCIAS

- LACAN, Jacques. (2005). Nomes-do-pai. Traduzido por André Telles. São Paulo: Editora Zahar.
- FREUD, S. (1974). A dissolução do complexo de Édipo. Traduzido por J. Salomão. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas (Vol. XIX, pp. 215-226). Rio de Janeiro:
- VIEIRA, Ricardo de Souza. (2011). Homoparentalidade: estudo psicanalítico sobre papéis e funções parentais em casais homossexuais com filhos. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Doi:10.11606/D.47.2011.tde-19072011-084912. Acesso em: 2016-10-01.
- WINNICOTT, Donald Woods. (2014). A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott. Traduzido por Elsa Oliveira Dias. São Paulo: DWW Editorial.

DIFICULDADE DE UM TERAPEUTA INICIANTE EM LIDAR COM O RELATO DE UM ABUSO SEXUAL SOFRIDO PELO PACIENTE

Ludymara Pinheiro Camilo; Maira Ribeiro Magri;

RESUMO

Levantando a discussão sobre encarar um relato de um abuso sexual logo no início da experiência como terapeuta, o presente trabalho expõe as dificuldades dessa experiência, buscando, ainda, levantar a importância de se consolidar preparo técnico, teórico e pessoal no manejo desse relato.

Palavras-chave: Abuso sexual; Dificuldade; Experiência clínica.

INTRODUÇÃO

A violência sexual é uma temática importante de ser discutida em nossa sociedade. Habigzang et al. (2008) destacam que essa experiência pode se resultar consequências diversas no desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental, a depender de múltiplos fatores, como, por exemplo, o suporte oferecido à vítima.

No contexto clínico, ouvir o relato de um paciente de uma experiência como essa pode gerar respondentes emocionais no terapeuta, a- partir de uma identificação com a vítima e uma postura empática. Deve-se, porém, observar para que a postura profissional e o trabalho a ser desempenhado não sejam comprometidos.

Banaco (1993) aponta para a importância dos comportamentos encobertos do terapeuta iniciante, passando por um processo de modelagem para desenvolver suas habilidades profissionais, sendo esse contexto de evitação de uma possível punição, que seria a evasão do paciente ou a não apresentação de resultados.

O autor traz ainda que, apesar de socialmente ser esperado que um terapeuta seja isento de emoções e sentimentos, estando apto a lidar com qualquer relato ou demanda que o paciente trouxer, o próprio terapeuta também é uma pessoa, carregando consigo todo seu histórico de vida. É importante, porém, que o preparo para realizar atendimentos diversos seja buscado por quem está almejando se tornar um terapeuta.

Assim, o trabalho tem como objetivo explorar a dificuldade de, nas primeiras experiências de atendimento clínico, se deparar com o relato do paciente de um abuso sexual sofrido.

METODOLOGIA

O processo se deu em atendimento terapêutico na clínica escola da Faculdade Alves Faria, sendo sessões semanais com duração de cinquenta minutos cada. A partir de entrevista visando à coleta de dados sobre o processo histórico do participante, aconteceu o relato de um abuso sexual sofrido anos atrás.

Já na primeira sessão, o paciente informou que havia sofrido um abuso, porém sem detalhar o episódio nesse primeiro momento. As sessões foram conduzidas visando, atender aos objetivos definidos em parceria, por terapeuta e participante, não referência direta com o abuso.

Algumas sessões depois, considerando acontecimentos do período, ao entrar nessa temática, o paciente relatou detalhadamente sua experiência. O relato eliciou respostas encobertas na terapeuta, que buscou se ancorar na teoria estudada para não haver comprometimento do trabalho desenvolvido.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do relato do paciente, a terapeuta buscou se ancorar na teoria e se manter atenta a seus pensamentos e sentimentos (comportamento encoberto) em relação ao processo terapêutico. Considerando o vínculo terapêutico e uma postura empática, é esperado que o terapeuta se sensibilize com os relatos de sofrimento do paciente, apresentando inclusive reações emocionais.

No que diz respeito aos terapeutas iniciantes, o momento de supervisão dos atendimentos é propício para identificar se as reações emocionais do terapeuta estão demasiadamente exageradas, podendo comprometer o processo terapêutico.

CONCLUSÕES

A partir dos pontos levantados, pode-se concluir que é de suma importância que o terapeuta esteja atento aos seus comportamentos encobertos. Além disso, que veja o momento de supervisão como uma oportunidade de analisar suas reações emocionais em relação ao atendimento. Sendo assim, capaz de analisar sua capacidade e preparo para administrar determinadas situações.

REFERÊNCIAS

- BANACO, Roberto Alves. O impacto do atendimento sobre a pessoa do terapeuta. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 71-79, ago. 1993. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141389X1993000200010&ing=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 out. 2016.
- HABIGZANG, Luísa Fernanda et al. Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Estud. psicol. (Natal), Natal, v 13, n. 3, p. 285-292, Dec. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2008000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 out. 2016.

SUICÍDIO E OS DESAFIOS PARA UMA ESTAGIÁRIA DE PSICOLOGIA CLÍNICA.

Mainara Rosane Barros; Maíra Ribeiro Magri;

RESUMO

O presente trabalho discorrerá sobre o relato de uma estagiária de psicologia na área clínica e apontará os desafios de atendimentos clínicos e descreverá uma forma de agir quando uma paciente tentou suicídio e entrou em contato com a estagiária, relatando como foi esse contato e quais estratégias foram usadas para preservar a vida de sua paciente, no final do contato. A situação foi controlada e a paciente continua no processo terapêutico com a estagiária. Assim, o objetivo desse trabalho consiste em relatar tal situação e discutir e analisar o que se pode fazer nessas situações.

Palavras-chave: suicídio; psicoterapia; desafio.

INTRODUÇÃO

A palavra suicídio deriva do latim *sui* (si próprio) e *caedere* (ato de matar) e refere-se à necessidade de um indivíduo de morrer e cometer atos para realizar esse desejo (Vieira, 2008). De acordo com Botega (2007), o suicídio tornou-se uma das maiores causas de mortalidade global. O índice de suicídio era maior em idosos, mas em 45 anos isso vem mudando, a faixa etária de risco de cometer suicídio está maior nos jovens.

Esse dado é preocupante e importante para nos atentarmos a investigar suas causas para se poder intervir de forma mais benéfica possível, de modo que o suicídio seja evitado.

Quando um indivíduo sente a necessidade de autoextermínio, e esse indivíduo entra em contato com alguém, é uma forma de pedir socorro. O presente trabalho se baseia em um relato sobre um contato de socorro que uma paciente de uma aluna de psicologia estagiária em clínica fez durante uma tentativa de suicídio. É importante ressaltar que esse contato foi algo inédito para a aluna que manejou a situação de forma que a tentativa de suicídio fosse interrompida. Esse trabalho tem como objetivo relatar sobre a tentativa de suicídio e as estratégias utilizadas pela estagiária visando contribuir e discutir sobre esse tema tão frequente e tão pouco discutido.

METODOLOGIA

A metodologia está fundamentada no relato da estagiária sobre sua experiência. No momento que a paciente entrou em contato com a estagiária, está comunicou o que estava ocorrendo seu orientador que a orientou a ligar para a paciente. A estratégia foi manter a atenção da paciente com intuito de evitar o suicídio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contato da paciente com a estagiária, em seu momento de tentativa de suicídio, possibilitou que a tentativa fosse interrompida, mantendo a vida da paciente. Através do ocorrido, a estagiária obteve uma visão mais qualificada sobre seu vínculo com sua paciente e, consequentemente, ficou mais apta para manejar situações semelhantes.

CONCLUSÕES

Como suicídio e morte não são temas dos quais as pessoas costumam falar, então, relatar e discutir sobre o assunto torna-se relevante. Também foi possível identificar a importância do vínculo criado entre paciente e terapeuta na psicoterapia, uma vez que, em uma situação difícil, a paciente buscou a terapeuta para o pedido de socorro, gerando um fortalecimento desse vínculo terapêutico e evitando a morte da paciente.

REFERENCIAS

- Botega, N. J.. Suicídio: saindo da sombra em direção a um Plano Nacional de Prevenção. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo,29(1), 7-8, 2007.
- Vieira, K. F. L. Depressão e suicídio: uma abordagem psicossociológica no contexto acadêmico. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2008.

DIFICULDADES DE UM TERAPEUTA INICIANTE: QUANDO O CLIENTE NÃO FALA

Pâmela Marcelino Freitas; Maíra Ribeiro Magri

RESUMO

O intuito deste trabalho será discutir sobre as dificuldades do terapeuta iniciante diante de um cliente que apresenta dificuldade em iniciar ou/ e manter conversação com o terapeuta, dificultando o processo terapêutico. No objetivo de amenizar tal dificuldade, serão propostas técnicas comportamentais que auxiliem na formação de vínculo, como, por exemplo/reforço diferencial. Tais técnicas foram utilizadas em 2 casos clínicos, e obtiveram êxito em aumentar a frequência de comportamentos verbais do cliente, contribuído, assim, para um melhor andamento da terapia.

Palavras-chave: psicoterapia; comportamento verbal; vínculo terapêutico.

INTRODUÇÃO

Uma das dificuldades-medo e dúvidas dos terapeutas iniciantes é que o cliente não se comunique de forma aberta com ele, ou mesmo que responda, nas perguntas de maneira breve, com uma única palavra, não dando informações necessárias para contribuir no processo terapêutico.

Primeiramente, precisamos entender que o principal objetivo da Psicoterapia é mudar comportamentos que aconteceram como resultado de punição que causam prejuízo ao cliente. Sendo assim, pode-se concluir que clientes que apresentam dificuldades em falar com o terapeuta, provavelmente tenham tido este comportamento punido em outras ocasiões, ou simplesmente podem não ter desenvolvido tal habilidade ao longo de seu histórico de vida (Skinner, 2000). É compreensível que o cliente não se sinta à vontade nos primeiros encontros, que falar de seus sentimentos e suas vivências mais íntimas para uma pessoa que não conheça seja uma tarefa difícil, entretanto caberá ao terapeuta ser facilitador deste tipo de comportamento, para o qual apresentaremos algumas estratégias. A modelagem comportamental através do reforçamento diferencial é uma forma de intervenção na clínica analítico comportamental (Conte; Brandão, 2012). Skinner (2000) define reforço positivo como uma consequência de um comportamento que aumenta a probabilidade de sua ocorrência. Sendo assim, a principal estratégia que pode ser usada nestas situações é a de reforçar qualquer verbalização do cliente, sendo com falas de aprovação, gestos de afirmação, sorrisos, demonstrando interesse, e ouvindo atentamente seus relatos.

Estabelecendo uma audiência não-punitiva, de maneira a não julgar o cliente. Comportamentos que até então foram punidos começam a ter uma oportunidade, Consequentemente; alguns resultados da punição como culpa, depressão, angústia ou rigidez podem desaparecer (Vandenbergh; Pereira, 2005). Cabe ao terapeuta propiciar um ambiente motivador para comportamentos de vir a terapia permanecer e confiar no terapeuta, agindo como estímulo discriminativo eliciador e reforçador para o desenvolvimento do repertório do cliente que o aproxima de suas metas terapêuticas (Conte; Brandão, 2012).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho foi o relato de experiência de atendimento realizado em uma clínica-escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com as experiências clínicas da estagiária, foi possível observar uma melhora significante nos casos atendidos. Foram utilizadas técnicas de reforço diferencial, e escuta não punitiva durante todas as sessões. As participantes aumentaram a frequência de suas verbalizações a cada uma, facilitando, assim, o processo terapêutico, a compressão e a análise da terapeuta perante os casos atendidos.

CONCLUSÕES

Conclui-se, então, que a formação de vínculo entre terapeuta e cliente é importante para o bom andamento da terapia, e que cabe ao terapeuta utilizar de seus conhecimentos agindo de maneira motivadora e facilitadora deste vínculo.

REFERÊNCIAS

SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano. São Paulo: Martins Fontes, 1953/2000.

VANDENBERGHE L; PEREIRA B. M O papel da intimidade na relação terapêutica: uma revisão teórica à luz da análise clínica do comportamento. Goiânia: Psicologia: Teoria e Prática, 2005.

CONTE, G. C. S.; BRANDAO, M. Z. S. Eventos a que o clínico analítico-comportamental deve atentar nos encontros iniciais: das vestimentas aos relatos e comportamentos clinicamente relevantes. In. Borges, N. B.: Cassas, F, A. Clínica Analítico Comportamental: aspectos teóricos e práticos. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DA PSICOLOGIA DA MULHER À PERSPECTIVA DE GÊNERO EM PSICOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES DOS FEMINISMOS PARA UMA CLÍNICA POLÍTICA

Mavk Diego Gomes da Glória Machado: Maria do Rosário Silva Resende;

RESUMO

O conceito de gênero se fez ferramenta analítica fundamental para pensar as questões do processo de socialização. Esse trabalho objetiva analisar a influência dos Feminismos para o campo da Psicologia. Utilizamos como metodologia a revisão narrativa sobre estudos feministas e de gênero, e a influência de tais estudos na Psicologia. A reflexão sobre questões relacionadas ao Gênero nas ciências psicológicas ainda tem se mostrado incipientes. Compreendemos a Psicologia Feminista como uma atitude crítica assumida pela/o psicóloga/o diante das leituras da realidade possíveis através das teorias psicológicas, condição fundamental para a construção de uma Clínica Política.

Palavras-chave: Psicologia; Gênero; Clínica Política.

INTRODUÇÃO

A denúncia de segregação à qual as mulheres estiveram submetidas no decorrer da história, assim como a ausência do sujeito feminino nas ciências, foi realizada pelas mulheres. Foram elas que se ocuparam de buscar a sustentação para a continuidade de sua denúncia. O desenvolvimento de teorias de categorização universal possibilitou o surgimento de campos de estudos que ajudaram a descrever as situações em que o sujeito do feminismo se tornava protagonista da ciência. Surge o que seria conhecido como campos de estudos da mulher. "Há uma disposição para que pesquisadoras mulheres se ocupem em discutir ou construir uma História, uma Literatura, ou uma Psicologia da mulher.Jl (Louro, 2008, p. 18).

Não obstante, o conceito de gênero se fez ferramenta analítica fundamental para pensar as questões do processo de socialização, ponto nevrálgico para compreender as relações de poder e falar sobre os atores sociais que protagonizam as cenas cotidianas em nossos contextos. Traçar uma análise das realidades das mulheres, através de informações e descrições passa a ser; também, e necessariamente, informações a respeito dos homens e, assim, da organização dos sujeitos em sociedades. Refletindo sobre esse processo, este trabalho busca analisar a influência dos Feminismos para o campo da Psicologia, e possíveis contribuições para a reflexão sobre uma clínica política, ampliada.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada trata de uma revisão narrativa sobre estudos feministas e de gênero, bem como sobre a influência de tais estudos na Psicologia enquanto ciência e profissão. A modalidade de revisão narrativa, a busca das fontes podem ser consideradas como arbitrárias A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade do autor, não seguindo critérios específicos para essa seleção (CORDEIRO; OLIVEIRA; RENTERIA; GUIMARÃES, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gênero é um conceito feminista, percebido como a categoria cultural assumida pelo corpo, e é um marcador identitário que aponta a compreensão do mundo para uma perspectiva binária e em oposição ao mesmo tempo, que questiona, com força analítica, os lugares estabelecidos para mulheres e homens no campo social (BUTLER, 2013).

A reflexão sobre questões relacionadas ao Gênero nas ciências psicológicas ainda tem se mostrado incipiente e de caráter complexo devido à tradição antropocêntrica das ciências. Essa análise na Psicologia pode ser invisibilizada devido a uma perspectiva cartesiana e positivista que ainda é sustentada nessa disciplina. Narvaz e Koller (2006) definem a Psicologia Feminista como um espaço estratégico situado entre os saberes e teorias feministas e a ciência psicológica, objetivando criticar as concepções tradicionais da Psicologia positivista, que se apresenta acrítica e despolitizada em relação às relações de gênero, bem como outras relações atravessadas por marcadores identitários que culminam

na organização desigual das relações entre os sujeitos, justificadas pelos mais diversos vieses ideológicos.

CONCLUSÕES

Compreendemos a Psicologia Feminista como ethos, uma atitude crítica assumida pela/o psicóloga/o diante das leituras da realidade possíveis através das teorias psicológicas. Essa é uma condição fundamental para uma análise compromissada ética e politicamente com a qualidade de construção das ciências psicológicas em consonância com os direitos humanos. Construção de uma clínica balizada na capacidade reflexiva e crítica da realidade, e na necessidade de compreensão das singularidades, incluindo-se as relações desiguais de gênero. Clínica artesanal, confeccionada na construção conjunta e na corresponsabilidade que possibilite a existência das diversidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pela concessão de Bolsa de Mestrado.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. (5a ed.). Tradução: Renato Aguiar - Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2013.
- CORDEIRO, A. M; OLIVEIRA, G. M; RENTERIA, J. M; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Rio de Janeiro , v. 34, n. 6, p. 428-431, Dec. 2007.
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. (10a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- NARVAZ, M. G; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. Psicologia em Estudo, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO NOS TRÊS PRIMEIROS SUBESTÁGIOS DO PERÍODO SENSÓRIO-MOTOR

Marie P. dos Santos; Sarah C. Assunção Leandro, Thaysa C. de Oliveira; Tainá Dal Bosco Silva

RESUMO

Esse trabalho abordará os três primeiros subestágios do período sensório-motor, desenvolvido por Jean Piaget, evidenciando a fase do nascimento até o 8º mês de vida do bebê. Nesse período, o recém-nascido irá expandir sua percepção sobre o ambiente e descobrir que esta pode interferir no ambiente. Assim, nota-se a influência e importância desse conhecimento abrangente, para a atuação de um psicólogo, que observará cada aspecto do desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Sensório-motor; três primeiros subestágios; Piaget.

INTRODUÇÃO

Jean Piaget foi um importante psicólogo e epistemologista que evidenciou que o desenvolvimento e a evolução mental das crianças é decorrente de um processo de equilíbrio, “uma passagem contínua de um estado de menor equilíbrio para um equilíbrio superior” (Piaget, 1999, 24º edição, p. 13), que pode a qualquer momento ser rompido. Piaget dividiu o desenvolvimento em quatro estágios: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal. Aqui, trataremos do primeiro estágio, o sensório-motor (0-24 meses), em que a criança se relaciona com o objeto através dos sentidos de forma motora e imediata. Esse estágio foi dividido por Piaget em seis subestágios que fluem de um para o outro, a partir de novas estruturas mentais que a criança adquire. Vejam-se os três primeiros: 1º subestágio (nascimento ao 1º mês), Nessa fase, é evidenciado como o recém-nascido se relaciona com o mundo, através da prática de seus reflexos inatos ou “mecanismos hereditários”, que, por sua vez, são ações espontâneas e automáticas perante um objeto, principiando um comportamento até quando não se está presente um estímulo, isso é revelado quando é posto um objeto nos lábios do bebê, que/ por reflexo, começa o ato de succão. No entanto, sem demora o neonato assimila o mamilo mesmo com o toque em seus lábios, Assim sendo, vê-se que os bebês prontamente exercitam seus reflexos inatos e começam a adquirir domínio sobre eles.

2º subestágio (1º ao 4º mês). Nesse período, ainda não há noção de “eu” e de “objeto”, começada surgir ações coordenadas, em que o bebê executa uma ação ao acaso que lhe agrada, passando a repetir essa mesma ação por várias vezes, por gerar ao bebê, uma sensação agradável. Essas atividades são focadas no próprio corpo do bebê, e chamada de reação circular primária.

3º subestágio (4º ao 8º mês). Nessa fase, ocorre / certo interesse da criança pelo ambiente em que está inserida, ela descobre que pode interagir com objetos e manipulá-los. Há, ainda, percepção de comportamento e mudança de mundo. Elas repetem ações que produzem resultados interessantes e suas ações se tornam intencionais, mas, inicialmente, não orientadas para uma meta.

METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho, foi realizado um experimento piagetiano de percepção de objeto com a criança: Carolina1, brasileira, idade 8 meses, nasceu pré-matura e vive com os pais. O experimento foi registrado a partir de um aparelho celular e consistia em estimular a criança a “brincar” com um objeto e depois escondê-lo, para, assim, mostrar a percepção de objeto. Os materiais utilizados para a coleta de dados foram: cartas coloridas e um aparelho celular, pertencentes a Luanda Letícia Lacerda, responsável pelos experimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado dos experimentos e pesquisas, obtiveram-se os seguintes dados: crianças com 8 meses já possuem a percepção de objeto, e, ainda, imita comportamentos que lhe são agradáveis. Visto isso, observamos que a criança de 8 meses excede as expectativas

para o processo de imitação em que, segundo Piaget, ela deveria fazer imitações que se limitassem ao próprio eu. Uma explicação para este fato é que a criança pode ter tido processos de equilibrações e formações de estruturas mentais não esperados para sua idade.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, vimos a importância do sensório-motor e seus subestágios, uma vez que a observação do comportamento desta fase poderá orientar o profissional em psicologia a conhecer e intervir no processo de desenvolvimento da criança, caso seja necessário.

REFERÊNCIAS

- PAPALIA, Diane. E; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12^ºed. Porto Alegre, AMCH, 2013;
- PIAGET, J. Seis Estudos de Psicologia. 24^ºed. Amorim, M. A. M. Silva, S. L. trad. Rio de Janeiro (RJ); Forense Universitária. 1999.

A EPISTEMOLOGIA GENÉTICA DE JEAN SPIAGET

Thais Karla Correa da Silva; Elisabete Borges da Silva; Taina Dal Bosco Silva

RESUMO

Este artigo pretende esclarecer a obra Piagetiana denominada Epistemologia Genética, com base na literatura de Piaget e também de Yves De La Taille, Entendendo sua teoria e discorrendo sobre os conceitos de assimilação, acomodação, equilibração e Abstração empírica e reflexiva, motivados pela pesquisa bibliográfica do psicólogo acima citado, Yves De La Taille.

Palavras-chave: Epistemologia Genética; Piaget; Equilibração.

INTRODUÇÃO

Jean Piaget nasceu em 09 de agosto de 1896, na cidade de Neuchâtel Nauenburg, e faleceu em 16 de setembro de 1980, em Genebra, possuía uma preocupação peculiar com relação a capacidade do conhecimento humano e seu desenvolvimento. Seu foco científico não era a criança, porém, por entender que ela é o ser que mais notoriamente adquire conhecimento, baseou seus estudos em acompanhar o desenvolvimento da criança como indivíduo. Através de um trabalho interdisciplinar, Piaget produziu uma teoria completa sobre o desenvolvimento cognitivo, abarcando desde o nascimento até a fase adulta (Gelson de Pádua, 2009).

Piaget batizou sua obra de Epistemologia genética, ou seja, o estudo da evolução do indivíduo e de seu conhecimento, sua inteligência e como esse conhecimento salta, por estágios, cada vez mais complexos sem que o anterior seja anulado.

Inteligência para Piaget é definida enquanto função e estrutura, sendo, enquanto função, adaptativa para que o sujeito modifique o meio em que vive na intenção de se adaptar;

como estrutura, a inteligência é uma organização que irá permitir, dependendo do nível dessa organização, um nível de conhecimento mais complexo (Yves De La Taille). Piaget tem alguns conceitos que são centrarem sua obra, denominados de assimilação, acomodação, equilibração e abstrações empírica e reflexiva.

Assimilação: Oriundo da Biologia, Piaget aplica a Psicologia como a interpretação do indivíduo no mundo; ele irá entrar em contato com um objeto de conhecimento e retirar deste informações específicas que são definidas por uma organização mental preexistente.

Acomodação: É a organização que a pessoa tem para conhecer o mundo; o y conhecimento, então, é um processo constante de assimilação e acomodação.

Equilibração: É a tendência ao equilíbrio interno, como o conhecimento é dinâmico, Piaget optou pela palavra equilibração e, não, equilíbrio, pois daria a ideia de algo em constante movimento, como é essa tendência ao equilíbrio no decorrer do desenvolvimento.

Abstrações empírica e reflexiva: Empíricas são as informações que o indivíduo retira de seu objeto de conhecimento, e, neste processo, o fato de o sujeito pensar sobre a maneira com a qual se relaciona e as ações que terá sobre esse objeto, é denominada, abstração reflexiva. Para Piaget, a construção do conhecimento se dará pelo processo, criança pensar sobre o mundo e sobre a sua ação sobre ele.

O desenvolvimento mental aparecerá, então, em sua organização progressiva como uma adaptação sempre mais precisa à realidade. (Jean Piaget, 2009)

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que se realizou a leitura de artigos científicos com a temática da teoria epistemológica de Piaget, bem como seu livro intitulado “Seis estudos da Psicologia” e o trabalho em vídeo de Yves De La Taille.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a preocupação de compreender o modo como acontece a construção do conhecimento humano, Piaget investiga e discorre sobre os desenvolvimentos do indivíduo, a partir da criança, Com enfoque no início de sua Teoria, para compreender o desenvolvimento do indivíduo e como este formará sua inteligência da infância a fase adulta.

CONCLUSÕES

O estudo permitiu que adentrassemos profundamente no assunto do desenvolvimento da inteligência no ser humano. Assim, possível compreender, de maneira mais específica, como será efetuado nosso trabalho na prática como futuros Psicólogos.

REFERÊNCIAS

De Abreu, L.C., Alves de Oliveira, M., Advincula Reis, A.O. (2010). A epistemologia genética de Piaget e o construtivismo. Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum. 20(2), 361-366.

Taille, Yves de la. Jean Piaget coleção grandes educadores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PBVNYRQP7Sk>.

PIAGET, Jean, 1896-1980 - Seis estudos de Psicologia (2006, 24a ed).

METODOLOGIA

Participantes Participaram do estudo seis profissionais do sexo feminino, com idade entre dezenove e quarenta anos. Com escolaridade que oscilou de Ensino Fundamental a Médio incompleto. Em relação ao tempo na profissão somente uma das entrevistadas possuía onze anos de experiência, iniciando a carreira com treze anos de idade e as demais, com aproximadamente, um ano. Instrumentos - Entrevista semiestruturada composta pelas seguintes categorias: precariedades das condições de trabalho, relações de trabalho e sofrimento do trabalho. Procedimentos- Foi estabelecido o contato inicial com as participantes do estudo com apresentação dos nomes (na rua onde ocorreu aplicação da entrevista), posteriormente foi dada as instruções sobre o objetivo da pesquisa, assinado o termo de Consentimento Livre Esclarecido, Por fim os dados foram gravados e transcritos, com duração de uma hora e trinta minutos. Tratamento- Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977), refere-se a um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos a descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou qualitativos) que permitam inferências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados sugerem que há predomínio do sofrimento para com essas profissionais.

Este relaciona-se; sobretudo, ao estigma da profissão - o medo de serem reconhecidas pelos vizinhos e a exposição de estarem à mercê de qualquer pessoa, violência, uso de drogas, além das relações imprevisíveis com os clientes- Os resultados também apontam uma acentuada precarização das condições de trabalho, em decorrência condições básicas de água e estrutura física. As participantes utilizaram algumas estratégias defensivas entre as quais se pode mencionar a racionalização e passividade, uma vez, que estas permitiram a cada profissional justificar a realização do trabalho, o convergindo, de trabalho prescrito para trabalho real. Sessa maneira, o trabalho é realizado de acordo com possibilidade, psíquicas das profissionais. Percebe-se que essas defesas possibilidades na organização das condições geradoras de sofrimento.

CONCLUSÃO

Conclui-se os achados que o sofrimento das profissionais do sexo não se dá somente pelos estigmas feitos pela sociedade, mas também pela falta de condições básicas no trabalho. Sugere-se que sejam estabelecidos grupos de suporte orientados pela clínica do trabalho

que ofereça escuta a tais vivências, auxiliando as participantes a ajustassem de maneira equilibrada, seu sofrimento e prazer no trabalho.

REFERÊNCIAS

- Braga, L.(1982) Analise de conteúdo. Lisboa: Edições 70. X
- Dejours, C.(1994). Psicodinâmica do Trabalho: condições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho: Atlas.
- Silva, Janildo.Putu cultura :associação das prostitutas emite nota contra Lucas Brito, 2014. Disponível em:< <http://www.clickpb.com.br/noticias/politica/associacao-das-prostitutas-emite-nota-contra-lucas-de-brito/>>Acesso em: 21 de nov.2015.

ENCONTRE DESENCONTROS: CONSTRUÇÃO DO EU NA CRIANÇA ADOTIVA

Josiana Rodrigues Lima; Letícia Pacheco Gondim

RESUMO

Neste trabalho, discutiremos a temática da adoção na perspectiva psicanalítica. Terá como objetivo discorrer sobre o processo de desenvolvimento do eu, e do autoerotismo, que é o estado em que a criança está voltada para o próprio corpo, com finalidade de obter satisfação sexual; e do narcisismo primário, que é uma condição para formação do eu, pois nesse estado a pulsão está voltada para próprio eu e ocupando para os pais um lugar idealizado. Inicia-se o trabalho com a relação primordial entre mãe e o bebê. O trabalho almeja também explicar quais seriam os "possíveis impactos da perda do objeto originário materno no desenvolvimento da criança adotiva. Trabalha-se com a ideia de reconstrução de um novo vínculo que mostra as possibilidades de inserção da criança na cadeia desejante dos novos pais, Utilizou-se, da referência de um caso clínico, associando a relação transferencial entre analista e paciente com a possibilidade de retradução e ressignificação das rupturas que ocorreram quebra do elo da relação primordial com objeto originário materno.

Palavras-chave: Adoção, Eu, Objeto originário materno.

INTRODUÇÃO

Para Freud (1914) o narcisismo primário da criança refere-se à ideia de perfeição que os pais atribuem ao filho. É também a possibilidade de eles reviverem reproduzirem seu próprio narcisismo que tiveram que abandonar. O olhar dos pais para bebê na condição idealizada constituído de todas as perfeições, com tentativa de obter todos os privilégios que não tiveram e que Freud denominou de Majestade e o Bebê. O amor dos pais se apresenta com um olhar equivocado, pois é o próprio narcisismo deles recordado e transformado em amor objetual, lugar que poderá ser ocupado pela criança.

De acordo com Jerusalinsky (2002); A maneira como o bebê é posto pelo agente materno atribuirá singularidades no movimento de suas distintas funcionalidades orgânicas. Ainda em sua relação primitiva, pode-se observar a união entre o corpo e as marcas simbólicas

atribuídas pelo Outro. Essas incorporadas pelo bebê irão influenciar em seu desenvolvimento, assumindo posições passivas e ativas. Através do vínculo com o grande Outro, os significantes e as atividades do organismo poderão associar ao funcionamento erógeno dos distintos circuitos pulsionais.

Sendo que, de acordo com enfoque psicanalítico, o desenvolvimento do psiquismo humano consiste no estabelecimento do vínculo com outro (ABRÃO, 2011).

METODOLOGIA

O participante é um menino de 4 anos. Os atendimentos foram realizados na Clínica Escola das Faculdades Alfa. Foram usados duas poltronas uma mesa pequena com três cadeiras papel, tinta, massinha e caixa de brinquedos lúdicos. O método constitui-se na “associação livre”; em relação a criança, acontece através do brincar. Os atendimentos foram realizados em 2016.0 trabalho será construído a partir de estudo de caso clínico de caráter qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificam-se as consequências da quebra da relação primordial da criança adotiva, que apresenta dificuldade em estabelecer vínculos e do controle de comportamentos agressivos.

CONCLUSÕES

Pode-se observar o quanto é importante para a criança a relação com seu objeto originário materno, quando ocorre a quebra dessa relação, poderá haver consequências emocionais, e ela se mostrar assustada com a ligação afetiva e negação ao amor.

AGRADECIMENTOS

A minha Orientadora, Letícia Pacheco.

REFERÊNCIAS

- Levinzon, K.G. (2009) A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica, São Paulo: Editora Escuta.
- Freud, S. (1914/1916) A história do movimento psicanalítico: Artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos, Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Abrão, S.M. (2011) Construindo vínculo entre pais e filhos adotivos, São Paulo: Primavera Editorial.
- Jerusalinsky, J.(2002) Enquanto o futuro não vem: a psicanálise na clinica interdisciplinar com bebês, Salvador, BA: Ágalma.

“ESSE TRABALHO É DIFÍCIL DEMAIS, PASSA HUMILHAÇÃO, É SOL, É CHUVA”. PRAZER-SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS DO SEXO.

Maria de Fátima L. Ribeiro; Kerollenv Amaral Lourenco dos Reis; Kleber Franklin G. Mendonça; Fábio Rodrigues; Adriana Pinho.

RESUMO

Este estudo de caráter exploratório apresenta uma investigação das vivências de prazer e sofrimento e das estratégias defensivas utilizadas pelas profissionais do sexo. O estudo foi amparado pela abordagem da Psicodinâmica do Trabalho. As profissionais do sexo têm sido historicamente estigmatizadas, vistas em sua maioria como “uma mulher que aluga seu corpo para jogos sexuais sem amor”. Para realizar a análise das vivências de prazer e sofrimento e das estratégias defensivas foram elaboradas as seguintes perguntas de pesquisa: Como se dá a dinâmica da relação prazer e sofrimento nesta profissão? Quais as estratégias defensivas, utilizadas por estas trabalhadoras? Participaram deste estudo seis profissionais do sexo do gênero feminino, com idade entre 19 e 40 anos e com nível médio de escolaridade. Foi utilizada a abordagem qualitativa por meio de uma entrevista semiestruturada que foi posteriormente gravada e transcrita. Os dados foram analisados por meio da técnica da Análise de Conteúdo. Os resultados apresentaram três categorias: precariedades das condições de trabalho, relações de trabalho e sofrimento no trabalho. Os resultados sugerem que há predomínio de sofrimento no trabalho decorrente da acentuada precarização das condições de trabalho, como banheiro, água e estrutura física adequada. Para lidar com o sofrimento, as trabalhadoras utilizam as estratégias defensivas de racionalização e passividade.

Palavras-chave: prazer-sofrimento, profissionais do sexo, estratégias defensivas.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como experiência as vivências de prazer-sofrimento bem como as estratégias defensivas utilizadas pelas trabalhadoras no contexto da prostituição. Segundo Silva (2014); a prostituição é uma profissão estigmatizada, vista com olhar preconceituoso da sociedade e vulnerável às problemáticas sociais, tais quais a epidemia de AIDS, as várias formas de violência e as desigualdades de gênero. Dejours (1993) considera que o sofrimento no trabalho se dá quando não é mais possível a negociação entre o sujeito e a realidade imposta pela organização do trabalho, sendo o prazer, quando as condições geradoras de sofrimento possibilitam transformações. Dessa maneira, é necessário que se criem algumas estratégias defensivas a fim de se conseguir desenvolver o trabalho e alcançar equilíbrio.

O IMPACTO DA ENTREVISTA DEVOLUTIVA: UM CASO DE ADOLESCENTE

Luana Alves Corrêa Rolim; Maria Aparecida Silvas

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo principal observar e compreender como se deu a reação dos pais do paciente ao receber o diagnóstico final de sua queixa, mencionada no início do tratamento. O objetivo secundário foi verificar a reação do participante ao receber o diagnóstico e o impacto que pode causar no psicólogo diante das reações dos pais e do participante. Esse processo foi realizado no Núcleo de Estágio e Pesquisa em Psicologia - NEPP, da Faculdade Alves Faria, nos meses de agosto a novembro de 2015,

com um adolescente de quinze anos, estudante do Ensino Médio, trazido pela mãe para uma avaliação psicológica pelo fato de estar apresentando dificuldade de aprendizagem e comportamento agressivo. Os instrumentos utilizados foram entrevistas, observações e testes psicológicos, resultado de todo o processo verificou-^X que o adolescente apresentava dificuldades em ambientes novos, passando pela fase da [^] adolescência. Na realização da devolutiva, esperava-se que os pais, principalmente a mãe, não aceitassem o diagnóstico da avaliação por estar diferente do esperado por ela, pois acreditava que o filho tivesse problemas a ponto de estar adoecido e precisar de tratamento, sendo constatado o contrário. A reação dos pais foi de aceitação do diagnóstico e do adolescente de alívio por não estar com os problemas que a mãe supunha.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico; Pais; Adolescência.

INTRODUÇÃO

Segundo Cunha (2002), o psicodiagnóstico é utilizado para fazer avaliação do com limite de tempo, na qual se utilizam técnicas e testes psicológicos, podendo ser individual ou não, para que se possa entender o problema, avaliar e identificar os aspectos específicos para classificar e, se possível, prever o seu curso e comunicar o resultado para uma proposta de solução.

O presente trabalho tem como objetivo principal observar e compreender como se deu a reação dos pais do participante ao receber o diagnóstico final de sua queixa mencionada no início do tratamento. Tendo como objetivo secundário verificar a reação do participante ao receber o diagnóstico e o impacto que poderá causar no psicólogo diante das reações dos pais e do participante.

METODOLOGIA

Esse processo foi realizado no Núcleo de Estágio e Pesquisa em Psicologia - NEPP, da Faculdade Alves Faria, nos meses de agosto a novembro de 2015, com um adolescente de quinze anos, estudante do Ensino Médio, trazido pela mãe para uma avaliação psicológica pelo fato de estar apresentando dificuldade de aprendizagem e comportamento agressivo. Os instrumentos utilizados foram entrevistas, observações e testes psicológicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado de todo o processo, verificou-se que o adolescente apresentava *dificuldades* em ambientes novos, passando pela fase da adolescência. Na realização da devolutiva, esperava-se que os pais, principalmente a mãe, não aceitassem o diagnóstico da avaliação por estar diferente do esperado por ela, pois acreditava que o filho tivesse problemas a ponto de estar adoecido e precisar de tratamento, sendo constatado o contrário. A reação dos pais foi de aceitação do diagnóstico e do adolescente de alívio por não estar com os problemas que a mãe supunha

CONCLUSÕES

O que se pode perceber é que a reação dos pais do participante foi totalmente inesperada pela psicóloga.

AGRADECIMENTOS.

Agradeço à minha Orientadora Maria Aparecida Silva por ter me ajudado no meu objetivo de concluir o meu trabalho.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. (1981). *Adolescência Normal: Um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ALBORNOZ, A. C. G. (2016). Devolução das informações do psicodiagnóstico. Em Hutz, C. S., Bandeira, D. R., Trentini, C.M., Krug, J. S. & organizadores. *Psicodiagnóstico* (pp. 160-171). Porto Alegre: Editora Artmed.
- ARZENO, M. E. (1995). *Psicodiagnóstico Clínico: novas contribuições*. Porto Alegre: Editora Artmed.
- BUCK, J. N. (2009). *H-T-P: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho*. 2. ed. São Paulo: Vetor.
- CARRETONI FILHO, H. e Prebianchi, H. B. (2011). *Exame clínico psicológico: anamnese*. 3.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- CUNHA, J. A. (2000). *Psicodiagnóstico V*. 5.ed. Porto Alegre: Editora Artmed.
- LAZZARI, J. M. W. e Schmidt, E. B. (2008). Percepção dos pais em relação a mudanças após o processo psicodiagnóstico. *Avaliação psicológica*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, ago.
- OCAMPO, M. L. S. & Arzeno, M. E. G. (2009). Devolução de informação no processo psicodiagnóstico. Em Ocampo, M.L.S., Arzeno, M.E.G., Piccolo, E.G & colaboradores. *O processo de psicodiagnóstico e as técnicas projetivas*.

O FEMININO E O ENIGMA DE SER MULHER: UM ESTUDO DE CASO

Cleyre Messias Gontijo; Letícia Pacheco Gondim.

RESUMO

Freud começou sua clínica com as mulheres, que apresentavam sintomas que a medicina não conseguia curar. Essas, no contexto histórico, estavam sob dominação masculina e a histeria foi uma forma de manifestar esse cerceamento. Os estudos sobre esses sintomas deram origem à psicanálise. Mas o próprio Freud reconhece que o que se investigou sobre o feminino, a feminilidade e a mulher não foi suficiente diante da complexidade do assunto, permanecendo este como controverso. O presente trabalho pretende discutir sobre o que é uma mulher, visto que não é o oposto do masculino e nem um complemento.

Palavras-chave: Feminino; Psicanálise; Falo.

INTRODUÇÃO

Segundo Kehl (1998), ao pensarmos sobre o feminino, temos uma gama enorme de produção nos séculos XVIII e XIX sobre como deveriam ser as mulheres, quais as características deveriam ter, como o recato e a docilidade, restrições e atribuições. Essas mulheres precisariam ser educadas para cumprir seu destino para o qual foram naturalmente feitas. Elas deveriam ser esposas e mães, havia um lugar social pré-determinado. Conforme Foucault (1988), surgiram novas formas de subjetivação do x feminino, no que tange a sexualidade, que foi no sentido de patologizar e histericizar, a fim de corroborar com os ideais da sociedade burguesa.

Freud (1909/1910) foi estudar com Charcot em Paris, e, quando retorna, atua com Breuer como médico, e começa a lidar com histéricas e a Fazer descobertas que deram origem a Psicanálise.

Neri (2002) afirma que, com a chegada da modernidade, delineia-se um novo paradigma sob a figura do feminino-mulher que ganha destaque, já que a mulher sai da cena privada e torna-se objeto de interesse e estudos médicos. A psicanálise vai elevar o feminino, valorizando-o culturalmente e contrariando a medicina da época, Freud atua como positivador ativo do feminino.

O estudo se justifica por colaborar com os demais acerca do feminino com enfoque psicanalítico, visto que, o assunto do feminino é controverso, mesmo para Freud (1933[1932] 1996), deixando claro que era insuficiente o que havia sido sistematizado até aquele momento. Para Jimenez (2014), não há oposição de masculino e feminino sentido de que o feminino não é o oposto do masculino, de modo que não se pode se colocar em um lugar da bipartição sexual. Nem é possível que se reconheça em um desses lugares, se não está inscrita ela não existe. Existe uma dificuldade em definir o que é ser uma mulher.

O objetivo é investigar, por meio de um estudo de caso, como a feminilidade se organiza no sujeito, a partir da visão de que não é um complemento do masculino e nem o oposto dele. Verificar como essa perspectiva influí na forma como o sujeito se reconhece e se distingue dos demais.

METODOLOGIA

As participantes são mulheres atendidas na Clínica Escola das Faculdades Alfa. Usa-se um consultório com duas poltronas, uma pequena mesa redonda e um divã. O método constitui-se na “associação livre”. Os atendimentos foram feitos em 2016. O trabalho será construído a partir de estudo de caso clínico de caráter qualitativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretende-se verificar como o feminino se articula, discutir o que é ser mulher e como isso assegura a existência do sujeito

CONCLUSÃO

O trabalho ainda está em andamento, não sendo possível, ainda, obterem-se conclusões.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para que fosse possível o trabalho.

REFERÊNCIAS

- Jimenez, S. (2014) No cinema com Lacan: o que os filmes nos ensinam sobre os conceitos e a topologia lacaniana. Rio de Janeiro: Ponteio.
- Kehl, M. R. (1998) *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1933/1996) A feminilidade. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Freud, S. (1910 [1909]/1996) Cinco lições de Psicanálise. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Imago
- Foucault, M. (1988) *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Neri, R. (2002) O encontro entre a psicanálise e o feminino: singularidade/diferença em Birman, J. *Feminilidades (13-34)* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

A CRIANÇA ENLUTADA: UM ESTUDO DE CASO GESTÁLTICO

Ludimila Freitas de Sá; Ms. Mariana Costa Brasil Pimentel

RESUMO

O presente trabalho descreve as contribuições da clínica gestáltica, no que se refere ao ajustamento criativo, no processo de luto, por meio de um estudo de caso. É apresentado e discutido o ajustamento criativo de um menino de 11 anos de idade em processo de luto pela morte do pai. A escolha desse tema deu-se devido à importância de se elaborar o luto de uma forma saudável, tendo em vista que este, quando mal elaborado, pode gerar prejuízos para o sujeito enlutado, podendo retornar de forma patológica, impedindo que ele saia desse lugar de sofrimento.

Deste modo, o estudo, realizado por meio de um estudo de caso, pôde concluir a partir da discussão apresentada, que o ajustamento criativo foi um facilitador durante o processo de luto do cliente, auxiliando-o a ressignificar a perda e a elaborar o luto de uma forma saudável.

Palavras-chaves: ajustamento criativo; luto infantil; gestalt-terapia.

INTRODUÇÃO

O luto é caracterizado por um sentimento de intensa tristeza decorrente da perda de alguém ou por rompimentos, partidas e separações (Houaiss, 2012). Tavares (2001) ressalta que o luto é um conjunto de reações ante as perdas, configurando-se um processo e não um estado, em que o indivíduo revela os sentimentos mais particulares e profundos de sua existência. Neste trabalho, o luto é compreendido a partir da abordagem gestáltica.

Nesse entendimento, este homem está inserido em um campo, é um organismo no mundo, considerado pela gestalt-terapia, um ser relacional e nessa relação dele consigo, com o

outro e com o mundo se dá o ajustamento. O corpo-pessoa está constantemente se ajustando. O ajustamento criativo é um processo em que o corpo-pessoa, usando espontaneidade irrefletida, consegue encontrar no meio, em si ou até mesmo em ambos, soluções disponíveis para se autorregular. Assim, para que o processo de luto aconteça de forma saudável, é necessário que haja um espaço em que a pessoa se permita vivenciar a dor e a tristeza da perda, em que ela consiga ser capaz de se auto ajustar de forma criativa. (Fukumitsu, 2004; Cardella, 2014).

Com a discussão proposta nesse texto, objetiva-se apresentar as contribuições da clínica gestáltica, no que se refere ao ajustamento criativo, no processo de luto. Mais especificamente, pretende-se descrever, por meio de um estudo de caso, como se deu o ajustamento criativo do cliente, uma criança de 11 anos de idade, em processo de luto pela morte do pai.⁷ Acadêmica do 10º semestre do Curso de Psicologia da ALFA E-mail: ludimilafreitass@gmail.com

METODOLOGIA

Foi utilizado, ao longo do processo terapêutico, o livro - Quando alguém muito especial morre: as crianças podem aprender a lidar com a tristeza, da autora Heegaard (1998). Foram utilizados também gravador digital (todas as sessões foram gravadas e transcritas, respeitando o sigilo e confidencialidade do participante), papel, caneta, mesa, duas cadeiras, duas poltronas, almofadas, computador, *pen drive*, impressora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo realizado pôde, baseado na literatura apresentada, concluir que o ajustamento criativo foi um facilitador no processo de luto do cliente, auxiliando-o na elaboração da perda de forma saudável, sendo capaz de apropriar-se de suas experiências com espontaneidade e criar de forma criativa, estratégias para lidar com o novo que se apresentava.

REFERÊNCIAS

- CARDELLA, B. H. P. Ajustamento criativo e hierarquia de valores ou necessidades. Em Frazão, L. M. & Fukumitsu, K. O. (orgs.). Gestalt-terapia: conceitos fundamentais. São Paulo: Summus, 2014.
- FUKUMITSU, K. O. Uma visão fenomenológica do luto: um estudo sobre as perdas no desenvolvimento humano. Campinas (SP): Livro Pleno, 2004.
- HEEGAARD, M. E. trad. VERONESE, M. A. V. Quando alguém muito especial morre: as crianças podem aprender a lidar com a tristeza. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetivo, 2012.
- TAVARES, G. Do luto à luta. Minas Gerais: Casa de Minas, 2001.

ATUAÇÃO DO PSICOLÓGO ANTE AS DEMANDAS DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA E DO LUTO

Cleany Valadares Silva Barbosal: Tavs Santiago Barbosa: Janete Capei Hernandes

RESUMO

Esta pesquisa mostra aspectos em relação à atuação do Psicólogo ante as demandas da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e diante do luto na área de Psicologia Hospitalar, e esclarece este conceito bem como o de Psicologia da Saúde. Esclarece o trabalho desse profissional no ambiente de UTI, sua atuação em relação ao paciente, à família e à Equipe Médica e, por fim, busca verificar se a prática é condizente com a teoria proposta por estudiosos da área. Sendo assim, foi revisada a literatura sobre o assunto, e realizadas entrevistas com profissionais da área. Fez-se uma análise das respostas obtidas nas entrevistas em relação a que fora previamente revisada. A partir disso, conclui-se que, na atuação, predominam cuidados clínicos com atenção integral à saúde e o modelo multidisciplinar que são as técnicas utilizadas perante o luto vivenciado pelo pacientes e seus familiares e em relação a toda dinâmica da UTI. Conclui-se, também, que a prática profissional é condizente com a teoria proposta a respeito desse tema.

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar. UTI. Luto

INTRODUÇÃO

Este trabalho abordará a área da Psicologia da Saúde, que foi incluída nos hospitais brasileiros entre os anos de 1954 e 1957, devido à implantação do Serviço de Psicologia no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo (MARCON, LUNA E LISBÔA, 2004).

A atuação do Psicólogo Hospitalar porém oficialmente regulamentada no ano de 2001 pela resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 02/01) que institui o Psicólogo especialista na área Hospitalar e regulamenta que este profissional atua em instituições de saúde prestando serviços em nível secundário e terciário de atenção à saúde e deve atender a familiares, paciente e/ou responsáveis por este; membros da comunidade dentro da sua área de atuação; profissionais da equipe multidisciplinar e, eventualmente, administrativa, visando ao bem-estar físico e emocional do paciente.

No Brasil, a UTI surgiu na década de 1970 e tem como objetivo o atendimento de pacientes em estado crítico, pós-cirúrgico e em estado grave com possibilidade de recuperação. Esse tipo de Unidade faz uso de recursos humanos e equipamentos específicos e essenciais para um atendimento adequado a esses pacientes dos quais o estado clínico cobra dedicação médica, de enfermagem e psicológica, especializada e contínua. É nesse tipo de Unidade que esse trabalho analisará aspectos da intervenção do Psicólogo, especialmente em situações de luto.

Levando em consideração o contexto apresentado da Psicologia Hospitalar, essa pesquisa tem como objetivo geral esclarecer qual é o papel do psicólogo em UTI, localizada na cidade de Goiânia - GO.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na pesquisa foi a revisão da literatura a respeito do tema, entrevista semiestruturada elaborada pelas pesquisadoras com profissionais na área de

atuação pesquisada e observação no ambiente de trabalho desses profissionais. Os dados obtidos na entrevista foram analisados e confrontados com a literatura existente e, a partir da análise e confronto, pôde-se chegar às considerações finais a respeito do tema em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa demonstrou que o papel do Psicólogo no hospital acontece com o mesmo objetivo proposto pela regulamentação e os profissionais se empenham em alcançá-lo e ainda desenvolve atividades em diferentes níveis de tratamento, a fim de avaliar e acompanhar intercorrências psíquicas dos pacientes que estão ou serão submetidos a procedimentos médicos, visando à promoção e/ou a recuperação da sua saúde física e mental, assim como propõe a teoria em relação ao tema.

Também foi possível identificar que as dificuldades encontradas no trabalho do psicólogo são em relação ao trabalho multidisciplinar, pois pode haver profissionais que não estão dispostos a trocar informações e outras dificuldades podem surgir também, mas se ela é vista ou não como dificuldade depende da forma como cada psicólogo desempenha o seu trabalho e as demandas psíquicas do próprio profissional.

CONCLUSÕES

O objetivo principal de esclarecer como é, de fato, a atuação do Psicólogo Hospitalar na UTI e diante do luto, foi alcançado, apesar da dificuldade de observar diretamente dentro das UTI's pelo fato de ser um ambiente muito restrito, As entrevistas e observações realizadas puderam respaldar a pesquisa, e o modo como deve ser atuação do profissional dentro da UTI pode ser bem esclarecido.

A partir do contraste das respostas obtidas nas entrevistas com a teoria revisada, observou-se que a prática é condizente com a explanação dos autores a respeito do assunto. O objetivo de se verificar se ambas eram condizentes também foi alcançado.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as profissionais entrevistadas, também à nossa Orientadora e a professora Ms. Edna por contribuir com a correção do artigo científico deste resumo.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 02/01, de 2001. Altera e regulamenta a Resolução CFP no 014/00. Brasília, 2001.

MARCON, C.; LUNA, I.; LISBOA, M. O psicólogo nas instituições hospitalares: características e desafios. **Psicologia: Ciência & Profissão**, Brasília, v. 24, n. 1, p.28 35, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n1/v24n1a04.pdf> Acesso em: 20 de março de 2016.

AUTOCONHECIMENTO E AUTOGERENCIAMENTO EMPREENDEDOR PARA O PSICÓLOGO

Psicóloga pela UFG, Psicodramatista pela ABPS (SP), cursando MBA em Inteligência Competitiva e Inovação em Marketing pela Estácio;
patriciagrillipsicologia88@gmail.com

RESUMO

Percebeu-se que houve uma forte queda na busca por “psicologia”, “psicoterapia”, “psicólogo” e “serviços de psicologia”, de janeiro de 2004 até julho de 2015, na busca realizada no site Google Trends. De 100 pontos em média no Google, baixou para 18. Isso mostra que o psicólogo e os serviços de psicologia estão desinteressantes ao público, ocasionando a queda da renda média dos psicólogos. Iniciou-se, em março de 2015, um projeto de Educação Empreendedora para psicólogos, na tentativa de suprir essa demanda. A hipótese inicial foi que a falta de conhecimento de mercado deixou o psicólogo ser “esquecido” pelo seu público e ser trocado pelo serviço de um Coach, ou por outros comportamentos, como, fazer compras e relaxar. Diante dessa conjuntura, foi desenvolvido um curso online para psicólogos, chamado de Autoconhecimento e Autogerenciamento para o Psicólogo Empreendedor (AAPE). Foi apresentado um estudo de caso da primeira turma desse curso, que aconteceu de Maio de 2016 a Setembro de 2016, com 11 alunas. Vamos descrever e analisar objetivos, método, conteúdo, resultados obtidos e depoimentos das alunas.

Palavras-chave: Psicologia; autoconhecimento e empreendedorismo; educação empreendedora; negócios para psicólogos.

INTRODUÇÃO

Desde 2014, a psicologia no Brasil vive um novo momento. Agora as redes sociais estão cheias de conteúdo a respeito de empreendedorismo, marketing e gestão para psicólogos. Alguns princípios, de administração e comunicação institucional não foram levados *K* em consideração pelos criadores desses conteúdos, ocasionando dúvidas para os profissionais da psicologia. Percebeu-se um crescimento desordenado da divulgação do trabalho dos psicólogos, em redes sociais, porém sem nenhuma, ou pouca, identidade entre o criador e a criatura. Ou seja, projetos vendidos sem que houvesse uma conexão, entre o propósito do trabalho e o propósito pessoal do profissional.

Estudos atuais de *branding* pessoal (BENDER,2009) nos mostram a urgência, para qualquer profissional, de se conhecer/e de criar um trabalho com propósito e identidade, pois isso cria marcas fortes, reconhecidas e relevantes.

O Curso AAPE foi criado com o intuito de fornecer um estudo da perspectiva interna do psicólogo, para o levantamento e ruptura de crenças disfuncionais quanto à própria atuação, e, assim, possível descoberta desse propósito pessoal e profissional.

METODOLOGIA

Levantamento bibliográfico e análise qualitativa do desempenho das alunas do curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tivemos 11 alunas participantes dessa primeira turma, uma média de participação nas aulas ao vivo online de 4 alunas, mensalmente. Observou-se, no decorrer do curso, que as alunas se apropriavam de suas identidades pessoais e profissionais e conseguiam definir os seus pontos fortes e a desenvolver, para conseguirem realmente atuar no mundo dos negócios enquanto psicólogas com um propósito delineado. Além de descobrirem a importância essencial de aprenderem novas competências e se livrarem de antigas crenças disfuncionais nesse processo de aprendizagem da atitude empreendedora. Viram como é essencial a descoberta de sua identidade, para a construção de uma comunicação coerente para com o que elas e propõem a fazer, e que atenda às necessidades de seu público, podendo assim, melhorar seus resultados profissionais e financeiros.

CONCLUSÕES

As Faculdades de Psicologia ensinam as competências técnicas e teóricas para a formação do profissional da psicologia, o CFP e os CRPs são responsáveis pela fiscalização do fazer do psicólogo a partir do código de ética e demais legislações, o Simpsi se presta a lutar para melhorias para os funcionários da psicologia e as especializações se prestam a aprofundar as habilidades do profissional. Hoje em dia, porém nenhuma organização se presta a ensinar e treinar o psicólogo, enquanto profissional liberal, ou dono de empresas, para conhecer suas próprias habilidades pessoais, história de vida e forças estratégicas e desenvolver uma marca profissional forte, que garanta o seu sucesso profissional e também a melhora da percepção do grande público, a respeito da psicologia como um todo.

REFERÊNCIAS

- ACHCAR,R. **Psicólogo Brasileiro:** práticas emergentes e desafios para a formação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- BEDENDO, M. Branding para empreendedores. São Paulo: M.Books do Brasil
- BENDER, A. Paixão e Significado da Marca. São Paulo: Integrare Editora, 2012.
- BENDER, A. Personal Branding: construindo sua marca pessoal. São Paulo: Integrare Editora, 2009.
- CLARK, T. **Bussiness model you:** o modelo de negócios pessoal. Rio de Janeiro: Alta Books,2013.
- OSTENWALDER, A.et al. **Value proposition design.** São Paulo: HSM do Brasil,2014.

DIGNÓSTICO PROCESSUAL EM GESTALT-TERAPIA - MESA REDONDA

Evelyn Karoline Arantes; Iraci Bispo Luz; Laís Gonçalves Faria; Lara Oliveira Salgado; Lannav da Silva Ferreira; Ludimila Freitas de Sá; Mariana Costa Brasil Pimentel

RESUMO

A questão diagnóstica sempre levantou discussões entre gestalt-terapeutas. Sabe-se que as classificações permitem verificar o que se tem em comum entre os homens, a questão é não se limitar a isso, pois faltam aos critérios diagnósticos a descrição e compreensão mais cuidadosa do funcionamento psíquico da singularidade existencial de cada cliente.

Como orientador da compreensão diagnóstica, o ciclo do contato traz a ideia do espaço vital sendo trabalhado no processo de ajustamento do sujeito. O objetivo desta mesa redonda é trazer uma discussão sobre como se dá o diagnóstico processual na abordagem gestáltica.

Palavras-chave: Gestalt-terapia, diagnóstico, contato.

INTRODUÇÃO

A questão diagnóstica sempre levantou discussões entre gestalt-terapeutas. Na década de 1960, influenciados pelo movimento humanista, a Gestalt-terapia tinha como premissa a negação de um diagnóstico clássico/pois acreditava-se que ele traria uma despersonalização e rotularia o cliente. Entretanto, é importante haver um diagnóstico para orientar o trabalho terapêutico, sobretudo, buscando uma linguagem comum entre os demais profissionais da saúde mental. As classificações permitem verificar o que se tem em comum entre os homens, a questão é não se limitar a isso, pois faltados critérios diagnósticos a descrição e compreensão mais cuidadosa do funcionamento psíquico da singularidade existencial de cada cliente. Assim, diagnóstico é o processo respeitoso de se atentar a quem o cliente é como único, mas também em relação ao que ele tem em comum com outros indivíduos. O diagnóstico deve ocorrer ao longo de toda a psicoterapia, isto é, deve haver um pensamento diagnóstico processual (FRAZÃO, 2015). Para se pensar o diagnóstico do cliente, é imprescindível pensar em contato e fronteira de contato, sendo esta permeável e preenchida pelas experiências do indivíduo e por sua capacidade interna de assimilar a experiência nova e intensificada (PERLS; HEFFERLIN; GOODMAN, 1997). A fronteira é o lugar do contato e o órgão de trocas no campo organismo-ambiente que se dá por meio das funções de contato (AGUIAR; 2005; D'ACRI, G.; 2014).

Como ferramenta da compreensão diagnóstica, o ciclo do contato traz a ideia do espaço vital sendo trabalhado no processo de ajustamento do sujeito. “A psicoterapia não tem necessariamente a ver com a cura, mas, sim/com a mudança, a qual pode levar à cura” (RIBEIRO, 2007, p. 35).

O objetivo desta mesa redonda é trazer uma discussão sobre como se dá o diagnóstico processual na abordagem gestáltica. Além disso, buscar-se-á apresentar: a) os conceitos teóricos do pensamento diagnóstico processual; b) a principal ferramenta utilizada - o ciclo do contato; e c) um caso clínico para exemplificar o que será apresentado teoricamente.

Acredita-se na importância deste trabalho por possibilitar um espaço para o diálogo acerca de como é visto e como se dá o processo de diagnóstico em um processo terapêutico em Gestalt- terapia.

METODOLOGIA

Os subtemas da mesa redonda serão: a) embasamento teórico do pensamento diagnóstico processual em Gestalt-terapia; b) funções e fronteiras de contato; c) ciclo do contato como ferramenta do diagnóstico processual; e d) explanação de um caso clínico correlacionando à teoria supracitada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir desta mesa redonda, espera-se ampliar o conhecimento acerca da prática clínica gestáltica.

CONCLUSÕES

Diante do que foi exposto, reforça-se a importância desta discussão teórica visando ao esclarecimento de como se dá o processo diagnóstico em Gestalt-terapia.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. Gestalt-terapia com crianças teoria e prática. 2^a Ed. São Paulo: Livro Pleno, 2007.
- D'ACRI, G. C. M. R. M.; Contato: funções, fases e ciclo de contato. In: FRAZÃO, L. & FUKUMITSU, K. (Orgs.). *Gestalt-terapia conceitos fundamentais*. São Paulo: Summus, 2014. P. 31-46.
- FRAZÃO, L. Compreensão clínica em Gestalt-terapia: pensamento diagnóstico processual e ajustamentos criativos funcionais e disfuncionais. In: FRAZÃO, L. & FUKUMITSU, K. (Orgs.). *A clínica, a relação psicoterapêutico e o manejo em Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 2015. p. 83-102.
- PERLS, F. S.; HEFFERLIN, R.; GOODMAN, P. Gestalt-terapia. 2^a Ed. São Paulo: Summus, 1997.
- RIBEIRO, J. P. O ciclo do contato: temas básicos na abordagem gestáltica. 6^a Ed. São Paulo: Summus, 2007.

(IM) POSSIBILIDADES DE CONTATO ANTE A DEFLEXÃO: UM ESTUDO DE CASO

Laís Gonçalves Faria; Mariana Costa Brasil Pimentel

RESUMO

Utilizando-se de uma visão diagnóstica que parte do ciclo do contato e fatores de cura, a psicoterapia gestáltica localiza o sujeito em relação a seus conflitos nesta relação com o mundo e busca neste mesmo aporte a base para promover a saúde do sujeito, ou contato saudável e satisfatório. A partir de um estudo de caso de atendimento na clínica-escola das Faculdades Alfa, busca-se descrever, como a deflexão, como modo de ser-no-mundo, influí na tomada de consciência, como se manifesta na vivência e relatos da paciente e qual sua relação com os demais bloqueios e com o sofrimento apresentados. Visa contribuir para o conhecimento sobre o *trabalho* ante a deflexão em Gestalt-terapia e as possibilidades e impedimentos a isso relacionados. Como projeto de conclusão de curso em andamento, os resultados encontram-se em construção a partir da análise das transcrições das sessões de atendimento sob a ótica da referida abordagem.

Palavras-chave: Gestalt-terapia; deflexão; contato.

INTRODUÇÃO

A Gestalt-terapia tem no contato um de seus conceitos fundamentais, contato esse que se refere à percepção de si, do outro e do meio no qual o sujeito se insere. É objetivo X da psicoterapia gestáltica o desenvolvimento desse contato autêntico; é portanto, objetivo do terapeuta auxiliar o cliente na tomada de consciência sobre suas formas de fazer contato e suas possibilidades (GINGER & GINGER, 1995).

Devido à natureza relacional da visão de homem em Gestalt-terapia, contato traduz a experiência da relação: ser e mundo, ser consigo mesmo, ser e alteridade, Estando toda ela localizada na fronteira de contato (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997).

Como parâmetro diagnóstico e orientador do trabalho psicoterapêutico, tal abordagem fundamenta-se no ciclo dos bloqueios de contato e fatores de cura. Neste, insere-se a deflexão como bloqueio explicitado na evitação do contato com os diferentes níveis de relação (RIBEIRO, 2007). Tal estudo objetiva descrever como a deflexão, enquanto modo de ser-no-mundo, dificulta a tomada de consciência.

METODOLOGIA

A participante foi Lúcia (nome fictício), 29 anos, casada, do lar.

Foi realizado um estudo de caso a partir de 13 atendimentos com duração de 50 minutos cada, sendo as sessões gravadas em gravador digital e transcritas em computador para posterior análise.

O consultório utilizado para os atendimentos consistia em duas poltronas, uma mesa de canto, um relógio analógico e caixa de lenços descartáveis. Foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assegurar o sigilo de informações que viessem a

identificar a participante, bem como a possibilidade de gravação das sessões e posterior estudo para produção do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se elucidar o objetivo com o caso em análise, partindo da construção de uma visão diagnóstica que denota a deflexão como principal bloqueio de contato da paciente. Conforme afirma Ribeiro (2007), psicoterapia se constrói na consciência de X como o sujeito se movimenta a partir de seus pontos de fixação, no seu próprio tempo e ritmo, em direção a um novo processo, com novas possibilidades.

Com este estudo, fica evidente, até o presente momento de sua construção, que a psicoterapia permite a manifestação da singularidade do cliente (PINTO, 2015), seja no seu ser saudável ou adoecido ou no diálogo entre ambos.

CONCLUSÕES

Foi possível a elucidação teórica do que seja deflexão, como se dá e como se insere no ciclo do contato e qual a relevância de sua compreensão bem como de todo o ciclo para a práxis clínica.

REFERÊNCIAS

- GINGER, S.; GINGER, A. *Gestalt: uma teoria do contato*. São Paulo: Summus, 1995.
 PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. *Gestalt-terapia*. 3^a edição. São Paulo: Summus, 1997.
 RIREIRO, J. P. *O tido tio contato:|vm& básicos na abordagem gestáltica*. 4^a edição. São Paulo: Summus, 2007.

A EQUIPE DE SAÚDE NO CONTEXTO HOSPITALAR

Aldailles Rossana Almeida; Luana Santana Teles; Marcella Nunes de Almeida; Thalita Soares Agati

RESUMO

O presente trabalho trata da atuação da equipe de saúde em instituições hospitalares com o intuito de abordar a importância e as intervenções de uma equipe humanizada. Este trabalho é uma revisão bibliográfica com junção da vivências das autoras. Foi possível observar que a equipe de saúde deve ter postura profissional delineada pela disposição de compartilhar os diversos saberes, ter flexibilidade, vontade de aprender e disposição para decisões conjuntas. O respeito e a confiança também são essenciais, assim como os atributos pessoais de cada membro da equipe (autoconfiança, boa capacidade de comunicação, e profissionalismo). Conclui-se que o psicólogo hospitalar é figurada mediadora e facilitadora para a formação e o desenvolvimento de uma equipe de saúde em ambiente hospitalar.

Palavras-chave: Equipe; Saúde; Humanização.

INTRODUÇÃO

As intervenções grupais, de acordo com Carvalho (2004), no âmbito hospitalar, surgem como técnicas de atendimento, por excelência, que enfatizam a pessoa do doente, a atuação conjunta dos membros da equipe, gerando uma assistência mais próxima de uma prática que busca uma abordagem mais global do paciente e, consequentemente mais humanizadora.

Chiatrone (1996) diz que a equipe de saúde humanizada no contexto hospitalar atua para a melhor integração, e compreensão das diferentes práticas teóricas, minimiza os espaços entre as diversidades dos saberes, e lapida o cuidado à saúde e à prevenção de doenças. Assim, é possível estabelecer as condições adequadas de atendimento aos pacientes, familiares e melhor desempenho das equipes de saúde no hospital.

Os psicólogos hospitalares, segundo Romano (1999) atuam como intérpretes das demandas do paciente, da família e da equipe profissional E como facilitador do diálogo entre essa tríade. Além disso, promove a psico-educação para o manejo da humanização dentro da equipe de saúde.

Este trabalho faz-se necessário para uma maior compreensão sobre as equipes de saúde em contexto hospitalar, o qual respalda as formações acadêmicas e práticas assistenciais, que tanto refletem, no dia a dia, com o paciente internado, a visão dicotômica da doença, valorizando seus aspectos orgânicos em detrimento dos demais.

O objetivo deste trabalho é descrever a literatura sobre equipe de saúde, bem como apresentar a vivência de estágio das autoras.

METODOLOGIA

Foram utilizados artigos de diversas bases de busca e livros para a confecção deste trabalho. Além disso, descreve a vivência das autoras em hospitais gerais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É demonstrada a crescente busca pela qualidade de vida da pessoa hospitalizada, segundo Carvalho (2004), na qual estudiosos, profissionais da saúde e representantes de organismos sociais vêm procurando práticas e soluções no ambiente hospitalar que permitam o bem-estar social, melhoria na forma de atendimento hospitalar e na formação de profissionais capazes de introspectar a cultura da humanização.

Humanizar o ambiente hospitalar, de acordo com Chiatrone (1996), é resgatar e fortalecer o comportamento ético, articular o cuidado técnico-científico, com o cuidado que incorpora a necessidade de acolher o imprevisível, o incontrolável, o diferente e singular.

Mais do que isso, humanizar é adotar uma prática em que profissionais e usuários considerem o conjunto dos aspectos físicos, subjetivos e sociais, assumindo postura ética de respeito ao outro, de acolhimento do desconhecido e de reconhecimento de limites. .

Romano (2009) ressalta que o psicólogo, ao atuar num ambiente onde haja um trabalho de humanização no atendimento hospitalar, preocupa-se com a saúde física e mental dos pacientes e dos agentes da saúde, sendo que sua interferência também busca o resgate da

dignidade e do respeito ao paciente bem como um ambiente de trabalho saudável. Nesse sentido, além do fator humano imprescindível, a atuação do psicólogo permite resultados organizacionais, entre eles, melhoria na realização dos trabalhos, comprometimento dos trabalhadores e diminuição no tempo de internação dos pacientes.

CONCLUSÕES

Quando falamos de humanização da assistência hospitalar, estamos falando da possibilidade de um olhar diferenciado, singular. É um olhar para a pessoa do paciente e não apenas para um órgão doente. É a possibilidade de uma visão global do processo de adoecer, procurando ressaltar todos os fatores que estão envolvidos no adoecer.

Todos os profissionais da saúde devem contribuir e modificar a assistência hospitalar, através do aprofundamento dessas questões e de outras sobre a humanização dentro da equipe de saúde.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Flávia G. R; CARVALHO, Antonio R de S. A importância da humanização no atendimento hospitalar. In: Encontro de iniciação científica, 9. Mostra de pós-graduação/UNITAU, 5: programa e resumos, Taubaté, 18-21 de outubro de 2004. Taubaté: Universidade de Taubaté/PRPPG, 2004, p. 110.

CHIATTONE, Heloísa B. C. Atuação do psicólogo hospitalar. In: ANGERAMICAMON, Valdemar Augusto. E a psicologia entrou no hospital. São Paulo: Pioneira, 1996, cap. 2.

ROMANO, B. W. Princípios para a prática da psicologia clínica em hospitais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

ATUAÇÃO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA JURÍDICA NA DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - DPCA - GOIÂNIA

Elaine Aparecida de Almeida; Eliane de Oliveira Marra, Klebio dos Reis Silva; Handersenn Shouzo Abe

RESUMO

A psicologia jurídica no Brasil teve seu início por volta dos anos de 1960, iniciando seus trabalhos na área criminal voltados infratores com idade inferior aos 18 anos. Desde essa época, houve vários avanços na área e a expansão das ações no que se refere ao mundo jurídico e a participação da psicologia nessa esfera. Uma das áreas que mais têm sido aclamadas pela justiça para que se tenha uma opinião técnica é na vara de Família e da Criança e Adolescente (Rovisnk 2009), uma vez que esse âmbito está permeado de cuidados, de proteção ainda mais por se tratar, em parte, de pessoas, que por força de lei, ainda são consideradas inimputáveis, conforme a Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 garante. Esse trabalho objetiva mostrar a atuação do estagiário de psicologia Jurídica na Delegacia de Proteção a Crianças e Adolescentes (DPCA), e como se Desenvolvem os

processos nessas áreas. Como metodologia deste, usa-se o estudo teórico, postura direcionada pelo Código de Ética (2005) ministrado pelo orientador, na própria (DPCA)-através da profissional responsável pelo grupo, usando-se a técnica de observação. Na prática, tem-se o uso dos instrumentos técnicos conforme orientado pela Resolução CFP 07/2003, como observação, entrevistas, aplicação de testes, intervenção verbal entre outras. Os resultados são obtidos pela avaliação psicológica; análise técnica; correção dos Testes; e elaboração do laudo/relatório psicológico realizada geralmente com a criança envolvida, familiares e terceiros, quando possível. Tal material/perícia produzido é enviado para o juiz, que o usará no processo aberto em relação à situação de abuso, ou possível abuso, e, assim, será concluído.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica; Crime; Criança e Adolescente; Avaliação Psicológica; Perícia.

Referência Bibliográfica:

BRASIL Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
 CONSELHO FEREDERAL DE PSICOLOGIA - Resolução 07/2003: Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo. (Periódico on line retirado em 02.10.16): http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf
 LAGO, Vivian de Medeiros, Amato, Paloma, Teixeira, Patrícia Alves, Rovinski, Sonia Liane Reichert, & Bandeira, Denise Ruschel. (2009). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. Estudos de Psicologia (Campinas) - PSICÓLOGO, Código de Ética Profissional do, -publ. XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 2005.

DIFÍCULDADES DE IDENTIFICAR A REAL DEMANDA DE UM CLIENTE NA PSICOTERAPIA

Jessica Rezende Santos; Maíra Ribeiro Magri

RESUMO

O intuito deste trabalho será relatar sobre a dificuldade de identificar a demanda de uma cliente de 55 anos, que chegou à clínica com a queixa de falta de vontade de viver, porém na primeira sessão foi percebido que essa não era a real demanda. Ela apresentava alguns déficits em habilidades sociais, então, tinha dificuldades em se expressar de forma adequada, o que dificultou mais o entendimento da principal demanda da cliente. Com isso, a estagiária utilizou a investigação como estratégia para tentar identificar tal demanda, investigando sobre sua história de vida. Porém, abandonando o processo terapêutico o que fez com que a estagiária não tivesse a oportunidade de identificar sua demanda e ajuda-la de forma efetiva.

Palavras-chave: psicoterapia; demanda do cliente; avaliação clínica.

INTRODUÇÃO

Na clínica analítico-comportamental, é utilizada a avaliação funcional como uma ferramenta que ajuda o terapeuta a identificar o comportamento-alvo, para escolher a melhor intervenção e monitorar a melhora do cliente até que ele esteja eficiente em seu novo repertório (LEONARDI, BORGES; CASSAS, 2012). Essa avaliação pode ser feita por meio de observações, entrevistas, autorretrato dentre outras (VASCONCELOS; GIMENES apud GRESHAM; LAMBROS, 1998). A avaliação é importante para que o terapeuta obtenha dados para orientar os objetivos e procedimentos da intervenção.

METODOLOGIA

Este trabalho *se* trata de relato de experiência de um atendimento psicológico realizado em uma clínica-escola. Foram realizadas 5 sessões de 50 minutos cada. Todas as sessões foram realizadas em um dos consultórios da clínica-escola que contava com duas poltronas, uma mesa, um divã e um conjunto de mesa e cadeiras infantil. O material utilizado foi um gravador para gravar as sessões, um bloco de papel e uma caneta de tinta azul.

Na primeira sessão, foi feita uma entrevista para um melhor entendimento da queixa da cliente, já que, na ficha de triagem, constava uma descrição resumida. Foi explicado, também, o funcionamento do processo terapêutico.

Nas outras 4 sessões, começou-se a investigar sobre a demanda da cliente, pois foi identificado, na fala da cliente, que a descrição da ficha de triagem não era a real demanda. Então, foi necessário perguntar mais sobre a sua vida, sua rotina familiar e sobre seu passado. Na quinta sessão, foi passada uma tarefa para que ela começasse a se relacionar mais com outras pessoas que não somente a família.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na ficha de triagem, a queixa era de descontentamento com a vida, o que caracterizaria sintomas depressivos, porém, o que foi percebido foi um déficit em habilidades sociais, o que pode ter influenciado nesse descontentamento, mas foi levantada a hipótese de que haveria outra demanda. Seus relatos eram confusos e contraditórios, o que dificultou perceber qual seria a principal demanda. Por não conseguir identificar a real demanda da cliente, iniciou-se um trabalho quanto a seu déficit em habilidades sociais: foi lhe passada uma tarefa de casa que tentasse aproximar de pessoas que não fossem de sua família para melhorar seu relacionamento interpessoal, que era bem limitado. Contudo ela abandonou o processo terapêutico e não houve oportunidade para trabalhar o que tinha sido identificado como uma demanda secundária.

CONCLUSÕES

Como a cliente acabou desistindo do processo terapêutico, a terapia não alcançou seus objetivos. Ao analisar, pôde-se identificar que a fala confusa da cliente e a dificuldade da estagiária em entender a demanda são fatores que podem ter influenciado a desistir. Por isso, é importante ser feita uma boa avaliação funcional na clínica, para que o terapeuta tenha dados nos quais baseará suas intervenções.

REFERÊNCIAS

- LEONARDI, Jan Luiz; BORGES, Nicodemos B.; CASSAS, Fernando A. Avaliação funcional como ferramenta norteadora da prática clínica. IN: BORGES, Nicodemos B.; CASSAS, Fernando A. **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos.** Porto Alegre: Artmed, 2012.
- VASCONCELOS, Laércia A.; GIMENES, Lincoln S. Princípios de Premack. IN: ABREU, Cristiano N.; GUILHARDI, Hélio J. **Terapia Comportamental e Cognitivo-Comportamental: Práticas Clínicas.** São Paulo: Roca, 2004.

INFLUÊNCIA DO RECIPIENTE PERSONALIZADO SOBRE O COMPORTAMENTO DE ESCOLHA POR ALIMENTOS SAUDÁVEIS EM CRIANÇAS

Lourena Helouise Ramos de Sousa; Nicolau Chaud Castro de Quinta

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo avaliar se recipientes personalizados influenciam o comportamento de escolha por alimentos saudáveis em crianças, tendo em vista o grande aumento do número de crianças com obesidade notável no mundo. A pesquisa foi realizada com 10 crianças de 3 a 5 anos de idade, com privação de alimento por 3 horas antes do experimento, em suas residências, em duas etapas realizadas mesmo ambiente da casa. No primeiro dia, foram oferecidos à criança 5 preposições de alimentos saudáveis e não saudáveis, em bandejas separadas e com os alimentos expostos em utensílios descartáveis comuns. No segundo dia, foram oferecidos os mesmos alimentos do dia anterior, porém, os saudáveis expostos em utensílios descartáveis personalizados com o personagem preferido da criança, dado este que obtivemos da mãe.

Ao fim de experimento, foram contabilizadas quantidade de alimentos escolhidos, no primeiro dia e no segundo dia, e foi possível observar que na segunda etapa, quando os alimentos saudáveis foram oferecidos em recipientes personalizados, não houve uma escolha maior por alimentos saudáveis em detrimento de não saudáveis, mas houve uma maior escolha por alimentos saudáveis em comparação com a primeira etapa. Conclui-se então, que existe uma influência do recipiente personalizado, na escolha por alimentos saudáveis, podendo ser esta uma maneira de intervenção para influenciar as crianças a optarem por alimentos saudáveis, nesta faixa etária, recomeçam a ser influenciadas não apenas pelos familiares, mas por influências psicossociais, inclusive pela mídia, que normalmente, usa destes artefatos para induzir a escolha das crianças por certos produtos.

Palavras-chave: Escolha; Autocontrole; Obesidade Infantil.

PRECARIZAÇÃO E INVISIBILIDADE SOCIAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

Lourena Helouise Ramos de Sousa; Adriana Pinho Vieira

RESUMO

A presente pesquisa, visou verificar a relação entre prazer e sofrimento no ambiente de trabalho, utilizando a técnica da “Psicodinâmica do Trabalho”. O objetivo principal desta pesquisa foi identificar fontes de sofrimento no ambiente de trabalho, através da avaliação da convivência entre pares, chefia e clientes, execução do trabalho e os sentimentos dos trabalhadores com relação ao trabalho, cargo e existência ou não do reconhecimento. Essa pesquisa utilizou a abordagem qualitativa para coleta e análise de dados e é do tipo exploratória. A técnica da entrevista foi a psicodinâmica que coleta dados priorizando a escuta dos conteúdos manifestos e latentes e a fala do entrevistado. A entrevista foi feita através de um roteiro de perguntas semiestruturado, possibilitando a interpretação final. Foi feita a entrevista com cinco funcionários de uma empresa de terceirização de serviços de limpeza, em Goiânia-GO, em um mesmo momento. Os participantes foram escolhidos de maneira aleatória e a participação foi voluntária. A entrevista ocorreu no ambiente de trabalho, em sala climatizada e foi gravada para análise posterior.

Após o término, os dados foram transcritos em íntegra e, assim, feita a análise, seguindo a teoria da Psicodinâmica. Os resultados obtidos pelas falas dos participantes, mostra a precariedade em que funcionários terceirizados trabalham e também o sentimento de desprezo, humilhação e inferioridade que a invisibilidade social traz aos trabalhadores da classe entrevistada, sendo este um fator muito mencionado por eles durante a entrevista. Foi possível¹ assim, identificar as verdadeiras fontes para o maior sofrimento dos funcionários entrevistados. Todos os dados colhidos foram devidamente relacionados com teorias de alguns autores que abordam os temas.

Palavras-chave: Precarização; Psicodinâmica; Invisibilidade Social.

“O LUGAR DO TRABALHO NA ESTRUTURAÇÃO DO PRAZER SOFRIMENTO E ADOECIMENTO: UMA ANÁLISE DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO”

Daiane Ferreira da Silva; Larissa Dannielly Lopes Fernandes; Adriana Vieira Pinho

RESUMO

O objetivo deste estudo classificado como exploratório relatar a importância que o trabalho pode desempenhar na vida dos trabalhadores, podendo estar muitas vezes ser um poderoso operador da construção e estabilização da identidade e da saúde mental, gerando o melhor e permitindo a muitos aplicar com eficácia as falhas no terreno psicológico. Por outro lado, algumas formas de organização do trabalho têm a capacidade de fragilizar a maioria dos indivíduos, favorecendo o¹ sofrimento e adoecimento. Foram realizados atendimentos com uma pessoa do sexo feminino e do sexo masculino, com idades entre 40 e 55 anos. Os atendimentos são realizados através de uma escuta flutuante e, término dos atendimentos realizadas as transcrições dos relatos. A presente análise em Psicodinâmica do Trabalho busca identificar a visão e as representações construídas por trabalhadores de uma empresa atacadista e de um CAPS (voltado para o atendimento na área de Álcool e Drogas), ambas situadas na cidade de Aparecida de Goiânia objetivando-se também constatar as vivências que sustentam o prazer-sofrimento e as que favorecem

o adoecimento no trabalho. Hipotetiza-se que a subjetividade do trabalhador; em muitos casos desconsiderada pelas organizações, uma vez que o sofrimento no trabalho é em grande parte fruto de vivências de exigência de aumento do ritmo de trabalho, da produtividade, da pressão por entrega de resultados, entre outras que são suportadas e toleradas pelos trabalhadores e que muitas vezes, não recebem o reconhecimento esperado, podendo ser este aspecto a peça chave para a transformação do sofrimento em prazer.

A HOMOFOBIA COMO TEMÁTICA DA MÍDIA IMPRESSA GOIANA

Matheus Lopes; Marflia Almeida

RESUMO

Os homossexuais são seres humanos como quaisquer outros, feitos de carne e osso, somente um fato os difere dos demais: possuem uma orientação sexual diferente do que é considerado “padrão” pela sociedade. De qualquer maneira, isso não os torna incapazes tampouco desqualificados de exercer sua cidadania. De acordo com o relatório anual realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), só em 2015 foram registrados 318 casos de assassinatos contra homossexuais no Brasil. Ainda segundo o relatório, o país é o que mais mata LGBTTs (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros) no mundo. Cerca de um crime de ódio a cada 27 horas. A luta contra a homofobia tem ganhado espaço nos debates sociais e na mídia, espaço em que os crimes contra a população LGBTT alcançam maior visibilidade. Com o objetivo de compreender como a mídia impressa goiana tem abordado a homofobia, o presente estudo analisará reportagens sobre dois casos emblemáticos envolvendo o assassinato dos goianos Lucas Fortuna e João Antônio Donati.

Palavras-chave: Homossexual, Homofobia, Violência, Crime, Mídia.

INTRODUÇÃO

Crimes contra a população LGBT goiana têm alcançado repercussão nacional e internacional. O caso do goiano Lucas Fortuna - noticiado em 2012 - assassinado em Pernambuco gerou grande revolta por parte dos grupos LGBTTs e simpatizantes da causa. Ele foi encontrado na praia de Cabo de Santo Agostinho (PE) ensanguentado e com sinais de espancamento. O segundo, ocorrido em Inhumas (GO), vitimou o jovem João Antônio Donati. Em 2014, ele foi encontrado num terreno baldio com a boca cheia de papel e sacolas plásticas. O caso gerou comoção e obteve repercussão internacional. Por esse viés, esse projeto tem o objetivo de analisar e compreender como a mídia impressa goiana tem abordado a homofobia e os crimes contra a população LGBTTs. O presente estudo analisará reportagens sobre estes dois casos "emblemáticos". O veículo a ser analisado será o Jornal O Popular, pertencente ao Grupo Jaime Câmara. O jornal foi escolhido por sua

historicidade e relevância no estado, e também pelo fato de possuir um centro de documentação organizado, o que facilita a pesquisa científica.

METODOLOGIA

A pesquisa das reportagens referentes aos dois casos (Lucas Fortuna e João Antônio Donati) será realizada no Centro de Documentação e Informação (CEDOC) do jornal O Popular impresso. O método de análise escolhido foi a Análise de Conteúdo (AC), que “se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa” (DUARTE, 2014, p. 280). Acredita-se que a AC permitirá analisar aspectos, tais como escolha das fontes das reportagens, espaço que obtiveram no jornal, palavras ou expressões mais utilizadas, dentre outros.

Em paralelo às leituras das reportagens, serão realizadas entrevistas com familiares das vítimas assim como com os repórteres que escreveram as reportagens. As entrevistas têm o objetivo de realizar uma análise que vá além das páginas dos jornais e consiga ouvir também alguns dos lados que estão envolvidos em cada história.

O produto final será uma monografia, com embasamento teórico a respeito dos casos de violência contra homossexuais e até que ponto essas informações podem ser ocultadas - ou não - pela mídia, independentemente de suas condições de produção, checagem, desenvolvimento e divulgação dos fatos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acredita-se que, por meio da pesquisa de reportagens do jornal O Popular nos períodos dos crimes (2012 e 2014) e entrevistas com os familiares das vítimas, possa-se analisar se alguma informação foi suprimida, deturpada ou exagerada em decorrência da orientação sexual das vítimas.

CONCLUSÕES

Ainda não existem conclusões sobre o trabalho, pois este ainda está em andamento.

REFERÊNCIAS

DUARTE, Jorge e organizadores. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** 2^a Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

BORDANA'S: ARTE QUE TECE AMOR COM AS MAOS

Diulene Nunes da Silvai; Janaina Alves Honorato; Marília de Almeida e Almeida

RESUMO

A pesquisa trata da atividade do bordado a mão, desenvolvido por um grupo de mulheres, de 40 a 80 anos, da Cooperativa Bordana. Vamos contar suas histórias de superação com a ajuda dessa arte manual, por meio de um livro-reportagem.

Palavras-chave: Bordado a mão; superação; livro-reportagem.

INTRODUÇÃO

A Cooperativa Bordana é formada por 31 mulheres, do Conjunto Caiçara, em Goiânia, que praticam o bordado a mão e fazem dele um negócio. Tem como tema, o Cerrado Goiano e a responsabilidade social de proteção a esse ecossistema.

O objetivo da pesquisa é contar suas histórias de superação de desafios, traumas, perdas e doenças por meio do bordado.

O interesse em conhecer a vida, o trabalho e a saúde daquelas que criam, com mãos habilidosas, as delicadas e belas peças vendidas [...] nos colocou em contato com uma atividade complexa, heterogênea e, ao mesmo tempo, instigante. (TÁVORA, 2009).

A pesquisa é de relevância à medida que promove a discussão da arte manual e sua importância para difundir tradições e histórias de vida.

METODOLOGIA

Nosso livro-reportagem será de perfis humanizados escrevendo um texto estilístico e aprofundado, utilizando técnicas do jornalismo literário para contar sobre as bordadeiras Bordana.

Estas foram entrevistadas em suas relações de amizades com as demais companheiras da cooperativa, utilizando-se fotografias para vivificar a abordagem do texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entrevistamos cinco bordadeiras e a fundadora para descobrir como elas usaram o bordado para romper barreiras sociais e econômicas.

A intenção é mostrar como a Bordana mudou a vida dessas senhoras, de maneira profissional e emocional, a fim de que o leitor compreenda essa arte manual e promova o engajamento para a utilização do bordado nas superações de vida.

CONCLUSÕES

Concluímos que o bordado traz a tranquilidade que faltava a essas senhoras. Algumas sofriam com depressão por perdas e doenças. O bordado renovou sua autoestima, uma vez que descobriram novas amizades e uma felicidade que antes não tinham.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Bordana, que, com carinho, nos acolheu, e à nossa Orientadora, que, com amor, abraçou a ideia.

REFERÊNCIAS

TÁVORA. Juarez. *Entre o Bordado e a Renda: Condições de trabalho e Saúde da Labirinteiras*. Psicologia Ciência e Profissão, 2009

O FESTIVAL DE CINEMA NO BRASIL: AS PRIMEIRAS INICIATIVAS, O PERÍODO EMBRAFILME E A GESTÃO ATUAL DA ANCINE

Kamyla Faria Maia

RESUMO

O cinema nacional encontra-se em um período de crescimento contínuo. No entanto, ainda existe um gargalo na exibição que impede que muitas obras alcancem o grande público por meio das salas de cinema comercial. Uma alternativa para muitos realizadores é a participação em festivais, que se tornaram importante fonte para registro histórico do audiovisual e uma instância autorizadora do gênero. Para compreender de que maneira os festivais se tornaram tão relevantes para o cinema nacional, pretendo fazer um breve estudo sobre a história do dispositivo, desde os anos de 1950, passando pelo período da Embrafilme até a atual gestão do meio cinematográfico pela Ancine.

Palavras-chave: Festival de cinema, cinema nacional, público, festa.

INTRODUÇÃO

O termo festival remete à ideia de festa, momento de celebração de tema ou atividade determinados, como um período do ano, um acontecimento que altera o cotidiano ou os deuses importantes para uma cultura. Nesses eventos, existe uma relação entre presente e passado, já que as festas ficam na memória popular, repercutindo dali a muitos anos; num círculo de regeneração e renovação da vida coletiva por meio da comunhão e confraternização (ARAÚJO, 1996, 109). Os festivais de cinema são mostras ou sessões capazes de “promover o produto audiovisual, respeitando-o como manifestação artística e disponibilizando-o à sociedade, com proposta de periodicidade regular” (MATTOS e LEAL, 2009, 02). Outra definição possível para festival é da Encyclopédia Ilustrada dei Cine: uma “manifestação cinematográfica que apresenta periodicamente uma seleção de filmes inéditos mais importantes, de vários países, a um público bem determinado: especialistas, artistas profissionais, jornalistas, etc.” (ALENCAR, 1978, 47). O dispositivo em questão (AGAMBEN, 2009) é um momento privilegiado de expor ao público obras cinematográficas escolhidas por meio de uma curadoria que define quais filmes, dentre todos que foram inscritos, chegarão ao público participante. Além da exposição de obras cinematográficas, o festival é um momento privilegiado para formação, reflexão, promoção, articulação do setor e formação de plateias.

METODOLOGIA

O trabalho se baseia em uma pesquisa bibliográfica que busca compreender as origens e a relevância da realização de festivais de cinema no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as principais discussões apontadas pela pesquisa, está a possibilidade de que os cineastas não deem real valor ao interesse do público, uma vez que encontram uma janela de exibição e não precisam de se preocupar em vender suas obras para as distribuidoras. Em grande parte, por isso, os eventos em questão têm aceitado, muitas vezes, obras de baixa qualidade para compor a competição. Por outro lado, os festivais podem criar uma ditadura, em que as cinematografias bem-sucedidas nesses eventos passam a determinar

para onde vão os investimentos em cinema nos anos posteriores (SANTIAGO apud BALLERNI, 2012, 191).

CONCLUSÕES

Apesar dos vícios e problemas que podem ser apontados na realização de festivais, eles são de suma importância para o cinema nacional e para gêneros como o curta e o documentário. Mesmo com o desenvolvimento tecnológico e o acesso quase ilimitado a obras cinematográficas por meio da internet, esse tipo de evento ocupa papel central na criação de público e na divulgação de obras e cineastas.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais ao meu Orientador no Mestrado em História na Universidade Federal de Goiás, Dr. Márcio Pizarro Noronha, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) da qual recebi bolsa durante o período do Mestrado

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio. **O Que é Contemporâneo? E outros ensaios.** Santa Catarina: Argos, 2009.
- ALENCAR, Mirian. **O Cinema em Festivais e os Caminhos do Curta-Metragem no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Artenova/Embrafilme, 1978.
- ARAÚJO, Rita de Cássia. **Festas: máscaras do tempo : entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife.** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996.
- BALLERINI, Franthiesco. **Cinema Brasileiro no Século XXI: reflexões de cineastas, produtores, distribuidores, exibidores, artistas, críticos e legisladores sobre os rumos da cinematografia nacional.** São Paulo: Summus, 2012.
- MATTOS, Tetê, LEAL, Antônio. **Festivais Audiovisuais Brasileiros: um diagnóstico do setor.** In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: www.cult.ufba.br/enecult2009/19077.pdf. Internet, 2009. Capturado em 23 de julho de 2014.

A IMPORTÂNCIA DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS NO MUNDO ATUAL

Thaís Gabriela Alves Teixeira; Marília Almeidan

RESUMO

As mídias sociais são atualmente um dos mais fortes meios de comunicação e informação, espaço no qual pessoas comuns podem compartilhar uma quantidade ilimitada de conteúdos assim como opinar sobre os conteúdos alheios.

Palavras-chave: Novas mídias, Mídias sociais, Comunicação, Influenciadores digitais.

INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, a internet deixou de ser um espaço apenas para a difusão de informações empresariais ou governamentais e tem se tornado um ambiente para a distribuição de conteúdo cada vez mais diversificados. Nesta realidade, os influenciadores digitais (em inglês, *digital influencers*) têm alcançado grande visibilidade, influenciando uma legião de fãs em relação a tendências de consumo e comportamento.

A *youtuber* Júlia Tolezano, do canal do Youtube *JoutJout Prazer*, era uma pessoa desconhecida até que seus vídeos começaram a alcançar uma visibilidade considerável. Até o momento, mais de 800 mil pessoas assinam seu canal no Youtube. Seus vídeos, com milhares e até milhões de visualizações, abordam tanto temas do cotidiano como temas polêmicos, como o vídeo que abordou relacionamentos abusivos e deu maior visibilidade à *youtuber*.

JoutJout, como Júlia ficou conhecida, é um exemplo do poder destes influenciadores digitais não apenas pelo número de visualizações que seus vídeos possuem, mas também pela interação que diversas marcas têm buscado com ela com o objetivo de atingir seu público. Por meio de seus conteúdos, estes influenciadores adquirem capital social, ou seja, um poder simbólico de influência na internet, e, também, dinheiro, já que associam seus nomes a grandes marcas. Esta pesquisa irá analisar os conteúdos distribuídos por influenciadores digitais por meio do estudo de vídeos publicados pela *youtuber* *JoutJout*, um expoente desta tendência.

Método a Análise de Discurso Mediada pelo Computador (CMDA). A metodologia tem sido indicada como uma das mais adequadas para esse tipo de estudo, pois consiste em uma Análise de Discurso voltada para a comunicação mediada por computadores (VIEGAS; RECUERO, 2014). Os vídeos serão analisados de acordo com sua temática, os recursos utilizados, as características de oralidade, dentre outros aspectos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Influenciadores digitais atraem milhares de seguidores devido ao seu posicionamento diante de determinados temas, especialmente aqueles que não encontram espaço na grande mídia. Muitas pessoas se identificam com as histórias narradas, como é o caso do vídeo de *JoutJout* sobre relacionamento abusivo, ou se atentam para fatos até então.

CONCLUSÕES

Ainda não há conclusão, o trabalho está em andamento.

REFERÊNCIAS

- VIEGAS, Paula Rickes; RECUERO, Raquel. A Dominação Masculina nos Sites de Rede Social. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 15., 2014, Palhoça. Anais.... Palhoça: Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2014.

METODOLOGIA

Serão analisados os 10 vídeos mais visualizados do canal *JoutJout Prazer* de acordo com o método a Análise de Discurso pelo Computador (CMDA). A metodologia tem sido indicada como uma das mais adequadas para esse tipo de estudo, pois consiste em uma análise de Discurso voltada para a comunicação mediada por computadores (VIEGAS; RECUERO, 2014). Os vídeos serão analisados de acordo com sua temática, os recursos utilizados, as características de oralidade dentre outros aspectos.

A DISCUSSÃO SOBRE HIV/AIDS NA MÍDIA ATUAL

Marília de Almeida e Almeida

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar a discussão sobre Aids na mídia atual a partir do exemplo da websérie “Eu só quero amar”, originada da temporada Seu Lugar no Mundo da telenovela Malhação, exibida pela TV Globo desde agosto de 2015. A websérie tem como enfoque principal as dúvidas e as descobertas de um casal sorodiscordante formado pelos personagens Henrique e Camila, também presentes na novela que origina a série. Defende-se que a mídia tem a capacidade de agendar a discussão de assuntos na sociedade a partir do momento em que os aborda em seus produtos. Por isso, a websérie representa uma forma de conscientização dos adolescentes, público-alvo da produção, sobre questões relacionadas ao HIV/Aids, tais como prevenção, tratamento e preconceito.

Palavras-chave: Aids, mídia, preconceito.

INTRODUÇÃO

Desde as primeiras publicações impressas até as mais recentes mídias digitais, os meios de comunicação têm participado tanto da representação quanto da construção da realidade social. Diante da impossibilidade de que uma pessoa seja testemunha da ocorrência de todos os acontecimentos que são relevantes para a sua vida, como uma decisão do Congresso Nacional, a mídia tem uma função cada vez mais indispensável para a sociedade.

Com a notificação dos primeiros casos de Aids⁴, em 1981, nos Estados Unidos, a mídia iniciou automaticamente a cobertura sobre a nova doença, ainda que nem mesmo a comunidade científica soubesse exatamente qual era seu agente causador ou as formas de transmissão. De acordo com FAUSTO NETO (1999), a função da mídia é estratégica na construção da inteligibilidade da Aids. Para ele, a doença só é conhecida devido aos “protocolos discursivos e enunciativos” (FAUSTO NETO, 1999, p. 24) realizados pela mídia.

A mídia - não somente a imprensa, mas a mídia em geral – participou, e ainda participa, da construção da imagem da Aids no imaginário social, contribuindo para a representação - ora positiva, ora negativa - da doença e de seus simbolismos. Além dos jornais, outros produtos midiáticos contribuíram para a formação da representação da doença, como campanhas publicitárias, telenovelas e séries televisivas.

A novela *Malhação*, que abordou a temática da Aids em 1997, é exibida pela Rede Globo desde 1995, sempre no horário vespertino. Em 2015, a novela abordou a Aids, apresentando o relacionamento amoroso entre dois adolescentes; Henrique¹⁴, um rapaz soropositivo, e Camila¹⁵, uma menina soronegativa.

Após as críticas à forma como o tema foi abordado na novela, as Organizações Globo, em parceria com o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), desenvolveram uma websérie, chamada *Eu só quero amar*, com os mesmos personagens de *Malhação - Seu Lugar no mundo*; com enfoque voltado para a Aids.

A websérie aborda as dúvidas e as descobertas do relacionamento entre Henrique e Camila, casal sorodiscordante que também faz parte do enredo de *Malhação*.

METODOLOGIA

Com o objetivo de compreender como a mídia tem realizado o agendamento da Aids e todos os assuntos correlatos a ela nos dias atuais, esta pesquisa utilizou o método da Análise de Conteúdo para analisar os cinco capítulos da websérie *Eu só quero amar*, lançados entre os dias 2 e 30 de abril de 2016, aos sábados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como a cura para a doença ainda não foi descoberta, cada nova geração precisa ser informada sobre a realidade da Aids, uma doença grave, que deve ser evitada, mas que não precisa ser desumanizadora, que não deve, necessariamente, ser acompanhada de preconceito e discriminação. A novela *Malhação* tem contribuído para este trabalho de conscientização, como foi analisado neste trabalho. A capacidade de adaptação da linguagem técnica médica ao público-alvo da produção, os adolescentes, e a utilização das novas mídias para a atração do público - uma série veiculada somente na internet, mas que tem os mesmos personagens e enredos da novela - são estratégias importantes para que as novas gerações se conscientizem.

CONCLUSÕES

A Aids deixou de ser uma doença assustadora, com morte iminente para seus pacientes. Hoje, vive-se anos, décadas com a doença, desde que se siga o tratamento adequado. Ao mesmo tempo, a Aids ainda é uma doença grave, que continua contaminando milhares de pessoas todos os anos em todo o mundo. Trabalhar na conscientização acerca da doença é, portanto, um trabalho delicado, que exige estratégias corretas, mas que também demanda sensibilidade, especialmente em relação àquelas que vivem com HIV/Aids.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, financiadora desta pesquisa por meio de Bolsa de Formação.

REFERÊNCIAS

FAUSTO NETO, Antônio. Comunicação & Mídia Impressa: Estudos sobre a AIDS. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

A REPRESENTAÇÃO DO ESPIRITISMO EM NOSSO LAR: UMA OPERACIONALIZAÇÃO DA IMAGINAÇÃO MELODRAMÁTICA E DA ESTRUTURA IMAGINATIVA DA BÍBLIA

Me. Artur Felício Costa; Dr. Lisantiro Magalhães Nogueira

RESUMO

O presente trabalho aborda, em linhas gerais, o modo como a doutrina espírita é representada no cinema. Para tanto, recorreu-se à análise do filme *Nosso Lar* (2010), obra que compõe a “onda” de filmes espíritas no Brasil e que obteve significativo sucesso de público. Adotou-se aqui, como horizonte interpretativo, o encontro entre duas matrizes textuais importantes na formação crítica e cultural do Ocidente: a Bíblia e o melodrama. Estes referenciais fazem parte da composição de dois modos imaginativos centrais para texto: a imaginação melodramática e a estrutura imaginativa derivada da Bíblia. Assim, tentou-se demonstrar por meio do método da análise filmica, como a doutrina espírita, em sua matriz cristã, informa a própria linguagem cinematográfica presente em *Nosso Lar*. Verificou-se, neste caso, o uso da parábola do filho pródigo como molde narrativo e imagético para a divulgação do espiritismo no cinema. Constatou-se, neste caso, um encontro hipertextual entre a Bíblia e o melodrama

Palavras-chave: Cinema; Melodrama; Espiritismo.

INTRODUÇÃO

No texto “Cinema e Religião”, Jean-Claude Bernardet (1996) estabeleceu-se uma interessante distinção entre filmes sobre religião e filmes religiosos. A partir desta leitura, compreendemos que a diferença entre ambos está fundamentada, sobretudo, na “distância” do olhar. No primeiro caso, a religião é um tema, um assunto a ser tratado. Ou seja, o olhar qualifica-se a partir de uma pretensa separação objetiva. Já nos filmes religiosos, a religião não está propriamente na temática. Neste caso, “A questão religiosa informa a própria estrutura e a linguagem dos filmes (BERNARDET, 1996, p. 194). Sendo assim, nos filmes orientados pela fé, a religião não está contida tão somente naquilo que se fala, mas, sobretudo, no *modo* como se diz.

Adotando-se esta perspectiva interpretativa, no presente trabalho serão analisados alguns aspectos acerca do *modo* com o espiritismo é representado no filme *Nosso Lar* (2010).

Numa enquete realizada por nós em 2012, durante a semana de lançamento do filme com temática espírita “E a vida continua...”, constatou-se a preferência do público goiano pela obra *Nosso Lar* (2010).

Esta preferência é a razão pela qual se priorizou a análise deste filme em particular.

Texto apresentado no 24º encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compôs).

Mestre pela Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, é Professor III da instituição Faculdades Alves Faria, artur.costa@alfa.br

Doutor em Cinema e jornalismo pela PUC/SP, Professor no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da FIC/UFG e no Programa de Pós-graduação em Performances Culturais da EMAC/UFG. lisandronogueira@gmail.com

METODOLOGIA

O presente trabalho empregou o método da análise fílmica. Buscou-se, a partir da interpretação dos mecanismos de produção de sentidos, particulares à linguagem cinematográfica (Aumont, 2004; Martin, 2011; Xavier, 2008), compor um horizonte interpretativo no qual o objeto aqui estudado, o filme “Nossa Lar” (2010), pudesse ser analisado. A princípio, identificaram-se traços característicos do melodrama nesta obra. X Constatou-se, também, um encontro hipertextual entre a estrutura imaginativa derivada da Bíblia (Frye, 2004) e os procedimentos que evidenciam a operacionalização de uma imaginação melodramática (Brooks, 1995). Articulando-se estes referenciais teóricos, buscou-se compreender de que modo esses elementos ajudam a compor os sentidos e a representação do espiritismo “Nossa Lar”.

Fez-se aqui uma análise da presença dos elementos imagéticos e narrativos que são particulares à Bíblia e ao melodrama, e constatou-se uma articulação entre ambos para se compor uma moldura de referências morais/valorativas, pertinentes ao contexto do espiritismo no Brasil, com a finalidade de se construir o discurso do filme.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como um modo imaginativo (Brooks, 1995), o melodrama é interpretado “não só como um gênero narrativo, mas também como um modo de percepção do mundo” (Baltar, 2007, p.87). De tal maneira, esta categoria estética se torna “um espaço catalizador de um universo valorativo” (Bragança, 2007, p.07). Nesse sentido, buscou-se identificar de que modo o filme “Nossa Lar” tenta recuperar tensões valorativas que são inerentes ao X espiritismo no Brasil. Verificou-se que, por meio dos recursos da linguagem cinematográfica, em articulação com o melodrama e com a Bíblia, “Nossa Lar” recupera tensões sociais que também carregam princípios valorativos e doutrinários do espiritismo. A obra operacionaliza símbolos e estruturas narrativas da Bíblia, a exemplo da parábola do filho pródigo e da figueira infrutífera, e lança mão do substrato teológico e imagético do cristianismo para compor um discurso cinematográfico, de modo melodramático, que evidencia as tensões valorativas e os princípios do espiritismo no Brasil.

CONCLUSÕES

Constatou-se, por fim, que o melodrama nesta obra recuperou conflitos valorativos que são inerentes ao contexto do espiritismo no Brasil (materialismo vs. espiritualidade, por exemplo) e, para expressá-los, o filme “Nossa Lar” (2010) lançou mão de imagens e de uma X estrutura narrativa que também se vinculam ao substrato teológico no qual o espiritismo se fundamenta: ou seja, no texto base do cristianismo. O modo melodramático estabeleceu, assim, uma relação hipertextual com a dimensão estética da Bíblia para produzir sentido e se manter em sintonia com o público-alvo dos filmes espíritas. Tal capacidade dialógica, por sua vez, é uma característica muito particular do melodrama que, desta feita, segue “adaptando-se para permanecer.

REFERÊNCIAS

- AUMONT, J. A análise do filme. Lisboa: Edições Texto & Grafia. 2004.
- BALTAR, Mariana. **Realidade Lacrimosa: diálogos entre o universo do documentário e a imaginação melodramática.** 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2007.
- BERNARDET, J. C. In XAVIER, I. (org.) - **O cinema no século.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- BRAGANÇA, Maurício de. **Trópicos de lágrimas: um estudo sobre melodrama e América Latina a partir do cinema de cabaretera mexicano e da literatura de Manuel Puig.** 2007. 277f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2007.
- BROOKS, P. **The melodramatic imagination: Balzac, Henry James, Melodrama, and the Mode of Excess.** USA, 1995.
- FRYE, Northrop. **O código dos códigos: a Bíblia e a literatura.** 1.ed. Trad. Flávio Aguiar. São Paulo: Boitempo, 2004.
- XAVIER, Ismail. **O olhar e a cena: Melodrama, Hollywood, Cinema Novo, Nelson Rodrigues.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- D. W. Griffith: **o nascimento de um cinema.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- O discurso cinematográfico: **a opacidade e a transparência.** 4^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

POLÍTICAS PÚBLICA EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO: ANÁLISE DO PROCESSO DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS EGESSOS DE CURSOS TÉCNICOS DO IF GOIANO - CAMPUS MORRINHOS, 2010-2014.

Érika Lemes de Andrade: Nelson Bezerra Barbosa

INTRODUÇÃO

A formação profissional e tecnológica no Brasil encontra-se em importante momento de sua história diante das ações do Estado no sentido de consolidá-la como política pública em educação alicerçada na intenção de que as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se estabeleçam como um pilar na articulação de projetos de integração e desenvolvimento socioeconômico em âmbito local e regional.

A análise da trajetória histórica da educação profissional no país demonstra a intrínseca relação estabelecida entre esta modalidade de educação e o mercado de trabalho e, neste contexto, as significativas mudanças ocorridas no cenário econômico/produtivo, social e político corroboraram para o surgimento de novas exigências relacionadas à inserção de tecnologias com impactos sobre os indivíduos e o mercado de trabalho, exigindo novas

formas de profissionalização, com trabalhadores capazes de interagir e se adaptar às constantes transformações (BRASIL, 1995; BRASIL, 1999).

Nesta pesquisa, entende-se como egresso o discente que efetivamente concluiu as atividades previstas na matriz curricular do curso e recebeu o diploma de conclusão deste (BRASIL, 2009). E como condição de empregabilidade, o conjunto de características do trabalhador que possibilitam sua inserção e permanência no mercado de trabalho (BRASIL, 2009). Infere-se daí a necessidade da formação polivalente e continuada, que lhe permita constante atualização no que tange às novas formas de produção mediadas por tecnologias (BRASIL, 1995).

De acordo com essas indagações, para o desenvolvimento desta pesquisa, traçou-se como objetivo geral: analisar o processo de inserção profissional dos egressos de cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) - *Campus* Morrinhos, concluintes no período de 2010 a 2014. E, derivados deste foram estabelecidos como objetivos específicos: caracterizar, sob aspectos sociodemográficos, a microrregião Meia Ponte do estado de Goiás e a representatividade do IF Goiano quanto à oferta de educação profissional; apresentar dados sobre o perfil socioeconômico, educacional, e sobre a atuação profissional dos egressos e suas expectativas quanto à formação continuada; analisar o processo de inserção profissional dos egressos no mercado de trabalho regional, o nível de coerência com a área de formação, e a perspectiva do empregador.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como analítica, com abordagem quantitativa, tendo como procedimento técnico a pesquisa de campo com aplicação de questionários estruturados viabilizada por meio de plataforma *on line LimeSurvey*.

O local de pesquisa é a região de Morrinhos com pesquisa delineada por meio da caracterização regional da Microrregião Meia Ponte do estado de Goiás, sob aspectos sócio -demográficos e da oferta de educação profissional.

A população de estudo é composta por 342 egressos dos cursos técnicos em Redes de Computadores, Manutenção e Suporte em Informática, Agropecuária, Informática, Alimentos e Agroindústria do IF Goiano - *Campus* Morrinhos, concluintes no período de 2010 a 2014, e empregadores com empresas instaladas na região pesquisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da análise do processo de inserção profissional de egressos, espera-se prover informações quanto ao perfil socioeconômico, educacional, e a atuação profissional destes, de forma a verificar o grau de adequação entre a oferta e a qualidade da formação técnica profissional ofertada, a demanda gerada pelo mercado de trabalho, e sua relação com o desenvolvimento regional.

CONCLUSÕES

A intenção de que as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se estabeleçam como um pilar na articulação de projetos de integração e desenvolvimento *socioeconômico* em âmbito local e regional conduz à necessidade de se buscarem informações que possibilitem retratar como a sociedade percebe a avaliação dessas instituições. A pesquisa de egressos e com empregadores se constitui numa ação importante à medida que possibilita o levantamento de informações em relação à situação dos egressos no mercado de trabalho, sendo o resultado que dela advém uma importante contribuição para a retroalimentação das políticas educacionais das instituições, que, por sua vez, terão impacto direto sobre a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. *Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília: SEFOR, 1995.

Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB n. 16/1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico*. Brasília: 1999.

Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)*. Brasília: 2009.

PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: A BUSCA PELA CIDADE SAUDÁVEL.

Jacio Luiz da Silva Pereira; Nelson Bezerra Barbosa

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), criada em 2006 e revisada em 2015, possui atribuições de coordenar e estabelecer políticas públicas para garantir a integralidade da atenção à saúde. A promoção da saúde e qualidade de vida tornaram-se o caminho mais viável para o desenvolvimento de estratégias exequíveis para se chegar à cidade saudável. A PNPS concebe a promoção da saúde como um conjunto de estratégias capazes de produzir saúde populacional, por meio da articulação e cooperação intrassectorial e intersetorial, com efetiva participação da sociedade. Ainda reconhece as demais políticas que buscam equidade e qualidade de vida, redução de vulnerabilidades e riscos à saúde da população (BRASIL, 2015).

Este artigo tem como objetivo descrever, com base na literatura selecionada, a dinâmica da elaboração de políticas públicas que se predispõem a implantar e implementar projetos concretos de melhorias de condições de vida e redução dos riscos à saúde dos habitantes

das cidades, especialmente no Brasil. Pretende também fazer uma descrição das ações de institucionalização da PNPS especialmente direcionadas ao Movimento Cidades Saudáveis como uma estratégia para melhoria da qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Promoção de saúde; Qualidade de vida; Cidades saudáveis.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, tomou-se um percurso de investigação na literatura selecionada, destas, destacando-se o Guia para os Prefeitos Promoverem a Qualidade de Vida, da Organização Pan-Americana de Saúde, e todos os textos da Política Nacional de Promoção da Saúde do Ministério da Saúde, para, por fim, se elaborar uma descrição deste processo em relação à realidade brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todas as publicações que tratam das práticas de promoção da saúde reconhecem a necessidade de ações intersetoriais na luta por resultados. Neste sentido, a intersetorialidade é entendida como “ação na qual o setor saúde e os demais setores pertinentes colaboram para o alcance de uma meta comum, mediante estreita coordenação das contribuições dos outros setores” Ferreira (2000, apud Zancan, 2003, p. 50).

No ano de 2003, foi criada no Brasil a Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS), com apoio técnico da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), integrante da Organização das Nações Unidas (ONU), com a missão de colaborar na Construção das políticas públicas saudáveis de forma participativa e articulada, agregando técnicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), do Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES), de 40 Municípios em 5 Estados (SP, MG, RJ, AM e PR) e parceiros como o Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - PCJ. Seu objetivo é viabilizar, ampliar e monitorar projetos e estratégias da Organização-Pan-americana da Saúde para as Cidades Saudáveis; Instrumentar a administração municipal para que possa desenvolver um projeto de governo único e integrado; e, subsidiar gestores, técnicos, acadêmicos, organizações e sociedade para a construção de políticas públicas que considerem a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida como eixo principal do desenvolvimento dos seus projetos (RMPS, 2016).

CONCLUSÕES

Há um grande desafio com respeito à indução de indivíduos e grupos sociais quanto à participação nos processos de implantação e implementação das políticas públicas saudáveis, devido aos valores a que os gestores políticos estão apegados, comumente dispostos a manter as tomadas de decisões no âmbito de seus controles, como pela alienação dos habitantes das cidades, que não conseguem desenvolver conscientização para com sua condição cidadã. Isso é um entrave ao empoderamento e horizontalização do poder com consequente protagonismo das coletividades nas ações pela busca do bem comum. Em todas as publicações estudadas, há um consenso da importância da intersetorialidade como facilitador desse processo de construção de políticas públicas de

promoção da saúde e qualidade de vida, qual produto de autonomia popular cidadã e consequente empoderamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006*. Brasília: MS, 2015.

OPAS. Organização Pan-americana da Saúde. *Municípios e comunidades saudáveis. Guia dos Prefeitos para Promover Qualidade de vida*. Divisão de Promoção e Proteção da Saúde. Washington DC, OMS. 2002.

As obras listadas na seção Referências deverão ser referenciadas ao longo do texto A ordem dos itens em cada referência deve obedecer às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT /NBR: 6023.

ZANCAN, L. Cidades Saudáveis: a *interseitorialidade como desafio para um novo modelo de gestão*. In: O processo de construção da rede de municípios Potencialmente saudáveis. Ed. R Vieira Gráfica, Campinas. Vol. 1.2003.

ANÁLISE DA INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE GOIÁS: UTILIZAÇÃO DO SOFTWARE PHILCARTO

Autor: OLIVEIRA, M. S. de ; Orientador Mendonça, A. F.

INTRODUÇÃO

Os direitos fundamentais das pessoas com deficiência estão abalizados na Convenção n. 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujo propósito “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”. (BRASIL, 1991).

A inclusão da pessoa com deficiência na comunidade é um grande desafio que exige a adoção de mecanismos que promovam “o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social”, conforme o estabelecido na Lei n. 7.583, de 24 de outubro de 1989, (BRASIL, 1989) e, consequentemente, a igualdade de oportunidades.

Este trabalho tem por objetivo demonstrar, por meio da situação geográfica, no formato de mapas, os indicadores da população representada pelas pessoas com deficiência no Estado de Goiás, detalhada por municípios, bem como, das pessoas com deficiência ocupadas e, assim, proporcionar a compreensão da dinâmica da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho no Estado de Goiás por meio da comparação dos dados dos Censos 2000 e 2010, utilizando-se o software Philcarto, que é um instrumental

de análise para a construção de indicadores. Trata-se de um programa cartográfico de dados estatísticos que apresenta métodos e técnicas para uma análise de dados.

Pretende-se constatar, como resultado, a melhoria no conhecimento da dimensão da situação da população com deficiência e sua representatividade populacional no Estado de Goiás e a ocupação de postos no mercado de trabalho, por municípios, proporcionada pela visualização de mapas do software Philcarto.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Software Philcarto. Pessoas com Deficiência.

METODOLOGIA

A metodologia que subsidia esta pesquisa teórica é a revisão das publicações literárias e normas legais relativas à pessoa com deficiência, bem como, as bases cartográficas extraídas do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no

Discente do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, Faculdades Alves Faria (ALFA) Bolsista da FAPEG/GO, msoterio@gmail.com

Orientador/Docente do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional, Faculdades Alves Faria (ALFA), dralzino@gmail.com

Sistema SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Pretende-se verificar por meio da aplicação do método escolhido a dimensão da situação da população com deficiência e sua representatividade populacional no Estado de Goiás e respectiva ocupação de postos no mercado de trabalho por municípios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa demonstrará uma possibilidade de identificar elementos para compreender por meio de análises e estudos comparativos dados do segmento de pessoas com deficiência em Goiás com foco na sua inserção na força de trabalho e permitir que, a partir dessas informações, se tenham embasamentos para o estabelecimento de ações e/ou políticas públicas para a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Estado.

CONCLUSÕES

Na análise dos dados, verifica-se uma pequena variação dos resultados no que se refere ao número de municípios, a média e a variância no período analisado, em virtude do aumento do número de município de 242, em 2000, para 246, em 2010 e da variação populacional na ordem de 20% no mesmo período. O levantamento apresenta os dados do Censo 2000 e Censo 2010, sobre o nível de ocupação de pessoas com deficiência, definido como o percentual de pessoas economicamente ativas na população de 10 ou mais anos de idade, ocupadas no Estado de Goiás, detalhada por municípios.

Em referência à população com deficiência residente nos municípios do Estado de Goiás, verifica-se que, do Censo de 2000 para o Censo de 2010, houve uma alteração na média das pessoas com deficiência entre 7% e 9%. Observa-se que houve uma variação média das pessoas com deficiência ocupadas, segundo os grupos de municípios, na ordem de 5 a 6 %, no período analisado.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Prof. Dr. Alzino Furtado de Mendonça pelo incentivo à pesquisa, ao Prof. Alcido Elenor Wander, que viabilizou o viés desse trabalho, e à FAPEG.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Federal n. 129, de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. 1991. Disponível em: <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0129.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0129.htm)>. Acesso em 12.jun. 2015. . Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

PHILCARTO. Disponível em <<http://philgeo.club.fr>. PHILCARTO> Acesso em 26/08/2015.

IBGE, Censo2000 e 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_pdf.shtml>. Acesso em: 25/08/2015.

RESUMO SIMPLES

A REALIDADE NA ADEQUAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NR 12

Raif Lincoln da Cunha e Silva; Nayane Moura Neris.

RESUMO

Norma Regulamentadora Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, ou NR-12, é aplicada na sua fabricação, comercialização, exposição, cessão e importação a qualquer título, regulamentado, assim, a máquina ou equipamento em quaisquer atividades econômicas. A NR-12 tem como objetivo alinhar o padrão brasileiro ao países norte-americanos e europeus, sendo usada para adaptação de máquinas e equipamentos existentes ou novos projetos. Comumente, empresários contratam para adequação da NR-12, ocorrendo, na maioria das vezes, apenas quando ocorre um acidente de trabalho, ou após fiscalização do Auditor do Ministério do Trabalho e Emprego ente em seu processo por meio de métodos (MTE). Após adequação, a empresa pode ser atingida negativamente em seu processo operacional e, consequentemente, no setor financeiro. Portanto, por meio de métodos experimentais, este trabalho analisará como a adequação pode implicar na queda da produtividade, pois a rejeição por parte dos empresários se dá pela falta de planejamento, gerenciamento, ausência parcial ou total do conhecimento durante a execução e principalmente, pelo alto custo. Quando aplicada sem a devida análise do perfil de cada operação ou processo, o resultado será a empresa adequada com um grave problema permanente na área operacional, gerando perdas e descontentamento. Em teoria, todo o parque de máquinas brasileiro já teria que estar adequado à nova norma, mas essa não é a realidade. A insatisfação é tamanha que a Confederação Nacional de Indústrias (CNI), após a entrada da NR 12 em vigor, propôs modificações no texto normativo, defendendo supressão da Norma e alegando que as adequações devem ser aplicadas apenas para máquinas fabricadas depois da data de vigência mesma. Como resultado, este trabalho apresentará a importância da norma e análise do ambiente para adequação.

Palavras-chave: NR-12; Empresários; Empresa; Norma; Adequação.

MODELO DE APLICAÇÕES DE ALTA PERFORMANCE E ESCALIBILIDADE UTILIZANDO O FRAMEWORK WEB FULL-STACK

Thiago Igor Ferreira Cardoso; Eliseu Mendes de Moraes; Thales Takao

RESUMO

Um dos maiores problemas das aplicações web, atualmente, é lidar com crescente número de usuários da *Internet*. Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE, em 2014, 94,4 milhões de pessoas acessaram a internet no Brasil. Tendo em vista que a tendência dos números é subir, as aplicações que não permitirem escalabilidade de forma eficaz perderão terreno em um cenário em que a tendência é disponibilizarem-se aplicações em nuvem, distribuídas e com milhares de requisições simultâneas. A solução para tal problema pode ser encontrada nas recentes tecnologias de *frameworks* com o conceito *full-stack*, segundo o qual o processamento pode ser dividido entre o cliente e o servidor de

forma que para o cliente tem-se a sensação de que as ações são realizadas instantaneamente.

Este trabalho tem por finalidade analisar e apresentar o *Framework* Meteor como uma solução para desenvolver aplicações *web* escaláveis e de alta *performance*. A metodologia a ser adotada será a pesquisa aplicada e exploratória, pois será desenvolvido um protótipo utilizando o framework citado; quantitativa, já que serão realizados testes de estresse e esses serão quantificados e analisados estatisticamente; e, por fim, bibliográfica, uma vez que será utilizada uma vasta bibliografia que envolve o arcabouço de aplicações distribuídas e escaláveis.

A utilização de um *framework web full-stack*, como o Meteor, garante um rápido desenvolvimento de aplicações, uma vez que a curva de aprendizado é baixa, o que gera uma alta produtividade. De tal modo, será possível desenvolver aplicações das quais já se tem domínio do negócio, em grande velocidade e com suporte a escalabilidade. Será abordado nesse tipo de aplicação a escalabilidade vertical, que tem como objetivo permitir o uso da aplicação por uma quantidade maior de clientes sem que sejam necessárias mudanças no software.

Palavras-chave: Escalabilidade; Full-Stack; Sistemas Distribuídos;

ESTUDO DE VIABILIDADE DE SISTEMA HÍBRIDO FOTOVOLTAICO – DIESEL COMO ALTERNATIVA DE ENERGIA EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO

André Luis Medeiros Moreira; Me. Reginaldo Alves de Andrade; Me. Thales Baliero Takáo

RESUMO

Um dos principais gastos de uma Instituição de Ensino (IE) é como o consumo de energia elétrica, cujo gasto está sempre sujeito a variações, como o horário de pico compreendido entre as dezoito e vinte e uma horas, quando consumo é mais alto no período de estiagem em que tarifas são acrescentadas na conta de energia devido à utilização de usinas termelétricas para compensar a falta de água dos reservatórios das usinas hidrelétricas. A solução comum adotada pelas IEs e também por Indústrias para reduzir esse gasto em horário de pico é a utilização de grupo gerador. Observando esses fatos, e a partir de dados coletados sobre radiação solar, Goiânia está localizada em uma das regiões com o melhor potencial para geração de energia solar no Brasil, com uma média de radiação solar de 5.7 kWh/m². Assim, pode ser viável a instalação de um sistema fotovoltaico para suprir a demanda do horário quando o grupo gerador não está atuando, reduzindo consideravelmente a conta de luz. Considerando esta análise do quadro de fornecimento energético e as condições de radiação solar em Goiânia, é interessante introduzir um sistema fotovoltaico e aproveitar o grupo gerador já instalado utilizando-se a Faculdade ALFA como estudo de caso, tornando, então, um Sistema Híbrido de Energia, uma vez que não haverá perdas significativas com o transporte, com custos mínimos, manutenção reduzida e qualidade de energia melhor do que com o sistema elétrico fornecido atualmente como alternativa em uma Instituição de Ensino. Consequentemente, há de se proporcionar também uma abertura à sustentabilidade energética no futuro.

Palavra-chave: Sistema Híbrido; Instituição de Ensino; Viabilidade.

RASPBERRY PI COMO ACIONADOR DE DISPOSITIVOS EM STANDBY PARA ECONOMIA DE ENERGIA

Deivid Germano Silva Santos; Carlúcio Pereira da Silva

RESUMO

O número de dispositivos que operam em *standby* (modo espera) é crescente. A maioria de dispositivos que temos em casa possui esse modo de operação, seja para um mostrador digital, LED, teclado ou controle remoto que ainda consomem energia para funcionarem, porém menos que no modo normal de operação e não significa estar desligado sem nenhum consumo. Esses dispositivos em *standby* podem representar um consumo de 15% na conta de energia elétrica, consequentemente gerando impactos econômicos e ambientais. Além disso, existe também o risco de incêndios causados por esses mesmos dispositivos conectados à rede elétrica vinte e quatro horas por dia. Uma solução é o consumidor criar o hábito de remover esses dispositivos das tomadas quando não estiverem em uso, porém esta mudança de comportamento pode ocasionar transtornos, já que alguns dispositivos demoram mais tempo para inicializar. Portanto, abre-se uma oportunidade de melhoria com utilização da Internet das coisas (*IoT - Internet of Things*) que é uma revolução tecnológica a fim de conectar dispositivos eletrônicos utilizados no dia a dia à rede mundial de computadores que também podem auxiliar na economia do desperdício de energia. Para este trabalho, propõe-se utilizar o paradigma da *IoT* para monitorar e conectar tomadas à rede mundial de computadores e criar a possibilidade de fazer o acionamento (ligar e desligar) dos dispositivos em *standby* de forma remota, manual ou automática. Desenvolvendo um protótipo utilizando a plataforma Raspberry PI e software livres, programação python, microframework Flask para interface web que pode, desta forma auxiliar ao consumidor a economizar energia sem abrir mão do conforto, analisando-se os resultados obtidos se serão compensatórios para implementação do sistema de gerenciamento de dispositivos em *standby*.

Palavras-chave: Internet das coisas; *standby*, Raspberry PI.

USO DE METODOLOGIAS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS: APLICAÇÃO ÍNTEGA DO FRAMEWORK SCRUM EM SOFTWARE HOUSE DE PEQUENO PORTE

Daniel Rodrigues da Silva; Dayvid Roberto Marques; Thales Balerio Takao

RESUMO

Metodologias ágeis têm tido sucesso em empresas de pequeno, médio e grande porte, pois seguem princípios relacionados à entrega rápida de resultado, priorizando os indivíduos e o funcionamento do software, ao invés de processos, ferramentas ou documentações, sendo adaptável a mudanças, com entrega funcional de parte do produto constantemente ao cliente. Com isso, muitas empresas, visando ao desempenho nos processos de desenvolvimento de software, adotam o Scrum como metodologia ágil, porém algumas não fazem seu uso de forma correta, gerando uma nova vertente ágil, impactos negativos no projeto, aumento dos custos e do prazo de entrega ao cliente, dificuldade de implementação e, consequentemente, insatisfação com a adoção da metodologia. Existem convergências que ocasionam mudanças na aplicação íntega do framework em projetos

de software, tornando-o ineficaz a algumas organizações que o utilizam. Visualizando essa dificuldade, o embasamento desse estudo está no levantamento das falhas encontradas na implantação do Scrum, que, na definição dada pelos criadores em declarações documentadas, relatam ser um framework: leve, simples de entender e extremamente difícil de implementar, propondo o uso de ferramentas tradicionais de gerenciamento de projeto, como o PMBOK, para solucionar o ponto de maior conflito encontrado dentre a lista. Tem-se objetivo de gerar conhecimento para aplicação prática da metodologia ágil Scrum por meio de uma pesquisa aplicada, exploratória que busca obter maiores informações sobre o assunto, delimitando o tema e bibliográfica desenvolvida a partir de material disponível na forma de livros, artigos científicos, periódicos, revistas e na forma audiovisual ou em mídias digitais. Será realizada também uma pesquisa empírica em 3 (três) empresas de desenvolvimento de software, com a finalidade de verificar o grau de dificuldade no uso do Scrum e levantar os resultados obtidos depois da implantação da metodologia em termos de desempenho nas equipes de desenvolvimento.

Palavras-chave: metodologia ágil; desenvolvimento de software; SdxiM; vertente ágil.

PRINCIPAIS PATOLOGIAS NOS SISTEMAS PREDIAIS DE CINZAS ESGOTO E ÁGUAS

Antônio Vasconcelos; Letícia Borges; Ludmila Ribeiro

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo identificar as patologias prese de esgoto sanitário e de águas cinzas em um edifício residencial de médio porte na cidade de Goiânia, pós-ocupação. Destaca-se, sobretudo, a ocorrência de patologias, vazamento na junta ralo-piso, vazamento nas tubulações, vazamento de aparelhos sanitários, mal funcionamento das bacias sanitárias, odor, entupimento das tubulações, rompimento de equipamentos, obstruções de tubulações, dentre outras.

Essas não conformidades podem ocorrer em decorrência de diversos fatores: deformações das estruturas, oriundas ou não por recalque de fundação; manutenção insuficiente ou ineficaz; processo construtivo realizado com má qualidade dos materiais e acondicionamento inadequado; ou execução incorreta. A metodologia utilizada será realizada através de entrevistas aos usuários e levantamento de documentação, a fim de mapear as possíveis patologias na fase de utilização e rastrear o histórico de projeto, a fim de elaborar ferramentas que possibilitem a compreensão dos problemas diagnosticado.

Palavras-chave: Patologias Das Construções, Sistemas Prediais, Sanitárias.

TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DA CONSTRUÇÃO CIVIL - ESTUDO DE CASO

*Anderson da Silva Jesus; Thaynara Sousa Rosa; Gilberto Simões Cromes Júnior
Orientador: Antônio Claret.*

RESUMO

O presente trabalho abordará algumas maneiras e melhorias para obras, com alguns métodos para diminuição de custos operacionais e financeiros, possibilitando um lucro maior para o empreendimento. O planejamento contribui para uma melhor programação relacionada às tarefas contidas dentro de uma obra. A partir de referências bibliográficas conceituadas e abordando aspectos, maneiras e métodos que se encaixam em um planejamento de obras, este trabalho priorizou a utilização das alternativas e funcionalidade da curva S, com foco final de se obter uma tabela com índices de desempenho capaz de auxiliar no planejamento, já que o desempenho final da obra civil depende diretamente que ele seja bem sucedido.

Existe várias ferramentas que os orçamentos podem utilizar para facilitar a obtenção de bons resultados em seu planejamento. As utilizações de gráficos permitem um melhor aproveitamento dos recursos, quer sejam financeiros ou humanos, visando garantir uma maior precisão na duração da obra.

Um dos recursos é a utilização da curva S, que é a representação gráfica dos recursos físicos ou financeiros do projeto a ser assumido em função do tempo de execução. Seu nome se dá devido ao seu formato lembrar a letra S. Portanto, o presente trabalho implica no estudo da curva S, utilizando-se dados de edificações já concluídas com o objetivos de aprimorar a sua utilização a favor do planejador.

Palavras-chave: Orçamento, custos, planejamento, lucro.

ANALISE DO DESEMPENHO DA LÃ DE VIDRO COMO RECURSO PARA ISOLAMENTO ACÚSTICO EM CONSTRUÇÕES VERTICais UNIFAMILIARES

*Jairo Brenner Gonçalves de Souza; Ana Flavia Magalhaes Dantas. Orientador:
Antônio Ciarei*

RESUMO

Este trabalho expõe a avaliação da utilização da lã de vidro com o propósito de reduzir os problemas de conforto acústico, com a finalidade de construir barreiras para evitar a transferência de ruídos de um ambiente para outro, podendo assim proporcionar melhor conforto acústico. Conforme definição da ABNT NBR 12179 (1992), isolamento acústico é o processo pelo qual se procura evitar a penetração ou a saída, de ruídos ou sons, em um determinado recinto.

Será realizado o ensaio de decibéis para medir o som que passa um ambiente para outro através de alvenarias e lajes do meio externo e interno. Esse ensaio mostrará o quanto a lã de vidro é mais eficiente em relação aos outros materiais já existentes no mercado quanto ao isolamento acústico.

A melhor solução para reparar a forma como as ondas se espalham em um determinado local é a utilização da lã de vidro, com finalidade de proporcionar boa inteligibilidade da

fala e ausência de sons indesejáveis no ambiente, criando uma sensação de paz e bem-estar. Quando o som passa a ser excessivo ou indesejado, passa a ser denominado ruído, podendo afetar a mente, corpo e as atividades humanas.

A lã de vidro é o material mais viável para isolar os ruídos indesejáveis, pois é um dos isolantes acústicos mais utilizados do mundo, além de ser leve, fácil de cortar e manusear, além de ser incombustível, havendo riscos de incêndio.

Palavras-chave: Lã de vidro, Ruído, Isolamento acústico.

UM SISTEMA DE MONITORAMENTO DE AQUÁRIOS A DISTÂNCIA

Marcos Douglas de Borba Alves; Thales Baliero Takáo; Carlúcio Pereira da Silva.

RESUMO

Diversos tipos de negócio e pessoas fazem o uso de aquários, um ambiente artificial criado pelo homem para recriação de um ecossistema subaquático de rios, lagos ou marinhos para criação propícia de peixes, plantas e invertebrados. Com a grande utilidade de tecnologia em aquarismo mais a crescente utilização pelo homem e dispositivos móveis no dia a dia das pessoas, a união desses fatos não exclui a necessidade de seus donos precisarem sempre verificar as condições básicas para garantir a sobrevivência do ecossistema artificial.

O propósito deste trabalho é analisar um aquário doméstico de pequeno porte, implementar e testar uma solução de monitoramento para aquários com objetivo de automatizar tarefas essenciais realizada por seres humanos em aquários, favorecendo os seres aquáticos que necessitam de cuidados e observações diárias. E ainda, mais praticidade, economia de energia, redução de custos no processo, tempo nas manutenções, cuidados básicos em especial para aqueles que passam o dia todo fora de suas casas ou em possíveis viagens.

Entre estas tarefas monitoras, podem ser citadas: temperatura, iluminação, alimentação dos peixes, nível, ph da água e filtragem. O que será implementado por meio de sensores e atuadores conectados entre ambientes aquáticos e equipamentos eletrônicos. Os dados recebidos dos sensores serão enviados a uma placa eletrônica que utilizará um microcontrolador para processar os dados e disponibilizar informações em tempo real por interface web para os usuários.

Palavra-Chave: Aquário, Automação via Web, Microcontrolador.

MODELO DE APLICAÇÕES DE ALTA PERFORMANCE E ESCABILIDADE UTILIZANDO-SE OFRAMEWORK WEB FULL-STACK METEOR

Thiago Igor Ferreira Cardoso; Eliseu Mendes de Moraes; Thales Baliero Takao

RESUMO

Um dos maiores problemas das aplicações web, atualmente, é lidar com o crescente número de usuários da Internet. Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE, em 2014, 94,4 milhões de pessoas acessaram a internet no Brasil. Tendo em vista que a tendência

dos números é subir, as aplicações que não permitirem escalabilidade de forma eficaz perderão terreno em um cenário em que a tendência é disponibilizarem-se aplicações em nuvem, distribuídas e com milhares de requisições simultâneas. A solução para tal problema pode ser encontrada nas recentes tecnologias de frameworks com o conceito full-stack, segundo o qual processamento pode ser dividido entre o cliente e o servidor de forma que para o cliente tem-se a sensação de que as ações são realizadas instantaneamente.

Este trabalho tem por finalidade analisar e apresentar o Framework Meteor como uma solução para desenvolver aplicações web escaláveis e de alta performance. A metodologia a ser adotada será a pesquisa aplicada e exploratória, pois será desenvolvido um protótipo utilizando o framework citado; quantitativa, já que serão realizados testes de estresse e esses serão quantificados e analisados estatisticamente; e, por fim, bibliográfica, uma vez que será utilizada uma vasta bibliografia que envolve o arcabouço de aplicações distribuídas e escaláveis.

A utilização de um framework web full-stack, como o Meteor, garante um rápido desenvolvimento de aplicações, uma vez que a curva de aprendizado é baixa, o que gera uma alta produtividade. De tal modo, será possível desenvolver aplicações das quais já se tem domínio do negócio, em grande velocidade e com suporte a escalabilidade. Será abordado nesse tipo de aplicação a escalabilidade vertical, que tem como objetivo permitir o uso da aplicação por uma quantidade maior de clientes sem que sejam necessárias mudanças no software.

Palavras-chave: Escalabilidade; Full-Stack; Sistemas Distribuídos; Meteor.

A APLICAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NAS CONSTRUTORAS EMGOIÂNIA.

Marcus Henrique Ribeiro Gordo

RESUMO

Conhecer os mecanismos que dificultam a manutenção do Sistema de Gestão da Qualidade torna-se uma importante ferramenta para diminuir os problemas deste processo na Construção Civil, que podem ser muitos, tais como: não seguir os procedimentos, instruções, formulários ou registros documentados definidos pelo sistema de gestão da organização, que, na maioria das vezes, ocorre por falta de compromisso dos envolvidos na gestão. Com isso, a importância do SGQ é apresentar as definições da qualidade adotadas pela ISO 9001:2008 e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat e as ferramentas que serão utilizadas na etapa de planejamento, garantia e controle da qualidade.

Palavras-chave: (SGQ) - Sistema de Gestão da Qualidade; (PBQP-H) – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat; (NBR ISSO 9001:2008) Brasileira.

AVALIAÇÃO DE PATOLOGIAS E RECUPERAÇÃO DE BASE DE PAVIMENTOS FLEXÍVEIS DE UM TRECHO DA AV. GOIÁS NORT-BRT

Layna Moura Pantaleão de Mendonça; Demilly Rutielly Narciso

RESUMO

O local escolhido para a realização do estudo de caso se situa na Avenida Genésio Lima Brito, setor Balneário Meia Ponte, no trecho entre as estacas 935 a 970, que sempre foi muito utilizado pelo fato de cortar vários setores facilmente e fluência no trânsito. Por ser uma via de alto nível de tráfego, ao passar dos anos, o antigo revestimento foi se deteriorando e comprometendo sua estrutura. Foi direcionada para essa avenida a construção de um transporte rápido por ônibus (BRT – Bus Rapid Transit), que será feito com pavimento rígido; com isso, o fluxo aumentará ainda mais o pavimento já bem deteriorado se esgotará. Com isso, houve uma necessidade de reforçar trechos, recuperando-os para atender aos requisitos de uma via que traga conforto, segurança e qualidade. Portanto, este trabalho terá como principal objetivo estudar as patologias nos pavimentos flexíveis e mostrar a recuperação do trecho citado acima.

Palavras-chave: Pavimentos flexíveis. Patologias. Recuperação. Manutenção.

IMPLEMENTAR UM ALARME PREDIAL COM NOTIFICAÇÃO VIA MENSAGEM SMS, UTILIZANDO REDE GSM

Marcos Aurélio Evelin de Carvalho Júnior; Thales Baliero Tákao.

RESUMO

Estamos convivendo numa sociedade com alta taxa de criminalidade, estando entre essas, os furtos em residências e prédios comerciais. Afim evitar essas ocorrências, utilizando-se de alguns métodos tradicionais, como cães e ferozes, como cercas elétricas ou câmeras de segurança, mas nenhum desses métodos será de informar que possa estar havendo um furto no local. Com a tecnologia que temos hoje é totalmente possível desenvolver um dispositivo que informe sobre eventual furto em sua residência e, com essas informações em mãos, é possível tomar uma decisão sobre o que fazer sobre o fato, como acionar as autoridades policiais o mais rápido possível.

Este trabalho tem o objetivo de fazer um dispositivo que será nada menos que um sensor infravermelho (de presença) incorporado a um hardware, microprocessador da Microchip, popularmente conhecido como PIC, utilizando a linguagem C capaz de interpretar a informação recebida pelo sensor e tratar a fim de enviar uma notificação via mensagem de texto SMS (Short Message Service), utilizando a rede de celular com a frequência GSM (Groupe Special Mobile), que é a mesma popular no Brasil, para o dono, ou a outra pessoa à sua escolha, para tomar as medidas possíveis, assim evitando o roubo em sua propriedade. Analisando a eficácia do produto em questão e seu custo de implementação, será possível saber se será viável o projeto de segurança residencial.

Palavras-chave: Sensor de presença; mensagem de texto.

PLANO DE LUBRIFICAÇÃO EM MANCAIS DE ROLAMENTO DA ESTAÇÃO ELAVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA DO SISTEMA MEIA PONTE

Evandro Rodrigues Alves; Bruno Rocha Cardoso.

RESUMO

Realizar-se-á um estudo em catálogos de fabricantes de rolamentos e bombas, para verificação do método correto de lubrificação. Em seguida, uma análise quanto à eficiência do sistema adotado pela empresa Saneago. Este trabalho visa ressaltar a importância de um plano de lubrificação eficiente em mancais de rolamentos em bombas centrífugas de abastecimento de água, evitando, assim, paradas no sistema para manutenção e troca de equipamentos, o que resultaria em grandes transtornos para grande parte da população de Goiânia e algumas cidades do entorno, devido à enorme demanda por abastecimento. A escolha de um plano correto de lubrificação dos mancais de rolamentos será feita baseando-se em livros que abordem elementos de máquinas, programas de manutenção preditiva e preventiva, artigos científicos que abordem o tema “manutenção industrial”, catálogos de fabricantes e normas de regulamentação. Esse levantamento tem como objetivo obter conhecimento teóricos dos equipamentos que compõem o sistema de mancais de rolamento, que favoreça a criação de um plano capaz de aumentar a disponibilidade dos equipamentos sem a necessidade de intervenção de equipes de manutenção. Visando à maior obtenção de conhecimento sobre a rotina de manutenção dos equipamentos, serão analisando na empresa, através de visitas técnicas, os registros e check-list de lubrificação. Essas ação é necessária para compreensão da realidade em loco, possibilitando alteração específicas, para gerar um plano de lubrificação que leve em consideração as adversidades diárias encontradas na operação. Ao final, será proposto um novo modo de avaliação da situação dos mancais das bombas e a formulação de novo check-list de inspeção.

Palavras-chave: Mancais; Rolamentos; Lubrificação.

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZANTE EM BALDRAMES

Victor Henrique E. Castro; Amanda R. Alves; Danilo de O. Silva; Antônio Claret de A. Gama Júnior.

RESUMO

Nos últimos anos, a construção civil teve um aumento significativo no País, devido à facilidade de aquisição através de diversos planos de financiamentos bancários. Com o avançado crescimento no número de obras executadas, ocorre também o crescimento dos problemas nos termos de execução e projeto. Segundo a ABNT NBR 9575:2010, o projeto de impermeabilização deve ser desenvolvido e compatibilizado juntamente com os demais projetos de construção. Impermeabilizar é uma função essencial na construção civil, a viga baldrame em especial, pois ela está em contato direto com o solo e diretamente exposta à umidade. Quando a impermeabilização não é feita conforme as necessidades de projeto ou não atendendo às especificações do fabricante do produto, podem ocorrer danos na obra devido à infiltração. Alguns desses danos podem acarretar problemas estruturais, problemas estéticos ou até mesmo comprometer toda a estrutura da edificação. Garantindo uma impermeabilização perfeita e correta, eliminamos os riscos causados pela tão temida umidade, podendo garantir um melhor desempenho e vida útil da edificação. No presente trabalho, será feito um levantamento de estudo de caso real, serão apresentados os danos causados pela falta ou falha na impermeabilização de

baldrames nas edificações. Os danos decorrentes da umidade são os mais diversos possíveis, podendo ser estrutural, funcional e arquitetônico.

Palavras-chave: Impermeabilização. Danos. Umidade.

MINERAÇÃO DE DADOS E DESCOBERTA DE PADRÕES DE CONSUMO EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

Flávia Angelina leite Dantas; Leopoldo Gabriel Rocha e Silva; Rogério Neves Pereira.

RESUMO

A pesquisa tem por finalidade realizar a análise de viabilidade da utilização de técnicas de mineração de dados em uma empresa de pequeno porte, utilizando ferramentas gratuitas que são mais conhecidas no mercado.

Diante da notável evolução da computação e do comércio eletrônico, as empresas acabam competindo com outras de diversos países, e a informação e o conhecimento estão sendo cada vez mais elementos fundamentais para um melhor posicionamento no mercado, o que acaba fazendo com que empresas de pequeno porte encontrem dificuldades no seu crescimento mercadológico. Este trabalho tem como objetivo utilizar essas ferramentas de estudo para melhor tratamento, apresentação e disponibilidade de informações que influenciam no aumento competitivo da empresa e no apoio aos processos de tomadas de decisões que acontecem diariamente na empresa fornecendo novas hipóteses e padrões que até então eram desconhecidas. Com a qualidade dessas informações, o gestor pode aumentar o valor agregado de seus produtos, reduzir os custos da empresa para um melhor controle de seu negócio, levando-o a ter um melhor aperfeiçoamento diante das grandes corporações. Empregando estas novas informações, a empresa terá capacidade de agir rapidamente diante de novos que ainda estão por vim. Os resultados mostraram que, com essas informações, é possível auxiliar a empresa a identificar tendências, nos processo de formação de promoções, avaliar o comportamento do cliente em relação às compras, evitar a compra de produtos que possuem uma baixa rotatividade no estoque, estratégias em marketing, impulsionando a margem de lucro da empresa, melhorando a gestão do negócio, a lucratividade, a produtividade, e, principalmente, os alinhamentos das estratégias da empresa.

Palavras-chave: Descoberta de Padrões, Dados, Modelo de Dados.

GESTÃO DE LOGÍSTICA NO CANTEIRO DE OBRAS

José Vítor da Cruz Galdino; José Vítor Da Cruz Galdino; Bruno Rocha Cardoso.

RESUMO

O planejamento do canteiro de obras, em particular, tem sido um dos aspectos mais negligenciados na indústria da construção, sendo que as decisões são tomadas à medida que os problemas surgem no decorrer da execução.

Em consequência, os canteiros de obras muitas vezes deixam a desejar em termos de organização e segurança, fazendo com que, criem imagens negativas nas empresas no mercado. Embora seja reconhecido que o planejamento do canteiro desempenha um papel fundamental na eficiência das operações, cumprimento de prazos, custos e qualidade da construção, geralmente os projetistas aprendem a realizar tal atividade somente através

da tentativa e erro, ao longo da carreira. Também se conclui que raramente existe um método definido para o planejamento de canteiro, pois cada obra é um caso diferente a tratar. Este trabalho aborda uma análise de projeto e levantamento de dados, através de um estudo de caso de um projeto de canteiro de obras, com intuito de avaliar uma etapa que demanda maior quantidade de pessoas e serviços, a fim de diminuir o tempo de deslocamento e melhora da produtividade. Por isso, o projeto de canteiro de obras é um dos principais instrumentos para o planejamento e organização da logística da obra. A ausência de planejamento pode promover um canteiro de obras desprovido da logística e organização necessária para garantir o ambiente de trabalho adequado ao desenvolvimento da função produção de um obra. Atendendo aos requisitos das normas NR-18 e NBR-12284, é possível tornar o canteiro em um lugar seguro, organizado e agradável para o trabalho dos funcionários direta e indireta envolvidos.

Palavras-chave: Logística; Canteiro de Obras; Planejamento.

EIXO – 2

Este trabalho discute o cenário de desigualdade para as mulheres no mundo jurídico que é objeto de proteção do direito constitucional, enfatizando a importância da igualdade de direito em relação ao gênero, garantindo a isonomia entre homens e mulheres.

Com o advento da Constituição de 1988, houve a promoção de maiores garantias e de maior conteúdo jurídico para que as brasileiras pudessem lutar para ocupar e conquistar, cada vez mais, espaços nas áreas sociais, políticas, econômicas e garantir sua integridade física e moral, tendo como primordial o respeito e os seus direitos resguardados, exemplificado pelas Leis 11.340/06 popularmente conhecida como a Lei Maria da Penha e a Lei 13.104/15, que inclui ao homicídio qualificado o feminicídio, que é caracterizado como um crime hediondo. Sendo assim, surge o questionamento e a tomada de consciência em torno da especificidade da mulher, de sua condição, de discriminação, de alienação, de exclusão e de violência, levando em conta o machismo e os preceitos dogmáticos implantados na sociedade. Utiliza-se o método indutivo e, como auxiliar, o método empírico.

Deste modo, este trabalho trata da ineficácia dos direitos fundamentais para o sexo feminino no mundo jurídico, referindo-se à igualdade e à indistinção de qualquer natureza, no qual todos são iguais perante a lei, assim previsto no Art 5º, caput e inciso I, afirmando que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, em que os direitos e deveres referentes a sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher; está incluso no Art. 226. Parágrafo 5, nos termos da Constituição.

Palavras-chave: Desigualdade; Gênero; Igualdade.

VARAS DE REFORMA AGRÁRIA, CONFLITOS AGRÁRIOS E SUAS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Maurício Silva Furtado; Leonardo Mendanha da Silva; Etenir Felipe Lopes Flonorato; Gláucia Maria Teodoro Reis

RESUMO

OS PROJETOS DE LEI DA BANCADA EVANGÉLICA: UMA ANALISE DOS ASPECTOS POLÍTICO, JURÍDICOS IDEILÓGICOS

Jonathan Rodrigues da Silva Sousa; Vanderlei Luiz Weber

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar os projetos da bancada evangélica apresentados na Câmara dos Deputados, com a finalidade de compreender os relativos aspectos jurídicos e políticos e perceber as intenções, os objetivos que essa bancada pretende alcançar, e os seus efeitos para com a sociedade. Para tanto, serão analisados os projetos, PEC 99/11, PEC 234/11, INC 5078/05, entre outros, em seus artigos e na sua redação como um todo. Sabe-se que, quando um projeto de lei ou de emenda constitucional é apresentado, ele envolve não apenas as intenções declaradas, mas também objetivos que estão conectados com as ambições políticas de uma determinada bancada. Assim, este trabalho pretende analisar os conceitos político-ideológicos a respeito desses projetos, X relacionando-os com o contexto política brasileira atual.

Palavras-chave: Projeto de lei. Bancada Evangélica. Câmara dos Deputados.

A INEFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PARA AS MULHERES EM VIRTUDE DA FALTA DE APLICABILIDADE NO MUNDO JURÍDICO.

Lorrany Aparecida Alves Vieira; Philippe Melo de Oliveira Coimbra; Feliciano Campos Melo; Ludimila Alves Lima, Isadora Melo de Oliveira Coimbra e Glaucia Maria Teodoro Reis.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor a possibilidade de resolução dos conflitos agrários no Brasil, enfatizando, no âmbito da disciplina de Direito Agrário, as lutas populares ocasionadas pela posse da terra. Historicamente, o país é caracterizado por um alto número de latifúndios, contrastando com uma quantidade grande de pequenos trabalhadores rurais que não possuem terra para desenvolver suas atividades, sendo mais tarde as imensas proporções de terra não-cultivadas dos latifundiários vistas por eles como uma oportunidade de conseguirem uma vida melhor para si e seus familiares, desenvolvida através do trabalho rural. Desse modo, surgem os conflitos. A resolução dessas contendas coletivas pela posse de terra é vislumbrada com a instituição da justiça agrária, que visa solucionar tais hostilidades com base no estatuto da terra, criado em 1964, e que impõe ao Estado a obrigação de garantir o direito ao acesso à terra para quem nela vive e trabalha. Para explicar se tais conflitos agrários estão realmente sendo sanados, será utilizado o método de abordagem dialético materialista, que busca explicar contradições e conflitos durante um processo histórico de fenômenos ao invés de simplesmente descrevê-los. Também será usado o método dedutivo, utilizando-se da pesquisa de artigos científicos e de obras doutrinárias, para tentar de forma eficaz mostrar por completo todo o problema e, assim, tentar a apresentar uma provável solução para o tema e contribuir para que este problema seja N resolvido ou minimizado.

Palavras-chave: Conflitos; Agrários; Brasil.

VIGÊNCIA E EFICÁCIA DO DIREITO À IGUALDADE.

*Caroline Alves Ribeiro; Fernanda da Costa Silva; Iara Gonçalves de Souza;
Orientador. João Miguel Neto*

RESUMO

Pretende-se neste artigo abordar a aplicabilidade do direito à igualdade, através do estudo doutrinário de sua vigência e eficácia, por tratar-se de um direito de extrema importância para a proteção da autonomia privada, a liberdade e o direito ao livre desenvolvimento da personalidade. As Constituições Brasileiras sempre consagraram tal direito. No âmbito internacional a Declaração Universal dos Direitos do Homem vaticina que, em razão de sua igualdade, as pessoas “tem direito, sem discriminação alguma, à igual proteção da lei”. Desampara, assim, discriminações ilegítimas, e ^ reconhece a igualdade de todo e cada indivíduo. Pelo método dedutivo, apresenta por objetivo a viabilidade de reforçar o processo democrático através da inclusão de minorias. Minoria em questão não é identificada por magnitude numérica, mas, sim, por sua condição vulnerável, pela incapacidade de defender de forma eficaz os próprios interesses e pela submissão perante a autoridade, controle ou poder de outros. O interesse do amparo legislativo é valorizar a igualdade e advertir ao Estado formas obrigatórias de atingi-la, que enseja sua postura ativa, porque sozinhos são inaptos a alcançar plena efetividade, posto a necessidade do arsenal de direitos fundamentais constitucionalmente garantidos enquanto normas de eficácia plena capazes de assegurar às minorias o direito ao tratamento diferenciado e, portanto, à igualdade material. Pode-se concluir, não definitivamente, pela adoção de ações afirmativas, com propósito de alcançar a eficácia da igualdade proclamada e assegurada. Para Eduardo Cambi, trata-se de uma resposta ao fracasso da neutralidade estatal em efetivar os direitos humanos previstos, que exigiam intervenções mais profundas na realidade e, ainda, que o Brasil tenha adotado algumas ações afirmativas, há uma \ resistência que mina a força contra o preconceito. Assim, buscar pela igualdade é parte da concretização dos demais direitos humanos fundamentais que resulta de duras e difíceis \ conquistas sociais e superações das diversas diferenças entre sujeitos de direito.

Palavras-chave: Igualdade; Isonomia; Ações Afirmativas.

LIMITAÇÃO VOLUNTÁRIA DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS IRRENUNCIÁVEIS

*Acaio Francisco Valentel; Jeymeson Belizario Guimarães2\ Leticia Cabral Gomes3;
Rilnney Marllon Rodrigues Barbosa4; Vitor Mendes dos Santos 5; João Miguel Neto6.*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a limitação voluntária do exercício dos direitos irrenunciáveis. O Art.11º do código civil prevê que, salvo os casos previstos em lei são intransmissíveis e irrenunciáveis os direitos de personalidade. Atualmente, o STJ se pronunciou em sentido contrário afirmando que os direitos de personalidade podem sofrer limitação voluntária desde que não permanente e nem geral, por exemplo, programas de Reality Show como o Big Brother Brasil em que os participantes renunciam o direito à privacidade e intimidade ao terem sua rotina mostrada pelo programa. Todavia, a discussão atinge patamares mais complexos quando envolve, por exemplo, os casos de

transfusão de sangue envolvendo testemunhas de Jeová. Estes são classificados como uma denominação religiosa difundida pelo mundo de origem Americana e que pregam a não aceitação de transfusão de sangue devido ao entendimento que têm do estudo Bíblico. A Constituição Federal consagra em seu Art.5º o direito à liberdade de religião e que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, mas qual seria o limite desses direitos? Em casos médicos, a transfusão de sangue se possível poderia ser substituída por um tratamento alternativo, entretanto em casos graves com risco de morte poderia o paciente recusar a transfusão? O código de ética médica proíbe desrespeitar o direito do paciente, salvo em casos de risco de morte, resultando na penalização do médico caso contrarie o dispositivo. Concluindo, atualmente o paciente não pode recusar a transfusão de sangue em caso de iminente risco de morte, pois a vida antecede o direito à liberdade, aqui incluída a liberdade de religião, contudo, ainda que de forma tímida, um pequeno grupo de médicos e juristas tende a reconhecer totalmente os direitos do paciente independentemente do risco que ele esteja correndo.

Palavras-chave: Direitos Irrenunciáveis; Direitos Fundamentais; Limitação Voluntária.

DIREITO HUMANO À ÁGUA: A EFETIVIDADE DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO NA LEI DOS RECURSOS HÍDRICOS

Adrieny Fernandes Vieira. Orientador: Guilherme Martins Teixeira Borges

RESUMO

O presente trabalho aborda um dos temas mais discutidos do mundo, água. O Brasil é um dos países com maior quantidade hídrica do mundo, resultando em grandes responsabilidades em todos os aspectos, os recursos hídricos são regulamentados por inúmeras normas que concebem as Políticas de Recursos Hídricos. Destaca-se a magnitude do tema, uma vez que se trata de direito fundamental de categoria particular e social de todo cidadão. E os marcos legais que regulamentam o direito à água no Brasil e na Constituição Federal de 1988, que evoluíram de acordo com as requisições, benefícios e finalidade de cada época, abordará a evolução das leis brasileiras, e a lei de águas que é constituída por 57 artigos que destacam as noções básicas da Política Nacional dos Recursos Hídricos, seus motivos, traçando as orientações de funcionamento e os planos de recursos hídricos, além de rejeitar uma concentração especial à cessão de direito de uso, instituindo, ainda, a oportunidade de arrecadação pelo uso desses recursos. Nesse sentido, a pesquisa elegerá o método dedutivo, vez que a pesquisa em comento iniciará pela análise de uma premissa geral, qual seja o direito à água potável, e de uma premissa menor, os instrumentos de proteção aos recursos hídricos no ordenamento brasileiro, para, então, chegar-se ao objetivo almejado, isto é, analisar a efetivação dos instrumentos de proteção previstos na Política Nacional dos Recursos Hídricos. Elegerá ainda as técnicas de pesquisa bibliográficas, em especial abordagens doutrinárias, jurisprudências e revisões de literatura visando compreender analiticamente a efetividade dos instrumentos nos recursos hídricos na promoção e proteção do direito à água.

Palavras-chave: Água. Recursos Hídricos. Direito Fundamental. Instrumentos Legais.

O DESARMAMENTO E SEU REFLEXO NA SOCIEDADE

*Julio César Souza Oliveira; Murilo Monteiro Magalhaes; Paulo Camilo Verzeloni
Worleans Luiz Nogueira Santana; Orientado; Marcos Vinícius*

RESUMO

Crimes bárbaros povoam os programas sensacionalistas da tarde. Nas redes sociais, há sempre alguém a dizer que ficará fora do ar pelos próximos dias, pois lhe roubaram o celular. Em sinais fechados, calçadas vazias, boates cheias ou arquibancadas de estádio, a ameaça à integridade física é latente. Recorrer a quem? Há muita desconfiança em relação à polícia, por causa dos exemplos pródigos de descaso e abuso. Ter o direito de portar uma arma de fogo, para garantir a própria defesa, parece razoável para muita gente. Os americanos fazem isso. O contrário - ser proibido de andar armado - parece assegurar aos bandidos uma vantagem a mais, a certeza de estar diante de um desarmado. De um impotente. O medo é legítimo, mas um mau conselheiro pessoal e um péssimo orientador de políticas públicas. O apoio popular é o principal argumento por trás do Projeto de Lei 3.722/2012, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) - que, se aprovado, facilitará o porte de armas de fogo. Em discussão em uma comissão especial na Câmara dos Deputados, o PL 3.722, na prática, propõe a anulação do Estatuto do Desarmamento (ED), em vigor desde 2003. O Estatuto não é uma panaceia, uma bala de prata capaz de derrotar o crime. O Brasil deve a si mesmo uma polícia com mais treinamento e mais equipamentos, e uma Justiça mais ágil e eficaz.

Palavras-chave: Desarmamento. Criminalidade. Armas de fogo.

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR VIOLAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

Aliaria Fernanda Santos Belizário; Guilherme Martins Teixeira Borges

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo proporcionar a verificação e o entendimento da responsabilidade civil dentro da percepção do direito ao esquecimento, decorrente da realidade fática. Irá abordar questões sobre como é conceituado o direito ao esquecimento, que é também denominado nos Estados Unidos como *the right to be and alone* que significa direito de ser deixado em paz ou direito de estar só, também é conhecido no direito espanhol como *Derecho al alivio*. A pesquisa vai empregar principalmente o método dedutivo e métodos de pesquisas pautados em revisões bibliográficas e jurisprudências sobre o tema, com vistas a compreender a aplicação da responsabilidade civil no contexto do direito ao esquecimento. As técnicas de pesquisas concentrar-se-ão em revisões bibliográficas e levantamento de dados. Para tanto, serão utilizadas abordagens teóricas, estudos normativos como jurisprudências para estudo de casos concretos, bem como consulta às produções de caráter científico de autores renomados. Foi necessário, em algumas situações, fazer uma abordagem sob o contexto sociológico, em casos como, por exemplo, da Chacina na Candelária, que ocorreu em julho de 1993 no Rio de Janeiro: durante a madrugada, um grupo de policiais dispararam vários tiros, em frente à Igreja Candelária, havia cerca de 70 crianças e adolescentes que dormiam nas escadarias da igreja, algumas ficaram feridas e outras vieram a óbito. Ficou, no entanto, comprovado que três policiais eram inocentes. O recurso julgado pelo STJ

condenou a Rede Globo a pagar uma indenização ao acusado, tendo em vista que ele era inocente.

Palavras-chave Direito ao esquecimento. Responsabilidade civil. Dignidade da pessoa humana.

A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO E A OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER DO ESTADO

Alessandro Mendes Martins; Augusto Agnel Guirino Cristofano; Lucas Henrique França dos Santos; Luís Eduardo Castro; Marcelo Gonçalves Ferreira; Wanderson Cavalcante Cunha; Orientadora: Prof.^a. Luciana Ramos Jordão

RESUMO

Podemos classificar de “Instituto” o termo Inclusão Social, pelas extensivas variantes aplicadas e conjunturas políticas que dela se exacerbam o princípio ético e formal. Nossa Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assim diz no seu *caput*: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade,...”, provém dizer que o próprio Estado burla esse artigo, quando não consegue levar à população por inteiro esses direitos adquiridos em papel, mas subscritos na sociedade, notadamente aplicável este fato à educação. O acesso ao Ensino Superior e profissional para grande parte da sociedade, singular a de baixa renda, necessita de ações governamentais para alcançar esse objetivo. Quando se trata de educação, muitas vezes pagamos em dobro pelo ensino dos filhos em escola privada. Ocorre que as crianças têm o direito ao ensino público gratuito e de qualidade. Breve dizer que aqueles que não têm as condições de arcar com altos custos, buscam o ensino público para ao mínimo instruir seu filho, e com a perspectiva futura de ele atingir o ensino universitário. Entretanto, incorre sobre o Estado a responsabilidade civil pela inoperância ao acesso do educando ao Ensino Fundamental e Médio, não oferecendo vagas suficientes, refletindo diretamente no futuro desses cidadãos que veem extirpados seus direitos. Aquele que vence essa primeira batalha, saindo do rol dos excluídos, depara-se novamente com a seara da exclusão social por não ter condições de seguir nos estudos. A inclusão social se faz importante neste momento para a educação deste indivíduo, objetivando aos mais necessitados a oportunidade de ingressar no ensino universitário. Com o advento do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), essa inclusão ficou mais acessível, porém não mais justa.

Palavras-chave: Inclusão social; Estado; Educação; Obrigações; Direitos.

AS DIVERSAS FACES DAS FAMÍLIAS HODIERNAS

Jhéssica Medeiros de Oliveira; Jéssyka Kristyna Feitosa; Lesley Alves Tavares; Sthefanny Teles Benvindo; Orientador: Luciano Chaveiro.

RESUMO

Desde a antiguidade aos dias hodiernos no âmbito histórico, a família se divide em três modelos familiares: Tradicional (até meados do séc. XIX), Romântica (de meados do século XIX até os anos de 1960) e Contemporânea (desde os anos de 1960). No modelo Tradicional, o patriarca mantinha a ordem e era responsável pelas questões financeiras. Ademais, ele possuía o poder de decisão sobre a sua esposa e filhos. As mulheres da época tinham o dever sobre questões domésticas, como, por exemplo, cozinhar e cuidar da prole, sendo totalmente submissa às vontades do pater. Já no modelo Romântico, o poder patriarcal sofre uma descentralização, pois as pessoas passam a gozar de certa autonomia em relação à profissão e à escolha de seu futuro cônjuge. No Brasil, com a vigência do Código Civil de 1916, a família só era considerada como tal a partir do casamento em registro público não reconhecendo, então, uniões advindas somente a partir de afeto. Hodieramente, esse cenário mudou desde as mudanças sociais e econômicas sofridas na segunda metade do século passado, como, por exemplo, as revoluções industriais. Contudo, a inserção da mulher no mercado de trabalho foi de extrema importância para adquirir independência financeira. Este fato influenciou diretamente na formação familiar, a afetividade se torna a principal questão para a constituição da família como homoafetivas, unilaterais e bilaterais. Sendo assim, a revolução científica deu oportunidade a essas diversas formações. Portanto, o ordenamento jurídico se adequou à nova mentalidade social, democratizando a união advinda da questão afetiva.

Palavras-chave: Família; Diferenças; Democratização; Jurisdição.

A CULTURA DO MACHISMO NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Aline Costa de Moura Melo; Gabryella Eduarda Freitas Ishio; Luan Alves da Silva; Mvllena Pereira da Costa; Orientador: Anderson Brasil

RESUMO

Violência física, moral, sexual ou psicológica, seja qual for o tipo, milhares de mulheres convivem diariamente com ela. A violência contra a mulher é algo secular, e mesmo após décadas de lutas e reivindicações, ainda nos deparamos com inúmeros casos, muitas vezes cruéis e bárbaros, dessa violência. As mulheres sempre foram tratadas, historicamente, como um ser inferior. Ainda hoje é possível notar as diferenças entre homem e mulher, principalmente, no mercado de trabalho e nas relações amorosas, reafirmando a cultura machista. Quando falamos de mercado de trabalho, podemos citar que, um homem e uma mulher, ambos exercendo o mesmo cargo, podem receber salários diferentes, sendo o da mulher, inferior, e, quando falamos de relações amorosas, podemos citar o sentimento de pose e a autoridade que muitos homens têm sobre suas mulheres. Apesar de serem amparadas por diversas leis como a Lei Maria da Penha, e agora, recentemente sancionada, a Lei do Feminicídio, a aplicabilidade dessa legislação ainda é um problema. Só em 2015, foram registradas mais de 32 mil ligações relatando violência contra a mulher, segundo o Ligue 180, que é o telefone da Central de Atendimento à Mulher, um disque-denúncia do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A culpa não é e nunca será das mulheres vítimas de violência, por muitas vezes perdoarem seus companheiros agressores ou não denunciarem por medo ou vergonha, o problema está na raiz da sociedade, está no processo de socialização e nas relações

desiguais, na educação sexista, que trata meninos como ‘machinhos’ e meninas como ‘princesinhas’ e, principalmente, na cultura machista ainda tão aflorada em nosso país.

Palavras-chave: Violência; Mulheres; Machista.

ACHADO NÃO É ROUBADO, MAS É CRIME.

Leonardo Santana: Leonardo Melo; Matheus Caetano; Rahilton Maciel; Raniel Nascimento de Souza.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para o conhecimento e discussão do assunto e informar aos leitores, auxiliar e esclarecer algumas dúvidas sobre um tema comum e desconhecido por grande parte da população brasileira, apropriação de coisa achada, muito presente em nosso cotidiano e, consequentemente, torna-se um tema curioso. São analisados casos de grande repercussão na mídia brasileira como formas de exemplos para os leitores. Fundamentam-se no Art. 169 do Código Penal, no Art. 1.170 do Código de Processo Civil, Jurisprudências e alguns princípios, obtendo-se informações imprescindíveis para a conclusão da obra e abordando os principais pontos para um maior entendimento. No artigo, os autores expõem diferentes maneiras de como ocorre o crime, podendo até ser caracterizado como furto. É possível identificar a grande falta de informações sobre o crime, e casos de relevância sem conhecimento da justiça. Por fim, é possível concluir que o crime de apropriação de coisa achada possui o reconhecimento do judiciário, e que, pelo simples fato de poucos pensarem sobre as atitudes certas a serem tomadas e relevante desconhecimento da ação, torna tema ainda mais interessante. Pois é de saber popular que achado não constitui crime, que não deixa de ser verdade, mas a não realização das medidas viáveis constitui-se em furto. Tema que será trabalhado e desenvolvido em nossa obra.

Palavras-chave: Dúvidas. Desconhecido. Apropriação de coisa achada. Cotidiano. Interessante. Conhecimento. Art. 169, CP.

RESPONSABILIDADE DO ESTADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Stéffany Augusta nevesrl; Wanessa Gonçalves Crus Vargas; Welder Nunes Lima de Carvalho, Wylegaignon Vargas de Oliveira; Anderson Brasil

RESUMO

Este trabalho busca apresentar a realidade vivida por adolescentes em situações de vulnerabilidade que ingressam na criminalidade cada vez mais novos. Adolescente, para o efeito da lei, é compreendido entre 12 e 18 anos de idade. Citaremos através de pesquisas bibliográficas a forma omissa do Estado em suas medidas sociais para confrontar a violência e o acesso à criminalidade. O comprometimento analisados sobre os jovens é consoante com a Constituição Federal em seu artigo 227, sendo responsabilidade de todos o respeito aos direitos fundamentais. Longe da proteção e da atuação efetiva do Estado, têm seus direitos cerceados, são seduzidos pelo crime e passam a cometer infrações devido ao círculo vicioso presente nas comunidades com a falta de

capacidade Estatal em promover o equilíbrio social. Destarte, com o descaso do poder público com as políticas sociais sérias, os adolescentes buscam propiciar uma forma de convivência “digna” para ele e sua família, um padrão de vida não compatível com sua realidade. Para isso, associam-se nesse meio ardilosamente, às vezes sem volta, em que as políticas de ressocialização são ineficazes. O objetivo é rever padrões adotados pelas leis e buscar sua eficácia, cobrando dos poderes competentes a plena finalidade da legislação, e a não culpabilidade absoluta dos órgãos de segurança públicas. Conclui-se que devemos realizar políticas públicas conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 70: “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e adolescente”.

Palavras-chave: Adolescente; Responsabilidade; Estado.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL SOB O FOCO DA SOCIOLOGIA

Barbara Crityna de Almeida Leles; Brígido Inácio Moraes Filho; Letícia Sousa e Silva; Marco Aurélio Dias Melo; Marcos Antonio Figueiredo; Tatiane dos Prazeres de Sousa; Orientador Marcos Vinícius Rodrigues

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar a controvérsia da redução da maioridade penal como solução para a diminuição da criminalidade no Brasil, levando em conta os aspectos sócias da sociedade em questão. Debater os diversos posicionamentos sobre o assunto. Analisar os fatores comuns dos menores infratores, com base em dados informativos. Refletir sobre o fato de que, nos 54 países que fizeram essa redução, não houve diminuição da violência, por isso alguns destes retrocederam em sua decisão. Discutir o papel do Estado nesta antítese se é preferível este tratar apenas dos efeitos deste elevado índice de criminalidade ou cuidar da causa desta. Utiliza-se o método indutivo, pois, primeiramente, foi realizada a análise dos fatos para, logo em seguida, fazer-se a conclusão, e o método comparativo, porque, ao longo do trabalho, foram feitas algumas comparações. Conclui-se que toda a soma de estudo leva a refletir que essa doença precisa ser curada pela raiz e não apenas remediar seus efeitos, que num sistema socioeducativo o índice de reincidência é de 20% desse menor, enquanto que no nosso sistema prisional ocorre o inverso.

Palavras-chave: Redução da maioridade penal; Fatores Sociais; Medidas Socioeducativas.

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Flaviane Lucas Gonçalves; Iara Gonçalves de Souza; Janne Leidy Lima dos Reis; Jonathan de Sousa Amaral; Marcos Antônio Cespedes Filho; Navara Aguiar da Silva; Luciana Ramos Jordão

RESUMO

Este trabalho aborda a produção e o consumo de alimentos suficientes à sua população com o intuito de definir as políticas e estratégias para uma produção sustentável com comercialização e distribuição de alimentos moldando às variações culturais da população Brasileira. Apresenta como proposta a ideia de que cada povo deve controlar

seu mercado interno, definindo suas políticas agrícolas e alimentares, evitando a dependência de produtos excedentes advindos de outros países. No Brasil, precisam ser aplicadas medidas políticas com o objetivo de promover um aumento na produção alimentar gerando estabilidade de preços ao consumidor, reduzindo os efeitos da inflação e visando garantir o direito à alimentação para toda a população. Esta política aumentaria a criação de empregos diretamente e uma diversidade de alimentos circulando no país. Utiliza o método indutivo, em que demonstra os fatos do processo de produção e de consumo de alimentos suficientes para população em uma premissa menor, logo esse processo deverá ter uma abrangência maior e universal que as premissas. A Soberania Alimentar se dá no processo de produção: de quem produz, de como produzir, do que produzir e para quem produzir. No entanto, somente será possível, se acontecer em paralelo com a soberania política dos povos que precisam ter condições políticas para exercer a **autonomia dos seus territórios** sobre o Estado, para que este possa aplicar políticas que gerem autonomia na produção de alimentos. Conclui que há necessidade do reconhecimento do direito de todo ser humano ao desenvolvimento, e, para que se alcance este objetivo, é necessário cumprir as demandas humanas básicas como alimentação básica e de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. A soberania alimentar se pauta em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana.

Palavras-chave: Soberania Alimentar; Desenvolvimento Sustentável; Constituição; Antropologia Jurídica.

CONTITUIÇÃO E ALTERIDADE: OS DIREITOS INDÍGENAS NO ENSINO JURÍDICO.

Ingridy Lorena Gomes Peixoto; Gabriella Lopes Vieira; Mareio Elias da Silva; Marcos Vinicios.

RESUMO

É de grande relevância que os direitos indígenas sejam aplicados no âmbito jurídico. Para isso, se faz necessário levar em forma doutrinária às salas de aulas do direito para que os acadêmicos venham ampliar tais conhecimentos. Cito a lei nº 6001/73 (ESTATUTO DO ÍNDIO) e, também, as que cabe o art. 231 da CF/88. É sabido que nas instituições de ensino em Goiânia há deficiências na aplicabilidade do conhecimento dos direitos indígenas, em conformidades com as leis citadas.

Em grosso modo, a sociedade jurídica terá que rasgar o véu da ignorância, parar de olhar para o próprio umbigo e fazer uso da alteridade, colocar-se no lugar de outrem para que os direitos indígenas sejam relevantes na praticidade, ou seja, que de fato apliquem os direitos em conformidade com a lei especial e com a CF/88.

As instituições de ensino do direito em todo o Brasil de maneira mais ampla na aplicabilidade do ensino da lei especial nº 6001/73 e no que tange à CF, se ambas aderirem métodos para levarem aprendizados aos acadêmicos serão meios relevantes para uma evolução no âmbito jurídico futuro. Assim, o presente artigo, através do método indutivo, buscou trazer uma crítica às instituições de ensino do curso de Direito a respeito da deficiência no ensino da legislação indígena.

Palavras-chave: Indígenas, Direitos Jurídicos, Alteridades.

A PETIÇÃO NO NCPC E SUAS PRINCIPAIS MUDANÇAS EM RELAÇÃO AO ANTIGO CPC

Etenir Felipe Lopes Honorato; Yusney Vieira Cosmos; João Miguel Neto

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo demonstrar as funções da Petição Inicial no conteúdo do NCPC/2015, ao enfatizar as principais diferenças com o CPC/1973. De acordo com o princípio da Inércia da Jurisdição, não é possível que o juiz inicie um processo de acordo com o seu querer, é necessário que a parte interessada provoque o judiciário, ou seja, manifeste o seu interesse em iniciar uma lide. Em regra, a forma de manifestar esse interesse é por meio da Petição Inicial. É no conteúdo da Exordial que deverão constar os dados que serão essenciais à formação e ao curso do processo, previstos no art.282 e incisos e, agora, presentes no art.319 e seus incisos. Este trabalho destaca algumas mudanças trazidas com o novo CPC, as quais exigem outras informações tidas como necessárias ao início do processo. Entretanto, existem requisitos não acessíveis ao autor, como dados do réu. Outra importante modificação diz respeito à questão do prazo para emenda da peça rompante, pois o prazo era cinco (5) dias no CPC/73 alterado o prazo para quinze (15) dias no NCPC. Outro ponto é a obrigação imposta ao juiz para dizer exatamente o que precisa ser alterado, no caso de necessidade da emenda à Petição Primeira. Por fim, adquire grande importância a realização de audiência de conciliação, sendo necessário estar expresso na Inicial o desejo ou não da sua realização. Dessa forma, são verificáveis que o novo CPC trouxe diversas mudanças no que tange à formação da Petição Inicial, quando o CPC/73 é utilizado como paradigma, tornando-a algo mais exigente, principalmente no que diz respeito às informações que deverão estar contidas em seu conteúdo. Assim, através dos métodos comparativos e dedutivos, a pesquisa não procurou esgotar o tema, mas traçar um comparativo entre as exigências do CPC/73 em comparação com as modificações trazidas pela novel Lei de Ritos no que pertine ao tema.

Palavras-chave :Petição Inicial; NCPC/15; CPC/73.

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ângelo Borges Guimarães; Christian Alves de Souza; Gabriela Una de Oliveira; Letícia de Sousa Oliveira; Thaisy Barros Carvalho; Thiago João Vidal Oliveira Santos; Luciana Ramos Jordão.

RESUMO

O trabalho discute a proteção constitucional conferida às crianças e adolescentes. O direito da criança e do adolescente criou um marco especial no ordenamento jurídico brasileiro. É a partir da Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, no capítulo de direitos e garantias fundamentais, que se pode encontrar, inicialmente, a proteção da criança e do adolescente. Todos os direitos e deveres assegurados aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, direitos coletivos e individuais são expostos neste artigo. Tomando como base essa análise, o artigo 227, faz referência aos direitos fundamentais da criança e do adolescente: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao

adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." A decisão de tratar crianças e adolescentes de forma especial foi inovadora, não tratando, assim, de forma igual aos outros cidadãos. Sendo assim, eles são juridicamente protegidos, evitando que os preceitos constitucionais fossem reduzidos a meras intenções. Logo, o Estado tem o dever de fazer todo o possível para que a criança cresça com todas as bases sociais e educativas para atingir com capacidade a maioridade. Para a complementação dessa proteção, existe o Estatuto da Criança e do Adolescente, que fornece uma garantia a mais para que nenhum tipo de exceção seja criado, incluindo mulheres gestantes. O método utilizado para realização deste trabalho foi dedutivo e histórico por meio de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Proteção Constitucional; Direito; Garantias Fundamentais.

NOVO CPC: ALGUNS ASPECTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL

Dyennipher Skarlleth Gomes; Elvillaine Soares de Oliveira; Joyce Soares Dias Lopes

Orientador: João Miguel Neto

RESUMO

Em meio às inovações e polêmicas trazidas pelo Novo Código de Processo Civil, um ponto tem chamado atenção, trata-se do Negócio Jurídico Processual estabelecido, entre outros dispositivos, nos artigos 190, 191 e 373, § 3º do novo código. Nas palavras do limo. Doutrinador Miguel Real “negócio jurídico é aquela espécie de ato jurídico que, além de se originar de um ato de vontade, implica a declaração expressa de vontade, instauradora de uma relação entre dois ou mais sujeitos tendo em vista um objetivo protegido pelo ordenamento jurídico”. Tais artigos citados acima demonstram a intenção do legislador de concretizar o modelo cooperativo, nesta lei, regido pelo artigo 6º *in verbis*: “todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”. Indiscutivelmente a maioria dos casos envolvendo os negócios jurídicos desenvolve-se no âmbito do direito privado, o que não impede sua ocorrência nas relações jurídicas processuais. Vale lembrar que o Código de Processo Civil de 1973, já estabelecia a possibilidade da realização de negócios jurídicos processuais, ao admitir, por exemplo, a suspensão do processo por convenção entre as partes, nos termos do artigo 265, inciso II. Sendo assim, apesar de a matéria não ser uma completa novidade, a abordagem e a ampliação da aplicabilidade são inéditas. Acreditamos que a ampliação das possibilidades de Negócios Jurídicos Processuais poderá ser um avanço importante em direção à concretização do tão almejado princípio da duração razoável do processo, oferecendo às partes decisão justa e efetiva em tempo adequado.

PALAVRAS - CHAVE: Inovações, Negócios, Processuais

A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NA LEI MARIA DA PENHA

Gabriela Nunes Pinto da Silva; Brenda Magalhães da Silva; Chasmili Campos de Paula; Gabrielle Alves Pereira Vasconcelos; Nayara Mendes de Almeida; Keller Cristian Silva Borges.

RESUMO

A lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, surgiu da extrema necessidade de proteger as mulheres vítimas de violência, principalmente no âmbito familiar e doméstico, visando à máxima efetividade de seus direitos fundamentais. Em seu bojo, a lei traz medidas protetivas de urgência que visam proteger as vítimas, bem como prevenir tragédias. O presente estudo tem como objetivo discutir as medidas protetivas prenunciados pela Lei Maria da Penha e, de forma contundente, analisar sua real eficácia no combate à violência contra a mulher, assim como suas falhas na prevenção de crimes. Sendo assim, a metodologia utilizada foi o método indutivo através de pesquisas, observações e dados para se chegar a conclusões satisfatórias. Foram analisadas pesquisas e obras renomadas que incidem nos resultados encontrados. Com isso, percebeu-se que, na maioria dos casos, inconformados com o fim do relacionamento ou por outros motivos que venham a contrariarem, os agressores não medem as consequências e partem para atitudes extremas. As vítimas, por mais que denunciem, na maior parte das vezes as medidas protetivas não são capazes de evitar crimes fatais. Ademais, faltam mecanismos necessários tanto de fiscalização e acompanhamento, como de desenvolvimento de trabalhos educativos dirigidos a acusados e orientações às vítimas. A partir do estudo, foi perceptível a extrema importância das medidas protetivas para garantir a integridade física e psicológica da vítima, como também limitar a empreitada criminosa do agressor. No entanto na práticas, somente as medidas não servem para coibir o agressor, tendo sua aplicação ineficaz na maioria dos casos.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Medidas protetivas. Ineficácia.

APLICABILIDADE DO DIREITO NA SOCIEDADE

Fluvia da Conceição Ferreira da Siva; Michelle Pires de Sena Pereira; Natanya Maciel e Silva; Marcos Paulo Maciel Santos; Vanderlei Weber

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar a utopia, face à realidade encontrada na aplicabilidade dos direitos fundamentais na sociedade. O artigo 6º da Constituição Federal prevê os direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Os indivíduos estão submetidos a direitos e deveres, com escopo de regular suas ações e garantir seus princípios fundamentais, presentes em todas as classes sociais, sem distinção de qualquer natureza, conforme o artigo 5º da CF. A aplicabilidade do direito na sociedade se encontra em deficiência, haja vista o grande teor de desigualdade presentes em nosso meio, levando em consideração a terceira dimensão dos direitos fundamentais que engloba o direito ao meio ambiente equilibrável, uma saudável qualidade de vida, progresso, a paz a autodeterminação dos povos e ouros direitos. É sabido, que há uma correlação entre o direito e a sociedade, ambos caminham juntos em busca de um bem maior, o bem comum, em que a sociedade desempenha o seu papel e este o resguarda. Na atual era, existe uma

dialética entre a norma positivada e a aplicação desta, levando em conta a grande carga imposta à sociedade. Segundo Aristóteles e Rui Barbosa, justiça é tratar com igualdade os iguais e com desigualdade os desiguais, na medida em que se desigualam. Justiça consiste na possibilidade de uma pessoa pode exigir de outra o cumprimento de uma obrigação, é aquilo que se deve a alguém. A justiça tem por finalidade buscar uma sociedade justa, igualitária, que tem por objetivo visar à proteção dos cidadãos, erradicar a pobreza e as desigualdades sociais de acordo com o artigo 3º da CF.

Palavras-chave: Desigualdades. Direito. Aplicabilidade. Constituição Federal. Justiça.

ASPECTOS SÓCIAS E JURÍDICOS DO FEMINICÍDIO.

Yohanna Pereira Rodrigues¹; Weyner Rodrigues Almeida²; José Weliton da Cunha Bessa³; Willian de Oliveira Mota⁴; Anderson Luiz Brasil Silva⁵

RESUMO

Este trabalho analisa sob a Égibe do art. 121 do CP, a Lei nº 13.104/2015, incluir o inciso VI, que trouxe o feminicídio como homicídio qualificado. O homicídio é cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, e a sua pena será e reclusão de 12 a 30 anos. Em outras palavras, considera-se agora o feminicídio o assassinato de mulher (Condição especial da vítima). Quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher, podendo haver aumento de pena sob 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado, com fulcro no §7º Art.121 do CP. No dia 08/04/2016, a Organização das Nações Unidas (ONU) mulheres e o Governo brasileiro publicou diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar como as perspectivas de gênero as mortes violentas de mulheres. Com o lançamento do documento, o Brasil busca aprimorar as investigações policiais, os processos judiciais e os julgamentos das mortes violentas de mulheres que tenham sido motivadas por questões de gênero, contribuindo para a implementação da Lei 13.104/2015, que tipifica o crime de feminicídio. No Brasil a taxa de feminicídio é de 4,8 para 100 mil mulheres a quinta maior do mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). As diretrizes nacionais buscam eliminar as discriminações a que as mulheres são alvo pelo machismo, pelo racismo, pelo etnocentrismo, pelo lebrosfobia e por outras formas de desigualdades que manifestam a maneira de como elas vivem, a deflagração de conflitos com base em gênero e os ciclos de violências, que culminam com as mortes violentas.

Palavras-chave: Feminicídio; Assassinato; Homicídio; Violência;

DIREITOS DA(O) CONCUBINA(O) NA TEORIA E NA PRÁTICA

Gisele Pereira; Josiane Fernandes; Murillo Miranda; Renato Sá; Welita Silva; Maria Izabel de Melo

RESUMO

O presente trabalho apresenta considerações históricas e jurídicas acerca do concubinato. Expõe as divergências encontradas entre os aplicadores do Direito brasileiro que, em alguns casos concretos aplicam o Direito das Obrigações, ao considerá-lo uma sociedade

de fato, e, em outros, utilizam o Direito de Família resguardando aquele(a) que age de boa-fé (concubinato puro). Evidencia, ainda, que tais discordâncias decorrem do fato de a família ser um instituto jurídico tutelado pelo Estado e base da sociedade. As indagações e esclarecimentos surgiram a partir da análise de jurisprudências, doutrinas, monografias, artigos científicos, entre outros, de forma que a visão que se pode ter acerca do tratamento forense para a questão é a de que o concubinato, até então, trata de uma negação da sociedade e, consequentemente, do ordenamento jurídico, haja vista que o debate sobre o assunto transpassa reflexões relativas à (in)fidelidade, uma vez que, o ... concubinato é comum ao longo dos tempos. Nesse prisma, pode ser afirmado que os valores “impostos” há muito tempo são afrontados por boa parte da sociedade, tendo em vista que a relação extraconjugal é praticada corriqueiramente por ambos os sexos, contudo, as significativas transformações sociais referentes aos valores morais não são suficientes para a flexibilização do Estado monogâmico; o posicionamento legal e jurisprudencial (majoritário) continua tradicionalista, deixando de tratar do problema de forma sensata. Ainda é enigmático afirmar com veemência por qual instituto jurídico essa relação paralela deverá ser disciplinada, no entanto, percebe-se a garantia da aplicação do princípio da boa-fé, em cada caso concreto, para reconhecimento, ou não, dos direitos da(o) amante, tendo em vista, as discrepâncias acentuadas, no que tange à aplicação do Direito.

Palavras-chave: Concubinato; Direito de Família; Direito das Obrigações.

ACESSO À JUSTIÇA DO DEFICIENTE: NA PERSPECTIVA FILOSÓFICA DE HANNAH ARENDT V' EM FACE DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Amanda Regina Nunes de Freitas- ALFA; Alexandre Augusto Guimãres Fernandes – PUC; Andressa Silva Vieira- ALFA; Izabella Riciolli Dal Sasso- ALFA; Talyta Barbosa de Moraes-ALFA; João Miguel Neto

RESUMO

A presente pesquisa abordará sobre o acesso à justiça que evoluiu através dos tempos, sendo, Atualmente, abrangente aos deficientes. O objetivo do trabalho visa ao tratamento da dignidade em face dos direitos fundamentais que estes conseguiram recentemente através da lei 13.146 de julho de 2015. O método de pesquisa é o indutivo. Busca-se por meio de visões particulares dos direitos fundamentais base na vigência da lei dos deficientes, podendo-se concluir de uma forma generalizada, a percepção de Flannah Arendt sobre a dignidade e a condição humana que os indivíduos têm que são inalienáveis aos seres humanos. Em seguida, aborda-se uma reflexão de Arendt sobre a declaração de direitos do homem que significou o prenúncio da emancipação do homem, porque foi a partir daquele momento que ele se tornou a fonte de toda lei. Finalizando, enfatiza-se que as condições de igualdade previstas nas leis tutelam direitos e garantias que permitem o respeito a cada ser humano conforme suas particularidades. Portanto, Flávia Piovesan diz que a igualdade e a não discriminação constituem um princípio fundamental que ilumina e ampara todo sistema internacional de proteção dos direitos humanos. Sua proteção é requisito, condição e pressuposto para o pleno e livre exercício de direitos. Com base na lei nº 13.146, de julho de 2015, no artigo 84, “a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais”.

Palavras-chave: Igualdade; Dignidade; Direito; Deficiente.

DA RESTRIÇÃO AO RECURSO IMEDIATO DAS DECISÕES INTERLOCUTORIAS Á LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Pedro Henrique de Almeida Barros¹; Edilaine Neves²; Alailson Sivirino Dias³; Gisllene Alvany Dias⁴; Ana Cristina Alves da Silvaõ; Poliana Chagas Cabralô; Prof. Esp. João Miguel Neto⁷.

RESUMO

Trata o presente trabalho de uma breve análise acerca da restrição ao recurso imediato das decisões interlocutórias à luz do Novo Código de Processo Civil. A nova legislação, ao contrário do antigo código, traz em seu condão/ de forma mais restrita, as hipóteses acerca do sistema de recorribilidade. Para melhor compreensão do assunto, é necessário ter em mente dois conceitos básicos: o conceito de recurso e o de decisão interlocutória. Recurso, segundo o entendimento de Daniel Amorim, deve estar atrelado a 5 (cinco) características para sua configuração, sendo estas a voluntariedade, expressa previsão em lei federal, desenvolvimento coadunado aos autos da decisão original, maneabilidade entre partes legítimas, além do objetivo de reformar, anular, integrar ou esclarecer decisão judicial. Decisão Interlocutória, no sistema jurídico brasileiro, é um dos pronunciamentos judiciais que tem como objetivo solucionar questão incidental, encontrando égide legal no artigo 203 do NCPC, diferindo-se da sentença pelo seu caráter não-extintivo do processo. Na transição dessas legislações processuais, destacou-se um novo sistema de recorribilidade das interlocutórias, tais como o sistema de preclusões, que é, em suma, a perda de uma faculdade

¹ NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**: volume único. 8.Ed. Salvador: JusPodivm, 2016. Processual, no tocante à prática de certo ato processual. Servindo-se de uma linguagem acessível inerente a uma matéria tradicionalmente complexa, o teor dessa pesquisa fundamenta-se na extração de conceitos, objetivando a formação de um raciocínio conciso para melhor assimilação da temática proposta. Versa a pesquisa com base bibliográfica e de análise, em que se observam as diferenças através dos métodos dedutivo e comparativo das duas últimas legislações processuais civis, afim de didaticamente estabelecer o contraste entre ambas. Justifica-se a relevância de tratar esse assunto em âmbito acadêmico, de forma a elucidar a importância e relevância da matéria processual, pois tão somente através dela que se alcança a justiça. Este texto científico visa apenas à singela discussão de modo que contribua positivamente para os círculos forenses ou para qualquer pessoa interessada, sem esgotá-lo ou apresentar soluções definitivas.

Palavras-chave: Recurso. Decisão Interlocutória. Novo Código de Processo Civil. Direito Processual Civil.

LEGALIZAÇÃO DO PORTE DE ARMAS

Aline AH Zeaiter Melo; Rayanne Karla Gomes da Silva Santana; Gustavo Henrique Gomes de Souza; Rai Dourado Leal; Marcos Vinicius Rodrigues

RESUMO

O porte de arma poderá ser liberado ainda em 2016. Desde 2003, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826) vem sendo ameaçado por tentativas de revogação que agora podem ser concretizadas com a aprovação do Projeto de Lei 3.722/2012, que está pronto para votação no plenário da Câmara dos Deputados. Em meio a polêmicas e bate-bocas dos parlamentares, as mudanças no estatuto foram aprovadas em novembro e este segue para o plenário e se aprovadas pela maioria simples dos deputados, seguirá para o Senado onde o debate deverá ser mais equilibrado. O novo projeto dará ao cidadão que cumprir todos os requisitos mínimos o direito de comprar e portar arma de fogo, além de reduzir a idade mínima de 25 para 21 anos para se poder comprar armas e munições. Também garante o porte de arma a deputados e senadores. Com 15 milhões de armas de fogo (8 para cada 100 mil habitantes), o Brasil ocupa a 75^a posição em um ranking que analisou a quantidade de armas nas mãos de civis em 184 nações. No levantamento, feito pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (Unodc) e a Small Arms Survey entidade internacional que monitora o comércio de armas e conflitos armados no mundo. Segundo o Mapa da violência 2015, do total de armas no Brasil, 6,8 milhões estão registradas e 8,5 milhões estão ilegais, com, pelo menos, 3,8 milhões nas mãos de criminosos. De acordo com o Ministério da Justiça, de 2004 a julho deste ano, 671.887 armas de fogo foram entregues voluntariamente por meio da Campanha Entregue sua Arma, prevista no Estatuto do Desarmamento.

Palavras-chave: Porte de Arma; Estatuto do Desarmamento; Arma de Fogo

QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO E DE DADOS EM CELULARES

Elias Teles; João Batista Neto; Leonardo Vieira Furtado; Lorrane Santana; Marcelo Christian; Raphael Marcos

RESUMO

O presente trabalho apresenta fatos relativos à legitimidade do acesso a dados pessoais por autoridades, com ou sem determinação judicial. Neste último caso, desprezando-se, portanto, o art. 5º da Constituição Federal, que protege informações ligadas à vida pessoal do cidadão. Embora tais dados devam, em regra, ficar fora do alcance do Estado, salvo em casos de investigações criminais, sendo estas de interesse das autoridades públicas, exigindo-se justa causa. Estes atos têm causado medo e insegurança em parte dos cidadãos, sendo estes por vezes os maiores alvos de arbitrariedades. Procura-se, por meio desta pesquisa, esclarecer dúvidas a respeito do tema, de modo que possa servir de fonte de informações para o leitor leigo, podendo este se tornar conhecedor dos seus direitos. É preponderante observar os direitos e garantias individuais, que devem ser analisados com ressalvas. Apresentam-se hipóteses em que há base legal para tais atos e indicam-se defesas e contestações das referidas práticas, recolhidos de doutrina e de textos legais. Recorre-se à neutralidade a respeito do assunto, uma vez que este tem causado conflito de opiniões. Utiliza-se o método dedutivo. Sendo assim, em virtude dos fatos já mencionados, o trabalho terá seu enfoque no ordenamento jurídico, buscando-se detalhar as divergências de opiniões da doutrina e dos tribunais, relatando os preceitos constitucionais e as consequências causadas na sociedade, notando-se possível inconstitucionalidade em partes, verificando-se os casos em que há a possibilidade da inviolabilidade absoluta e relativa e diferenciando-as, observando-se os princípios fundamentais e as garantias constitucionais.

Palavras-chave: Constitucionalidade; Inviolabilidade; Garantias Individuais.

POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO NA SISTEMÁTICA DE DIREITOS TRABALHISTAS TENDO EM VISTA OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE SEGUNDA DIMENSÃO

Andressa de Paula Faria Silvai; Dânia de Paulo Rabelo Santos, Deborah Boreges Vicentiner; Douglas dos Santos Valadão; Miriamy Sabina da Silva; Shirley Adriane Gonçalves de Paula Ribeiro; Luciana Ramos Jordão.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a possibilidade de alteração na sistemática dos direitos trabalhistas tendo em vista os direitos fundamentais de segunda dimensão. O trabalho discute quais são as classes sociais mais afetadas bem como a influência destas mudanças nos Direitos Fundamentais de Segunda Dimensão, dispostos no artigo 5º, 6º e 7º, da Constituição Federal de 1988. Os autores analisam a legislação pertinente, utilizando os métodos dedutivos e históricos, visando compreender a influência desses direitos. Em um segundo momento, o trabalho apresenta uma análise das constituições após a positivação dos direitos trabalhistas e da Consolidação das Leis do Trabalho e que regulamenta todas as relações de trabalho que regem regras sobre a jornada de trabalho, o período de descanso, as férias, as categorias especiais de trabalhadores, a fiscalização, a medicina do trabalho entre outros direitos. Veremos também a diferença entre o direito do preso trabalhador e do trabalhador preso, podendo usar o trabalho como forma de remição de pena, e quais os critérios para o auxílio-reclusão, pois o trabalho do condenado tem como dever social a condição da dignidade humana, e sua finalidade é educativa e produtiva. Discutem-se os direitos sociais, culturais e de igualdade, pautados na preservação humana e a sua valorização mediante os novos tempos do Direito pós-positivismo, que consagram os princípios gerais do direito. Visando não somente ao bem-estar individual, mas o coletivo, verificando as mudanças e os impactos que essas modificações poderão trazer para o Direito na área social, econômica e cultural numa perspectiva constitucional, filosófica e antropológica. Busca a origem das discussões em relação à dignidade humana e sua positivação, e os requisitos básicos para que uma pessoa viva conforme os preceitos positivados na Constituição Brasileira. A meta deste estudo é verificar as consequências reais acarretadas na mudança das Leis Trabalhistas Brasileira.

Palavras-chave: Direitos de segunda dimensão. Remição de pena. Auxílio-reclusão. Dignidade humana.

LEGALIZAÇÃO DA EUTANÁSIA NO BRASIL: PROBLEMA OU SOLUÇÃO?

Anna Victoria Xavier Fernandes; Ádria Kaline Pereira de Carvalho; Isabella Alves Monteiro; Jessyca Lorrane Gomes de Oliveira; Thauanny França Campos; Raniel Nascimento.

RESUMO

A eutanásia é um processo pelo qual um paciente em estado terminal ou portador de uma doença que esteja em sofrimento constante, opta por uma morte rápida e sem dor. No ordenamento jurídico brasileiro, a sua prática não está elencada, porém o Código Penal Brasileiro tipifica tal conduta como homicídio, considerando a sua prática como crime em qualquer hipótese. Dependendo das circunstâncias, a conduta pode ser caracterizada como crime de participação em suicídio. A discussão sobre o tema não é recente, e divide-se entre correntes contra e a favor, e entre problemas e soluções. De um lado, os defensores da vida como um bem supremo, estes alegam que a vida é um bem indisponível, e adoção desta fere a ética e a tradição hipocrática da medicina, viola os princípios religiosos e morais da sociedade. De outro lado, os que defendem a liberdade de escolha como um direito individual e autônomo, pois descrevem a eutanásia como uma morte digna e sem dor. Por trás deste debate, existe um pensamento dualista que não distingue vida de morte e não contrapõe viver de sobreviver. A ingerência da eutanásia no Brasil, apesar das divisões de opiniões, é totalmente ilegal, pois nosso Estado tutela e prevê a proteção aos bens jurídicos mais relevantes. A Constituição Federal Brasileira, no Art. 5º, caracteriza a vida como sendo um direito inviolável, além disso, a vida sobressai a todos os bens jurídicos. A legalização da eutanásia feriria a lei maior que rege o direito brasileiro.

Palavras-chave: Legalização; Eutanásia; Bem jurídico; Inviolável; Ética; Constituição.

AÇÃO RECISÓRIA PARCIAL

*Monna Pattiely Pereira; Anna Karolina dos Reis Silva; Nathana Coelho Rodrigues;
Thaynara Jesus Gonçalves de Sena; Prof.: João Miguel Neto*

RESUMO

O presente trabalho trata da ação rescisória, que é uma espécie de sucedâneo recursal externo, ação autônoma que instrumentaliza meio de impugnação, a qual tem como fito hipóteses específicas de desconstituição da coisa julgada material oriunda de decisão judicial transitada em julgado. Portanto, sua natureza jurídica é de ação constitutiva negativa, haja vista, que produz uma sentença desconstitutiva, quando julgada procedente, podendo conter também outra eficácia quando a parte pede novo julgamento em substituição do rescindido. É importante considerar que os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade devem ser criteriosamente sopesados no momento de aferição da situação concreta posta na ação rescisória e, compreender que a lei na acepção de sua função social e do bem comum visa à estabilidade jurídica resultante da coisa julgada material sempre com a proeminência da justiça como valor máximo. Daí, se justificam tantas reformas por vezes, promovendo acertos e desacertos, mas sempre com intuito maior de promover o autêntico aprimoramento da lei e da cidadania. Nesta alçada, o Novo Código de Processo Civil inovou ao prever expressamente a ação rescisória contra a decisão parcial de mérito, embora a jurisprudência já caminhasse nesse sentido. Em seu artigo 966, § 3º, preleciona o Novo CPC que “a ação rescisória pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão”, ou seja, apenas um ou alguns dos pedidos serão novamente analisados pelo juízo *ad quem*. Contudo, o objetivo deste trabalho é esclarecer qual entendimento prevalece acerca do tema, por se tratar de um assunto que produz diversas controvérsias no mundo jurídico por sua relevância e trazer à reflexão o público sobre tais discussões. Serão utilizadas como método de pesquisa científica a técnica comparativa e indutiva para viabilizar o alcance de tais objetivos.

Palavras-chave: Coisa julgada material; Decisão transitada em julgado; Parcial.

INFANTICÍDIO

Giovana de Paula Faria; Maria Stela Santos; Matheus Ferreira de Souza; Raniel Nascimento

RESUMO

O Infanticídio é um crime privilegiado por envolver alterações fisiológicas que se refletem como incapacidade do executor em avaliar a intensidade do delito que se está cometendo. Esta pequena obra apresentará a real influência do Estado Puerperal como fator elementar na execução deste crime diferenciando o tratamento especial dado a este crime de matar pelo Código Penal Brasileiro. O Estado Puerperal é enfrentado por todas as mulheres ao entrarem em trabalho de parto trazendo efeitos (de intensidades que variam de mulher para mulher) pelo corpo e na cabeça da parturiente. Estes podem provocar-lhe o desejo e a concretização do ato de matar o próprio filho, caracterizando o crime insculpido no artigo 123 do Código Penal Brasileiro como Infanticídio. Infanticídio é um crime contra a vida. No decorrer da história, a expressão "infanticídio", do latim 'infanticidium', sempre teve o significado de morte de criança, especialmente no recém-nascido. Já o Código Penal Brasileiro traz uma definição mais complexa, usando termos médicos dotados de profunda significância, tratando tal verbete como um tipo penal com definição própria no artigo 123 com a seguinte redação: "Infanticídio - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após. Pena - detenção, de dois a seis anos". O tema comporta constantes debates, principalmente em face da própria legislação que permite inúmeros e discutíveis debates, principalmente quando se refere à redação do artigo 123 do Código Penal Brasileiro.

Palavras-chave: Morte; Estado Puerperal; depressão.

O AVANÇO DA CRIMINALIDADE E A FALTA DE SEGURANÇA NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Alexsandra de Faria Lima; Jéssica Campos Martins de Castro; Samilly Thaynna Fernandes Queiroz; Sirley Marcolina Teixeira; Vanderlei Luiz Weber

RESUMO

Estudos indicam que o índice de criminalidade na região metropolitana de Goiânia, com maior destaque das ocorrências de violência na região Noroeste, tem aumentado cada vez mais. A falta de segurança no dia a dia dos cidadãos tem gerado medo e insegurança. O álcool e as substâncias entorpecentes são causas significativas que levam o indivíduo a cometer infrações penais, segundo o psiquiatra Dr. Robert Halon. Deve-se considerar, porém o histórico de vida deste indivíduo, desde a infância até os dias atuais, estudando quais foram causas que fizeram tornar-se um infrator. Assim, para que haja avanços no combate à criminalidade, o Estado deve proporcionar estudos, trabalho, e dignidade humana aos infratores, tendo como finalidade um melhor comportamento social. Tem-se por certo que, assim como os infratores, os cidadãos também necessitam da presença da gestão do Estado na sociedade. Haja vista que são os alvos atingidos por tanta criminalidade, necessitando, então, cada vez mais de segurança pública. Sendo assim,

deve-se implementar mais medidas de segurança, como, por exemplo, quantidade maior de viaturas e agentes militares nos setores, assim como, seguranças capacitados nas estações de transporte público, com propósito de prevenir o crime. Portanto, só com a interferência do Estado na sociedade, é possível mudar positivamente estes índices, fazendo a diferença no meio social, para que se alcance, com eficácia, a finalidade que é a do cumprimento das normas jurídicas vigentes no país. A metodologia de pesquisa utilizada é a da revisão bibliográfica, mencionando o avanço da criminalidade em Goiânia e sugerindo medidas eficazes para melhorias.

Palavras-chave: Violência em Goiânia; Papel do Estado; Melhorias.

O PRINCÍPO DA PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Raíssa Gonçalves da Rosa, Jaqueline Caldeira Souza, lure Monteiro Lima Araújo, Pedro Santana da Silva, Ingridy Lorena Gomes Peixoto, Bianca Lagares Pimenta, João Miguel Neto.

RESUMO

Este trabalho faz alusão ao artigo 4º do Novo Código de Processo Civil, que reza sobre o Princípio da primazia da resolução do mérito, que pode ser confundido com o julgamento em prazo razoável do processo, presente no artigo 5º, LXXVIII, CF/88. O preceito do primeiro artigo é obter uma solução integral do mérito de forma justa e efetiva, sendo concretizado e amparado por vários artigos do Novo Código de Processo Civil. Em seguida, visando demonstrar os meios utilizados para se atingir a finalidade do referido dispositivo que reconhecerá as nulidades ou outros obstáculos à produção do resultado normal do processo civil, e quais possíveis efeitos gerados e a quem atingirão. Desta forma, de acordo com o princípio da primazia da resolução do mérito, é preciso tratar o processo civil brasileiro do século XXI como um mecanismo eficiente de produção de resultados constitucionalmente legítimos. Através de pesquisas bibliográficas, nota-se que há algumas divergências quanto à eficácia do referido princípio, que, pelas óbvias razões apresentadas, cabe ao Juiz fazer o possível para evitar a necessidade de prolatar uma sentença terminativa no caso concreto, buscando junto às partes, de acordo com o princípio da Cooperação, chegar a um julgamento do mérito satisfatório, transmitindo maior eficiência ao Judiciário, e reforçando a celeridade no julgamento dos processos. Com isso, conclui-se a preocupação do Judiciário em satisfazer o pedido das partes em um prazo razoável e com plenitude em sua solução, com intuito de não causar eventuais prejuízos às mesmas, cumprindo, assim, o Judiciário a sua função social do processo.

Palavras-chave: Judiciário; Processo; Princípio.

O PLANEJAMENTO E A EXPECTATIVA FAMILIAR DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA NOVA VISÃO SOCIAL

Gutherrison Gonçalves das Chagas Faculdade Alves Farias; Maria Izabel de Melo

RESUMO

Aproximadamente, 45,6 (quarenta e cinco milhões e seiscentas mil) pessoas possuem algum tipo de deficiência, no Brasil (censo efetuado e publicado pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística - IBGE em 2010). A pessoa com deficiência, seja ela qual for, enfrenta grandes dificuldades e obstruções causadas pelo despreparo de toda uma sociedade, principalmente quanto ao reconhecimento de seus direitos e garantias fundamentais e ao livre exercício de sua cidadania. Com a entrada em vigor da Lei nº. 13.146/15 (Estatuto da pessoa com deficiência), toma-se um novo parâmetro e abre-se margem para uma nova tratativa do tema, sendo reafirmados também conceitos positivados no Decreto N° 6.949/09 que trata a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e descharacteriza a pessoa como relativamente ou absolutamente incapaz, trazendo grandes avanços no que corresponde aos direitos essenciais, permitindo constituir família através do casamento, assumir outras obrigações civis, inserindo-as na sociedade. A importância do direito ao planejamento familiar é preceito indispensável para a construção de uma sociedade livre, igualitária e fraternal, ideias essas lançadas nas bases ideológicas da Revolução Francesa (1789-1799). Visto que já foi compreendido por tantos doutrinadores que a família é a base da sociedade (artigo 226 CF/88) e a sua plena satisfação de direitos e garantias é primordial, o objetivo principal dessa pesquisa é estudar como essas novas alterações afetam, no âmbito prático e social, o cotidiano da pessoa com deficiência, usando como métodos de pesquisa o estudo das antigas instituições e um comparado com as novas matrizes de direito.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Estatuto da pessoa com deficiência. Planejamento familiar.

Eixo Temático: 2

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o extremismo protetivo da Consolidação das Leis do Trabalho criada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 em face da ponderação de valores por meio da Teoria dos Direitos Fundamentais de Robert Alexy. A lei, que a princípio se tornou um marco social, trazendo o reconhecimento das relações trabalhistas que antes não detinham suportes legais suficientes ao trabalhador, se tornou uma norma ultrapassada, carregada de imposições um tanto quanto rígidas e inflexíveis, pelo fato de a CLT não ter acompanhado a modernidade e, atualmente, se manter inerte e omissa em se tratando das relações de trabalho específicas, nesse sentido, impede as imposições das partes ao estabelecer condições mais benéficas de trabalho por meio de negociações individuais. O principal objetivo deste trabalho é especular se realmente o trabalhador detém da seguridade do qual o ordenamento jurídico propiciou aos trabalhadores. Na Teoria de Robert Alexy, o princípio da proporcionalidade é utilizado como instrumento controlador. Dessa forma, é interessante realizar a interpretação da necessidade e adequação dos conflitos existentes nessas relações, e, assim, uma conexão lógica do abordado para obtermos a aplicação na realidade fática das relações de trabalho no Brasil, sobretudo, a análise do corpo constitutivo da Consolidação das Leis do Trabalho. Conclui-se que o princípio da proporcionalidade aplicado ao caso concreto é tarefa essencial para se estabelecer o equilíbrio de todas as relações de trabalho, pois, realizado o balanceamento e observadas as devidas ponderações de valores de cada relação, o legislador chegará mais perto da correta medida de aplicação de justiça.

Palavras-chave: Extremismo; CLT; Ponderação; Robert Alexy.

MEDIDAS PROTETIVAS APLICÁVEIS ÀS CRIANÇAS ENVOLVIDAS COM O TRÁFICO DE DROGAS: OS AVIÖEZINHOS.

Alex Júnio Fernandes Barbosal; Damariz Magalhães Chastinet Pinho; Dieisy Carollainy Lemes Correia; Filipe Monteiro Moreira Maciel; Francisco Ameloti Neto; João Osvandi Assolariô; João Miguel Neto; Luciana Ramos Jordão; Luciano Pinelli Chaveiro.

RESUMO

O artigo abordará a problemática das crianças envolvidas com o tráfico de drogas, os chamados aviöezinhos, e as medidas protetivas aplicáveis a estes casos. Essa análise faz-se necessária uma vez que, no caso de ato infracional cometido por criança (até 12 anos), aplicam-se apenas as medidas de proteção, sendo, assim, os mesmos, aliciados por traficantes, o que dificulta o acolhimento pelas instituições dedicadas à proteção da infância. Além disso, é preciso avaliar o papel dos pais na educação e acompanhamento das crianças, tendo em vista o princípio da proteção integral da criança, direito humano reconhecido no art. 227 da nossa Constituição Federal. Assim, o trabalho discute a construção histórica do direito da criança no Brasil, bem como avalia a legislação brasileira relacionada à criança. Igualmente, aborda, de maneira sucinta, o envolvimento da criança com o tráfico de drogas. Esclarece o papel dos pais na educação e no acompanhamento das crianças. E, finalmente, explana a respeito das medidas realizadas pelo Estado visando à proteção da criança. Propõe, assim, colocar em evidência a análise a respeito da atuação do Poder Público, no sentido de retirar as crianças do tráfico de drogas, garantindo a sua salvaguarda através de medidas dispostas na legislação brasileira, e as ações desenvolvidas pelos pais com o fito de evitar o ingresso de suas crianças no mundo das drogas, e, consequentemente, no tráfico. Essa análise não tem por intuito esgotar o tema, mas apenas cooperar para a evidenciação das práticas que têm se mostrado mais efetivas na resolução de casos desta natureza.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Criança. Tráfico de Drogas. Proteção Integral.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS

Gustavo Gabriel Paim, Gustavo Henrique Vaz Guimarães, Icenia Luiza Rios Utida, Lucas Anacleto de Lellis e Andrade, Pedro Henrique Cruvinel Goulart, Victor Gabriel Silva Leonel; João Miguel Neto, Luciano Pinelli Chaveiro, Luciana Ramos Jordão

RESUMO:

Este trabalho visa discutir a liberdade de expressão em relação às redes sociais, especificamente ao aplicativo WhatsApp, com ênfase nos bloqueios ocorridos nos anos de 2015 e 2016 no Brasil. Estes bloqueios violam o direito de acesso à internet, comunicação e liberdade de expressão, respaldados pela **lei N° 12.965 de 23 de abril de 2014**. **Trata-se de assunto bastante atual e que interfere no exercício de cidadania da população brasileira, impedida temporariamente de exercer suas atividades de trabalho e se comunicar livremente.** Não é um assunto que está perto de se esgotar, novos bloqueios virão, no entanto, o trabalho visa à discussão da liberdade de expressão

e chama a atenção para a necessidade de um avanço na legislação para estabelecer novas formas de colaboração e evitar celeumas judiciais.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Redes sociais. Comunicação. Cidadania. Bloqueios.

INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR MORTE DE NASCITURO: DIREITO OU EXPECTATIVA DE DIREITO?

Darah Coelho de Andrade; Felipe Alves Pereira; Guilherme Lucas; Myreya Alves dos Santos; Ryan Bernardes Mendonça; Orientador: Guilherme Martins Teixeira Borges

RESUMO

Este trabalho discute a controvérsia entre a morte de um feto em um acidente automobilístico, e os direitos sucessórios dos genitores no que diz respeito ao seguro DPVAT. Aborda-se que não existe uma lei específica que regule sobre determinado assunto, pois, este fato ocorre com grande frequência, assim, preza-se por maiores debates sobre este assunto no âmbito do ordenamento jurídico. Mostra-se o contexto histórico em que o seguro DPVAT foi criado no decreto lei do ano de 1966, sendo esse direito uma responsabilidade civil obrigatória nos casos em que a indenização era somente paga quando se constava que o veículo era o culpado pelo acidente, posteriormente as indenizações eram pagas independentemente de a quem fosse atribuída a culpa, mantendo este mesmo conceito na atualidade. Debate-se que, para definir se o feto tem direito ao benefício, define-se quando se inicia a vida. Relacionam-se os diversos posicionamentos sobre o assunto, desde avaliar a legislação que as regula, discutir as jurisprudências e o direito da personalidade. Analisa-se, no âmbito das ciências médicos-biológicas, pelo menos as seguintes teorias: a genética, a embriologia, neurologia e a ecologia. Versam-se, decisões de diversos tribunais, no âmbito do STJ, sendo que, em um dos casos, o Min. Paulo de Tarso Sanseverino decidiu que a morte do feto legitimaria a cobrança do seguro DPVAT, contribuindo com as mesmas perspectivas do TJGO. Utiliza-se o método indutivo como principal e o método empírico como auxiliar. Conclui-se pelo direito de recebimento do seguro DPVAT pela morte do feto, levando-se em consideração não apenas o texto positivado, mas baseando-se principalmente, nos direitos da personalidade.

Palavras-chave: Morte de um Nascituro. Seguro DPVAT. Personalidade Civil. Direito à Vida.

CONFLITO ENTRE A LIBERDADE RELIGIOSA E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE: UMA QUESTÃO DE BIOÉTICA.

Aliny Freitas Uno Oliveira; Giselle Cândido Costa; Mércie Elias Ramos; Suzane Gonçalves da Silva Freire; Taynara Aparecida Castro Souza; Wuanda Campos Pereira; João Miguel Neto; Luciana Ramos Jordão; Luciano Pineli Chaveiro.

RESUMO

O trabalho discute o conflito entre a liberdade religiosa e a prestação de serviços públicos de saúde. Tem-se como exemplo, um caso concreto de um paciente que teve a sua cirurgia negada pela equipe médica do Sistema Único de Saúde, sob alegação de que havia risco de sangramento, e, consequentemente, necessidade de transfusão de sangue. Devido à sua crença religiosa, Testemunha de Jeová, caso houvesse complicações na cirurgia, o paciente não poderia receber transfusão de sangue, fator que motivou a recusa da equipe médica. A justificativa dada pela Instituição foi que, assim como o paciente recusa determinado tipo de tratamento com hemocomponentes, ao médico também é dado o direito de recusa à realização do procedimento cirúrgico. Neste contexto, firmou-se um conflito entre a liberdade religiosa e o papel funcional do Sistema Público de Saúde, que integra a obrigação de fazer cabível ao Estado como reconhecimento dos direitos humanos de segunda dimensão. Assim, o trabalho analisa o histórico dos direitos humanos da primeira e segunda dimensões, bem como discute a liberdade religiosa e a autonomia da vontade. E, por fim, avalia a obrigação do Estado, quanto à prestação de Serviço Público de Saúde. Objetiva, assim, colocar em pauta a temática de discussão sobre a liberdade religiosa e seus reflexos na relações entre os particulares e os serviços de saúde do Estado. Essa análise não tem a pretensão de esgotar o tema, mas de contribuir para uma reflexão da construção e desconstrução dos direitos humanos no âmbito da liberdade e da igualdade.

LIBERDADE DE GÊNERO INFANTIL

Amanda Rosa Gomes De Mello; Ana Paula Barbosa Melo; Ariadne Pereira; Diennifer Rodrigues De Sá; Thálita Evellyn Uno De Oliveira; João Miguel Neto; Luciana Ramos Jordão; Luciano Pineli Chaveiro.

RESUMO

Este trabalho debate o respeito à liberdade sexual infantil. O ato da escolha de Shiloh, filha de Angelina Jolie e Brad Pitt, surpreendeu a mídia mundial e motivou discussões jurídicas sobre a possibilidade de crianças (Art.2º ECA) escolherem o gênero ao qual desejam pertencer (Art.5º ECA , Art.15º ECA). No Brasil, ocorreu fato semelhante com uma criança de 9 anos, e a justiça do Mato Grosso autorizou a mudança de gênero. A ação tramita desde de 2012, o juiz, Anderson Candiotto, determinou alteração do registro e a mudança no campo que informa o sexo da criança. Verifica-se que o caso gera muitas controvérsias, motivo pelo qual cabe ao Direito discutir este assunto. Este trabalho irá abordar a respeito dos Direitos humanos de acordo com a liberdade de escolha de cada indivíduo da sociedade. O trabalho apresenta os direitos da criança, da liberdade de gênero e da felicidade. “Não basta, de fato, ao ser humano viver, é preciso que viva com dignidade.” Em seguida, discute o Art.15º a criança e o adolescente têm direito à

liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento e como sujeito de Direitos Civis e sociais garantidos na Constituição das normas e leis. Por fim, avalia o preconceito em relação à liberdade da sexualidade da criança e do adolescente.

Palavras-chaves: Identidade de Gênero. Direitos Humanos. Direitos da Personalidade.

AS NOVAS FAMÍLIAS E O NEOCONSTITUCIONALISMO

Ketley Vanessa Barbosa Silvai; Aurélio Marcos de Freitas2; Ketley Vanessa Barbosa Silva

RESUMO

A monografia tem como finalidade apresentar a evolução das novas famílias e suas influências no direito de família. Visa também apresentar as novas espécies de família reconhecidas atualmente pelo STF, e as suas consequências na omissão da legislação ante os direitos fundamentais previstos no Art. 5º da Constituição Federal de 1988. A nova concepção de família, que para muitos ainda é um fato polêmico, foi reconhecida atualmente à luz da Carta Magna, que estabeleceu em seu Art. 226 e parágrafos, a proteção a entidades familiares pelo Estado. Essa realidade, no entanto, vem encontrando dificuldades pela omissão do Código Civil 2002 em casos específicos de relacionamentos. Pode-se citar, por exemplo, a ausência de norma que regularize a fixação de alimentos por casais homoafetivos, a possibilidade de adoção e tudo que se refere à partilha de bens do patrimônio adquirido na constância do casamento homoafetivo. Diante disso, destaca-se que o ideal seria a tutela jurisdicional da família, de forma a acompanhar a mudança social e contemporânea, juntamente com os princípios de direitos humanos e fundamentais elencados na constituição Federal de 1988, em especial o princípio da dignidade da pessoa humana, sendo que o Estado não deve deixar apenas de promover a dignidade do cidadão, mas também protegê-lo de condutas que são contra tais princípios. Por fim, a pesquisa elegerá o método dedutivo, a partir de pesquisas bibliográficas, em especial abordagens doutrinárias, jurisprudenciais e revisões de literatura, visando estabelecer os mesmos direitos na legislação vigente para as novas modalidades de famílias.

Palavras-chave: Novas Famílias; Direitos Fundamentais; Direito de Família.

A HOLDING COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Jaaueline Araújo de Santana; Prof. Mestre Jonathan Augusto Sousa e Silva

RESUMO

O Projeto tem por objetivo demonstrar de que forma a constituição de sociedade holding poderá auxiliar no planejamento sucessório, bem como em que situações poderá ser utilizada como instrumento de proteção patrimonial.

O processo de sucessão é burocrático e comumente tido como grande causador de conflitos entre os herdeiros. A constituição de uma holding patrimonial possibilita que o titular do patrimônio conduza a sucessão ainda em vida, evitando, assim, possíveis conflitos, bem como evita que o patrimônio seja diluído entre os herdeiros.

É comum que o sócio fundador tenha uma visão ampla do empreendimento e consiga, assim, gerir diversas áreas diferentes, afinal, adquiriu no decorrer do tempo características peculiares do ramo de atividade em que atua. E é normalmente diante desse cenário que a maioria dos empresários começa a se preocupar com a forma como seus sucessores darão continuidade ao empreendimento.

Diante dessas questões, este tema foi escolhido, visando demonstrar de que forma a constituição de uma holding poderá influenciar positivamente.

Esta pesquisa tem como eixo norteador questionamentos como as possibilidades de constituição de uma holding com intuito de facilitar a sucessão, quais aspectos legais precisam ser observados, quais os possíveis impactos fiscais, administrativos e econômicos podem ser ocasionados; Em que situações os critérios da sucessão poderão ser estabelecidos? Essa estratégia realmente é legal? Os sucessores realmente precisam cumprir o estabelecido pelo sócio fundador?

Palavras-chave: Holding patrimonial. Planejamento Sucessório. Sucessão.

DIREITO AO ESQUECIMENTO: DIREITO DA PERSONALIDADE E A LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

*William Ribeiro Barbosa: Professor Aurélio Marcos Silveira de Freitas
Faculdades Alves Faria*

RESUMO

Partindo do princípio da dignidade da pessoa humana e das garantias constitucionais fundamentais, a honra e a privacidade, temos um modelo para o direito ao esquecimento, e como é conhecido por alguns autores e juristas, como “direito de ser deixado em paz”, em face ao direito de liberdade de informação, que também é uma garantia constitucional. O direito ao esquecimento tem a função de beneficiar aqueles que já pagaram pelo crime que cometem ou aqueles que foram inocentados, mas que, foram envolvidos em eventos do gênero. Por esse motivo querem ser esquecidos, principalmente da mídia, podendo, assim, atrapalhar o convívio do indivíduo na sociedade. Existem certos casos em que ocorre a propagação de imagens ou vídeos que afetam diretamente a honra, a privacidade e a imagem do indivíduo, e muitos desses casos ocorrem na internet onde, por sua vez, fica difícil encontrar o responsável. Assim, recorremos ao direito penal que visa punir os crimes contra a honra, assim resguardando a honra das pessoas. De forma a explanar mais sobre o assunto, buscando-se o contexto histórico evolutivo, a fim de identificar os principais pontos de grande relevância para o desenvolvimento do trabalho, ó utilizado o método histórico comparativo, e realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de aumentar o conhecimento sobre o assunto tão polêmico e pouco divulgado. E, como objetivo principal, esclarecimento do conflito ou colisões entre os direitos fundamentais e o direito penal, e as consequências da violação desses direitos, buscando-se na doutrina e jurisprudência a solução para esses conflitos.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Direito ao esquecimento. Liberdade de informação. Conflitos de direitos fundamentais.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS

Lucas Anacleto de Lellis e Andrade; Pedro Henrique Cruvinel Goulart; Victor Gabriel Silva Leonel; Gustavo Gabriel Paim; Gustavo Henrique Vaz Guimarães; Icênia Luiza Rios Utida

RESUMO:

Este trabalho visa discutir a liberdade de expressão em relação às redes sociais, especificamente ao aplicativo WhatsApp, com ênfase nos bloqueios ocorridos nos anos de 2015 e 2016 no Brasil. Estes bloqueios violam o direito de acesso à internet, comunicação e liberdade de expressão, respaldados pela **lei N° 12.965 de 23 de abril de 2014**. Trata-se de assunto bastante atual e que interfere no exercício de cidadania da população brasileira, impedida temporariamente de exercer suas atividades de trabalho e se comunicar livremente. Não é um assunto que está perto de terminar, novos bloqueios virão, no entanto, o trabalho visa à discussão da liberdade de expressão e chamar a atenção para a necessidade de um avanço na legislação para estabelecer novas formas de colaboração e evitar que a justiça tenha de decidir caso a caso.

Palavras-chave: Liberdade de expressão. Redes sociais. Comunicação. Cidadania. Bloqueios.

DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE OS GÊNEROS

Gilmar Afonso Rocha Júnior; Kelrilen Vieira De Souza; Stéphany Guimarães De Souza; Helton André Ribeiro Silva Júnior; Lohans Rodrigues Silva; Professora Gláucia Maria Teodoro Reis.

RESUMO

As disparidades salariais entre gêneros persistem como um obstáculo para a autonomia econômica das mulheres, a superação da pobreza e a desigualdade. O artigo aborda questões históricas em que o atraso da inserção feminina no mercado de trabalho trouxe consequências que ainda hoje não foram superadas. Discute-se também a desigualdade de salários recebidos por homens e mulheres, com a mesma escolaridade, questões que podem ser explicadas pela subjetividade das avaliações que elas, mulheres, recebem ao longo de sua carreira e que são vinculadas diretamente a bonificações prêmios e aumentos. Para alguns, isso pode parecer arcaico porém o problema ainda assombra a carreira profissional de muitas mulheres. Essa distância de igualdade entre os gêneros está presente não só na questão de equidade salarial, mas, também, nas oportunidades de crescimento, desenvolvimento e respeito pelas mulheres, situação que se estende não só pelo Brasil, mas por todo o mundo desde pequenos cargos a grandes posições de ofício. Receber o mesmo salário que os homens em condições de igualdade é um direito das mulheres e está resguardado no código, como exemplo nos termos dos Artigos quinto e sétimo da Constituição. Podemos apontar várias medidas que poderiam ser efetivas para a eliminação da diferença salarial como promover espaços para a negociação coletiva e participação efetiva e ativa dos trabalhadores onde estas questões são discutidas, melhorar salários mínimos promovendo a igualdade e assegurar a equipolência de oportunidades de promoções, horas extras, treinamento e outros compromissos de trabalho que melhoraram a folha de pagamento. O artigo utiliza-se do método dedutivo e tem por

fundamento inferir os fatos observados baseando-se na lei geral e aplicando-se também o método comparativo para reforçar as diferenças entre os gêneros.

Palavras-chave: Diferença Salarial; Gênero; Direitos Fundamentais.

ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR CASAIS HOMOSSEXUAIS

*Diulliany Estefane, João Vitor Nunes, Paulo Henrique Dutra, João Miguel Neto,
Danusia Arantes Ferreira*

RESUMO

Neste artigo desenvolvemos um estudo aplicado com o objetivo de contribuir com as reflexões e a melhor compreensão das bases legais sobre a questão da adoção de crianças por casais homossexuais no Brasil. O tema apresenta a sua relevância, pois está inserido num contexto que requer ampliação de estudos, assim como propicia oportunidades de aprimoramento das questões jurídicas já discutidas. De acordo com o Código Civil Brasileiro, no artigo 1618, a adoção pode ser realizada por pessoa acima de 18 anos, que seja pelo menos 16 anos mais velha que o adotado e que dê conta de sua administração. Podemos perceber, portanto, que a legislação brasileira não faz referência ao sexo ou orientação sexual do adotando quando a adoção é realizada por apenas uma pessoa. A pesquisa exploratória realizada por meio da revisão bibliográfica permitiu sistematizar um breve histórico da adoção por casais homossexuais no Brasil, dando destaque para a adoção como instituto do Direito, evidenciando que, no Brasil, a adoção de crianças por casais homossexuais vem ganhando impulso considerável com a decisão da 4º Turma do Superior Tribunal de Justiça (STF), que, por unanimidade, negou recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra decisão que permitiu a adoção de duas crianças por um casal de mulheres. A decisão apontou que estudos não indicam qualquer inconveniência em que crianças sejam adotadas por casais homossexuais, importando mais a qualidade do vínculo e do afeto no meio familiar em que serão inseridas. Uma barreira superada em 2009, quando o Conselho Nacional de Justiça mudou o padrão de certidão de nascimento do tradicional “pai e mãe” para o termo “filiação”, abrindo caminho para o registro de crianças por casais do mesmo sexo e garantindo à criança todos os direitos sucessórios e patrimoniais, inclusive em caso de separação ou morte de um deles.

Palavras-chave: Instituto de Direito; Adoção; Adoção por casais homossexuais.

O MACHISMO E A CULTURA DO ESTUPRO NO BRASIL

*Rafaella Caroline Miranda de Souza Moura: Stefanny Ingrid Rodrigues Machado;
Vanderlei Luiz Weber*

RESUMO

Consoante Art. 213 do Código Penal brasileiro, estuprar é “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou [...] outro ato libidinoso”. Machismo, conforme o dicionário Aurélio, é o comportamento de quem crê que o homem é socialmente superior à mulher. A finalidade deste trabalho foi fazer uma revisão

bibliográfica sobre a interligação dos assuntos acima de forma a evidenciar o machismo da sociedade brasileira, por meio da demonstração de pesquisas atualizadas, e sua consequente correlação com a cultura do estupro, que, segundo a Organização das Nações Unidas no Brasil, é uma expressão usada para abordar as maneiras que a sociedade culpa as vítimas ao mesmo tempo em que normaliza o comportamento sexual violento masculino. Conforme pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de agosto de 2016, evidenciou-se que 42% dos homens e 32% das mulheres acham verdadeira a afirmação: “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”. Consoante dados divulgados pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, compilados pelo Instituto Sou da Paz, no primeiro semestre de 2016, 58,9% dos casos de estupro naquele estado foram cometidos por conhecidos das vítimas. Segundo a última pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 88% das vítimas de estupro no Brasil são mulheres. A conjugação de tais resultados permite-nos inferir a existência de uma cultura do estupro no Brasil e de que há uma correlação direta da perpetuação dessa cultura com o machismo, uma vez que existe a crença num “mundo justo”, onde cada uma que fuja à dogmática concepção de “mulher ideal” terá “o que merece”, reforçada pela objetificação e consequente desumanização da mulher propagadas pelo *marketing* contemporâneo. Esses fatores somados ao alarmante dado que comprova que os agressores são, em sua maioria, próximos às vítimas, permitem-nos concluir que o estupro é, também, uma doença social.

Palavras-chave: Cultura; Estupro; Machismo; Brasil.

DIREITO A CONSULTA PRÉVIA NAS COMUNIDADES INDÍGENAS BRASILEIRAS

Cvntia Daiane Borges; Keite Kelle de Souza Pereira; Ludienne Alves de Sousa Silva; Bruna Thalyta de Lima Soares; Vanderlei Luiz Weber

RESUMO

A consulta prévia às comunidades indígenas é uma obrigação do governo brasileiro, pois o Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) de 1989, que foi posteriormente reafirmada na Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas (DNUDPI). Tal consulta diz respeito à oitiva das comunidades antes da implantação de qualquer modificação na paisagem das áreas pertencentes a estas comunidades, bem como a qualquer tipo de programa a ser implantado, sendo de cunho econômico ou social. Apesar de ser ratificada e ter força de norma constitucional, esta lei tem sido objeto de discussão na perspectiva de que sua aplicação em casos específicos nem sempre tem tido a eficácia necessária para, de fato, ouvir o que estes povos têm a dizer sobre tais ações dentro de seu território, impactando diretamente em sua cultura. Deste modo, este trabalho visa promover uma reflexão acerca da aplicação do DECRETO N° 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004, que ratifica a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, de modo a analisar sua estrutura e eficácia no cenário nacional atual. Para tal, será utilizado o método dialético, e os dados serão coletados através de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Convenção 169 da OIT; Consulta Prévia; Direito Brasileiro; Comunidades Indígenas.

DIFICULDADES QUE RECAEM SOBRE A PRÁTICA ELETRÔNICA DOS ATOS PROCESSUAIS

Mailson de Oliveira Silva; Aline Vieira Freitas; Alice Freitas de Souza; Jordana Moreira Silva; Leidiane Priscila Ferreira; João Miguel Neto

RESUMO

A realização dos atos processuais deve, prioritariamente, ser realizada na via eletrônica. A migração do meio físico para o digital já está ocorrendo, porém, será que os operadores do Direito e o próprio sistema judiciário estão preparados para essa “evolução”? Muitas dificuldades já estão sendo enfrentadas, e várias dúvidas permanecem sem resposta. Além disso, o mau presságio que frequentemente é exposto pelos Advogados preocupa a todos, e pode, inclusive, sobrepor às benesses inicialmente propostas com a implantação do método processual eletrônico. Neste enfoque, o tema é debatido e outros questionamentos são suscitados, bem como possíveis soluções, isso tendo por base pesquisa básica, exploratória e bibliográfica/participativa com abrangência qualitativa, mediante agrupamento das dificuldades já vivenciadas por profissionais da área, e em discussão por diversas fontes bibliográficas. Idealizado para ser a salvação processual quanto à morosidade e alto custo demandados na sistemática física, o processo eletrônico foi instituído, porém, sua implantação vem ocorrendo de forma meio traumática. Não se preocupou em prestar o suporte necessário, consolidando o alicerce para a etapa seguinte. Diante disso, o que se nota nos dias atuais é que existem vários sistemas atrelados a cada órgão jurisdicional, não havendo harmonia entre eles ou, sequer, padronização. Ademais, no Brasil, a internet é precária, isto para não dizer que inexiste em algumas cidades interioranas, o próprio setor elétrico não merece fé, barreiras técnicas inerentes aos conhecimentos necessários em informática, principalmente por parte do advogado, são evidentes. Falta confiabilidade no sistema de processo eletrônico, pois nenhum sistema no mundo está livre de invasões. Estes são apenas alguns entraves que devem ser devidamente levantados e discutidos. A prática eletrônica dos atos processuais, tem suas vantagens, porém, não é isenta de problemas.

Palavras-chave: Processo; Digital; Eletrônico.

CASAMENTO: INSTITUTO FAMILIAR OU CONTRATO

Fernanda Gradeia, Ingridy de Sousa, Letícia Mendes, Raimundinha, Raynny Porfirio, Thamires; Maria Izabel de Melo

RESUMO

O casamento tem uma grande função social, dessa forma o legislador se preocupou em tratar nos detalhes a forma como que esse instituto deveria ocorrer e como não poderia ou deveria ocorrer, pois ele é uma das formas de constituição de família historicamente e culturalmente mais importante. O casamento é tratado por muitos como Instituto Social, por outros como Contrato, e ainda há aqueles que acreditam ser o casamento um Instituto Eclético, ou seja, um contrato formal com repercussão social. Assim, o objetivo desse estudo é mostrar a natureza jurídica do casamento, que se justificam em três teorias. Trata-se de uma revisão de literatura onde será realizada uma busca eletrônica de artigos na base de dados BIREME, LILACS, e SCIELO, partindo dos escritores que caracterizam o tema: Casamento, Instituto familiar e Contrato, nos idiomas português e inglês e de livros

de Direito de Família. Após a análise, verificou-se que a Teoria Institucionalista caracteriza o casamento como uma instituição social, pois a ideia de matrimônio é oposta à de contrato por entender que a família base da sociedade não pode jamais ser tratada, como contrato, mas como instituição social que dá a todos a fundamentação de suas vidas. A Teoria Contratualista fundamenta que o casamento constitui um contrato de natureza especial, e com regras próprias de formação, como um contrato de direito de família que tem por fim promover a união de homem e de mulher, de conformidade com a lei. Por fim, a Teoria Mista ou Eclética define o casamento como uma instituição quanto ao conteúdo e um contrato especial quanto à formação, corrente da qual somos adeptos. Desse modo, há que se considerar o casamento como um negócio jurídico bilateral sui generis especial.

Palavras-chave: Casamento, Instituto Familiar, Contrato

EDUCAÇÃO CARCERÁRIA

Marcelo Chendes Mendesi; Luanna Christina Pereira Carvalho; Daiane do Nascimento Rodrigues; Warley Miguel de Assis Rochai; Igor Vinícius Araújo Cruzi; Danúzia Arantes Ferreira Batista de Oiiveira; João Miguel Neto; Rodrigo Cabral Gomes

RESUMO:

O presente trabalho se justifica na reflexão atinente ao ensino formal no sistema carcerário brasileiro como ferramenta de ressocialização e reinserção social do preso. É um tema relevante, presente no cotidiano da sociedade e um desafio de política pública, foco contínuo do meio jurídico, mormente no que se refere a direitos Humanos. O objetivo é trabalhar com o tema direitos humanos, abordado em sua primeira dimensão, tendo como subtema educação carcerária. Conforme o artigo 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos, dever do Estado e da família. O propósito será abordar a eficácia e qualidade do ensino formal, oferecido nos presídios brasileiros, na perspectiva dos direitos humanos, utilizando dados do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como bibliografia pertinente. Trataremos também do desenvolvimento histórico da punição criminal na antiguidade, passando pela revolução francesa e seus ideais iluministas, até os dias de hoje, com foco na eficácia do sistema carcerário. Essa eficácia, segundo Sandra da Penha Fagundes (2001), está fundamentada em três eixos: punir, prevenir e reeducar. Nesse contexto, o eminente jurista Miguel Reale questiona se o objetivo do sistema carcerário brasileiro é punir para prevenir novos crimes ou simplesmente para castigar delinquentes. Finalmente, nossa intenção será analisar o principal papel do Estado perante a população carcerária, qual seja o de reeducar e reinserir, em conformidade com Sandra da Penha Fagundes (2012), ao afirmar que a prevenção se efetiva no momento em que se oferecem condições de subsistência e se reeducam pessoas, no âmbito da população carcerária.

Palavras-chave: Ressocialização. Educação. Prevenção.

NAMORO VERSUS UNIÃO ESTÁVEL

Débora Freitas, Lívia Sales, Wanessa Mendanha; Maria Izabel de Melo O. dos Santos

RESUMO

A compreensão dos fatores que distinguem o namoro da união estável é a base deste estudo, que buscará elucidar as características subjetivas e objetivas para delimitação de ambos os institutos familiares. Conforme descrito no artigo 1.723 do Código Civil, a união estável é “reconhecida como entidade familiar” e deve ser estabelecida com o objetivo de constituir família de forma pública, contínua e duradoura. Sendo assim, dentre os pressupostos subjetivos para a configuração da união estável, destaca-se a estabilidade ou a duração prolongada, como descrito no código civil. No entanto, é necessário destacar que essa característica, atualmente, também é encontrada no instituto namoro, o que provoca uma dificuldade para distinção ou até mesmo identificação dos dois institutos, ou seja, determinar em que momento a relação deixa de ser um namoro e passa a ser uma união estável. Diferentemente de outras legislações estrangeiras que estipulam prazos para a definição da união estável, no Brasil isso não acontece. Cada caso é avaliado de forma individual pelo juiz, devendo identificar todos os elementos para caracterização da união estável, ou seja, se há ou não a estabilidade familiar. Dessa forma, é possível auferir que essa avaliação subjetiva pode configurar, em muitas vezes, um erro, já que o magistrado precisaria saber se o verdadeiro intuito do casal seria o de constituir uma família ou não. O que nem sempre é possível com base nas provas produzidas, podendo gerar o reconhecimento equivocado de relações informações como união estável.

Palavras-chave: Direito de Família; União Estável, Namoro.

CYBERBULLYING E AS CONSEQUÊNCIAS NA SOCIEDADE

Cynthia Malta Pestana¹; Fernanda Xavier Oliveira²; Jullyana de Moraes Leal³; Leandro Pereira da Cunha⁴; Veridiana Evangelista Figueiredo⁵; Anderson Brasil⁶

RESUMO

Já se sabe que a tecnologia conquistou e, ainda, vem conquistando espaço na sociedade. Com os avanços tecnológicos, porém, não surgem somente benefícios, mas também malefícios. A presente pesquisa visa contribuir para que haja o esclarecimento necessário do tema, assim como o possível aprofundamento, posteriormente, por outros estudiosos. Para a melhor compreensão do trabalho, utiliza-se o método indutivo, visto isso, grande parcela da população que vive no século XXI aderiu ao uso das tecnologias disponíveis hoje. E é notório que estas proporcionam maior velocidade nos meios de comunicação e permitem, também, que se tenha acesso à informação de forma mais rápida. Embora existam fatores positivos, nota-se o comportamento agressivo, ofensivo e desrespeitoso nas redes sociais, o chamado cyberbullying. Para ser considerado como uma espécie de bullying, deve-se perceber constância nas ofensas e o grau com que são feitas. Ou seja, reconhecer, mesmo perante uma linha tênue, o que é brincadeira e o que é intimidação. Visto o caráter público da ofensa virtual, fica claro que as consequências não serão boas. Tal atitude grosseira pode causar sérios danos a quem sofre a ofensa, tais como: vergonha, intimidação, dificuldade para dormir, distúrbios alimentares, isolamento social, depressão, e até suicídio. Aconselha-se o armazenamento de provas para que, assim, o ofendido possa recorrer ao poder judiciário. A coleta de dados foi realizada com base

em pesquisas em sites acadêmicos e em relatos verídicos por pessoas que sofreram esse tipo de violência moral. Contudo, observando o artigo 5º, X, da Constituição Federal de 1988 “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”, ou seja, recomenda-se o armazenamento de provas para que, assim, o ofendido possa recorrer ao poder judiciário.

Palavras-chave: Cyberbullying; Ofensa virtual; Danos; Consequências; Sociedade.

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE IMAGEM NAS REDES SOCIAIS

Dedierre Gonçalves da Silva; Ludmilla Seabra Rodrigues; Vanusa Sousa Mendonça de Almeida; Danúsia Arantes Ferreira

RESUMO

O artigo trabalhará com o recurso de revisão bibliográfica, no qual será desenvolvido o tema Vigência e Eficácia dos Direitos da Personalidade, tendo como finalidade o estudo aplicado do subtema Violação dos Direitos a Imagem nas redes sociais. Os Direitos a Personalidade serão especificamente abordados em relação à Integridade Moral, que tem como representação a honra, imagem, recato, segredo profissional e doméstico, identidade pessoal, familiar e social. Com uma ênfase principal no direito a imagem voltado às redes sociais. Quanto ao objeto de estudo destaca---se a pesquisa exploratória para a obtenção de informações gerais sobre a violação dos direitos de imagem nas redes sociais, e como esta tem efeito direto e indireto em a toda sociedade. O problema da investigação será abordado qualitativamente e buscará a interpretação desta violação nas redes sociais, a partir da compreensão de suas inter-relações com os Direitos da Personalidade. O estudo contribuirá para o exercício de conscientização e informação da população, sobre a pessoa natural, que é o principal fundamento do ordenamento jurídico, o qual a defende e a ampara em diversas situações. O desenvolvimento do estudo se desdobrará com a sistematização em três campos científicos principais: a Historicidade, mostrando o desenvolvimento do subtema através do tempo e espaço; o Direito Civil, embasando os direitos dos cidadãos de acordo com o código de 2002; e a Introdução ao Estudo do Direito (IED), que enriquecerá o trabalho com os princípios buscados pelo ordenamento jurídico. Os resultados alcançados com o estudo contribuirão para o enriquecimento histórico e social dos participantes e interessados sobre o assunto e, consequentemente, da sociedade, em geral, e dos operadores do direito.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade; Imagem; Redes Sociais.

INOVAÇÕES NO SISTEMA RECURAL DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Hellen Karla Alves de oliveira¹; Leonardo Henrique de Oliveira Arruda²; Carol Cristina de Oliveira³; Gustavo Henrique Damascena⁴; Andreza Aguiar Vieira da Cruz⁵; Kayo Loures Nascimento; João Miguel Neto

RESUMO

Faculdades ALFA
Av. Perimetral Norte, nº 4129 Vila João Vaz – Goiânia-GO
www.walfa.br

Com o advento da lei 13.105/2015, a presente pesquisa tem por finalidade discorrer sobre as principais alterações do sistema recursal no novo Código de Processo Civil. As principais modificações no diploma legal assegura maior celeridade e simplicidade aos processos judiciais que levam muitos anos para serem solucionados. O referencial teórico para os conceitos aqui citados se apoiam em doutrinas e artigos científicos, haja vista na sua efetividade, no que diz respeito aos princípios; sistema de preclusão, suas inovações e aplicações, bem como os sistemas que deixaram de existir e quais foram inseridos no Projeto do Novo CPC. Serão abordadas as principais alterações no tocante aos prazos processuais e aos recursos em geral, especificamente nas mudanças nas apelações, agravo de Instrumento e agravo interno-regimental que efetivamente introduzidas podem trazer implicação na prática cotidiana dos operadores do direito, de modo que os processos são movidos por prazos processuais, que são de extrema importância e, se não observados com rigor, podem ser fatais para o direito da parte litigante. A lentidão trazida pela grande quantidade de recursos e a própria complexidade que advém das peculiaridades de cada tipo de recurso sempre fora uma questão tormentosa para os estudiosos de Direito no Brasil.

Será usado o Método dedutivo comparativo. Deste modo, o presente trabalho terá sua ênfase nas inovações do sistema recursal, que busca e têm como principal escopo a celeridade à tramitação das ações cíveis.

Palavras-chave: Alterações; Recursos; Tramitação das ações cíveis; Novo Código de Processo Civil.

EIXO – 3

A IMPLANTANÇAO DE UM DEPARTAMENTO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA NO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI/FIEG

Dieao Alves Jacob

RESUMO

O processo da Inteligência Competitiva - IC fundamenta-se *pelo* acompanhamento contínuo das informações disponíveis no mercado, coletando de forma sintetizada os dados relevantes para uma tomada de decisão da organização. O estudo procura a resposta de como implantar um departamento de IC no SESI/FIEG e identifica como hipótese descobrir os possíveis perfis de profissionais com habilidade técnica para trabalhar com IC, apontar quais são as etapas do processo de IC e como implantar o departamento. O presente artigo tem por objetivo implantar um departamento de inteligência competitiva no SESI/FIEG, de maneira que os esforços de todos os colaboradores possam ser focados num mesmo sentido, complementando-se e acelerando os resultados almejados. Para tanto, optou-se pela utilização de uma metodologia que consiste em pesquisa bibliográfica, de campo e descriptiva qualitativa. O universo da pesquisa de campo foi SESI, uma das casas do Sistema FIEG, constituindo-se de pessoas tomadoras das decisões estratégicas. Sendo a amostra o gerente do departamento de Relações com o Mercado e a técnica de coleta de dados a entrevista com o gerente do departamento Relações com o Mercado. As conclusões evidenciaram que, para a implantação, dever-se-ão seguir três etapas: a primeira a conscientização de toda a empresa; a segunda, possuir

profissionais capacitados e habilitados para o departamento, por último, ter processos definidos em fluxogramas para facilitar a interpretação dos dados para uma futura vantagem competitiva. Como resultado da análise efetuada, percebe-se que a empresa tem profissionais habilitados para esse departamento, que existem vários processos definidos e desenhados em fluxogramas, porém existe necessidade de reparos e criação de outros. O principal entrave é a conscientização de toda a empresa, principalmente dos gerentes e lideranças. O que se comprehende e que, se todos trabalharem em prol de uma mesma visão, levarão a organização a manter ou ampliar seu espaço competitivo no mercado.

Palavras-chave: Inteligência de Competitiva, SESI, Implantação.

ANALISANDO OS EFEITOS DE FUSÕES E AQUISIÇÕES NO MERCADO ACIONÁRIO

BRASILEIRO.

Augusto Ribeiro Reis; Belchior Batista dos Santos Neto; Lucas Fabiano Jorge Elias Souza; Marco Aurélio Harbich Sampaio. Faculdade Alves Faria

RESUMO

No período de 2005 a 2015, houve um aumento de 112,95% nas operações de fusões e aquisições no Brasil, havendo a necessidade de analisar as reações das empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&F Bovespa e verificar quais foram as variações das ações no processo de fusões e aquisições no determinado período, identificando o motivo das oscilações dos valores das ações, nas empresas que estão passando por esse processo, e verificar as mudanças registradas nos preços das ações imediatamente antes e depois do anúncio da operação, tanto para as adquirentes quanto para as adquiridas e o que geraram de valor. A metodologia a ser adotada será a pesquisa exploratória, quando serão coletados dados secundários. Quanto à abordagem, a pesquisa será qualitativa e quantitativa, pois se optou por fazer uma análise de comparação nas variáveis de cada empresa nos períodos anteriores e posteriores à divulgação do processo de F&A's; quanto às técnicas e procedimentos utilizados, a pesquisa utilizará os métodos: bibliográfico, documental, levantamento e estudo de caso. A amostragem será composta pelo total de empresas brasileiras que tiveram processos de fusões e aquisições no período de 2005 a 2015, identificado através de anúncio no mercado. Como resultado, espera-se verificar a reação das ações das empresas que passaram pelo processo de fusões e aquisições neste dado período.

Palavras-chave: Fusões. Aquisições. Mercado acionário Brasileiro. Desempenho Econômico-Financeiro.

EIXO – 4

ARQUITETURA HOSPITALAR

Bruno Vinicius de Sousa Moraes; Orientador: Jairo Pires de Macedo Júnior

Faculdades ALFA
Av. Perimetral Norte, nº 4129 Vila João Vaz – Goiânia-GO
wwwalfa.br

RESUMO

Projeto Arquitetura Hospitalar.

Tudo se deu a partir do primeiro estudo de caso que nós fizemos e grupos para conhecer sobre o respectivo assunto, que é Hospital de pequeno e médio porte.

Então, começamos com estes estudos de caso pesquisando sobre hospital arquiteto que projetou ano de execução e entre outros detalhes, como, por exemplo, onde ele está inserido. Também estudamos as leis pertinentes.

A próxima etapa é caderno A3, em que, vamos começar a registrar nossas primeiras ideias projetais e começamos a desenvolver tudo manualmente, com croquis, maquetes, tomando informações do local da gleba definindo perfil do cliente e, quadro síntese. Depois desta etapa começamos a transferir este estudos para uma forma mais técnica, usando as leis pertinentes e digitalizamos todas as ideias no final do caderno A3. A partir deste momento, só fazemos alguns ajustes.

Palavras-chave: Projeto; Hospitalar; Arquitetura.

ARQUITETURA HOSPITALAR PARTIDO ARQUITETÔNICO

Sandylla Patrícia Cunha e Lima; Orientador: Jairo Pires de Macedo Júnior

RESUMO

A disciplina de Projeto III, aborda o tema de Arquitetura Hospitalar, na qual passamos por duas etapas: a primeira, elaborada em caderno A4 e já concluída, trata de Estudos de Casos de dois hospitais, Nesses estudos, temos uma análise aprofundada do contexto, por dentro e por fora dos hospitais e tiramos as conclusões favoráveis para o nosso desempenho. Também fizemos o estudo do lugar proposto onde iremos construir o edifício, Nesse estudo, fazemos um diagnóstico físico, ambiental e sociocultural.

A segunda etapa é um desenvolvimento preliminar da arquitetura hospitalar em caderno A3, sentido paisagem, feito a mão, com configuração e layout de preferência e agrado do autor, onde há uma introdução de princípios e iniciações do projeto, constado um breve estudo do lugar. O trabalho desenvolvido propõe tratar de: lugar, programa, pré-dimensionamento, quadro síntese, fluxogramas, setorização e volume, com o intuito de estabelecer analogias da configuração ao espaço. Essa etapa tem por objetivo definir parâmetros e requisitos necessários para o desenvolvimento do trabalho, intuito e finalidade de trazer percepção, clareza e conhecimento do autor quanto à disciplina e modalidade. Trabalho desenvolvido a partir de estudos de casos, dos quais foram retirados pontos negativos e positivos que conduziram e ofereceram ao autorcompreensão, noção e conceitos e o auxiliaram na iniciação do projeto quanto a fluxos, implantação e acesso a leis e normas para atender a larguras e metragem de circulações e ambientes. A partir de toda essa metodologia, atingiu - se um resultado em que

fluxos e acessos puderam corresponder aos estudos e normas. Resultou-se em uma adequável e conveniente implantação do terreno, e, também no seu entorno. Todas as soluções e seguimentos a princípio tiveram efeito positivo quanto ao desfecho e conclusão sobre acessos, forma e implantação.

Palavras-chave: Arquitetura Hospitalar, Estudo preliminar, Fluxo, Implantação, Acessos.

COMPARATIVO DE CUSTO ENTRE PAREDE CONCRETO MOLDADO "IN LOCO" e ALVENARIA ESTRUTURAL DE BLOCOS DE CONCRETO

Rogério Lopes da Silva; Matheus Rodrigues Nunes de Sá; Bruno Rocha Cardoso

RESUMO

A alvenaria estrutural é um dos processos construtivos mais antigos de que se tem conhecimento e que, desde a antiguidade, vem sendo utilizada. Ao longo dos anos, este processo foi se aperfeiçoando e sendo inserido no mercado construtivo efetivamente como uma das alternativas mais viáveis e eficazes do ponto de vista de segurança e economia. Já o método de parede de concreto moldada “in loco” começou a ser inserido no mercado da construção civil há pouco tempo, mas tem tido um crescimento relevante, principalmente após o investimento feito pelo governo nos últimos anos, onde a construção civil brasileira viveu, e ainda vive, um momento de grande crescimento. Incentivadas por programas habitacionais desenvolvidos pelo governo federal em busca de suprir o “déficit” de moradia existente, as empreiteiras investiram em sistemas construtivos que aumentam a produtividade e reduzem custos e prazo da obra. Em meio a este cenário, destacam-se os sistemas construtivos que utilizam como elemento de vedação vertical a parede de concreto e a alvenaria estrutural. Tendo isso em vista, será realizado um comparativo entre esses dois sistemas construtivos, avaliando vantagens e desvantagens de ambos e relacionando aspectos que influenciam o tempo e os custos da construção. Com base em estudos preliminares, foi visto que para construções isoladas, o mais viável é o uso da alvenaria estrutural, que utiliza blocos de concreto e isenta o uso das formas metálicas por terem um alto custo, tornando-se inviável quando utilizada em construções isoladas. Já para construção de conjuntos de casas e edifícios padrões em que é feita a reutilização de formas, as paredes de concreto se tornam mais viável obtendo-se uma redução significativa no custo da obra.

Palavras-chave: Alvenaria estrutural; Parede de concreto moldada "In loco".

APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIA NA ESCOLHA DA FORMA DE TRIBUTAÇÃO NA ATIVIDADE DA CONSTRUÇÃO CIVIL,

Marcos Vinícius Araújo Madureira; Weslei Nunes de Oliveira; Maiza Aparecida da Silva

RESUMO

A presente pesquisa tem como tema a aplicação do planejamento tributário na escolha da forma de tributação na atividade da construção civil, e, como objetivo geral, mostrar a atuação do planejamento tributário nas empresas, focando especificamente o regime de lucro presumido e o lucro real, a fim de auxiliar na gestão de uma empresa na respectiva área, de transmitir

conhecimento para pesquisas futuras e demonstrar os diversos benefícios que se podem conseguir através de sua utilização. Será abordado o sistema tributário brasileiro, definição, princípios e classificação, bem como sobre aspectos legais, retratando a origem dos tributos federais e as principais formas de tributação, em face da gestão organizacional, com o propósito de encontrar a melhor forma de tributação no âmbito federal. Há também em seu corpo de estudo toda uma história da contabilidade com objetivo de demonstrar suas modificações, sua evolução, seu impacto na história e suas influências para o planejamento tributário. Diante do último estágio desta pesquisa, será aplicado este estudo dentro de empresas da área de construção civil para verificar as vantagens e desvantagens de cada regime, evidenciando os tributos que incidem sobre cada regime tributário e qual o melhor regime para adotar na área de construção civil, buscando efetivamente a redução da alta carga tributária que existe no cenário atual, de forma licita e benéfica à empresa.

Palavras-chave: construção civil; planejamento tributário; lucro real; lucro presumido.

PIS E COFINS: UM COMPARATIVO ENTRE REGIME CUMULATIVO E NÃO-CUMULATIVO

Marcela Solange da Silva; Sadie Nicole Oliveira Souza; Manuela Gonçalves Barros

RESUMO

O cenário tributário no Brasil possui uma diversidade de tributos, entre taxas e impostos. Nesse panorama, encontra-se o PIS e a Cofins, presentes sua tributação em vários serviços e produtos comercializados no país. A forma de apuração no regime cumulativo, se comparado ao regime não cumulativo, teoricamente, tem um grau de problematização mais simplificado. No entanto, não se pode julgar isoladamente a escolha desse regime por parte do usuário, pois sua escolha é atrelada a um conjunto de normativas. Observam-se, assim, questionamentos sobre a cobrança de mais esse encargo, principalmente em empresas de laticínios no Estado de Goiás, por ser uma atividade tão presente no cenário econômico deste estado. O estudo, caracterizado como bibliográfico e documental, com uma aplicação de estudo de caso, demonstrará um comparativo entre os resultados calculados pelos regimes cumulativo e não cumulativo em uma empresa do seguimento lácteo, buscando indicar as vantagens e benefícios deste último. Para isso, utilizará dados das demonstrações contábeis da empresa em estudo. Ainda, buscará discutir, avaliar e analisar os impactos financeiros nas esferas do lucro real e lucro presumido. A relevância do estudo está em trazer informações para a sociedade empresária, principalmente do ramo de laticínio no Estado de Goiás, quanto à importância da análise da carga tributária, em específico referente ao PIS e à Cofins; até auxiliar a sociedade com mais reflexões sobre os aspectos que contribuem para esclarecimentos fundamentados acerca da aplicação, apuração e resultados benéficos do PIS e da Cofins no regime de apuração Cumulativo e Não-Cumulativo, tomando por base o Lucro Presumido e Lucro Real.

Palavras-chave: PIS; Cofins; regime cumulativo, regime não-cumulativo.

A CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS NAS COMPANHIAS ABERTAS LISTADAS NA BM&FBovespa E O IMPACTO NO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

Faculdades ALFA

Av. Perimetral Norte, nº 4129 Vila João Vaz – Goiânia-GO

www.walfa.br

Pollyana Rodrigues dos Reis, Renata Glauce Costa e Silva Reciol, Wanessa Parreira de Almeida, Maíza Aparecida da Silva

RESUMO

A presente pesquisa traz como objeto de estudos os instrumentos financeiros que são contratos que dão origem a um ativo financeiro, a um passivo financeiro ou a um instrumento patrimonial. A partir de 2008, com a convergência das normas brasileiras às normas internacionais (IFRS) houve um desafio muito grande a todos aqueles envolvidos com informações financeiras no país, e, através dessas mudanças introduzidas na Contabilidade Brasileira, surgiram os chamados instrumentos Financeiros. Embora seja considerado um tema complexo, o Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC) 14. Restabelece princípios para o reconhecimento e a mensuração desses instrumentos. Conforme o Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC) 14, um instrumento financeiro pode ser classificado em quatro categorias: (1) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (2) mantido até o vencimento; (3) empréstimos e recebíveis; e (4) disponível para venda. A pesquisa tem como objetivo geral identificar se houve variação no fluxo de caixa operacional, com a mudança de classificação dos instrumentos financeiros. Portanto, será feita a identificação dos instrumentos financeiros nas Sociedades Anônimas de Capital Aberto (S.A.), e qual das quatro categorias é a mais utilizada por elas. Para alcance do objetivo, será realizada uma pesquisa exploratória quantitativa e qualitativa, por meio de análises das demonstrações contábeis em Sociedades Anônimas de Capital Aberto (S.A.), respeitando as normas citadas nos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) 14, 38, 39 e 40. Espera-se, ao final da pesquisa, concluir qual escolha de classificação dos instrumentos financeiros trouxe um melhor resultado no fluxo de caixa operacional e no lucro.

Palavras-chave: Classificação; Fluxo de Caixa Operacional; Impacto; Instrumentos Financeiros.

O IMPACTO DO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NAS EMPRESAS DO SETOR ALIMENTÍCIO COM ENFOQUE NAS PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Fábio Ferreira Alves¹; Luana de Brito Teixeira²; Rodrigo Romeiro³, Maiza Aparecida da Silva⁴

RESUMO

A inadimplência prejudica a liquidez das empresas que contam com os valores a receber para saldar seus compromissos assumidos. Assim, torna-se necessário estimar o que não será recebido com a constituição das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). De acordo com Pronunciamento Técnico 38 emitido, as perdas futuras esperadas, que ainda não ocorreram, não devem mais ser reconhecidas por meio de estimativas, ou seja, é preciso que o evento tenha efetivamente ocorrido para que possa ser registrada a perda. Para tanto a pesquisa busca identificar quais os impactos no gerenciamento de resultado das companhias de capital aberto, observando o grau de discricionariedade dos *accruals* causado pela evidenciação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nos períodos de 2013 a 2016. Para atingir o objetivo da pesquisa, serão utilizadas as evidências das perdas

estimadas em crédito de liquidação duvidosa com base no pronunciamento contábil CPC-38, assim como o dessas Informações com o comportamento da companhia. Serão analisadas 10 empresas do ramo alimentício, listados na bolsa de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) que possuem contas a receber, excluindo as instituições financeiras por não serem alvo deste trabalho, devido às características próprias da legislação específica. O estudo será classificado como: quantitativo, pesquisa documental e de caráter bibliográfico. Com base na pesquisa apresentada, espera-se verificar os critérios de estimativas que estão sendo utilizados pelas empresas em estudo, e se esses critérios possuem influência diretamente no gerenciamento de resultado.

Palavras-chave: Evidenciação. Gerenciamento de Resultado. Perdas.

ANÁLISE DO DISCLOSURE VOLUNTÁRIO EM EMPRESAS DE FUNDO DE PENSÃO DE CAPITAL ABERTO

Paulo Henrique Moraes Gonçalves; Mario Sergio da Silva Barbosa; Igor Luiz Silva Gonçalves; Pedro Machado Soares Júnior

RESUMO

Fundos de Pensão são caracterizados pela inserção de dinheiro por parte dos colabores de determinadas entidades com o objetivo de garantirem uma espécie de aposentadoria. Diante dos fatos ocorridos na atualidade, os Fundos de Pensão no Brasil vêm passando por um processo de declínio, relacionados em especial com a repercussão dos problemas ocorridos nas empresas Petros, Funcef, Postalis e Previ. Diante disto, esta pesquisa busca verificar qual é o nível de disclosure voluntário no segmento de Fundos de Pensão. A pesquisa será realizada a partir da análise dos demonstrativos de empresas de capital aberto, de modo a comparar as divulgações relacionadas ao disclosure voluntário. Será utilizada uma abordagem quali-quantitativa, e a pesquisa bibliográfica e documental. Quanto aos resultados, esperados; espera-se verificar como os Fundos de Pensão têm buscado chamar a atenção dos usuários das demonstrações para fins de atrair investimentos.

Palavras-chave: Fundos de pensão; disclosure voluntário; notas explicativas.

PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTAS BRASILEIRAS: IMPACTOS DE SUA EVIDENCIAÇÃO NO GERENCIAMENTO DE RESULTADO.

Fábio Ferreira Alves; Luana de Brito Teixeira Chaves; Rodrigo Romeiro dos Santos; Maíza Aparecida da Silva

RESUMO

A pesquisa busca identificar quais os impactos no gerenciamento de resultado das companhias de capital aberto, delimitado ao setor de alimentos, causado pela evidenciação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvídosa (PECLD), nos períodos de 2013 a 2015. Para atingir o objetivo da pesquisa, serão utilizadas evidenciações das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa com base no pronunciamento contábil CPC-38, e confrontadas essas informações com o comportamento da companhia. A demonstração desta pesquisa é composta por 10 companhias listadas na bolsa de valores de São Paulo, (BM&FBOVESPA) que possuem contas a receber com exclusão de instituição financeira por não serem alvos deste trabalho, devido às características próprias e legislação específica. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa de aspecto qualitativo, uma vez que busca explicações de fenômenos que podem ter sido analisados quantitativamente. A obtenção dos dados é diretamente caráter documental, pois envolverá as análises de informações contidas nas notas explicativas das companhias em estudo, a fim de responderá objetivos da pesquisa. A maioria das companhias utilizam o critério de estimativas para o cálculo das PECLDs, e se mostram relevantes na amostra em relação à evidenciação das PECLDs.

Palavras-chave: CPC-38, Evidenciação; Gerenciamento de Resultado; PECLD.

COMPARATIVO ENTRE O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

*Allen Lohanny Cunha Castro; Guilherme Vitor Sousa Rosa; Rayanne Ribeiro dos Santos;
Pedro Machado Soares Júnior*

RESUMO

O Brasil tem dois principais sistemas previdenciários, sendo o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS). O RGPS abrange todo servidor do setor privado, e o RPPS é especificamente de servidores públicos. Com a preocupação na economia de recursos municipais, o RPPS pode se tornar um aliado, pois sua taxa de contribuição patronal é menor. Assim, o estudo a visa um comparativo entre os dois regimes, RGPS e RPPS, para verificar qual oferece mais economia e um melhor gerenciamento de recursos próprios para o município.

Como metodologia, serão utilizados revisão bibliográfica; método indutivo, quantitativo e empírico. Espera-se que o RPPS seja mais econômico, sendo este o melhor regime para o município.

CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO: UMA ANALISE ENTRE SUAS LEIS DE CRIAÇÃO E SUA APLICABILIDADE.

Andressa Maciel do Carmol; Thays Santos Rocha; Maíza Aparecida da Silva

RESUMO

Um dos grandes desafios para os administradores públicos é a otimização e utilização dos recursos disponíveis, cada vez mais escassos, ante as despesas públicas cada vez mais crescentes. Na gestão pública, existem muitos relatórios financeiros, orçamentários e contábeis que fornecem um grande número de informações, mas em sua maioria, ainda poucos são utilizados para o processo de tomadas de decisões. A responsabilidade pelo gerenciamento transparente das contas públicas também é de extrema importância para os gestores públicos, pois a sociedade deve entender o que está sendo feito, isto é, onde estão sendo gastados recursos públicos e o que estão fazendo para melhorar os serviços prestados à comunidade. Diante do exposto, surge a necessidade de a Administração Pública implantar uma Controladoria no setor governamental. Este trabalho tem como objetivo analisar se a administração pública de alguns municípios do estado de Goiás desempenha as funções de controladoria em conformidade com o estabelecido na legislação. Será realizado um estudo comparativo das legislações das referidas Controladorias e sua aplicabilidade na região metropolitana de Goiânia, utilizando pesquisa bibliográfica e documental. Ao final desta pesquisa, espera-se obter uma resposta sobre os municípios estudados, verificando-se quais de fato fazem uso corretamente das funções da Controladoria na administração.

Palavras-chave: Controladoria; administração pública; Legislação.

PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA: A INFLUÊNCIA DO LAUDO PERICIAL CONTÁBIL NA DECISÃO JUDICIAL NO PROCESSO TRABALHISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (TRT) 18º REGIONAL GOIÁS

Jéssica Duarte de Andrade; Kálita Santos Sá; Marina Oliveira Gomes, Maíza Aparecida da Silva

RESUMO

Com o número elevado de conflitos trabalhistas, a utilização do serviço do Perito Contador para levantar provas capazes de auxiliar nos esclarecimentos dos fatos, ajuda a chegar a uma solução justa entre as partes interessadas. Reiteramos que a perícia é fundamental nas decisões da justiça e oferece como recurso o valor informativo da contabilidade, buscando sempre a realidade e a verdade sobre os fatos que estão sendo tratados através de informações claras, confiáveis imparciais e objetivas, ajudando na tomada de decisão. A contabilidade, no sistema judiciário é de grande relevância quando exige um compartilhamento de conhecimento do direito com a contabilidade e destas com outras ciências. O objetivo desta pesquisa é analisar a influência do laudo pericial nos processos judiciais trabalhistas em casos do tribunal regional do trabalho da 18º Regional de Goiás; levantar dados estatísticos dos casos que envolveram a perícia contábil e apresentar conceitos sobre perícia contábil e perito contador, demonstrando a importância da perícia contábil nas ações trabalhistas e a sua contribuição no sistema judiciário. Para o alcance dos objetivos, será desenvolvido estudo de caso em processos trabalhistas, aplicação de

questionários a peritos e pesquisa bibliográfica que possui caráter exploratório a fim de inteirar-se dos principais conceitos abordados nesta pesquisa. Ao final da pesquisa espera-se demonstrar os índices de processos trabalhistas que deram entradas e que foram resolvidos por meio da perícia contábil e a contribuição dos laudos periciais na resolução dos processos. Busca-se também, analisar se os laudos periciais contábeis são capazes de atender às necessidades informacionais para resolução dos processos trabalhistas.

Palavras-chave: Contábil; Laudo; Perícia; Trabalhista.

O IMPACTO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE DISPONÍVEL PARA VENDA E A INFLUENCIA DO INDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE NAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO

Greyce Kelly de Matos Carrijo Brito; Leortenlop Sabryna da Silva Oliveria; Maria da Soledade Ferreira dos Santos; Maíza Aparecida da Silva

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é utilizar o Balanço Patrimonial para evidenciar e incidir a posição econômica nas Companhias de Capital Aberto, e, como ferramenta de análise, o índice de liquidez corrente (esse indicador apresenta quais as condições da empresa de liquidar suas obrigações de curto prazo, utilizando o ativo circulante), para fazer uma análise de viabilidade e saber qual a influência do ativo não circulante disponível para venda. E qual será seu impacto no resultado das Companhias de Capital Aberto, com e sem o índice de liquidez. A pesquisa será desenvolvida por meio de análise de balanços publicados, desfez grandes empresas S.A do mesmo segmento, em um determinado período, de 2012 a 2015, que irá fornecer as informações em volume e tempo, para se saber o nível de integração atribuída pelos investidores. O CPC irá estabelecer que os bens devem ser mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o seu valor justo, menos as despesas de vendas. E, quando disponibilizado para venda é preciso ter um consenso entre os envolvidos e fazer um plano de venda para determinar se realmente não irá utilizar o ativo nas operações, para a venda ter um melhor controle financeiro, deverá ocorrer no período de um ano, podendo ter atraso de recebimento, por motivos inesperados, exemplo: Catástrofe Naturais. Com o resultado, pretende-se fornecer através dos índices, um suporte necessário de planejamento, controle, segurança para tomada de decisão e ajudar a identificar os riscos qualitativos e quantitativos, para poder alcançar os objetivos esperados pelos acionistas possam ser alcançados.

Palavras-chave: Ativo Não Circulante Disponível Para Venda; Balanço Patrimonial; índice de Liquidez Corrente.

BENEFÍCIOS E VANTAGENS DE UM TRABALHADOR INFORMAL AO SE FORMALIZAR COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

Káirtha Mendanha Barbosa Menezes; Renatha Evellyn Vaz da Silva; Maíza Aparecida da Silva

RESUMO

Com a Lei Complementar nº 128/2008 que instituiu a figura do Microempreendedor individual (MEI) a partir de 1º de julho de 2009, trazendo a desburocratização, agilidade e simplicidade no processo de legalização e formalização para os trabalhadores que atuam na informalidade, surgiu uma nova oportunidade para regularização de milhares de profissionais que se encontram no mercado informal, tornando-se totalmente legalizados sob a figura jurídica do Empreendedor Individual, usufruindo, assim, dos benefícios adquiridos com esta nova legislação. O surgimento do MEI veio para ajudar a encorajar os trabalhadores que atuam de maneira informal, e a partir de suas necessidades, a buscarem alternativas para passarem para a formalidade. Assim, pretende-se conhecer o que acaba levando os trabalhadores que trabalharam por muito tempo na informalidade a buscar a legalização e conhecer seus benefícios, ou também aqueles trabalhadores que viram, por meio do MEI, uma oportunidade de abrir o seu negócio. Dentre os vários benefícios oferecidos ao Empreendedor Individual, estão os direitos previdenciários, a baixa burocratização, isenção de taxas, possibilidade de emissão de nota fiscal, acesso a créditos e financiamentos bancários, redução da carga tributária, assessoria gratuita, entre outros. Os contabilistas terão a importante missão para ajudar na diminuição de empresas informais aqui no Brasil, mostrando que a formalidade é um ótimo negócio, e de esclarecer sobre o seu funcionamento e % divulgação dos benefícios para o público-alvo. E, ainda, o objetivo de explanar e orientar sobre o processo de formalização como Microempreendedor Individual, focando nas obrigações e direitos conforme legislação vigente, o objetivo da presente pesquisa adquiridos pelo trabalhador informal ao se tornar um Microempreendedor Individual, através da aplicação de questionário a esses trabalhadores já formalizados; listar e demonstrar através dos resultados obtidos no questionário quais os maiores e mais importantes benefícios relatados.

Palavras-chave: Benefícios; Formalização; Microempreendedor Individual (MEI); Trabalhadores.

APLICAÇÃO CONTÁBIL NO PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO CONDOMINIAL

Thiago Monteiro de Oliveira; Thiago Moreira Lopes; Maíza Aparecida da Silva

RESUMO

A terceirização de serviços ligados à área condominial em se tornando bastante comum no âmbito residencial, comercial e misto nas empresas que clientes, síndicos e administradores. Há muitas dúvidas que ainda são constantemente citadas nesse meio de administração condominial. Questões de folha de pagamento, impostos, responsabilidade trabalhista e previdenciária e custos de administração estão entre as dúvidas, mais frequentes, assim dificultando a tomada

de decisão da contratação ou não do serviço. Ou, o objetivo de evidenciar o resultado final o interessado terá com a terceirização, ou não da mão de obra condominial, diferença em taxa de condomínio em valores. Desenvolvimento de pesquisa; ir a campo distribuindo questionários para administradores e síndicos, para evidenciar quais vantagens e desvantagens, custos e benefícios, viabilidade, satisfação, usando dados disponíveis a nosso alcance, acesso a 50, condomínios, contatos com síndicos administradores, efetuando a comparabilidade entre eles. Para, assim, sanar dúvidas dos usuários da informação e dos responsáveis pela contratação de serviços. Pontos negativos: Rotatividade de funcionários; condomínio solidário quanto a dívida trabalhista, obrigatoriedade de pagar seguro de vida; ausência de total controle sobre funcionários. Pontos positivos: Mão de obra fora de responsabilidade do administrado; facilidade de controlar custos.

Palavras-chave: Comparabilidade; Satisfação; Terceirização.

ANÁLISE DE MUDANÇA DE JULGAMENTO NO RELACIONAMENTO DE PROVISÃO E PASSIVO CONTINGENTE

Flávia Cristina da Silva Queiroz; Naiane Gradeie Leite da Silva; Maíza Aparedda da Silva

RESUMO

A classificação do passivo contingente e provisão no Brasil, conforme a legislação e as normas internacionais são definidas de acordo com a probabilidade de ocorrência, podendo ser provável, possível ou remota, com diferentes tratamentos, para cada tipo de probabilidade. Isto serve de alerta aos usuários das demonstrações contábeis ao fazer suas análises acerca do desempenho econômico-financeiro das empresas, devendo estes levarem em consideração os impactos das diferentes interpretações dos indivíduos envolvidos nas decisões acerca das probabilidades de perda das provisões e dos passivos contingentes. Esta pesquisa tem por objetivo identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com valor de mercado das companhias abertas brasileiras, e quais fatores estão relacionados com esse nível de evidenciação, definindo o tratamento contábil para as provisões e passivos contingentes, utilizando análise de balanço como metodologia. Apesar das exigências estabelecidas pela norma, tem se revelado que empresas ainda não evidenciam informações com a melhor qualidade e que representem a sua realidade, e que as mesmas ainda utilizam nomenclaturas erradas e, que mesmo com o caráter coercitivo do pronunciamento, as entidades não têm atendido ao princípio do full disclosure (divulgação completa). Almeja-se que algumas características das companhias abertas possam explicar o fato de uma entidade apresentar um nível de evidenciação acima ou abaixo da média do setor de atuação.

Palavras-chave: Evidenciação; Passivo Contingente; Provisão.

A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO NA PME.

Aline Mendanha Opolicarpo; Heloísa Gabriela Moraes; Guilherme Vieira Silva; Leandro Rodrigues Miranda

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso tem por finalidade compreender o papel do orçamento financeiro de uma pequena e média empresa. A proposta é analisar se há planejamento financeiro na empresa de menor porte, e como é feito o controle desse planejamento. A metodologia a ser adotada será a pesquisa bibliográfica e o objetivo é definido descritivo e exploratório, que trabalha em uma escola será aplicado em uma escola particular de Ensino Médio da cidade de Goiânia. Com o resultado espera-se entender como o orçamento interfere na sobrevida da empresa e quais são os resultados dessa ferramenta. O objetivo é compreender o papel do orçamento sobre o desenvolvimento/crescimento de uma pequena e média empresa na cidade de Goiânia - Goiás. Foram selecionados levantamentos bibliográficos com base em livros, artigos e internet, discutindo-se sobre conceitos de administração financeira, orçamento, tomada de decisão e administrador financeiro. O que tange ao objetivo descritivo esta pesquisa tem a pretensão de realizar a identificação, analisar, registrar, verificar e também descrever todos os fatos coletados, usando um roteiro de perguntas, tomando conhecimento do que, como, com quem e qual a intensidade. Isso ocorre mantendo imparcialidade e, assim, garantir que não haja nenhuma interferência. Quanto à abordagem do problema pelo método qualitativo a compreensão dos porquês sobre a ferramenta de orçamento e consiste em observá-los e descrevê-los, a qual elaboramos um roteiro de perguntas direcionadas ao gestor financeiro da instituição, de maneira que será esclarecida dúvidas e considerações com intuito de conhecer a relação entre o orçamento financeiro e o desenvolvimento da empresa.

Palavras-chave: Orçamento. Tomada de decisão. Planejamento. Finanças. Pequena Empresa.

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS OFERTADOS PELA EMPRESA REUNIDAS TRANSPORTES LTDA.

DENNER, H. ; MENEZES, J.R.; NASCIMENTO, K.S.: SANTOS, E.P.; SOUZA Jussara de Paula.

RESUMO

A adequada gestão da remuneração permite gerar a competitividade de uma empresa. A remuneração é composta por três elementos essenciais: remuneração fixa, remuneração variável e benefícios. A temática deste estudo se concentra nos benefícios. Os benefícios podem ser legais ou espontâneos, sendo ambos de extrema importância para o estímulo motivacional dos colaboradores. Assim, o objetivo do estudo foi analisar os benefícios ofertados pela empresa Reunidas Transportes Ltda. Para levantamento de dados, foi utilizada uma entrevista com a diretoria de recursos humanos. Trata-se de estudo de caso, que permitiu, além do encontro do objetivo geral, a identificação de exemplos de benefícios espontâneos e legais. O estudo possui

uma abordagem qualitativa. Para melhor análise e interpretação dos resultados, foram utilizadas pesquisas observacionais e documentais. A pesquisa bibliográfica auxiliou na melhor compreensão acerca da temática remuneração especificamente benefícios. Como resultado foi identificado que o plano de benefícios da organização é bem estruturado, atendendo aos requisitos legais. Além destes, foi possível identificar a utilização de benefícios espontâneos. A gestão da empresa considera a concessão desses benefícios como essenciais para elevar a qualidade da satisfação dos colaboradores. Embora o plano de benefícios seja bem definido, foi apresentada uma proposta de melhoria com o intuito de elevar a qualidade das relações com o trabalho dos funcionários da organização. No sentido de melhor qualificar o plano de benefícios espontâneos, visto que este é um dos principais componentes da remuneração e alicerce do estímulo à motivação e que auxilia na melhoria do clima organizacional, levando os ganhos de produtividade.

Palavras-chave: Remuneração; Benefícios Espontâneos; Benefícios Legais.

SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (SIPAT): UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA BARÃO AUMENTOS

AVELAR,P.H. , CALADO, L.R. ; JUNIOR, A. N.M. ; LUNA, G.A.S. ; SOUZA, Jussara de Paula.

RESUMO

Algumas empresas ainda se deparam com o tabu de que investir em Segurança do Trabalho é um custo, porém, com estudos e observações, pode-se afirmar que o investimento com Segurança do Trabalho possibilita economizar em muitas questões provocadas pela falta de prevenção. Na falta de conhecimento, algumas organizações acabam tendo gastos derivados de acidentes ou doenças ocupacionais (gastos com indenizações, com reabilitação, mão de obra temporária, entre outros).

As organizações neste sentido, estão submissas a normas, que envolvem a Segurança no Trabalho. Dentre elas, tem-se a Norma Regulamentadora NR 5, que institui a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA (NR 5). Uma das atribuições da CIPA é a organização da Semana Interna de Prevenção a Acidentes (SIPAT). Assim, o objetivo deste estudo foi apresentar as atividades da SIPAT da empresa Barão Alimentos como elemento promotor de prevenção a acidentes e doenças no trabalho. O estudo de caso realizado possui objetivo descritivo. Quanto a abordagem foi uma pesquisa descritiva, por obter informações que permitem interpretar a realidade de uma atuação sobre a perspectiva da SIPAT. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica que permitiu melhor compreensão da temática estudada. O método observacional foi essencial para levantamento e coleta de dados. Para estruturação dos

resultados, foram utilizadas fotografias, que permitiram a melhor interpretação dos dados levantados. Os resultados permitiram observar o envolvimento dos colaboradores nas ações realizadas pela CIPA e, ainda, a relevância do atendimento a norma de forma lúdica e atrativa, possibilitando a redução de doenças e acidentes derivados do trabalho na empresa Barão Alimentos.

Palavras-chave: Segurança no Trabalho; CIPA; SIPAT.

ESTUDO DE CASO: TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA REDE BARÃO SUPERMERCADOS

LIMA, M.R.S.; LUNA, G.A.S.; OLIVEIRA, T.D.A.; VILARINHO.C.R.: SOUZA. Jussara de Paula.

RESUMO

O investimento em treinamento e desenvolvimento nas organizações é essencial para o desempenho organizacional por meio das pessoas. Serão duas atividades distintas e que necessitam de análises para identificação das necessidades organizacionais. O treinamento capacita os profissionais para desempenhar suas funções na organização resolvendo gargalos com especificações técnicas e com necessidades a curto prazo. Já o desenvolvimento tem foco a longo prazo, em que a organização capacita o colaborador para funções futuras. O objetivo deste estudo foi analisar a aplicação das técnicas de treinamento e desenvolvimento na Rede Barão Supermercados. O estudo de caso, em uma expressiva rede de supermercado na cidade de Goiânia-Goiás, buscou compreender como as técnicas de treinamentos e desenvolvimentos são aplicados e se diferem, possuindo, assim, uma abordagem qualitativa. Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa exploratória, por levantar dados gerais acerca da temática. A pesquisa bibliográfica direcionou ao melhor aprofundamento acerca da temática. Para coleta de dados, foi utilizado um roteiro de entrevista estruturado que foi aplicada a direção da organização. Utilizou-se, ainda, o método observacional para melhor compreensão das informações. A pesquisa documental foi fundamental para o alcance do objetivo, pois possibilitou a identificação das atividades de treinamento e desenvolvimento na organização. Os resultados permitiram observar que, embora a Rede Barão Supermercados possua técnicas de treinamento bem definidas, não são estruturadas de forma estratégica, sendo direcionadas de acordo com dados imediatos. Outro fator foi a inobservância de estratégias de desenvolvimento a longo prazo. Deste modo, foram apresentadas sugestões de melhoria, visando qualificar este processo de gestão de pessoas e elevar, assim, a qualidade dos recursos humanos da organização.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Treinamento, Gestão de Pessoas.

ESTUDO DE CASO: ANÁLISE DA ROTATIVIDADE NA FUNÇÃO ATENDIMENTO EM UMA EMPRESA DE CALL CENTER LOCALIZADA NA CIDADE DE GOIÂNIA-GOIÁS

MATOS, R.S.; MELO, S.F.; SOUZA SANTOS.H.C.; SILVA, LM.R.; SOUZA, Jussara de Souza
RESUMO

A rotatividade de pessoal é definida como a movimentação de pessoas em uma organização, elenca a ideia de reposição ou rodízio de funcionários, ou seja, é a relação entre os quantitativos de desligamento e contratações que são realizados em um determinado período, em que cada desligamento indica a necessidade de uma nova contratação. A escolha do tema rotatividade surgiu a partir da identificação de um elevado número de desligamentos e contratações na função de atendimento ocorridos em uma empresa de Call Center que atua, há 10 anos, na cidade de Goiânia. O estudo de caso buscou apresentar os cálculos de rotatividade do período de junho a agosto de 2016. Para alcance dos objetivos, foram realizadas pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, além de observacional. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um check list que permitiu quantificar as demissões do período pré-definido e calcular o índice de rotatividade. Os métodos possibilitaram a interpretação dos resultados que direcionaram a identificação de possíveis falhas nos processos de Gestão de Pessoas, pois o índice resultante foi alto, o que indica necessidade de revisão neste sentido. São necessários novos e mais aprofundados estudos que possibilitem identificar as causas do cenário apresentado, de modo que se possa elevar a manutenção das pessoas na organização consequentemente, redução no índice, de modo que se alcance maior produtividade à empresa de Call Center estudada.

Palavras-chave: Rotatividade, Indice, Desligamento.

ESTUDO DE CASO: BANCO DE DADOS EM RECURSOS HUMANOS EM UMA EMPRESA DE LOGÍSTICA EM GOIÂNIA-GOIÁS.

LIMA, M.R.S; LUNA, G.A.S PAULA.E.C: PONTES,R.F; ROSA,A.P.M; SOUZA, Jussara de Paula

RESUMO

O Banco de Dados é um conjunto ordenado de informações acerca dos funcionários, cujo objetivo principal é munir a gestão de elementos que permitam agilizar o processo de tomada de decisões. Atualmente, sua operacionalização é facilitada pelas plataformas computacionais. O objetivo deste estudo foi analisar a utilização de um banco de dados de recursos humanos em uma empresa de logística situada na cidade de Goiânia-Goiás. Trata-se de um estudo de caso

realizado a fim de analisar a atuação da Gestão de Pessoas no que tange ao banco de dados. A pesquisa possui objetivo exploratório e abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica foi essencial para melhor conhecimento da temática e, ainda, para realizar proposta de melhoria. Para coleta de dados, foi utilizado o método observacional que permitiu o contato direto com a organização e compreensão das particularidades em relação ao tema. A pesquisa documental foi primordial para identificação de atividades estruturadas no que se refere ao banco de dados da empresa estudada. Os resultados permitiram identificar que, embora a empresa possua informações acerca dos colaboradores, estas são dispersas e não unificadas, não possuindo nenhuma plataforma computacional que organizem as informações acerca de seus colaboradores. Deste modo, foram propostas melhorias, para que se organizem as informações, possibilitando a estruturação de um banco de dados que permita a melhor administração operacional das pessoas e, ainda, facilite os planos táticos e estratégicos. A implantação das propostas podem contribuir para a otimização de tempo no processo de decisões, influenciando, consequentemente, no fortalecimento da competitividade da empresa de logística estudada.

Palavras-chave: Banco de dados; Plataforma Computacional; Gestão de Pessoas.

ANÁLISE DAS TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO UTILIZADAS PELA EMPRESA MANOEL ARCHANJO ADVOGADOS E ASSOCIADOS: UM ESTUDO DE CASO.

CALADO, L.R. ; DENNER, H. ; CRUZ,M.F; RODRIGUES, H; SANTOS. M. V. R; SOUZA, Jussara de Paula.

RESUMO

A temática deste estudo é a avaliação de desempenho, que é essencial para uma gestão qualificada, pois permite decisões pautadas na realidade organizacional, sendo possível identificarem os gargalos individuais e coletivos que permitem apresentar melhorias na atuação dos colaboradores. Essas potenciais ações de melhoria contribuem para a elevação do profissional e ainda, para otimização da produtividade da organização. A partir de diversos métodos, é possível melhorar o alcance dos objetivos organizacionais. Vista a importância da avaliação desempenho, o objetivo desta pesquisa foi analisar as técnicas de avaliação desempenho utilizadas pela empresa Manoel Archanjo Advogados e Associados (Megs Assessoria Jurídica). O estudo de caso buscou interpretar a atuação da gestão de pessoas acerca desta temática. A pesquisa é descritiva, por apresentar informações, o fluxo da avaliação desempenho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e como instrumento de coleta de dados foi realizada uma entrevista com o diretor geral da organização. A pesquisa bibliográfica foi importante para a compreensão dos conceitos que envolvem a avaliação desempenho. Para validação das informações e identificação dos métodos utilizados, foi realizada uma pesquisa documental. O método observacional foi essencial para a confirmação dos dados. Os resultados permitiram identificar que as técnicas de avaliação de desempenho utilizadas pela Megs

Assessoria Jurídica são aplicadas com efetividade, sendo uma avaliação 360°, um dos mais modernos métodos de avaliação e utilizado por grandes organizações. O método é aplicado na Megs a partir de questionários específicos, pelo que o colaborador é avaliado por seus pares de trabalho, superiores, subordinados, clientes internos e externos. Ao final da aplicação.são avaliados y; os resultados e encaminhados feedbacks aos colaboradores. Conclui-se que o método de avaliação de desempenho utilizado pela Megs permite melhoria individuais e coletivas, por possibilitar visão sistêmica do desempenho do colaborador.

Palavras-chave: Avaliação de desempenho; Avaliação360°; Feedback.

ESTUDO DE CASO: PERCEPÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS COMO CAPITAL INTELECTUAL NA POTÊNCIA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

COSTA, E.F; DENNER, H; KOMEÇU, D. Y; LOPES, R.G; MELO, S.F SOUZA, Jussara de Paula.

RESUMO

As pessoas são ativos essenciais para o desenvolvimento das organizações, podendo ser consideradas como capital humano ou intelectual. Quando se trata de capital humano refere-se tão somente ao conhecimento individual sem considerar sua imersão ao ambiente da empresa em que atua. Já o capital intelectual é a relação estreita entre o conhecimento individual, capital humano, ao da organização, o chamado capital estrutural. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar a percepção sobre a importância do capital intelectual pela direção de gestão de pessoas da empresa Potência Instalações Elétricas. Trata-se de um estudo de caso, cuja abordagem foi qualitativa e objetivo exploratório. Foi realizada entrevista com Recursos Humanos da organização e como instrumento de coleta de dados, utilizou-se da entrevista, que foi aplicada à direção de gestão de pessoas. A pesquisa bibliográfica permitiu melhor aprofundamento teórico facilitando e a formatação do instrumento de coleta de dados e ainda, a condução do estudo. Fez-se uso do método observacional, que possibilitou a melhor análise dos dados. Os resultados possibilitaram perceber que a organização investe em Recursos Humanos realizando recrutamento, seleção, avaliação de desempenho, ofertando treinamentos e garantindo questões que envolvem a segurança no trabalho, além de outras atividades. Entretanto, observou-se pouco conhecimento estratégico acerca da formação do capital intelectual. Conclui-se que a empresa Potência Instalações Elétricas apresenta necessidade de evoluir e inovar a Gestão de Pessoas, utilizando de suas atuais aplicações de forma mais estratégica, a fim de desenvolver um capital intelectual que permita maior competitividade ao dinâmico mercado de atuação da organização. Sugere-se, assim, sejam juntos novos estudos que permitam aprofundamento à temática de modo que se estruturar pianos de ações que possibilitem o desenvolvimento do capital intelectual da empresa.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas, Capital Humano, Capital Intelectual.

RECRUTAMENTO: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA REFRESCO BANDEIRANTES

GOMES, E.K. D: LUNA, G.A.S.; NOVAIS, L.V; SANTOS, E.P; SOUZA, Jussara de Paula

RESUMO

O processo de Agregar Pessoas é importante para atrair e selecionar candidatos qualificados e capazes de ocupar o cargo dentro da organização. O tema deste estudo foi focado na atividade de Recrutamento, que se caracteriza dois tipos: interno e externo. Caso seja o recrutamento interno, ele é mais rápido e econômico, apresenta maior validade de segurança e apresenta maior lealdade à empresa. Já o recrutamento externo enriquece o patrimônio humano, a empresa e promove criatividade e inovação de ideias. Sobre esta perspectiva; o objetivo deste estudo foi apresentar o recrutamento de pessoas na Refrescos Bandeirantes. O Estudo de caso possui objetivo exploratório. A abordagem foi qualitativa, sendo utilizado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista estruturado que permitiu a identificação das etapas do recrutamento interno e externo, a partir de entrevista com a gerência de Recursos Humanos da organização estudada. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para melhor aprofundamento teórico e conhecimento das teorias acerca do Recrutamento possibilitando maior análise das práticas neste sentido. Outro método essencial foram as observações realizadas em oportunidade de visita à empresa, as quais permitiram perceber, além dos dados acerca da temática, o positivo clima organizacional. Os resultados mostram que o recrutamento é realizado com atenção necessária, sendo o mesmo reconhecido como essencial para a produtividade organizacional. Tanto recrutamento interno quanto externo mostram-se bem estruturados. Observou-se que há uma valorização dos colaboradores em função da realização constante de análise interna para contratação, potencializando os sentimentos de segurança, a partir de transferências e promoções.

Palavras-chave: Agregar Pessoas; Recrutamento Interno; Recrutamento Externo.

ABSENTEÍSMO NA EMPRESA FOKUS LOGÍSTICA LTDA: UM ESTUDO DE CASO

NASCIMENTO.S.R:RAMOS.L.K.S:SANTOS. W.R: SANTOS, E.P SOUZA, Jussara de Paula

RESUMO

O estudo do tema absenteísmo pelas organizações é essencial para que se possa identificar as deficiências ocasionadas pelas faltas no trabalho sejam elas justificadas ou não, visto que este índice ocasiona, quando superior ao aceitável, custos organizacionais, além de dificultar na entrega dos resultados esperados em função do impacto na capacidade produtiva. Assim, observa-se que é importante fazer a pesquisa de absenteísmo nas organizações para se ter o

controle de dentro da empresa e trazer melhorias, para que se possa conhecer como o comportamento das ausências impactam nos resultados da empresa. Objetivo do estudo foi analisar o índice de absenteísmo da empresa Fokus Logística Ltda. O estudo de caso permitiu analisar, na prática, os cálculos e os resultados deste índice. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para coleta de dados, foi utilizado um checklist que possibilitou a estruturação das ausências no período de junho a agosto de 2016. A pesquisa bibliográfica permitiu a compreensão teórica, facilitando a interpretação das práticas organizacionais, ou seja, na análise do índice de rotatividade da empresa Fokus Logística Ltda. Os resultados mostraram que os índices da organização desviam do valor aceitável para o índice de rotatividade, que indica necessidade de novos estudos que permitam o entendimento das causas, pois a situação atual implica afirmar que o clima organizacional é desfavorável, sendo necessário levantamento para identificar pontualmente as causas. O novo estudo poderá contribuir para tomada de decisões em gestão de pessoas que direcionem a redução deste índice e, ainda, a melhoria do clima organizacional na empresa estudada.

Palavras-chave: Absenteísmo; índices; Faltas.

CLIMA ORGANIZACIONAL: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA FAST MEDICAMENTOS

FIGUEIREDO.P.H.S: FREITAS, M.B; LUNA, G.A.S MIRES, J.; REZENDE, D.L; SILVA, T.G; SOUZA, Jussara de Paula

RESUMO

O clima organizacional se refere à percepção, interpretação e reação que os colaboradores compreendem em relação a seu trabalho. A mensuração do clima permite demonstrar o nível de satisfação e insatisfação do colaborador, assim como o aspecto emocional. São distintas as variáveis que determinam o clima organizacional, dentre estas: condições econômicas, estilos de liderança, estrutura da organização, natureza do negócio, estágio de vida da organização. Nota-se que a análise do clima organizacional é essencial para interpretar como os colaboradores se relacionam com o trabalho, sendo possível identificar sua motivação e, ainda, o nível de comprometimento. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar o clima organizacional da empresa Fast Medicamentos. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com objetivo exploratório. A abordagem da pesquisa é qualitativa, entre tanto em função de limitações na coleta de dados foi realizada uma pesquisa quantitativa. Foi realizada pesquisa bibliográfica para melhor compreensão da temática. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário que possibilitou identificar o nível de satisfação dos colaboradores da empresa Fast Medicamentos. A partir da estruturação dos resultados em gráfico de pizza foi possível observar pontos fortes e pontos fracos em relação satisfação das pessoas. Observou-se que existem gargalos na gestão de pessoas da organização, pontuando-se diversos pontos a serem trabalhados para sanar questões que envolvem o clima negativo da Fast Medicamentos. Considerando a necessidade de se favorecer ações que elevem a produtividade na empresa

estudada, foram propostas melhorias para aumentar a motivação dos colaboradores em suas relações de trabalho.

Palavras-chave: Clima Organizacional; Satisfação; Colaboradores.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA NUTRIÇÃO ANIMAL

DUARTE, L.A.; SANTOS, E.P; SILVA, A.C; SOUZA, Jussara de Souza

RESUMO

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), possui como objetivo fazer com que os trabalhadores se sintam bem em trabalhar na empresa, tornando a organização um lugar agradável e produtivo. As empresas estão se preocupando cada vez mais com o tratamento em relação às pessoas por estarem em um meio de alta concorrência e modernização, pois dependem extremamente delas para o alcance de seus objetivos e metas. Observa-se uma relação estreita entre as condições de trabalho e a produtividade. Neste sentido, objetivo deste estudo foi apresentar o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho da empresa Integral Nutrição Animal. Trata-se de um estudo de caso que apresenta as ações dos Recursos Humanos em relação a QVT, caracterizando-se como pesquisa exploratória. A pesquisa possui abordagem qualitativa e, como instrumento de coleta de % dados foi utilizada uma entrevista aplicada a diretoria administrativa da organização. A pesquisa bibliográfica permitiu melhor direcionamento da coleta de dados. Foi realizada pesquisa observacional que possibilitaram a interpretação da QVT na empresa. Para melhor conhecimento do programa foi realizada pesquisas documentais que possibilitaram a organização dos resultados.

A estruturação dos resultados foi organizada em figuras para melhor visualização das informações. Os resultados permitiram apresentar o programa de QVT em seus aspectos formais, que se mostraram valorizar o capital humano organizacional. Foi possível compreender que o Programa de Qualidade de Vida da empresa Integral Nutrição Animal, é absolutamente organizado e possui foco em satisfazer as necessidades dos funcionários para desenvolver suas atividades. As ações da organização são direcionadas a manter um ambiente com um clima organizacional favorável a produtividade.

Palavras-chave: Qualidade de Vida no Trabalho; Programa; Satisfação.

VERDADES SECRETAS: PRAZER-SOFRIMENTO NA PROSTITUIÇÃO-UMA ANÁLISE EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO.

Maria de Fátima Lima Ribeiro; Kerolleny Amaral Lourenco dos Reis; Kléber Frank Gomes Mendonça; Fábio Rodrigues; Adriana Pinho.

RESUMO

Faculdades ALFA
Av. Perimetral Norte, nº 4129 Vila João Vaz – Goiânia-GO
www.walfa.br

O trabalho apresenta uma investigação nas vivências de prazer-sofrimento, bem como as estratégias defensivas das profissionais do sexo. Tratar-se de profissionais estigmatizadas vistas em sua maioria como "uma mulher que aluga seu corpo para jogos sexuais sem amor" (BRAGA, 1982, p.62), sendo expostas a várias problemáticas da sociedade. O sofrimento no trabalho se dá quando não é mais possível a negociação entre o sujeito e a realidade imposta pela organização do trabalho, sendo o prazer, quando as condições geradoras de sofrimento possibilitam transformações. Dessa maneira, é necessário que se criem algumas estratégias defensivas a fim de "conseguir desenvolver o trabalho e alcançar equilíbrio, segundo Dejours (1993). Levantando o questionamento: Existe prazer ou sofrimento nesta profissão? Utiliza-se da abordagem Psicodinâmica do trabalho para responder a ela. Aplicou-se uma entrevista semiestruturada com duração de uma hora e meia, e o local escolhido para a realização da entrevista foi a região dos motéis em Goiânia-Go. Após da apresentação foi feita a entrevista semiestruturada e a Análise de Conteúdo (de Bardin) foi executada. O resultado se apresenta em 3 categorias: precariedades das condições de trabalho, relações de trabalho e sofrimento do trabalho. Os resultados sugerem que há predomínio de sofrimento, para essas profissionais, também aponta uma acentuada precarização das condições de trabalho, em decorrência condições básicas. Emergindo, assim, mecanismo de defesa como a racionalização e a passividade. Percebe-se que essas defesas são saudáveis, pois há possibilidade de transformação das condições geradoras de sofrimento, mesmo sendo em um curto espaço de tempo, sabendo que saudável é a possibilidade de transformação das condições geradoras de sofrimento.

Palavras-chave: Organização do trabalho, profissionais do sexo; prazer-sofrimento.

BEM-ESTAR SUBJETIVO E RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS: UMA ANÁLISE PELO MÉTODO DE ROSCHACH

Danilo Pereira Lima; Lídia Maria Possate de Sousa Franco; Mainara Rosane Barros; Alexandre Castelo Branco Herênio;
RESUMO

Embora não haja um consenso a respeito da definição de Bem-Estar Subjetivo - BES, este conceito pode ser entendido como um termo técnico para Felicidade. A literatura indica uma estreita relação entre BES e a qualidade dos relacionamentos interpessoais. Algumas variáveis do método de Rorschach pelo sistema compreensivo avaliam tais aspectos por exemplo o COP, GHR e H. Outras variáveis denunciam déficits importantes na capacidade de estabelecer relações saudáveis, como o índice de Isolamento, PHR, CDI e HV1. Mais especificamente, pretende-se inferir sobre como o perfil relacional destes indivíduos pode influenciar seus níveis de BES. Foi realizada uma análise retrospectiva do banco de dados da Central de Avaliação e Perícia, da Superintendência Executiva da Administração Penitenciária do estado de Goiás. Foram selecionados os testes de Rorschach administrados durante o período de junho a outubro de 2016. No total foram avaliados 20 protocolos. Informações sobre o período de escolarização e dados da categoria Relacionamento Interpessoal, do método de Rorschach, foram inseridos em uma planilha do SPSS, versão 20, em que foi realizado um tratamento estatístico de caráter

descritivo. Os resultados indicam que a maior parte dos indivíduos avaliados possuem uma personalidade imatura e incompetente para lidar com as interações interpessoais. Este perfil relacional pode produzir, ao longo do tempo, sentimentos de desvalorização devido ao histórico de fracasso nos relacionamentos. Os indivíduos encarcerados avaliados neste estudo possuem mais déficits relacionais do que a maioria das pessoas. Discute-se a importância deste dado, levando-se em conta a estreita relação existente entre as habilidades relacionais e o BES. A baixa escolaridade dos sujeitos avaliados parece ser um indício de que processos de exclusão social estejam relacionados à formação do perfil encontrado. Nesse sentido, sugere-se a realização de estudos que relacionem a dinâmica interpessoal da população carcerária com variáveis sociais anteriores ao encarceramento.

Palavras-chave: Rorschach; BES; Relações Interpessoais.

LINHA DE BASE E INTERVENÇÃO DO COMPORTAMENTO DE LEITURA

Daiana Alves Gontijo; Daniely Lima de Souza; Lorena Simonassi;

RESUMO

O objetivo deste estudo consistiu em verificar o repertório comportamental de leitura em uma criança de 6 anos de idade e intervir nas dificuldades de aprendizagem mensuradas na Linha de Base Inicial. Realizou-se o procedimento durante um período de nove encontros, sendo um para coleta de dados com a mãe e primeiro contato com a criança, um para obter dados da Linha de Base Inicial, seis encontros interventivos e um para a Linha de Base Final. Em todas as sessões interventivas, utilizaram-se os princípios da modelagem, reforço positivo e esvanecimento que visavam ao desenvolvimento dos repertórios de leitura deficitários e a generalização dos novos repertórios comportamentais para o ambiente natural da criança. Nas intervenções, eram ressaltados os acertos e não havia punição para as leituras incorretas, pois os erros eram uma oportunidade para a emissão da leitura correta. Com a modelagem do comportamento de leitura, a paciente passou a se autocorrigir silabava e mostrou ser mais independente e confiante no processo de leitura. Desse modo, com a postura do terapeuta como uma audiência não punitiva, houve um aumento significativo do comportamento de leitura, de 44% na Linha de Base Inicial para 98% na Linha de Base Final. A competência em utilizar o reforço positivo, modelagem, esvanecimento e a criação de condições que facilitem a generalização dos resultados observados no setting terapêutico para o ambiente natural do paciente é uma ação poderosa, desafiadora e, sobretudo, modificadora de ações não adaptativas em adequadas e satisfatórias.

Palavras-chave: Comportamento de Leitura; Reforço Positivo; Modelagem; Esvanecimento; Generalização.

PSICOTERAPIA ANALÍTICA FUNCIONAL COMO UM AUXÍLIO TERAPÊUTICO: UM ESTUDO DE CASO COM UMA PESSOA SURDA.

Daiana Alves Gontijo; Sarah Cassimiro Marques

Faculdades ALFA

Av. Perimetral Norte, nº 4129 Vila João Vaz – Goiânia-GO
www.walfa.br

RESUMO

Falando na tentativa de se fazer o processo de inclusão da pessoa surda nos diversos ambientes sociais, as psicoterapias tornam possíveis as intervenções. Uma delas é Psicoterapia Analítica Funcional (FAP) que é uma estratégia terapêutica com o foco na análise de contingências de comportamentos evocados no ambiente terapêutico. Para a FAP, os comportamentos tidos como problemas que levaram o cliente a procurar uma psicoterapia são evocados também na sessão terapêutica. Tendo como fundamento filosófico o behaviorismo radical e como método científico a base da análise experimental do comportamento, a FAP centra sua proposta. (1) no reforçamento; (2) na Especificação de comportamentos clinicamente relevantes (3) na generalização de comportamentos de melhora. O objetivo desse artigo foi analisar o funcionamento do atendimento terapêutico de uma pessoa com surdez profunda, descrever as variáveis envolvidas nesse atendimento, levantar quais variáveis na história de vida que contribuíram para o repertório comportamental do cliente e relatar os Comportamentos Clinicamente Relevantes (CCRs), a partir da perspectiva teórica e intervenciva da Psicoterapia Analítica Funcional. Este artigo apresentou, dentro de uma Perspectiva Analítica Funcional, o atendimento psicológico a uma pessoa surda, destacando a eficácia e a importância desse tipo de psicoterapia para o desenvolvimento e a manutenção de comportamentos mais adaptativos. Assim sendo, observou-se que, do primeiro ao último atendimento, João apresentou melhorias significativas tanto na relação terapêutica, quanto na sua relação familiar. No período da terapia, o cliente demonstrou-se engajado, resultado do vínculo terapêutico estabelecido na relação, vínculo, este, facilitador para a ocorrência de alguns comportamentos de melhorias, sendo naturalmente reforçados pela terapeuta.

Palavras-chave: Psicoterapia Analítica Funcional (FAP); Surdez; Relação Terapêutica.

CÂNCER DE MAMA FEMININO E SUAS INFLUÊNCIAS BIOPSICOSSOCIAIS

Giselly Paixão de Souza; Saulo Machado

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar as influências do câncer de mama na vida de mulheres acometidas por esta neoplasia maligna - mais comum na população feminina-, nos aspectos sociais, familiares, espirituais e principalmente, emocionais. A abordagem consiste em elementos sobre a sexualidade, autoimagem e sentimentos vividos nos períodos iniciais do processo de adoecimento até a fase de reabilitação, com ênfase em mulheres mastectomizadas. Esta doença traz consigo vastas alterações da rotina, geralmente carregada por uma imensa angústia, pois a probabilidade de morte e mutilação faz-se presente durante todo o curso do tratamento. A metodologia utilizada no exposto baseia-se em uma investigação bibliográfica e literária, \$a qual resultará na coleta suficiente de dados para compreender este período de consequências intensas tanto para a paciente quanto para seu grupo familiar, e, a partir disso, encontrar a melhor forma de atuação do psicólogo na recuperação biopsicossocioespiritual dos envolvidos. Portanto, entender o processo de constantes mudanças e perdas no cotidiano de

mulheres sobreviventes ao câncer, em várias esferas, fornecerá ao profissional de psicologia um embasamento amplo em como contribuir para o recomeço de uma vida saudável, não somente em termos orgânicos e biológicos, mas também em dimensões que integram o ser humano em sua totalidade, seja ela psíquica, social e/ou espiritual.

Palavras-chave: Câncer de mama; influências biopsicossociais; recuperação.

PSICODIAGNÓSTICO: PRÁTICA VERSUS TEORIA

Rhaniele Silva Sousa; Camila Ribeiro Martins; Maria Aparecida Silva

RESUMO

O presente trabalho visa investigar e esclarecer as nuances da prática versus teoria do Psicodiagnóstico. Para tanto, serão utilizados os relatos de vivência clínica das estagiárias do último período de graduação em Psicologia da Faculdade Alfa no NEPP - Núcleo de Estudo e Pesquisa em Psicologia. O processo engloba todas as etapas do Psicodiagnóstico, desde a triagem, contrato, entrevistas, coleta de dados até avaliação dos resultados e elaboração de laudo psicológico. Da mesma forma, será relatado o desenvolver do processo, como as supervisões acontecem, a preparação para cada sessão, escolha de instrumentos, como se dão as relações entre psicólogo, paciente e a família. Sefap discutido5 as^o principais dificuldades modos e inseguranças enfrentadas pelas estagiárias durante o processo e quais as formas de 0 sobressaírem dentro de suas possibilidades e obter sucesso no Psicodiagnóstico.

Palavras-chave: psicodiagnóstico; avaliação psicológica; estágio.

AVALIAÇÃO DA INCIDÊNCIA DE AUTOCONTROLE E IMPULSIVIDADE EM CRIANÇAS.

Priscila Alves; Ellen Rodrigues; Larrissa Vieira; Thais Santos; João Lucas Bernady.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar: a duração de comportamentos impulsivos, definidos como a manipulação de objetos com função reforçadora durante uma sessão de 15 minutos, na qual todos os participantes foram instruídos a não manipular o objeto e aguardar para que, ao final do procedimento, pudessem acessar um reforçador de maior magnitude (i.e. doces e brinquedos). Foram comparados os resultados desse procedimento aplicado com 14 participantes de 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 10 anos do resultados indicam que, a frequência e a duração de comportamentos impulsivos depende da idade e do histórico de aprendizagem de cada uma das crianças, sendo que há evidências de que crianças mais velhas apresentam mais frequentemente respostas de seguir instruções, neste caso, não manipular o objeto durante os 15 minutos de sessão e acessar doces e brinquedos ao final do procedimento. Foram observados, ainda, padrão semelhante em alguns dos participantes mais jovens. Observou-se a ocorrência também de respostas controladoras, incompatíveis com as respostas impulsivas, que diminuem

a probabilidade de que as respostas impulsivas ocorram. Conclui-se que: (1) o autocontrole é uma função da idade e do histórico de aprendizagem de cada criança(2) respostas controladoras aumentam a probabilidade de que o participante não emita comportamentos impulsivos ao longo da sessão. Sugere-se que estudos futuros voltem-se também para a descrição das condições relacionadas a ocorrência ou não de respostas controladoras em que haja um conflito de autocontrole, e que os mesmos avaliem os possíveis comportamentos substitutos para comportamentos de escolha de um reforçador a curto prazo. De modo geral, este trabalho se baseia nos experimentos do P.H.D Walter Mischel, sobre o autocontrole e a força de vontade, criador do teste do Marshmallow em 1960. Para descobrirmos mais sobre o autocontrole, é necessário descobrir-se primeiro o que o debilita, sendo assim, primeiramente com uma exposição a reforçadores diversos e, ao ter-se a aplicação oficial, a exposição a um ambiente com inúmeros reforçadores, e reações que foram demonstradas pelas crianças de acordo com fatores que levou-se em consideração, como a idade. Com esta pesquisa, tende-se a observar e afirmar, mais uma vez, que o autocontrole no paradigma de Michels e Colls ou Rachlin e Green é importante para o ser humano em questões de uma melhor cognição, estilo de vida mais saudável e maior autoestima. E, principalmente, importante no quesito de que se adiar a gratificação a curto prazo (resposta de Impulsividade), pela gratificação a longo prazo, fundamental para uma vida de sucesso.

Palavras-chave: Autocontrole, Impulsividade, comportamentos de escolha.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E DE CARREIRA

Leandra Batista dos Santos; Palloma Trindade Ribeiro; Maria Aparecida da Silva

RESUMO

O mundo do trabalho é realmente complicado e, por isso, a escolha de uma profissão deve ser feita com confiança e também ser mediada pelo conhecimento prévio da pessoa. A escolha profissional começa quando o indivíduo se torna consciente de que uma profissão pode satisfazer suas necessidades. Não se trata apenas de encaminhar ao sujeito essa ideia, mas assim, proporcionar a ele as especificidades das profissões de forma a orientá-lo neste processo de identificação profissional. A proposta de orientação profissional é muito interessante considerando que há uma grande quantidade de pessoas que carecem de uma orientação para efetuar uma escolha profissional. A maioria dos jovens ainda se encontra, com dúvida, a respeito de qual profissão escolher e, muitas vezes, essas dúvidas os levam a uma escolha inadequada. O presente trabalho procura fazer uma reflexão sobre os desafios atuais da Orientação Profissional e de Carreira num contexto econômico de mudança e de globalização. O objetivo deste trabalho será apresentar a Avaliação Psicológica para Orientação Profissional e de Carreira como uma intervenção profissional que auxilia a pessoa no processo de escolha a reconhecer e analisar as possibilidades profissionais que mais se ajustam às necessidades individuais, e assim, efetuar uma escolha com maior segurança. Utilizou-se para realizar este

trabalho o método comparativo, sendo estabelecida uma pesquisa bibliográfica em obras e artigos publicados sobre o tema. Ressalta-se, nos resultados, a importância de lidar com o desafio da escolha profissional, buscando os objetivos, recursos e técnicas na intervenção de forma compatível com cada orientando, visando a orientação e aconselhamento de carreira como processo de aprendizagem.

Palavras-chave: avaliação psicológica, orientação profissional, carreira.

LINHA DE BASE E INTERVENÇÃO NOS COMPORTAMENTOS ACADÉMICOS DE LEITURA

Gabrielly Cristinny Faria de Andrade; Henrique de Castro Nascimento Pires; Luciane Pires de Almeida Mello; Maria Aparecida da Silva; Lorena Simonassi

RESUMO

Tem-se que ler e escrever são comportamentos essenciais para todo ser humano. A dificuldade específica de aprendizagem da leitura e escrita condiciona a forma como o indivíduo se percebe e como se relaciona com os seus pares nos mais diversos contextos, desde educacionais até familiares. A falta da leitura e da escrita traz prejuízos relevantes para qualquer ser humano e que afeta diretamente outros comportamento, como autoestima, autoconfiança e seu desenvolvimento de uma maneira geral. Este trabalho teve por objetivo geral aumentar o repertório de leitura e escrita de uma criança com dificuldades em comportamentos acadêmicos. Utilizou-se como método intervenções da Análise do Comportamento enquanto estratégia nas dificuldades em comportamentos acadêmicos de leitura e escrita. O participante tem 11 anos, sexo masculino, está cursando o 5º ano do Ensino Fundamental em uma escola particular como bolsista. Ele não adquiriu o repertório de ler e escrever condizente com sua idade e ano que se encontra estudando.

No início do processo, realizou um exercício através da linha de base inicial, obtendo em sua execução o seguinte resultado: 0% ao fazer a leitura de palavras e frases, 100% na cópia de palavras e 10% no ditado de palavras, evidenciando a dificuldade na leitura. Após o levantamento dos dados, estabeleceram-se estratégias de intervenção e a ordem em que os comportamentos seriam reforçados de acordo com o desenvolvimento do processo. O resultado da intervenção apresentou-se satisfatório, tendo o participante obtido na execução do exercício da linha de base final o seguinte resultado: 80% na leitura de palavras e frases, 100% na cópia de palavras e 40% no ditado de palavras. Os atendimentos foram realizados na unidade Bueno da Faculdade Alves Faria - Alfa, através do módulo: Psicoterapia Infantil da Pós-Graduação Terapia Analítico Comportamental.

Palavras-chave: Modelagem, reforço positivo e esvanecimento.

PERSPECTIVAS DE ENTREVISTA EM PSICODIAGNÓSTICO

Elaine Cristina de Oliveira Trovo Costa; Karita Marielle Marques Brito; Mayara Fernandes da Cruz; Maria Aparecida da Silva

RESUMO

O Psicodiagnóstico é um processo de avaliação bode> se obtém informações sobre a estrutura psíquica, mental e emocional do paciente e seu dinamismo, identificando traços de sua personalidade, sua maneira em lidar com as situações da vida, permitindo ao psicólogo identificar e compreender a queixa e instrumentalizando-o a formular hipóteses diagnósticas, realizar a avaliação e informar ao paciente os resultados obtidos no processo. O objeto de estudo deste trabalho no processo psicodiagnóstico foi a realização das entrevistas: inicial, lúdica e devolutiva, que ocorre no contexto clínico. O que direcionou o foco do tema para este aspecto do psicodiagnóstico foi o fato de pretender destacar a relevância das entrevistas no processo, suprindo anseios de respostas sobre a problemática investigada. Este trabalho teve como objetivo geral descrever os funcionamentos dessas entrevistas, buscando identificar os desafios encontrados pelo psicólogo no momento da entrevista e elucidar os impactos percebidos pelos participantes do processo. Utilizou-se para realizar este trabalho o método comparativo, sendo estabelecida uma pesquisa bibliográfica em obras e artigos publicados sobre o tema. Os resultados encontrados indicam que o psicodiagnóstico é um processo que abrange uma série de etapas, sendo todas importantes, sendo a entrevista considerada soberana, pois, a partir dela se inicia e termina o processo. O desafio verificado no psicodiagnóstico foi à angústia gerada pela simbologia que cerca o psicólogo. Conclui-se que o psicodiagnóstico é um processo de avaliação psicológica, através do qual se obtém as informações relevantes acerca da estrutura e do dinamismo psíquico do avaliado uma boa entrevista depende de um bom planejamento, bem como da integração dos dados coletados.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico; entrevista; avaliação psicológica.

JESUS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A CIÊNCIA HOJE

Ana Luiza Alves de Souza; Jany Kelly Peres; Lara Dorneles de Aleluia Silva; Saulo Balbino Machado

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo fazer uma análise profunda sobre a personalidade de Jesus Cristo, abordando temas como seu comportamento ante as situações narradas pela história, sua influência sobre a civilização da época e após a sua morte e seus métodos de ensino. Jesus foi, sem dúvida, um homem que marcou a história, a qual foi dividida em antes de Cristo e depois de Cristo. Culturas foram formadas e guerras foram travadas. Como os ensinamentos de apenas um único homem puderam ter tanto impacto sobre a humanidade? Isso nos levou a questionar o porque ensinamentos de um homem que se destacou como um grande mestre em seu tempo, são ignorados pela ciência atualmente. Tem se por base grandes escritores a respeito do tema, como y' fontes bibliográficas, como o Dr. Augusto Cury, o psicólogo Mark W. Baker, o ficcionista H. G. Wells, o Ph.D., em teologia Bart D. Ehrman, especialista na vida de Jesus

Cristo, e o teólogo Juanribe Pagliarin, que falam em seus livros sobre a história, personalidade e inteligência de Jesus Cristo. Teorias psicanalíticas contemporâneas que reavaliam muitas das ideias de Freud permitem a interpretação das palavras de Jesus de forma coesa e lógica, capaz de produzir novas perspectivas de seus ensinamentos. Seria indiscutivelmente interessante se os conhecimentos desse genioso mestre de milênios atrás pudessem ser aplicados de forma eficaz dentro da psicologia, de modo a gerar conhecimento científico útil nos dias atuais, capaz de auxiliar na conquista da saúde psíquica, relações saudáveis, criatividade, eficiência profissional, autocontrole e prazer de viver.

Palavras-chave: Jesus; Analise; Ciência.

PSICODIAGNÓSTICO: REFLEXÕES SOBRE A TEORIA E A PRÁTICA

Cláubia Figueiredo de Oliveira; Maria Aparecida da Silva

RESUMO

O psicodiagnóstico é caracterizado como uma avaliação psicológica, realizada através da perspectiva clínica, que busca esclarecer ao indivíduo seus pontos fortes e pontos fracos, com base na presença ou ausência de uma psicopatologia. O psicodiagnóstico também é identificado como uma avaliação que culmina em um diagnóstico, sendo anterior à psicoterapia, buscando verificar. Os recursos e dificuldades do avaliando e indicar a intervenção apropriada para o caso. Este trabalho teve como objetivo apresentar os fundamentos principais que orientam o psicodiagnóstico, bem como, refletir sobre as facilidades e dificuldades encontrado pelo psicólogo no momento da realização desse processo, focando no preâmbulo entre a teoria e a prática. O foco neste tema se deu pelo fato de perceber relevância do conhecimento teórico, a dominância dos procedimentos e técnicas que possibilitar adiante o processo e atingir seu objetivo. Realizou-se um breve levantamento histórico relativo ao assunto, demarcando pontos que apontem a relatividade entre a teoria e a prática, sendo denotados aspectos gerais do processo, salientando a pertinência no processo psicodiagnóstico. Utilizou-se para realizar este trabalho uma pesquisa bibliográfica, procurando explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos (livros, sites, revistas científicas). Conclui-se a primordialidade em levantar essa reflexão, principalmente na formação do psicólogo, considerando a importância do psicodiagnóstico no contexto da Psicologia Clínica ao buscar responder às demandas do paciente. Verifica-se que o processo psicodiagnóstico se faz importante para auxiliar na compreensão global da personalidade, sendo um processo que deve ser realizado com extrema cautela em todas as etapas, a fim de assegurar a cientificidade, a fidedignidade e ética. Este trabalho revelou-se de relevância para a formação nessa área, pois os dados obtidos proporcionaram um maior entendimento dos desafios e dilemas enfrentados quando da realização de um psicodiagnóstico.

Palavras-chave: Psicodiagnóstico; avaliação psicológica, diagnóstico.

ANÁLISE DE CASE: VIABILIDADE ECONÔMICA PARA CONSTRUÇÃO DE SHOPPING CENTER, EM REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA, GOIÁS.

Priscilla França de Moraes; Sweine Ribeiro; Aurélio Troncoso

RESUMO

A fim de se analisar a viabilidade econômica para implantação de um shopping center na região metropolitana de Goiânia/Go, esclarecemos que há fatores, como tempo e taxa de retorno sobre o investimento, que interferem na tomada de decisão por parte de um investidor e que precisam ser explanados e adaptados à realidade econômica de cada setor, para promover o resultado esperado. A finalidade deste trabalho é apresentar e analisar a viabilidade econômica para operação de um shopping center, tendo como base de estudos a análise do payback, TIR e VPL, através de fluxo de caixa.

Para iniciar a análise de investimento em um projeto, é necessário entender os conceitos básicos de engenharia econômica. Nesse sentido, inicialmente vale ressaltar que há duas lições importantes sobre investimentos; a primeira é que há recompensa pelo risco; e a segunda é que quanto maior a recompensa em potencial, maior será o risco.

Foi analisado um projeto em implantação, sugerindo, em valor presente, uma análise básica de viabilidade. A teoria utilizada foi com base em análise de investimentos e gestão financeira de empresas.

Analizando os resultados da pesquisa de mercado e da viabilidade econômica, conclui-se que o empreendimento responde aos critérios de ser aprovado em um processo de tomada de decisão, considerando-se as premissas apresentadas e o fluxo de caixa gerado. O VPL é positivo, a TIR é maior que TMA e o WACC menor que TMA. O tempo de retorno do empreendimento é extenso e cabe ao empreendedor analisar cuidadosamente este resultado para definir se está disposto a correr o risco.

Palavras-chave: Shopping Centers. Payback. TIR. VPL.

ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS: ANO DE 2015

OLIVEIRA, Raphael Teles; SOUSA, Igor Nascimento; RODRIGUES, Nathália Ribeiro; VIEIRA, Edson Roberto; QUEIROZ, Antônio Marcos de

RESUMO: O trabalho é resultado do projeto de extensão do curso de Economia da Universidade Federal de Goiás (UFG), “Boletim de Conjuntura Econômica de Goiás, em 2015, cujo objetivo é analisar a conjuntura econômica do estado de Goiás, em 2015, e informar à comunidade os índices econômicos estaduais e nacionais. Como método, realiza-se uma compilação no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) de quatro pesquisas: Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF); Pesquisa Mensal

do Comércio (PMC); Pesquisa Mensal de Serviços (PMS); e índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Com essas informações, realiza-se a análise econômica baseada em uma linguagem acessível, principalmente para aqueles que não são da área econômica. Este processo é realizado de forma periódica com a disponibilização do boletim no sítio eletrônico do Curso de Economia da UFG, assim como no sítio do Jornal UFG - online. Foi constatado que houve um recuo, a exemplo dos anos anteriores, na produção física industrial do país de -8,3%. Em Goiás, recuo foi menos expressivo -2,5%. Quanto ao comércio, enquanto o Brasil obteve crescimento de 3,2%, Goiás registrou recuo diametralmente oposto de - 3,2%. Já quanto ao setor de serviços, ambas as regiões sofreram retração devido à queda de atividade econômica que abateu a economia em 2015, e -5,2% em Goiá se -3,6% no Brasil. No ano de 2015, a inflação acumulou no ano 10,67% no Brasil, e 11,1% em Goiânia, mostrando que na capitada reajuste médio de preços foi maior que a média nacional.

Palavras-chave: Análise econômica; Estado de Goiás; Conjuntura econômica.

CONJUNTURA DA PREVISÃO DE SAFRA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS DE GRÃOS NO ESTADO DE GOIÁS: SAFRA 2015-2016

SOUZA, Igor Nascimento; OLIVEIRA, Raphael Teles; RODRIGUES, Nathália Ribeiro; VIEIRA, Edson Roberto; QUEIROZ, Antônio Marcos de

RESUMO:

A partir da importância que a produção de grãos tem para a economia do estado, o trabalho subsidia, com informações, diversos grupos interessados no acompanhamento da conjuntura da agropecuária em Goiás. O objetivo é apresentar e analisar sistematicamente os dados sobre as principais culturas de grãos para o estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil, referentes à safra 2015-16, comparando-os com a safra anterior para verificar o dinamismo setor, a partir das publicações e informações econômicas do 12º levantamento da safra de grãos divulgado em setembro de 2016 pela CONAB. Analisam-se os dados referentes à produção, área plantada e a produtividade. Com relação à área plantada, todas as regiões avançaram: Goiás, 2,2%; o Centro-Oeste, 3,1%; e o Brasil foi mais modesto: 0,7%. Em Goiás, porém a produção total de grãos caiu (-7,5%), já o Centro-Oeste e o Brasil tiveram reduções mais expressivas: (-14,3%) e (-10,3%), respectivamente. Por fim, como era esperado, a produtividade caiu nas três regiões pesquisadas: em Goiás, a safra 2015-2016 fechou com perda de (-9,6%). Na região Centro-Oeste a queda de produtividade geral foi mais intensa (-16,89%); e, no Brasil (-10,95%). O quadro geral da conjuntura de previsão da safra 2015-2016 é de que o avanço, em relação à área plantada, não X repercutiu na produção e, consequentemente, na produtividade. Isso pode ser resultado de uma tendência conjuntural observada no início da safra passada, principalmente de preços internacionais desfavoráveis. Além disso, problemas climáticos, como estiagens prolongadas no primeiro semestre de 2016 contribuíram fortemente para o resultado negativo.

Palavras-chave: Agricultura, Estado de Goiás, Conjuntura econômica.

OS EFEITOS DA ARMADILHA DA RENDA MÉDIA NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1960 A 2015.

Carla Laurenca Gomes da Silva; Gedean John Gazola; Orientador: Saulo Balbino Machado

RESUMO

A grande aspiração do brasileiro é tornar-se um povo rico e próspero, como muitos outros povos conseguiram, porém devido à atual conjuntura econômica brasileira, essa aspiração vem se retardando pela interferência do governo. Para entendermos por que, após séculos da independência, ainda o Brasil se vê preso a mazelas da pobreza, o nosso trabalho propõe analisar o PNB do período de 1960 a 2015, a preços constantes de 2010 em dólares, associando esta evolução a variáveis-chave que a literatura sobre o tema da ARM (Armadilha da Renda Média) definiu e utiliza para analisar os efeitos sobre o crescimento da riqueza per capita (PNB "per capita⁵") disponibilizada na sociedade. O modelo econométrico que será utilizado aplicará o método dos mínimos absolutos, que resulta na regressão quantílica. Este método é melhor que o dos mínimos quadrados, por que irá estimar relações para cada quartil de renda per capita. Ou seja, quando o PNB "per capita" está em níveis baixos, as variáveis macroeconômicas respondem de uma forma para níveis mais elevados, essas mesmas variáveis já não respondem da mesma maneira. Utilizaremos este método para apresentar os efeitos da armadilha da Renda Média está exercendo hoje em dia no Brasil, e por que não consegue ultrapassar o nível de renda média, comparando com as conquistas obtidas pela Coréia do Sul no mesmo período. A Armadilha da Renda Média é definida como um equilíbrio em baixo crescimento por um longo período, efeitos estruturais, institucionais e culturais impedem que se rompam os níveis de renda média definidas pelo Banco Mundial.

Palavras-chave: Renda Média, Armadilha, Regressão Quantílica.